

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE TRABALHADORES DO PORTO
A DIMENSÃO EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS DE TRABALHADORES E
DAS LUTAS SOCIAIS**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Doutora em Ciências da Educação, sob orientação do Professor Doutor Manuel Santos Matos e co-orientação da Professora Doutora Cristina Rocha

Maria Teresa Guimarães de Medina

PORTO 2008

COM O APOIO DA FCT – FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Com o apoio da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia
Co-financiamento do programa POCI 2010 e do FSE – Fundo Social Europeu

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



 **Ciência.Inovação**
2010 Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

RESUMO

Tendo como base as histórias de vida e narrativas de formação de oito dirigentes e ex-dirigentes de alguns dos mais importantes sindicatos do distrito do Porto, filiados na CGTP, o presente trabalho de investigação procura constituir um contributo para um debate necessário sobre diferentes perspectivas em torno da educação/formação de adultos, sobre a importância dos processos de formação informal e sobre conhecimentos, aprendizagens e saberes adquiridos e construídos ao longo da vida, em diferentes espaços e contextos e em diversas instâncias de participação e intervenção social.

A partir das memórias, discursos e vozes dos interlocutores desta pesquisa, mas alicerçando-se igualmente no conjunto de histórias de vida que constituem o acervo do Centro de Documentação e Informação da Universidade Popular do Porto, reflecte-se sobre as condições de vida e de trabalho de muitas famílias operárias do Porto, no período do fascismo, sobre as lutas travadas pela liberdade, sobre o 25 de Abril de 1974, sobre o processo de institucionalização do regime democrático, sobre as transformações no mundo do trabalho e a intervenção dos sindicatos.

Resgatar estas memórias e a percepção destes trabalhadores sobre diferentes acontecimentos sociais e políticos que marcaram as suas histórias de vida e os seus percursos de formação, e dos quais foram, muitas vezes, protagonistas, enquanto intervenientes activos nas lutas sociais, torna-se essencial como contributo para preservar uma visão política, social, histórica, cultural e educativa do trabalho e das lutas sociais ocorridas em Portugal, que sem o seu testemunho tenderá a desaparecer. A preservação das memórias do trabalho e dos trabalhadores, das suas representações sobre diferentes acontecimentos vivenciados e dos sentidos e significados que lhes foram e são atribuídos, e sobre diversas organizações e movimentos em que participaram, constitui-se num meio de lembrar e equacionar o passado, mas também numa forma de interpelar o presente e participar na construção do futuro.

A partir das narrativas de formação de trabalhadores que assumiram/assumem um papel relevante nos sindicatos e nas lutas sociais que se desenvolveram/desenvolvem no Porto - e que, nesse processo, se educaram, se formaram, se transformaram e produziram saberes - analisam-se diferentes experiências e práticas por eles vivenciadas, enquanto dirigentes sindicais. Reconhecendo que o movimento sindical, ao estar profundamente envolvido em processos de transformação e mudança social e na mobilização de um número significativo de trabalhadores em processos de luta, reivindicação, intervenção e organização, se constitui como um contexto com importantes potencialidades formativas e emancipatórias para quem nele participa, reflecte-se igualmente sobre as dimensões educativas presentes na actividade sindical e sobre os processos de formação dela decorrentes.

ABSTRACT

Based on life stories and narratives of eight leaders and ex-leaders of some of the most important Unions in Oporto district, affiliated to CGTP, this research intends to be a contribute for a necessary debate concerning different perspectives about the adults education/training, the importance of the informal education processes, knowledge and lifelong learning in different spaces and contexts as well as in several intervention and social participation places.

From the memories, speeches and voices of the interviewed of this research, but setting up equally in their life stories, that constitute the inheritance of the Center of Documentation and Information of the Popular University of Porto, this research refers to the life conditions and work of many working families of Porto in the period of the fascism. About the fight for freedom, about the 25th of April of 1974, about the process of institutionalization of the democratic system, about the transformations in the working world and about the unions.

It is essential to rescue these memories and the perception of these workers on different social and political events that marked their life stories and their different training stages as a contribution to preserve a politic, social, cultural and educative vision of the social working struggles occurred in Portugal. Without their contribution these memories will tend to disappear. The preservation of the work memories, their representations on different stages of their lives and on several organizations and movements also represents a balance between the past and the present as a way to participate in the construction of the future.

From the workers narratives who had assumed/ assume an excellent role in the Unions and in the social struggles that they had developed/develop in Porto - and that, in this process, had been educated, formed, transformed and produced knowledge - different practices experienced and lived by them were analyzed, while union leaders. Recognizing that the unions as a movement - deeply engaged in processes of transformation and social change and in the mobilization of a significant number of workers and organization processes - is constituted as a context with important training and emancipatory possibilities to those who participate on it we analyze their different practices and experiences held in the unionism and on the training processes that appear from it.

RÉSUMÉE

Partant des histoires de vie et des narratives de formation de huit dirigeants et ex-dirigeants de quelques uns des plus importants syndicats de la région du Porto, affiliés à la CGTP, ce travail de recherche se propose constituer un apport au débat nécessaire sur les différentes perspectives autour de l'éducation/formation d'adultes, a propos de l'importance des démarches de formation informelle et des connaissances, apprentissages et savoirs acquis et construits au long de la vie, dans des espaces et contextes différents, ainsi que dans diverses instances de participation et intervention sociale.

À partir des mémoires, discours et voix des interlocuteurs de cette recherche, mais aussi en prenant ces racines dans l'ensemble des histoires de vie constituant l'amas du Centre de Documentation et Information de Université Populaire du Porto, nous réfléchissons sur les conditions de vie et de travail de beaucoup de familles ouvrières du Porto, pendant la période du fascisme, sur les luttes pour la liberté, sur le 25 avril 1974, sur l'institutionnalisation du régime démocratique, sur les transformations dans le monde du travail et l'intervention des syndicats.

Reprendre ces mémoires et la perception de ces travailleurs sur différents événements sociaux et politiques qui ont marqué leurs histoires de vie et leurs parcours de formation dont ils ont été, fréquemment, des protagonistes, en tant qu'intervenants actifs dans les luttes sociales, il devient essentiel en tant que contribution pour préserver une vision politique, sociale, historique, culturelle et éducative du travail et des luttes sociales advenues au Portugal, au risque de disparaître en absence de leurs témoignages. La préservation des mémoires du travail et des travailleurs, de leurs représentations sur différents événements vécus et sur les sens et significations qui leur ont été attribuées, sur plusieurs organisations et mouvements auxquels ils ont participé, devient une façon de rappeler et relier le passé, mais devient aussi une forme d'interpeler le présent et de participer dans l'avenir.

A partir des narratives de formation d'ouvriers qui ont assumé un rôle significatif dans les syndicats et dans les luttes sociales passées ou en cours au Porto - et qui, dans ce parcours, ont été éduqués, formés, transformés, produisant des savoirs - nous analysons leurs différentes pratiques et expériences en tant que dirigeants syndicaux.

Reconnaissant que le mouvement syndical, tout en étant profondément engagé dans les processus de changement social et dans la mobilisation d'un nombre significatif de travailleurs dans les luttes, revendications, intervention et organisation, il devient un contexte ayant d'importantes potentialités formatives et émancipatoires pour ceux qu'y participent, nous réfléchissons aussi sur les dimensions éducatives présentes dans l'activité syndicale et sur les démarches de formation résultantes.

AGRADECIMENTOS

Ao Albano, à Amália, ao Barra, ao Freitas, à M^a Emília Reis, à Palmira, ao Ranita, ao Vieira Mendes, um primeiro agradecimento muito especial. A sua história de vida, o seu exemplo, a sua disponibilidade, os seus conhecimentos e o seu apoio, o muito que comigo partilharam e me ensinaram, foram absolutamente imprescindíveis para a concretização deste trabalho. A todos devo a possibilidade de ter elaborado esta tese com as características que veio a assumir.

A todos os amigos da Universidade Popular do Porto, com quem tenho trabalhado e partilhado experiências nos últimos anos, com os quais muito tenho aprendido e com quem sempre senti um enorme prazer em estar lado a lado, dando corpo aos vários projectos a que, com entusiasmo, nos temos abalanchado, na firme convicção de que não temos que nos deixar submeter às lógicas e discursos dominantes. Sem tudo o que colectivamente temos debatido e realizado para preservar as memórias do trabalho e de trabalhadores do Porto esta tese não teria tido lugar.

Ao Professor Doutor Manuel Matos e à Professora Doutora Cristina Rocha pela disponibilidade, apoio e confiança demonstrada, por tudo o que com eles tenho aprendido.

À Natércia, ao Rui Trindade, à Manuela Terrasêca, ao João Caramelo, à M^a José Araújo, à Ariana, à Alexandra, à Elisabete, pela amizade e apoio permanente.

Aos colegas e amigos que, por diversas formas e em diferentes momentos, me apoiaram com o seu incentivo.

À Dr^a Albertina pela simpatia.

Aos estudantes com quem tive o privilégio de partilhar muitas aulas e diversos outros momentos de encontro ao longo dos anos de docência, pelas reflexões que me suscitaram, pelo estímulo em que tantas vezes se constituíram.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo apoio prestado.

À minha família não preciso de dizer nada. Foi sempre, e continuará a ser, o apoio insubstituível em todos os momentos.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANEFA – Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos
ANQ – Agência Nacional para a Qualificação
CCT – Contrato Colectivo de Trabalho
CDI - Centro de Documentação e Informação da UPP
CDP – Comissão Democrática do Porto
CDS - Partido do Centro Democrático e Social
CEE – Comunidade Económica Europeia
CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas
CIS – Comissão Intersindical
COPCON – Comando Operacional do Continente
CP – Comboios de Portugal
CRVCC – Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
DGS – Direcção Geral de Segurança
EFA – Cursos de Educação e Formação de Adultos
FEC-ML - Frente Eleitoral de Comunistas - Marxistas-Leninistas
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
FPCEUP – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GNR – Guarda Nacional Republicana
INOFOR – Instituto para a Inovação na Formação
INTP – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
JOC – Juventude Operária Católica
JSN – Junta de Salvação Nacional
LIACC – Laboratório de Inteligência Artificial e Ciências dos Computadores da Universidade do Porto
MDP/CDE – Movimento Democrático Português /Comissão Democrática Eleitoral
MFA – Movimento das Forças Armadas
MJT – Movimento da Juventude Trabalhadora
MND – Movimento Nacional Democrático
MOJAF – Movimento Juvenil de Ajuda Fraternal

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD – Movimento de Unidade Democrática
MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP – Partido Comunista Português
PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado
PNAEBA – Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos
PPD – Partido Popular Democrático
PREC – Processo Revolucionário em Curso
PS – Partido Socialista
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
RDA – República Democrática Alemã
SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local
SEE – Sector Económico do Estado
SINDETEX- Sindicato Democrático dos Têxteis (UGT)
SNI – Secretariado Nacional de Informação
STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto
UE – União Europeia
UEC – União de Estudantes Comunistas
UGT – União geral de Trabalhadores
UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
UNICEP – Cooperativa Livreira de Estudantes
UPP – Universidade Popular do Porto

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO: PONTOS DE PARTIDA E DE PASSAGEM NO DECURSO DA INVESTIGAÇÃO	15
I – PERCURSOS	29
DA EDUCAÇÃO PERMANENTE À APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA	31
1. <i>Génese da Educação de Adultos</i>	33
2. <i>A Educação de Adultos no quadro da ascensão dos fascismos na Europa</i>	37
3. <i>Educação de Adultos/Educação Permanente</i>	38
4. <i>Formação Contínua, Educação/Aprendizagem ao Longo da Vida</i>	44
5. <i>Desafios actuais para a Educação/Formação de Adultos</i>	56
PERCURSOS DA PESQUISA	59
1. <i>História necessária de um percurso como recurso teórico-metodológico</i>	61
1.1 <i>A Universidade Popular do Porto</i>	62
1.2. <i>O Centro de Documentação e Informação da UPP</i>	64
1.3. <i>Registo e preservação de memórias do trabalho e de lutas sociais</i>	68
2. <i>Um projecto de investigação a construir e a desenvolver</i>	75
2.1. <i>Preocupações e questões de partida</i>	75
2.2 <i>Caminhos da pesquisa</i>	78
2.3. <i>Os interlocutores da pesquisa</i>	82
2.4. <i>A realização das entrevistas</i>	83
2.5. <i>Histórias de vida/narrativas de formação: uma abordagem necessariamente multirreferencial</i>	87
2.6. <i>O lugar e a voz dos interlocutores</i>	92
II – HISTÓRIAS DE VIDA, HISTÓRIAS DE FORMAÇÃO	95
O PERÍODO DO FASCISMO	105
1. <i>A emigração e a migração do campo para a cidade</i>	113
2. <i>Condições de vida</i>	114
3. <i>As relações familiares</i>	119
4. <i>Redes de sociabilidade</i>	124
5. <i>Percursos de escolarização</i>	127
6. <i>A Igreja</i>	136
7. <i>O Trabalho</i>	138
7.1. <i>A entrada no mundo do trabalho</i>	138
7.2. <i>Percursos profissionais</i>	143

7.3. Condições de trabalho	145
7.4. A aprendizagem do ofício	155
7.5. Aprender a ser trabalhador, a construção de identidades operárias	161
7.6. As lutas nas empresas	170
8. <i>A guerra colonial e o serviço militar</i>	173
9. <i>A luta organizada contra o fascismo</i>	180
9.1. O despertar e aprofundar da consciência social e política	181
9.1.1. O papel de algumas organizações juvenis	182
9.2. A frente sindical, a intervenção nos sindicatos	188
9.2.1. Os sindicatos corporativos	188
9.2.2. A luta pela liberdade sindical: o exemplo dos metalúrgicos do Porto	192
9.2.2.1. A conquista da direcção do sindicato pelos trabalhadores	192
9.2.2.2. Transformação da actividade sindical: a mobilização dos trabalhadores	195
9.3. As colectividades como espaços de intervenção cultural e política	204
9.4. A intervenção nas escolas e na Universidade	207
9.5. A participação em organizações e movimentos da oposição democrática	209
9.6. Processos de formação cultural e política	222
O 25 DE ABRIL E O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO	231
1. <i>O processo revolucionário</i>	239
1.1. Os primeiros dias, as primeiras conquistas	239
1.2. A explosão da intervenção e da participação popular	241
1.2.1. A participação nos sindicatos, a dinâmica sindical	243
1.2.2. A militância partidária	247
1.3. A força dos trabalhadores: o direito a um trabalho com direitos	249
1.4. Empresas em auto-gestão	253
1.5. O poder local democrático	255
1.6. O direito à habitação	257
1.7. A participação das mulheres	258
1.8. Aprender a liberdade e a participação	260
2. <i>O refluxo do processo revolucionário</i>	263
DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO Á ACTUALIDADE: TRANSFORMAÇÕES	
NO MUNDO DO TRABALHO E INTERVENÇÃO SINDICAL	269
1. <i>Do 1º governo constitucional à adesão à CEE</i>	281
1.1. Retrocessos nas conquistas de Abril e luta dos trabalhadores	281
1.2. O fim da unicidade sindical e a criação da UGT	282
1.3. Repressão da intervenção sindical nas empresas	288

1.4. Despertar para uma intervenção sindical mais activa	289
1.4.1. A importância da participação em acções de luta	289
1.4.2. A rede de relações, as pessoas significativas	291
1.5. O drama dos salários em atraso	292
1.6. O 1º de Maio de 1982 no Porto	296
2. <i>Adesão à CEE e processo de globalização</i>	298
2.1. A crise de sectores tradicionais	300
2.2. Os fundos comunitários	302
2.3. O trabalho precário, a desregulação das relações de trabalho	304
2.3.1. O exemplo da construção civil	306
3. <i>Resistência e Conformação: A luta dos trabalhadores</i>	309
3.1. Mudanças na organização do trabalho	311
3.2. Baixos salários e duplo emprego	314
3.3. Sociedade de consumo e níveis de endividamento	315
3.4. Baixos níveis de escolaridade e reduzida qualificação	317
3.5. O discurso da crise	318
3.6. O papel dos media	319
3.7. Papel da escola	322
3.8. A memória “inexistente” do passado	324
3.9. Restrições crescentes ao exercício da actividade sindical	325
4. <i>A importância e papel dos sindicatos</i>	326
III – A PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS DA CGTP: DIMENSÕES EDUCATIVAS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO	329
DIMENSÕES EDUCATIVAS DA PARTICIPAÇÃO SINDICAL	339
1. <i>A participação em processos de luta: o que as lutas ensinam</i>	341
1.1. O trabalhador como sujeito de direitos	343
1.2. Lutar vale a pena	345
1.3. O valor da solidariedade	346
1.4. A importância da participação social	348
2. <i>A participação organizada no movimento sindical</i>	350
2.1. O aprofundamento da consciência social e política	350
2.2. O “ofício” de dirigente e o sentido do trabalho sindical	352
2.3. O movimento sindical como escola	358
2.4. A relação com o saber	360
2.5. Saberes próprios, específicos e pertinentes sobre o mundo do trabalho	366
2.6. Os outros existem: relações interpessoais no contexto da acção sindical	372
2.7. O uso da palavra e da comunicação não verbal	379

2.8. O domínio da escrita	384
2.9. Organização e gestão	386
2.10. Pensar os problemas, conceber e desenvolver projectos e lutas	391
2.11. Um saber sobre o movimento sindical	394
PROCESSOS DE FORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ACTIVIDADE SINDICAL	395
1. <i>Processos informais de formação: a formação no quotidiano da acção sindical</i>	398
1.1. O movimento sindical como contexto formativo	398
1.2. O papel formador das experiências: agir, reflectir, agir	401
1.3. A resposta a novos desafios	403
1.4. Relações interpessoais e trabalho colectivo	405
1.5. A preparação individual: ler, estudar, pensar	408
1.6. A integração dos novos activistas	410
1.7. O sentido da acção sindical	412
2. <i>Processos não formais de formação</i>	413
2.1. Os cursos de formação sindical	414
2.2. Ser formador/a no movimento sindical	425
2.3. Os cursos e seminários internacionais	427
2.4. Conferências, seminários, debates, reuniões específicas	428
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONTOS DE CHEGADA, NOVOS PONTOS DE PARTIDA	431
BIBLIOGRAFIA	445
ANEXOS	479

**INTRODUÇÃO: PONTOS DE PARTIDA
E DE PASSAGEM NO DECURSO DA INVESTIGAÇÃO**

INTRODUÇÃO:

PONTOS DE PARTIDA E DE PASSAGEM NO DECURSO DA INVESTIGAÇÃO

A temática da Educação/Formação de Adultos e da Aprendizagem ao Longo da Vida assume hoje uma grande relevância. Abordada, frequentemente, de um modo redutor, associada quase exclusivamente a formas de escolarização e limitada às dimensões da formação profissional e/ou da certificação escolar, tornou-se obrigatória em todos os discursos políticos, empresariais e sindicais, sempre que se fala da situação social e/ou da situação económica.

Os conceitos de educação, formação, educação de adultos e formação de adultos tendem a ser mobilizados por diferentes autores com significações diferentes, nuns casos assumindo como mais abrangente o conceito de educação (Avanzini, Bogard), noutros casos atribuindo essa maior abrangência ao conceito de formação (Honoré, Nóvoa), noutros casos ainda utilizando-os de forma indiferenciada (Dubar). Em Portugal é frequente, no discurso corrente, a redução do conceito de educação à educação escolar e o conceito de formação à formação profissional, sendo que, esta lógica de pensamento não é consensual, dependendo muito das experiências, representações e subjectividades de cada um. Neste quadro, a opção tomada ao longo desta dissertação foi a de utilizar preferencialmente as duas terminologias em conjunto (educação/formação), ou indistintamente (formação ou educação), sempre que se abordam estes conceitos na sua perspectiva mais abrangente e antropológica, adjectivando-os de escolar ou profissional quando são referidos numa perspectiva mais restritiva.

A formação, e especificamente a formação profissional, é cada vez mais apresentada, por diversos sectores e parceiros sociais, como uma das principais chaves para a resolução dos problemas nacionais, como remédio para a falta de produtividade e competitividade da economia, para suprir os “défices” de competências e de qualificações dos trabalhadores. Não se pondo em causa a grande importância do alargamento da escolarização e da formação profissional para o desenvolvimento económico e social, mas também para o desenvolvimento e valorização pessoal, a forma como esta questão é, muitas vezes, apresentada tende a responsabilizar essencialmente os trabalhadores, individual e colectivamente, pelos atrasos estruturais da economia portuguesa e pelos elevados níveis de desemprego.

O discurso emancipatório presente, até aos anos 70, no conceito de Educação Permanente, encarando-a como um processo contínuo e global, que se desenvolve ao longo de toda a vida de cada indivíduo, visando o desenvolvimento integral das suas potencialidades, integrando e articulando diversos níveis de formalização (formal, não formal e informal¹), punha em causa a exclusividade de concepções e práticas escolarizadas, valorizava a emergência da pessoa como sujeito da formação e o papel educativo da experiência vivida em diferentes situações e contextos de inserção e participação social. O discurso actualmente dominante, cada vez mais hegemónico, tende a reduzir a educação e a formação a funções meramente instrumentais, colocando-as ao serviço do actual modelo capitalista de desenvolvimento e subordinando-as às políticas neoliberais dominantes.

Com efeito, a partir dos anos 80, tende a impor-se um discurso uniforme, ambíguo e pretensamente neutro e consensual sobre o que hoje se designa por “Aprendizagem ao Longo da Vida”, sobre o seu significado e importância para todos e para cada um e sobre o próprio conceito. Tais concepções, afirmando visar “o reforço da competitividade da Europa e a melhoria da empregabilidade e da adaptabilidade da força de trabalho”², através da preparação de trabalhadores “competentes”, “adaptáveis às mudanças”, “dotados de espírito empresarial”, “capazes de assumir riscos”³, no actual quadro de transformações no mundo do trabalho, apontam claramente para a formação de trabalhadores socialmente conformados e disponíveis para a aceitação passiva do acréscimo das desigualdades sociais e de um trabalho sem direitos, apresentados crescentemente como “naturalmente” inevitáveis no actual contexto económico, político e social.

As concepções dominantes sobre Educação/Formação de Adultos, designadamente ao nível da Comissão Europeia, presentes em diversos dos seus documentos oficiais, e a tentativa de as apresentar como as únicas válidas e possíveis para dar resposta aos “desafios da mundialização”, recusando o debate das questões centrais ao nível das dimensões filosófica, ética e política da educação e da formação, com o argumento de que já “*não é o momento de reflectir mas sim de agir*”⁴, apostam cada vez mais na valorização hegemónica da formação profissional, na perspectiva da

¹ O nível formal corresponde, em grande medida, ao modelo escolar, baseado na assimetria de relações, na estruturação prévia de programas e na existência de processos de avaliação; o nível não formal, corresponde a actividades educativas/formativas organizadas e desenvolvidas por entidades diversas, fora do quadro do sistema formal de educação/formação; o nível informal corresponde ao conjunto de situações e processos sem qualquer intencionalidade educativa/formativa explícita, que ocorrem ao longo da vida e através dos quais cada pessoa adquire novos conhecimentos e saberes, se forma e se transforma.

² Memorando sobre Aprendizagem ao longo da Vida, Comissão das Comunidades Europeias, 2000

³ *idem*

⁴ Viviane Reding, comissária europeia responsável pela educação; nota de imprensa de apresentação da Comunicação da Comissão Europeia sobre a realização de um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida, Novembro de 2001

formação do “*capital humano*” necessário às exigências do mercado, aos interesses dos grandes grupos económicos e a “*um mundo em mudança*”.

Um mundo em que, como diz McLaren (1988:75), “o *capitalismo foi naturalizado*” e em que

“em todos os países avançados, patrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projecção e jornalistas do top, estão de acordo em falar uma estranha novílingua cujo vocabulário, aparentemente sem origem, circula por todas as bocas: “mundialização”, “flexibilidade”, “governabilidade” e “empregabilidade”, “underclass” e “exclusão”, “nova economia” e “tolerância zero”, [...] e da qual se encontram notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tantos vocábulos peremptoriamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de uma presumível falta de pertinência [..].” (Bourdieu e Wacquant, 2000)

No actual contexto, mesmo a valorização de modalidades de educação não formal e informal e

“[...] a centralidade que se tende a atribuir ao papel do sujeito na sua própria formação, à valorização dos saberes experienciais como ponto de partida da formação ou à importância da autonomia como produto e instrumento do trabalho de formação, não significa uma opção definitiva por uma lógica emancipatória” (Correia, 1998:143),

traduzindo, muitas vezes, uma lógica de responsabilização individual dos trabalhadores pelos seus percursos de formação e pelos seus percursos profissionais, fragilizando-os cada vez mais.

Também no seio de organizações de trabalhadores, como os sindicatos, marcados por fortes tradições históricas de valorização da educação e da cultura no processo de emancipação dos trabalhadores e de luta pela democratização do ensino, parece assistir-se, pelo menos ao nível dos documentos públicos e dos discursos mais oficiais, a uma concepção empobrecedora da formação profissional, com a adopção de terminologias, e eventualmente de práticas, semelhantes às de outras entidades, parecendo ficar esquecidas dimensões centrais da formação integral do ser humano muito presentes noutros momentos da história do movimento operário.

Efectivamente, os movimentos de trabalhadores e o movimento sindical, em particular, enquanto espaços de intervenção social, têm-se afirmado, ao longo dos anos, como contextos educativos/formativos particularmente importantes, contribuindo para a formação de muitos trabalhadores que “*aí se descobrem e aprendem como sujeitos de direitos*” (Arroyo, 2003:32). Em diversos contextos sociais e políticos,

diferentes organizações e movimentos têm-se constituído como “escolas” de formação cultural, cívica e política e de formação para a cidadania, permitindo a muitas pessoas, através da sua participação em diversas iniciativas e em pequenas e grandes lutas, a vivência de experiências que contribuíram para a sua formação global, para o desenvolvimento da sua consciência social e para que se fossem assumindo como “actores” e “autores” sociais (Ardoino, 1993), empenhados em processos de transformação e de mudança social.

Ao longo dos tempos muitos foram os trabalhadores que encontraram na sua participação social e política os espaços que lhes permitiram a realização de muitas e diferentes aprendizagens, o desenvolvimento de múltiplas capacidades, o aprofundamento e a produção de conhecimentos e saberes em áreas diversificadas, conduzindo à mudança de comportamentos e atitudes e à construção de novas identidades pessoais e colectivas. A participação no movimento social tem constituído para milhares de trabalhadores *“uma escola de aprendizagem de relação social, tomada de consciência, solidariedade, dinamização e mobilização social e assunção de protagonismo e participação na política comunitária”* (Palenzuela, 1988:302), pois é *“pela aprendizagem da participação activa no funcionamento das estruturas da sociedade ou, quando é preciso, por um compromisso pessoal nas lutas que visem reformá-las que o indivíduo aprende a plenitude das suas dimensões sociais”* (Faure, 1981:235).

Os movimentos de trabalhadores, enquanto espaços comprometidos com causas e intervenientes na transformação e na mudança social, têm contribuído para que, a partir da intervenção e da luta em torno de problemas específicos, muitas vezes em *“processos carregados de emocionalidade”* (Azócar, 2004), num processo transformador de cada um e verdadeiramente emancipatório, as pessoas vão tomando consciência do que significa ser trabalhador enquanto sujeito colectivo e do seu papel no mundo, reflectindo sobre ele, idealizando um outro futuro e tomando nas suas mãos a sua construção colectiva.

Assumindo-se como sujeitos da história, os trabalhadores assumem o exercício da democracia e de uma cidadania participativa, intervindo activamente na mudança social e na construção dos sentidos da mudança. Como diz Paulo Freire (1975:105) *“aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se ‘apropriam’ dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles”* e *“através da sua permanente acção transformadora da realidade objectiva os homens, simultaneamente criam a história e se fazem seres histórico-sociais.”* (idem:132)

Esta é uma realidade reconhecida e valorizada por muitos dos protagonistas e principais intervenientes nos movimentos de trabalhadores, em múltiplas conversas

informais, com base na sua própria experiência pessoal. É, contudo, em geral, muito pouco afirmada nos discursos sindicais mais oficiais e nos documentos produzidos, acabando por reflectir uma perspectiva redutora do conceito de educação/formação e por se traduzir numa efectiva desvalorização, pelo menos na esfera pública, do movimento sindical e dos sindicatos enquanto espaços formativos/ educativos.

Existindo já diversos trabalhos publicados sobre o movimento sindical português, entre os quais [Barreto (1990; 1994); Candeias (1981); Costa (2008); Estanque (2000; 2005); Freire, J. (1996); Lima et al (1992); Silva, C. (2002; 2007; 2008) Stoleroff (1995); Valente (1996)], as dimensões educativas e os processos de formação decorrentes da participação e intervenção nos sindicatos estão ainda muito pouco estudadas, podendo constituir um importante campo de análise para as Ciências da Educação.

No actual quadro de reflexões sobre a Educação/Formação de Adultos e sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida, o estudo das dimensões educativas e dos processos de formação decorrentes da participação em lutas sociais e em contextos significativos de intervenção social, como são os sindicatos e outras organizações de trabalhadores, torna-se ainda mais pertinente. A sua análise poderá constituir um contributo para dar visibilidade a práticas e modalidades de formação alternativas ao pragmatismo dominante, para repensar o estatuto dos saberes e para outras formas de pensar a educação e a formação, a educação de adultos e a própria escola, para questionar a tendência hegemónica para a subordinação acentuada da educação/formação de adultos às formas escolarizadas dominantes, à formação profissionalizante e a uma perspectiva mercantilista da formação.

Assumindo que a educação/formação acontece em múltiplos espaços e está também associada a “*formas e processos de sociabilidade quotidiana e a movimentos colectivos – de associação, organização, luta e expressão*” (Manfredi, 1996: 15), importa estudar, conhecer e dar a conhecer o papel desempenhado pelos sindicatos nos processos de educação/formação de muitos trabalhadores.

Estudar as dimensões educativas/formativas das lutas sociais e dos movimentos de trabalhadores, na sua complexidade e riqueza, implica reconhecê-los como contextos formais, não formais e informais de formação. Não deixando de ter em atenção as iniciativas explicitamente pensadas com o objectivo de serem formativas – cursos de formação sindical, seminários, conferências, entre outras, e a importância que assumem para quem nelas participa, importa analisar a influência e os efeitos educativos que provocam nos seus intervenientes a participação nas pequenas ou

grandes lutas e no quotidiano da acção e intervenção sindical que não têm, à partida, pelo menos explicitamente, qualquer intencionalidade formativa.

A preocupação com os actuais caminhos da Educação/Formação de Adultos e a consciência da importância de diferentes contextos de participação e intervenção social e política na formação individual e colectiva, na construção de novos conhecimentos e saberes e de outras formas de olhar e pensar o mundo, fruto da minha experiência pessoal e do conhecimento de diversos activistas sindicais que afirmam o movimento sindical como “uma grande escola”, levaram-me a procurar analisar com maior profundidade esta afirmação e os sentidos e significados que lhe eram e são atribuídos.

Foi uma decisão assumidamente implicada, reconhecendo que *“a implicação não é exterior à investigação mas um dos seus elementos constitutivos que deve ser trabalhado como tal”* (Berger, 1992:33) e que *“nas práticas de um investigador nunca existe neutralidade, benévola ou não, objectividade pura, porque o tecido das interacções constitutivo das práticas é da ordem da inter-subjectividade”* (Ardoino, 2000) e a nossa subjectividade é algo *“ineliminável e incontornável, enquanto parte integrante da realidade, ela própria compreendida e vivida”* (ibidem).

O acto de conhecer, o processo de investigação, estabelece-se com base em motivações profundas do pesquisador, dos seus desejos (conscientes e/ou inconscientes), das suas projecções pessoais, das suas identificações, da sua trajectória pessoal (Martins, 2004:92), não havendo *“processo científico ou escolha de objecto teórico que não seja sustentado por uma dimensão afectiva na maior parte dos casos associada a uma lógica biográfica articulada a um contexto sócio cultural e histórico”* (Josso, 2002:74).

“Quem investiga tem uma história que organiza as formas de olhar e, portanto, de pensar o mundo” (Silva, S. 2008: 65) e as minhas formas de olhar não são dissociáveis da pessoa que sou hoje, da minha história de vida e dos meus percursos de formação, dos meus compromissos sociais, da minha vivência do fascismo e do 25 de Abril, da minha participação em diferentes organizações, movimentos e lutas sociais e políticas. Nem são dissociáveis da minha própria família e das minhas memórias, do meu percurso enquanto estudante e docente do curso de Ciências da Educação da FPCEUP, das pessoas que fui tendo oportunidade de conhecer, entre as quais alguns dos interlocutores deste trabalho, com outras histórias de vida e detentoras de inúmeros saberes, que comigo partilharam experiências comuns, proporcionando-me múltiplas aprendizagens.

Também a minha ligação e o trabalho realizado na Universidade Popular do Porto (UPP), particularmente em torno da criação e desenvolvimento do Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto e dos projectos que lhe deram origem permitiu-me ter acesso a um conjunto significativo de histórias de vida de pessoas do Porto que vivenciaram ou protagonizaram diferentes acontecimentos sociais e políticos, às suas memórias e narrativas sobre factos por elas vivenciados, às suas perspectivas e ângulos de análise sobre acontecimentos diversos, as quais constituem um importante acervo disponível para ser analisado sob diferentes olhares.

Olhá-lo do ponto de vista das Ciências da Educação, analisar as histórias de vida e narrativas de formação de pessoas que participaram/participam, de uma forma muito intensa, em organizações populares e de trabalhadores, perceber o papel, a importância e o sentido que, do ponto de vista da sua formação, estes trabalhadores atribuem às suas experiências em diferentes contextos e, mais especificamente, à sua intervenção nas lutas sociais e nos sindicatos, poderá constituir-se num contributo para a construção de uma ideia “nova” de educação e de formação, de que fala Nóvoa (in prefácio Canário, 1999:4), comprometida com a mudança e a emancipação social, recolocando no centro do debate questões centrais a nível das dimensões filosófica, ética e política da educação e da formação.

Assim, surge como pertinente procurar resgatar, reconstruir, valorizar e reflectir sobre memórias, experiências e práticas vivenciadas por diversos trabalhadores no seu processo de constituição como sujeitos colectivos, dando vez e voz a quem assumiu/assume um papel relevante nas lutas e movimentos sociais que se desenvolveram/desenvolvem no Porto, a trabalhadores que se recusam a ficar indiferentes e a permanecer passivos, tomando parte activa na construção de um outro mundo possível e que nesse processo se educam, se formam, se transformam e produzem saberes.

O estudo e a problematização de diferentes experiências pessoais e colectivas de trabalhadores do Porto e do significado que assumiram para quem as vivenciou ou protagonizou, partindo da recolha de histórias de vida e de narrativas de formação de dirigentes e ex-dirigentes de alguns dos mais importantes sindicatos do distrito do Porto, filiados na CGTP, procura, assim, preservar as suas memórias e, através da sua análise, perceber as suas representações sobre os seus processos de formação e sobre os conhecimentos, aprendizagens e saberes adquiridos e construídos ao longo da sua vida, em diferentes espaços e contextos e em diversas instâncias de participação e intervenção social. E fazê-lo com eles, a partir do sentido que atribuem às suas memórias e às suas narrativas, poderá contribuir também para a

(re)valorização dos movimentos de trabalhadores e dos sindicatos enquanto contextos educativos/formativos, para desocultar as potencialidades educativas e emancipatórias neles existentes, e presentes também noutros espaços de trabalho e da vida social, e constituir uma forma de participar na reabilitação das experiências nos processos de formação.

Foram assim preocupações de partida procurar compreender, a partir da análise das narrativas de formação de diferentes activistas sindicais, a percepção que estes têm sobre a importância que, do ponto de vista da sua educação/formação, tiveram diferentes contextos de socialização, como a família, a escola, a igreja, o trabalho e muito particularmente as organizações de trabalhadores e os movimentos sociais em que tiveram/têm uma intervenção activa, para serem as pessoas que são hoje e pensarem o que pensam.

A opção por trabalhar com histórias de vida e narrativas de formação traduziu a preocupação de ouvir as pessoas e de lhes dar voz, de colocar no centro da investigação *“o sujeito, o quotidiano, as práticas sociais e os seus sentidos”* (Balandier in Ferraroti, 1983:8), dando *“legitimidade à mobilização da subjectividade como modo de produção de saber e à intersubjectividade como suporte do trabalho interpretativo e de construção de sentido para os autores das narrativas”* (Josso, 1999:16).

Tal opção implicou reconhecer e assumir *“uma relação nova do investigador com o seu objecto de investigação. Com efeito, ele não pode satisfazer-se com a neutralidade e o distanciamento, se quer ter garantias de uma interacção profunda e durável”* (Dominicé, 1988:101). E implicou, igualmente, atribuir aos autores das histórias de vida e das narrativas de formação um lugar central em todo o processo de investigação, incluindo no texto final da tese, assumindo que *“a tarefa do investigador, a tarefa de construção do saber, é precisamente ir buscar junto daqueles que sabem, o discurso de que são portadores”* (Berger, 1992:25), e que o papel das Ciências da Educação será o de *“trabalhar o saber de que as pessoas são portadoras e não o de produzir saberes sobre as pessoas coisificadas que elas não seriam capazes de saber”* (ibidem), o que significa efectivamente *“escutá-las”*, dar-lhes a palavra e a voz.

Esta perspectiva permitiu que ao longo do processo de investigação fosse ficando claro que deveriam ser alvo de análise e de reflexão outras dimensões presentes nos discursos dos interlocutores, às quais estes atribuem uma grande importância e que, efectivamente, acabaram por ganhar uma relevância significativa na lógica da pesquisa.

Para além das dimensões e dinâmicas educativas/formativas do movimento sindical, das lutas sociais e de outras instâncias de participação social e política, é o conjunto das suas histórias de vida e, através delas, das histórias de vida de muitas

famílias operárias, do trabalho e das lutas dos trabalhadores, em diferentes períodos sócio-históricos e políticos que está presente, que marcaram os seus percursos de formação, e que estas pessoas sentem que é necessário contar e não deixar esquecer, constituindo-se uma forte motivação, ou mesmo a motivação principal, para falarem de si.

Com o desenrolar das entrevistas e das relações que se foram estabelecendo com os diversos interlocutores, o maior conhecimento e entrosamento com as suas histórias de vida e com as memórias partilhadas, as recordações que a mim mesma foram suscitando, foi-se tornando cada vez mais claro que “escutá-los” do ponto de vista das Ciências da Educação e numa perspectiva multirreferencial (Ardoino, 1993), exigia não só a análise das dimensões formativas dos seus percursos, mas também dos diferentes contextos que neles se cruzam. Essa análise não podia ser dissociada dos contextos sociais e políticos mais vastos e da sua evolução, nem do conjunto de vivências das pessoas e dos sentidos que estas lhes atribuem.

As memórias e vivências destes trabalhadores trazem-nos um importante retrato social da vida de muitas famílias operárias no Porto, ao longo do século XX, com particular incidência a partir dos anos 50, dão-nos conta das profundas e marcantes transformações sociais, políticas, económicas e culturais que foram ocorrendo, da luta contra o fascismo (Loff, 2008), do 25 de Abril, do processo de institucionalização do regime democrático, das transformações actuais no mundo do trabalho e das organizações de trabalhadores, bem como de um grande número de processos de luta desenvolvidos, em que participaram, transformações e lutas essas quantas vezes esquecidas (de forma deliberada ou não), ou apresentadas sem ter em conta a perspectiva dos trabalhadores.

Resgatar estas memórias e a percepção destes trabalhadores sobre diferentes acontecimentos sociais e políticos que marcaram as suas histórias de vida e os seus percursos de formação, que vivenciaram, e dos quais foram, muitas vezes, protagonistas, torna-se pois essencial como contributo para preservar uma visão política, económica, social, cultural, do trabalho e das lutas sociais ocorridas em Portugal, que sem o seu testemunho tenderá a desaparecer.

A preservação das memórias do trabalho e dos trabalhadores, das suas representações sobre diferentes acontecimentos vivenciados e dos sentidos e significados que lhes foram e são atribuídos, e sobre diversas organizações e movimentos em que participaram, além de constituir um importante contributo para uma visão mais alargada e abrangente da História que tenha em conta a perspectiva dos trabalhadores, constitui também um importante acto de cidadania.

Num momento em que se assiste a diversas iniciativas visando o branqueamento do fascismo e o apagamento da memória do que representou a ditadura e ao retrocesso de direitos conquistados com o 25 de Abril, resgatar memórias de trabalhadores e de intervenientes activos nas lutas sociais torna-se particularmente importante. Reflectir sobre elas a partir de diferentes perspectivas e ângulos de análise (histórico, social, político, económico, educativo, ...), “*tendo como objectivo estabelecer um novo ‘olhar’ sobre o ‘humano’, a partir da conjugação de várias correntes teóricas*” (Martins, 2004:86), torna-se não apenas um meio de lembrar e equacionar um passado, mais ou menos próximo ou longínquo, mas também uma forma de, recusando as perspectivas fatalistas e imobilistas da ideologia neoliberal dominante, interpelar o presente e participar na construção do futuro, o que se constitui também num importante processo formativo.

Este alargamento do que tinham sido as preocupações de partida, tendo dado uma outra perspectiva ao trabalho de investigação, tornando-o para mim ainda mais significativo, deu também origem a um crescendo de angústias sobre os modos e as formas de o prosseguir, mais acentuadas ainda no momento da escrita. A consciência de que não seria possível abarcar todas as questões em presença e que teria sempre que optar pela abordagem de umas em detrimento de outras, a dificuldade em decidir por uma abordagem mais extensiva ou mais intensiva, por aprofundar menos determinados aspectos mas abarcar o conjunto das histórias de vida na sua temporalidade, ou por centrar mais a investigação em determinados acontecimentos e contextos, o papel a atribuir, em cada momento, e muito particularmente no documento final, aos meus interlocutores e às suas vozes em discurso directo, ou seja a tradução para uma dissertação de doutoramento do significado de lhes dar vez e voz, foram questões que permanentemente me acompanharam.

Tendo em conta as diversas preocupações que foram estando presentes ao longo da investigação desenvolvida e os caminhos que ela foi prosseguindo, a dissertação encontra-se organizado em três partes:

A primeira parte, intitulada **Percursos**, integra o capítulo “Da Educação Permanente à Aprendizagem ao Longo da Vida”, no qual se reflecte sobre a génese da Educação de Adultos e sobre a forma como foi sendo equacionada em diversas instâncias e em diferentes momentos históricos. Assume-se que a passagem dos discursos da Educação Permanente para os da Aprendizagem ao Longo da Vida traduz uma clara mudança de paradigma, afirmando os actuais discursos dominantes uma visão redutora e funcionalista da educação/formação de adultos, com a sua submissão a uma lógica economicista. Esta parte integra, ainda, o capítulo “Percursos

da pesquisa”, no qual se procura dar conta da investigação desenvolvida, da sua história, das opções teórico-metodológicas que foram sendo assumidas.

Na segunda parte, “**Histórias de Vida, Histórias de Formação**”, pretende-se articular as histórias de vida de diversos dirigentes e ex-dirigentes sindicais do Porto com os seus percursos de formação e com as transformações sociais e políticas ocorridas em Portugal nas últimas décadas. Esta articulação é feita ao longo de três períodos históricos: o período do fascismo; o 25 de Abril e o período revolucionário; o período da institucionalização do regime democrático, procurando contribuir para a sua caracterização social e política a partir das histórias de vida dos interlocutores deste trabalho, das suas memórias, vivências e testemunhos no seu cruzamento com o contributo teórico de diversas áreas disciplinares.

Na terceira parte “**Dimensões educativas e dinâmicas de formação dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais – a participação em sindicatos da CGTP**”, organizada em dois capítulos – “Dimensões formativas da participação sindical” e “Processos de formação no contexto da intervenção e da actividade sindical”, discute-se a importância que estes dirigentes sindicais assumem ter tido na sua formação, e na de outros trabalhadores, a participação activa no movimento sindical, as principais aprendizagens resultantes dessa participação e os processos de formação presentes no quotidiano da acção sindical e em momentos mais formais de formação.

Por fim, as considerações finais, que intitulei “**Pontos de chegada, novos pontos de partida**”, por ser para mim claro que, embora tendo chegado ao fim de uma etapa, são muitas as questões que sinto agora necessidade de aprofundar. Nelas se procura fazer não só fazer uma breve síntese das questões centrais que atravessaram a investigação mas também identificar linhas de força de investigações futuras a desenvolver.

I- PERCursos

**DA EDUCAÇÃO PERMANENTE
À APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA
- UMA MUDANÇA DE PARADIGMA**

DA EDUCAÇÃO PERMANENTE À APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA

O discurso dominante sobre Educação/Formação de Adultos, designadamente ao nível da Comissão Europeia, apresenta-se e procura afirmar-se como neutro, consensual e como o único válido, no quadro do que é também apresentado como a inevitabilidade do actual processo de globalização e das transformações em curso no mundo do trabalho. Neste contexto, importa dar conta dos modos como a Educação de Adultos foi sendo equacionada, em diferentes períodos sócio-históricos e em diversas instâncias, e assumi-la como um importante objecto de discussão e debate públicos, face ao qual se desenvolvem e coexistem múltiplos discursos e práticas, reflectindo formas variadas de a pensar e de pensar o mundo. Clarificar e explicitar diferentes perspectivas em torno dos conceitos de Educação/Formação de Adultos, Educação Permanente e Aprendizagem ao Longo da Vida, rever e questionar o seu papel, surge como particularmente importante na medida em que as relações que se estabelecem entre a educação de adultos e a sociedade, e os diferentes objectivos que lhe são atribuídos, não são de forma nenhuma neutros, pressupondo diferentes concepções políticas e ideológicas sobre os processos de formação e de mudança social. Se, como diz Rui Canário (1999:95) *“a construção de uma sociedade educativa em que os indivíduos vivam de forma permanente situações que lhes permitam ‘aprender a ser’ (ou seja a determinar o seu futuro individual e colectivo) é um imperativo de civilização”*, o discurso actualmente dominante sobre Aprendizagem ao Longo da Vida precisa claramente de ser questionado.

1. Génese da Educação de Adultos

Se numa concepção abrangente e antropológica de educação/formação, enquanto processo que se constrói ao longo de todo um percurso de vida e estando nele ancorado, podemos afirmar que a educação/formação de adultos sempre existiu, enquanto processo *“organizado e intencional”*, de acordo com Paolo Federighi e Alberto Melo (1999), tornou-se uma realidade com o advento da sociedade industrial, tendo as primeiras medidas a seu favor sido tomadas na Noruega, durante a 1ª

metade do século XVIII. Estabelecendo-se verdadeiramente durante o período mais intenso da revolução industrial, traduziu-se no aparecimento de novas escolas de formação profissional para jovens trabalhadores e adultos, na difusão de sociedades e associações de ajuda “mútua” e de solidariedade educativa e no nascimento de actividades diversas de educação popular, a partir de dois movimentos paralelos:

“por um lado, o interesse industrial burguês em ter trabalho manual disponível, capaz de participar numa actividade produtiva submetida a constante desenvolvimento e, por outro lado, o interesse emergente das classes laborais em dirigir as novas condições e possibilidades de formação, trazidas pelo processo de produção, na sua própria emancipação e interesse em ultrapassar as divisões sociais do trabalho”
Paolo Federighi e Alberto Melo (1999).

Para Santos Silva (1990), foi no decurso do século XIX que a educação de adultos começou a ganhar sentido, no quadro do processo de formação de sistemas escolares nacionais e do desenvolvimento de movimentos sociais de massas, tendo como uma das suas bases essenciais iniciativas de carácter não estatal, nomeadamente de iniciativa popular (ligas, associações, igrejas, sindicatos, com diversas orientações políticas e ideológicas), marcadas pela pressão da universalização da instrução elementar, pela disputa de influência social e pela necessidade de socialização moral e cívica dos seus membros e círculos de influência.

No mesmo sentido, Lengrand (1981:45) afirma que foi *“fora dos caminhos tradicionais da escola e da universidade”*, em organizações de ensino mútuo, instituições de educação operária ou cooperativas e movimentos e associações de educação popular que se desenvolveu um novo tipo de educação de adultos, onde

“o adulto recebia a substância de um ensino; em troca, fornecia a riqueza insubstituível da sua própria maneira de ser homem e de viver o destino de um homem, de um trabalhador, de um cidadão, de um ser mergulhado numa multiplicidade de situações e de relações”.

Na sua génese, a Educação de Adultos foi claramente marcada por preocupações emancipatórias, tendo as organizações operárias revolucionárias e os seus militantes, a partir da 2ª metade do século XIX, associado estreitamente educação e emancipação, uma vez que *“educar-se emancipa e emancipar-se educa”*, sendo mesmo os sindicatos considerados como *“lugares e ocasiões de formação e de aquisição de saberes formais, não formais e informais”*, assumindo a educação um

papel indispensável na “*emancipação social e económica dos trabalhadores*” e “*na realização de uma sociedade de homens conscientes e livres*” (Lenoir, 2003). Desde o 2º Congresso da Associação Internacional de Trabalhadores, realizado em 1867, que a necessidade de um ensino integral, isto é, a “*educação da mão, do corpo e do espírito*” (idem:14) é invocada, afirmando-se que “*a instrução e a educação são uma das condições da emancipação dos trabalhadores*” (Dolléans, 1957, in ibidem), sendo

“*(...) essenciais à dignidade do trabalho e à preparação da transformação radical da sociedade, desenvolvendo nos trabalhadores as capacidades para produzir, distribuir e gerir tudo o que é necessário ao bom funcionamento da sociedade futura*”. (ibidem)

É neste quadro que militantes sindicais se empenham na criação de bibliotecas, na organização de cursos profissionais e cursos livres e no desenvolvimento de muitas outras iniciativas tendo em vista a formação e o desenvolvimento cultural dos trabalhadores, assumindo como responsabilidade sindical zelar pela educação destes. A criação de Universidades Populares em diversos países inscreve-se nesta dinâmica, procurando “*libertar moralmente o trabalhador, libertando-o de todos os dogmas e juízos de valor que obscurecem ainda o seu cérebro*”, testemunhando “*uma grande confiança na cultura, percebida como um poder para aqueles que a detêm e como um instrumento de emancipação*.” (Lenoir, 2003:15)

Em Portugal, a segunda metade do século XIX e o princípio do século XX são igualmente marcados pela emergência e por um forte desenvolvimento da educação popular

“*caracterizado(s) pela multiplicidade das iniciativas e pela diversidade, quando não pelo antagonismo político-ideológico dos respectivos promotores e agentes: cursos nocturnos e escolas móveis, animados por associações de diferentes matizes ideológicos, pelo estudantado, ou pelas autoridades políticas, círculos católicos operários, organizados pela Igreja Católica ou por militantes laicos na perspectiva da difusão da doutrina social cristã*” (Fernandes, 1993:9).

Diversas actividades no domínio da educação de adultos, como organização de bibliotecas, criação de grupos de teatro, acções de alfabetização, cursos livres, círculos de estudo, conferências e palestras são promovidas pelo movimento associativo e popular, por associações operárias e sindicatos, visando a elevação do nível cultural dos trabalhadores, mas visando também, em função dos seus promotores, a difusão de ideias republicanas, socialistas ou anarquistas. Surgem as

primeiras Universidades Livres e Universidades Populares⁵, criadas essencialmente sob influência de sectores anarco-sindicalistas e da Renascença Portuguesa e tendo por objectivos “*a vulgarização cultural*” (Fernandes, 1993:9).

Com a instauração da República, verifica-se um grande crescimento das organizações operárias e da actividade sindical que assumem uma significativa importância na vida cultural, social e política do país. Ao mesmo tempo assiste-se também a “*uma verdadeira explosão na criação de centros de educação popular*” (Candeias, 1981:41), com o aparecimento de inúmeras sociedades de instrução e recreio que desenvolvem uma intensa actividade e o aumento do número de Universidades Populares, as quais visavam essencialmente a promoção cultural das classes trabalhadoras, mas dirigiam-se igualmente “*a todos os portugueses, a qualquer classe a que pertençam, tenham estes frequentado seja que curso for*” (Cortesão, J.)⁶

A preocupação das organizações operárias e sindicais com a educação dos trabalhadores e dos filhos destes e a sua intervenção nesta área, está bem patente nas conclusões do Congresso da CGT (Confederação Geral de Trabalhadores), realizado em 1925, nas quais é salientada a necessidade do movimento operário se ocupar das questões da educação, devendo pôr a funcionar escolas primárias de educação integral (que alguns sindicatos já possuíam e de que é exemplo a Escola-Oficina nº1 de Lisboa) e institutos de educação, tipo Universidades Populares, a fim de

“ministrar uma educação aos que não frequentaram a escola”; “suprir a educação que a escola não dá, criando nos indivíduos uma ideologia indispensável à vida e ao progresso social”; “alargar e intensificar a educação geral daqueles que, todos entregues às preocupações das suas especialidades científicas profissionais não podem, por falta de tempo, acompanhar, dia a dia, todos os progressos, toda a evolução de ideias gerais e fundamentais das ciências e artes e respectivas técnicas, que não são objecto dos seus estudos habituais e profissionais” (in Candeias, 1981:58).

⁵ Academia de Estudos Livres, em Lisboa (1889), Universidade Livre do Porto (1902), Universidade Popular do Porto, Universidade Popular de Coimbra e Universidade Livre para a Educação Popular, em Lisboa (1912), Universidade Popular da Póvoa de Varzim e Universidade Popular de Vila Real (1913), Universidade Popular Portuguesa (1919)

⁶ “A Vida Portuguesa”, nº 3, pg.19.

2. A Educação de Adultos no quadro da ascensão dos fascismos na Europa

Os anos 30 e 40, marcados na Europa pela ascensão de regimes fascistas e ditatoriais em diversos países, pelo nazismo, pela Guerra Civil de Espanha e pela 2ª Guerra Mundial, vão traduzir-se num retrocesso muito significativo da Educação de Adultos. O desenvolvimento das políticas obscurantistas que marcaram estes regimes passou pela ilegalização dos sindicatos livres e de múltiplas associações que promoviam a educação e a cultura, pelo encerramento das suas instalações e destruição dos seus bens, pela proibição das suas iniciativas, pela perseguição e mesmo assassinato de muitos dos seus principais dirigentes e dinamizadores e de muitos professores. O ambiente de repressão e de terror generalizado não conseguiu, no entanto, aniquilar por completo a actividade de importantes movimentos e organizações de oposição e resistência ao fascismo e ao nazismo, no seio dos quais a educação e a cultura continuaram a ser assumidas como centrais para a libertação e emancipação dos trabalhadores, perspectivas estas que vieram a ter um grande impacto nos debates e em muitas resoluções sobre educação de adultos tomadas no pós guerra, designadamente pela UNESCO.

Em Portugal, a partir de 1926, com a instauração do fascismo, e de forma mais acentuada a partir de 1933, com a aprovação da Constituição e do “Estatuto do Trabalho Nacional”, as iniciativas de educação popular e a actividade cultural das associações, bem como a intervenção dos sindicatos, foram sujeitas a fortes limitações ou mesmo ilegalizadas, com a prisão de muitos dos seus dirigentes, ao mesmo tempo que se erguiam vozes em defesa do analfabetismo - *“a parte mais linda, mais forte , e mais saudável da alma portuguesa são os seus 70% de analfabetos”* afirmará então Virgínia Castro Almeida⁷.

Apesar da repressão e dos grandes conditionalismos impostos, diversas colectividades e associações conseguiram continuar a promover diferentes actividades culturais, mantendo-se como importantes espaços educativos e formativos para muitos trabalhadores e como focos da resistência à ditadura. Entres elas, encontra-se a Universidade Popular Portuguesa, que tinha sido constituída em 1919, e que conseguirá ainda manter-se em actividade até 1944, assumindo um papel de relevo na formação cultural de muitos trabalhadores e de muitos opositores ao regime.

Algumas das conferências proferidas nos anos 30 por Bento de Jesus Caraça, então seu presidente, sobre a estreita articulação entre cultura e liberdade, considerando que não pode existir uma sem a outra, e sobre a importância e o papel

⁷ O Século, 5 de Fevereiro de 1927

da educação e da cultura para a emancipação do “homem”, são particularmente significativas do ponto de vista do pensamento de importantes sectores da resistência portuguesa ao fascismo, tendo marcado diversas gerações de trabalhadores que assumiram nessa luta um papel activo, mantendo-se ainda hoje de uma enorme actualidade. Na conferência “A cultura integral do indivíduo – problema central do nosso tempo”, proferida em 1933, Bento de Jesus Caraça considera que o “*homem culto*” é o que

“tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence; tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano; faz do aperfeiçoamento do seu ser interior a preocupação máxima e fim último da vida” (1978:51),

Para Bento de Jesus Caraça, a civilização capitalista mostra-nos que é “*um baixo grau de cultura que permite que os meios do progresso sejam utilizados num ambiente de completo abandono dos objectivos superiores da vida*” (idem:52) e que esse abandono só pode ser evitado pelo reforço da cultura, “*que não deve nem pode ser monopólio de uma elite*”, pois só ela permite à “*humanidade tomar consciência de si própria*”. (idem:53)

3. Educação de Adultos / Educação Permanente

A partir do final da 2ª Guerra Mundial, num contexto de grande desenvolvimento económico e de euforia desenvolvimentista, regista-se uma explosão da educação de adultos e a sua consolidação enquanto campo específico, passando a ser “*proposta ou mesmo imposta a todos*” (Avanzini, 1996:6), coexistindo diversos discursos e práticas, que vão assumir expressões diferentes no terreno da sua concretização.

Sob a égide da UNESCO, realizam-se diversas conferências e encontros internacionais sobre educação de adultos, num esforço de coordenação internacional, assistindo-se a um crescimento da importância que lhe é atribuída e a alterações na forma de a pensar. Vale a pena debruçarmo-nos com alguma atenção sobre documentos aprovados em diversas iniciativas realizadas ao longo dos anos, os quais nos permitem dar conta dessas mesmas transformações, apesar dos múltiplos compromissos diplomáticos que traduzem e da consciência que as políticas

efectivamente implementadas nos diferentes países nem sempre reflectiram os discursos oficiais da UNESCO.

A 1ª Conferência, realizada na Dinamarca (Elseneur), em 1949, quatro anos apenas depois do fim da 2ª guerra mundial, com a presença de delegados de 27 países, sobretudo do Ocidente, é claramente marcada pelo cenário do pós guerra e pelas tarefas de reconstrução económica, política e social que então se colocavam. Sendo apontados como seus objectivos

“criar uma atmosfera de curiosidade intelectual, de liberdade social e de tolerância, e estimular em cada pessoa a necessidade e possibilidade de tomar parte activa no desenvolvimento da vida cultural do seu tempo [...] e dar aos indivíduos o conhecimento essencial para o desempenho das suas funções económicas, sociais e políticas, e especialmente possibilitar-lhes, através da participação na vida das suas comunidades, viver uma vida mais completa e harmoniosa” (in Gusmão e Marques, 1978:17),

a Educação de Adultos vai ser considerada *“como uma actividade especializada e conscientemente organizada” (idem:9)*, sendo dominada *“pela ideia da educação compensatória, segundo a lógica da 2ª oportunidade escolar” (Matos, 1999:232).*

A 2ª Conferência, realizada no Canadá (Montreal), em 1960, com representantes de 51 países, muitos dos quais do então chamado Terceiro Mundo, marca uma viragem das preocupações centradas na Europa para as centradas nestes países. Considerando que o mundo está a viver um processo de profundas e rápidas transformações, salienta a importância da educação de adultos e a necessidade de esta ser reconhecida por todos os povos *“como um componente normal do programa de educação de cada país” (in Gusmão e Marques, 1978:17)*, sublinhando o papel que deve desempenhar no campo da compreensão internacional, na promoção da paz e no incremento do desenvolvimento económico. Reconhecendo a crescente aceitação das necessidades de formação profissional e técnica, dadas as profundas alterações tecnológicas, chama a atenção para a insuficiência de considerar apenas essa dimensão da educação de adultos, uma vez que as sociedades sadias *“são compostas por homens e mulheres e não por autómatos vivos” (ibidem)* e salienta que *“a aquisição das qualificações técnicas do indivíduo nunca deve realizar-se à custa da necessária reflexão sobre os valores da vida humana” (Dias, 1982: 25)*

A partir dos anos 60, de acordo com Paolo Federighi e Alberto Melo (1999), o campo educativo entrou numa fase de grande crescimento, tornando-se objecto de

confronto entre interesses diversos, entrando em crise o modelo escolar e a concepção de educação centrada apenas numa única fase da vida de cada indivíduo, tendo-se tornado o direito à educação e à cultura um tema comum, com o envolvimento directo dos governos, sindicatos e outras organizações sociais no domínio da formação.

A 3ª Conferência da UNESCO, realizada no Japão (Tóquio), em 1972, com delegados de 86 países, vai considerar a educação como um processo permanente, sendo inseparáveis a educação das crianças e adolescentes e a educação de adultos, afirmando *“a educação permanente como o conjunto dos meios e métodos que permitem dar a todos a possibilidade de compreenderem, sempre e melhor, o mundo em evolução”* (in Gusmão e Marques, 1978:118). Nesta perspectiva, a educação de adultos não visava assegurar apenas uma formação técnica, tendo em vista exclusivamente o exercício profissional, mas tinha por objectivo promover a *“realização plena da personalidade do homem, [...] atingindo o grau de cultura próprio de um ser humano”* (in Dias, 1982:36). A Educação de Adultos era assim encarada como um instrumento para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática visava *“transformar todos os homens, a começar pelos mais desfavorecidos, de meras peças da máquina social em cidadãos conscientes da sua dignidade humana e participantes na vida da comunidade”* (idem: 40)

“A Educação de Adultos deve entender-se como um factor de desenvolvimento cultural, social e económico e deve penetrar a sociedade – o trabalho, os tempos livres, as actividades cívicas, tendo em conta os laços existentes entre o homem e o trabalho (no seu sentido mais amplo), entre os interesses de realização da pessoa e os interesses de desenvolvimento da sociedade, entre a possibilidade de o homem ser criador de bens materiais e espirituais e de poder desfrutar da sua obra criadora.”
(idem:44)

Já Lengrand, em 1970, numa publicação editada pela UNESCO, afirmara que a Educação Permanente representava um esforço para reconciliar e harmonizar diferentes momentos da formação ocorridos na escola, na família, na fábrica, na oficina de aprendizagem, no sindicato, pois tendo a educação lugar em todos os sectores da existência e sendo contínua ao longo de todo o desenvolvimento da personalidade, tinham que desaparecer uma grande parte das barreiras que separavam as diferentes ordens e momentos da acção educativa, dando lugar a uma comunicação activa e viva que permitisse conceber a educação como um edifício coerente. Tornava-se necessário que saísse do quadro escolar e que viesse a ocupar

todo o campo das actividades humanas, pois a educação não se acrescenta à vida, como qualquer coisa de exterior. Não é um bem que se adquire, do mesmo modo que não o é a cultura, não pertencendo ao domínio do “ter”, mas ao domínio do “ser”.

“[...] o combate pela cultura, ao nível dos indivíduos e da sociedade considerada globalmente, pressupõe o combate pelo desenvolvimento, pelo salário, pela habitação, pelas condições de transporte, pela saúde, pelo direito e pela justiça, etc..” (Lengrand, 1981:85)

Também Edgar Faure, no relatório “Aprender a Ser”, elaborado no âmbito da UNESCO, em 1972, salientava a necessidade de a educação deixar de ser considerada uma “*actividade accidental*” devendo permitir ao homem encontrar as melhores condições de aprendizagem em todas as idades e situações de vida, de reflexão e de acção, em todos os tempos e lugares, no trabalho e nos tempos livres, retomando a educação a sua verdadeira natureza que é “*ser global e permanente*”, ultrapassando “*os limites das instituições, dos programas e dos métodos que lhe impuseram através dos séculos*”.

“[...] numa sociedade assim constituída, a educação não será um acidente mas a substância mesma, a essência, a alma, o espírito da cidade. O homem poderá aprender não apenas isto ou aquilo, uma profissão, uma técnica, uma ciência teórica ou prática, um determinado tipo de comportamento, mas poderá aprender também e sobretudo a ser homem e cidadão consciente, capaz de participar na vida e na gestão dos destinos da sua comunidade. Não poderá apenas aprender a ter qualquer coisa mais, mas poderá aprender a ser” (Faure, 1981:235)

Do mesmo modo Parkin (1976:59) afirmava que “*o conceito de sociedade educativa é paralelo ao de educação permanente*”, pois de uma forma ou de outra, cada indivíduo, num dado momento da sua vida, é influenciado pela sociedade em que vive, sendo necessário ter em conta, quando se organizam os meios de educação de uma sociedade na perspectiva da educação permanente, as possibilidades de todos os organismos e a sua capacidade para responder às necessidades particulares dos membros dessa sociedade nos diversos estádios do seu desenvolvimento.

A concepção da globalidade da vida de cada um como processo educativo/formativo e do papel desempenhado nesse processo pelos mais diversos contextos sociais, acabou por ser consagrada na Conferência de Nairobi, realizada em 1976, que vem afirmar a Educação Permanente como “*um projecto global que visa*

não só reestruturar o sistema educativo existente, mas também desenvolver todo o potencial de formação fora do sistema educativo”.

O conceito de Educação Permanente emerge, assim, nos fins dos anos 60 e início dos anos 70, numa época marcada por profundas e rápidas transformações, por um enorme desenvolvimento científico e tecnológico, sendo portador de uma nova visão do homem e de uma crítica ao modelo escolar. Nesta concepção, o desenvolvimento da pessoa iria a par do desenvolvimento da sociedade, sendo a educação, a formação e o desenvolvimento dos adultos indispensáveis para conduzir a humanidade aos mais altos níveis de exigências profissionais, tecnológicas, sociais, políticas e humanas. O objectivo de humanizar o desenvolvimento poderia ser alcançado através da educação de adultos, que integrava a vulgarização dos progressos científicos e tecnológicos, a compreensão dos mecanismos políticos e económicos, o desenvolvimento de competências, de conhecimentos, de atitudes e valores. Estreitamente associada à ideia de igualdade de oportunidades e de promoção social, a Educação Permanente *“define-se por objectivos sociais e educativos que dão sentido às suas práticas”*, não pretendendo apenas responder às evoluções profissionais e técnicas e às necessidades das empresas, mas formar ao mesmo tempo o produtor, o homem e o cidadão, na perspectiva de dar a cada um os meios para a sua liberdade, a sua autonomia e o poder da sua existência. (Le Goff, 1996)

Mas, o alcance dos ideais da Educação Permanente, como afirma António Nóvoa (1988), foi sendo limitado por alguns efeitos perversos, verificando-se a expansão quantitativa e o alargamento a todas as esferas da vida social das actividades de educação deliberada, com base no reforço de uma lógica escolarizada: a Educação Permanente tendeu a ser reduzida ao período pós-escolar, confundindo-se muitas vezes com uma concepção redutora de educação de adultos; confundiu-se o processo de formação permanente com a extensão da forma escolar ao conjunto da existência das pessoas, levando à perpetuidade da escola e *“à transformação da sociedade numa imensa sala de aula de dimensões planetárias”* (Verne, cit. in Nóvoa, 1988:113); desqualificaram-se saberes construídos pelas pessoas e pelas comunidades e não adquiridos através de uma formação de tipo escolar, relegando para segundo plano o saber adquirido por via experiencial, a partir de situações não formalizadas, contrariando claramente o conceito de aprender a ser que estrutura os ideais da educação permanente.

A educação permaneceu *“prisioneira da forma escolar”* (Vincent cit. in Canário, 1999:89), tendo sido mesmo, segundo Manuel Matos (1999:25) a reconciliação entre o formal e o informal *“a grande utopia da Educação Permanente”*.

No mesmo período, em Portugal, e contrariamente ao que se passava noutros países da Europa, libertados da guerra e das políticas mais obscurantistas que tinham marcado os regimes ditatoriais até então presentes em vários países, a manutenção do fascismo em Portugal traduziu-se numa grande estagnação no campo da educação e da educação de adultos, com a persistência de elevadíssimos índices de analfabetismo e a censura e repressão sobre o movimento operário e o movimento associativo e popular. Por pressão do sector desenvolvimentista do regime, para quem a educação era importante para a formação do “capital humano” necessário à industrialização, e em articulação com a OCDE, cujas orientações apontam para a ligação dos sistemas educativos às necessidades de crescimento industrial e do desenvolvimento económico capitalista (Teodoro, 2001), é incrementado o ensino nocturno nas escolas técnicas. Ao mesmo tempo, é lançada, em 1952, a “Campanha Nacional de Educação de Adultos”, integrada no chamado “Plano de Educação Popular” (Belchior, 1990:46), no qual é patente a preocupação com a instrumentalização ideológica dos trabalhadores. Organizações como as Casas do Povo e a FNAT desempenharam a este nível um papel significativo. Já no período marcelista é criada a Direcção Geral de Educação Permanente, tendo como objectivos o desenvolvimento da educação extra-escolar e de actividades de promoção cultural e profissional, particularmente dirigidas a adultos (idem:47).

Apesar da falta de liberdade de expressão, da censura e da repressão são múltiplas as iniciativas desenvolvidas por diferentes organizações no âmbito da luta contra o fascismo visando expressamente a democratização do ensino (erigida como uma das bandeiras de luta fundamentais) e a promoção e difusão da cultura, essenciais para a emancipação dos trabalhadores. Apesar da continuação de fortes medidas repressivas, várias organizações e sectores desenvolvem uma importante actividade cultural e educativa, com a edição de inúmeras publicações, a realização de debates, colóquios e iniciativas de convívio diversas, o incentivo à leitura, a dinamização de cineclubes, grupos de teatro e outras formas de associação. Nesta época, Portugal mantém-se à margem de muitas das discussões travadas no seio da UNESCO, instituição com a qual mantém relações ténues e conflituosas. Tendo apenas em 1965 ratificado o seu Acto Constitutivo, acaba por comunicar a decisão de a abandonar em 1971, na sequência de diversas resoluções condenando Portugal e do apoio político dado por esta organização aos movimentos de libertação das colónias.

Esta situação foi profundamente alterada com o 25 de Abril. Os ecos da Educação Permanente chegaram então a Portugal, abrindo-se amplas perspectivas de

intervenção e de participação popular, com a emergência de milhares de colectividades e associações, de centros de educação popular, de comissões de moradores e de sindicatos, com o envolvimento de largos sectores da população portuguesa em processos de participação e mobilização colectiva que se tornaram, em si mesmos, espaços formativos de grande importância.

Em 1974 e 1975 será a UNESCO a entidade mais significativa na legitimação da acção governativa a nível das políticas educativas, ao responder ao desejo das autoridades portuguesas de reorientar o sistema de educação no sentido de *“uma verdadeira democratização e de a tornar um instrumento real de desenvolvimento dos homens, no seio de uma comunidade que escolhera o reforço da sua independência nacional e a via socialista de desenvolvimento”* (Teodoro, 2001). Assistiu-se então a uma autêntica explosão da frequência escolar, com um aumento massivo do número de estudantes nos diferentes graus de ensino, correspondendo a uma compreensão generalizada da importância da educação no processo de desenvolvimento individual e colectivo. No Relatório da UNESCO de 1975 - “Elementos para uma política de educação em Portugal” defende-se a necessidade de definir uma estratégia de desenvolvimento do sistema educativo que se fundasse sobre a ideia de uma educação permanente. Ainda em 1976, no VI Governo provisório, a Direcção Geral de Educação Permanente adopta uma orientação que privilegia o apoio às iniciativas surgidas a partir do movimento popular, encarando o apoio ao associativismo como caminho para uma educação libertadora e para a construção sólida da democracia.

4. Formação Contínua, Educação/Aprendizagem ao Longo da Vida

A partir da década de 70, e de uma forma mais acentuada a partir dos anos 80, acompanhando o processo de globalização capitalista e o acentuar das políticas neoliberais, a designação de Educação Permanente tende, no discurso dominante, a cair em desuso e a ser substituída por Formação Contínua, Educação ao Longo da Vida e mais recentemente Aprendizagem ao Longo da Vida, traduzindo uma forte impregnação da economia, nomeadamente através da teoria do “capital humano”, e a sua *“sobredeterminação por uma lógica de submissão às exigências de qualificação profissional que corresponde, efectivamente, a pressões de natureza económica”* (Matos, 1999: 236). Esta valorização do papel económico da educação vai ser acompanhada de uma clara desvalorização do seu papel na promoção da democratização social (Correia, 1996:117) sendo a formação cada vez mais reduzida

à formação profissional. Simultaneamente, esta foi-se impondo como uma espécie de “resposta a todas as interrogações, a todas as perturbações, a todas as angústias dos indivíduos e dos grupos desorientados e sacudidos por um mundo em constante mutação e, ainda por cima, desestabilizados pela crise económica” (Ferry, 1983:31), passando a qualidade da formação a ser avaliada exclusivamente pelo uso que se pode fazer dela no mercado de trabalho. Como diz Bernard Charlot (1989:143)

“A qualidade da formação não é avaliada pelo desenvolvimento pessoal e social do formando, nem pela validade intrínseca dos saberes que dispensa ou dos valores que inculca, mas pela sua eficácia no campo da actividade económica”.

Face ao desenvolvimento do desemprego e à necessidade de salvaguardar, encontrar ou reencontrar um emprego, os objectivos de qualificação e de promoção social, cultural e cívica, que marcaram o movimento da Educação Permanente, tendem a ser desvalorizados até pelos próprios trabalhadores. Como diz Correia (1998:170)

“[...] a formação profissional contínua, que se tinha afirmado como um direito, para se transformar primeiro num dever e depois num suplício, que simboliza a antecâmara, não da requalificação e da promoção social, mas da desqualificação e da exclusão, absorveu o discurso utópico da educação permanente[...]”

A preocupação com o emprego vai aproximando as posições da UNESCO e da OCDE, a qual se destaca na promoção da ideia da funcionalidade económica da escolarização, da escolarização alongada e profissionalizante, representando, de alguma forma, o fim da utopia da Educação Permanente.

A 4ª Conferência da UNESCO, realizada em França (Paris), em 1985, reconhece o direito de aprender como “*um direito humano fundamental*”, que não pode ser encarado apenas como “*um instrumento de desenvolvimento económico*”⁸ e ressalta a “*importância da educação de adultos como uma das condições que permitem o acesso ao trabalho e aos valores culturais, e como factor de desenvolvimento pleno da personalidade*”. No entanto, ao reconhecer “*a conveniência de estabelecer vínculos efectivos entre a educação e o mundo do trabalho*”, e recomendando aos Estados membros a tomada de medidas que permitam “*vincular mais estreitamente a educação de adultos à educação escolar*” tendo em vista procurar responder às

⁸ UNESCO, 4ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, Informe Final, Declaração da Conferência “O Direito de Aprender”.

“mudanças da produção e ao mercado de trabalho”⁹ acaba por assumir a subordinação da educação e da educação de adultos aos interesses económicos.

De uma forma ainda mais clara, a 5ª Conferência, realizada na Alemanha (Hamburgo), em 1997, com representantes de 135 países, no seu Plano de Acção para o Futuro, no ponto referente à “Educação de Adultos e a mutação do mundo do trabalho”, afirma que a precariedade do emprego e o aumento do desemprego são cada dia mais preocupantes, apontando a necessidade da Educação de Adultos *“inculcar nas pessoas as competências e atitudes específicas para a incorporação no mercado de trabalho e para a mobilidade e melhorar a capacidade das pessoas de participar em modelos diversificados de emprego”*, destacando a importante função da educação profissional de adultos no processo de aprendizagem permanente. Ao mesmo tempo, e de acordo com a Declaração aprovada, a educação de adultos deixa de ser considerada apenas como um direito passando a ser considerada igualmente como um dever a ser assumido pelas pessoas.

A nível da União Europeia, e no quadro da política de construção europeia, a importância que é atribuída à educação e à formação subordina estas, de uma forma cada vez mais acentuada, a uma lógica economicista, conduzindo a uma perspectiva empobrecedora dos fenómenos educativos. Como diz Rui Canário (2000:40), *“de uma concepção educativa centrada na construção da pessoa (aprender a ser) passou-se para uma concepção educativa funcionalmente subordinada à produção e acumulação de bens (aprender a ter)”*. Nesta perspectiva, o discurso oficial sobre a Formação ao Longo da Vida e o interesse pela Educação ao Longo da Vida, que levou mesmo à consagração de 1996 como o “Ano Europeu da Educação e da Formação ao Longo da Vida”, longe de significar uma renovação dos ideais dos anos 70, assenta precisamente na sua erosão contínua (Le Goff, 1996).

Tendo como eixo estruturante a ideia de que a formação corresponde, no essencial, à formação profissional e de que esta deve servir as necessidades das empresas, a educação é encarada como um mero instrumento ao serviço de uma política económica particular, diluindo-se cada vez mais os seus objectivos emancipatórios. As preocupações com a formação integral do ser humano, nas suas múltiplas dimensões, tão presentes nos discursos da Educação Permanente, foram dando lugar a preocupações de natureza tecnocrática e economicista, associadas aos “necessários” aumentos da produtividade, da competitividade e da empregabilidade, bem como da adaptabilidade dos trabalhadores à mobilidade, à flexibilidade e a um trabalho sem direitos (de que a recente directiva aprovada no Conselho de Ministros

⁹ UNESCO, 4ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, Informe Final, Parte III – Recomendações – Fins e políticas da Educação de Adultos

do Emprego da Comissão de Europeia, e rejeitada no Parlamento Europeu, de possível alargamento da semana de trabalho até às 65 horas é apenas um exemplo).

A importância que a nível europeu é hoje atribuída à educação, à formação e à aprendizagem ao longo da vida, traduz, efectivamente, não uma mera mudança na forma de designar o conceito de Educação Permanente, mas sim uma clara mudança de paradigma. Como diz Roger Fieldhouse (1999), a introdução da designação Aprendizagem ao Longo da Vida

“não significa apenas a utilização de uma mera expressão técnica ou legal, com significado preciso, mas sim de um termo cultural que denota um novo paradigma, representando uma mudança do significado de “educação” dispensado por um organismo versus uma aprendizagem individualizada e que se traduz, entre outras questões, na introdução de “créditos individuais de formação”, com a contribuição financeira do indivíduo aprendiz, do estado e, quando apropriado, do empregador.”

A educação e a formação deixam de ter, no eixo das suas preocupações, o ser humano, na sua globalidade, passando a encará-lo, fundamentalmente, enquanto instrumento ao serviço de um modelo de desenvolvimento que não é questionado, mas cujos dramáticos efeitos sociais e ambientais são cada vez mais visíveis.

De acordo com Rui Canário, a concepção dominante nas instâncias do poder político e económico sobre educação ao longo da vida traduz uma *“visão redutora e funcionalista que não é pertinente nem realista”* (1999:91), a qual está bem patente em diversos documentos aprovados. É assim que já no Livro Branco da Comissão Europeia *“Ensinar e aprender rumo a uma sociedade cognitiva”* (1995),

“a valorização do ‘desenvolvimento da cultura geral’ é apresentada como o ‘primeiro factor de adaptação à evolução da economia e do emprego’; a exigência de ‘uma base cultural larga e sólida, literária, filosófica, científica’ é apresentada como ‘um ponto de passagem necessário para a reconversão profissional de assalariados pouco qualificados ou muito especializados’. (Canário, 1999:91)

Também para Claude Dubar (1996) a iniciativa europeia da Educação ao Longo da Vida acentua o movimento pelo qual a formação profissional contínua se torna cada vez mais portadora de desigualdades. As condições de emprego e de trabalho são claramente mais favoráveis para quem tenha beneficiado de uma boa formação inicial, acompanhada por uma sólida formação contínua, e que tenha adquirido uma certa autonomia e capacidade de movimentação nos meandros das formações e dos

empregos, do que para quem tenha tido uma reduzida formação inicial e uma débil formação contínua.

Os discursos sobre a importância da formação e da aprendizagem ao longo da vida sistematicamente apresentados como um dos elementos centrais para “*relançar o crescimento, restaurar a competitividade e restabelecer um elevado nível de emprego*”¹⁰, escamoteiam que a formação, por si só, não cria empregos, não existindo uma relação directa e linear entre o mundo da formação e o mundo do trabalho. Não é possível combater o desemprego sem uma outra estratégia de desenvolvimento económico e social. As últimas décadas e a actual crise económica internacional confrontam-nos mesmo com a compatibilidade entre um crescente volume de desemprego (estrutural), uma acentuação das desigualdades sociais e um acréscimo constante da escolarização e da formação. “*A formação constitui uma vantagem competitiva individual na obtenção do emprego, mas o nível geral de qualificações não determina o volume total de trabalho e muito menos a sua distribuição*” (Canário, 1999:93).

De acordo com Le Goff (1996), a formação de adultos passou a constituir um elemento central das políticas de gestão social do desemprego, integrando-se nos objectivos das empresas e fortemente implicada na mobilização de recursos humanos associada à introdução de novas tecnologias, às novas formas de organização do trabalho e do emprego. A formação integra-se estreitamente nas reestruturações económicas das empresas determinadas pelo actual modelo de globalização e pelas políticas neoliberais em curso, tornando-se mais difícil fazer formação desinteressada dos seus efeitos práticos no domínio do emprego.

A pretexto de assegurarem a adequação da mão de obra às necessidades do mercado de trabalho, num quadro de crescimento do desemprego, de aumento de trabalho precário e de desregulação das relações laborais, os sistemas de formação desempenham igualmente um papel importante na institucionalização de formas precárias de relação com o trabalho (Correia, 1996:90).

A prioridade dada ao desenvolvimento da inserção e valorização profissional, sem que ao mesmo tempo seja repensado o conteúdo cultural da formação, deixa também o campo livre à penetração de uma sub-cultura empresarial nos meios da formação. Para Rui Canário (1999:90) “*a subordinação da educação à lógica mercantil*” e uma visão instrumental dos processos formativos “*induz a que a própria educação se organize adoptando a racionalidade económica do mercado*” e abre caminho ao desenvolvimento de um “*mercado da formação*”, designadamente no

¹⁰ In decisão do Parlamento Europeu de 23 de Outubro de 1995

âmbito da formação de adultos. Esta perspectiva é complementada por *“uma visão predominantemente técnica das práticas educativas, marcadas por critérios empresariais de procura da “eficácia” e da qualidade”* (Charlot e Beillerot, cit. Canário, 1999:90), sendo significativa a mistura entre o jargão dos formadores e dos empresários (e por vezes também dos sindicatos) que atinge o paradoxal – *“produtos de formação”, “indicadores de qualidade”, “diagnóstico de competências”, etc.* (Le Goff, 1996).

Tornam-se dominantes as teses sobre o “capital humano” em que cada um se deve tornar num empreendedor e ser capaz de negociar o seu próprio capital. Transforma-se cada indivíduo num gestor da sua formação, segundo os critérios do mercado, as necessidades e exigências de um mercado de trabalho em mutação e do próprio mercado da formação, visando *“a formação de trabalhadores com ‘competências’ e em competição, ao serviço de uma economia competitiva”* (Rosa, R., 2003) e *“atribuindo-se aos trabalhadores a responsabilidade individual de actualizar e validar regularmente a sua ‘carteira de competências’ para evitar a obsolescência e o desemprego”* (DeLuiz, 2004).

Até o *“tempo livre”* dos trabalhadores tende a ser apropriado pelo capital, canalizado para formas fragmentadas de aprendizagem, sob a responsabilidade individual dos trabalhadores, em que estes serão simultaneamente *“micro-empresários”* e *“aprendizes”*, movidos para a aquisição de *“competências”* que a qualquer momento sejam necessárias para a prestação flexível de trabalho precário. (Rosa, R., 2003)

“A qualificação enquanto objecto de uma negociação colectiva cede o seu lugar à competência, avaliada para cada indivíduo e pela entidade empregadora” (Canário, 2000: 37), passando cada um a ser *“responsável pela sua própria formação, pela sua inserção, mesmo pelo seu despedimento”* (Dubar,1996), sendo que, como salienta Vanilda Paiva (2000:61),

“ se tais competências incluem a disposição e capacidade de mudar constantemente, de aprender não apenas novas técnicas mas de aceitar novas relações laborais e sociais, então indivíduos altamente qualificados podem ser pouco empregáveis não porque os seus conhecimentos estão ultrapassados ou tenham deixado de ser úteis, mas porque vêm acompanhados de um determinado tipo de experiência profissional que inclui direitos (e, portanto, variadas práticas reivindicativas) e vantagens que estão sendo eliminadas”.

Os problemas do trabalho tendem a deixar de ser considerados problemas sociais para passarem a ser equacionados como problemas individuais, assistindo-se

cada vez mais à desregulação das relações de trabalho, à proliferação de contratos individuais de trabalho e à diminuição da contratação colectiva. O mundo do trabalho deixa de ser entendido como *“um contexto de produção de relações sociais mas apenas enquanto arena de competição inter-individual”* (Terrasêca, Caramelo, Medina, 2007). Fomenta-se a cultura do “salve-se quem puder” e a concorrência entre os trabalhadores, aumenta-se a instabilidade laboral, a falta de protecção no trabalho e o controlo patronal. *“As estratégias de mérito individual surgem como mais produtivas que as estratégias de coordenação colectiva”* (Harnecker, 2000:179), levando os trabalhadores *“à retracção dos seus saberes aos estritos limites e necessidades da empregabilidade e à ruptura da sua filiação social”* (Deluiz, 2004), uma vez que tudo se passa directamente entre o trabalhador e a empresa sem a mediação do sindicato. O que, de acordo ainda com Marta Harnecker (idem:167), corresponde bem à lógica neoliberal, pois

“dentro da sua estratégia de poder, o neoliberalismo tem também um projecto social: a máxima fragmentação da sociedade, porque uma sociedade dividida – em que diferentes grupos minoritários não conseguem constituir-se numa maioria capaz de questionar a hegemonia em vigor – é a melhor forma para a reprodução do sistema. E esta estratégia aplica-se não só ao nível dos trabalhadores – tentando desestruturar a força de trabalho numa soma de actores ou sujeitos diferenciados e separados uns dos outros – mas de toda a sociedade”

O movimento de transnacionalização do sistema de formação a que hoje se assiste, predefinido pelas instâncias comunitárias, assenta em critérios que não visam a formação como base de uma política alternativa, mas sim o controlo dos níveis de emprego, do desemprego temporário ou da exclusão social. A transnacionalização, a competição, a mobilidade e a responsabilidade pessoal, numa óptica de cidadania europeia, cidadania essa *“amputada de direitos sociais e culturais”* (Lima, 2005:74), e que ignora valores como o da solidariedade, parecem assim integrar um modelo de formação que tem uma clara intencionalidade “oculta” que é a de irresponsabilizar o sistema global, paternalizar a sua relação com os cidadãos europeus e responsabilizar exclusivamente o indivíduo pelo seu próprio destino. (Matos, 1999)

É neste contexto que melhor se pode compreender a substituição, nos documentos e nos discursos europeus, da expressão Educação e Formação ao Longo da Vida por “Aprendizagem ao Longo da Vida”¹¹, acentuando a responsabilização

¹¹ Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, Comissão das Comunidades Europeias, Outubro de 2000

individual dos trabalhadores pela gestão dos seus “*portfolios tempo-vida*”¹² e pelo próprio financiamento de uma formação que deverá ser permanentemente ajustada aos interesses das empresas, e sempre em défice, ao mesmo tempo que os Estados tendem a desresponsabilizar-se do desenvolvimento de políticas educativas e de formação verdadeiramente democráticas e assumidas como um direito social.

O Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, aprovado pela Comissão Europeia em Outubro de 2000, na sequência do Conselho Europeu de Lisboa e do Conselho Europeu da Feira, tendo por objectivo “*lançar um debate à escala europeia sobre uma estratégia global de aprendizagem ao longo da vida aos níveis individual e institucional, em todas as esferas da vida pública e privada*” (2000: 3) é a este respeito particularmente significativo. Logo de início reporta-se à Estratégia Europeia de Emprego, no âmbito da qual “*a Comissão e os Estados membros definiram aprendizagem ao longo da vida como toda e qualquer actividade de aprendizagem, com um objectivo, empreendida numa base contínua e visando melhorar conhecimentos, aptidões e competências*”, lembrando os quatro pilares em que a Estratégia assenta: empregabilidade, espírito empresarial, adaptabilidade e igualdade de oportunidades (*ibidem*),

Considerando que “*a Europa está em transição para uma sociedade e uma economia assentes no conhecimento*”, é apontado “*o acesso a informações e conhecimentos actualizados, bem como a motivação e as competências para usar esses recursos de forma inteligente em prol de si mesmo e da comunidade*”, que a aprendizagem ao longo da vida pode assegurar, como “*a chave do reforço da competitividade da Europa e da melhoria da empregabilidade e da adaptabilidade da força de trabalho*”.(*idem*:5)

Afirmando a Aprendizagem ao Longo da Vida como “*uma questão que afecta o futuro de todos, de uma forma perfeitamente individualizada*” (*idem*:3), define como objectivos desta “*a promoção de uma cidadania activa e o fomento da empregabilidade*”, “*igualmente importantes e relacionados entre si*” (*idem*:4). No entanto, a “*empregabilidade, enquanto capacidade de assegurar e manter um emprego*”, é encarada como uma “*dimensão central de uma cidadania activa*”, “*condição decisiva do pleno emprego e da melhoria da competitividade e prosperidade europeias na “nova economia”*” (*idem*:6), pelo que há que assegurar que “*os conhecimentos e as competências dos indivíduos correspondam às exigências em mutação da vida profissional, da organização do local de trabalho e dos métodos de trabalho*”(*idem*:5).

¹² *idem*, pg. 6

Embora afirmando que o objectivo da Aprendizagem ao Longo da Vida é *“construir uma Europa onde todos tenham a oportunidade de desenvolver plenamente as respectivas potencialidades, sentindo que podem dar um contributo válido e que pertencem plenamente a um projecto de futuro”* (ibidem), e que *“a aprendizagem abre as portas à construção de uma vida produtiva e satisfatória, muito para além das perspectivas e situação de emprego de um indivíduo”*, na verdade, a Comissão Europeia coloca-a numa perspectiva de total subordinação ao mercado de trabalho e aos interesses dos grandes grupos económicos, naturalizando as desigualdades, aceitando como inevitável a marginalização do mercado de trabalho das pessoas que não possuem qualificações suficientes para nele se manterem activas (idem:8) e ignorando outras dimensões essenciais da formação do ser humano. As próprias referências à cidadania apresentam desta uma concepção redutora e mitigada, *“marcada pela exigência de adaptação dos cidadãos a um mundo em permanente transformação, mas sem que este cidadão seja consubstanciado como agente e definidor dessa mesma transformação”* (Terraseca; Caramelo; Medina, 2007). E, é neste quadro que o termo cultura e as preocupações com a formação cultural dos trabalhadores deixam mesmo de estar presentes em documentos como a Comunicação da Comissão Europeia *“Tornar o espaço europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida uma realidade”* (2001).

As políticas educativas europeias, que têm vindo a ser constituídas a partir de Bruxelas, nas quais se podem incluir as referentes à Aprendizagem ao Longo da Vida, têm efectivamente assentado na sobredeterminação da educação pelo contexto económico e pelo mundo do trabalho, resultante de se ter chegado às políticas de educação a partir do alargamento do conceito de formação profissional e de critérios de estrita racionalidade económica, e na ausência de um verdadeiro debate e de controlo democrático. Muitas decisões, tomadas em diversas instâncias supranacionais e completamente à margem de qualquer discussão pública, aparecem como factos consumados para serem aplicadas nos diferentes países, ou servem como legitimação a diferentes políticas governamentais.

Também em Portugal, a aproximação ao Banco Mundial verificada a partir de 1976 e a influência da OCDE como entidade legitimadora da política educativa portuguesa, em detrimento da UNESCO, verificada no início da década de 80, com a realização de um exame à política educativa, centrado sobretudo na formação profissional e técnica, marca uma inflexão da orientação política e educativa, com o reforço da ligação entre a educação e a ideia de crescimento económico.

O Plano Nacional de Alfabetização e Educação Base de Adultos (PNAEBA), aprovado em 1979, cujos objectivos incluíam a organização de uma rede de Centros de Cultura e Educação Permanente, o desenvolvimento de Programas Regionais Integrados de Educação de Adultos, a alfabetização e educação básica elementar, o incremento do ensino preparatório para adultos, o apoio à educação popular e a criação de um Instituto nacional para a Educação de Adultos, acabou por só muito parcialmente ser desenvolvido, e de uma forma desigual em diferentes áreas, dada a ausência de meios e a insuficiente assunção política do projecto (Nogueira, A.I., 1996:136-143).

A Lei de Bases da Educação, aprovada em 1986, deixa cair diversas dimensões presentes no PNAEBA, cingindo a Educação de Adultos, quase exclusivamente, ao ensino recorrente e à formação profissional. A integração na Comunidade Europeia, ocorrida nesse mesmo ano, *“acentuou a participação em projectos, redes e formas de interacção transnacional que favoreceram a afirmação de linguagens e categorias de pensamento comuns, que vão estar no centro do discurso sobre a reforma educativa”* (Teodoro, 2001) e sobre a formação, *“encarada como parte integrante dum plano de ataque às debilidades do sistema produtivo”*, levando à *“adopção de modelos, programas, estratégias e meios de financiamento disponibilizados pela Comissão Europeia”* (Matos, 1999:242). Desde finais dos anos 80 assistiu-se a uma verdadeira explosão nas actividades de formação profissional de adultos, em grande parte pré-formatadas para obedecerem aos critérios de financiamento da Comissão Europeia, que invadiram todos os territórios profissionais e todos os espaços sociais, incluindo o movimento sindical e o movimento associativo.

A criação da ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos), em 1999, sob a tutela conjunta dos Ministros da Educação e do Trabalho e Solidariedade, tendo por objectivo concretizar o Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação e Formação de Adultos (1999-2006), visava igualmente o estabelecimento de formas de regulação entre diversas instituições com intervenção neste campo, através da contratualização de meios e apoios financeiros para o desenvolvimento de actividades que se enquadrassem nas lógicas definidas (Roths, 2005). Lógicas essas que passavam essencialmente pela certificação escolar e profissional de adultos, assumidas como formas de combate à exclusão social e de favorecimento da empregabilidade.

Várias entidades públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, envolveram-se na instalação e dinamização de uma rede de Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) que funcionam com financiamentos públicos. A ANEFA

acabou por ser extinta em 2002, tendo as suas competências sido transferidas para a Direcção Geral de Formação Vocacional, integrada no Ministério da Educação.

Em 2007, veio a ser constituída a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), de novo sob a tutela conjunta dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, tendo como missão “*coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências*”, assistindo-se, nos últimos anos, a um grande aumento do número dos cursos profissionais no ensino secundário, dos cursos EFA, dos CRVCC e à criação de Centros Novas Oportunidades.

Sendo notória nos discursos oficiais de apresentação destas iniciativas¹³ a valorização da aposta na qualificação dos portugueses, no entanto, os argumentos apresentados, na esteira aliás dos discursos europeus, tendem a salientar, essencialmente, a sua importância para “*o crescimento económico e a promoção da coesão social*”. A preocupação com a formação global das pessoas, consideradas nas suas múltiplas dimensões e não apenas enquanto trabalhadores no quadro das actuais relações de trabalho, e com outras áreas de desenvolvimento do país, que não a económica, continua a ser insuficientemente valorizada. Colocar esta questão não significa deixar de reconhecer que, em muitas situações, as ofertas de formação disponíveis e a creditação e certificação de competências se traduzem, efectivamente, para muitos trabalhadores, num importante factor de valorização pessoal e/ou profissional. E, fazer essa afirmação não significa também deixar de reconhecer a existência, no terreno concreto da intervenção e das práticas de educação/formação de adultos, de diversas instituições e projectos, financiadas ou não, integrando ou não a rede “*novas oportunidades*”, estando ou não acreditadas, em que as pessoas e as dimensões emancipatórias da formação estão claramente presentes.

Apesar de os discursos oficiais e de algumas das políticas implementadas afirmarem a formação profissional e a qualificação dos trabalhadores como um dos factores decisivos para o desenvolvimento do país, as tendências dominantes no mundo do trabalho, particularmente em certos sectores profissionais, marcados pela desregulação das relações laborais, pela precariedade do emprego, pela fragilização da contratação colectiva, pela intensificação dos ritmos e prolongamento dos horários de trabalho e pelos baixos salários, contrariam, na prática, os objectivos proclamados.

¹³ José Sócrates in www.novasoportunidades.gov.pt/novasoportunidades.aspx

Num quadro de fragilidade das relações de trabalho, de reforço da mobilidade dos trabalhadores e de deslocalização de empresas, a preocupação com a formação dos trabalhadores não é uma questão assumida como importante por muitas entidades patronais. De facto, não se vislumbram medidas reais que criem as condições para o acesso efectivo dos trabalhadores, à formação profissional, e ainda menos a uma formação mais global, tornando-se também a formação um factor gerador de cada vez maiores desigualdades, pois apenas algumas franjas de trabalhadores, designadamente os mais escolarizados e mais qualificados, acabam por ter acesso a formações significativas.

De acordo com um inquérito realizado pelo Instituto da Qualidade para a Formação (ex-INOFOR), sob a tutela do Ministério do Trabalho, em 2004, 72,6% das empresas inquiridas não realizavam formação, sendo que, surpreendentemente face ao discurso dominante, 50% apontavam como explicação para tal situação considerarem que “os trabalhadores já tinham a qualificação suficiente”; para 38,1% “a formação não fazia parte da actividade da empresa” e 11,7% alegavam “falta de informação sobre a formação” (Rosa, E., 2006:351). Apesar de o Código de Trabalho obrigar as empresas a realizar 35 horas de formação certificada por ano para os seus trabalhadores, a maior parte das empresas não cumpre o que está estabelecido. Em muitas situações as estratégias empresariais passarão mesmo pela contratação de novos trabalhadores, mais qualificados, com vínculos precários e facilmente descartáveis, em detrimento da aposta na formação dos trabalhadores mais antigos.

Simultaneamente pouco se fala da baixa escolaridade e da baixa qualificação da esmagadora maioria dos empresários portugueses que constitui, segundo Eugénio Rosa (2006:354) “um dos maiores obstáculos à modernização e ao aumento da produtividade e da competitividade das empresas e da economia portuguesa”. No período compreendido entre 1991 e 2000, a escolaridade média dos novos empresários que surgiram em Portugal era de apenas 7,7 anos¹⁴, não tendo a maioria dos empresários portugueses a escolaridade, as qualificações e as competências necessárias a nível de gestão e de organização para poderem enfrentar a concorrência global actual. (ibidem)

¹⁴ Estudo desenvolvido pelo Centro de Investigações Regionais e Urbanas do Instituto Superior de Economia e Gestão “Indicadores de empreendedorismo e inovação em Portugal”

5. Desafios actuais para a Educação/Formação de Adultos

Como temos vindo a salientar, a partir dos anos 80 tem-se assistido, de uma forma cada vez mais acentuada, à instrumentalização da educação e da formação, com a negação das suas potencialidades emancipatórias e a sua subordinação a políticas tecnocráticas e neoliberais. Embora seja afirmada a grande importância da Aprendizagem ao Longo da Vida, no quadro da chamada “sociedade do conhecimento”, na prática as políticas em curso procuram reduzi-la a uma dimensão instrumental de preparação da mão de obra para um mercado de trabalho em transformação, ao mesmo tempo que, condicionando-se cada vez mais o acesso a diferentes visões do mundo, à informação e à produção cultural se procura impor um discurso hegemónico susceptível de induzir processos de adaptação e conformidade social face ao actual modelo de globalização. Modelo esse responsável pelo aumento das formas de exploração e pelo agravamento das desigualdades sociais, mas sistematicamente apresentado como inevitável e como o único válido e possível. Daí que, como diz Paulo Freire

“hoje, talvez mais do que nunca, se impõe a quem opta por um mundo “gentificado” a luta sem tréguas pelo sonho possível, pela utopia, contra a ideologia fatalista neoliberal que vem engendrando um “pragmatismo” pedagógico negador dos homens e das mulheres como seres da decisão e da ruptura”.(Freire, in Manfredi, 1996:13)

Se o discurso dominante sobre Aprendizagem ao Longo da Vida traduz, de acordo com Canário (2000:49), *“uma concepção educativa que retira à educação, como aventura humana de conhecer e transformar o mundo, o material essencial de que esta se alimenta: o sonho, a utopia e o projecto”*, impõe-se então o assumir de um discurso e de práticas alternativas que coloquem o ser humano no centro do debate e que permitam continuar a sonhar e a lutar pelo sonho de um mundo mais humano (Oliveira; Souza, 1998). Um discurso e práticas de intervenção e participação que reconheçam o papel das pessoas na produção e apropriação da sua própria formação e nos processos de transformação e de mudança social, assumindo a formação e a educação como práticas de liberdade (Freire, 1975:100). Um discurso e práticas educativas/formativas empenhadas na democratização e produção cultural, no reconhecimento e valorização dos saberes experienciais e na co-construção de novos saberes, no desenvolvimento da capacidade individual e colectiva de questionamento da realidade social, de percepção do mundo e de participação na sua transformação.

Um discurso e práticas educativas/formativas empenhadas no que Mathias Finger (1988:85) designa por “*formação crítica de adultos*”, que se “*elabora pela pessoa, através de processos de tomada de consciência*” e que se desenvolve fundamentalmente “*em movimentos sociais e políticos*”.

Nesta perspectiva, importa conhecer e reflectir sobre experiências diversificadas que se vão desenvolvendo em contextos específicos de educação/formação de adultos e em contextos como os movimentos populares, e sobre dimensões e dinâmicas de formação presentes nas lutas, nos movimentos sociais, nas colectividades, nos sindicatos e outras organizações de trabalhadores, que têm contribuído para a formação de novos sujeitos sociais, de actores e autores sociais que não aceitam a exclusão e as desigualdades como dados inevitáveis e que se assumem como participantes activos nos seus processos de formação e na construção da história.

Assim, um dos desafios, de entre outros que se nos colocam hoje é o de “[...]pensar o movimento social também como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projecto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia colectiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos. (Caldart, 2000),

Longe de ficar confinada exclusivamente à formação profissional ou à certificação escolar e submetida aos interesses dos grandes grupos económicos, a Educação e a Formação de Adultos pode e deve ter um papel a desempenhar na “*aprendizagem colectiva de uma alternativa*” (Finger,1993), “*no desenvolvimento de valores outros que a competição e o lucro, como suportes da nossa vida colectiva, na recriação de novas formas de articular o aprender, o viver e o trabalhar*” (Canário, 1999:94), contribuindo para o exercício real da cidadania, para formas solidárias de ver e perspectivar a existência humana e para a construção de um “outro mundo possível”¹⁵.

¹⁵ Lema do Fórum Social Mundial

PERCURSOS DA PESQUISA

PERCURSOS DA PESQUISA

1. História necessária de um percurso como recurso teórico-metodológico

O desenvolvimento do trabalho de investigação que agora se apresenta tem uma história e seguiu percursos que foram sendo construídos à medida que o projecto de pesquisa avançava, e se iam melhor delineando os seus contornos.

Uma história e percursos alicerçados na minha própria história de vida e intimamente associados à Universidade Popular do Porto (UPP), associação de que sou membro activo desde 1995, a todo o processo de criação e desenvolvimento do Centro de Documentação e Informação da UPP sobre o Movimento Operário e Popular do Porto (CDI) e dos projectos que lhe dão corpo - “Memórias do Trabalho – testemunhos do Porto laboral no século XX”, e “ Para preservar e divulgar a memória do Porto – os arquivos das organizações de trabalhadores”, e mais recentemente ao trabalho no projecto de investigação “Memórias do trabalho – processos de construção de uma identidade operária no Porto”, desenvolvido pelo CIIE/FPCEUP (Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto), em parceria com a UPP e o LIACC (Centro de Inteligência Artificial e de Ciências dos Computadores da Universidade do Porto), nos quais participo activamente, enquanto membro das equipas de coordenação e de investigação, e que muito influenciaram este trabalho de pesquisa.

A actividade desenvolvida na FPCEUP e no CIIE tem-me proporcionado, igualmente, ao longo dos anos, muitas oportunidades gratificantes de debate e reflexão com outros docentes e investigadores, mas também com estudantes, que me têm permitido reequacionar e repensar múltiplas questões, constituindo-se em momentos significativos no meu processo de construção pessoal.

Uma história e percursos marcados de forma muito clara pelos meus interlocutores, pelos testemunhos que comigo partilharam e que me fizeram reequacionar e alargar muitas das que tinham sido as minhas preocupações de partida, conduzindo-me por caminhos novos que acabaram por ganhar uma grande relevância na estrutura geral da tese. À medida que as entrevistas/conversas e outros encontros com eles foram decorrendo, que avançava o trabalho de interrogação e análise dos testemunhos que tinha em mãos, assim como o próprio trabalho de

escrita, cada vez mais era eu que me sentia questionada, aumentando as minhas dúvidas, incertezas e angústias e sentindo também aumentar o peso da responsabilidade ética, política e científica pelas opções que tinha que tomar e que ia tomando na sua abordagem e que julgo necessário partilhar.

Reconhecendo e assumindo a minha implicação institucional e afectiva à UPP e aos projectos atrás referidos, e a influência que tiveram na escolha da problemática, nos rumos que a investigação prosseguiu e nas opções epistemológicas e metodológicas que fui fazendo, importa dar conta, ainda que de forma sucinta, do que é a Universidade Popular do Porto e, mais especificamente, do que é o CDI, da sua génese, do seu processo de constituição e dos seus objectivos, bem como de todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na preservação da memória e da história oral e social do Porto e no qual me encontro profundamente envolvida.

1.1. A Universidade Popular do Porto

A Universidade Popular do Porto é uma associação cultural sem fins lucrativos, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública, constituída em 1979, por diversas pessoas ligadas à vida académica, cultural e sindical do Porto, tendo por objectivos, de acordo com os seus estatutos

“promover o conhecimento e a formação cultural, científica e técnica nas diversas áreas do saber e da actividade social, mediante a criação de grupos e centros de estudos e a realização de cursos, seminários, e outras acções de estudo e de trabalho, bem como a edição de publicações periódicas e não periódicas”.

Cinco anos após o 25 de Abril, e nas novas condições políticas então existentes, procurava-se dar continuidade à experiência das Universidades Populares criadas em Portugal nos finais do século XIX e inícios do século XX, tendo como objectivos a promoção e difusão da instrução e da cultura. Na criação da UPP estavam particularmente presentes os ideais da Universidade Popular Portuguesa (1919-1951), expressos em diversas conferências e outros escritos de Bento de Jesus Caraça¹⁶, nos quais era claramente assumida a importância do conhecimento na compreensão do mundo e na intervenção para a sua transformação, articulando estreitamente a promoção da cultura com a defesa da liberdade. Nesta perspectiva, a cultura é

¹⁶ Membro do Conselho Administrativo da Universidade Popular Portuguesa desde a sua fundação, tendo sido seu presidente de Dezembro de 1928 até ao seu falecimento, em 1948. Fundador da “Biblioteca Cosmos”, em 1941. Matemático, professor universitário. Militante do PCP, tendo participado activamente na Liga Portuguesa contra a Guerra e o Fascismo, no Socorro Vermelho Internacional, na fundação do MUNAF e do MUD. Preso pela PIDE em 1946 e proibido de continuar a leccionar.

encarada não *“como um conjunto de coisas que estão escritas nos livros e que os estudantes têm que decorar não se sabe bem para quê”* (Caraça, 1978:8), mas como a condição indispensável do aperfeiçoamento progressivo e constante do ser humano, permitindo a cada um ter a consciência completa de todos os seus direitos e de todos os seus deveres, da sua dignidade e da sua liberdade (Caraça, 1978).

Entre os fundadores da Universidade Popular do Porto encontravam-se os professores universitários Armando de Castro, José Morgado, Óscar Lopes e Ruy Luís Gomes (todos impedidos de leccionar em Portugal no período do fascismo e tendo ocupado cargos de grande responsabilidade na Universidade do Porto após o 25 de Abril), o médico e professor universitário Emílio Peres e o dirigente sindical Vítor Ranita, traduzindo a vontade de que a actividade a desenvolver estivesse, desde o início, estreitamente articulada com organizações de trabalhadores, designadamente com o movimento sindical. Por isso mesmo os estatutos prevêm também a existência de sócios colectivos, para além dos individuais, sendo vários os sindicatos que se encontram associados.

Nos actuais discursos de apresentação de si, presentes no site www.upp.pt, assume-se o reconhecimento da *“importância da educação e da cultura para aumentar a capacidade de percepção do mundo, de questionamento da realidade social, de desenvolvimento de atitudes críticas e reflexivas e de consciencialização do papel do homem na transformação e na mudança social”*, a aposta na *“divulgação do saber”*, a consciência que *“a promoção da cultura e a reflexão crítica são importantes actos de cidadania e que a educação ao longo da vida se assume cada vez mais como condição essencial para o desenvolvimento pessoal e para uma intervenção social activa e consciente”*.

Estes discursos, assumidos por uma instituição que intervém na área da educação e da formação de adultos, colocam hoje a UPP, em muitos aspectos, nos antípodas do que são os discursos e as práticas actualmente dominantes sobre educação/aprendizagem ao longo da vida, traduzindo a afirmação de uma identidade própria com reflexos na actividade que desenvolve e nas suas lógicas de funcionamento. É assim que os colaboradores da Universidade Popular do Porto dinamizam e animam as diferentes actividades e iniciativas sem auferir qualquer tipo de remuneração, *“colhendo como únicos benefícios a disponibilização cívica do seu saber e a participação num projecto de dinamização cultural, para todos enriquecedor”* (ibidem). É um trabalho assumidamente *“militante”*, na perspectiva em que conscientemente

“encarado como socialmente útil na promoção e difusão do conhecimento [...] na disseminação de uma forma de entendimento do mundo que seja capaz e mobilizadora para a sua transformação [...] uma forma de entender a cultura como uma intervenção cívica” (Silvestre Lacerda¹⁷)

Desde a sua constituição têm sido múltiplas as actividades desenvolvidas (cursos, seminários, debates, visitas de estudo, publicações, projectos de intervenção diversos, participação em diferentes movimentos cívicos e espaços de intervenção social) abrangendo, no seu conjunto, largos milhares de pessoas que têm encontrado na UPP espaços de formação, de aprendizagem, de debate de ideias, de reflexão, de convívio, de partilha, de troca e construção conjunta de saberes; espaços de bem-estar marcados por relações de profunda afectividade resultantes, em grande medida, do empenhamento dos seus colaboradores, da participação voluntária nas actividades, de lógicas de funcionamento estimuladoras da criação e desenvolvimento de sentimentos comuns de “pertença”.

“Enquanto associação cultural e universidade popular, ela constitui-se, assim, em espaço de encontro, de comunicação e de relação de pessoas, na sua procura de um bem comum, mas também se assume como um espaço de acção militante e de intervenção comunitária favorecendo a construção colectiva de um bem partilhável” (Pacheco e outras, 2004: 41)

1.2. O Centro de Documentação e Informação da UPP

É no quadro de uma instituição com estes ideais e com estas características que veio a ser criado o Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto (CDI)¹⁸ o que, inevitavelmente, marcou também a sua génese, os seus princípios e lógicas de funcionamento e a sua actividade.

Embora tenha sido oficialmente criado em 2001, com o apoio da Sociedade Porto 2001, e integrando a programação do Porto - Capital Europeia da Cultura. o trabalho em torno dos projectos que lhe deram corpo (e atrás referidos), desenvolvidos em parceria com a União dos Sindicatos do Porto e com a Federação das Colectividades do Porto, iniciou-se em 1999, a partir de uma preocupação há muito presente na UPP. Com efeito, no âmbito de diversos cursos pós-laborais que tinham vindo a ser promovidos “Para conhecer a História do Porto”, envolvendo pessoas de

¹⁷ Vice-presidente da UPP; entrevista realizada no âmbito do projecto de investigação “Avaliação de Percursos e de Estratégias de Formação de Adultos numa instituição à margem do sistema de ensino - a Universidade Popular do Porto”

¹⁸ <http://cdi.upp.pt>

diversas áreas disciplinares, tinha-se tornado clara a importância de aprofundar mais o conhecimento e de produzir novos conhecimentos e saberes sobre a História do Porto, designadamente sobre o movimento operário e popular (séculos XIX e XX), sendo notória uma grande falta de informação, documentação, estudos e testemunhos. Muitos dos documentos existentes, e com base nos quais estava e está a ser feita uma parte significativa da história portuguesa do século XX, designadamente a história do fascismo, são registos oficiais e registos da PIDE, registos esses que claramente traduzem a perspectiva de quem detinha o poder.

As memórias das lutas operárias e da luta contra o fascismo, as memórias do trabalho e dos trabalhadores, na perspectiva destes, tendem a perder-se até porque, em geral, não escrevem sobre os acontecimentos que vivenciaram ou protagonizaram, sendo poucos os registos existentes. Mesmo sobre o 25 de Abril e os anos seguintes, havendo hoje muito mais documentação, designadamente em sindicatos e associações, a verdade também é que estes arquivos são, em geral, voláteis, dificilmente preservados e pouco acessíveis, nem sempre havendo a necessária sensibilidade para a importância da sua salvaguarda e para o que significa, em termos de perda da memória das instituições e do que as envolve, a sua destruição.

A preocupação com o acesso e preservação da informação não se limita aos documentos escritos. Surge também como particularmente relevante a necessidade de registar, centralizar e preservar testemunhos e histórias de vida de trabalhadores do Porto que dêem conta das suas condições de vida, de trabalho e de existência, e das alterações que se foram verificando ao longo dos anos, das suas representações sobre diferentes acontecimentos vivenciados e/ou protagonizados, dos sentidos e significados que lhes atribuíram. A não salvaguarda destas memórias significa a perpetuação de situações em que a história é equacionada essencialmente a partir da perspectiva de quem detém o poder, e o poder da escrita e que, por isso mesmo, deixa registos e os pode conservar.

A história, designadamente a história do trabalho, muitas vezes não é pensada nem escrita tendo em conta a perspectiva e os olhares dos trabalhadores, tendendo a ser, em grande medida, uma história equacionada a partir da óptica do poder e das entidades patronais. Mas, a recolha de testemunhos e histórias de vida permite ainda a preservação de um conjunto muito vasto de informações que em geral não se encontram em documentos escritos.

Dadas as diferentes lógicas de produção e os diferentes tipos de linguagem mobilizados no discurso oral e na escrita, muitas informações significativas, que assumem uma enorme importância para uma outra compreensão dos acontecimentos, em geral não são passadas a escrito - são os pequenos pormenores, as conversas

havidas, os passos que levaram a que certas decisões fossem tomadas, as diferenças de opinião, as intenções, as emoções, as relações sociais estabelecidas, as motivações, a forma como os acontecimentos foram vivenciados e sentidos pelas pessoas, as subjectividades em presença.

O reconhecimento da subjectividade destes testemunhos leva a que sejam, ainda, muitas vezes, olhados sob suspeição, ao mesmo tempo que se ignora a subjectividade inevitavelmente presente em todas as fontes históricas e na forma como são analisadas. Mas, o seu grande contributo, e o contributo da história oral, é mesmo o de possibilitar a apresentação de novas versões da história e de perspectivas mais abrangentes, dando a vez e a voz a protagonistas e a narradores diferentes. Como afirma Paul Thompson (2002:20) *“toda a história depende, basicamente, da sua finalidade social”*, podendo a história oral *“ser um meio para transformar tanto o conteúdo como a finalidade da história [...] e devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante as suas próprias palavras”* (idem, 22).

A criação do CDI e o desenvolvimento dos projectos já referenciados tinha então, e tem, como objectivos principais: contribuir para a preservação da memória e da história oral e social do Porto, valorizando o seu património social e as suas identidades; colmatar uma lacuna da história do Porto do século XX, no quadro da história oral e social; coligir, tratar e difundir informação sobre o movimento popular e de trabalhadores do Porto e apoiar e estimular o estudo sobre ele; promover o envolvimento de sindicatos e associações populares e contribuir para a valorização do património social e das identidades da cidade; fazer a pesquisa e selecção de pessoas que vivenciaram de forma directa ou indirecta e/ou protagonizaram acontecimentos representativos da vida social e laboral do Porto, em diversas situações profissionais, ao longo do século XX e a recolha, em suporte áudio e vídeo, das suas histórias de vida; disponibilizar informação relevante, a partir dos testemunhos recolhidos, sobre lutas sociais no Porto, condições de trabalho, vivências das ilhas e dos bairros sociais, práticas culturais mais relevantes, associações de trabalhadores e outras organizações populares; identificar e conhecer o património arquivístico de sindicatos e outras organizações de trabalhadores do Porto, através do levantamento, diagnóstico e inventário dos seus arquivos; organizar e preservar o espólio identificado e digitalizar algumas séries documentais relevantes; disponibilizar uma cronologia dos acontecimentos sócio-históricos e laborais marcantes ocorridos no Porto ao longo do século XX. (in <http://cdi.upp.pt>)

Estando esta tese profundamente ancorada na actividade que tenho vindo a desenvolver no âmbito do CDI, resultando muitas das opções que fui tomando ao

longo da investigação dessa minha inserção, da forma como foram sendo equacionados os projectos, das discussões em que tive a oportunidade de participar, dos questionamentos e aprendizagens que me proporcionaram, torna-se essencial dar conta de alguns desses debates e do trabalho até agora realizado.

A equipa que participou na concepção dos projectos e que tem acompanhado o seu desenvolvimento e o do CDI é constituída por colaboradores da UPP, com formação em áreas disciplinares diversas (história, arquivo, sociolinguística, psicologia, ciências da educação, ciências dos computadores, sociologia), e com diferentes experiências de vida e de participação social, o que se traduz num enorme enriquecimento de todo o trabalho, estimulando o cruzamento de diversos olhares e a análise e discussão das questões que se vão colocando numa perspectiva transdisciplinar e multirreferencial. Sendo o CDI um projecto da UPP todo o trabalho da equipa de coordenação é voluntário e “militante”, assumindo os diversos elementos como seu dever cívico a participação num projecto de preservação das memórias do trabalho, dos trabalhadores e das lutas sociais. Na mesma perspectiva, um dos grande objectivos estabelecidos para o CDI foi o da disponibilização pública, gratuita e universal da informação recolhida, o que não é comum em projectos deste género, para poder vir a ser estudada por investigadores de diferentes áreas, a partir de diferentes perspectivas e ângulos de análise.

O trabalho desenvolvido não se destina a ficar “fechado” na UPP, assumido como propriedade exclusiva, pretendendo-se sim que constitua um contributo para a construção e difusão do conhecimento, para o seu aprofundamento e para a produção de novos saberes, na sequência lógica da matriz identitária da UPP e dos ideais de que esta se reivindica. Parte da informação é de acesso completamente livre e encontra-se disponível através do site do CDI, designadamente resumos das histórias de vida e dados sobre os arquivos sindicais, sendo que o acesso integral às entrevistas terá que ser solicitado à UPP (a quem os entrevistados cederam os direitos de utilização) com a explicitação do fim a que se destina.

A criação do CDI, a implementação do site e a disponibilização da informação implicou igualmente um importante trabalho de desenvolvimento de ferramentas informáticas inovadoras e em software livre, que permitem aceder aos resumos das entrevistas, a informação referente aos arquivos sindicais, a imagens fotográficas e/ou a documentos que foram facultados e digitalizados e à cronologia elaborada, podendo os dados ser pesquisados e cruzados.

1.3. Registo e preservação de memórias do trabalho e de lutas sociais

Ao longo de todo o trabalho desenvolvido desde a sua fase inicial foram muitas as discussões travadas na UPP e na equipa de coordenação dos projectos e do CDI sobre múltiplas questões que iam sendo suscitadas (algumas das quais se me vieram também a colocar no desenvolvimento desta pesquisa) e para as quais era necessário equacionar as respostas possíveis para o prosseguimento do trabalho, respostas essas que nem sempre tinham que ser únicas e para as quais havia, diversas vezes, sensibilidades e pontos de vista diferenciados.

Entre as muitas questões que se foram colocando importará salientar algumas pela importância que assumiram no desenvolvimento dos projectos e na construção do CDI, marcando de forma clara as características do seu acervo, mas também a forma como fui equacionando o desenvolvimento deste trabalho e algumas das opções metodológicas que fui fazendo no decurso da investigação: como identificar as pessoas a entrevistar, junto de que entidades recolher sugestões de nomes, prioridades na selecção dos entrevistados, quem seriam os entrevistadores e como preparar essa equipa, que tipo de entrevistas realizar, vantagens e inconvenientes da gravação vídeo (consequências de uma eventual maior inibição que poderia provocar nos entrevistados), que tipo de guião orientador das entrevistas deveria ser construído e a sua construção, a preparação das entrevistas, objectivos do contacto prévio a realizar com os potenciais entrevistados, que género de transcrição fazer, a análise de conteúdo que a elaboração de um resumo implica bem como a indexação e notação das entrevistas, a devolução das transcrições e dos resumos aos entrevistados, como reagir face às correcções que estes pudessem fazer (de forma mas também de conteúdo), as autorizações a recolher, as implicações éticas de trabalhar com histórias de vida e com histórias de pessoas que iriam aparecer claramente identificadas, o estatuto dos entrevistados, a disponibilização posterior das entrevistas (a quem, em que condições), a integração de novos dados na cronologia a partir das entrevistas, a informação a disponibilizar no site, os dados que importaria procurar cruzar, as ferramentas informáticas a construir, etc..

Na fase inicial do projecto “Memórias do trabalho – testemunhos do Porto laboral no século XX”, foram então identificadas mais de duzentas pessoas cujo testemunho seria interessante procurar registar, quer pelas suas experiências profissionais, designadamente pelo facto de terem trabalhado em importantes empresas do Porto, muitas das quais já não existem, quer pelo seu envolvimento em associações e sindicatos diversos, quer ainda pela actividade social ou política que tivessem desenvolvido e pelas lutas sociais em que tivessem participado, particularmente no período do fascismo.

Sendo este um projecto para ter continuidade, a idade das pessoas era naturalmente um factor a ter em conta na selecção dos primeiros entrevistados, com a preocupação de não deixar de recolher testemunhos sobre acontecimentos mais recuados no tempo e sobre os quais já não há muitas pessoas que os possam recordar. Esta identificação foi feita a partir do contacto directo com diversas pessoas conhecidas dos colaboradores da UPP, do contacto com diferentes estruturas sindicais, colectividades, associações, centros de dia, e da análise de documentos como, a título de exemplo, as listas da oposição democrática às eleições de 69 e 73, no Porto.

Até ao momento foram realizadas 85 entrevistas que permitiram o registo de 85 histórias de vida (em suporte áudio e vídeo, correspondendo a mais de 300 horas de gravação e a mais de oito mil páginas de transcrições), de trabalhadores de diferentes profissões e com diferentes experiências de intervenção social e política, através das quais os entrevistados falam da sua infância e adolescência, das relações familiares e de vizinhança, da passagem pela escola, do trabalho, de problemas, questões e lutas sociais ocorridas em diferentes épocas, da sua participação na actividade associativa, sindical ou política, de diferentes experiências vivenciadas e dos significados que lhes atribuem. A maior parte das entrevistas encontra-se já transcrita e autorizada a sua utilização para fins de investigação, estando o resumo entretanto elaborado acessível através do site do CDI.

Estas histórias de vida constituem um acervo documental de uma grande importância, constituindo um material de uma enorme riqueza histórica, social, cultural, política e humana, até pela forma como os testemunhos foram prestados, num ambiente de grande abertura e muito pouco constrangedor, mesmo de uma certa “cumplicidade”, prolongando-se cada entrevista por várias horas e mesmo por várias sessões. O ambiente criado em torno da maior parte das entrevistas não foi alheio ao facto de ser um projecto da Universidade Popular do Porto, instituição que muitos dos entrevistados conhecem directa ou indirectamente e em quem confiam e à importância que atribuíram ao projecto como forma de manter viva, e para a história, uma memória do Porto que não omita os trabalhadores e as lutas sociais. O momento da entrevista terá mesmo sido sentido por muitos como

“uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar a sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de se explicar, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir o seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles vêem a si mesmos e o mundo, e se

tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmos em primeiro lugar.”
(Bourdieu, 1997: 704)

Uma vez que as histórias de vida que constituem hoje o acervo do CDI não são independentes da forma como as entrevistas foram conduzidas e das pessoas que as realizaram, importa dar conta, ainda que de forma breve, de aspectos e cuidados que estiveram e têm estado presentes na preparação de cada entrevista e da equipa de entrevistadores, e também no trabalho por mim desenvolvido no âmbito do CDI e no decurso desta investigação. A fase inicial do projecto e de registo das primeiras histórias de vida foi acompanhado da realização de um curso "Memórias do Trabalho - a Preservação da Memória e da História Oral", cuja equipa de coordenação integrei, com uma duração de 275 horas, tendo em vista a formação da equipa de entrevistadores em áreas como a História do Porto no século XX, o Estado e os movimentos sociais em Portugal, a cultura popular urbana e as suas formas de expressão e metodologias de investigação (fontes de informação, técnicas de entrevista, construção de instrumentos de recolha de dados, análise de conteúdo, elaboração de instrumentos de pesquisa e recuperação de informação).

A realização das primeiras entrevistas foi integrada no plano do curso, sendo acompanhada da discussão regular das que iam sendo concretizadas, a partir de excertos das gravações vídeo, permitindo equacionar aspectos a melhorar ou aprofundar em entrevistas futuras. Em simultâneo, procedeu-se à construção de uma grelha para a recolha prévia de dados, de um guião orientador para a condução das entrevistas e de uma cronologia dos acontecimentos sócio-históricos e laborais mais relevantes na cidade do Porto no séc. XX, com destaque para as diversas lutas e movimentações operárias que se travaram nesse período, instrumentos esses que foram sendo revistos e aperfeiçoados à medida que as entrevistas iam sendo realizadas e de novas questões que estas colocavam. Posteriormente, e já noutras condições, foram realizados outros cursos, de muito menor duração, visando a preparação de novas equipas de entrevistadores, algumas das quais inseridas em projectos envolvendo estudantes das Faculdade de Letras, de Ciências e de Psicologia e Ciências da Educação.

O corpo inicial de potenciais entrevistados foi sendo aumentado à medida que as entrevistas se foram desenvolvendo e que os entrevistados foram falando de outras pessoas, salientando mesmo, nalguns casos, a importância de também recolher o seu testemunho. Em muitas situações, além de falarem sobre a sua história de vida, as pessoas disponibilizaram documentos e fotografias que tinham em seu poder e referentes a vários dos acontecimentos de que falavam e em que tinham participado, o

que permitiu a sua digitalização, bem como referenciar um vasto conjunto de documentação (nalguns casos exemplares provavelmente únicos) que se encontra disperso em casas particulares, sindicatos e associações.

As entrevistas foram e são sempre precedidas de um contacto com os potenciais entrevistados, esclarecendo os objectivos da entrevista e do CDI e permitindo a recolha prévia de um conjunto de informações (ano de nascimento, zonas de residência, locais de trabalho, organizações em que participasse ou tivesse participado, acontecimentos relevantes). A recolha destes elementos permite à equipa de entrevistadores uma melhor preparação de cada entrevista, tida como essencial, até porque como afirma Bourdieu (1997:706) *“é somente quando se apoia num conhecimento prévio das realidades que a pesquisa pode fazer surgir as realidades que deseja registar”*.

Tendo antecipadamente uma noção de alguns marcos importantes na vida das pessoas torna-se mais fácil prever questões que podem vir a ser abordadas por livre iniciativa do entrevistado, e sobre as quais é necessário ter quadros de referência, ou sobre as quais vale a pena questionar ou pedir para aprofundar um pouco mais, permitindo uma melhor compreensão e maior explicitação do que está a ser dito. Nesta preparação são instrumentos essenciais quer a cronologia elaborada quer a existência e desenvolvimento de um corpus bibliográfico de referência. Sendo este trabalho prévio essencial, isso não significa que os entrevistadores deixem de ser confrontados com memórias e vivências que, em grande medida, são para eles desconhecidas, transformando-se muitas entrevistas em fontes de questionamentos profundos, de novos conhecimentos e mesmo, no dizer de alguns, em *“autênticas lições de vida e de história contemporânea”*.

O contacto prévio e a explicitação dos objectivos do CDI permite também a preparação da entrevista pelos entrevistados, avivando memórias, suscitando conversas com outros e levando a que, nalguns casos, procurem e tragam documentos e materiais diversos que têm em seu poder.

A realização das entrevistas, pelo conjunto de informações que comportam, constitui-se também numa forma de desenvolvimento e actualização da cronologia, quando os entrevistados dão conta da sua participação em acontecimentos que não estavam ainda nela referenciados, suscitando a procura de dados complementares.

A entrevista para o registo das histórias de vida é, em geral, feita por dois entrevistadores em simultâneo (estando um mais preocupado com os aspectos técnicos da gravação), no local escolhido pelo entrevistado, por forma a que este se possa sentir mais à vontade e não constrangido com a estranheza de um espaço, sendo certo que o sítio onde esta decorre tem sempre influência no que vai ser

narrado. A entrevista é conduzida tendo por base o guião elaborado, que se pretende que sirva fundamentalmente como um ponto de apoio, sem pretender orientar de forma rígida o desenrolar da narrativa.

A preocupação é mesmo a de atribuir ao entrevistado um papel importante na condução da entrevista, tendo a noção que *“aquele que narra a sua história de vida selecciona e articula as suas experiências em função de um presente ou em função de traços ainda difusos de um projecto”* (Correia, 1998:150), mas também do sentido que atribui à própria situação de entrevista. Aliás, muitas vezes, *“acontece até que, longe de serem instrumentos nas mãos do pesquisador, eles conduzem de alguma maneira a entrevista e a densidade e a intensidade de seu discurso”* (Bourdieu, 1997: 704). Em muitas das histórias de vida registadas até ao momento o papel de sujeito e de autor assumido pelos entrevistados ficou bem patente, sendo muito clara a vontade de falarem fundamentalmente das suas experiências no âmbito das lutas sociais em que estiveram envolvidos, e afirmando que *“isso é que é o importante”*, porque *“isso”* é que, em grande medida, consideram que deu sentido à sua vida e que os identifica. Como diz Josso, (2002:191)

“um material narrativo é constituído de recordações consideradas pelos narradores como “experiências” significativas das suas aprendizagens, da sua evolução nos itinerários sócio-culturais e, ao fim de contas, das representações que eles construíram deles mesmos e do seu contexto humano e natural”.

Os testemunhos registados não são também independentes das equipas que conduzem as entrevistas, das características pessoais de cada entrevistador, das suas principais preocupações e motivações, do grau de maior ou menor familiaridade com os entrevistados ou com as temáticas abordadas. Assim, e apesar de o guião orientador ser o mesmo, é possível notar que a forma como as pessoas se prendem mais ou menos a esse guião, a ênfase posta numa ou noutra questão, a *“curiosidade”* suscitada, os aspectos que se procuram aprofundar, o à vontade para fazer ou não determinadas perguntas, os *“receios”* em parecer *“ignorante”* ou a vontade de mostrar que *“também se sabe”*, as questões de que nem se fala, os novos temas abordados, são claramente diferenciados. Como diferenciada é também a forma como os entrevistados encaram a entrevista e como se posicionam face ao entrevistador, ao estatuto que lhe conferem e ao papel que lhe atribuem.

“Cada entrevista biográfica é sempre uma relação social complexa, um sistema de papéis, de expectativas, de injunções, de normas e de valores implícitos, por vezes

até de sanções. Cada entrevista biográfica esconde tensões, conflitos, e hierarquias de poder; [...] Não se conta a própria vida [...] a um gravador, mas sim a outro indivíduo. As formas e os conteúdos de uma narrativa biográfica variam com o interlocutor; dependem da interacção social que representa o campo social da comunicação. Situam-se no interior de uma reciprocidade relacional.” (Ferrarotti, 1983:52)

E é esta relação social complexa, que se estabelece também num dado contexto e num momento específico, que torna cada entrevista única, seguindo, quantas vezes, por caminhos que, à partida, não eram os esperados nem pelos entrevistadores nem pelos entrevistados, contribuindo para a realização de *“um trabalho de explicitação, gratificante e doloroso ao mesmo tempo, e para enunciar, às vezes com uma extraordinária intensidade expressiva, experiências e reflexões há muito reservadas ou reprimidas (Bourdieu, 1997:705).*

A gravação das histórias de vida também em formato vídeo, com uma pequena câmara fixa que, e contrariamente até às expectativas iniciais da equipa, não tem dado origem à colocação de qualquer entrave pelos entrevistados (à excepção de um único caso), nem se tem revelado um elemento mais constrangedor que o gravador, assume uma grande importância, na medida em que permite uma outra captação da situação de entrevista e o registo de uma muito maior diversidade de aspectos. Para além das palavras, é também a comunicação não verbal, as expressões, os gestos, o olhar, o tom de voz, a entoação, o ritmo, as emoções e mesmo os silêncios, que quantas vezes dizem mais que as próprias palavras, que ficam registados, constituindo-se num documento de grande importância na preservação da memória.

Todas as entrevistas são transcritas, sem correcção da oralidade, o que não significa estar a assumir que esta transcrição não seja uma tradução do seu conteúdo realizada por quem transcreve. A transcrição é sempre uma tradução, reflecte sempre a interpretação ou o sentido que quem transcreve dá ao que está a ouvir e que se materializa, entre outros aspectos, na pontuação do texto. Dada a existência do registo vídeo, e a possibilidade da sua visualização posterior, a transcrição não contempla a indicação de elementos não verbais. Preferencialmente, a revisão da transcrição é realizada por uma outra pessoa, permitindo a introdução de correcções diversas.

O texto daí resultante e os resumos elaborados são devolvidos aos entrevistados, no sentido de poderem ser revistos por estes quer quanto a erros de transcrição ou de pontuação, quer quanto ao seu próprio conteúdo. É a sua história de vida que está a ser contada e, por isso mesmo, reconhece-se às pessoas o direito de poderem rever o que disseram, designadamente o direito de não quererem que

determinadas questões que acabaram por ser afloradas na entrevista passem para um domínio mais público ou o direito de precisarem melhor alguns aspectos que tenham referido. Esta opção significa que, em determinadas circunstâncias, sobretudo se há lugar a alterações significativas, a versão escrita deixa de corresponder exactamente à versão áudio e vídeo. Mas, é sobre estas transcrições revistas que se assume serem recolhidas as autorizações para posterior utilização, o que obriga a diversas precauções na utilização pública dos outros registos.

O importante acervo documental que constituem as histórias de vida que integram o CDI tem sido objecto de estudo por diferentes projectos de investigação, entre os quais importa salientar o projecto “Memórias do trabalho – processos de construção de uma identidade operária no Porto”, a que já nos referimos. Da responsabilidade do CIIE, tendo como entidades parceiras a própria UPP e o LIACC, apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, o seu desenvolvimento traduz, de acordo com José Alberto Correia *“a materialização de uma ligação da Universidade com a comunidade em actividades eticamente informadas, politicamente engajadas e socialmente relevantes”*¹⁹.

Envolvendo investigadores de diversas áreas científicas (ciências da educação, história, sociologia, sociolinguística, ciências da documentação e ciências dos computadores), permitindo assim uma abordagem multirreferencial, o cruzamento de olhares e um trabalho científico transdisciplinar, estimulando novas interrogações, o projecto tem como principais objectivos: procurar compreender os processos de inter-estruturação entre trabalho, participação social, formação e identidade pessoal e profissional; analisar processos de formação experiencial dos operários no decurso da sua socialização no trabalho e nas lutas sociais; caracterizar o processo de construção de uma possível identidade operária no Porto, ao longo da segunda metade do século XX; compreender a articulação existente entre situações decorrentes da inserção no processo produtivo e outras, associadas à comunidade de pertença, na formação de uma consciência de classe; estudar as metamorfoses globais que o processo de industrialização no Porto, provocou no quotidiano e formas de organização da classe operária, na segunda metade do séc. XX; elaborar a cartografia das estruturas associativas locais envolvidas em dinâmicas formativas e de sociabilidade dos operários portuenses; descrever padrões de linguagem – lexemas, construções, formas de tratamento, etc. – utilizados nos discursos dos operários; discutir o papel da

¹⁹ Comunicação no Seminário Memórias do Trabalho: Questões metodológicas e epistemológicas, realizado na FPCE-UP, no dia 14 de Dezembro de 2007

linguagem na construção de uma identidade operária; contribuir para a criação de ferramentas informáticas de indexação de texto indispensáveis à análise e tratamento da informação.

No âmbito deste projecto foram já várias as iniciativas realizadas, assumindo características não muito comuns na Universidade, designadamente quando têm sido chamados a participar activamente na discussão e nas actividades do projecto diversos entrevistados, não provenientes do meio académico, cujas histórias de vida se encontram no CDI e que são também meus interlocutores na investigação agora apresentada.

Para além deste projecto valerá ainda a pena referenciar outros dois, cujas equipas de investigação também integrei, desenvolvidos no âmbito dos concursos promovidos pela reitoria da Universidade do Porto para Projectos de Investigação Científica na pré-graduação, envolvendo docentes e estudantes de diversas faculdades - “Memórias e Vivências de Trabalhadores Têxteis do Porto - condições de vida e de trabalho na indústria têxtil” e “Educação e Linguagem em Memórias do Trabalho”, envolvendo docentes das Faculdade de Ciências, Letras e Psicologia e Ciências da Educação e estudantes dos cursos de Ciências dos Computadores, História, Sociologia, Ciências da Linguagem e Ciências da Educação.

2. Um projecto de investigação a construir e a desenvolver

2.1. Preocupações e questões de partida

A participação em todos estes projectos, desde o seu início e até ao momento, teve reflexos significativos na forma como me fui situando e como vim a equacionar e a desenvolver muito desta pesquisa. A integração nas equipas dos projectos e nos espaços transdisciplinares de discussão, participação, reflexão, debate e cruzamento de olhares diversos em que estas se constituíram, proporcionaram-me múltiplos questionamentos, o confronto com diferentes perspectivas e ângulos de análise, permitindo-me a abertura para novos campos de reflexão e de intervenção e para a reavaliação permanente do processo e do percurso da investigação.

O acompanhamento próximo de todo o trabalho que tem vindo a ser realizado permitiu-me igualmente o contacto directo com várias das pessoas que até ao momento foram entrevistadas e um conhecimento de muitas das histórias de vida que integram o CDI, resultantes de ter participado na realização de algumas das entrevistas, de ter acompanhado de perto a realização de outras, de ter lido muitas

das transcrições ou visualizado as gravações vídeo. Tendo em conta todo este envolvimento, a minha clara identificação com os projectos em curso e com os seus objectivos, e o reconhecimento da sua importância social, aquando da candidatura ao Programa de Doutoramento, fazia todo o sentido vir a desenvolver um trabalho que, de alguma forma, surgisse na continuidade do que estava a ser realizado no âmbito do CDI e que constituísse um contributo para o aprofundamento de uma reflexão teórica em torno das histórias de vida e de formação.

Sendo uma das minhas preocupações o campo da Educação/Formação de Adultos e os discursos sobre ele actualmente dominantes, e reconhecendo que nas histórias de vida já reunidas, designadamente de pessoas que tinham tido uma actividade social e política intensa, estavam implícitas ou explícitas uma multiplicidade de dimensões formativas, presentes em diferentes contextos de participação social, dimensões essas que muito tinham contribuído para a sua assunção crescente como actores e autores sociais, surgia como pertinente o estudo das dimensões educativas/formativas dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais a partir da análise do relato de experiências e memórias de trabalhadores do Porto. Efectivamente, num tempo em que o discurso dominante sobre Aprendizagem ao Longo da Vida faz apelo à formação de trabalhadores socialmente adaptados e conformados, procurar estudar e compreender percursos e processos de formação de trabalhadores que se recusam a permanecer passivos e a conformar-se, e que assumem um papel activo nas lutas sociais, ganha um significado acrescido. No actual quadro de determinação de estratégias da Educação/Formação de Adultos e de avanço de concepções neoliberais que promovem um individualismo fracturante das sociabilidades e das solidariedades, afigura-se como importante contribuir para resgatar, reconstruir, valorizar e reflectir sobre experiências e práticas vivenciadas por trabalhadores no seu processo de constituição como sujeitos colectivos.

Assumindo não ser possível abarcar, em profundidade, todos os contextos de participação política, social e partidária de que as pessoas dão conta nas suas histórias de vida, e sem esquecer que muitos desses contextos se cruzam e complementam, a opção foi a de procurar centrar o estudo nos movimentos de trabalhadores, mais especificamente no movimento sindical, em sindicatos da CGTP, e nas lutas sociais, correspondendo também à base do Centro de Documentação da UPP.

Sendo certo que o início de uma participação sindical não é dissociável da história de vida de cada um e dos seus percursos de formação, dos conhecimentos, aprendizagens e saberes adquiridos e construídos ao longo da vida, tornava-se

igualmente importante procurar compreender como se tinham desenvolvido os processos de consciencialização social e política de diversos activistas sindicais e que papel atribuíam, no seu processo de formação, a diferentes contextos de socialização, como a família, a escola, a igreja, os grupos de pares, o trabalho, a guerra colonial, entre outros, e a organizações em que tinham participado, bem como a diferentes acontecimentos que tinham vivenciado ou protagonizado. Foram ainda preocupações de partida procurar compreender

- de que modo a participação e intervenção nas lutas sociais, no movimento popular e em organizações colectivas contribuiu para a sua formação e para a formação e construção da identidade de muitos trabalhadores e o significado que, do ponto de vista formativo, dão a essa participação;
- que papel é atribuído por cada um, do ponto de vista da sua formação e da sua construção como sujeito, às organizações onde teve ou tem um papel activo e ao modo de funcionamento destas (forma de organização, actividades mais significativas, relações interpessoais, ...);
- como cada um se apropria das diferentes experiências vivenciadas, lhes dá sentido, as integra na sua história de vida e se constrói enquanto pessoa, enquanto “*actor*” e “*autor social*” (Ardoino:1993)
- que tipo de experiências vivenciadas são consideradas mais significativas do ponto de vista da formação de cada um (as “*recordações-referência*”, de que fala Josso, 2002:29) e que tipo de aprendizagens motivaram;
- que processos educativos se realizam através das práticas associativas e nos movimentos de trabalhadores;
- como tem sido equacionada nas diferentes estruturas sindicais, nos discursos e nas práticas, a formação dos activistas sindicais;
- como se conservam vivos (se se conservam) “*certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro, que permitem ir transformando estes num horizonte pelo qual se trabalha e luta*” (Manfredi, 1996:23)
- qual a capacidade do movimento de trabalhadores de desenvolver experiências formativas organizadas para a construção da sua própria identidade, elaboradas e decididas no seu interior e não em função de agentes externos (Manfredi, 1996:23).

Não estando o processo de formação dos trabalhadores e dos activistas sindicais, nem a actividade dos sindicatos, desligado do contexto social, político e económico em que ocorre, surgia, também, como essencial, procurar articular as suas

histórias de vida e os seus percursos de formação com as alterações políticas e sociais verificadas e com a forma como por eles foram vivenciadas, sentidas e percebidas. Dadas as profundas transformações ocorridas em Portugal nos últimos 50 anos, foi possível identificar, desde logo, a existência de três períodos, sequenciais mas muito distintos, marcados por rupturas profundas a nível social e político. Rupturas essas com enormes repercussões nas condições de vida e de trabalho de muitos milhares de pessoas, nas suas percepções e leituras sobre a realidade social, na organização e actividade dos movimentos de trabalhadores e nas formas de equacionar a formação no âmbito do movimento sindical:

- o período do fascismo (marcado pela falta de liberdades, pela censura, pelas prisões políticas, pela guerra colonial, pela repressão ao movimento de trabalhadores, pela não existência de sindicatos livres, mas também por um forte movimento de oposição e resistência ao regime, pelo desenvolvimento de grande número de iniciativas e de lutas, no seio das quais surgiram e se formaram um conjunto significativo de quadros que tiveram um papel relevante no movimento de trabalhadores do Porto, neste período e nos seguintes).
- o 25 de Abril e o período revolucionário (marcado pela explosão de um forte movimento de intervenção e participação popular, com a tomada dos sindicatos corporativos e a criação de um grande número de sindicatos, associações de moradores e outras associações populares, com a participação activa na vida política e social e na organização e direcção dessas estruturas de largos milhares de pessoas, que se assumiram como construtores activos da história e que se formaram no desenrolar desse mesmo processo).
- da institucionalização do regime democrático à actualidade (marcado pela “normalização”, pela adesão à União Europeia, pelo avanço do processo de globalização capitalista e de políticas neo-liberais e por recuos significativos em importantes conquistas alcançadas pelos trabalhadores com o 25 de Abril, pela diminuição da participação social, por transformações profundas na organização do trabalho e nas relações laborais, pelo aparecimento em força de um mercado de formação, com recurso intensivo a fundos europeus, envolvendo também muitos sindicatos e associações)

2.2. Caminhos da pesquisa

Assumindo que, de acordo com Guy Berger (1992:31), *“tudo o que produzimos como conhecimento está intimamente ligado aos instrumentos utilizados e que, em*

certo sentido, os conhecimentos produzidos são resultantes da abordagem utilizada”, tendo sentido “quando integrado(s) num determinado sistema de referências”, não sendo possível, como afirma Le Grand (s/d:1), “separar radicalmente o produto de um conhecimento das condições desta produção de conhecimento”, torna-se pertinente dar conta dos caminhos que foram sendo seguidos no decurso da investigação e das diversas opções que foram sendo tomadas.

Querendo compreender as dimensões educativas/formativas de movimentos de trabalhadores e das lutas sociais e os percursos de vida e formação de pessoas que tinham e têm uma grande intervenção social, reconhecendo a importância de lhes atribuir e às suas vivências e sentimentos, às suas representações e subjectividades, às suas emoções e afectos, aos seus conhecimentos e saberes, um lugar central na investigação, tornava-se imperioso fazê-lo com elas, privilegiando uma

“racionalidade marcada pela atenção e pela importância conferida aos sujeitos, às suas experiências singulares, aos seus saberes experienciais e às suas narrativas subjectivas, isto é uma racionalidade que aceita e valoriza a implicação, a imprevisibilidade, a heterogeneidade, a subjectividade e a ausência de distância entre investigadores e sujeitos de investigação” (Terrasêca, 2002:514)

Esta perspectiva tornava necessário o registo e análise das suas histórias de vida, na lógica e com as preocupações subjacentes à criação do CDI, de preservação da memória e da história oral e social do Porto, mas também das suas narrativas de formação.

Na sua articulação com o projecto “Memórias do Trabalho”, as histórias de vida permitiam a recolha e disponibilização de testemunhos relevantes sobre vivências de trabalhadores do Porto e o acesso a um conjunto vasto e diversificado de informações e relatos sobre as suas condições sociais de existência, em diferentes períodos históricos, e sobre diversos acontecimentos sociais e políticos que marcaram as suas vidas e em muitos dos quais foram protagonistas. Constituindo uma narrativa no decurso da qual quem narra organiza, no presente, a memória das suas experiências e de vividos significativos, atribuindo-lhes sentido, as histórias de vida permitem uma outra compreensão da história individual e colectiva, dos diferentes contextos em que as pessoas intervieram e participaram e das transformações sociais, políticas, económicas e culturais que influenciaram os seus percursos de vida.

As narrativas de formação, enquanto “*narração de si, sob o ângulo da formação*” (Josso, 2002:28) permitiam uma maior explicitação, pelo próprio, dos sentidos e significados que atribuem às suas experiências, memórias e vivências no processo de

construção de si. A evocação das suas “*recordações-referência*” (Josso, 2002:29), enquanto “*recordações simbólicas do que o autor compreende como elementos constitutivos da sua formação*” (ibidem), recordações que “*significa(m), ao mesmo tempo, uma dimensão concreta ou visível, que apela para as nossas percepções ou para imagens sociais, e uma dimensão invisível, que apela para emoções, sentimentos, sentidos ou valores*” (ibidem), organizadas “*numa coerência narrativa à volta da formação*” (ibidem), permitem uma outra compreensão dos processos de formação e do que as pessoas consideram mais significativo no seu processo de construção identitária.

A narrativa destes percursos de formação a partir da globalidade de cada história de vida permite compreender melhor o peso dos constrangimentos políticos, sociais, económicos e culturais que os condicionaram, mas permite também uma outra percepção de como esses percursos não foram totalmente determinados por esses constrangimentos e como foi, nas encruzilhadas das suas vidas e na diversidade de contextos e redes de relações em que se inseriram e interagiram, que as pessoas se foram formando e transformando, assumindo crescentemente um papel activo do ponto de vista social e político.

Reconhecendo as pessoas enquanto sujeitos de conhecimento e detentoras de saberes, a investigação a desenvolver implicava escutá-las e dar-lhes voz, aceder e dar visibilidade às suas reflexões e análises, aos seus relatos, discursos e argumentos, aos seus pontos de vista e subjectividades sobre os acontecimentos que vivenciaram e/ou protagonizaram e sobre os seus percursos de vida e de formação, tendo que ser construída numa relação com elas. Assumindo que “*o conhecimento é, sobretudo, inter-conhecimento, constrói-se no jogo das intersubjectividades*” (Terrasêca, 2002:517), o seu envolvimento em diferentes fases do processo tornava-se essencial na produção de “*um discurso que não coloque à margem os significados nem a posição dos sujeitos*” (Fonseca, 2005:163).

Após uma leitura atenta das histórias de vida de dirigentes sindicais então presentes no CDI, e tendo em conta os objectivos desta investigação, que se iam delineando, surgia como pertinente procurar envolver no processo de investigação pessoas que tivessem desenvolvido uma intensa actividade sindical em períodos históricos diversos, em diferentes sindicatos, preferencialmente do sector operário e com reduzida escolaridade, homens e mulheres. A opção por este conjunto de critérios visava procurar identificar um conjunto de pessoas cujos testemunhos pudessem contribuir para uma percepção mais global das dimensões educativas/formativas do movimento sindical, que era o objectivo inicial do estudo. Testemunhos marcantes pela sua singularidade mas que não deixavam também de ser representativos das

experiências, vivências e percepções de muitos outros trabalhadores e dirigentes sindicais pois, como afirma Ferrarotti (1988:26)

“o nosso sistema social encontra-se integralmente em cada um dos nossos actos, em cada um dos nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos. E a história deste sistema está contida por inteiro na história da nossa vida individual”.

Nesta perspectiva, fazia sentido partir de algumas das histórias de vida já existentes no acervo do CDI, quer pelo contributo que a sua leitura tinha constituído para o delinear dos contornos da investigação, quer pela relevância dos seus testemunhos para o estudo que pretendia realizar. Este facto não evitava a necessidade de realizar novas entrevistas que permitissem o registo de histórias de vida e de narrativas de formação de activistas de outros sindicatos operários e ainda com responsabilidades enquanto dirigentes sindicais. Seleccionei então três entrevistas e contactei essas pessoas no sentido de apurar da sua disponibilidade para colaborar com o projecto de investigação, concedendo-me uma nova entrevista que permitisse uma maior explicitação das suas narrativas de formação e dos processos de desenvolvimento da sua consciência social e política, bem como das suas reflexões e análises sobre o movimento sindical enquanto contexto educativo/formativo, a partir das suas próprias experiências. As três pessoas mostraram-se de imediato disponíveis não só para uma nova entrevista mas também para colaborar no desenvolvimento da investigação, tendo mesmo, num processo de diálogo reflectido, sugerido nomes de dirigentes ou ex-dirigentes sindicais a contactar e um alargamento dos critérios que inicialmente tinha pensado, designadamente quanto à importância de abarcar um sindicato como o da função pública e activistas com níveis de escolaridade diferenciados.

Estas sugestões vieram a revelar-se de grande pertinência, permitindo uma perspectiva mais abrangente do movimento sindical e de diferentes percursos de formação. Posteriormente foram identificados mais cinco dirigentes e ex-dirigentes sindicais a quem solicitei colaboração, uma das quais já tinha sido entrevistada para o CDI, sendo também total a disponibilidade demonstrada quer para a realização da entrevista quer para contactos futuros. A esta disponibilidade não serão alheios os objectivos do CDI de preservação e valorização das memórias dos trabalhadores e das lutas sociais, a rede de relações previamente existente, a temática desta pesquisa e os sentidos que as pessoas atribuíram à sua colaboração.

2.3. Os interlocutores da pesquisa

O conjunto dos meus interlocutores ao longo do processo de investigação é assim constituído por oito dirigentes ou ex-dirigentes sindicais: Amália Andrade, Albano Ribeiro, Manuel Barra, Manuel Freitas, M^a Emília Reis, Palmira Peixoto, Vieira Mendes, Vítor Ranita, sendo com a sua autorização explícita que, no âmbito específico desta tese, aparecem identificados pelo próprio nome.

São cinco homens e três mulheres, nascidos entre 1939 e 1957, abarcando seis sectores profissionais (construção civil, confecções, têxteis, metalúrgicos, conservas e função pública) e diversas estruturas sindicais (sindicatos dos respectivos sectores (6), federações sindicais (5), União dos Sindicatos do Porto e CGTP). Do conjunto destes dirigentes, três desenvolveram actividade sindical antes do 25 de Abril e outros três ainda hoje são dirigentes sindicais. Quanto ao nível de escolaridade, três possuem o 4^o ano (uma das quais já depois da entrevista concluiu o 9^o ano), dois o 6^o ano, um o 9^o ano, um a licenciatura, sendo que a concluiu já como dirigente sindical, encontrando-se neste momento em fase de conclusão da dissertação de mestrado, e um o mestrado, concluído após a saída de dirigente do sindicato.

Nome	Ano Nascimento	Idade início trabalho	Escolaridade	Actividade profissional (principal)	Períodos de actividade sindical	Escolaridade actual
Albano Ribeiro	1957	13 anos	6 ^a classe	Construção Civil	Desde 1980	6 ^a classe
Amália Andrade	1948	10 anos	4 ^a classe	Conservas	1974 a 1987	4 ^a classe
Manuel Barra	1950	12 anos	4 ^a classe	Metalurgia	1970 a 1981	4 ^a classe
Manuel Freitas	1949	11 anos	4 ^a classe	Têxtil	Desde 1974	licenciatura
M ^a Emília Reis	1940	11 anos	4 ^a classe	Vestuário	1974 a 2004	6 ^o ano
Palmira Peixoto	1955	10 anos	4 ^a classe	Têxtil	Desde 1980	9 ^o ano
Vieira Mendes	1946	24 anos	Licenciatura	Função Pública	1975 a 1994	mestrado
Vítor Ranita	1939	14/15 anos	3 ^o ano curso industrial	Metalurgia	1970 a 1998	3 ^o ano curso industrial

Quadro 1 – os interlocutores da pesquisa

O conjunto das entrevistas realizadas tem uma duração de 40 horas (gravadas em suporte áudio e vídeo) e corresponde a 980 páginas de transcrições. Para além das entrevistas foram diversos os contactos mantidos com alguns dos interlocutores, em diferentes momentos da investigação, o que se revelou de uma grande importância. Em todo este processo foi igualmente significativa a participação, como já foi referido, de algumas destas pessoas como intervenientes em iniciativas do projecto “Memórias do trabalho – processos de construção de uma identidade operária no Porto”, na abordagem de temáticas como as memórias e vivências do 25 de Abril e as transformações do mundo do trabalho e a intervenção dos sindicatos, que serviram igualmente de objecto de análise nesta pesquisa, estando prevista a participação de outros em iniciativas futuras.

A maior parte dos dirigentes e ex-dirigentes sindicais a quem foi solicitado, e que se disponibilizaram, a colaborar nesta investigação são pessoas que, de alguma forma, eu já conhecia e me conheciam, em resultado da participação em diferentes iniciativas, tendo estabelecido, ao longo dos anos, relações marcadas pela confiança e respeito mútuo. Algumas das suas memórias, particularmente quando falam da sua intervenção social e política, antes e depois do 25 de Abril, são também as minhas memórias, dado ter vivido algumas experiências comuns ou próximas. Estes factos marcaram, naturalmente, todo o processo de investigação, as relações que se foram estabelecendo, e o modo como as pessoas sentiram a sua colaboração e se envolveram neste trabalho. E, inevitavelmente, tiveram reflexos na forma como decorreram as entrevistas, nas histórias de vida e narrativas de formação delas resultantes, no processo de análise que se seguiu, no que se procurou compreender, nos conhecimentos que foram sendo produzidos, no texto que agora apresenta a investigação desenvolvida. Uma investigação marcada e influenciada por um conjunto alargado e complexo de implicações pessoais, afectivas, institucionais, teóricas, sociais e políticas, minhas e dos meus interlocutores, e pelas subjectividades em presença.

2.4. A realização das entrevistas

As entrevistas não assumiram um carácter formal, decorrendo mais em ambiente de “conversa”, pese embora a presença do gravador e da câmara de vídeo. O facto de todas as pessoas terem um conhecimento prévio dos objectivos da entrevista e a noção das questões que se pretendia abordar, contribuiu para que, iniciada esta, tenham de imediato começado a falar sobre os seus percursos de formação e sobre o que consideram ter sido mais significativo para serem as pessoas que são hoje e

pensarem o que pensam. O guião elaborado no âmbito do CDI (anexo 1), e um novo guião complementar (anexo 2), acrescentando novas questões resultantes de se pretender, no âmbito desta pesquisa, o registo de narrativas de formação e de elementos para pensar a formação no âmbito do movimento sindical, estando presentes, não limitaram os temas abordados nas entrevistas.

Tendo sido abordados em todas elas diversos tópicos comuns, há muitos assuntos novos que surgiram em diferentes entrevistas, na sequência da vontade dos entrevistados e da forma como a “conversa” se desenrolou que, muitas vezes, me levou a colocar questões nas quais não tinha pensado previamente e os levou também a falar de assuntos cuja pertinência surgiu naquele exacto momento.

A forma como as entrevistas decorreram tornou-se particularmente importante uma vez que o que se pretendia era um registo das subjectividades das pessoas, da forma como elas analisavam o seu percurso de vida e dos sentidos e significados que atribuíam a diversos acontecimentos que tinham vivenciado. O modo como as pessoas falavam das suas experiências e memórias, como as ordenavam e do que nelas consideravam mais significativo eram elementos fundamentais para a compreensão dos seus percursos.

O conhecimento prévio da temática da tese e do que se pretendia abordar na entrevista, e a própria realização da entrevista, poderão ter constituído uma oportunidade e um estímulo para as pessoas reservarem algum tempo para reflectirem sobre si mesmas e os seus percursos de formação, sobre as suas memórias e vivências, sobre as suas experiências no movimento sindical que, em geral, a pressão da actividade quotidiana não permite fazer. Aliás, mesmo as pessoas cuja história de vida já tinha sido registada e que, na nova situação de entrevista, abordavam os mesmos assuntos, a forma como deles falavam era agora diferente.

Se na primeira entrevista a preocupação subjacente tinha sido, essencialmente, dar o seu testemunho sobre a sua vida, sobre o trabalho ou sobre determinados acontecimentos vivenciados ou protagonizados, agora a preocupação era explicitar a importância que isso tinha tido para a sua formação. Nas situações em que não existia a primeira entrevista, a preocupação subjacente foi sempre a de procurar dar o testemunho mas também de analisar o que se dizia do ponto de vista da formação. Efectivamente, as entrevistas transformaram-se numa oportunidade para as pessoas pensarem, sistematizarem, explicitarem e deixarem registado um testemunho de si próprios, de conhecimentos que possuíam e das mais diversas lutas em que se envolveram ao longo da vida, no processo de construção de si enquanto actores e autores sociais, que sem a sua realização poderia nunca ter acontecido. O momento das entrevistas permitiu a criação de uma

“situação de comunicação completamente excepcional, livre (de alguns) constrangimentos, principalmente temporais, que pesam sobre a maior parte das trocas quotidianas [...] contribui(ndo) para criar as condições de aparecimento de um discurso extraordinário, que poderia nunca ter tido e que, todavia, já estava lá, esperando as suas condições de actualização” (Bourdieu, 1997:704),

As situações de entrevista ter-se-ão assim constituído em *“dispositivos facilitadores de uma comunicação que subentendeu cumplicidade, conversação e debate e que se prolongou no trabalho de interpretação das narrativas”* (Correia; Matos, 2001:15), estimulando a explicitação de sentidos, a produção de discursos reflectidos e argumentados e o desenvolvimento de sentimentos de partilha e de envolvimento num projecto com o qual as pessoas se identificavam. Neste processo, o papel assumido por cada entrevistado nunca foi o de um objecto que

“se limita a ser olhado, escutado, ou interpretado, mas olha, escuta, interpreta e também interpela o sujeito, perturbando e inviabilizando uma distinção que autorizava o sujeito a tornar-se juiz num mundo diferente do mundo dos objectos que ele é chamado a julgar” (Correia, 1998:185)

A relação de proximidade social, de uma certa familiaridade e de laços de solidariedade, quer com as pessoas quer com os seus percursos de vida, criou as condições para o estabelecimento do que Bourdieu (1997:697) designa por *“comunicação não violenta”*. De facto, a existência de relações de confiança, marcadas por afinidades sociais e por memórias partilhadas, entre mim e cada um dos entrevistados, permitiram um maior aprofundamento de diversos aspectos, a colocação de novas questões a partir do que estava a ser dito, até mesmo de questões de algum modo *“provocatórias”*, sem terem sido sentidas como um ataque, o avivar mútuo de memórias, o à vontade para falar e para expressar emoções, uma escuta activa do outro, uma percepção mútua das questões que se pretendia abordar, o que se revelou muito positivo e esclarecedor.

“A proximidade social e a familiaridade asseguram efectivamente duas das condições principais de uma comunicação “não violenta”. De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjectivas reduzidas a causas objectivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objectivos revelados pela análise. Por outro lado, encontra-se também assegurado neste caso um acordo imediato e continuamente

confirmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas de comunicação: esse acordo se afirma na emissão apropriada, sempre difícil de ser produzida de maneira consciente e intencional, de todos os sinais não verbais, coordenados com os sinais verbais, que indicam quer como o enunciado deve ser interpretado, quer como ele foi interpretado pelo interlocutor” (ibidem).

Várias entrevistas acabaram por abordar uma multiplicidade de questões, com um peso e uma intensidade que, na altura, seria incapaz de prever, designadamente sobre as transformações actuais do mundo do trabalho, que acabaram por ganhar uma grande importância, permitindo-me, inclusivamente, uma outra compreensão sobre os actuais discursos sobre aprendizagem ao longo da vida no quadro dessas mesmas transformações, e da sua subordinação às lógicas neoliberais dominantes.

Independentemente do que as entrevistas possam ter significado para os meus interlocutores constituíram-se, para mim, em momentos particularmente significativos, gratificantes e formativos, obrigando-me a equacionar um grande número de questões, designadamente a forma de pensar a tese, dada a responsabilidade social que sentia perante os materiais que tinha em mãos e perante os meus interlocutores.

As entrevistas realizadas no âmbito desta investigação foram transcritas por mim, na íntegra, sem correcção da oralidade, incluindo as minhas afirmações e comentários que, inevitavelmente, influenciaram o decurso da entrevista/conversa, e o documento final em que a entrevista se constitui. A revisão das transcrições foi feita a partir das gravações vídeo, o que se veio a revelar de uma enorme importância, permitindo uma muito melhor percepção não apenas de partes da entrevista, que na gravação áudio não eram facilmente entendíveis, mas também dos sentidos atribuídos a diferentes acontecimentos. Poder revisitar os gestos e as expressões com que determinadas afirmações foram acompanhadas permite uma outra percepção do que foi dito, e do contexto específico que a situação de entrevista constituiu, contribuindo sobremaneira para uma melhor compreensão destas na sua complexidade (Galhano, 2007). Aliás há momentos que apenas são perceptíveis na gravação vídeo, uma vez que determinados aspectos, designadamente descrições sobre os processos de trabalho são feitas, em grande medida, através de gestos. Os momentos de transcrição e revisão constituíram-se em fases importante de contacto mais aprofundado com as entrevistas permitindo-me uma maior atenção aos seus conteúdos e uma melhor percepção da importância que as pessoas davam a determinados momentos e a certas afirmações.

A gravação vídeo e a transcrição realizada foram devolvidas aos entrevistados no sentido de estes poderem introduzir, na transcrição, as alterações que

entendessem como convenientes, tendo dado origem, num caso, a alterações significativas, não propriamente do conteúdo mas fundamentalmente na correcção do registo da oralidade, com o corte de ideias que se encontravam repetidas e a introdução de algumas clarificações em relação a afirmações produzidas.

2.5. Histórias de vida / narrativas de formação - uma abordagem necessariamente multirreferencial

Após a transcrição das entrevistas iniciou-se, de uma forma mais sistemática, o processo de análise dos discursos, permitindo a identificação de grandes unidades de sentido. Num primeiro momento, que passou por diversas leituras de cada uma das histórias de vida e das narrativas de formação, e da visualização das gravações vídeo, a preocupação foi a de procurar identificar, em cada entrevista, as principais linhas de entrada e de argumentação dos discursos, algumas das quais resultavam de questões que tinham sido colocadas, mas não se limitavam a elas, emergindo um grande número de outras dimensões.

Procedeu-se então a uma reorganização das entrevistas a partir da identificação dos diferentes contextos que as pessoas referiam e de que falavam. Dentro de cada um destes contextos procurou-se identificar as pessoas, os locais, os acontecimentos, certos momentos ou episódios referenciados como particularmente significativos e os argumentos utilizados para os referir.

Esta fase, permitiu a identificação não só de um conjunto de contextos e acontecimentos sobre os quais todos os meus interlocutores falaram, mas também de outros, apenas abordados numa ou em algumas entrevistas, que pela sua especificidade deveriam igualmente ser alvo de análise. Permitiu igualmente a identificação de um conjunto significativo de aspectos abordados nos diferentes contextos. Efectivamente todos os entrevistados davam conta e reflectiam sobre as condições de vida e de trabalho que tinham marcado a sua infância e juventude no período do fascismo, atribuindo-lhes grande importância, sobre acontecimentos e momentos particularmente marcantes e pessoas significativas; sobre as lutas sociais em que participaram e sobre a sua intervenção política e social em diferentes momentos históricos; sobre os sentidos e significados atribuídos ao 25 de Abril e sobre as suas vivências nesse período que, claramente, marcou uma profunda ruptura com a sua vida anterior; sobre a sua participação no movimento sindical e a importância que lhe atribuem, também do ponto de vista formativo e da sua construção pessoal e sobre as transformações mais recentes no mundo do trabalho, que acompanharam/acompanham já enquanto dirigentes sindicais.

O passo seguinte foi a leitura atenta do conjunto das entrevistas, de forma a identificar traços comuns, mas também singularidades. Esta fase, pelo que me permitiu de uma maior articulação do individual com o social, pelas diferentes leituras que me suscitou de cada entrevista, pelas novas interrogações que me provocou, pelos sentimentos que me despertou, veio a marcar definitivamente os percursos seguintes da pesquisa, levando a alterações significativas face aos objectivos iniciais.

Esta análise evidenciou, de forma muito clara, um conjunto diversificado de similitudes, desde logo ao nível das condições e percursos de vida na infância e juventude, similitudes essas que me fizeram avivar muitas memórias de outras vivências que eu também conhecia por experiência directa ou indirecta – eram as mães de Amália, de M^a Emília, de Palmira que tinham começado a trabalhar como criadas de servir com seis, sete anos de idade, muito precocemente afastadas das famílias por estas não terem meios mínimos de subsistência; eram as mortes na família – os sete irmãos de Amália, os pais de Barra, com menos de vinte e um anos, o pai de Palmira; as referências de Albano e de Palmira ao “pão com queijo e marmelada”, então uma clara marca de distinção social; eram Amália, Barra, Palmira, Freitas, a deixarem a escola logo após concluírem a 4^a classe e a irem de imediato trabalhar, apenas com 10 anos de idade (ou ainda menos, no caso de Amália), como acontecera com tantas outras crianças, minhas colegas de escola. De facto, o que estas entrevistas traziam, com muita clareza, era um retrato social da vida de muitas famílias operárias do Porto, antes do 25 de Abril, presente também em muitas outras entrevistas do CDI, vida essa que indiscutivelmente todos assumiam como tendo sido marcante no seu processo de formação.

E, era essa história de vida, nas condições de existência em que foi vivida, que permitia perceber o modo como alguns tinham participado na luta contra o fascismo, a forma como tinham vivido e sentido o 25 de Abril, e a referência incontornável que este período, no qual se assumiram activamente como construtores de uma nova realidade política e social, constitui nas suas vidas, e de que tanto falam, permitindo-nos revivê-lo através dos seus olhares. É esta história pessoal, e simultaneamente colectiva, que nos permite igualmente compreender como se assumiram como dirigentes sindicais, o sentido que dão à sua participação no movimento sindical, a centralidade que, a partir de dado momento, a actividade sindical adquiriu nas suas vidas, as leituras que fazem do trabalho, das realidades sociais e do mundo.

Ao narrarem as suas histórias de vida e de formação, os nossos interlocutores dão conta, simultaneamente, das transformações políticas, sociais, económicas, culturais, no mundo do trabalho e no movimento sindical que foram ocorrendo nos últimos cinquenta anos, de como essas transformações foram sendo vividas e

sentidas por eles, como hoje as analisam e reflectem sobre elas, como constituem um património da sua existência. E dão conta também de como, crescentemente, se foram assumindo como protagonistas já não apenas da sua história pessoal ou familiar mas também de uma história colectiva que fazem questão de colectivamente construir.

Tendo participado activamente em diversas lutas sociais e nos importantes processos de transformação e mudança social e política ocorridos em Portugal, em diferentes períodos históricos, as suas histórias de vida e as suas narrativas de formação trazem-nos relatos, memórias e análises de acontecimentos e episódios históricos, sociais e políticos relevantes, nos quais estiveram presentes, e que viveram intensamente. Tendo sido protagonistas de muitas lutas travadas por trabalhadores do Porto a partir do fim dos anos 60 e de importantes processos de transformação e mudança social, os seus testemunhos constituem um contributo particularmente significativo para o conhecimento e compreensão de uma história social do Porto e do país ao longo do século XX, para uma história do trabalho, das lutas dos trabalhadores e do movimento sindical, para uma história social da ditadura e da luta contra o fascismo, para uma história do 25 de Abril, para a compreensão das transformações actuais no mundo do trabalho e das suas consequências para muitos trabalhadores.

E foi esse contributo, presente nas suas entrevistas, que eu senti que não só não poderia deixar de ter presente na investigação como devia mesmo dar-lhe um grande realce, dando dimensão aos seus discursos directos, contribuindo, agora eu, para não deixar cair no esquecimento as suas vivências e as vivências semelhantes de muitos outros trabalhadores. Essa era uma responsabilidade social e científica que eu tinha a obrigação de assumir e, de alguma forma, era esse também o sentido que tinha levado os meus interlocutores a disponibilizarem-se, desde o início, a colaborar comigo nesta pesquisa.

Até então era para mim claro que a análise das entrevistas, para além de procurar compreender as dimensões educativas/formativas dos sindicatos e das lutas sociais, que os meus interlocutores salientavam, e que era o objectivo inicial da pesquisa, tinha que ter em conta o conjunto dos percursos de vida das pessoas, os seus contextos de socialização e o que elas reconheciam como tendo sido mais significativo na sua vida e na sua formação, que tinha contribuído para o desenvolvimento da sua consciência social e política e para que se viessem a assumir como dirigentes sindicais. Era igualmente pertinente situar e articular dialecticamente a análise das suas histórias de vida e dos seus percursos de formação com os diferentes períodos históricos, sociais e políticos em que tinham decorrido. A partir deste momento ganhava força a necessidade de realizar, de uma forma mais aprofundada, um esforço de caracterização destes diferentes períodos (o fascismo, o

25 de Abril, da institucionalização do regime democrático à actualidade) tendo como base as histórias de vida dos meus interlocutores, as suas memórias, vivências e testemunhos, as lutas sociais em que participaram ou participam activamente, as suas reflexões e as leituras que hoje fazem das suas próprias histórias e desses períodos. Esta caracterização só poderia ser realizada numa perspectiva multirreferencial (Ardoino, 1993), tendo em conta a heterogeneidade dos fenómenos sociais e a necessidade de os compreender na sua complexidade, fazendo apelo aos meus interlocutores, às suas entrevistas e ao que delas emergia, cruzando-as entre si, e cruzando-as dialecticamente com contributos teóricos de autores das ciências da educação, mas também de disciplinas como a história oral, a história, a sociologia e a psicossociologia.

As dimensões educativas e as dinâmicas de formação dos sindicatos e das lutas sociais eram, sem dúvida, questões que continuavam a ser importantes analisar mas elas só poderiam ser compreendidas, na sua complexidade, a partir da perspectiva dos meus interlocutores, procurando compreender com maior profundidade os seus percursos de vida e formação, percursos esses claramente marcados pela vivência do fascismo e do 25 de Abril e pelos processos de transformação social em que participaram plenamente.

O estudo destas duas dimensões centrais que a pesquisa passaria a ter obrigava a um tipo diferenciado de trabalho sobre as entrevistas. A análise das histórias de vida e dos percursos de formação implicava ter em conta os diferentes contextos de socialização e vivências que os meus interlocutores referenciavam, na sua estreita articulação dialéctica com os diferentes períodos históricos, sociais e políticos e com uma memória histórica do Porto e das lutas sociais em que intervieram. A partir das entrevistas dos meus interlocutores e do que era apresentado como mais significativo nos seus percursos de vida tornava-se pertinente analisar os diferentes períodos históricos que os tinham influenciado e essa análise constituía-se como um contributo essencial para melhor compreender os seus percursos de formação e a sua participação activa e influente nas transformações sociais e políticas ocorridas.

As entrevistas dos nossos interlocutores remetiam-nos para um conjunto de questões diferenciadas, em cada um dos três períodos sócio-históricos já referidos, que se vieram a constituir nas dimensões da análise.

No período do fascismo, abordavam diferentes aspectos e contextos que tinham marcado a sua história de vida e das suas famílias, designadamente o problema da emigração e migração do campo para a cidade, as condições de vida de muitas famílias operárias, as relações familiares, as redes de sociabilidade, os percursos de

escolarização, a influência da igreja, a inserção no mundo do trabalho, a guerra colonial e o serviço militar e a luta contra o fascismo, em diversas frentes.

No período do 25 de Abril, sobressaía a forma como foram percebidos e vivenciados os primeiros dias e as primeiras lutas, a explosão da intervenção e da participação popular, a participação nos sindicatos e a dinâmica sindical, a militância partidária, as conquistas no âmbito do trabalho, as empresas em auto-gestão, o poder local democrático, o direito à habitação, a participação das mulheres, a aprendizagem da liberdade e da participação.

No período da institucionalização do regime democrático, surgiam como pertinentes questões relativas às transformações no mundo do trabalho e à actividade sindical, designadamente o que é sentido como retrocessos nas conquistas de Abril, o fim da unicidade sindical e a criação da UGT, a repressão da intervenção sindical nas empresas, o despertar para uma intervenção sindical mais activa (neste período), a importância da participação em acções de luta, a reestruturação de sectores profissionais e o drama dos salários em atraso, o 1º de Maio de 1982 no Porto, a crise de sectores industriais tradicionais, o trabalho precário e a desregulação das relações de trabalho, as lutas dos trabalhadores, fenómenos de resistência e de conformação e o papel actual dos sindicatos.

O estudo das dimensões educativas e dos processos de formação implicava uma análise sistematizada e pormenorizada dos discursos sobre os sindicatos, procurando perceber a multiplicidade de aspectos presentes, muitos dos quais se misturam, cruzam e interligam, o que levou à criação, a partir das entrevistas, de diversos eixos de análise. Aliás, sobre estas questões, e tendo em conta os objectivos iniciais da investigação que os meus interlocutores conheciam e que deram origem a diversas perguntas mais específicas, os seus discursos eram claramente marcados pela preocupação de explicitar as razões de afirmarem o movimento sindical como uma grande escola, a partir das suas experiências pessoais, e de elucidar o que entendiam serem as principais aprendizagens realizadas, a diversos níveis, e os processos de formação decorrentes do quotidiano da intervenção sindical e de momentos mais formalizados de formação.

A análise incidiu então sobre as dimensões educativas da participação sindical e sobre processos de formação no contexto da intervenção sindical. A abordagem das dimensões educativas remeteu-nos para a análise de aprendizagens resultantes da participação em processos de luta (o trabalhador como sujeito de direitos, lutar vale a pena, o valor da solidariedade, a importância da participação social) e resultantes de uma participação mais organizada nas estruturas sindicais (o aprofundar da consciência social e política, o “ofício” de dirigente e o sentido do trabalho sindical, o

movimento sindical como escola, a relação com o saber, saberes próprios, específicos e pertinentes sobre o mundo do trabalho, as relações interpessoais no contexto da acção sindical, o uso da palavra e da comunicação não verbal, o domínio da escrita, organização e gestão, concepção e desenvolvimento de projectos e lutas, um saber sobre o movimento sindical).

A análise dos processos de formação explicitados pelos nossos interlocutores, permitiu equacionar tanto processos formativos informais, que ocorrem no quotidiano da acção e da intervenção sindical (o papel formador das experiências, a resposta a novos desafios, as relações interpessoais e o trabalho colectivo, o estudo e preparação individual, a integração dos novos activistas, o sentido da actividade sindical), como processos de formação não formal organizados por diversas estruturas sindicais (cursos de formação, seminários, conferências, reuniões específicas)

2.6. O lugar e a voz dos interlocutores

Assumir o meu papel como o de, no quadro de um trabalho de investigação académico, dar vez e voz a trabalhadores que, no processo de construção de si, se afirmaram cada vez mais como actores e autores sociais, e de dar visibilidade ao saber de que as pessoas são portadoras, significa atribuir-lhes um lugar central em todo o processo de pesquisa. Esta postura, assumida desde o início, foi-se enraizando ainda mais à medida que avançava no trabalho de registo das histórias de vida e das narrativas de formação, na análise e descoberta das entrevistas e em novos contactos com os meus interlocutores. Com o desenrolar da investigação, e a partir do momento em que urgia começar o trabalho de escrita, ia ficando mais claro que o texto a produzir teria que se centrar e incluir muitos dos seus discursos, das suas análises e argumentos.

A forma como estas pessoas contam as suas vidas e analisam os seus percursos, atribuindo explicitamente significados às suas experiências, a vivacidade, o realismo, a afectividade e a riqueza humana dos seus testemunhos que, em muitos momentos, nos permitem visualizar e sentir os acontecimentos, os episódios e memórias de que falam, permitem perceber as suas histórias, únicas e muito pessoais, mas ao mesmo tempo sociais e colectivas, enquanto retratos possíveis de outras vivências semelhantes. As suas histórias de vida, as suas memórias, as suas representações, reflectindo as suas subjectividades individuais, têm clara e assumidamente uma dimensão colectiva, construída e reconstruída nas redes de relações, na actividade sindical e nas lutas em que se envolveram e envolvem, traduzindo um conhecimento aprofundado e partilhado das realidades de que falam.

Os testemunhos que nos trazem, são também, em grande medida, testemunhos colectivos. Testemunhos que traduzem uma perspectiva dos acontecimentos reflectida e assumida colectivamente por muitos outros, que neles participaram, movidos por projectos e objectivos comuns. A história das suas vidas e a história social que elas retratam, é também, de alguma forma, uma história colectivamente contada.

O carácter, a este título, exemplar das suas narrativas, a que não será alheia a sua participação social e política, designadamente no movimento sindical, e a sua inserção em colectivos diversos, as análises que fazem e os argumentos que utilizam, o protagonismo que assumiram ou assumem ainda em diversas lutas sociais e nos sindicatos, tornava ainda mais pertinente a mobilização das suas próprias palavras, em discurso directo, “*devolvendo às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante as suas próprias palavras*” (Thompson, 2002:22), bem como a clara identificação dos seus autores. Identificação essa que, como já foi referido, conta com o seu acordo explícito. Efectivamente, o que me surgia como significativo, no decurso da pesquisa e na elaboração da dissertação, era o pleno reconhecimento dos interlocutores deste trabalho como sujeitos da investigação e como autores das suas vidas e das suas narrativas, tornando-se pertinente dar visibilidade aos saberes que foram construindo ao longo da vida e no movimento sindical, às suas reflexões e argumentos, resultantes das práticas em que se envolveram e em que participam (Berger, 1992), e que se constituem também como um importante contributo para o debate em ciências da educação.

A dissertação contém assim um grande número de excertos das entrevistas, excertos esses que procuram reproduzir o discurso dos interlocutores, discurso esse que se assume como um elemento fundamental em toda a pesquisa desenvolvida e que não devia ser tornado “invisível”. A extensão de alguns dos excertos evidencia o reconhecimento da importância de alguns episódios ou acontecimentos que são contados, para melhor se perceber a forma como foram vividos ou o período histórico a que se reportam, a relevância dos testemunhos, a necessidade sentida de não cortar os discursos nem as linhas de argumentação, tidas como essenciais para a compreensão dos acontecimentos de que falam, dos seus percursos de vida e formação, das dimensões e processos educativos presentes na actividade sindical a que se reportam. “*Em nome do respeito devido ao autor*” (Bourdieu, 1997: 710), foram cortadas algumas repetições, expressões da oralidade ou tiques de linguagem e reordenadas algumas frases para tornar mais clara a sua leitura.

A partir das entrevistas e do que foi por mim identificado como mais significativo para os meus interlocutores procurei compreender e reconstruir as suas narrativas, e os seus percursos de formação, os contextos e lutas em que se inseriram, as suas

reflexões sobre os sindicatos e sobre o papel que, também estes, desempenharam na construção das suas identidades. Neste processo de reconstrução, os seus discursos vão sendo mobilizados em função do que narram, das suas vivências e experiências, no que elas têm de muito singular e específico, mas também no que têm de comuns a diferentes pessoas.

As conversas tidas com os meus interlocutores previamente à gravação das entrevistas, o registo das histórias de vida e das narrativas formação, o desenvolvimento do trabalho de análise, foi contribuindo para precisar melhor os contornos da investigação e os seus limites, que não estavam definidos à partida, de uma forma rígida, permitindo assim dar atenção a dimensões emergentes das próprias narrativas. Aliás, entre o que tinha pensado inicialmente que viria a ser o trabalho de investigação e o resultado actual há claras diferenças resultante da natureza dos testemunhos e das experiências de vida das pessoas que se disponibilizaram a colaborar neste projecto e a partilhar as suas vivências, experiências e saberes. Foi um processo em que cada vez se foi tornando mais claro para mim que, como diz Guy Berger (1992:25), investigar em educação é “*trabalhar o saber de que as pessoas são portadoras*” e que, portanto, o meu papel, como investigadora, seria o de desocultar e dar visibilidade aos saberes dos meus interlocutores procurando, no interior da relação estabelecida e a partir dela, a construção de novos saberes.

II - HISTÓRIAS DE VIDA, HISTÓRIAS DE FORMAÇÃO

HISTÓRIAS DE VIDA, HISTÓRIAS DE FORMAÇÃO

Falar de histórias de vida significa, inevitavelmente, falar de percursos e processos individuais e colectivos de educação e formação e implica dar conta e ter em conta os contextos sociais e políticos mais vastos em que as vidas e as suas histórias ocorrem.

Muito para além da escola, e não ignorando a sua grande importância, é ao longo de toda a vida e nos mais diversos contextos e situações, na relação com os outros e consigo mesmo, que as pessoas se vão formando e transformando, reflectindo sobre as suas vivências e experiências, atribuindo-lhes sentidos e integrando-as na sua própria história. Os processos de formação, de conhecimento, de aprendizagem, de construção de saberes, estão profundamente ancorados em cada história de vida, sendo cada história de vida, uma história de formação e “*a história de formação de cada um, uma história de vida*” (Dominicé, 1988:139).

Daí que assumam uma enorme importância, para quem quer pensar os processos pelos quais as pessoas se formam, reconhecer às histórias de vida um lugar central, procurando perceber os diferentes espaços, tempos, contextos, redes de relações e experiências que as atravessam e as aprendizagens que proporcionam, bem como os sentidos e significados que cada um atribui às suas próprias vivências.

Pensar assim a formação/educação significa equacioná-la numa perspectiva abrangente e antropológica, muito presente nos discursos da Educação Permanente, enquanto totalidade dos processos educativos/formativos que ocorrem ao longo de toda a vida e confundindo-se com esta, nas mais variadas situações e contextos de socialização, nos quais e através dos quais cada um se vai formando, construindo e reconstruindo a sua própria identidade e as suas subjectividades, diferentes formas de ser, de estar, de pensar, de sentir e de ver o mundo. E significa, pensar o processo de formação “como um processo permanente, dialéctico e multiforme” (Pineau, 1988:76). Defende-se, assim, uma concepção de formação e das pessoas que “não privilegia unilateralmente a razão e a reflexão enquanto únicos motores da formação, atribuindo igualmente um papel ao que resulta da ‘vida’, às emoções, aos sentimentos, às intuições, aos vividos e às experiências da vida” (Finger, 1989: 42). Assumida

enquanto processo de auto construção da pessoa ao longo da vida, a formação vai-se construindo através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal, estando indissociavelmente ligada à "produção de sentidos" sobre as experiências vividas. (Nóvoa, 1992).

De acordo com José Alberto Correia, a formação resulta

"[...] da vivência de situações informais que se interrogam mutuamente, que se articulam e rearticulam, constituindo-se em unidades de coerência precária, de espaços e tempos que se situam num continuum ou conflituam na ruptura; a ruptura, a reconstrução e a reinterpretação constituem seguramente os seus momentos mais ricos. A formação não é a construção de estabilidades ou a apropriação de certezas. Ela é antes a gestão das instabilidades, a construção de incertezas pertinentes, a gestão do incerto, a produção de sentidos" (1998:151-152)

Equacionar deste modo a formação significa, então, reconhecer e valorizar os contextos informais de formação e a educação informal, enquanto processo permanente e não organizado

"que ocorre ao longo da vida, através do qual cada pessoa adquire e acumula conhecimentos, capacidades, atitudes, a partir das experiências quotidianas e da interacção com o meio ambiente – em casa, no trabalho e nas situações de lazer; a partir do exemplo dado pela família e amigos, das viagens, da leitura dos jornais e livros, escutando rádio, vendo filmes ou televisão." (Coombs, cit.in Pain, 1990:126)

Abraham Pain (1990:130) põe em evidência a importância estratégica e decisiva dos processos educativos informais, propondo mesmo uma inversão do modo tradicional de analisar as situações educativas, fazendo-o não a partir de qualquer intencionalidade educativa explícita, mas em função da influência e dos efeitos educativos que estas provocam, reconhecendo que muitas actividades da vida quotidiana, cujo objectivo não é explicitamente educativo, provocam, em quem as vivencia, mudanças nos conhecimentos, nas capacidades e nos comportamentos, decorrentes da aquisição de conhecimentos na acção e da capitalização das experiências individuais e colectivas.

Quando me propus analisar memórias e vivências de trabalhadores do Porto e as dimensões educativas/formativas dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais, propus-me fazê-lo a partir das histórias de vida e das narrativas de formação de um conjunto de dirigentes sindicais que aceitaram partilhar as suas vivências, procurando identificar com eles os seus percursos de vida e de formação e os

caminhos que os levaram a iniciar uma intervenção social e política activa e a tornarem-se dirigentes sindicais. Este propósito correspondia a uma necessidade sentida de valorizar percursos de formação informal e de

“[...] proceder a uma reabilitação das experiências, inserindo-as num processo onde a sua pertinência já não se defina pela sua adequabilidade relativamente aos saberes formais e susceptíveis de serem transmitidos, mas pelo sentido que lhes atribuem os indivíduos e os grupos em formação” (Correia, 1998:144),

entendendo a experiência como

“o que é constituído, ao longo do tempo, individual e colectivamente, na intimidade das pessoas, no seu corpo, na sua inteligência, no seu imaginário, na sua sensibilidade, na sua confrontação quotidiana com a realidade e com a necessidade de resolver problemas de toda a natureza” (Jobert, 1991),

Assim, e neste processo, o que foi pedido aos meus interlocutores não foi apenas que contassem a sua história de vida, mas que o fizessem reflectindo criticamente sobre os seus percursos de formação, sobre o que consideravam mais significativo nesses percursos, atribuindo um sentido às suas vivências e pondo, assim, *“em evidência uma dupla dinâmica: a do seu percurso de vida e a dos significados que lhe atribui” (Dominicé, 1988: 56)*

São, pois, esses percursos formativos que, de alguma forma, se vai procurar reconstituir, procurando percepcionar a importância que assumiram, no processo de formação destas pessoas, certos contextos de socialização específicos, as redes de relações estabelecidas, certos acontecimentos que vivenciaram ou protagonizaram, e tidos como relevantes. E fazê-lo na sua estreita interligação com o contexto social e político e com as profundas transformações ocorridas em Portugal, que marcaram e atravessaram as suas vidas e as de milhões de portugueses, em muitas das quais foram participantes particularmente activos, sendo influenciados e influenciando múltiplos acontecimentos.

Ao contar as suas histórias de vida e ao analisar os seus percursos formativos são vários os contextos referenciados, sendo diversa a importância que lhes é atribuída em função das características que lhes são reconhecidas e dos significados atribuídos às experiências neles vivenciadas. Aliás, e como afirma Pierre Dominicé (1989) *“a riqueza e a diversidade da formação experiencial depende directamente da riqueza e diversidade das situações permitidas de serem vividas/experimentadas pelo sujeito no contexto que o rodeia”*, bem como da capacidade individual de integrar as

experiências vividas, o que depende *“das estruturas intelectuais, afectivas e perceptivas, das motivações e da consciência”* (Landry, 1989). O local onde nasceram e passaram os seus primeiros anos de vida, a família, restrita e alargada, a escola, a igreja, os diferentes locais de trabalho, o serviço militar, as várias organizações e movimentos de que fizeram ou fazem parte, e, muito particularmente, o movimento sindical, todos eles atravessados por múltiplas redes de relações, permitiram-lhes a realização das mais diversas aprendizagens, por vezes contraditórias, que suscitaram muitas interrogações, permitiram a construção de diferentes saberes, levaram à adopção de comportamentos diferenciados, permitindo a (re)construção permanente das suas representações e identidades.

Ao longo da vida, foram vários os pequenos ou grandes acontecimentos que, pelas razões mais diversas, se tornaram particularmente significativos, assumindo uma particular importância no processo de formação de cada um. Foram episódios e *estórias* que fazem parte da história de cada vida, *“confrontações da vida quotidiana, contrariedades sofridas, revoltas declaradas”* (Dominicé, 1988:56), geradoras, muitas vezes, de rupturas pessoais e/ou sociais diversas e/ou de múltiplos questionamentos, de inúmeras emoções e sentimentos, que contribuíram para que cada um fosse progressivamente *“dando forma à sua existência”* (ibidem). *“Momentos-charneira”*, de que fala Christine Josso (1988:44), que provocaram *“uma reorientação na sua maneira de se comportar e/ou na sua maneira de pensar o seu meio ambiente e/ou de pensar em si através de novas actividades”* (ibidem). Momentos que *“se articulam com situações de conflito e/ou com mudanças de estatuto social, e/ou com relações humanas particularmente intensas, e/ou com acontecimentos socioculturais (familiares, profissionais, políticos, económicos”* (ibidem). Momentos e acontecimentos que nem sempre foram percebidos, de imediato, como significativos, mas que, mais tarde, noutras situações e circunstâncias, acabaram por ser lembrados e compreendidos na sua complexidade, ganhando então novos sentidos e significados.

Nos diferentes contextos, nas diversas situações vivenciadas, foram muitas as redes de relações que se estabeleceram, as pessoas que se conheceram e de quem se fala, os laços pessoais que se criaram. Redes que influenciaram e marcaram, por vezes de forma decisiva, estes percursos de formação e a forma de cada um se ver e reconhecer a si mesmo, os outros e o mundo, equacionando o seu papel como sujeito da sua vida e como actor social. São, assim, muitas as pessoas referenciadas, pelos motivos mais diversos, associadas a boas ou a más recordações, a comportamentos ou atitudes com os quais cada um se identifica ou não se identifica de todo, traduzindo a influência que tiveram na forma como cada um se foi construindo. Como diz Pierre Dominicé,

“a formação é feita da presença de outrem, daqueles de quem foi preciso distanciarmo-nos, dos que acompanham os momentos-charneira, dos que ajudam a descobrir o que é importante aprendermos para nos tornarmos competentes e darmos sentido ao nosso trabalho”, (1988:60) sendo “aquilo em que cada um se torna atravessado pela presença de todos aqueles de que se recorda” (idem: 56),

É na multiplicidade de contextos, acontecimentos e redes de relações que se vivenciam as mais diversas experiências e que sobre elas se vai reflectindo, atribuindo-lhes sentidos. Essa reflexão é feita quantas vezes consigo mesmo, mas, também, na relação com os outros. Como afirma Christine Josso (2002:40), na reflexão sobre as experiências *“encontramos a dialéctica entre o individual e o colectivo”*, empenhando a nossa interpretação mas procurando também, no diálogo com os outros, uma co-interpretação dessas mesmas experiências. E, *“é neste movimento dialéctico que nos formamos enquanto humanos, enquanto seres capazes de originalidade, criatividade, responsabilidade, autonomização, mas também enquanto seres partilhando um destino comum”* (ibidem).

As vidas dos nossos interlocutores e as das suas famílias, atravessam diferentes períodos sociais, históricos, políticos e económicos que marcaram grande parte do século XX português e os inícios do século XXI e que, inevitavelmente, marcaram também as suas condições sociais de existência e os seus percursos de formação. Como diz Abraham Pain (1990:19)

“As mudanças de situação social têm consequências sobre a identidade, as atitudes e os comportamentos”, sendo “a amplitude da mudança individual determinada pelas mudanças nas situações sociais, mudanças de papel e desafios encontrados”

São vidas que se desenrolaram, em parte, em diferentes momentos e espaços territoriais, vidas que se cruzaram noutros momentos e espaços, marcadas por um cem número de particularidades que as tornam únicas, até porque como diz Bernard Charlot (2000:82) *“sou singular, não porque escape do social, mas porque tenho uma história: vivo e me construo na sociedade, mas nela vivo coisas que nenhum ser humano, por mais próximo que seja de mim, vive exactamente da mesma maneira”*. Mas vidas marcadas também por pequenas/grandes semelhanças que nos permitem, de alguma forma, perceber melhor o que diz Franco Ferrarotti (1988: 26) *“se nós somos, se todo o indivíduo é, a reapropriação singular do universal social e histórico que o rodeia, podemos conhecer o social a partir da especificidade irredutível de uma praxis individual”*.

Procurar reconstituir, na sua complexidade, estes percursos de formação e de construção de identidades, assumidamente “militantes”, implica situá-los nos contextos mais gerais em que as pessoas viveram e vivem, e dar conta do conjunto muito significativo de transformações sociais, políticas e no mundo do trabalho que ocorreram em Portugal nos últimos 80 anos, procurando perceber

“de que forma os factores sociais, políticos e culturais marcaram a história de vida de cada um e de que modo a confrontação das pessoas com estes factores é constitutiva de uma formação sócio-política, frequentemente depreciada nos dias de hoje” (Finger; Nóvoa,1988:14).

Efectivamente, foi no decurso dessas transformações, que marcaram significativamente os seus percursos de vida, com as quais se relacionaram e confrontaram de forma diversa, que estas pessoas se foram formando, transformando e assumindo, cada vez mais, como *actores e autores sociais*, profundamente empenhados em processos de luta e de mudança social, reconhecendo e atribuindo a si próprios um papel na construção dos processos históricos.

O que estas histórias de vida nos trazem, permitindo-nos relacionar as biografias individuais com as características globais da situação histórica “*datada e vivida*” (Ferrarotti, 1983:41), não são apenas percursos individuais de formação, mas são, também, percursos colectivos de aprendizagem e retratos possíveis da realidade portuguesa, do mundo do trabalho, dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais, em diferentes períodos históricos, sociais e políticos. Uma história construída a partir dos discursos e das subjectividades de quem viveu situações únicas mas permanentemente cruzadas com as vivências de muitos outros, de quem foi protagonista em muitos dos acontecimentos de que fala e que tiveram uma grande importância nos processos de transformação social e política ocorridos nas últimas décadas, permitindo-nos traçar “quadros” que vão muito para além dos documentos escritos a que normalmente temos acesso e a partir dos quais se tende a construir a história. Estas narrativas evidenciam, com muita clareza, como “*a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência de factos colectivos*” (Freitas, Sónia, in Thompson, 2002:17), constituindo-se num importante contributo para a reconstrução e reinterpretação do passado e do presente, para “*construir a história a partir das próprias palavras daqueles que viveram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário*” (idem:19), dando à história um outro sentido.

Os períodos do fascismo, do 25 de Abril e do processo revolucionário, da institucionalização do regime democrático à actualidade, são claramente identificáveis nas diferentes histórias de vida que nos são contadas, e que nos trazem múltiplos testemunhos de circunstâncias e de acontecimentos que vivenciaram e/ou protagonizaram e que foram marcantes no processo de construção de si e na vida de muitos outros trabalhadores.

São histórias que nos dão conta das difíceis condições de existência de muitas famílias operárias no período da ditadura, que muitos identificam mesmo como uma questão central no seu processo de formação, e das lutas travadas contra o fascismo e pela liberdade.

São testemunhos da alegria de uma intensa participação na construção de uma nova realidade e de uma vida melhor que o 25 de Abril proporcionou, da ruptura que este provocou na forma de ver o mundo, designadamente quanto à naturalização até então feita das desigualdades, das esperanças e dos sonhos de um futuro a realizar e ao alcance da mão.

São narrativas de desilusões que os momentos seguintes acabaram por trazer, especialmente no que ao mundo do trabalho diz respeito, e das lutas que milhares de trabalhadores, individual e colectivamente, continuaram e continuam a travar pela sua dignidade e pela construção de uma vida melhor. São testemunhos sobre o movimento sindical, sobre múltiplos acontecimentos em que participaram activamente, sobre a importância que este desempenhou e continua a desempenhar no mundo actual e na sua própria vida.

São histórias da vida quotidiana, de alegrias e tristezas, de felicidade e de dor, de afectos e sentimentos, da capacidade de resistir a adversidades e ao sofrimento, da vontade de sonhar e transformar a utopia em horizonte realizável pelo qual vale a pena lutar, dando novos sentidos à existência. São narrativas reflectidas do ponto de vista da formação e que dão assim conta dos percursos, contextos, acontecimentos, redes de relações e momentos considerados como mais significativos nos seus processos de formação e de construção identitária.

O PERÍODO DO FASCISMO

O PERÍODO DO FASCISMO

Tendo nascido, passado a infância e a adolescência e entrado no mundo do trabalho em pleno fascismo é da vida nesta fase da história portuguesa que os meus interlocutores falam quando narram as suas histórias de vida relativas a esse período. Através das suas memórias e vivências chega-nos um quotidiano de muitas famílias operárias que, naturalmente, não abordam todas as dimensões da vida nessa época histórica, nem as abordam de uma forma aprofundada. Mas, é através das suas vozes que nos relembramos ou apercebemos de realidades sociais que hoje, quantas vezes, tendem a ser consciente ou inconscientemente esquecidas ou mi(s)tificadas.

Ó mãe, não acredito!

Há memórias que eles (os filhos) não acreditam. Que eu trabalhasse, passasse fome, [...]. Então esta minha mais nova não acredita, mesmo. Os mais velhos ainda há coisas que dão o benefício da dúvida, mas a mais nova está numa fase que não acredita. [...] Eu penso que, em relação aos jovens, hoje, eles não lutam, nem vão para as manifestações, nem lutar por direitos nenhuns, porque não têm dificuldades, nem sentem a dificuldade. E isso é muito complicado. Mas penso que nós também temos um bocado de culpa nisso. A gente não tinha cinco tostões para comprar um pão, [...] eu conto-lhe muitas vezes, "Olha, vê esta rua, vê isto, olha, a mãe andou por aqui a pedir". E ela diz: "Ó mãe, não acredito!" "Eu não acredito". E é um bocado complicado. [...] Era horrível. Era horrível. Havia muitas dificuldades. (Amália 1, 46-47)

O fascismo correspondeu a um longo período da história portuguesa marcado pela ausência de liberdades e de democracia, pela prisão e perseguição dos opositores políticos, pela proibição e repressão de qualquer movimento político, cultural, ou associativo que não fosse claramente identificado com o regime, pela não existência de sindicatos livres, pela censura e pela guerra colonial (a partir de 1961). No entanto, e apesar de todo o aparelho repressivo montado, este período foi igualmente marcado por uma forte oposição e resistência ao regime, pelo desenvolvimento de um grande número de iniciativas e de lutas, assumindo formas diversas e com a participação activa de largos milhares de pessoas. Ao longo dos 48 anos de fascismo, diversas estruturas de trabalhadores, diferentes associações e colectividades, associações de estudantes, organizações católicas, movimentos

democráticos, organizações partidárias, designadamente o PCP, desenvolveram uma actividade intensa na luta pela liberdade.

O regime fascista ou “Estado Novo”, como a si próprio se designava, implantou-se em Portugal na sequência dos impasses e da instabilidade existentes na I República, num quadro de crise política internacional que a I guerra mundial não tinha logrado resolver, num contexto de crise económica mundial, que viria a ter o seu ponto máximo em 1929, mas que se arrastaria ainda por vários anos e acabaria por desembocar na II Guerra Mundial. Nestas circunstâncias, o “Estado Novo” configurou uma reacção autoritária e ditatorial, enquadrada no avanço europeu da ideologia fascista que então se desenvolvia, nomeadamente na Alemanha e em Itália, mas também noutros países.

“Efectivamente, o Portugal do início dos anos 30, atrasado, rural, dependente, periférico, é, até certo ponto, um caso típico dos processos de articulação então verificados entre as crises económicas e o advento dos novos regimes autoritários. Para o geral das classes dominantes portuguesas, onde avultam fortes interesses rurais conservadores, entrelaçados com um influente sector do comércio internacional/colonial, a que se juntava a restritíssima elite de uma ainda débil burguesia industrial, a resposta aos prolongados efeitos recessivos da crise [...] conduzia quase sem alternativa à questão central da redefinição do papel do Estado” (Rosas, 1996: 316).

Implementado através de um pronunciamento militar, em 28 de Maio de 1926, que pôs fim à 1ª República e instalou a “ditadura militar”, oficializou-se com a aprovação da Constituição de 1933, cuja filosofia política, de acordo com Fernando Rosas (1996: 315-319), se estruturava em cinco princípios fundamentais: a recusa da democracia e soberania popular e da liberdade, cortando com a tradição parlamentar portuguesa do século XIX e princípios do século XX; o nacionalismo corporativo, considerando a nação como uma unidade orgânica a cujo interesse (definido pelo Estado) todos os indivíduos, grupos ou classes sociais se haviam de sujeitar, o que justificava a impossibilidade de existência de qualquer oposição legal; Um Estado forte, assente no reforço do poder executivo, nomeadamente do chefe de Estado e na subalternização da Assembleia (parlamento) que perde qualquer poder de fiscalização e vê a sua acção legislativa altamente condicionada; o intervencionismo económico-social, assegurando uma subordinação da economia ao “superior interesse da nação”, cabendo ao Estado (governo) definir a direcção da actividade económica; o imperialismo colonial, promovendo uma política imperial e a implantação de um

modelo nacionalista e centralista, subordinando o interesse das colónias ao da Metrópole.

Com base nestes princípios e visando a imposição e inculcação do corporativismo e da sua ideologia, o regime criou um conjunto de “*instituições de enquadramento e controlo ideológico, social, político e de repressão que o equipararão aos regimes fascistas seus contemporâneos*” (Farinha, 1996: 274), que importa referenciar pelo papel que tiveram durante todo o período da ditadura, como suportes fundamentais do regime, cuja acção, tende actualmente, a ser branqueada ou esquecida, e que iremos procurar caracterizar de forma sucinta, para melhor se poder perceber este período da história portuguesa.

Particularmente significativa foi a criação, em 1933, da *Polícia Política* (PVDE – Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, designada por PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a partir de 1945 e por DGS – Direcção Geral de Segurança, em 1969), responsável por um vasto aparelho de repressão que incluía, nos seus métodos, a prisão, a tortura sistemática e mesmo o recurso à eliminação física de opositores políticos, a vigilância dos cidadãos, a abertura de correspondência, as escutas telefónicas, entre muitas outras formas de actuação, visando condicionar e impedir qualquer actividade oposicionista. A vigilância e o controlo sobre a actividade e as opiniões expressas pelos cidadãos era assegurada através de uma densa rede de agentes e de informadores anónimos que espiavam toda a sociedade, desde os locais de trabalho às escolas, passando pelos cafés, meios de transporte públicos, casas particulares.

Para o julgamento dos “crimes” políticos foram criados Tribunais Especiais (em 1932, designados por Tribunais Militares Especiais, e, em 1945 por Tribunais Plenários), cujos juízes eram nomeados pelo governo e onde era praticada uma “justiça” sumária, com base em “confissões” conseguidas através da tortura e com base em testemunhos da polícia política, ou da sua densa rede de informadores, sendo a intervenção dos advogados de defesa extremamente dificultada.

Milhares de presos passaram pelas cadeias políticas do regime (Tarrafal, Aljube, Caxias, Forte de Peniche, Porto, Angra do Heroísmo, entre outras), onde eram sujeitos a tratamentos desumanos (trabalhos forçados, espancamentos, isolamento, torturas do sono e da estátua, privação de alimentos e de cuidados médicos, etc.), tendo muitos cumprido penas superiores àquelas a que tinham sido condenados. Aliás, muitas das condenações decididas por juízes destes tribunais eram acompanhadas das chamadas “medidas de segurança”, que permitiam a manutenção dos presos políticos na prisão o tempo que a PIDE entendesse. Dados da Comissão do Livro

Negro sobre o Fascismo indicam que, só entre 1932 e 1960, foram detidas 19.224 pessoas (Madeira, 1996: 801)

A *Censura*, instituída logo em 1926, constituiu um outro mecanismo de controlo a que o regime atribuiu grande importância. A Censura prévia obrigava a que qualquer publicação (jornal, revista, folheto, etc.) antes de ser publicada tivesse de passar pelo crivo da autorização prévia, podendo ser “autorizado”, “proibido” ou “autorizado com cortes”. Com o objectivo de “impedir a perversão da opinião pública”, a Direcção-Geral dos Serviços de Censura viu alargadas as suas competências, em 1936, passando “*a deter a propriedade de autorizar ou proibir a fundação de novos periódicos e pela primeira vez, também a circulação de livros*” (Ramos do Ó, 1996:140). De igual modo a censura à *posteriori*, foi um método intensamente utilizado: “*Entre 1932 e 1936 todos os periódicos oposicionistas foram silenciados*” (ibidem) e centenas de livros editados, retirados de circulação. A censura abatia-se igualmente sobre todo o tipo de espectáculos (teatro, cinema), debates e conferências, etc.

O “Estatuto do Trabalho Nacional”, aprovado em 1933, e um conjunto de diplomas anexos vieram dar corpo à estrutura corporativa nesta área central da sociedade e da economia. Instituíram-se então os “Sindicatos Nacionais”, enquanto estruturas “representativas” dos trabalhadores da Indústria, mas visando, efectivamente “domesticar” o movimento sindical e neutralizar as acções reivindicativas dos operários industriais, os “Grémios”, representando os interesses do patronato, as “Casas do Povo”, “defendendo” os interesses dos agricultores, trabalhadores agrícolas e proprietários agrícolas e, mais tarde (1937), as “Casas dos Pescadores”, em “defesa” dos interesses de pescadores e armadores. As Casas do Povo e dos Pescadores, para além da representação dos interesses profissionais tinham também funções de previdência e assistência social. Estas instituições assentavam

“no cimento autoritário na base do qual se desenha o princípio do enlace corporativo, isto é, da colaboração de classes e grupos sociais sob o império do interesse nacional interpretado e aplicado autoritariamente pelo Estado” (Valente, 1996: 319).

A Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina, a Legião Portuguesa e outros tipos de organizações, como a FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, a Obra das Mães para a Educação Nacional, ou as actividades promovidas pelo SNI – Secretariado Nacional de Informação, entretanto criadas, foram veículos privilegiados do esforço do regime para o enquadramento social e formatação

ideológica dos vários sectores da sociedade portuguesa: crianças e jovens, estudantes, trabalhadores, mulheres, intelectuais, etc.

Apesar da perpetuação do fascismo durante quase meio século e da manutenção, ao longo desse tempo, das suas características fundamentais, é possível referenciar períodos distintos na evolução do regime, cuja identificação facilita uma melhor contextualização das transformações e de diferentes acontecimentos ocorridos nesses anos.

De acordo com Fernando Rosas (1996: 315-319), de 1926 a 1933, verificou-se a transição da Ditadura Militar, instaurada em 1926, para a plena institucionalização do Estado Novo, com a aprovação da Constituição, culminando a “longa marcha” de Salazar para o poder.

Entre 1934 e 1940, assistiu-se à implantação e consolidação do Estado Novo, correspondendo ao seu período de maior estabilidade. Foi o período de criação da organização corporativa, da reforma e estabilização do exército e do estabelecimento de uma sólida aliança com a Igreja Católica, reforçando-se o cariz repressivo do regime, no contexto da guerra civil de Espanha.

De 1941 a 1949, sob o impacto da derrota das forças nazi-fascistas na 2ª guerra mundial, da degradação das condições de vida da população, da onda de greves e da ofensiva dos movimentos de oposição unidos e reorganizados, o regime revelou sintomas de desagregação, podendo-se falar da primeira crise histórica do regime.

De 1950 a 1958, decorreu um período de grandes “mudanças invisíveis” na economia, na sociedade, no regime e até nos movimentos de oposição, correspondendo também ao último período de alguma aceitação internacional do Estado Novo, tendo como pano de fundo o arranque de um rápido processo de industrialização, urbanização, terciarização e afirmação de uma corrente reformista dentro do próprio aparelho de Estado.

De 1958 a 1968, poder-se-á falar da segunda e decisiva crise do regime, desencadeada pela imensa vaga de protesto anti-salazarista que a candidatura de Humberto Delgado despertou em todo o país, a que se sucederam diversas tentativas de golpes militares (1959 e 1961), a tomada do pacote *Sta. Maria* (1961), o início da guerra colonial (1961), a perda dos domínios portugueses na Índia (1961), a crise académica de 1962 e uma grande vaga de agitação política.

Para Manuel Loff (2006: 153), os anos 60 marcam igualmente a emergência, em Portugal, de uma “*sociedade de massas*”, resultante da conjugação de fenómenos como a migração massiva para as cidades do litoral e emigração para a Europa, do aprofundamento da terciarização da economia e da generalização do consumo, do

aumento da escolaridade, do impacto de meios de comunicação como a televisão, criando condições para processos de maior politização.

De 1968 a 1974, já com Marcelo Caetano no governo, a crise do regime aprofunda-se, com a questão colonial a tornar-se central, assistindo-se a grandes acções de luta e acentuando-se, na última fase, o descontentamento militar, que haveria de levar à criação do Movimento das Forças Armadas e ao 25 de Abril.

1. A emigração e a migração do campo para a cidade

Até meados do século XX, Portugal era um país eminentemente rural, com uma percentagem muito significativa da população ligada ao sector agrícola, e a uma agricultura de tipo tradicional, pouco mecanizada e em grande parte de subsistência, com uma estrutura fundiária desequilibrada, organizada em grandes latifúndios a sul e com o predomínio do minifúndio a norte. As difíceis condições de vida nos campos conduziram a importantes fenómenos migratórios, que atravessaram largos períodos de todo o século XX, nem sempre com os mesmos ritmos e intensidades. A emigração e a migração do campo para as cidades, particularmente para cidades do litoral, à procura de melhores condições de vida, marcaram várias gerações, de norte a sul do país. Sendo realidades presentes em muitas famílias de jovens operários, tinham sido já concretizadas pelos seus avós e pais, ou eram agora por eles próprios, com a consciência de que um futuro melhor não passaria pela manutenção no campo. Se até meados do século XX metade da população activa trabalhava na agricultura (51% em 1940), esta percentagem diminuiu em 1960, para 42% e, em 1970 para 32% (Baptista, F., 1996:26-28). Durante o fascismo, foram mais de dois milhões os portugueses que emigraram, 30% dos quais o fez de forma clandestina; mais de 40% fizeram-no na década de 60, tendo como destino privilegiado outros países da Europa, designadamente a França e a Alemanha, diferentemente do que acontecera no início do século, quando o destino preferencial era então o Brasil (Baganha, 1996: 294-295).

todos deram o salto para Lisboa

da parte do meu pai, eram uma família de alentejanos e, como muitos alentejanos, todos deram o salto para Lisboa. (Ranita1, 2).

aqui no Pinhão não ficas

há várias formas que contribuem para a nossa formação, para a criação de uma determinada identidade, mas eu tenho ideia que tenho que recuar um bocado à infância para ir buscar algumas das dimensões que penso que me influenciaram muito. Eu sou um transmontano, com tudo o que isso implicava, na década de 50 e 60, de isolamento, de viver para lá do Marão, como se costumava dizer. Em minha casa não havia rádio, não havia televisão e a minha formação assentou numa família, essencialmente num pai muito duro, muito espartano e muito rigoroso, que punha a questão da honestidade e da seriedade como os valores para ele mais elevados, mas que tinha desde o início, suponho eu, decidido que, sendo o seu trabalho tão duro e tão mal pago, ele não via para os seus filhos, e eu era o mais velho, uma alternativa de emprego que passasse por o substituir ou ficar ao pé dele. [...] começou desde muito novo a dizer-me: se queres ser alguém tu tens que estudar, tens que saber mais, aqui no Pinhão não ficas; a lógica era esta, porque aqui

tu não sairás da cepa torta, terás uma vida de trabalho como eu tenho, mais a tua mãe, mas que não dá para nada (Freitas,1-2)

Todos os jovens vinham para o Porto trabalhar

Rio Mau era uma zona mineira; tinha as minas do Pejão; muita gente trabalhava nas minas e outras pessoas trabalhavam na empresa carbonífera do Douro, vinham para o Porto, e muitas pessoas vinham trabalhar aqui para as obras. A vida lá era uma vida complicada. [...] as pessoas tinham uma vida muito dura, mesmo muito dura; trabalhavam no campo, mas o campo que é que dava? Dava muito pouco. Aliás era para o chamado senhorio; eles recebiam três partes e para o caseiro era uma parte só. [...] Era uma vida muito dura mesmo, era bastante dura. Poucas pessoas viviam ali muito bem. E por isso há uma deslocação para o Porto de muita gente. Todos os jovens vinham para o Porto trabalhar. (Albano, 6)

2. Condições de vida

Se a vida no campo não se apresentava como uma perspectiva satisfatória de futuro, também a vida nas cidades era marcada por fortes privações, com múltiplas e graves consequências. Milhares e milhares de famílias conviviam com situações de fome, miséria, doenças e mortes prematuras. Embora sejam escassos os estudos sobre as condições de vida da população portuguesa neste período, dados existentes para a década de 70, já com Marcelo Caetano no governo, indicam que 34,5% das famílias viviam em condições de pobreza (Bruto da Costa, cit. Rodrigues, 1996a:743). No mesmo sentido, um estudo promovido pela OIT, em 1973, indicava que “31,4% das famílias recebiam rendimentos inferiores ao mínimo necessário [...] para satisfazer as necessidades básicas” (ibidem). Dois dos indicadores que mais fortemente expressam esta situação são mesmo a elevada percentagem de doenças e de mortes prematuras que marcavam então o quotidiano de muitas famílias, no campo e na cidade, e bem presentes nas histórias familiares dos nossos interlocutores. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística e da Direcção Geral de Saúde²⁰, em 1960, a taxa de mortalidade infantil²¹ era de 77,5; para se perceber bem a dimensão deste problema, importará acrescentar que, em 2007, essa taxa tinha diminuído para 3,4. A grande escassez de rendimentos, resultante de níveis remuneratórios muito baixos, a falta de cuidados de saúde, a proliferação de doenças, designadamente infecto-contagiosas

²⁰ www.portaldasaude.pt/NR/rdonlyres/E7A6BABD-57F6-41B7-AAB5-, consultado em 14 de Março de 2008

²¹ óbito de crianças durante o 1º ano de vida, por cada mil nados-vivos

(como a tuberculose, por exemplo), as más condições de habitabilidade e de higiene, os ritmos e as deficientes condições de trabalho, uma alimentação altamente deficitária, a fome e a miséria ajudam a explicar estes indicadores.

Aliás, do ponto de vista alimentar, a situação de muitas famílias ainda se agravou mais com a vinda para a cidade, quando deixaram de ter ao seu alcance a “agricultura de recurso” de que anteriormente se socorriam, e que alguns tentaram manter nos “bairros de lata” ou “ilhas”²² onde muitos se concentraram. Apesar da maioria dos indicadores relativos às condições de vida apresentar melhorias significativas a partir das décadas de 50 e 60, sobretudo nas áreas urbanas, a diferença relativa a outros países europeus ainda se mantinha significativa. *“Em 1973 o consumo per capita em Portugal representava apenas 69% do de Espanha, 63% do da Grécia, 50% do da Irlanda, 42% do da Itália e cerca de 26% do consumo da Alemanha e França”.* (Rodrigues, 1996b:669)

o que me levou a ser o que sou hoje foi a infância que eu tive

Olha, o que me levou a ser o que sou hoje, de facto, foi a infância que eu tive. Foi uma infância muito má, muito pobre, vivi sempre muito mal, a andar sempre como os ciganos, de saltimbanco, a viver numa casa, a viver noutra, até que acabei por ir viver para um barraco, que era em Xangai; chamava-se Xangai, que hoje é o parque da Cidade. Fui viver para lá e por incrível que pareça lá a vida começou a sorrir melhor, talvez por nós começarmos a crescer, porque a minha mãe teve 13 filhos, 10 raparigas e 3 rapazes, mas os 7 que morreram não chegaram aos 2 anos, acabavam por morrer. [...] E, pronto, levei uma infância de não ter brincadeiras; andava na escola primária e ia lavar a louça às senhoras para levar o resto das comidas para casa; comecei muito cedo a andar a acarretar água para as senhoras e a fazer esse tipo de trabalho. E penso que foi por isso tudo que fiquei uma pessoa um bocado revoltada, revoltada com tudo [...] E assim se começou. Aos 10 anos fui trabalhar. Andava na escola primária de manhã e de tarde ia trabalhar para as conservas. (Amália 2, 1-2)

quem nasceu depois [...] não lhes passa pela cabeça

quem nasceu depois e começou a ter os iogurtes, e depois foi tendo o queijinho, e foi tendo a manteiga, e foi tendo o leite todo, e os pais ainda a insistir para tomar o leite e mais não sei quê, não se apercebe, não lhes passa pela cabeça, que houve crianças que só

²² As ilhas surgem no Porto no século XIX, como resposta às necessidades de alojamento de milhares de trabalhadores migrantes, vindos do campo, em consequência do processo de industrialização que então se desenvolvia. “Implantadas nas traseiras das habitações da classe média [...] em fileiras de pequenas casas (uma dezena ou pouco mais), em geral com um único piso, dispostas perpendicularmente à rua, ao longo de lotes estreitos, [...] às quais se acedia através de um estreito corredor. À exiguidade do espaço acrescia ainda a falta de infra-estruturas sanitárias no interior dos alojamentos que apenas dispunham, no exterior, de retretes e balneários colectivos [...]”. Em 1832 já existiam cerca de 200 ilhas com aproximadamente oito mil habitantes. [...] No final do século XIX perto de 30% da população da cidade vivia em ilhas e em 1939 existiam cerca de 14 mil casas em cerca de mil e duzentas ilhas” (Pimenta, M.; Ferreira; Ferreira, 2001)

Em 2000, segundo um estudo promovido pela Câmara Municipal do Porto, “existiam ainda na cidade cerca de 5 900 casas em ilhas, 88% das quais ocupadas, alojando cerca de 13 500 pessoas”. Foram também identificados 2 771 fogos, 89% dos quais habitados, englobando mais de 6500 pessoas, em tipologias consideradas ilhas atípicas. (Pimenta, M. et al; Ferreira; Ferreira; Faria; Pimentel, 2001.)

tomavam cevada, que era aquilo que era mais barato, água fervida com açúcar, que era também para alimentar, e umas sopitas de pão naquela cevada, para encher um bocado, e depois, claro que notava-se no desenvolvimento das crianças; hoje a gente olha para as crianças, vai a uma escola e vê crianças bonitas. Mas se fosse a uma escola há quarenta anos atrás, via miúdos com os cabelos em pé, todos russitos, ali assim cheios de ranho e não sei quê; aquilo tinha a ver com as más condições que tinham em casa; não havia casas de banho, as retretes eram feitas nos quintais; tomavam banho, os que tomavam, uma vez por semana, ao domingo; não havia água quente [...] não havia qualidade de vida, não tem comparação; a gente agora está mal, mas não tem comparação com aquilo que as pessoas viveram, a não ser aqueles que já eram filhos de famílias, já mais abastadas, não quer dizer que fossem muito ricas mas que já tinham algumas condições, que a grande maioria do povo não tinha, a grande maioria do povo não tinha nada disso. (M^a Emília Reis, 82-83)

a tuberculose, que era a doença da moda na altura

os meus pais na altura moravam em Ermesinde, estavam já com uma doença muito avançada que era a tuberculose, que era a doença da moda na altura [...]Os dois.[...]. Na altura esse tipo de doença era tratável, mas o que era preciso era uma fortuna, não é? Eram cerca de 20 contos na altura, isto há 51 anos, porque passado 6 meses de eu ter nascido, o meu pai morreu, mais meio ano a seguir morreu a minha mãe. [...] eles tinham 21 anos... 20, 21, assim sensivelmente. Eles casaram com 18, 19 anos, relativamente cedo, não é? (Barra, 1-2)

A morte prematura de muitos pais levava também ao internamento de um número elevado de crianças em instituições, muitas das quais em condições longe de serem as ideais, dada a exiguidade de recursos e as carências de toda a ordem com que se confrontavam. Algumas das crianças que acabavam por sair e ser entregues a outros familiares (num processo que nem sempre seria fácil) continuavam a ser seguidas pelo Tribunal de Menores com a realização de visitas periódicas e através de uma caderneta que as deveria acompanhar e ir sendo preenchida na escola, pelos professores e, posteriormente, no trabalho. Não se traduzindo este acompanhamento em qualquer tipo de apoio objectivo, parece traduzir mais a preocupação do regime de controlo social das chamadas “*classes perigosas*” (Dubar, 2006:39), tendo sido sentido por alguns como um processo permanente de fiscalização, gerador de um profundo mal estar.

fui internado num hospício

eu com um ano de idade já não tinha nem pai nem mãe e antes disso mesmo eu fui internado num hospício, [...] em que fui para ali porque a minha mãe tinha os seus problemas de tuberculose e o meu pai também [...] Durante todo esse tempo, até aos 3 anos, estive ali internado e a minha avó materna, de quando em vez, ia-me visitar. E verificava que eu estar ali internado naquele hospício estava era de facto também, se

calhar, a ir pelo mesmo caminho dos meus pais, porque a situação era muito complicada, era fome; (Barra 2, 1-2)

eu tinha o cabelo que parecia uma vassoura de piaçaba

ela dizia que eu tinha o cabelo que parecia uma vassoura de piaçaba, verde e amarelo e não sei quê e então tentou tirar-me de lá [...] e é-lhe exigido que ela fornecesse elementos de que tinha meios suficientes para o meu sustento. Ora eu estava a passar fome, ora eu estava a passar mal, e ainda se exigia isso. No entanto ela conseguiu tirar-me de lá, através de um processo do Tribunal de Menores, na altura chamava-se a tutoria, em que, trimestralmente, vinha lá um sujeito, um agente qualquer, verificar in loco se eu estava ou não a ser bem tratado. [...] (ibidem)

tenho que ter uma caderneta do meu comportamento

depois eu vou para a escola, tenho que ter uma caderneta do meu comportamento, eu até era bastante traquina, de vez em quando lá vinham problemas para casa, mas pronto; e eu, quando começo a acordar na minha consciência, começo a ver que isto de facto não tem jeito nenhum; isto era de facto um organismo da máquina fascista, mais tarde, quer-se dizer, eu começo a acordar, era um organismo da máquina fascista que queria ter sempre sobre si o controlo, porque [...] acha que o indivíduo que teve sempre dificuldades poderá ser uma pessoa muito perigosa. E eu começo a entender isto assim, mal ou bem, é esta a minha apreciação e a minha análise em relação a este tipo de coisas. [...] depois houve lá uns processos na escola e depois quando eu saio da escola eles querem continuar com a caderneta para o patrão. Aí estoirou. [...] eles queriam isso e a minha avó [...] também se revoltou, também disse – mas o que é isso, vai trabalhar e o patrão tem que saber alguma coisa? O que é verdade é que terminou, terminou. (ibidem)

Ocupando a família um lugar de grande destaque na ideologia e no discurso do regime, apontada por este como o “esteio” da sociedade, família essa assente no “matrimónio”, enquanto *“sacramento que une o homem e a mulher indissoluvelmente, e lhes dá a graça de conviverem santamente e de educarem cristãmente os filhos”* (in *O Livro da Segunda Classe*, 1958), e nos valores tradicionais, a verdade é que, num contexto de enormes carências e dificuldades, o casamento era um “luxo” que não estava ao alcance de todos, podendo também ser negado pelos padres das paróquias. A decisão de viver juntos, sem passar pelo casamento, era, para diversas pessoas, a opção que restava, o que dificilmente significava, naquelas condições, e com o grande peso e influência que a igreja tinha, uma escolha voluntária.

a gente tinha lá dinheiro para casar

quando a minha avó faleceu, aos 54 anos, a minha mãe só tinha um irmão, era o meu tio Xico, que entretanto já tinha tratado também da vida dele, portanto já era casado; a minha mãe na altura tinha 20 anos e ficou praticamente sozinha, o meu pai também estava praticamente sozinho [...] Decidiram juntar os trapinhos, eles nunca chegaram a casar, diz ele – a gente tinha lá dinheiro para casar, juntamo-nos. [...] (Palmira, 6-7)

ficou com uma mágoa muito grande, nunca mais gostou de padres

quando o meu pai estava para falecer, ela contava isto muitas vezes, o meu pai decidiu que queria casar com ela, e mandaram chamar o padre, o padre da freguesia que era um reaccionário, um sacana do arco da velha, eu só tomo consciência disto muito mais tarde; ele foi lá e tu sabes que ele não casou e disse: não sei se o seu marido é católico; tinha baptizado os filhos todos, tinha feito a comunhão aos filhos todos, não sei se o seu marido é católico, e não casou a minha mãe e o meu pai. A minha mãe ficou com uma mágoa muito grande, nunca mais gostou de padres, nunca mais, tornou-se uma mulher com uma cabeça, vou-te dizer, com uma cabeça, que eu ainda hoje acho que a minha mãe era muito avançada para a época (Palmira, 11)

No quadro de fortes privações em que vivia uma parte significativa da população, os fenómenos de pobreza tendiam a ser naturalizados, fomentando e propagando o regime uma certa “idealização da pobreza”, com a exaltação de valores associados a uma determinada ruralidade e a uma vida simples e despreziosa. Assim, ao mesmo tempo que se procurava mascarar a miséria existente e ocultar a escassez de recursos económicos ao dispor da maioria da população, justificava-se a ausência de políticas económicas e sociais orientadas para a melhoria dessas condições de vida. Como diz Carlos Farinha Rodrigues (1996a: 742)

“O fenómeno da pobreza era encarado pela generalidade dos decisores políticos como uma realidade inerente a um país ‘essencialmente pobre’, onde a própria pobreza era de alguma forma valorizada como sinónimo da preservação dos valores caros ao regime, como a família e a harmonia social”.

Neste processo de naturalização da pobreza e das desigualdades e de inculcação no conjunto da população não só da sua inevitabilidade mas até das suas “vantagens”, visando a acomodação das pessoas às grandes dificuldades com que diariamente se confrontavam, aceitando-as passivamente, não pondo em causa os fundamentos do regime, a igreja, a escola e os meios de comunicação assumiram um importante papel. A título de exemplo bastará lembrar excertos de livros escolares, frases obrigatoriamente afixadas nas escolas, quadras e cantigas transmitidas pela rádio, que muito contribuíram para que uma certa “cultura da pobreza” se fosse instalando na sociedade, passando mesmo a constituir um importante valor assumido em muitas famílias dos meios populares e por estas transmitido aos seus filhos.

“Bom provérbio, bom ditado / Aquele de Salomão / Antes pobre, mas honrado / Do que rico, mas ladrão” (Decreto nº 21.014, de 21 de Março de 1932, que determina a

obrigatoriedade de inscrição de determinadas frases nos livros de leitura das escolas)

“Tudo podem ter os nobres / Ou os ricos algum dia / Mas quase sempre o lar dos pobres / Tem muito mais alegria” (cit in Cortesão, L. 1988:93)

houve uma certa cultura de pobreza

depois a tradição também, eu acho que teve muita influência, foi que nós tivemos durante muitos anos, todo o tempo do fascismo, uma cultura e uma forma de estar na vida que era assim, a pobreza não era nenhum mal era um bem, a pobreza, ser pobre, até se dizia só é pobre quem é de espírito, senão não era pobre, e houve uma certa cultura de pobreza. As pessoas tinham uma certa cultura de pobreza. (M^a Emília Reis, 83-84)

3. As relações familiares

A família e as relações familiares assumiam, em geral, uma enorme importância na vida de cada um. É assim que a família surge referenciada como um lugar marcado por profundos afectos, tendo sido no seu interior que se viveram as primeiras experiências de socialização, se apreenderam valores significativos, se foi delineando uma certa concepção da vida, se iniciou a construção de identidades e a construção de percursos futuros.

O que me interessava é que eu estava em casa

(Na sequência de ter ido viver uns tempos para casa da madrinha, onde poderia ter melhores condições de vida) A melhor coisa foi quando a minha mãe me perguntou se eu queria vir outra vez (para casa) [...] e eu lá regresssei para casa toda satisfeita da vida, toda contente, e lá regresssei. (eram saudades da casa) uma coisa, uma coisa, eu queria lá saber se tinha que dormir com a minha irmã para os pés e eu para a cabeceira ou ao contrário, queria lá saber se na minha madrinha tinha uma cama só para mim, eu não queria saber nada disso. O que me interessava é que eu estava em casa. E esse apego, eu acho que ainda hoje tenho. Esse apego ao meu espaço, ao sítio da minha família (Palmira, 15-16)

a minha mãe era [...] uma excelente pessoa

a minha mãe era uma pessoa ..., uma excelente pessoa, era muito boa mesmo. [...] eu vou-te dizer assim uma coisa que te digo com toda a sinceridade – eu hoje quando tenho alguma dificuldade na vida, tu vê bem o que a minha mãe representava e representa para mim, eu socorro-me dela. (Albano, 7)

Para muitas crianças das famílias operárias, em que as perspectivas de futuro passavam assumidamente por percursos de escolarização reduzidos e por entradas muito precoces no mundo do trabalho, foi no seio da família que começou a sua construção identitária como trabalhador e como operário. Era esse, então, o horizonte de vida que se apresentava como mais viável - começar a trabalhar o mais cedo possível e ajudar a suportar as despesas familiares. As enormes carências sentidas no dia a dia, as situações de extrema pobreza vivida, sem brinquedos nem tempo para brincar, obrigavam muitas delas, ainda crianças e antes mesmo de começarem a ter um trabalho remunerado, a encontrar os meios e as formas de apoiarem a sobrevivência da família, desenvolvendo estratégias de resistência e construindo também, desse modo, novas configurações identitárias.

Não me lembro de brincar

Não tínhamos assim grande tempo para brincar. Não me lembro de brincar. Nunca tive brinquedos. (Amália1, 8-9)

Eu nunca chegava a casa sem pão

Eu nunca chegava a casa sem pão, porque pelo caminho tirava um soco, andava com um pé descalço e outro calçado, levava um casaco velho e ia pedir pão às senhoras e ia lavar a louça às senhoras e levava sempre para casa, sempre, sempre, porque... eu não tenho qualquer problema a dizer isto, porque foi realidade. Eu corri todas as ruas daqui da Foz, a pedir. (Amália1, 6-7)

Sendo tão duras e difíceis as condições sociais de existência de tantas destas famílias, quantas vezes com poucas ou nenhuma perspectiva de as poderem alterar, para muitas delas tornava-se central a afirmação permanente, em tão difíceis circunstâncias, da sua própria dignidade. Os valores do trabalho, da seriedade e da honestidade, o “ser pobre mas honrado”, que a propaganda oficial, como já vimos, reproduzia por diversas formas, aparecem, assim, correntemente como valores essenciais, assumidos pela mãe e pelo pai e transmitidos aos filhos, de forma clara, nas mais pequenas e diversas circunstâncias. Estes valores, ao mesmo tempo que salientavam e reforçavam a dignidade dos trabalhadores, não deixavam também de reflectir uma atitude de resignação face às desigualdades e à impossibilidade prática de melhorar as suas condições de vida que as diversas instituições do regime e a igreja activamente estimulavam.

Levei uma tarefa por trazer o bacalhau

Até há um episódio muito engraçado [...] porque eu vivia mesmo muito mal, era mesmo pobre e uma senhora amiga disse-me a certa altura – [...] amanhã traz uma saia de roda; e eu levei uma saia de roda e ela botou-me 4 bacalhaus na saia, para passar os fiscais, e

depois cheguei a casa e levei uma tarefa por trazer o bacalhau, porque o meu pai era um bocado malandro mas não admitia essas coisas. (Amália2, 2)

nós somos pobres mas somos muito sérios

fiz o exame da 4ª (...) e a seguir a minha mãe tratou de pedir a ver se arranjava trabalho para mim. Porque depois havia o conceito de que a ociosidade era a mãe de todos os vícios [...] fiz aquilo tudo (o trabalho que a costureira, para onde tinha ido trabalhar, tinha deixado para fazer, quando foi de férias), e quando ela veio, curiosamente, em vez de me pagar 25 tostões por cada uma das semanas, portanto eram três semanas, dava 7 e quinhentos, ela pagou-me o dobro, pagou-me 15 escudos. E quando eu cheguei a casa e dei à minha mãe os 15 escudos, a minha mãe olhou para mim, ficou aflita e disse – ó filha tu não pegaste pois não? Eu disse, ó mãe não, foi a Dª Otelinda que deu. Ó filha mas está aqui dinheiro a mais. Ó mãe mas foi ela que deu. Mas tu não pegaste? Não mãe. Então está bem. Eu nem sei se ela alguma vez perguntou à Dª Otelinda. Mas aquela preocupação, aquela necessidade que a minha mãe tinha de dizer nós somos pobres mas somos muito sérios, era uma coisa incrível. Acho que ela passou isso para nós todos (Palmira,8-9)

Numa época em que o discurso e a propaganda oficial do regime remetia as mulheres para o espaço doméstico, atribuindo-lhes os papéis de “donas de casa”, “esposas”, “mães” e “fadas do lar”, a realidade é que eram muitas as mulheres a trabalhar e com actividades profissionais muito diversas, sentindo diariamente a necessidade de conciliar os dois papéis. Mas, foram também muitas as que, à medida que os filhos iam nascendo, foram sendo obrigadas a “confinar-se” ao espaço doméstico (o que, neste contexto, não era obrigatoriamente assumido como negativo), ou ao exercício de outras profissões (como padeiras), que lhes permitia estar em casa a maior parte do dia. Não sendo possível a sobrevivência apenas com o salário do pai, em muitos casos eram também as filhas mais velhas, mas ainda crianças, que ficavam a tomar conta dos irmãos mais novos e assumiam a “lida da casa”, permitindo que a mãe mantivesse o emprego, ou eram as próprias crianças que iam trabalhar fora.

O assumir pelas raparigas das tarefas domésticas criava igualmente as condições para a sua construção enquanto futuras mães e “donas de casa”. Trabalhando fora ou mantendo-se em casa, era à mulher, em geral, que cabia a maior fatia de responsabilidade no acompanhamento e educação dos filhos e na difícil gestão da vida e de uma economia familiar reduzida à subsistência. Não será, por isso, de admirar que a figura da mãe tenda a ser apresentada como um exemplo de coragem, de mulher lutadora, como uma referência que marcará todo o percurso de vida dos filhos e das filhas, que cedo se formaram e constituíram como crianças/operárias.

a minha mãe ia trabalhar [...] de manhã muito cedo [...] e eu ficava com os outros

Naquela altura, o meu pai foi sempre muito doente dos pulmões e a minha mãe depois deixou de ser empregada doméstica e foi para padeira. O meu pai [...] havia alturas em que não trabalhava. E o que a minha mãe ganhava não dava para nós todos. [...] Depois a minha mãe ia trabalhar para padeira, de manhã muito cedo, porque antigamente era às cinco da manhã, seis, e eu ficava com os outros. Aliás até tenho uma queimadura aqui no peito, porque a minha mãe deixava o leite em cima do candeeiro a petróleo e eles, depois na brincadeira, viraram e eu queimei-me. Isto com seis anos. (Amália 1, 2-3) A minha mãe era uma pessoa muito reservada, uma pessoa muito calada, mas sempre uma lutadora (Amália1, 6)

A minha mãe com 44 anos ficou viúva e a partir daí [...] passou a ser padeira

O meu pai era um trabalhador da construção civil, segundo aquilo que dizem, um bom profissional do ponto de vista do estuque, do trabalho de interiores de estuque, desde aqueles floreados todos nos tectos, mas também do ponto de vista da construção civil; ele era mestre de construção civil, era assim de facto um bom profissional. A minha mãe, do ponto de vista profissional, ela fez montes de coisas. Enquanto não teve filhos, porque eles estiveram sete anos sem ter filhos, a minha mãe trabalhou numa fábrica de calçado, [...]. Depois estive numa fábrica que fazia rebuçados, [...] as recordações que eu tenho é que a minha mãe dizia que ia a pé todos os dias para a fábrica e normalmente era para ali para Campanhã. Nós vivíamos em S. Mamede Infesta. Depois de começar a ter filhos, como os filhos foram nascendo com um intervalo de dois anos, mais ou menos, [...] a determinada altura ela teve mesmo que ficar em casa, para olhar por nós todos, e portanto quando se vê com seis filhos, com o marido já muito doente, muito debilitado [...], para alimentar seis filhos, com o meu pai a trabalhar sozinho, estás a imaginar que as coisas não deviam ser fáceis, não é. [...] A minha mãe com 44 anos ficou viúva e a partir daí não teve solução, com esses filhos todos passou a ser vendedeira, vendedeira de pão, as chamadas padeiras, que lhe ocupava uma parte da manhã, levantava-se muito cedo, cinco da manhã, e por volta das dez, dez e meia da manhã já estava em casa, portanto dispunha do resto do dia para tratar daquela tropa toda (Palmira, 1-2)

Mas a família não se restringia à família nuclear; eram também os avós e os tios que apareciam como importantes apoios em períodos de maiores dificuldades, como pontes na passagem do campo para a cidade, como ajuda para a obtenção de emprego ou para encontrar melhores empregos.

a minha mãe tinha uma tia [...] ia-nos levar a casa o que ela andava a pedir

a minha mãe tinha uma tia, [...] que não tinha uma perna, tinha uma perna de pau, e andava a pedir nos mercados do Bolhão, do Bom Sucesso e isso. E depois, escondida do meu pai, ia-nos levar a casa o que ela andava a pedir. (Amália 1, 4)

solicitei a um tio meu que trabalhava na CP

eu queria era sair do Pinhão, não sabia para onde ia, mas punha-se um problema ao meu pai, é que eu tinha 14, 15 anos, [...] e depois o meu pai tinha uma visão muito fechada,

porque vir para a grande cidade era a podridão, o vício, os tipos que imediatamente eram desencaminhados [...] não punha em cima da mesa deixar-me ir sozinho para Vila Real ou para o Porto. Entretanto solicitei a um tio meu que trabalhava na CP, na altura, e ele disse – vais para minha casa, se for preciso vais para minha casa, e então o meu pai disse logo: ele vai com uma condição, vai para trabalhar e para estudar, já que não o posso pôr a estudar durante o dia. O meu tio matriculou-me aqui na escola Infante D. Henrique (Freitas, 6-7)

Foi também no interior de algumas famílias que, ainda crianças ou jovens, alguns se foram apercebendo de problemas, dificuldades e medos que atravessavam a sociedade portuguesa, detectados a partir de situações ocorridas e vivenciadas por familiares ou vizinhos, de conversas que foram ouvindo, de acontecimentos que presenciaram e que não tiveram então condições para entender na sua complexidade. Mais tarde, noutros momentos e circunstâncias, essas recordações acabaram por reaparecer, permitindo então a atribuição de sentidos e significados e confirmando António Nóvoa (in Canário, 1999:5) quando afirma que a formação *“acontece mais vezes quando não esperamos do que quando a programamos”*.

Foi despedido por causa dessa greve

o meu tio, irmão da minha mãe, trabalhador metalúrgico, caldeireiro, nos estaleiros da CUF, da Rocha do Conde de Óbidos, tinha participado naquelas greves que estão na história do movimento operário de Lisboa. Foi despedido por causa dessa greve, e eu vivi esses dramas, era ainda miúdo, e os seus reflexos na família. Não tinha idade para pedir explicações sobre o que se passava, mas o ambiente de tensão e o melindre da situação familiar ficou-me na memória, até hoje. (Ranita2, 8)

conversas reservadas do meu pai

havia aquelas conversas reservadas do meu pai, ele era muito reservado, porque ele do ponto de vista político, ele sabia que havia a situação, que ele não gostava, sabia que havia a oposição, mas ele diante dos filhos, nomeadamente diante de mim, essas conversas eram reservadas, ele mandava-me para o quarto e só depois é que falava com a minha mãe; mas eu notava que ele era, tenho hoje a ideia, não é, que era um homem da oposição; eu recordo-me quando foi da campanha do Humberto Delgado em 58, suponho, que também chegou lá e na altura nós achávamos as ruas pintadas, eram as pichagens, apareciam lá nos paralelos e o meu pai dizia-me – cuidado não te metas nisso que anda aí uma polícia de fora e tal, tu fuge disso e tal, mas sabia que havia lá gente na terra e sei que o meu pai votou no Humberto Delgado, ele pelo menos confidenciou-me isso. Porquê? porque um dos filhos do patrão era um homem da liberal e também apoiava o Delgado e como ele lidava mais de perto com o meu pai influenciou o meu pai a votar no Delgado (Freitas, 3-4)

4. Redes de sociabilidade

Para além da família, eram muito diversas as redes de sociabilidade que se estabeleciam, que além de constituírem, em certas circunstâncias, um apoio na resolução de múltiplos problemas, permitiam também o conhecimento e o confronto com outras realidades.

As condições de habitação, designadamente nos “bairros de lata”, nas “ilhas”, e nos bairros, com uma grande concentração de famílias com vidas semelhantes, e suportando as mesmas condições de miséria, em espaços contíguos, muito exíguos, e sem o mínimo (ou com muito poucas) condições, se deram origem a grandes discussões e conflitos, não deixaram de ser, em muitas circunstâncias, espaços fundamentais de socialização, de partilha e de solidariedade, espaços de formação e de configuração de identidades. Impedindo estas habitações qualquer tipo de privacidade, sabendo todos o que todos faziam e diziam, vivendo praticamente “em cima uns dos outros”, as atitudes e comportamentos tendiam a assemelhar-se, repetindo-se as expectativas (ou a falta delas), produzindo-se, integrando-se e enraizando-se valores, representações e regras de conduta.

vivíamos quase uns em cima dos outros, mas muito amigos

No bairro (de Xangai) éramos todos amigos. Havia muita solidariedade uns com os outros, éramos muito amigos uns dos outros. Tenho alguma saudade em relação a isso. Hoje não há essa amizade. Nós vivíamos quase uns em cima dos outros, mas muito amigos, muito solidários. Havia lá uma mercearia que a senhora era amicíssima dos pobres. Quando não vinha o dinheiro da baixa ela esperava. Mas a minha mãe nunca ia pedir, ia sempre eu. (Amália1, 8-9)

"anda, anda"

tinha muitas raparigas lá no bairro, que trabalhavam e depois "anda, anda" e eu fui trabalhar. (Amália1, 10)

um espírito de solidariedade muito grande

(na ilha, as pessoas) relacionam-se bem.[...]. existe um espírito de solidariedade muito grande entre as pessoas. Se a pessoa tem um problema as outras ajudam e vice-versa. De facto há uma reciprocidade, entreajudam quando as pessoas têm (problemas). Naturalmente há, às vezes, aquela incompreensão, há aquela atitude menos correcta em que as pessoas se podem chatear e tal, mas que se ultrapassa facilmente. (Barra 1, 22)

Mas a rede de relações alargava-se a outros sectores. A vida destas famílias operárias decorria lado a lado com outras classes sociais e com outras condições sociais de existência, com as quais se cruzavam e que foram conhecendo como uma realidade bem diferente da sua, percebendo, sem então questionar, enormes e

gritantes desigualdades sociais. Nesta rede de relações participavam crianças de outras classes sociais que frequentavam as mesmas escolas, que levavam lanche (que por vezes até partilhavam) e não tinham, no horizonte imediato, a entrada no mundo do trabalho; as “senhoras”, em cujas casas se entrava para realizar tarefas domésticas em troca de um bocado de pão para matar a fome, visualizando desse modo outras condições e modos de vida. Como diz Filomena Mónica (1978:75)

“às vezes, as classes dominantes também encaravam o pobre, pelo menos os poucos a quem prestavam assistência directa, com uma benevolência paternalista. Algumas casas abastadas mantinham até os seus próprios pobres, a quem de quando em quando ofereciam um prato de sopa, um naco de pão duro ou roupas sem serventia”.

eles levavam a sandes de queijo com marmelada

havia na escola, como em todas, pessoas com mais poder económico, com menos poder económico, e então eu andava na escola e havia lá dois indivíduos que eram os ditos capitalistas de Rio Mau; eles levavam a sandes de queijo com marmelada, com manteiga e eu... Eles eram muito meus amigos e eu dizia – ó David, tens que me dar, eu não tenho para comer. Eu dizia-lhe isso. Ele era meu amigo, ainda hoje somos grandes amigos, ele e o António. Um é engenheiro e o outro é bancário e eu recordo-me disso, que até a fruta – romãs que eles tinham, porque viviam muito bem, não é? E então eles comigo, diziam, pega lá, tens aqui, não sei quê. Eu lembro-me desse pormenor que acho que foi uma coisa que me marcou bastante. Não é que eu passasse fome em minha casa, não é verdade isso, também não é verdade, mas eles tinham uma vida bem melhor que a minha e então fomos grandes amigos e hoje somos grandes amigos (Albano, 2-3).

Nestas redes de sociabilidade podiam também participar famílias que viviam próximo e em cujas casas, em circunstâncias muito específicas, alguns, muito poucos, podiam entrar para brincar com os filhos e assim ter acesso a livros, brinquedos e a um mundo de coisas até então inimagináveis. Estas vivências traduziram-se para muitas crianças em experiências muito contraditórias, cujo significado só se lhes tornará claro uns anos mais tarde. Por um lado, a possibilidade de contactarem directamente com realidades diferentes, com outras condições de vida e de terem acesso a um conjunto de bens inacessíveis de outra forma, teve uma enorme importância no seu processo de formação e no alargamento dos seus horizontes, estimulando o desenvolvimento de novos gostos, interesses e capacidades. Por outro lado, as relações estabelecidas tratavam de deixar bem claro, e de acentuar, o lugar de cada um na hierarquia social. Os filhos dos pobres não deixavam de ser os filhos dos pobres, que se traziam a casa, que brincavam com os filhos, mas que não podiam

aspirar a um estatuto igual aos filhos da burguesia. E, se no momento, este tipo de relações era assumido também como algo natural, não deixava de ser notado, sentido e marcante, contribuindo para se ir formando, ainda que de uma forma muito pouco consciente, uma certa noção de injustiça que, mais tarde, ganhará uma outra dimensão.

companheiros de brincadeiras dos meninos da quinta

(na zona onde vivia havia várias quintas e) Um dos filhos dos donos (de uma delas) casou e ficou lá a viver e esse casal acabou por ter dois filhos, um rapaz e uma rapariga; exactamente da minha idade, o rapaz, e a rapariga da idade do meu irmão mais novo. Quer dizer que nós éramos um bocado os companheiros de brincadeiras dos meninos da quinta. Mas porquê? Porque éramos nós e não outros? Porque os pais da minha mãe tinham sido já empregados daquela quinta; o meu avô e a minha avó tratavam da terra lá; tanto que a minha mãe era conhecida pela nina da quinta [...] Tradicionalmente havia uma ligação com aquela família, e eu acabei por passar uma parte significativa da minha infância, aí até aos 8, 9 anos e depois até mais tarde, metida sempre naquela quinta, a conviver com os meninos, a ir para a praia com eles, [...] e depois vínhamos, tomávamos banho lá, comíamos lá, dormíamos lá, só vinha a casa quando ..., era ali, porta com porta. (Palmira, 4-6)

conhecia um lado onde existia muita necessidade [...] e assistia ao fausto

Conclusão eu conhecia um lado que era um lado onde existia muita necessidade, que era o facto de a minha mãe lutar para ter a casa mais ou menos organizada, para dar de comer aos filhos, para muitas vezes comer ela apenas o restinho da sopa que ficava na tigela, [...] e assistia por outro lado ao fausto, que era o facto de estar lá naquela casa e se me apetecesse comer o que quer que fosse ter lá à disposição. Uma das imagens que eu tenho também é que, a primeira vez que me lembro de estar na quinta, e chegar a hora do lanche, uma das coisas que me cheirava sempre muito bem era o café com leite que eles faziam, café com leite, e era o pão com marmelada, queijo e marmelada, o pão com queijo e marmelada, que eu achava que aquilo devia ser assim uma coisa, por aquele cheirinho devia ser assim uma coisa muito boa. E a primeira vez que eu estou na quinta e chega a hora do lanche, “meninos vamos todos lanchar”, chamavam lá as criadas, que eles tinham uma série de criadas; e então comíamos na cozinha todos, os quatro, os miúdos, café com leite e pão com marmelada. Sabes que eu estava tão envergonhada, eu tinha tanta vontade de comer aquilo, mas estava tão envergonhada, que respondi, eu não quero porque eu não gosto; nunca mais me esqueço disto. E a Maria do Carmo, que era a criada, que era a copeira, disse ó Mirinha, tu não gostas, mas tu já comeste? E eu, a minha cara devia claramente dizer tudo, que ela percebeu claramente que eu estava a dizer aquilo porque estava cheia de vergonha, e lá insistiu, com muito carinho, de facto era um amor de pessoa, lá insistiu, insistiu e eu comi e foi o maior manjar da minha vida. Quer dizer, isto é para reforçar, vivi de facto as duas coisas. (ibidem)

não dormia no quarto da Leninha, dormia no quarto das criadas

Claro que isto não durou sempre, porque eu era, apesar de tudo, a vizinha que era filha da Laidinha, padeira, ou da Nina da quinta, como eles lhe chamavam, mas era só isso. Que brincava lá e que não sei quê, e que quando o meu irmão começou a crescer e a fazer asneiras [...] o Jorginho deixou de poder ir brincar para dentro da quinta. Só estava eu porque, pelos vistos, devia ser muito bem comportadinha. [...]. Mas continuava a ser a menina pobre lá da zona; quando eu dormia não dormia no quarto da Leninha, que era a menina, dormia no quarto das criadas, lá no topo, por acaso até era muito bonito, diga-se de passagem, agora à distância, era até muito bonito e eu tinha o privilégio lá num dos quartos da criada, não era janelas, era clarabóias que tinha, subir acima de uma cadeira, meter a cabeça de fora da clarabóia e ver a minha casa; ficava toda entusiasmada por ver. (ibidem)

Mas lá aprendi o gosto por ler

Mas lá aprendi o gosto por ler, que eles tinham um quarto de brinquedos incrível e então tinham livros com as mais diversas histórias; eu sabia as histórias todas de cor; consoante fui aprendendo a ler na escola devorava os livros todos lá; aprendi o gosto por ler, sei lá, pelas mais diversas coisas, tinha acesso a brinquedos, como os legos, que não tinha em casa, como é evidente, quer dizer que, para aquela época, para as meninas pobres, eu era uma menina que já tinha muitos conhecimentos. Conclusão, eu acho que quando fui para a escola acabei por não ter assim grandes dificuldades. (ibidem)

5. Percursos de escolarização

Se a República assumira a educação como uma das suas bandeiras, já a instauração do fascismo, num país então com 70% de analfabetos, é marcada, de imediato, por um intenso debate sobre o papel, a importância, os objectivos e perigos associados à escola, que nunca é demais relembrar. Para importantes sectores do regime a instrução e a cultura traduziam-se numa grave ameaça. A instrução era mesmo considerada *“um instrumento perigoso que não pode andar em todas as mãos. Como um explosivo, como um veneno. Só num carácter são ela é útil ou, pelo menos, inofensivo”*²³, exaltando-se o analfabetismo - *“Felizes os que não sabem ler”*²⁴, *“Abrir uma escola agora não é fechar uma cadeia, é abrir 10 cadeias”*²⁵. A instrução e a cultura deveriam apenas ser acessíveis às elites, defendendo-se a criação de mecanismos de controlo e selecção no acesso aos diferentes níveis de ensino. Em 1928, Marcelo Caetano²⁶ escrevia

²³ Alfredo Pimenta, 1927

²⁴ Conde de Aurora

²⁵ Alfredo Pimenta, 1927, in *A Voz*, 25 de Dezembro

²⁶ in *A Voz*, 26 de Janeiro

“Uma criança inteligente, filha de um operário hábil e honesto, pode na profissão do seu pai ser um trabalhador exímio, progressivo e apreciado, pode chegar a fazer parte do escol da sua profissão e assim deve ser. Na mecânica da escola única, seleccionado pelo professor primário para estudar ciências para as quais o seu espírito não tem a mesma preparação hereditária que tem para o ofício, não passará nunca de um medíocre intelectual”.

Também Salazar consideraria, em 1932, ser *“mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas”*. Tais concepções vieram a ter tradução efectiva na aprovação de um conjunto de medidas legislativas determinando o fim do regime de co-educação, a redução do ensino obrigatório de cinco para quatro anos²⁷, a revisão e redução dos programas da escola primária, cujos objectivos explícitos passam a ser ensinar a *“ler, escrever e contar”* e *“prover as crianças de sólidas virtudes cristãs”*²⁸, a desvalorização profissional dos professores.

A estas posições viriam a “contrapor-se” outras, defendendo o importante papel que a escola poderia desempenhar como *“instrumento de controlo”*, como *“a mais diligente e disciplinada polícia de segurança do Estado”*,²⁹ e sobretudo como um importante instrumento de inculcação ideológica e de doutrinação moral. A escola passa a ser encarada como *“sagrada oficina das almas”*³⁰, assumindo-se que *“nós não compreenderíamos, nós não poderíamos consentir que a escola portuguesa fosse neutra”*³¹. Cordeiro Ramos, em 1936, afirma igualmente que

“alargou-se a acção da escola cujo fim não é apenas ensinar, mas sobretudo educar e educar politicamente, no sentido nobre da palavra, isto é, transmitir conhecimentos que não contrariem, antes favoreçam os fundamentos morais do Estado – Deus, Pátria, Família”.

Neste sentido, foi efectivamente posta em movimento uma verdadeira “oficina” de inculcação ideológica, visando a formação de jovens passivos, disciplinados, submissos, socialmente conformados e fiéis servidores do regime. Foram instaurados os livros únicos, regulamentados os conteúdos dos manuais escolares, decretadas frases “morais e patrióticas” de afixação obrigatória nas escolas, impostos métodos

²⁷ em 1930 viria ainda a ser reduzida para três anos, em 1956 passaria, para os rapazes de novo para quatro anos, acontecendo o mesmo para as raparigas em 1960; só em 1964 seria alargada para 6 anos

²⁸ Decreto 16.730, Abril de 1929

²⁹ Joaquim Tomás, inspector de ensino

³⁰ Salazar, 1932

³¹ Idem, 1934

pedagógicos, regulamentada a própria organização espacial das salas de aula, ao mesmo tempo que era montado todo um sistema de controlo e vigilância sobre os professores.

Embora durante os anos do fascismo se tenha acabado por verificar uma diminuição dos índices de analfabetismo e uma maior taxa de frequência da escola, designadamente nas cidades, a verdade é que para os filhos das famílias operárias, os percursos de escolaridade foram, em geral, muito reduzidos, limitados à escolaridade obrigatória, nem sempre cumprida, e cedo interrompidos pela necessidade de contribuírem para o sustento da família. Se as mães e os pais dos jovens operários que entraram no mundo do trabalho depois da década de 50 eram analfabetos³² ou tinham frequentado a escola apenas até à 2ª ou 3ª classe, já a maior parte destes acabou por concluir a 4ª classe.

A perspectiva de os filhos prolongarem ainda mais os estudos não estava no horizonte nem era viável para a esmagadora maioria destas famílias. Mas, independentemente da inexistência de condições económicas para os filhos continuarem a estudar, também nem todas as famílias atribuiriam à escola a mesma importância. Baseados na sua experiência de vida e reflectindo a desvalorização da escola que o regime procurara incutir nestes meios, alguns pais tendiam a não acreditar que a sua frequência abrisse para os seus filhos novos horizontes concretizáveis.

Ao mesmo tempo, outros pais tinham a clara percepção que qualquer possibilidade de mudança passaria pela escola, o que se traduzia numa maior preocupação e acompanhamento do seu percurso escolar, com influência na forma como estes a sentiam. Apesar desta consciência, a verdade é que também a maior parte destas famílias não tinham os recursos suficientes para assegurar a continuidade da frequência escolar para outros níveis de ensino.

a minha mãe tinha a 3ª classe

a minha mãe tinha a 3ª classe, [...] o meu avô dizia que as raparigas tinham que saber escrever que era para poderem escrever um a carta para quando os patrões lhes batessem, ou assim, que era para eles saberem o que é que se passava. Os rapazes já não era tanto, os rapazes iam arranjar qualquer coisa; as raparigas é que o futuro delas era ir servir, portanto tinham que saber escrever. A minha mãe, quando veio servir, aos seis anos de idade, lá onde estava (a trabalhar) também a puseram, e ela fez a 3ª classe, a minha mãe escrevia bem. O meu pai acho que nem a 3ª classe fez, era eu que lhe fazia as contas e todas as coisas que ele precisava [...] mas sabia ler (Mª Emília Reis, 48)

³² em 1950, as taxas de analfabetismo eram ainda superiores a 40%

a minha professora foi pedir à minha mãe

quando eu faço a primária, nessa altura havia aquilo que se chamava a admissão, a minha professora foi pedir à minha mãe, se ela deixava que ela me fizesse a admissão; [...] quando a professora propõe que eu ainda fique na escola mais um ano a minha mãe, coitada, deve ter deitado as mãos à cabeça, e disse que se pudesse que não me tirava da escola, mas que não tinham condições. Conclusão, a minha professora ficou muito triste, [...] e a verdade é que eu fiz o exame da 4ª, fazia 10 anos nesse Agosto, e eu fiz em Junho ou princípio de Julho, o exame da 4ª, em Matosinhos, naquele recinto da Igreja, [...] nunca mais me esqueço. Bom, e a seguir a minha mãe tratou de pedir a ver se arranjava trabalho para mim. (Palmira, 7-8)

o meu pai insistiu muito, era muito rigoroso na escola

(o pai) passava noites naqueles invernos tenebrosos lá em Trás-os-Montes, muito frios, em que me chateava muito, à noite, a dar-me explicações, [...] batia-me bastante, por exemplo, mas aquilo espicçou-me de certa forma, não estou a dizer que a violência foi importante. [...] ele insistiu muito, era muito rigoroso na escola, eu tinha que apresentar as notas, etc.; o meu pai tem só a 4ª classe. [...] É claro que os meus pais ganhavam muito pouco e ele não via maneira, e eu era o filho mais velho, de me tirar do Pinhão e os anos foram passando; portanto eu fiz a 4ª classe, fiz a admissão, mas quando o meu pai ensaiou a possibilidade de me colocar numa escola, não lá, o Pinhão não tinha, tinha que ir para Alijó, para a sede do concelho ou então tinha que vir para fora da região, tudo era muito caro e portanto não dava para eu poder estudar. [...] não tinha hipóteses, fui trabalhar (Freitas, 2-3)

Tendo sido atribuído à escola, como já vimos, um importante papel na inculcação da ideologia do regime e na estratificação social, os processos para a sua concretização eram diferenciados. O recurso à humilhação e à violência física era frequente, traduzindo a incorporação, por muitos professores, da ideia de escola como espaço de disciplina dos corpos e das mentes, como espaço de aprendizagem da obediência, do conformismo, da passividade. Mas a violência era exercida quase exclusivamente sobre as crianças pobres, numa clara afirmação da diferenciação de tratamento de que seriam “merecedoras” as diferentes classes sociais, assim preparadas para perceber e aceitar o seu lugar na escala social e para virem a desempenhar os diferentes papéis que lhe estavam “destinados”. No entanto, e como se pode verificar nalguns dos excertos anteriores havia, por parte de muitos outros professores, uma preocupação clara com as crianças das famílias operárias, pelo menos com aquelas que, no seu entendimento, teriam melhores condições para prosseguir estudos, empenhando-se no diálogo com os pais para que isso pudesse vir a concretizar-se, o que se traduzia objectivamente numa ruptura com a ideologia dominante.

Tinha lá algumas professoras de gancho

A escola na altura era separada, não era mista, não é. Portanto, tinha de um lado o feminino e do outro lado o masculino. [...]. Tinha lá algumas professoras de gancho, cujo comportamento também era um pouco em função da própria geração e da educação que havia, [...] e daquilo que o próprio regime também impunha na educação. [...] Havia castigos corporais, [...] que hoje ainda tenho um problema porque uma professora, a determinada altura, sem qualquer razão, mas só que depois também se teve que haver comigo, deu-me dois estalos e este ouvido ficou afectado, nunca mais ficou em condições. Estava-lhe a dizer que não tinha feito absolutamente nada e como é que era e ela: trau! Manda-me dois estalos; eu fiquei azurutado durante umas horas largas e este ouvido ficou afectado. Mais tarde houve outro problema com ela, portanto...aquelas reguadas de mão, 48 em cada mão. (Barra, 5-6)

Eu tenho uma grande recordação de uma professora

Eu gostava de andar na escola, eu e o meu irmão. Ele era mesmo parecido comigo, parecíamos dois gémeos. [...] E então o que é que aconteceu, nós andávamos na escola os dois, e num S. João [...] uma das nossas professoras estava no S. João e é normal aqui no Porto dar-se com o martelo, tudo bem, fui eu que lhe dei com o martelo e no dia seguinte o meu irmão foi à escola e ela deu-lhe uma tarefa enorme por isso; essa é a pior recordação que eu tenho da escola. [...] foi uma atitude irracional da parte dela, porque ela levou com o martelo, era na festa, andávamos lá todos, e ela não aceitou que um aluno dela fizesse isso. [...] Eu tenho uma grande recordação de uma professora [...] que foi excelente – M^a de Lurdes. Ela foi, no plano pedagógico, uma pessoa muito importante para mim – eu estava na 3^a classe e gostava de futebol e às vezes não fazia os deveres e chegava lá à escola e ela – Albano tu não fazes os deveres, e três ou quatro vezes ela chamou-me, à parte, e estive a falar comigo – [...] nunca mais me esquece disto, ela dizia-me – quando fores maior tu precisas disto, tu vais precisar disto como uma peça de ferramenta para ti, portanto tu tens que fazer os deveres. (Albano, 3-4)

Em muitas escolas primárias foi visível, em determinadas épocas, particularmente nas duas décadas seguintes à sua criação (1936), a actividade da Mocidade Portuguesa, organização que, como já referimos, foi constituída como instrumento de enquadramento ideológico da juventude e de controlo sobre toda a actividade juvenil. De inscrição obrigatória, até 1966, para todos os jovens entre os 7 e os 14 anos, visava abranger “*toda a juventude escolar ou não*” e destinava-se a

“estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar”³³.

³³ Lei nº 1941 de 19 de Abril

Sendo a escola o centro da actividade dos “lusitos”³⁴, aos professores primários cabia a responsabilidade de dinamizar as actividades físicas, que consistiam essencialmente em “marchas e jogos”, bem como de assegurar “a formação nacionalista”. O uso do uniforme era obrigatório em todos os actos oficiais³⁵, procurando-se, como diz Rómulo de Carvalho (1985: 778), “*obrigar toda a juventude do país à disciplina de uma farda e ao compasso de um hino*”.

Para as raparigas foi criada, em 1937, a “Mocidade Portuguesa Feminina”, visando “*estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social no amor de Deus, da Pátria e da Família*”³⁶.

“Através da ‘educação moral, cívica, física e social’ pretendia formar desde a infância a ‘nova mulher’, boa católica e portuguesa, futura mãe prolífica’ e esposa obediente. O Estado Novo para quem a mulher era o ‘esteio’ da família – núcleo de base da orgânica corporativa – reservava-lhe o papel de educadora dos filhos e o serviço de caridade, substituto da quase inexistente política de assistência social” (Pimentel, 1996: 609).

foi uma dificuldade dos diabos para os meus pais me comprarem a farda

Eu na altura morava na Vilarinha, ia a pé até à Escola do Adro e regressava. Hoje é relativamente perto, para nós, mas na altura, ir a pé para a Escola do Adro e regressar... com uns tamanquinhos de madeira nos pés, era um bocado violento. [...] (lembro-me) da farda da Mocidade, que na altura era obrigatório; foi uma dificuldade dos diabos para a minha família, para os meus pais me comprarem a farda, eles não queriam, não podiam, mas lá teve que ser. [...] coisas que me tivessem marcado durante a escola - o professor marcou-me muito, eu creio que acontece a todos nós, os professores primários, e as actividades da Mocidade: a ginástica, e fizemos um campeonato, fomos ao Palácio de Cristal e aquelas coisas, com a Misericórdia a ajudar e não tenho assim nenhuma outra recordação particular. [...] Recordo-me do tempo da guerra; [...] tem a ver com a escola: a chegada de alguns miúdos fugidos às tropas hitlerianas, concretamente um austríaco, recordo isso, miúdinho, e eram 2 ou 3 lá na escola (Ranita1, 8-10)

Num quadro em que

“a assistência social do Estado Novo foi predominantemente caracterizada por um cunho acentuadamente paternalista da acção assistencial pública, a maior parte das vezes assumida como uma assistência caritativa, alheia a qualquer estratégia de

³⁴ filiados entre os sete e os 10 anos

³⁵ Regulamento da Mocidade Portuguesa, Decreto n. 27:301, de 4 de Dezembro de 1936

³⁶ Decreto – Lei nº 28262 de 8 de Dezembro

política social. [...] mais vocacionada para “acudir” às situações mais gritantes dos problemas sociais do que à sua prevenção” (Rodrigues, 1996:72-73),

para muitas crianças a escola constituiu também um importante apoio do ponto de vista alimentar e social. A distribuição de sopa, de queijo e leite em pó, por vezes de roupa, assegurada às crianças “pobres”, por instituições diversas, apesar da marca estigmatizante que poderia ter implícita, constituía para estas, muitas vezes, um suporte imprescindível. A caridade tinha que ser visível, pelo que a forma como este apoio era assegurado, não tinha qualquer preocupação, muito pelo contrário, com a defesa e preservação da privacidade das crianças beneficiárias.

havia na altura muitos meninos tuberculosos

eu estava na escola, e havia na altura muitos meninos tuberculosos, e então havia a Cáritas, através da Mocidade Portuguesa, que dava queijo, que era um queijo e leite, leite em pó, a gente dizia que era leite do Sr. Abade e eu lembro-me de a minha mãe dizer assim – olha que a Zeza e mais a tal levam queijinho, mas elas estão doentes, vocês não comam, não queiram queijo desse, que é para elas que estão doentes. O resto levava um niquinho de broa para comer, e tal; a gente olhava, mas quem estivesse, quem comesse uma sandes de queijo era porque estava doente. Na altura não havia yogurtes nem nada, mas quem estivesse a comer uma sandes de queijo estava doente; tinha de estar doente, porque senão nenhuma criança da escola levava uma sandes de queijo, levava um bocado de pão para comer às dez horas ou assim. (M^a Emília Reis, 82)

Eu comia a minha sopa, e depois ainda comia mais, porque ia lavar as panelas

Gostei muito da escola, gostei, porque eu fui sempre, sempre, uma lutadora e ainda esta semana, por acaso, se falava na sopa da escola e eu tenho recordações disso. Eu comia a minha refeição, a minha sopa, e depois ainda comia mais, porque eu ia lavar as panelas, para o refeitório e limpar [...]. Eu ia ajudar. Havia os passeios da escola, porque eu fui sempre muito comunicativa, muito, muito. E todas as pessoas gostavam de mim, desde as professoras... davam-me imensa roupa, no Natal e eu fazia assim esses trabalhos. E então, claro, comia mais que os outros. Sempre. [...] E não sei se se lembram, mas nessa altura existia uns papeizinhos para pedir para os tuberculosos e eu nunca, que Deus me perdoe, se há Deus, eu nunca dei nada à minha escola para os tuberculosos. Usava esse papelinho, ia para o Café Vera Cruz, que ainda existe, no Castelo do Queijo, pedir para o candeeiro, para o petróleo, para o candeeiro de casa. (Amália1, 6-7)

Para algumas crianças das famílias operárias, a possibilidade de prosseguir estudos para além da escola primária, acabou por se poder concretizar através da frequência de “escolas técnicas”, uma vez que o ensino liceal e superior estavam “reservados” para a formação dos “quadros” e da “elite” do regime. Uma clara minoria de crianças dos meios operários puderam fazê-lo imediatamente a seguir à conclusão da 4^a classe, enquanto para outras, essa hipótese se colocou já, enquanto jovens

trabalhadores, frequentando o ensino nocturno. O aumento do número de alunos nas escolas industriais ou comerciais e industriais, sobretudo a partir da década de 50, acompanhando o processo de industrialização, “*traduz um aumento da procura social deste tipo de ensino, que cumpre uma função importante de regulação e de mobilidade social (limitada) para camadas importantes da população*” (Nóvoa, 1996: 308), no que Sérgio Grácio (1998) designa por “*procura optimista de ensino*”. De facto, “*a um investimento escolar sensivelmente acima das normas das gerações precedentes, correspondem razoáveis probabilidades de manter ou melhorar as posições sociais das linhagens (em contraste com o que sucedia nas décadas de 30 e 40)*”.(Nóvoa, 1996: 308). Simultaneamente, foi aumentando também, de forma gradual, o número de estudantes no ensino liceal e no ensino superior, mantendo-se, no entanto, a sua frequência a níveis muito inferiores ao que acontecia na maioria dos países europeus.

O regresso à escola, para frequentar os cursos nocturnos, embora implicasse um enorme esforço pessoal, era claramente percebido por estes jovens e por diversas famílias, como um contributo para uma possível valorização profissional e conseqüentemente para uma vida melhor, o que efectivamente veio a acontecer com muitos dos que os concluíram

Eu continuei a estudar à noite

Na altura, punha-se o problema de continuar os estudos, o meu pai é semi-analfabeto, ele mal sabia escrever o nome e as contas era a questão mais complicada para ele. [...] A minha mãe não, tinha a 4ª classe, e mais por pressão da minha mãe, punha-se o problema de continuar a estudar, só que não era possível manter-me sem trabalhar, portanto, aos 15 anos o meu pai arranhou-me um emprego [...] Eu continuei a estudar à noite. [...] às cinco horas e meia, seis horas, eu largava, saía uma hora mais cedo e ia a pé até ao Infante e depois estava na Escola Infante D. Henrique e depois às onze horas, com autocarro, ia para casa jantar. No outro dia de manhã, às seis horas, tinha que levantar-me porque tinha de apanhar o eléctrico, e foi assim durante alguns anos. (Ranita1, 12-14)

Fui assistir às aulas nocturnas [...] depois propus-me a exame e fiz o 2º ano

quando fiz dezoito anos, em 1958, em St, Tirso, abriram as escolas comerciais e industriais, com aulas nocturnas, e eu e uma outra rapariga, éramos duas apenas, fomos lá ver. Ela matriculou-se e eu cheguei a Dezembro, e como tinha aquela família amiga, que falei, que eram do MDP/CDE, e que era gente que me estimava muito, começaram-me a dizer para eu ir assistir às aulas como assistente; dantes havia a possibilidade de ir assistir, como eu tinha dezoito anos, depois propunha-me a exame. Fui assistir às aulas nocturnas, claro que assisti à parte dos electricistas, à parte do comércio, pronto que aquilo era mais para Português, História, Matemática, Geografia e depois tinha o Desenho Geométrico, depois eu ia assistir às aulas doutras; havia dias que ia assistir a duas aulas e depois pedia aos

professores para me reverem as provas, eles reviam-me as provas e eu depois propus-me a exame e fiz, era o 2º ano, que era o 1º ciclo naquela altura. (Mª Emília Reis, 117-118)

Para alguns jovens, particularmente nos meios rurais, a ida para o Seminário surgia também como uma hipótese em aberto e a única possibilidade ao alcance das famílias para o prosseguimento de estudos para além da 4ª classe.

tu tens que ir para um seminário

(como não havia possibilidades de ir para o liceu), seguiu-se uma outra via que era poder ir para o seminário, mas eu não me mostrei muito receptivo, embora andasse na igreja não me mostrei muito receptivo, e portanto aquilo foi andando, e como era natural, naquela altura, eu acabei, fiz a admissão, não tinha hipóteses, fui trabalhar [...] quando o meu irmão faz a 4ª classe pôs-se a questão do meu irmão ir para um seminário. Portanto o meu pai já nem esperou voltar a repetir a situação, disse – tu tens que ir para um seminário; como os seminários na altura eram baratos, o meu irmão foi para Fátima, para um daqueles seminários dos Dominicanos (Freitas, 2-4)

A partir do aumento da escolaridade obrigatória para seis anos, legislada em 1964, diversificaram-se as vias para a sua frequência. Enquanto as crianças das classes média e alta iam para os liceus frequentar o então designado 1º ciclo, as crianças dos meios mais desfavorecidos faziam-no nas escolas técnicas, ou mantinham-se na escola primária a frequentar a 5ª e a 6ª classe, com um professor primário, ou frequentavam a Tele-escola, com aulas transmitidas pela televisão e com o apoio de um professor na sala.

fiz a 6ª classe

eu fiz a 6ª classe e a partir daí entrei nessa empresa (de construção civil), muito jovem (Albano, 1)

Em muitas comunidades, essencialmente nos meios rurais, a Gulbenkian desempenhou um papel fundamental na promoção da educação e da cultura, através da sua Biblioteca Itinerante, permitindo a muitos o acesso à leitura, de outro modo completamente inacessível.

aquelas carrinhas itinerantes da Gulbenkian

estava-me a esquecer de um elemento fundamental no que respeita também à escola e ao saber; no Pinhão não havia uma biblioteca, mas havia aquelas carrinhas itinerantes da Gulbenkian que, mensalmente, passavam lá na terra. E nunca me esqueço que o meu pai sempre trouxe de lá livros, ele gostava muito de ler, hoje lê menos, tem problemas na vista, mas sempre gostou muito de ler, e então eu também adquiri esse hábito, e [...] na 3ª

classe, já ele me levava com ele, e ele levava os dele e eu levava os meus, e isso também me inculcou algumas ideias de ler (Freitas, 12)

6. A igreja

Num país maioritariamente católico não é de admirar que a igreja esteja presente e marque, de alguma forma, os percursos de vida de muitas famílias, habituadas desde sempre a ir à missa semanalmente e a participar nas suas diferentes actividades. Assumindo o Estado Novo como valores fundamentais “Deus, Pátria e Família”, desde cedo se verificou o apoio quase incondicional da hierarquia da igreja às políticas e à ideologia do regime que, aliás, não se diferenciava, no essencial, da ideologia defendida pelos sectores mais conservadores da igreja. No entanto, durante o período do fascismo, e particularmente após a 2ª Guerra Mundial, as relações entre a Igreja e o Estado Novo não foram

“isentas de conflitos, não apenas de católicos com o regime como até de membros da hierarquia com o governo. E evoluíram de um inequívoco e generalizado apoio a Salazar, nos primórdios do regime [...] para uma aberta divisão entre católicos perante o mesmo regime nos seus anos finais” (Cruz, 1996: 434).

Sendo marcante o papel da Igreja neste período, a forma como se exerceu a sua influência, e como os seus discursos e práticas foram sentidos e vividos pelas pessoas, foi claramente diferenciada. O discurso dominante desta e de muitos dos seus agentes em apoio do regime, da sua ideologia e dos seus valores, naturalizando as desigualdades e fazendo apelo a atitudes de resignação e conformismo, teve uma enorme repercussão na formação de várias gerações. Mas, apesar disso, foi a partir da igreja que muitos jovens começaram a desenvolver uma certa consciência social.

Para alguns, assumiu uma grande importância o papel dos padres das respectivas paróquias de incentivo ao prosseguimento de estudos e à procura de uma vida melhor, rompendo com concepções imobilistas. Para outros, designadamente de meios sociais mais favorecidos, foi a participação em algumas actividades que acabou por constituir o primeiro contacto directo com situações de gritante pobreza, e que os levou a um conjunto diversificado de questionamentos. Também a actividade de estruturas como a JOC (Juventude Operária Católica), organização sobre a qual tornaremos a falar de forma mais aprofundada, que se desenvolve muitas vezes em

ruptura com a hierarquia da igreja, vem a ter um papel determinante na formação de muitos jovens para uma participação social activa.

tinha lá um padre na freguesia que achava que os jovens deviam ir mais longe

naquela região (no Pinhão) a religião tem uma influência muito grande; o meu pai e a minha mãe ainda hoje são bastante religiosos, e praticantes, e então comecei por andar na catequese, por ser um pequeno sacristão, fazia parte de todos aqueles rituais que a igreja tinha lá. Mas tinha lá, apesar de tudo, um padre na freguesia que achava que os jovens deviam ir mais longe e então ele também exercia uma certa função pedagógica junto das crianças, para além da escola. Lá era o único sítio onde havia televisão, naquela altura, a preto e branco, e então ele dava, à noite, sessão para as crianças da escola. Na altura utilizava-se muito aquela questão da admissão ao liceu, a transição entre a escola primária e o liceu; escola técnica lá não havia, [...] e então ele disse ao meu pai que era importante que eu fizesse o exame de admissão [...] e portanto há uma 1ª coisa que eu comecei a inculcar em mim próprio é que saber mais, ter estudos, a ideia era ter estudos, era aquilo que se dizia, ter estudos era fundamental (Freitas, 2)

sou um sindicalista razoável porque sou um homem com sentimentos católicos

Quer dizer, eu acho que sou um sindicalista razoável porque sou um homem com sentimentos católicos, digo-te isto, não tenho problemas nenhuns, não digo isto por dizer, digo porque sinto isto, porque eu cresci numa família extremamente católica que nos obrigava a passar o terço; eu sei passar o terço como sei andar de bicicleta. (Albano, 20)

para mim, o estar na igreja era ver o que é que eu posso fazer

os meus pais eram muito religiosos e eu desde miúdo que participei activamente nas actividades, [...] naquilo que era a actividade, acção, [...] para mim, o estar na igreja era ver o que é que eu posso fazer. Esta zona (as Antas) tinha a particularidade de a Fernão Magalhães dividir a zona rica da zona pobre. Portanto tu tens do lado de lá as ilhas todas das Antas, por ali abaixo, depois mais à frente tens Contumil e depois ainda mais à frente tens o que se chama Nau Vitória, que é aquela parte ali a seguir a Fernão Magalhães, que tens por ali abaixo também uma data de casas, ilhas, a princípio, e depois vieram mais tarde os bairros camarários. [...]. E portanto era este contraste que existia aqui na igreja [...], o que acontecia é que no meu trabalho (na paróquia), uma das actividades que eu fiz, que para mim foi muito aliciante foi junto das ilhas, dar algum apoio, às vezes material e também um bocado espiritual, no sentido de consolar as pessoas que estavam numa situação com mais problemas, mais degradadas, e isso ajudou-me a ver esse contraste e ver as brutais diferenças sociais que existiam aqui no Porto [...] Esse trabalho, chamado apostolado (desenvolvido na Legião de Maria, a que eu pertenci e que fui dirigente), foi um trabalho muito interessante e que me abriu o interesse por esses aspectos sociais, que me abriu consciência em relação às grandes divergências, às grandes diferenças que existiam do ponto de vista da condição que eu tinha, boa, ou muito boa, e das pessoas que não tinham nada, que viviam na miséria, e me abriu os olhos em relação à própria formação política. (Vieira Mendes, 1-2)

o padre queria que fôssemos à missa e andávamos com abaixo-assinados

a JOC era um grupo de jovens que [...] estava sempre sob a tutela do sr. Padre, se bem que aqui na Juventude Operária Católica de Pedrouços, os jovens que estavam efectivamente e que eram o corpo da JOC eram um pouco, isto para não dizer mais, irreverentes. E o padre não tinha mão nesta malta jovem. O padre queria que nós fôssemos à missa e nós andávamos com abaixo-assinados pelo problema da rede de saneamento e daquelas águas porcas por ali fora a dar cabo da saúde pública [...] e pronto, entrávamos mais nestes processos da acção objectiva e de fazer bem directamente do que ir para a igreja. (Barra 2, 4)

7. O trabalho

Como já referimos, até meados do século XX, Portugal era um país fundamentalmente rural, pelo que uma parte muito significativa da população trabalhava no sector agrícola. Tal facto não obstava à existência de significativos núcleos industriais, ocupando o Porto um lugar de destaque entre eles, o que se traduziu, desde meados do século XIX, na existência de importantes fluxos migratórios para a cidade. No entanto, é essencialmente no pós-guerra, e a partir dos anos 50, que se dá início a um efectivo processo de industrialização, aumentando significativamente o número de operários. As empresas criadas assumem, em função do ramo de actividade que vêm a desenvolver, características diferentes na sua dimensão, na distribuição geográfica e nos trabalhadores que contratam. Em determinados sectores, como o têxtil, vestuário e conservas assiste-se à contratação de uma elevada percentagem de crianças e de mão de obra feminina. Nos sectores têxtil e vestuário assiste-se igualmente a uma maior dispersão geográfica, com muitas fábricas a serem criadas nas cidades, mas também junto dos meios rurais, e com diversa dimensões (grandes, pequenas e muito pequenas empresas) Mas, apesar do processo de industrialização, Portugal manteve-se um país economicamente mais atrasado face a outros países da Europa, continuando os trabalhadores a viver com carências de todo o tipo, sujeitos a violentas formas de exploração do seu trabalho e sofrendo as consequências das políticas instaladas de baixos salários, que não lhes permitia sair das situações de pobreza extrema em que viviam.

7.1. A entrada no mundo do trabalho

Originários de famílias provenientes de meios rurais, mais ou menos próximos da cidade, muitos foram os casos em que os pais dos nossos interlocutores começaram a

trabalhar ainda muito pequenos. Pelo menos até aos anos 50, era comum muitas crianças iniciarem a sua actividade profissional com seis, sete, oito anos de idade. Enquanto os rapazes iam “servir” e viver para casa de lavradores, para trabalhar nos campos e em diversas actividades agrícolas, as raparigas iam trabalhar e viver como “criadas de servir”, também para casa de lavradores ou para casas de “pessoas ricas”, nas cidades, para realizarem as mais diversas tarefas domésticas. Afastadas precocemente do ambiente familiar e da escola (existindo, no entanto, situações em que os patrões os/as deixavam continuar a estudar para concluírem a escolaridade obrigatória), eram, muitas vezes, sujeitas a maus-tratos, a ritmos de trabalho extenuantes, sem horários, a viver em condições deploráveis, a passar fome e frio, podendo mesmo não auferir qualquer tipo de remuneração. O pagamento do seu trabalho traduzia-se, unicamente, na parca comida e nas péssimas condições de alojamento, mas significava, para as famílias, menos uma boca para alimentar, numa época em que o que conseguiam assegurar não era suficiente para todos. Tendo crescido nestas condições, muitos dos rapazes acabaram por mudar de vida aquando da ida para a tropa, ou arranjando trabalho como operários, e muitas das raparigas por ocasião do casamento, após o que ou iam trabalhar para as fábricas ou ficavam em casa para tratar dos filhos.

minha lambona, querias uma tigela deste tamanho de sopa

a minha mãe veio da Trofa servir para St. Tirso com 6 anos de idade [...] veio lá para os lavradores servir com 6 anos de idade. [...] Ela contava-nos essa história quando nós éramos pequeninas, estávamos à lareira, e ela contava que foi servir e que aquilo que lhe davam era, a meio da manhã, um bocadinho de pão; punham-na com uma vara na mão a vigiar para que as galinhas não fossem para as sementeiras e ela quando adormecia apanhava com a vergasta pelas costas abaixo; depois ao meio dia ia comer a sopa e depois um bocado de pão, à tarde; à noite tornava a comer sopa e diz que ia dormir no meio de lençóis de estopa que só eram lavados uma vez por cada ano e que tinha tanto frio, tanto frio, tanto frio, que estava sempre morta que chegasse de manhã para se pôr a pé. [...] contava-nos que um dia ela, por sua iniciativa, quebrou a tigela da sopa, deixou-a cair para ver se depois conseguia uma tigelinha maior, com mais um bocadinho de sopa. Então [...] (os patrões) disseram-lhe - passas pela feira e compras uma tigela para a sopa já que partiste a tua; e ela trouxe uma maior um bocadinho e contava assim com tanta vergonha que lhe disseram - minha lambona, querias uma tigela deste tamanho de sopa, vais trocar por uma mais pequena [...] Depois aos 12 anos já foi servir para uma casa, já passava a ferro, lavava, limpava, já tinha criada de sala, já fazia aqueles trabalhos todos e onde esteve a servir até casar (M^a Emília Reis, 3-4)

diz que a tratavam tão mal, tão mal, tão mal que já não suportava

a minha mãe andou na escola primária até meio da 2^a classe e depois tiraram-na para ela ir servir, com sete anos; veio servir aí não sei para onde. Dizia a minha mãe, enquanto eu

estive na quinta (onde trabalhavam os pais) a gente tinha sempre de comer; quando, não sei qual foi o casal, precisava de uma criadinha, então foi a minha mãe [...]. Esteve lá, segundo creio, aí até aos 10 anos e depois, ela própria fugiu; diz que a tratavam tão mal, tão mal, tão mal que já não suportava. Fugiu e veio outra vez para a quinta. E depois, na quinta, a minha avó, coitada, lá esteve com ela assim um bocado, deve ter estado a curar-lhe as feridas, não é, acho eu, até haver outra casa para onde ela foi. Depois, mais tarde, é que surge então a fábrica de calçado e a fábrica de rebuçados. (Palmira, 6-7)

com sete anos, veio servir para o Porto

A minha mãe era de Braga e o meu pai era de Penafiel, mas a minha mãe veio muito menina, com sete anos, servir para o Porto, e ficou cá. (Amália1, 1)

Tendo os seus pais passado por experiências tão duras e marcantes como estas, continuando a viver situações de pobreza e de grandes carências, profundamente limitadas as suas aspirações e sem perspectivas de alteração das suas condições de vida, ver os filhos começar a trabalhar, entre os 10 e os 11 anos, através da aprendizagem inicial de um ofício, quantas vezes também não remunerada, ou do ingresso imediato em empresas fabris próximas, acabava por ser sentido, em certos casos, como uma melhoria face ao que eles próprias tinham vivenciado.

para a gente perceber que nós éramos muito acariciados

e ela contava-nos (o que tinha sido a vida dela, enquanto criança, a servir) que era para a gente perceber que nós éramos muito acariciados e muito acarinhados para a vida que ela levou. E ela contava isso para a gente ter consciência do que tinha sido a vida dela durante a sua pequenez. (M^a Emília Reis, 3)

O facto de a entrada para uma actividade profissional se ter dado um pouco mais tarde do que acontecera com os pais, isso não significa que muitas destas crianças não tenham começado a trabalhar demasiado cedo e em trabalhos pesados, ainda na escola, ou mesmo antes, fora de casa ou ajudando a família nas mais diversas actividades. Esse apoio era, em muitos casos, imprescindível quer pelo dinheiro que traziam para casa quer pelo trabalho que realizavam e que contribuía para o aumento dos rendimentos familiares.

cerca das 4 e meia, 5 da manhã eu levantava-me para levar o gado a Matosinhos

E então, o que é que acontece, acontece que ele (o padrinho) era negociante de carneiros, ia para as feiras, comprava os carneiros, depois levava-os para o matadouro e depois fornecia para os talhos. E, nessa altura, eu vinha da escola, muitas das vezes a fazer já os deveres pelo caminho [...] e ia ter com o velhote para ele ir aos clientes e eu ficava com o gado, a pastorear, não é? [...] Bom, muitas das vezes, duas vezes por semana, cerca das 4 e meia, 5 da manhã eu levantava-me para levar o gado a Matosinhos, ao matadouro de

Matosinhos, a pé, daqui da Areosa, ia a tanger o gado até Matosinhos, isto com esta idade, cinco anos, seis, sensivelmente e, depois disso. (Barra 1, 6)

a partir dos 7 anos já andava com as cabras e com as ovelhas

Eles (os pais) tinham cabras, tinham ovelhas e eu tinha que ir com elas, às vezes antes de ir para a escola, tinha que fazer isso, com os meus irmãos. As minhas irmãs não, mas eu e os meus irmãos tínhamos que fazer isso. [...] a partir dos 7 anos já andava com as cabras e com as ovelhas e, se não fosse, o meu pai estava aí para chamar à responsabilidade, ou seja, para me bater, isso acontecia (Albano, 7-8)

de manhã ia para a escola e de tarde ia trabalhar para a fábrica

Andava na 4ª classe, de manhã ia para a escola e de tarde ia trabalhar para a fábrica, com 10 anos. (Amália1, 10)

Para além da importância do trabalho das crianças para a economia familiar, este era também encarado pelo valor educativo que pressupostamente teria. Tendo interiorizado que o futuro dos filhos não poderia ser muito diferente do seu, era tido como positivo que as crianças cedo se habituassem a trabalhar, aprendendo o rigor e a disciplina a que o tipo de trabalho que presumivelmente iriam ter obrigava. Ficar a brincar, em casa ou na rua, com outras crianças, ensiná-los-ia a ser “preguiçosos” e não os preparava para o tipo de vida que os esperava e para a sua dureza. Nesta perspectiva, tão cara ao regime, o melhor para os filhos era mesmo tê-los a trabalhar, pois só dessa forma desenvolveriam as qualidades tidas como necessárias para virem a ser os bons trabalhadores que se dizia o país precisar e que as lógicas de exploração capitalista não dispensavam.

quem vinha para a rua eram os mandriões

Tinha 11 anos quando comecei a trabalhar numa oficina de automóveis, [...] mas desde os cinco, seis anos eu ajudava no armazém (onde trabalhava o pai); ou seja quando não tinha escola, nos intervalos da escola, era para ir trabalhar para o pé do meu pai; não ganhava nada, mas o meu pai punha-me ali, porque ele achava que isto é que era, é que fazia uma boa educação. Vir para a rua transformava-nos [...] ele dizia que quem vinha para a rua eram os mandriões e, portanto, saía da escola, sabia que tinha que ir trabalhar para o armazém, tirando a catequese e mais umas coisas que eu fazia fora de casa. (Freitas, 3)

Terminada a escolaridade obrigatória, o assegurar de um ofício para os filhos tornava-se uma prioridade. Entrar como aprendiz, designadamente nalgumas pequenas empresas, de natureza familiar, era muitas vezes encarado como a porta de acesso para uma futura actividade profissional. Mas tal entrada podia significar estar vários anos sem qualquer tipo de remuneração. O “pagamento” consistia em ensinar o ofício, ensinar uma profissão, que permitiria mais tarde vir a auferir um salário, sendo

considerado como um “favor” que as famílias deviam agradecer, pois as crianças aprendiam um ofício e não os “maus vícios” resultantes da ociosidade. Mas, a realidade é que o trabalho das crianças era efectivo e gerava lucros e, além disso, elas eram ainda obrigadas à realização de muitas outras tarefas que nada tinham a ver com a aprendizagem de uma profissão, e que também não eram remuneradas. Neste processo, o patrão tinha um enorme poder sobre todos, não sendo raras as situações de recurso à violência física, muitas vezes com o acordo dos pais. Era uma forma de continuar a “educação” para o trabalho, já iniciada em casa, a “educação” para a disciplina, para a obediência e para a submissão a um trabalho subordinado e sem direitos, assumido como inevitável e cuja legitimidade não era questionada.

Os pais quase autorizavam que o patrão desse umas lapadas - isso ajudava a educar

aos 11 anos fui trabalhar para uma oficina de automóveis (no Pinhão) e lá também, como na altura era tradição, os jovens iam trabalhar e só ao fim de três, quatro anos passavam a ter salário. Eu andei nessa situação não quatro anos nem três, andei ano e meio, desenrascava bem e ao fim de ano e meio já era o pintor principal da empresa, (Freitas, 3) o ambiente de trabalho era muito forte, o patrão tinha um poder brutal sobre toda a gente. Os pais, no fundo, quase autorizavam que o patrão desse uns socos ou umas lapadas nos jovens, que isso ajudava a educar (Freitas, 6)

eu estava todo o dia ocupada, ia aprendendo alguma coisa, se ela me quisesse pagar

a seguir (depois de feito o exame da 4ª classe) a minha mãe tratou de pedir a ver se arranjava trabalho para mim. [...] então ela arranjou uma senhora em S. Mamede, que fazia tricô à máquina para fora, era ela, uma filha e tinha uma empregada, e arranjou que ela me deixasse ir para lá aprender. [...] Pelo menos eu estava todo o dia ocupada, ia aprendendo alguma coisa, se ela me quisesse pagar alguma coisa, pronto. Então a Dª Otelinda, que coitada, até nem era má pessoa, mas que ter lá uma miúda que, ainda por cima, se mandasse limpar o chão eu limpava [...] aquilo era uma maravilha, portanto eu fiz de tudo lá dentro. Mas também aprendi a trabalhar nas máquinas, verdade seja dita, e então ela pagava-me 25 tostões por semana. (Palmira, 49)

era uma coisa mais limpinha ir para um atelier de costura

a minha mãe tirou-me (da escola) e pôs-me a aprender costura. Naquela altura as alternativas de emprego para as raparigas eram servir, aprender costura, ou ir para a fábrica, que algumas já iam para a fábrica; na década de 50 e tal já começou a aparecer a indústria têxtil e já iam para a fábrica. A minha mãe entendeu que era uma coisa mais limpinha ir para um atelier de costura, aprender costura e eu fui. Fui e estive lá até aos 14 anos (Mª Emília Reis, 7)

A entrada para empresas de maiores dimensões, já não de natureza familiar, implicava também, muitas vezes, a capacidade de mobilização das redes de relações familiares, de vizinhança e de conhecimentos.

vim para aqui, com mais pessoal lá de Rio Mau

ainda não tinha 14 anos parti para o Porto, para trabalhar numa oficina de uma empresa grande (de construção civil) que se chamava Willian Graham; uma oficina de carpintaria. Portanto eu fiz a 6ª classe e a partir daí entrei nessa empresa, muito jovem, [...] já tinha um irmão que estava no Porto, que estava a estudar, e eu vim para aqui, com mais pessoal lá de Rio Mau (Albano,1)

o meu pai arranjou-me um emprego na CUF

aos 15 anos o meu pai arranjou-me um emprego na CUF, que aliás dava preferência aos filhos dos seus empregados, e lá fui eu trabalhar para aquilo a que na altura se chamava Elevadores de Vila Nova de Gaia. [...] E, portanto, foi para aí, no topo da Calçada das Freiras, que eu entrei numa oficina como aprendiz de serralheiro, aos 15 anos. (Ranita1, 12)

sabes quem é que eu conheço

um dos indivíduos que tinha uma quinta acima do Pinhão, quase no Tua, trabalhava aqui na Empresa Fabril do Norte; era um dos responsáveis, suponho, na área da contabilidade. Na altura o meu tio disse, sabes quem é que eu conheço, aquele que vocês iam lá à quinta, ele trabalha ali numa grande empresa na Srª Hora, têxtil. Então, vamos lá falar com ele. O meu tio marcou uma entrevista, ele recebeu-nos logo e eu fui um dia ali à EFANOR, disse o que é que queria, que estou a estudar, trabalho assim, assim, sou mecânico e ele disse – ó pá para a mecânica aqui não temos mas se quiseres vir para a parte da manutenção da fábrica, sim senhor, vens já amanhã. (Freitas, 7).

7.2. Percursos profissionais

Tendo entrado, como acabamos de ver, bem cedo para o mundo do trabalho, em condições precárias e com salários muito baixos, a procura de melhores empregos era uma constante para muitos trabalhadores, possível num quadro em que as questões do desemprego não se colocavam de forma intensa (em resultado do processo de industrialização que se desenvolveu em Portugal, a partir dos anos 50, mas também do grande fluxo da emigração e da guerra colonial, nos anos 60).

Os percursos profissionais foram assim, em muitos casos, marcados por sucessivas mudanças de local de trabalho e/ou de actividade profissional, uma vez que as condições de trabalho, sendo em geral más, como teremos oportunidade de abordar, não eram exactamente as mesmas em todas as empresas e sectores profissionais. Ser operário no sector metalúrgico não era a mesma coisa que sê-lo no sector têxtil, com remunerações ainda mais baixas, assim como o trabalho no sector têxtil ou no vestuário era “mais limpo” que nas conservas, onde os salários eram ainda mais reduzidos e mais precário ou mesmo inexistente qualquer vínculo profissional, obrigando a trabalhar simultaneamente em diferentes empresas e lugares.

Em cada sector profissional, também não era indiferente trabalhar na fábrica A ou na fábrica B. Algumas empresas diferenciavam-se pelas condições que proporcionavam, por motivos que ainda abordaremos, o que levava a que fossem procuradas por um maior número de trabalhadores, chegando a concentrar-se nelas famílias inteiras, com consequências sociais importantes. Mantendo-se na mesma empresa, ou indo para outra, eram também frequentes as mudanças de tipo de trabalho e de funções desenvolvidas, correspondendo a diversas categorias profissionais e, por vezes, a diferentes níveis salariais que, no entanto, se mantinham sempre reduzidos. A título de exemplo, apresenta-se o quadro seguinte, dando conta da diversidade de empresas onde trabalharam e das funções desempenhadas pelos nossos interlocutores.

	Empresas onde trabalhou	Funções
<i>Albano</i>	William Graham	Aprendiz de carpinteiro Carpinteiro de moldes
<i>Amália</i>	Fábrica de S. José (conservas) Vasco da Gama (conservas) Nero (conservas) TIC-TAC (conservas) Areia Construção de estrada Rolsol (confeções) Manuel Barbosa (sucateiro) Restaurantes Casamentos Conserveira Portuguesa (conservas)	Cortar cabeça às sardinhas Cravadeiras (cravar latas) Carregar areia da praia para camiões Carregar sacos de cimento; Trabalhos de construção Revistadeira Condução de empilhador Servir às mesas Servir
<i>Barra</i>	Escritório na Rua Duque de Loulé EMIR (Material eléctrico) Sebastião Martins Moutinho (Têxtil) Maitex (Têxtil) Estamparia e Acabamentos Reunidos (Têxtil) SONAFI (Metalurgia)	Paquete Escritórios; serralharia; partir sucata; armazém Medidor e infestador de tecidos Ramulador Dobrador e embalador de tecidos Polidor de metais
<i>Freitas</i>	oficina de automóveis no Pinhão Auto-comercial Louro EFANOR	Aprendiz de pintor; Pintor de automóveis Pintor de automóveis Manutenção Chefe de turno
<i>M^a Emília Reis</i>	Costura (em casa) Costura (em casa de terceiros) CORTEL Hotel Algarve ROSSOL	Assessora de produção Empregada de quartos Chefe de corte
<i>Palmira</i>	Pequeno atelier tricot Malhas Ameal	Aprendiz (tricot) Tirar fios das meias Embaladora

<i>Ranita</i>	CUF /secção Elevadores de Gaia/ oficina de mecânica CUF /secção Elevadores de Gaia/ gabinete de desenho CUF /secção Elevadores de Gaia/ escritórios CUF / Fábrica de Capachos de Cairo CUF / Escritórios Porto CUF / Central Térmica Barreiro Fábrica das Antas (parafusos e pregos) Alumínia	Aprendiz de serralheiro Desenhador Substituição de trabalhadores Desenhador; Substituição do encarregado Chefe de equipa Contramestre Agente de métodos
<i>Vieira Mendes</i>	Faculdade de Engenharia Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais	Assistente Universitário Engenheiro

Quadro 2 – Percurso profissional dos interlocutores da pesquisa

Apesar do que acabamos de referir, as possibilidades de mudança de empresa por parte dos trabalhadores não deixavam de estar condicionadas, em diferentes sectores, por acordos estabelecidos entre as entidades patronais no sentido de o impedir ou dificultar, procurando garantir, dessa forma, a perpetuação dos baixos níveis salariais e das condições de exploração, ao mesmo tempo que procuravam impedir o desenvolvimento de qualquer processo reivindicativo por parte dos trabalhadores.

Havia um conluio muito grande entre os industriais

Nessa altura (anos 60, em St. Tirso) passou-se por uma fase muito difícil. Havia um conluio muito grande entre os industriais: trabalhador que fosse reivindicativo numa fábrica, que fosse despedido, não entrava em mais fábrica nenhuma, porque era obrigatório levar uma carta de bom comportamento e eles, como eram um grupo de 10/15 industriais, comunicavam - você não empregue os meus que eu não emprego os seus, que era para terem a vara na mão e as pessoas saberem que quando saíssem dali não entravam noutra fábrica. (M^a Emília Reis, 11-12)

Mas, apesar desses constrangimentos, estes percursos, e a diversidade que os caracteriza, traduziram-se no experienciar de situações profissionais variadas e na vivência de diferentes formas de exploração, permitindo a realização de múltiplas aprendizagens no trabalho e muito para além do trabalho, realizadas na multiplicidade de actividades e de relações interpessoais, que se foram estabelecendo, como teremos oportunidade de analisar.

7.3. Condições de trabalho

As condições de trabalho a que estavam sujeitos os operários e outros trabalhadores, entre os anos 50 e 70, não é dissociável da forma como decorreu o

processo de industrialização em Portugal, da expansão das relações de produção capitalistas, das características das diferentes empresas e sectores profissionais e do modelo de organização do trabalho nas fábricas, crescentemente de tipo taylorista e reflectindo, no essencial, uma estrutura industrial pouco evoluída e baseada na exploração intensiva de mão de obra barata. Mas, não é também dissociável do quadro político mais geral que então se vivia, marcado pela falta de liberdades, pela ausência de direitos por parte dos trabalhadores, designadamente o direito à greve e o direito à livre organização sindical, pela existência da PIDE e de uma forte repressão sobre qualquer tipo de oposição ao regime ou qualquer movimentação dos trabalhadores. É neste contexto que as entidades patronais conseguiram, em geral, impor condições de trabalho e formas de exploração que, muitas vezes, não se distinguiam substancialmente das existentes nos finais do século XIX. Sendo certo que as condições, a que a maioria dos operários estava sujeita, não seriam exactamente iguais em todas as empresas, é possível identificar um número significativo de traços comuns a muitas, que, resumidamente, se poderiam caracterizar por:

- Horários semanais de 48 horas ou mais, ritmos de trabalho intensivos, realização de tarefas monótonas e rotineiras, obrigando à repetição sistemática de gestos e movimentos, num trabalho desqualificado e sem sentido

trabalhávamos 48 horas, ou mais

nós entrávamos às 7 e meia da manhã, saíamos às 6 da tarde e ainda trabalhávamos ao sábado, portanto estás a ver o horário. Tínhamos uma hora para o almoço. Eu acho que nessa altura nós trabalhávamos 48 horas, ou mais, [...] (Palmira, 11)

põem-me lá num sítio a tirar uns fiinhos

eu entro ali, põem-me lá num sítio a tirar uns fiinhos porque as meias vinham em cru ainda, e aquilo vinha fechado, cada peça, sem forma nenhuma, era uma coisa assim, era uma manga, estava fechada nos topos e portanto aquilo bastava puxar aquele fiinho para aquilo abrir e era aquilo que tinha que ir para dentro da forma depois para tingir e não sei quantos. Então puseram-me a fazer isso. Foi o meu 1º trabalho. Tirar aqueles fiinhos, que aquilo não tinha nada que saber, era só saber em que ponto é que se devia pegar para aquilo desmanchar completamente, porque não era possível estar a meter ali a tesoura porque aquilo era tudo muito frágil. Entretanto eu ainda estive para aí um ano a fazer aquilo, acho eu, (e tinhas que tirar de muitas meias por dia), ui, de muitas, muitas, muita coisa, aquilo era, sei lá, montes, não tenho memória (Palmira, 11)

esfarrapavam-se só para levar mais uns tostões ao fim do mês

aqui (na Sonafi) eu tinha controle de produção. As pessoas, por exemplo, se tinham para polir uma encomenda de não sei quantas 1000 peças, e era a 1ª vez, o encarregado vai

para ali durante 10 minutos, tau tau tau tau tau tau tau, e a gente tem que depois, transportar esses 10 minutos para oito horas, era complicado!... Porque nós vamos à casa de banho, porque nós tínhamos 15 minutos a meio da manhã e 15 minutos a meio da tarde para lanchar. Isto eles descontavam, depois desses 10 minutos uma coisa muito ínfima que era para as quebras [...] depois pagavam, quem fizesse mais, aquilo era um bocado um processo que era o prémio de produção, [...] em que chegava a determinada altura, a partir daqui ganhava mais. Era um processo, [...] em que havia aí gente que nem ao quarto de banho ia, esfarrapavam-se só para levar mais uns tostões ao fim do mês... [...] só que para ganhar uma porcaria de nada, tinha que fazer o dobro, quando eu tinha que fazer 100 peças à hora, que era o limite, se fizesse 100 peças já tinha 2 tostões por hora, para ter cerca de 10 escudos por hora eu tinha que fazer 100, mais 100... comigo nunca eles ficaram ricos (Barra1, 55-56)

- Muito baixos salários (e ainda mais baixos para as mulheres, que eram a mão de obra maioritária em sectores como os têxteis, o vestuário e as conservas, e para as crianças), com pagamento à peça, à semana ou à quinzena, obrigando mesmo, em certas situações, a trabalhar, simultaneamente, em diferentes locais. Sem direito a férias, ou com direito apenas a uma ou duas semanas, sem subsídio; sem direito a feriados; sem subsídio de Natal.

No tempo do defeso não se ganhava dinheiro nenhum

As conservas funcionavam assim: se houvesse peixe trabalhava-se, se não houvesse não se trabalhava. Portanto, havia dias que eu ia e trabalhava e havia dias que era mandada para casa, porque não se trabalhava. Aquilo não era fixo [...] um mês trabalhávamos na S. José, no outro mês a seguir havia outra fábrica que metia mais peixe e eles tocavam. Quando metiam peixe a fábrica tinha um toque, uma sirene que tocava e nós sabíamos qual era a fábrica que tinha peixe e a que não tinha. Íamos lá e trabalhávamos. [...] No tempo do defeso não se ganhava dinheiro nenhum nas conservas. E, então nós, os que não éramos vinculados, não tínhamos mesmo direito a nada. Até aos 14 anos nunca estive vinculada.[...] Entrávamos às oito e saíamos às três da manhã, às duas, ... na época de peixe. Era muito violento mas fazia-se tudo a cantar e a rir, naquela altura. Não havia doença. Quantas vezes comi cinco tostões de sêmea e cinco tostões de figos e ia trabalhar à noite. E fazia-se a noite. Tinha que ser, tinha que ser. (Amália1, 11-14)

trabalhei em tudo que era sítio

trabalhei nas conservas muitos anos mas, no defeso, trabalhava noutros sítios. [...] era muito criança, muito jovem e trabalhava em tudo, eu trabalhei em tudo que era sítio, desde trabalhar no carvão, era na doca que vinham os vagões do carvão e depois nós íamos acartar aos cestos; na doca, trabalhei também no bacalhau. [...] E foi assim, trabalhei nas conservas mas não só, trabalhei no carvão, trabalhei na doca, fui trabalhar para a Oliveira e Ferreirinha, fui empregada de balcão, fiz imenso trabalho (Amália 2, 2)

A gente recebia à semana

O salário era muito baixo, não é. A gente recebia à semana, nunca mais me esquece [...]; outros recebiam mais porque eu era jovem, era aprendiz, mas para se receber mais quê, mais quarenta escudos era criada a divisão até levar às vezes a fricções graves (Albano,14)

Férias naquela altura, isso era treta

Férias naquela altura, (no 1º emprego em que trabalhou), isso era treta, não havia... nem férias, nem subsídio, não havia nada... pronto (Barra1, 12)

Mais tarde, na Maitex, as férias eram 15 dias. As férias começam a existir a partir do célebre decreto 48/ 409, que é a lei geral do trabalho, de 1969. (Barra1, 50)

a miséria que se ganhava

Há alguma incompreensão de muita gente, porque existia exactamente essa facilidade de saltar às vezes de um lado para o outro, só que esquecem-se é o que é que pagavam, a miséria que era, não é. [...] a miséria que se ganhava! E aquilo a que se estava submetido. (Barra1, 11)

- Condições higiénicas e de salubridade precárias ou mesmo inexistentes, que estavam na origem de diversos problemas de saúde, não tendo os trabalhadores direito a assistência médica adequada; falta de condições de segurança, que levava a que os acidentes de trabalho fossem frequentes agravando-se ainda mais a situação quando o trabalho era feito por turnos e quando se trabalhava com máquinas obsoletas.

Tive lá uns acidentes de trabalho

Tive lá uns acidentes de trabalho... Não havia preocupações nenhuma nisso; eles tinham um seguro, a pessoa estava ligada à companhia de seguros x, y e z e aleijava-se, ia para o seguro. Agora protecção, chamada higiene e segurança e protecção no trabalho, isso não existia nada. Hoje já existe a obrigatoriedade de materiais de protecção, inclusive as próprias máquinas, com blindagens, no sentido das pessoas não se distraírem e se magoarem... naquela altura não, naquela altura um indivíduo, por exemplo, numa calandra ou até numa rama, se se distraísse, a mão ia por lá baixo e ficava sem um braço, direitinho, não havia hipótese. (Trabalhar por turnos era mais perigoso) porque... trabalhar de noite e tal, lá nas horas que às vezes lhe dá o sono, é complicado, mas ali não podia haver sono, não é? Tive um acidente de trabalho, tive. Foi na Maitex, ao pôr um desses rolos, aquilo vem tudo, num foguetão, vem tudo enchumbado em água, vem pesado, vem muito pesado, para aí 300 e tal quilos cada rolo daqueles. Aquilo vai nuns cabos hidráulicos que é para assentar num cavalete que tem dois rolamentos, ele assenta no meio de dois rolamentos para depois a máquina puxar e aquilo andar suave, e ao mesmo tempo puxam-me do carro, estava lá o chefe da equipa do lado e eu estava do outro lado a auxiliar, ele dá um empurrão ao carro e eu fiquei com o dedo debaixo do ferro... Aquilo são 200 e tal quilos e eu não sei onde é que fui buscar força para levantar, para tirar o dedo, só que rasgou, rasgou e lá fui eu para o Hospital de Santa Maria, à noite (Barra 1, 15-16)

Falta-me aqui um bocado do dedo

Falta-me aqui um bocado do dedo porque eu tinha para aí 15 anos e fui posto, isto aqui é exploração, fui posto à frente de uma máquina, de uma broca para passar madeira, mas eu estava a pensar em tudo, estava a pensar se calhar na praia, ou no futebol, não estava a pensar no trabalho porque eu não tinha maturidade para isso e então cortei este dedo. (Albano, 11)

vinha aquele calor que as queimava por baixo

havia casas de banho que eram tipo daquelas de caçador, que eles punham lá aquele sódio e as mulheres iam fazer chichi e vinha aquele calor que as queimava por baixo, que as casas de banho eram só com meia porta que era para ver quem estava lá dentro e quem não estava (M^a Emília Reis, 10)

- Imposição de um clima de intimidação e sujeição dos trabalhadores às maiores arbitrariedades, que se podiam traduzir em despedimentos imediatos e na aplicação de castigos diversos, com perda de vencimento (o que tendo em conta os baixos salários tinha consequências dramáticas), mesmo sem a instauração de qualquer processo disciplinar, e sem qualquer possibilidade de defesa, procurando inviabilizar qualquer movimentação ou tentativa de protesto. Mas, as arbitrariedades podiam também passar por outras formas de exploração dos trabalhadores, com a obrigatoriedade de, após a saída da fábrica, ir realizar outros trabalhos, não remunerados, designadamente na agricultura, para as propriedades do patrão.

Oito dias de castigo significava

Oito dias de castigo significava que vínhamos oito dias para casa... e que não ganhávamos. Mas isso era em todos os lados. Quando um operário tinha um castigo... oito dias, quinze dias, era assim, era ao dispor do patrão, não havia nada que impedisse, e o indivíduo vinha para casa e não ganhava. (Barra1, 18)

achavam que nos ensinavam assim

do tipo de chegar à nossa beira, puxar a orelha, vou fazer queixa, era assim, vou fazer queixa à tua mãe, e a uma deu-lhe uma sapatada mesmo, era assim as coisas mais arbitrárias [...] era frequente eu acho. Mais do que os castigos depois achavam que nos ensinavam assim [...] Eu vim, nessa altura vim de castigo, antes do 25 de Abril, sem processo disciplinar, sem coisa que o valha. Sem ganhar; foi a única vez que eu vim de castigo, três dias, três dias era muita coisa (Palmira, 20)

trabalhar de graça para a quinta do patrão

Noutra fábrica, [...] usavam outro truque – era assim, tinham uma grande quinta, então os trabalhadores que entravam às seis da manhã e saíam às duas, às duas e meia entravam na quinta dele e iam tratar de tudo, semear, colher, vindimar, fazer vinho e tudo, sem ganhar mais um tostão; aqueles que entravam às duas da tarde iam de manhã trabalhar de

graça para a quinta do patrão. Eu vivi essa escravatura no meu país. Eu vivi. Vivi e senti.
(M^ª Emília Reis, 15)

Na imposição deste ambiente de intimidação assumiam um papel relevante a PIDE e as diferentes forças policiais. A rede de informadores que se sabia existir e que se admitia poderem estar em qualquer lado, podendo ser o colega de trabalho ou o vizinho, as prisões de trabalhadores e as cargas policiais de que se tinha conhecimento ou de que se ouvia falar, ocorridas nas próprias empresas ou noutras, criavam as condições para a instauração de um clima generalizado de medo. As pessoas sentiam-se vigiadas e controladas, tinham medo de falar, de dizer qualquer coisa que pudesse levar a serem identificadas como opositoras do regime, tinham medo da polícia ou da GNR que, a qualquer momento, podiam ser chamadas pelo patrão, tinham medo de serem denunciadas por alguém e de serem presas.

ó pá tem cuidado, tem cuidado

Fui parar lá (ao Barreiro) e nem tive oportunidade de conviver muito com pessoas. Por azar andava à procura de pensão e lá havia tantos democratas como bufos da PIDE, mas fui instalar-me numa pensão que, mais tarde, vieram dizer-me que diziam que o proprietário era bufo da PIDE. E aquilo era um ambiente novo para mim. Porque eu, até ali, de política partidária, essa coisa do regime, de luta contra o regime, era uma coisa que eu ouvia os outros falar, alguns, poucos, punha-me à defesa e falava sozinho sobre isso. Fui para lá e era um ambiente completamente diferente. Encontrei lá um fulano que tinha estado comigo na tropa, [...] e ele disse-me: ó pá tem cuidado, tem cuidado. Sabes o que é te aconteceu, diz ele? Tu entraste no café, uma cara desconhecida, os que eram bufos da PIDE julgavam que tu eras para aí algum agente subversivo, os outros que eras algum agente da PIDE, ou bufo, ou o caraças, de forma que isto aqui é assim. Tu sabes, disse ele, que aqui a malta da GNR, os agentes, aqui recebem subsídio de campanha? Eu fiquei palerma, não sabia. Portanto, ali vivia-se um ambiente em que as pessoas eram controladas, eram vigiadas e a guarda republicana, que estava ali destacada, não podia fazer amizades e recebia um subsídio especial como se estivesse em campanha. (Ranita2, 10)

- Sujeição a situações degradantes e sem qualquer respeito pela dignidade dos trabalhadores, sendo frequentes as “revistas” à saída do trabalho, para confirmar que ninguém levava nada da fábrica, que se traduziam, inevitavelmente, numa enorme humilhação, não só pelo seu significado em si, mas também pela forma ostensiva como eram levadas a cabo. O controlo das idas à casa de banho, muitas das quais sem o mínimo de condições de higiene (aliás, o papel higiénico era mesmo um luxo a que os operários não tinham direito) era também uma constante, num esforço para limitar o mais possível o tempo “desperdiçado”, mas também para evitar a ida simultânea de mais do que um trabalhador.

Nas empresas que empregavam uma grande percentagem de mão de obra feminina e jovem, eram conhecidos diversos casos de assédio e abuso sexual, tornando insuportável a vida de muitas jovens e mulheres que, mesmo assim, tinham que continuar a trabalhar, não existindo então qualquer possibilidade de denúncia que não se tornasse numa humilhação ainda maior.

o gajo apalpava a gente toda e tal

Tínhamos lá um porteiro (na fábrica) que aquilo era do pior! Eu tinha que dar cabo daquilo, não tinha jeito nenhum. No sítio onde a gente ia marcar o cartão, aquilo era um tabiquezito pequenino, e o gajo apalpava a gente toda e tal. Eu disse "Ó pá, não pode ser isto, não pode ser!" Aquilo era uma coisa mesmo agressiva, às vezes até magoava as pessoas. Não pode ser, (um dia) eu pego numa linhazinha, pego no tecido que sai das máquinas, já vem meio recozido, meio podre, e muito devagarinho prenda as calças só com aquilo... nem cinto nem nada... O gajo, ao botar, as mãos e apalpar, as pessoas à espera para entrarem e as outras a saírem, zás, as calças abaixo! E eu "Ouça lá, você sabe o que está a fazer? Então você tira-me as calças aqui à frente de toda a gente, ta, ta, ta...", acabou a revista ali. Que é que eles fizeram? A história da bola preta e da bola branca: de vez em quando era chamada uma pessoa e tirava uma bola do saco, se fosse preta ia à revista lá acima ao quarto reservado, se fosse uma mulher, era uma mulher que revistava, se fosse um homem era um homem que revistava. Melhorou. Aquilo não tinha jeito nenhum, ali parou e acabou... (Barra1,51)

nessa altura não se falava de assédio sexual

nessa altura não se falava de assédio sexual, nós não sabíamos que isso tinha esse nome, mas sabíamos que cada menina bonita que fosse pedir emprego a uma fábrica ela ia logo ou para o escritório ou para o armazém, mais tarde ou mais cedo era "papada" pelo patrão ou pelos mestres (M^a Emília Reis, 10)

aquilo era mesmo para embrutecer

eu vim viver para aquelas antigas casernas... vivi aí durante para aí dois anos, onde estavam, à vontade, em cada uma aí umas 40 pessoas, onde se fazia o comer, trazíamos as coisas de casa e depois fazíamos a comida. [...] tu tinhas ali no meio gente de todas as regiões - do Marco, de Penafiel, de Rio Mau, Baião e cada pessoa nasceu numa família diferente, [...] eram pessoas mais velhas e mais ou menos da minha idade. Mas eu comecei-me a aperceber de uma coisa tão simples - que aquilo não era o modo de vida para eu viver, que eu tinha que alugar um quarto. [...]. Porque aquilo era mesmo para embrutecer [...] porque eles atiravam tomates uns aos outros de noite, aquilo era uma coisa, era uma vivência, muito má para mim e eu entendi que tinha que sair disso. (Albano, 9- 10)

- Criação de situações e de ambientes de trabalho visando fomentar divisões e clivagens entre os trabalhadores, entre os operários, entre os empregados de escritório e os operários, entre os trabalhadores mais velhos e os mais novos, o que facilitava a incorporação de atitudes e comportamentos mais adequados aos ritmos,

à disciplina e às condições de trabalho impostas, e a perpetuação das condições de exploração.

quem comia ali eram os operários, os chefes não

(na CUF) havia uma cantina [...] quem comia ali eram os operários, os chefes não. [...] Os empregados não se misturavam com a malta, com os operários [...] eram gente à parte; chefes e escritórios sentavam-se à parte [...] tinham uma mesa mais pequena e 2 ou 3 almoçavam ali (Ranita1, 21)

condições de trabalho eram radicalmente diferentes

o facto de trabalharmos na embalagem, dava-nos uma proximidade muito grande dos escritórios, e nos escritórios, aquelas condições de trabalho eram radicalmente diferentes das nossas. (Palmira, 23)

pôr em confronto os operários

pôr em confronto os operários, através da oferta de prémios a uns e não a outros, que dividiam os trabalhadores, criavam divisões. O ritmo de trabalho era tão alucinante que até provocava acidentes de trabalho [...]. Esses jovenzinhos que vinham do Marco e de Baião eram obrigados a trazer, por exemplo, presunto, que se calhar nem tinham para eles em casa. (Albano, 14-15).

- Exploração do trabalho de crianças que, como temos visto, se encontravam em grande número em certos sectores profissionais, mesmo sem terem atingido a idade para o fazer, com a atribuição das mais variadas tarefas e com salários mais baixos. A partir do momento em que entravam na fábrica, deixavam de ser crianças para passarem a ser trabalhadores, inseridos no processo de produção, obrigadas como os outros, por vezes até mais do que os outros, à obediência, à disciplina, aos ritmos e à intensidade do trabalho fabril.

A maior parte eram miúdas

Trabalhavam muitas crianças. Havia miúdas, mas também havia mulheres. Havia também homens. A maior parte eram miúdas. [...] Nessa altura já havia a fiscalização. Já iam ver quem estava a trabalhar sem idade, só que a gente escondia-se. Penso que não havia lei que permitisse trabalhar com 10 anos. Mas eles queriam mão-de-obra e davam-nos trabalho, nós também insistíamos e era mais barato". (Amália1, 11-12)

e a gente dizia – parecem formigas

ainda antes de irem para a vassoura andavam a acarretar com aqueles cestinhos pequeninos de areia e cascalho todo o dia, como formigas, a acarretar, descarregavam ali, vinham buscar, carregavam o cascalho, não havia máquinas, não se pagava, eram elas que carregavam aquilo tudo à cabeça, carregavam o cascalho e de soletazinhas; a soleta era uma coisinha de pau, que os pais faziam em casa, e que punham uma travessinha assim,

de couro, e era para andarem assim e elas andavam ali, entravam às oito, saíam às cinco, de chinelas, aquilo era de pau, para andarem ali de um lado para o outro a acarretar o cascalho, para fazer depois um pavilhão novo para a fábrica crescer, e depois daí é que iam para a tal vassoura, aquilo já era uma promoção, e depois é que iam, era assim. E a gente via aquilo, aquelas miúdas ali assim e a gente dizia – parecem formigas, elas iam assim em fila indiana, com uma coisinha à cabeça, isso que vocês vêem agora quando se fala do trabalho infantil, noutros sítios, das piores formas de exploração, eu vivi isso. Vivi e senti. Por isso é que a minha mãe quis que eu fosse costureira, que era para não passar por esses vexames nas fábricas, que ela sabia o que é que se passava (M^a Emília Reis, 15) andar a varrer, todo o dia, todo o dia, até que tivesse um lugar para ficar a aprender junto de uma tecedeira, de uma cavadeira, isso já era depois uma promoção. Para chegarem aí já levavam presuntos, já levavam uns frangos, já levavam os melhores lombos de porco, para conseguirem dar o degrau, largar a vassoura e ser aprendizes. Depois de aprendizes era um salto para serem profissionais, dependia de vários factores, quando uma pessoa ficava doente ou assim. (M^a Emília Reis, 11)

Para além dos traços comuns que acabamos de identificar, algumas empresas, não deixando de impor, quantas vezes de forma brutal e com recurso à repressão e mesmo à intervenção policial, as condições de exploração atrás referidas, desenvolveram modos de gestão de tipo “paternalista”³⁷, através dos quais asseguravam algumas regalias aos trabalhadores, tornando-se assim empresas de referência, nas quais todos pretendiam trabalhar. Entre essas regalias podiam constar a assistência médica, o pagamento de medicamentos, possuindo algumas Caixas de Previdência próprias, salários acima da tabela, a distribuição de refeições, designadamente de pequenos almoços e de sopa, ao almoço, que se constituíam como apoios fundamentais para os trabalhadores e para as famílias que viviam situações de graves carências. Nalguns casos, esses suportes eram mais alargados com a existência de cantinas, ou cooperativas onde estes se podiam abastecer, a preços mais reduzidos, e com facilidades de pagamento, creches, enfermarias, refeitórios e camaratas para os que vinham de fora. Algumas possuíam ainda bairros, compostos por conjuntos de casas unifamiliares, para residência de alguns trabalhadores, e tinham também grupos desportivos e culturais, nos quais estes participavam.

³⁷ Conceção no quadro da gestão de pessoal em que se entendia que a disponibilização de um conjunto de serviços e regalias, aos operários, como cantinas, serviços médicos, infantários e outros, poderia conduzir à redução ou mesmo eliminação do conflitos e lutas sociais no seio da empresa. Desenvolveu-se nos EUA e na Europa sobretudo nas primeiras décadas do século XX em grandes empresas, à margem da participação das estruturas representativas dos trabalhadores.

uma empresa que toda a gente queria

Nestas empresas, categorizadas pelos próprios trabalhadores como mais ou menos boas, está lá a mãe, o pai, o filho, a filha e não sei quantos; na Ameal era assim, ia para lá tudo e depois tinha já lá andado o avô, agora estava lá o filho e já estavam os netos e não sei quantos, famílias inteiras [...] uma coisa incrível (Palmira, 58)

a Ameal pagava todos os medicamentos aos trabalhadores; tu ficavas doente, havia uma farmácia em S. Mamede onde tu chegavas lá, aviavas as receitas, e as contas eram pagas pela empresa, portanto nós não tínhamos despesa nenhuma com medicamentos; pelo menos os trabalhadores directamente, a família já tinha. Depois tínhamos direito a pequeno almoço, ainda hoje existe, a fábrica que hoje está reduzida para aí a 40 pessoas, mais ou menos, mas ainda hoje existe direito a chá, a café só, ou a café com leite, ou leite só, se quiseres, e um pão; se quiseres manteiga, marmelada ou não sei quê levas de casa, mas tínhamos isso [...] era antes de entrar para dentro. Se calhar com o objectivo também de a gente entrar pelo menos mais ou menos alimentada. [...] e depois ao meio dia havia sopa. Ora, o facto de existir sopa, o facto de existir pequeno almoço, o facto de não pagares medicamentos, o facto de pagar acima daquilo que estava legalmente estabelecido transformava a Ameal numa empresa que toda a gente queria. (Palmira, 11-12)

olha se tu não estivesses na CUF

Recordo-me do tempo da guerra, [...] na altura faltava azeite, faltava uma série de coisas, só que a CUF não tinha dificuldades e tinha o seu esquema próprio, tinha a cantina, onde os trabalhadores da CUF se podiam abastecer de uma série de coisas: bacalhau, azeite, arroz, açúcar; e azeite era coisa que não faltava à CUF, porque tinha os seus lagares [...] e lembro-me de assistir depois a conversas dos meus pais a dizerem "Ainda bem, olha se tu não estivesses na CUF, estávamos tramados porque teríamos que andar para aí nas bichas." (Ranita 1, 10-11)

(A CUF) tinha uma boa previdência; lembro-me que os meus pais não pagavam medicamentos nenhuns; eram fornecidos pela própria empresa (Ranita1, 25)

o dinheiro entrava por um lado e ficava logo todo na empresa

na EFANOR vivíamos em camaratas, tipo militar, [...] havia camaratas para homens e camaratas para mulheres, para além de terem um bairro social, onde estavam também trabalhadores, mas era reduzidíssimo. (Freitas, 8-9)

Eu trabalhava lá, vivia nas camaratas, comia na Efanor e quando precisava de comprar alguma coisa ia comprar na Efanor, ou seja, no fundo, o dinheiro entrava por um lado e ficava logo todo na empresa; eram os da Efanor que vendiam; vendiam para as pessoas das camaratas e do bairro produtos de alimentação, era um pequeno supermercado, a um preço razoável, que se comparássemos com o que estava ao lado era mais barato, depois dava facilidades de pagamento e depois ainda vendia bicicletas, vendia motorizadas; portanto os trabalhadores que queriam comprar uma bicicleta ou uma motorizada, como eu comprei lá, compravam e ficavam a pagar na empresa X por mês, ou por semana, descontavam um bocadinho [...] A Efanor tinha também um grupo desportivo, que não era muito elitista; [...] nós tínhamos basquete, andebol, voleibol, ciclismo [...] a própria empresa também tinha um grupo coral, tinha teatro. (Freitas, 22)

Estas regalias que algumas empresas asseguravam aos trabalhadores, traduziam-se, com efeito, numa melhoria das suas condições de vida, o que levava à concentração nelas de famílias inteiras, facto que as próprias entidades patronais estimulavam. Mas, em contrapartida, tinham como consequência a total dependência destas famílias dessas empresas, o que se constituía também numa forma de controlo e de pressão sobre os trabalhadores e num travão ao seu envolvimento em qualquer processo reivindicativo. Os serviços disponibilizados permitiam controlar o estado de saúde, condicionar os hábitos, gostos e estilos de vida dos trabalhadores que, de alguma forma, gastavam na empresa uma parte significativa do que nela ganhavam, tendo toda a sua vida organizada em torno dela. A saída destas empresas significaria, em princípio, a passagem para piores condições de trabalho, o que garantia a fixação dos melhores trabalhadores e obrigava os outros ao cumprimento estrito das regras impostas; nestas situações de dependência, o despedimento tinha consequências ainda mais dramáticas, uma vez que poderia significar, por arrastamento, o despedimento de toda a família e a perda da habitação.

se um fosse despedido, os outros podiam vir todos

E faziam mais, procuravam empregar as famílias todas, era assim, era a mulher, era o marido, e diziam, se o teu filho quiser vir para aqui trabalhar eu também arranjo emprego para ele e, nalguns casos, numa fábrica, que era a fábrica do Teles, eles ainda fizeram um bairro, e então era o pai, a mãe, os filhos e a casa, tudo era património da empresa. De maneira que ali era tudo mudo, calado e surdo e os pais aos filhos – isto é para obedecer meu filho porque estavam todos, todos eles estavam pendurados. Portanto, era o pai, a mãe, os filhos e a casa. [...] se um fosse despedido, os outros podiam vir todos e não sendo da fábrica também podiam perder a habitação (M^a Emília Reis, 11-12)

7.4. A aprendizagem do ofício

Começando a trabalhar com percursos de escolaridade reduzida, quantas vezes sem qualquer formação profissional prévia, ou tendo passado por processos de aprendizagem, até atingirem a idade de serem aceites nas fábricas, que pouco tinham a ver com o trabalho que viriam a realizar, a aprendizagem do ofício ocorria nas empresas e no próprio processo de trabalho. Em alguns sectores profissionais e empresas, os novos trabalhadores entravam como aprendizes, sendo o tempo de aprendizagem variável em função do grau de complexidade das tarefas a executar. A formação dos novos operários era entregue a trabalhadores mais antigos e experientes, de quem iam ser ajudantes. A estes trabalhadores cabia a responsabilidade de ensinar os mais novos, fazendo-o de acordo com a forma como eles próprios tinham aprendido. De imediato, os jovens eram colocados em situação

real de trabalho, tendo uma formação eminentemente prática - executavam as ordens que lhe eram dadas, ouviam as indicações, viam como se fazia, reproduziam os gestos, repetiam as operações, executavam a tarefa. Em contacto directo com trabalhadores que possuíam uma grande experiência profissional, aprendiam as artes e os truques do ofício, isto é, as melhores maneiras e as formas mais seguras de executar uma dada tarefa, cujo conhecimento aqueles trabalhadores tinham adquirido através da sua própria experiência. A aprendizagem do ofício era também, por vezes, acompanhada de formas de violência física, assumidas como o meio mais eficaz para ensinar e disciplinar os jovens. Para muitos trabalhadores, este comportamento aparecia como perfeitamente natural e legítimo pois já fora assim que tinham sido tratados e a violência fazia parte do quotidiano das empresas e de muitas famílias.

o ajudante foi crescendo, como a couve cresce no campo

Eu fui para a carpintaria, e tinha lá um homem que era um excelente oficial – tu vais começar a fazer isto assim, assim, assim e a partir daí não tive grandes dificuldades em me integrar. [...] ele disse-me – tu queres fazer uma cambota, a cambota que é por causa de fazer o redondo, tu cortas a tábua por aqui, ensinou-me uma vez e a partir daí eu já sabia fazer cambotas; tu agora vais fazer uma viga ao alto, e a viga ali ao alto eu vou fazê-la, e tu vais fazer como eu digo; geralmente a madeira tinha que ter dois e meio de espessura, não podia ser de forro, dessa madeira que não dava, tinha que ser madeira forte e fazíamos móveis também. [...] Aquilo havia o oficial, era obrigatório, e o oficial tinha que ter um ajudante e eu era o ajudante; então o ajudante foi crescendo, como a couve cresce no campo, portanto foi assim que eu cresci, e cresci de forma harmoniosa porque soube depois como é que havia de utilizar o serrote, afiar um serrote, tocar no serrote, por exemplo, eu sei tocar no serrote, aprendi todas essas coisas e gostava. [...] Tinha que se ser aprendiz quatro anos, depois tinha que se estar mais dois ou três anos como oficial de 2ª e depois de 1ª . [...] os trabalhadores que têm uma escola, que se formaram, que nasceram no sector, melhor dizendo, que há muitos anos trabalham aqui, dificilmente morrem no sector. Porque esses têm defesas, sabem quando o perigo espreita, sabem quando hão-de dizer não, têm a cultura da formação, têm a cultura do crescimento no trabalho, das defesas. (Albano,12-13)

senão batiam-lhes

Os mais pequenos tinham que fazer o que os oficiais queriam, porque senão batiam-lhes; isso acontecia muitíssimas vezes, porque eles diziam tu tens que calar, tens que te calar porque eu é que sou o teu oficial e com a régua, isso era mais nos trolhas; os trolhas davam com as régua nos miúdos que eram os ajudantes deles, [...] Hoje tu já não tens nenhum aprendiz. (Albano,14-15)

A entrada como aprendiz não era uma realidade em todos os sectores profissionais. Muito do processo de aprendizagem, designadamente em empresas e áreas onde o trabalho a executar era menos complexo e exigia uma menor

qualificação, ocorria de forma ainda mais informal, pela observação atenta dos colegas de trabalho com mais experiência e já conhecedores do ofício, pela imitação/repetição dos seus gestos, atitudes, posturas e ritmos. A manutenção do posto de trabalho, quantas vezes essencial para a subsistência da família, obrigava a uma aprendizagem rápida e sem grande espaço para a ocorrência de erros. Em muitas empresas, ser aceite como trabalhador implicava assumir já um certo conhecimento do ofício, o que nem sempre correspondia à verdade, obrigando também à aprendizagem e desenvolvimento de diferentes estratégias visando garantir o emprego e ultrapassar esse desconhecimento inicial. Perante qualquer dificuldade, era aos trabalhadores há mais tempo na empresa que era pedida ajuda e era deles que se esperavam as indicações sobre o que fazer, a melhor forma de o fazer e a maneira de resolver os problemas com que se era confrontado.

Passando ou não pela experiência de ser aprendiz, o exercício da profissão, era aprendido no imediato da acção, no posto de trabalho, através da prática e não por intermédio da palavra ou do domínio de quaisquer conhecimentos desligados da acção. Mais importante do que saber explicitar o que se fazia, como se fazia e porque se fazia de determinada forma era necessário fazer e fazer bem e depressa, demonstrando, a cada momento, possuir o conhecimento prático necessário. Aliás, anos mais tarde, quando instados a falar sobre a sua profissão, é ainda essencialmente através de gestos que o fazem.

Aprendi com a lida de trabalhar

Nunca tive formação nenhuma em relação ao trabalho. Aprendi com a lida de trabalhar, porque nunca tive formação nenhuma em relação a qualquer trabalho. Via os outros a fazer e fazia (Amália 2, 6)

nunca dizia que não sabia fazer, sabia fazer tudo

eu, pelo menos na altura, nunca dizia que não sabia fazer, sabia fazer tudo! Depois quando lá chegava usava de facto da habilidade de perguntar e de pedir ajuda. Porque é aquilo que se costuma dizer no ditado, a barriga manda a perna. Eu tinha que trabalhar porque senão não havia dinheiro e eu não podia dizer que não sabia porque senão eles rejeitavam-me logo. Eu chegava, dizia que sabia, não sabia, mas depois desenrascava-me, tinha que me desenrascar e portanto era assim. (Barra 1, 13-14)

Dada a situação vivida por diversos trabalhadores, e já anteriormente referida, de mudança relativamente frequente de local de trabalho e de actividade profissional, era inevitável a aprendizagem de diferentes ofícios, o que se traduzia numa formação polivalente mas, em geral, pouco qualificada, não reconhecida nem valorizada, não se reflectindo directamente numa melhoria da situação profissional. Os trabalhadores

aprendiam e desenvolviam a capacidade de executar uma pluralidade de tarefas e de funções e de resolver problemas, contactavam e ficavam a conhecer diferentes matérias-primas, equipamentos, processos de trabalho e formas de organização do trabalho e do processo produtivo, bem como uma grande diversidade de pessoas com as quais estabeleciam relações de tipo diverso. No exercício de cada novo ofício os trabalhadores aprendiam as especificidades do trabalho a ele inerentes, mas traziam também consigo as experiências anteriores, embora nem sempre as pudessem mobilizar, pelo menos de uma forma clara.

fiz desenho, estive num escritório, estive numa fábrica de tapetes

comecei numa oficina mecânica, onde estive na aprendizagem, depois fiz desenho, estive num escritório, estive numa fábrica de tapetes, contactei com diversas matérias primas, tecnologias e ferramentas [...]. Logo no início da carreira profissional, contactei com metais, com ferramentas e equipamentos os mais diversos, com a rede do sistema de transporte ferroviário, com locomotivas a vapor, com uma fábrica de enxofre, com adubos, com ácidos, com sais; contactei com operários têxteis, com indiferenciados, com carpinteiros, com electricistas; estive a trabalhar numa fábrica de sabão, assisti ao processo de fabrico da fábrica de sabão, vivi uma coisa que hoje ninguém consegue viver que é o trabalho com as caldeiras, à moda antiga, que são coisas enormes; estive a trabalhar numa casa das máquinas de um navio-motor, ali no porto de Leixões, onde conheci pessoas interessantes (Ranita 2, 2)

em termos de experiências, estás a ver, escritório, serralharia, têxtil

Em termos de experiências, estás a ver, escritório, serralharia, têxtil, depois de têxtil voltei à metalurgia, mas já não para serralharia, para polidor de metais, das artes piores que existe na metalurgia, que um gajo fica todo sujo passado cinco minutos, fica todo preto, e as mãos, os dedos ainda hoje estão todos deformados que é do trabalho, que era duro, mas pronto, em cada local de trabalho há sempre uma diferença. (Barra 2, 62-63)

devo a algum trabalho que tive o meu conhecimento

hoje devo a algum trabalho que tive o meu conhecimento. Eu falei da sucata, falei da areia, mas entre isto tudo, trabalhava em restaurantes ali na praia, no Verão, depois havia uma senhora que fazia casamentos e levava-me à noite, com ela, fazer casamentos. Quer dizer... muita coisa. Foi uma experiência muito grande. Isso foi muito, muito rico para mim. Quer dizer, mal, por um lado, porque era muito criança, nunca tive tempo de brincar, mas hoje sou uma mulher... devo a isso também. Tem muito a ver com esse meu trabalho. (Amália 1, 21)

A rigidez da organização do trabalho na maioria das empresas, particularmente do trabalho menos qualificado, e a concepção do operariado como gente inculta e que apenas tinha que obedecer a ordens, lidava mal com qualquer iniciativa dos

trabalhadores que pusesse em causa as rotinas há muito estabelecidas. De acordo com Christophe Dejours (1992: 38), a organização de trabalho de tipo taylorista

“não se limitaria apenas à desapropriação do saber; ela proibiria, também, toda a liberdade de organização, de reorganização e de adaptação ao trabalho, pois tal adaptação exigiria uma actividade intelectual e cognitiva não esperada [...].

No entanto, o exercício do trabalho, mesmo o menos qualificado, não se limitava à mera repetição de gestos, atitudes e comportamentos. O trabalho prescrito nem sempre correspondia ao trabalho efectivamente realizado. Em diversas situações o trabalhador era confrontado com imprevistos que tinha que ultrapassar, sozinho ou com o apoio de outros, para o que mobilizava, mesmo que inconscientemente, todo o seu património de experiências e, quando necessário, as experiências dos outros, adquirindo novos conhecimentos e saberes.

Os contratempos obrigavam, de imediato, a encontrar a resposta adequada, que se tornava, por sua vez, num novo conhecimento susceptível de ser mobilizado na resolução do próximo problema.

Também no exercício das diferentes tarefas, e para além da violência da disciplina imposta, os trabalhadores encontravam e aprendiam, por eles próprios e na relação com os outros, diferentes formas de organização de trabalho mais ajustadas às actividades que efectivamente tinham que realizar e que melhor lhes permitia suportar a dureza do quotidiano da vida na fábrica, sendo frequentemente castigados por isso. Demonstrando na acção conhecimentos e saberes para além dos expectáveis, apreendiam-se também como sujeitos detentores de franjas de poder sobre o seu trabalho e sobre o processo de produção. Claude Dubar (2006:96), salienta que mesmo

“o trabalho tido como o mais mecanizado e considerado como o menos qualificado já é, à sua maneira, uma actividade de resolução de problemas, nem que seja só por causa das vicissitudes e do mau funcionamento desconhecido do sistema de produção. Mas esta actividade não é reconhecida e, pior que isso, é ignorada não só através da organização e imposição de contrariedades temporais, como também pelo salário e falta de perspectiva de futuro, de reconhecimento e de carreira”

E ainda que

“O operador não é passivo, totalmente subjugado, ele ‘elabora modos operatórios que mobilizam os seus próprios recursos’, ele ‘gera constantemente um conjunto de acontecimentos que lhe permitem decidir acções a conduzir’, ele ‘readapta os objectivos prescritos e desenrasca-se com os meios de que dispõe’, ele ‘executa competências incorporadas para conseguir os seus resultados’”. (ibidem)

O mestre António multiplicava máquinas

O mestre António era o mais reguila, um gajo que multiplicava máquinas que era um outro aspecto interessante... O mestre António multiplicava máquinas! Para ele não havia problemas! "É preciso aumentar a produção? Desmanchamos aquela máquina de fazer parafusos, vai-se à ..., manda-se fazer umas ... na ..., faz-se uma máquina nova, pronto! E assim, aquelas máquinas, algumas delas já tinham 60 e 70 anos, eram duplicadas, triplicadas e aquilo continuava-se a fazer, claro com técnicas antigas. (Ranita1, 63)

nós próprias fomos organizando o nosso tipo de trabalho

a determinada altura nós próprias fomos organizando o nosso tipo de trabalho, o trabalho corre melhor feito desta forma, então vamos fazer desta forma, [...] decidimos unir mais os balcões, nós ficávamos com menos espaço entre um balcão e outro, é verdade, mas conseguimos que os nossos caixotes, [...] ficassem suspensos (em vez de estarem no chão), com a obra lá dentro, e a gente ia tirando de lá (Palmira, 21)

Assentando uma grande parte do trabalho nas fábricas, até aos anos 50, numa elevada percentagem de mão de obra muito pouco qualificada e escolarizada, os desafios colocados no âmbito do processo de industrialização vivido em Portugal, após a 2ª Guerra Mundial, começaram a colocar a necessidade da existência de trabalhadores mais qualificados e especializados. Em muitas empresas, a par da manutenção de grande número de operários pouco qualificados, tornou-se imperativo a existência de uma mão de obra preparada para desempenhar um outro tipo de tarefas, para lidar com equipamentos mais complexos, para ocupar posições intermédias de enquadramento dos restantes trabalhadores. Daí assistir-se, como já tivemos oportunidade de referir, a um alargamento do número das escolas industriais e comerciais, e do número das que funcionavam, também, em regime nocturno, visando alargar a sua frequência a trabalhadores no activo, que adquiririam aqui a formação técnica necessária ao desenvolvimento industrial e que era pressuposto virem a rentabilizar no exercício do trabalho. É neste âmbito que pode ser entendido o apoio ao estudo e à frequência das, então designadas, escolas técnicas, assegurado por diversas empresas. Conscientes da importância que a formação assegurada por estes cursos a alguns dos seus operários tinha para o desenvolvimento das

empresas, o apoio, nalguns casos, ia mesmo além do que a legislação previa (uma hora por dia para a frequência de determinado tipo de cursos).

ele dizia que aquilo era muito importante para o futuro da empresa

(Na Auto Comercial Louro) os jovens que andavam a estudar, desde que a gente provasse que andava a estudar, e eles privilegiavam que as pessoas fossem para a escola industrial, para um curso de mecânica, normalmente, porque também tinha resultados na aprendizagem, ou para a área comercial, havia muita malta na Gomes Teixeira, na altura e então era assim - os jovens que estudassem e que tivessem aproveitamento, que não tivessem muitas faltas, todos os meses pediam as faltas, tínhamos durante a manhã uma hora para estudar, deixávamos o trabalho e tínhamos lá o espaço para estudar, à tarde tínhamos mais uma hora e davam-nos uma hora mais cedo para sair do trabalho. Estamos a ver isto na década de 60; eu acho que hoje não há exemplo, quando eu olho para as empresas da indústria, de qualquer uma delas, não há exemplo disto, de incentivo. Portanto aí do mecânico que, na altura em que a malta tinha o período de estudo lá dentro, que nos fosse lá chatear, ó pá anda cá ajudar, não senhor, o patrão não deixava; ele dizia que aquilo era muito importante para o futuro da empresa; eu hoje não sei o que é feito da empresa, mas isto é mais um incentivo interessante, estás a ver?" (Freitas,7)

7.5. Aprender a ser trabalhador, a construção de identidades operárias

Para além da aprendizagem técnica do ofício, as condições de trabalho nas fábricas e a multiplicidade de relações nelas estabelecidas permitiam a realização de muitas outras aprendizagens e a construção/consolidação de traços identitários comuns ao conjunto dos operários, mas também a construção/consolidação de diferentes modos de ser trabalhador e de diferentes identidades operárias (Dubar, 2006). A fábrica ocupava um lugar central na vida dos operários, na sua construção identitária e na sua identificação (para si e para os outros) como membros de um grupo social que vendia a sua força de trabalho, trabalhando numa empresa, num dado sector profissional, ocupando um certo lugar no processo de produção e sendo detentores de saberes específicos que lhes permitiam exercer um ofício determinado. Mas, como temos visto, o processo de construção da identidade de cada um enquanto trabalhador e operário começava muito antes da entrada na fábrica.

Desde muito crianças, à maioria dos jovens operários vinha sendo incutida através da família, da escola, da igreja e das redes de vizinhança e de sociabilidade, a ideia de que o seu futuro passaria pelo trabalho numa fábrica, não sendo expectável uma alteração significativa no tipo de vida que lhes permitisse ir além das condições mínimas de subsistência. Nesta perspectiva, colocava-se como essencial que o futuro operário cedo aprendesse um conjunto de regras, de hábitos de trabalho, de disciplina e de obediência, tidos como os mais importantes para assegurar e manter um

emprego. À entrada na fábrica, o jovem trabalhador trazia já consigo uma série de representações sobre o que iria ser o seu trabalho e a sua vida e sobre o que era esperado que fossem os seus comportamentos. As condições e a organização do trabalho com que se confrontava, o tipo de trabalho que, em geral, era chamado a realizar, muitas das relações que estabelecia, tratando de *“forjar uma classe operária que respondesse às exigências da grande indústria, exigências essas que não se exprimiam em termos de formação técnica, mas de conformidade ideológica”* (Charlot; Figeat, 1985:56), tendiam a confirmar e acentuar estas representações.

Independentemente da existência de um conjunto significativo de traços comuns na vida de muitos operários, as influências exercidas por diferentes instituições e pelas redes de relações interpessoais, antes e depois da entrada nas fábricas, nem sempre eram coincidentes, nem percebidas da mesma forma, dando origem a processos de construção identitária diferenciados, construídos por cada um, no decurso das suas trajetórias de vida. Assim, e embora sujeitos no interior das fábricas a condições, tarefas e ritmos de trabalho muito semelhantes, que os faziam perceberem-se como operários, e eventualmente como membros de uma classe, acabavam por assumir diferentes atitudes e comportamentos, quer em relação ao trabalho quer em relação aos outros, apreendendo-se de forma diferenciada enquanto trabalhadores.

a recordação mais forte de hoje ainda é a das pessoas que encontrei ali

Rememorando a minha aprendizagem da vida, desde o início, por exemplo, na oficina metalúrgica, muito mais do que saber fazer, do que aprender a fazer, a recordação mais forte de hoje ainda é a das pessoas que encontrei ali, que me despertaram a curiosidade sobre a complexidade da natureza humana. E eu era muito jovem, tinha apenas 15 anos. [...] Muito a dimensão humana, a pessoa paternal, o arrogante, o chefe (algum, estilo com chicote; o outro, mais compreensivo), o bronco, o marialva, enfim, apanhei ali de tudo, e observar e lidar com esta gente toda pode ser muito enriquecedor. Ainda hoje conservo na memória, um velho, já então na idade da reforma, forjador à moda antiga, cego de um olho, um artesão, artista a trabalhar o ferro, mas sobretudo a sua atitude de homem bom, austero mas generoso, marcou-me muito. E, depois estas experiências multiplicaram-se ao longo da vida. (Ranita 2, 1)

gente porreira, gente manhosa, escovas, traidores, há em todo o lado

nesta fábrica já era um ambiente diferente, mas as experiências são estas, em todo o lado - gente porreira, gente manhosa, escovas, traidores, há em todo o lado; o problema é que, às vezes, por uma brincadeira que pudesses estar a fazer, havia sempre um filho da mãe, que iria dizer que tu que fizeste esta brincadeira, que não teve importância nenhuma, mas ele quis ir destacar-se, que viu e tal, para subir à cotovelada; há sempre gente assim. Em todo o lado o subir à cotovelada pelas escadas acima, botando os gajos para o degrau de baixo, com os cotovelos; ele desce e ele vai subir, há em todo o lado. (Barra 2, 62-63)

No cotidiano da vida na fábrica era possível encontrar trabalhadores que se assumiam, de alguma forma, como representantes directos do patrão, prestando-se a tarefas e funções de controlo e vigilância dos restantes (subservientes); trabalhadores que não perspectivando qualquer possibilidade de alteração da sua situação se resignavam às suas condições de existência e de trabalho ou tinham medo de as pôr em causa (passivos e resignados); operários que, de uma forma muito individualizada, se recusavam à disciplina imposta (revoltados); outros que integrados no processo de trabalho encontravam as formas e os meios de intervir pela melhoria da situação laboral, de uma forma mais ou menos espontânea (inconformados); trabalhadores com consciência da exploração a que estavam sujeitos e que participavam activamente em processos de luta e na sua organização (militantes).

A organização e as condições de trabalho, bem como a multiplicidade de relações que se estabeleciam no interior das fábricas, acabavam por criar, simultaneamente, as condições para a interiorização, naturalização, aceitação passiva e reprodução das desigualdades e das brutais formas de exploração a que os trabalhadores estavam sujeitos, mas, também, para o seu questionamento e para o desenvolvimento de processos reivindicativos e de formas de oposição e de resistência diferenciadas, e mais ou menos conscientes, favorecendo o desenvolvimento de diferentes identidades operárias que, no dia a dia, se manifestavam de formas diversas.

A concentração de trabalhadores no mesmo espaço e local de trabalho, sujeitos a uma disciplina férrea e obrigados à obediência, suportando ritmos intensivos de trabalho na execução de tarefas rotineiras, reduzidos a meros instrumentos de trabalho, a peças de uma engrenagem, e submetidos a um clima permanente de intimidação, a que já fizemos referência, vivenciando todos, também fora da fábrica, condições sociais de existência igualmente precárias, contribuía para reforçar uma visão acrítica das relações de trabalho e para a construção/consolidação, em muitos operários, de identidades “passivas e resignadas”. Para estes trabalhadores, o seu horizonte de vida limitava-se à dureza do trabalho quotidiano, e à sujeição às mais diversas arbitrariedades, encaradas quase como uma fatalidade inerente a quem nascia pobre, sem qualquer perspectiva de mudar o “destino” a que eles, e os outros operários como eles, com quem trabalhavam, estavam condenados desde o nascimento. E, tendo incorporado esta maneira de ser trabalhador contribuía também, de forma inconsciente, para a sua reprodução.

No entanto, a própria organização do processo de trabalho, com a concentração de grande número de trabalhadores, particularmente nas médias e grandes empresas, e as condições em que o trabalho se desenvolvia, colocando operários lado a lado,

quantas vezes a executar tarefas mutuamente dependentes, levava ao estabelecimento de solidariedades e de laços e relações interpessoais fortes, que permitia, a muitos, a partilha e a troca de experiências e ideias, o desenvolvimento de outras formas de ver, pensar e sentir o trabalho.

Trabalhar, na fábrica ou na oficina, permitia a diferentes operários o contacto directo com outras condições sociais de existência (dos patrões, dos quadros da empresa, dos empregados de escritório), bem diferentes das suas, contribuindo para o desenvolvimento de uma outra percepção sobre as relações de trabalho, crescentemente sentidas como não naturais. O exercício do trabalho, realizado nas condições que já abordamos, as conversas e troca de informações entre trabalhadores, permitia a alguns ir ganhando consciência de como o seu trabalho, pago com salários tão baixos, se traduzia em elevadas margens de lucro para os patrões, o que era perceptível a partir das diferenças abissais de condições e modos de vida de uns e de outros. Também o contacto com trabalhadores de outras áreas, designadamente dos escritórios, permitia dar conta da possibilidade da existência de condições de trabalho e de níveis salariais bem diferentes dos seus, contribuindo para perceber como injusta e discriminatória a situação dos operários.

eu fui trabalhar e entramos numa fase muito interessante da minha formação

eu fui trabalhar e entramos numa fase muito interessante (da minha formação); não me apercebi da exploração, não foi desse conceito, mas comecei a ver as diferenças; então eu andei muito tempo sem receber nada, e eu reparava que todos os dias [...] o empregado de escritório, o ponto, chegava ao final do dia – Manuel, que é que fizeste hoje? E eu dizia-lhe tantas horas a trabalhar no carro tal, a limpar o motor, tantas horas a meter óleo, tantas horas a não sei quê, e ele preenchia aquilo e depois eu tinha rapazes amigos nos escritórios e eles diziam-me – ó pá, esta semana, o patrão debitou-te aos clientes não sei quantos escudos e eu, está bom, a gente não recebe nada, mas aquilo ia passando. [...] mas eu fui metendo aquilo na cabeça e depois juntava ao que o meu pai dizia - se algum dia te arranjar alguma coisa tu não ficas aqui; isto é uma miséria, uma miséria! (Freitas, 4-6)

saltou-me a tampa

Então, o ponto mais alto disto, aquilo que eu diria – saltou-me a tampa, na altura, para aí com 14 anos – havia um mecânico [...] que precisava de ir a Fátima, tinha uma promessa, mas não tinha viatura; [...] então o patrão prontificou-se, porque ir de comboio demorava muito tempo e ele precisava dele – tu vais numa viatura aqui emprestada, mas tens que pôr a viatura a andar, isso já é contigo. [...] comecei a trabalhar (nessa viatura) num sábado de manhã e ao fim da manhã (...), o carro estava prontinho, polido, bonito e, como era normal, lá vem o ponto, então quantas horas deste? – dei a manhã de trabalho, tanto de tinta, tanto disto e quando o homem vai receber, que na altura as pessoas recebiam ao fim de semana, e eu na altura ainda não recebia nada, eu vejo vir o Armindo para baixo, ele ficava muito vermelho quando se zangava, ter comigo, que trabalho é que meteste na viatura? Ó Sr.

Armindo meti o trabalho que dei. [...] andei o sábado, quase toda a manhã, mais nada. Sabes quanto é que o patrão me levou pela mão-de-obra? [...] Noventa escudos. Vigário, gatuno, não sei quê, já nem sei se vou a Fátima; mas o patrão descontou-lhe logo à cabeça, quer dizer nem lhe pagou [...]. eu comecei a pensar naquilo também e vi claramente que havia ali problemas muito sérios de distribuição [...] Fiquei com a ideia que aquilo era impossível, estava uma situação muito desigual. Não tinha explicação teórica para isto, não é? (ibidem)

as casas de banho dos escritórios [...] tinham rolinhos de papel

o facto de trabalhar na embalagem [...] dava-nos uma proximidade muito grande dos escritórios e, nos escritórios, as condições de trabalho eram radicalmente diferentes das nossas. [...] nós estávamos aqui e a parede a seguir era a parede dos escritórios; havia uma porta de comunicação e nós dávamo-nos bem com o pessoal dos escritórios; de vez em quando uma de nós andava desenfada lá e sabíamos bem que as casas de banho tinham toalhinhas direitinhas, tinham rolinhos de papel, tinham não sei quê e a gente achava que aquilo era uma discriminação do arco da velha, nós achávamos que aquilo era uma discriminação, mas nenhuma de nós, alguma vez, disse – nós também queremos aquilo. (Palmira, 23)

Muitos destes operários, não se assumiam então como trabalhadores resignados e passivos, submetidos inevitavelmente aos ditames do “destino”. Crescentemente iam-se interrogando e mutuamente construindo como trabalhadores “inconformados”, que admitiam ser possível a melhoria das suas condições sociais de existência e, por isso mesmo, dispostos a assumir comportamentos que pudessem contribuir para que tal acontecesse. E, esses comportamentos, em função das circunstâncias, revestiam formas diversas, não questionando, em geral, a exploração a que estavam sujeitos e não pondo em causa as relações de produção. Nalgumas situações, os trabalhadores procuravam unicamente melhorar o seu quotidiano de trabalho, chamando a si um papel activo na tentativa de transformação das condições em que o realizavam, assumindo as franjas de poder possíveis na organização do processo produtivo e na melhoria do ambiente de trabalho, auto-organizando-se para o fazer.

dentro do caixote havia batatas fritas, amendoins e não sei quê

a determinada altura nós próprias fomos organizando o nosso tipo de trabalho [...] conseguimos que os nossos caixotes, [...] ficassem entre os dois balcões , portanto aquilo ficava suspenso [...] então dentro do caixote havia batatas fritas, amendoins e não sei quê, tudo dentro das suas embalagenzinhas. Estava ali escondidinho; cada vez que a gente queria arrumava para o lado, e ia comendo. A determinada altura estávamos a fazer uma orquestra, a comer e a fazer uma orquestra, todas a cantar o lá, lá, lá, e lá a D^a Elvira, lá a chefe, que estava de mau humor, meninas calem-se, meninas calem-se, meninas calem-se, mas a gente já não tinha respeito nenhum à mulher, ela também não se dava ao respeito. Conclusão, a gente calava-se naquele momento e depois passado um bocado lá estávamos

todas outra vez; a determinada altura ela deve ter perdido mesmo a cabeça, foi fazer queixa de nós e então, no final do dia, mandaram-nos ficar, depois da nossa hora, à espera. Levamos uma ensaboada do arco-da-velha, porque depois eles vieram ver os caixotes de toda a gente, ai meu Deus, que vergonha, (risos); umas tinham lá revistas, outras tinham, enfim, três dias em casa de castigo (Palmira, 21)

Noutros momentos, a melhoria pretendida das condições de trabalho ou de vida não era resolúvel apenas pela acção directa e imediata dos trabalhadores, obrigando à adopção de medidas e à tomada de decisões por parte da entidade patronal. Nestas circunstâncias, alguns operários, de uma forma quase espontânea, por iniciativa individual e/ou em resultado do debate com outros, dentro ou fora da fábrica, chamavam a si a promoção de acções de tipo diverso, visando a “sensibilização” do patronato para a resolução daquele ou daqueles problemas específicos, não equacionando esta sua intervenção como um processo reivindicativo pela conquista de direitos.

Falei com a malta toda, fizemos o abaixo-assinado

(na sequência de conversas com outros estudantes, na escola Infante D. Henrique) de um momento para o outro eu lembrei-me, o que na altura na EFANOR foi um escândalo, de avançar com um abaixo-assinado dos jovens estudantes, os que estavam nas camaratas comigo, e dizia que queríamos um espaço para nós; mas eu fiz aquilo com ... , ou seja, correspondeu a uma necessidade que nós tínhamos mas não vi naquilo nenhum mal [...] Falei com a malta toda, fizemos o abaixo-assinado, eles assinaram e eu tomei a iniciativa. Nem passei pelo meu chefe; na EFANOR eu tinha o chefe de manutenção, depois acima tinha o mestre, o chefe geral da fiação e depois no topo tínhamos a administração. Conclusão eu ultrapassei esta escala toda e agarrei naquilo e fui levar ao serviço de pessoal a dizer que era para a administração. No que eu me meti. Nem falei com o coronel das camaratas, como era natural, porque ninguém gostava dele. [...] Então eu sou chamado ao meu chefe, ao mestre, ao encarregado, ó pá o que é que tu fizeste? Eu não fiz nada. Veio aí uma nota da administração a dizer que querem falar contigo, o sr. Alexandre está todo preocupado, não falaste comigo, não falaste com ele, que é que foste fazer à administração? [...] O mestre deu-me uma rabeçada. Que a partir dali não devia fazer mais nada sem falar com ele, quem é que me mandou fazer um papel. Entretanto tocou o telefone [...] e passado dez minutos sou chamado à administração. [...] então Manuel, mandaste para aqui um papel, o que é que se passa? [...] E eu, com a minha simplicidade, disse - o que se passou foi isto, nós chegamos do Infante e outros da Gomes Teixeira, no comboio que chega aqui quase às onze da noite, as camaratas já estão em silêncio, se eu quero fazer alguns trabalhos para o outro dia não tenho tempo, e a gente precisava de trabalhar a seguir, porque ao outro dia pega às sete da manhã, tenho trabalho todo o dia e vou directo para a estação, para ir para a escola outra vez, e portanto precisávamos de fazer isso, e eu achei que se há lá um espaço que está fechado, há lá uma sala que está fechada, se nos fosse cedido. Mas ele disse assim, mas quem é que fez o abaixo-assinado.

Fui eu, fui eu, e quem assinou fomos uns oito ou nove e ele disse, sim senhor, daqui a quinze dias vocês vão ter o vosso espaço. (Freitas, 9-11)

fizemos uns papeizinhos, cá à minha moda

Um dia aconteceu-me uma coisa interessante: a administração do engenheiro Serpa Pimentel, na Previdente, resolve festejar aqui o aniversário da empresa; confraternização de empregados, patrões, assim uma coisa bestial, mas eles não aumentaram o pessoal e eu queria ganhar mais e então, com cuidado, diz a este isto, diz àquele aquilo e tal, apalpando o terreno, encontro as condições necessárias, só para ajudar, não é, eu estava só na ajuda, para que avançasse na empresa uma coisa muito interessante que deu lugar a uma situação caricata na festa: é que fizemos uns papeizinhos, cá à minha moda, para saber como é que o salário das pessoas era gasto nesse momento, o transporte, isto, aquilo, [...] uma série de coisas. De forma que, havia lugar para falar um representante dos trabalhadores, e resultou no seguinte: quando o representante dos trabalhadores foi falar na confraternização, estava lá o administrador e os administradores delegados e em vez do discurso que eles gostariam de ouvir, ouviram uma reclamação fundamentada com números, pelas estatísticas e não sei quê, acerca das condições de vida, como é que as pessoas viviam, como é que gastavam o dinheiro. E foi interessante. Eu creio, não tenho a certeza, que esta minha atitude, eventualmente, terá levado a que mais tarde me tivessem contactado para o Sindicato. (Ranita1, 48-49)

Noutras situações, os trabalhadores mobilizavam-se colectivamente já não na perspectiva da “sensibilização” do patrão para a resolução de um problema, que ele faria, ou não, “o favor” de resolver, mas exigindo a sua resolução, assumindo como direitos as reivindicações apresentadas. Mobilizados em torno de objectivos específicos que visavam a melhoria das suas condições de trabalho e/ou de vida, muitos trabalhadores participavam então em processos de luta de natureza diversa.

sem eles nos dar as luvas, não trabalhamos

Uma greve em 1973; foi em Novembro. Já não havia peixe nosso e vinha peixe de fora, peixe congelado. E, nessa altura, começou-se a reivindicar as luvas para trabalhar no peixe congelado. E eles não davam. Não davam. E ali surgiu "Vamos fazer greve", "sem eles nos dar as luvas, não trabalhamos". Então era um dia de nevoeiro, mesmo aquele cacimbo a cair, e nós viemos todas cá para fora. Parou tudo. Tudo. Mas isso não fui eu que iniciei. Quer-se dizer. Foi tudo. "Queremos luvas", "queremos luvas e ninguém trabalha sem luvas". Entretanto chega o patrão e diz: " Não querem trabalhar, vão lá para fora." E nós viemos. Todos para a rua. Depois veio a chefe, a mestra, oferecer: "vinde que eu dou-vos vinho do Porto para aquecer " e não sei quê. Entretanto algumas foram, mas muitas ficámos cá fora. No outro dia de manhã fomos trabalhar e já nos deram luvas. Já resolveram o problema, porque senão não se cortava o peixe e o peixe estragava-se. Entretanto veio o Natal e eles deram 40\$00 a quem não fez greve, a quem foi trabalhar. [...] Só foi nesse ano, como não fizeram greve, agradeceram. E nós que fizemos a greve todo o dia, deu-nos 20\$00. [...] Foi a única greve que eu me lembro de se ter feito antes do 25 de Abril. Não houve problema

nenhum, foi só "aqueles que não querem vão lá para fora, fica o problema resolvido". Eles resolveram o problema, também era fácil de resolver, comprar as luvas era muito fácil. (Amália 1, 24-25)

As relações que os trabalhadores estabeleciam no interior das empresas e fora delas, os contactos com os outros, operários ou não, com outras vivências e modos de pensar, as conversas que se travavam, as situações que se observavam e se aprendiam a observar, os processos e as lutas em que se envolviam, contribuíam também para ir construindo uma outra visão do trabalho e das relações sociais. Importantes sectores de trabalhadores foram desenvolvendo, no interior das empresas, em diferentes organizações e movimentos de que faziam parte, e das quais ainda falaremos, na multiplicidade dos seus contextos de vida, a capacidade de perceber a exploração a que estavam sujeitos e de a questionar, deixando de olhar as desigualdades como algo de natural e inevitável. Neste processo, foram desenvolvendo em si uma consciência operária, enquanto consciência de classe, construindo-se como trabalhadores "militantes" e assumindo então uma participação activa na organização e dinamização das lutas realizadas nas empresas. Para estes, já não se tratava apenas de melhorar pontualmente as condições de trabalho, por muito importante que isso efectivamente fosse, mas o que verdadeiramente estava em causa era o desenvolvimento de uma luta mais global contra a exploração.

fomos para a greve, a secção de polimento e a secção da serralharia

(na SONAFI), a determinada altura, colocava-se a questão de aumentos salariais e o Barra era o homem que estava ali à cabeça. Em 1972, para aí Fevereiro, pus-me em cima de um caixote, na hora do intervalo de almoço, toca a fazer ali um comício, um plenário e vamos para a greve. Por isso é que eu digo, hoje a gente na altura nem as pensava, mas se pensava era complicado. Uma empresa onde o próprio xerife mor era um deputado da União Nacional, um deputado do fascismo, não é... nem as pensava, era só sangue na guelra... E fomos para a greve, a secção de polimento e a secção da serralharia [...] Pronto, parou, às 2 horas ninguém trabalhou, não há mais. [...] Então e tal, queremos aumento... e lá veio o aumento, na altura, veio um aumento de... parece que de cerca de 18 ou 20 escudos para toda a gente e o Barra não levou aumento, depois queriam parar por eu não ter levado aumento. (Barra1, 56-57)

mais tarde houve também outra paralisação, mas essa paralisação aí já abrangeu muito mais gente. Essa já parou, à vontade, mais de 50% dos 700 e tal trabalhadores. Também havia muita gente nos escritórios, embora aí ninguém parasse, como é óbvio, naquela altura. Isto logo a seguir, no ano seguinte, em 73 sensivelmente, é isso. E aí já houve aumento para toda a gente. Eu levei menos mas levei. (Barra1, 58)

Para além das redes de relações existentes fora da fábrica e da sua importância na construção de diferentes identidades, a fábrica era um espaço central na vida dos

trabalhadores e um lugar de criação e desenvolvimento de relações intensas. Permitindo o conhecimento e o contacto com gente muito diversa, com perspectivas e visões sobre o trabalho e o mundo diferentes, teve uma enorme influência na formação de muitos operários. Para muitos, foi no interior da empresa que, pela primeira vez, foram confrontados com concepções diferentes sobre o que era ser trabalhador, com o questionamento da exploração e das formas que assumia, com a necessidade e a possibilidade de pensar e ver os problemas a partir de novos ângulos de análise, de se ver a si próprio e de se sentir de uma outra forma. O local de trabalho era, quantas vezes, um lugar de afectos, de criação de profundas e duradouras relações de amizade, de encontro de pessoas significativas, com uma influência determinante em todo o percurso de vida posterior, contribuindo para alargar os horizontes de vida e de trabalho para além dos portões da fábrica. Muito do processo de aprendizagem, para além do ofício, fazia-se, efectivamente, no seio desta rede de relações e pela percepção ou participação em múltiplos acontecimentos que iam ocorrendo na vida da fábrica.

Criaram-se laços ali entre nós de amizade, mas de amizade de facto muito forte

Então fui para a embalagem e aí sim começa a fazer-se a minha socialização. [...] nós trabalhávamos em balcões corridos, para aí com 3 metros e meio, balcões grandes, onde nós tínhamos o nosso artigo, tínhamos a embalagem, a gente ia dobrando aquilo e metendo dentro da caixinha, a caixinha ia-se acumulando até à altura em que a gente pegava, meia dúzia, pumba, dentro da outra caixa. Só que trabalhávamos duas a duas; duas aqui, duas ali daquele lado, no balcão da frente, duas outras no outro lado e aquilo era um espaço privilegiado dentro da fábrica. Tão privilegiado que se criaram laços ali entre nós de amizade, mas de amizade de facto muito forte; a própria chefe, que era a encarregada, tinha pelas meninas dela [...] uma amizade; no fundo criou ali também, à nossa volta, uma série de ligações, que ela própria não conseguia desligar, não conseguia dizer assim, olha eu sou a chefe, portanto calma lá, distância. Não, havia ali, de facto, uma ligação muito grande. (Palmira, 18)

eu vou para a beira dela e começo exactamente a ver as coisas de forma diferente

naquele núcleo de amizades que a gente criou lá no meu sector, há uma moça que é minha amiga de peito, ainda hoje, a Mena e eu, eu e a Mena, [...] embora com as outras também, mas não sei porquê, com esta, provavelmente porque a gente trabalhávamos as duas [...] passávamos o dia inteiro a falar, mas falávamos de tudo. Curiosamente ela era uma moça com uma cabeça muito arrumada, ela tem um ano mais que eu, mas uma cabeça muito arrumada, e eu acho que, quando eu chego à embalagem, e ela já lá está, e eu vou para a beira dela, eu começo exactamente a ver as coisas de forma diferente. Ela teve, para mim isso está arrumado, na minha formação, enquanto jovem, naquela altura, e enquanto adulta, mais tarde, uma importância muito grande (Palmira, 35-37)

eles iam lá comer conversavam comigo e eu comecei-me a aperceber

uma pessoa que está aí, que hoje é engenheiro, trabalhava lá na empresa e ele tem um orgulho muito grande em mim, porque ele ia lá à carpintaria e via-me lá muito jovenzito e eu tinha uma coisa, eu a determinada altura deixei de fazer comida, e ia comer ao restaurante, e ele também ia lá comer e gostava de conversar comigo e havia lá outra pessoa, chamava-se Saul, que também era um técnico e que era um homem excelente e portanto à medida que eles iam lá comer conversavam comigo e eu comecei-me a aperceber que não podia continuar a viver na caserna porque aquilo já não era vida para mim (Albano, 10)

7. 6. As lutas nas empresas

O Estatuto do Trabalho Nacional, publicado em 1933, proibia os trabalhadores do exercício de qualquer forma de reivindicação ou de protesto, designadamente do direito à greve, *“incorrendo os seus autores em elevadas penas de prisão que o regime não se eximia de aplicar”* (Freire, J., 1996:402). No entanto, durante o período do fascismo, apesar da falta de liberdade e da sujeição dos trabalhadores às condições de trabalho que já reportamos, e correndo o risco de, a qualquer momento, serem vítimas de medidas repressivas diversas, podendo ser despedidos ou presos, a verdade é que foram milhares as lutas e greves que muitos desenvolveram e em que participaram, particularmente nas empresas de média e grande dimensão, um pouco por todo o país, embora nem sempre com o mesmo grau de intensidade, tendo ocorrido *“várias erupções grevistas a que se sucedia inevitavelmente uma férrea repressão”*. (ibidem)

A partir do início da II guerra mundial, com particular expressão entre 1941 e 1944, ondas periódicas de greves operárias e de trabalhadores rurais, marcaram sucessivos momentos de luta social por melhores condições de trabalho e de vida, as quais se tinham agravado ainda mais. João Freire (1996:402) refere que *“a primeira manifestação clara do ciclo grevista que então se iniciou foi a paralisação do trabalho levada a cabo pelos operários da indústria têxtil da Covilhã e de Tortosendo, em Novembro de 1941”*, exigindo aumentos salariais, tendo os trabalhadores ocupado as fábricas e sido violentamente reprimidos pelas forças policiais. Em Outubro de 1942, em Lisboa, teve *“início a greve dos trabalhadores da Carris, que depois se estenderia à companhia dos telefones e a várias empresas de construção naval”*(ibidem), com a participação de *“milhares de trabalhadores e a paralisação simultânea de vários ramos de actividade”* (ibidem).

Em 1943, desenvolve-se um vasto movimento grevista, com particular incidência na região de Lisboa, ocorrendo também paralisações em centros fabris do Norte, sendo despedidos e presos centenas de trabalhadores. *“Durante duas semanas Lisboa e toda a margem sul vêem paralisar a quase totalidade das suas fábricas e, os*

operários acompanhados das suas famílias desfilam pelas ruas” (ibidem). Várias fábricas são mesmo ocupadas militarmente, com a aplicação aos grevistas do Regulamento de Disciplina Militar. Em 1958, e de algum modo associado às eleições presidenciais e à forte mobilização popular que a candidatura oposicionista do General Humberto Delgado tinha motivado, após a divulgação dos resultados, um pouco por todo o país, “eclodiram greves semi-espontâneas de carácter antigovernamental” (idem:403), com um conteúdo marcadamente político.

“Este ciclo de agitação política e social prolongou-se até 1962, tendo decorrido em Maio desse ano a luta dos assalariados rurais alentejanos, que após vários dias de greves, conquistaram a jornada de oito horas de trabalho, facto que assumiu um importante valor simbólico” (ibidem)

A partir de 1968, já com Marcelo Caetano como 1º ministro, tem início um novo surto grevista, atingindo um grande número de trabalhadores e de sectores profissionais, designadamente ferroviários, metalúrgicos, têxteis, empregados bancários e dos seguros. As reivindicações apresentadas,

“em geral de carácter económico, motivadas pela subida da inflação e a perda do poder de compra, atravessaram todo o período marcelista e manifestaram-se de formas diversas: desde a simples greve de zelo até à paralisação geral com ocupação das fábricas, manifestações e confrontos violentos com a polícia de choque”.(ibidem)

Só no distrito do Porto, entre 1960 e o 25 de Abril de 1974, de acordo com a cronologia elaborada pela Universidade Popular do Porto, no âmbito do Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto, e num levantamento não exaustivo, tiveram lugar mais de 170 processos de luta, em diversas empresas e sectores profissionais, envolvendo milhares de trabalhadores. Concentrações, abaixo-assinados, recusa em fazer horas extraordinárias, pequenas paralisações, greves de zelo e greves com paralisação total do trabalho (mais de 80 no período de tempo indicado), acções de solidariedade com outros trabalhadores em luta, são exemplos do tipo de movimentações realizadas. As principais reivindicações apresentadas passavam pelo aumento de salários, por melhores condições de trabalho, pelo direito à semana inglesa (nos têxteis), contra o trabalho nocturno e o regime de empreitadas (nas conservas), pela revisão dos contratos colectivos, pela reintegração de trabalhadores despedidos, pelo pagamento de salários em atraso, contra o encerramento de empresas, pela liberdade sindical e pelo direito à eleição de

direcções sindicais da confiança dos trabalhadores. A participação de tantos trabalhadores nas lutas que se desenvolviam, naquelas difíceis condições, não podia deixar de ter um enorme significado político, contribuindo para abalar os alicerces do regime.

a determinada altura havia a luta pelo contrato

eu trabalhava na SONAFI, e a determinada altura havia a luta pelo contrato. Naturalmente que com a luta pelo contrato nós tínhamos também que, era um bocado uma forma de pressionar os próprios patrões, começar a fazer lutas antes da decisão, no sentido de eles começarem a pagar mais (nalgumas empresas). Então, na discussão do contrato, pronto, se eles já ganham mais, há que acordar, porque já não adianta nada pôr aqui 50 e eles estarem a ganhar 100. E então começou a entrar-se num processo de que há que avançar nas lutas dentro das empresas por aumentos de salários (Barra2, 18-19)

andavam já lá os PIDES todos de volta e eles

Eu quando estive a trabalhar no Algarve, [...] assisti a uma coisa muito linda que foi uma greve, em 69, dos pescadores. Começaram a parar em Peniche e pararam até ao Algarve. Portanto eu ia trabalhar lá para o meu hotel, para me meter lá na carrinha, e vejo os homens, lá com aquelas camisas aos quartos, assim todo parados. Que é isto? Vai ser uma greve. E então fui ter com eles e disse assim - Então vocês hoje não vão ao mar? Não. Então quem é que declarou a greve? A gente não sabe, os companheiros de Peniche pararam, e depois pararam os de Setúbal, depois pararam os de Ovar, a gente não sabe, não disseram, a gente não sabe. [...] eles não saíam daquela, e andavam já lá os PIDES todos de volta e eles, a gente não sabe. (M^a Emília Reis, 80)

As acções de luta desenvolvidas tinham também um enorme significado para quem nelas participava, contribuindo para o aumento da sua consciência social e política e para a sua construção como trabalhadores intervenientes e participativos na luta pelos seus direitos, pela liberdade e pela democracia. Para muitos trabalhadores foi a partir do desenvolvimento de lutas nas respectivas empresas e da sua participação nelas que se desenvolveu ou aprofundou a sua consciência da exploração e que se começaram a perceber e a assumir como sujeitos de direitos. Na sequência do seu envolvimento em processos de luta, foi também a sua identidade que se foi transformando, assumindo-se cada vez mais como trabalhadores “militantes” capazes de lutar pelos seus direitos e de pôr em causa as normas e regras estabelecidas, capazes de perceber um outro futuro possível pelo qual valia a pena baterem-se. A partir da sua participação activa nas lutas que se travavam nas empresas, e nas difíceis condições em que eram travadas, alguns trabalhadores começaram também a participar e a desenvolver um outro tipo de actividade e de intervenção política, inseridos noutras organizações e movimentos de

oposição ao regime, com a consciência que a luta pelos seus direitos enquanto trabalhadores não era dissociável da luta pela liberdade e contra o fascismo.

é interligação de todos os problemas [...] que levam ao despertar da consciência

houve ali muita gente, em determinadas alturas, com algumas dúvidas, e que depois começaram a desabrochar e a desenvolver e tiveram até uma actividade muito razoável na luta pelos interesses dos trabalhadores. [...] Eu não posso dizer, isto é subjectivo naturalmente, que foi pela minha influência, mas que a luta no seu todo naturalmente que tem uma influência muito grande, isso não há dúvidas, até porque se nós não nos mexermos, se nos fecharmos num quarto só, não sei quantos anos, vegetamos, somos animais irracionais. Nós recebemos influência e transmitimos influência nas relações que temos, como é óbvio. Isso está escrito; quer dizer, um indivíduo influencia e é influenciado. Portanto daí que, não há hipóteses, é verdade e aqui não é o indivíduo, é o conjunto da actividade dos indivíduos, é a interacção e interligação de todos os problemas e de todas as coisas que levam naturalmente ao despertar da consciência (Barra 2, 21)

8. A guerra colonial e o serviço militar

A defesa de Portugal como um grande império colonial marcou profundamente o discurso do regime, mesmo num contexto, após a 2ª guerra mundial, de crescentes denúncias, a nível internacional, das políticas colonialistas. Tais tomadas de posição levaram a que, a partir de 1951, no discurso oficial, a designação de colónias tenha sido substituída por Províncias Ultramarinas, sem que a isso tenha correspondido qualquer alteração de natureza política. Ao mesmo tempo, “*a repressão violenta de toda a mobilização de índole social, política ou simplesmente identitária que se detectasse no espaço colonial leva, ao fim de uma década, os movimentos de libertação à opção pela luta armada*” (Loff, 2006:164). A guerra colonial, que então se inicia, vai marcar fortemente a vida política portuguesa entre 1961 e 1974. Na sequência do desencadear da luta armada em Angola, com o assalto à cadeia de Luanda, em 4 de Fevereiro de 1961, o regime desencadeia a mobilização de milhares de soldados para as colónias. Em 1963, inicia-se também a luta armada na Guiné e, em 1964, em Moçambique. A guerra colonial acaba, assim, por se desenvolver em três frentes, durante treze anos, envolvendo um grande número de meios militares, logísticos e financeiros, traduzindo-se num enorme desgaste para o governo e no seu cada vez maior isolamento a nível nacional e internacional. Ao longo desses treze anos, novecentos e vinte mil jovens foram mobilizados e duzentos e cinquenta mil fugiram à incorporação (os refractários), a maior parte dos quais emigrou ilegalmente.

Considerando apenas o contingente da metrópole, foi reconhecida a existência de nove mil mortos, vinte e oito a trinta e dois mil feridos, e de trinta a cento e vinte mil com neuroses (em função de diferentes critérios médicos e políticos) resultantes da guerra (idem:161).

Durante todo este período desenvolveram-se, a partir de diferentes sectores, movimentações diversas e acções de protesto contra a guerra, aumentando de ano para ano, de forma significativa, o número de jovens que tentaram não ser mobilizados, que procuraram atrasar a sua mobilização ou que desertaram, acabando por só poder regressar a Portugal depois do 25 de Abril. A luta contra a guerra colonial transformou-se numa das principais frentes de luta contra o fascismo e num factor de grande importância no desenvolvimento da consciência política de muitos portugueses, directa ou indirectamente nela envolvidos, designadamente os jovens militares e as suas famílias. Ao mesmo tempo, a perpetuação da guerra e a crescente denúncia de atrocidades nela ocorridas, feita também em publicações estrangeiras³⁸, contribuiu para que se acentuasse ainda mais o isolamento do regime a nível internacional.

A ONU viria a aprovar várias tomadas de posição contra a política colonial portuguesa, tendo o seu Conselho de Segurança, em Fevereiro de 1972, reunido com representantes dos movimentos de libertação das colónias (MPLA, FRELIMO, PAIGC), à semelhança do que já tinha feito anteriormente o Papa Paulo VI. Em Novembro de 1973, a Assembleia Geral da ONU aprovou mesmo a recomendação de admissão, como seu membro, da Guiné-Bissau, que havia proclamado unilateralmente a independência no mês anterior.

A incorporação militar, obrigatória para os rapazes a partir dos 20 anos, foi naturalmente, sentida de forma diversa antes do início da guerra colonial, nos seus primeiros anos, ou mais tarde, quando um grande sentimento contra a guerra se começa a instalar na sociedade portuguesa, e quando muitas famílias sofriam já os seus horrores. Antes e pouco depois do despoletar da guerra, a ida para a tropa surgia até, para muitos jovens, como uma aventura, como a oportunidade para sair da terra, para conhecer coisas novas, para uma maior autonomia e mesmo para uma certa emancipação, uma vez que, afastados da família, eram obrigados a resolver sozinhos os problemas com que eram confrontados. Num quadro de grandes dificuldades económicas, surgia, também, para alguns, como a possibilidade de apoiarem mais a

³⁸ Em Julho de 1973, o jornal The Times noticiou massacres praticados pelas tropas portuguesas em Wiriyamu, próximo de Tete, em Moçambique, tendo a ONU criado uma comissão de inquérito que veio a concluir da veracidade das notícias.

família, uma vez que parte do “pré” que ganhavam ficava na “metrópole” e podia ser por esta utilizado.

Para quase todos os jovens, e ainda mais para os oriundos dos meios rurais, a entrada para o serviço militar significou uma alteração radical na sua vida, nos seus hábitos, ritmos, maneiras de ser e de pensar que deixaram marcas profundas e que os levou a começar a perspectivar o seu futuro de uma forma diferente. O contacto com a vida nas cidades, o acesso a uma multiplicidade de pequenas coisas cuja existência desconheciam, as novas relações estabelecidas com outros jovens com conhecimentos, níveis de escolaridade, profissões, hábitos, estilos de vida, personalidades e formas de pensar muito diferentes, permitiu um grande alargamento de horizontes.

A ida para África significou também a passagem para um mundo novo, ainda mais estranho, o contacto com realidades totalmente desconhecidas, com outro clima, até com outras cores, cheiros, sabores e ruídos, a vivência de experiências até então inimagináveis, a relação com outras gentes, o conhecimento de outras culturas, a partilha, em grupo, de momentos particularmente significativos. E, tendo coincidido esta fase das suas vidas com o processo de industrialização então em curso, foram milhares os jovens que, acabada a tropa, já não equacionaram sequer o seu regresso às aldeias de origem, ficando a viver nas cidades, a trabalhar nas fábricas, ou emigrando.

a ida para a tropa foi uma ruptura profunda [...] a seguir foi a ida para África

a ida para a tropa foi uma ruptura profunda, porque estava mais longe da família, dos locais de origem e de educação. A seguir foi a ida para África – forçaram a que ganhasse autonomia, confiança em mim próprio, auto-suficiência perante as circunstâncias, e onde comecei a pensar de outra forma na vida que me cercava e no meu futuro [...] Um dos períodos mais decisivos na formação da minha personalidade foi o da vida militar. (Ranita2, 9) Eu estava condenado a uma existência que, em termos relativos, era uma existência triste porque ia até ao café e os meus amigos iam ao cinema, iam a um bar e eu não os podia acompanhar. E, quando fui para Angola, aí sim, foi algo muito importante para mim e para os meus próprios pais porque durante muito tempo, aquela metade do pré que eu recebia, que eram 1600 escudos (eram 3200 escudos que eu recebia como furriel miliciano lá fora e metade podia ficar aqui) eram os meus pais que levantavam e que serviam para pagar as dívidas que eles tinham. [...] Por aquilo que eu disse, compreendam como era natural que me tivesse oferecido como voluntário, para sair daqui, para ir para fora, para experimentar outras coisas. Para me emancipar (Ranita 1, 27-28)

No entanto, a partir do início da guerra, a ida para a tropa, com a consequente possibilidade de vir a ser mobilizado para combater nas colónias, começou a ser

equacionada de uma forma bem diferente pelos jovens e pelas suas famílias. Apesar de toda a propaganda em defesa do império colonial e da sua grandeza, que desde sempre vinha sendo veiculada pelas diversas instituições do regime, procurando incentivar a criação de um espírito colonial entre os portugueses, apesar dos discursos em defesa da guerra e da necessidade de assegurar a preservação dos “territórios ultramarinos”, é com um mal estar, uma angústia e um medo crescente que as famílias assistem à partida dos filhos, dos maridos, dos namorados, dos pais. E essa angústia e medo existiam e desenvolviam-se mesmo antes de os rapazes terem idade para serem incorporados. Ser rapaz, significava a possibilidade de vir a ser “chamado”, de ir combater, de morrer ou ficar gravemente ferido, numa guerra com a qual muitas pessoas não se identificavam e que quase ninguém sentia como sua.

o estado de espírito das pessoas era a ansiedade, a amargura, o medo

(a guerra colonial) era vivida com amargura quer pelos pais, quer pelas mulheres, quer por todos os familiares; era vivida com muita amargura e muita ansiedade, fundamentalmente quando se tinha gente mais próxima, que estava no carril para ir para lá; sem dúvidas nenhunas, o estado de espírito das pessoas era a ansiedade, a amargura, o medo, o medo, isso foi constantemente (Barra1, 35)

Num quadro em que uma parte importante da população portuguesa não reconhecia a guerra como importante e ainda menos como justa, foram muitos os jovens que, embora não tendo emigrado clandestinamente nem desertado, aprenderam e utilizaram diversas estratégias para não serem incorporados nas forças armadas e ainda menos mobilizados para combater nas colónias.

também usei da minha manha, e prontos

Eu não fiz serviço militar. Eu sempre tive problemas dos olhos e na altura [...] para se ser isento da tropa, tinha que se somar X dioptrias, eu realmente não somava, na altura não somava, mais tarde depois vim a somar, mas a deficiência não dava para ficar livre, mas só que também usei da minha manha, e prontos... [...] acabei por não ir à tropa. Estava visto que, de certeza, eu ia para a tropa mas depois fugia como muitos, como muitos... que eu se fosse era em 70, era um período muito difícil na altura, ainda estava o problema da guerra colonial muito agudizado... Foi na altura em que o Marcelo Caetano queria branquear de certa forma mas não deixando e portanto foi onde se acentuou muito mais a própria luta contra a guerra colonial também, é a partir de 1970. (Barra 1, 33-34)

não fui à guerra, fiz tudo para não ir

na década de 70 fui para a vida militar, estive três anos, quase três anos e meio na tropa; não fui à guerra, fiz tudo para não ir, fiz tudo para não ir, tive que trabalhar muito para ter boas notas, mas aquilo na altura era assim – os que tinham boas notas eram colocados no fim da escala, portanto, os das notas mais baixas eram aqueles que embarcavam. E eu

várias vezes estive na queima para ir, mas depois entrava gente nova e eu consegui safar-me (Freitas, 12)

Não obstante esta realidade, os muitos milhares de jovens que foram incorporados, foram confrontados com situações e aprendizagens completamente diversas das que tinham tido até então, embora significativamente diferentes para quem foi ou não mobilizado para as colónias, e para quem esteve ou não envolvido em situações de guerra e de combate, num contacto muito próximo e directo com a morte.

Ainda no continente, e depois nas colónias, a instrução militar assumia uma enorme importância, não só pela destreza física que era esperado proporcionar e pela aprendizagem do manejo e utilização de armas diversas, mas, também, pela preparação psicológica que permitia aos jovens soldados, em cenário de guerra, serem capazes de se defender e de matar. A este nível, a preparação dos jovens soldados passava muito pela inculcação da ideia da defesa das colónias como uma bem que lhes pertencia, de que o slogan “Angola é nossa”, insistentemente ouvido e gritado, é bem elucidativo e pela apresentação dos combatentes dos movimentos de libertação, de uma forma desumanizada, apelidados de “terroristas”, ou “turras”, designações que acabavam por, de uma forma geral, se estender a todos os negros, que passavam a ser encarados como inferiores e como um perigo iminente e potencial.

a quantidade de gente, de comportamentos, atitudes, etnias, cores e lugares

No aspecto militar, ensinaram-me o manejo de armas [...] a fazer minas e armadilhas e a desmontá-las, administração militar, logística de abastecimento, e sobretudo a vivência com pessoas, a quantidade de gente, de comportamentos, atitudes, etnias, cores e lugares. (Ranita2, 4)

"Angola é nossa! Angola é nossa!" Vocês já ouviram aquilo?

houve duas coisas que me chocaram no dia em que eu cheguei a Angola: a 1ª foi uma emoção muito forte! O barco a encostar à Gare, em Luanda, e a música de fundo, que aquilo tinha uma força! "Angola é nossa! Angola é nossa!" Vocês já ouviram aquilo? É uma coisa, ia tanto negro ali dentro! Eu olhava para eles, aquilo para mim, eram mais ou menos todos terroristas! Aquilo era uma emoção debaixo daquela marcha! Com a música, com aquele ritmo, aquele poder (Ranita1, 31)

Mas, para além da instrução militar e da forma diferente como foi experienciada por muitos jovens, tendo em conta as suas formas de pensar e vivências anteriores, muitas das aprendizagens mais significativas terão passado pelas novas redes de

relações que se estabeleceram, algumas delas muito fortes, dando origem a grandes amizades e cumplicidades, pelo contacto com outras realidades e outras culturas. Se, para alguns, a instrução militar, o contacto mais directo com o ambiente de guerra e com o colonialismo levou à adopção de atitudes e comportamentos colonialistas, para outros (ou para os mesmos, mas numa fase posterior) o confronto com esta realidade e com o racismo dos colonos foi gerador de múltiplas interrogações e de uma forte rejeição a tais posturas, contribuindo para o despertar de sentimentos anticoloniais.

A confrontação com o racismo e com as condições de vida a que os negros estavam sujeitos, as formas de exploração, de sujeição e de dominação de que visivelmente eram vítimas, contribuiu para que diversos jovens comesçassem a questionar o papel de Portugal nas colónias e o seu papel na guerra. De uma chegada a África, marcada pela força da música militar, procurando galvanizar os ânimos para a guerra, que fazia com que cada negro fosse encarado como um “terrorista” e um inimigo a abater, passou-se, em alguns casos, para a compreensão do negro como uma vítima do colonialismo.

lá iam todos, presos com um arame, para limpar as ervas das ruas

um fulano na padaria [...] falamos de um branco, um canalha! Mais novo do que eu [...] a tratar um negro só porque era negro, não tinha nome! [...] Então lá bastava um branco ir ao chefe de posto e dizer que fulano tinha respondido mal, o fulano estava lixado porque não valeria a pena estar a argumentar; o branco chegava lá dizia que o outro lhe tinha respondido mal [...], tinha a mania, e o chefe de posto amarrava-o a dois cipais e prendia-os, e então mantinha as pessoas presas e de vez em quando, [...] para limpar as ervas trazia-os amarrados a todos com um arame, e lá iam todos, presos com um arame para limpar as ervas das ruas e quando um precisava de fazer uma necessidade qualquer, lá iam todos a reboque uns com os outros e tal. Isso foi uma coisa que me chocou muito na altura. Assim como me chocou uma vez ter ido comprar um pente e verifiquei que o comerciante a mim me levou 25 tostões, mas que o negro tinha que pagar 10 escudos pelo mesmo pente! Isso foi outra coisa que me chocou. (Ranita1, 37-38)

Certamente à revelia das expectativas do regime, o serviço militar transformou-se, para muitos jovens, num espaço de formação não só de uma certa consciência social, mas também de uma consciência política e anti-colonial. O ambiente contra a guerra instalou-se no interior das próprias forças armadas, tanto no continente como nas colónias, tendo tido, nesse processo, um papel importante muitos jovens milicianos que, antes de serem incorporados, tinham vivenciado ou participado nas lutas estudantis travadas nas diferentes Universidades e, por isso mesmo, já com um maior grau de consciência política. Aliás, se foram muitos os jovens que se opunham à guerra que desertaram, houve outros que assumiram a ida para a tropa como forma

de desenvolverem, no interior das forças armadas, e junto dos outros soldados, uma intervenção política contra a guerra. E, no dia a dia do quotidiano militar, foram múltiplas as conversas e discussões que foram sensibilizando um número crescente de jovens para a necessidade de pôr fim à guerra, e que acabaram por se repercutir numa intervenção mais activa de muitos, acabada a tropa, em diferentes contextos de intervenção e de oposição ao regime.

eu vim de lá com alguma consciência social mais aberta

Agora conjugando isto tudo, experiência transitória, um certo tipo de vida com abertura da mente, em Luanda, depois entre os próprios, que não era só eu que estava ali, estando atento ... E depois havia comentários, inócuos, mas que revelavam ou preocupação ou estranheza ou necessidade de saber porquê [...] e tínhamos as nossas próprias opiniões. E, portanto, isto foi um caminho onde tudo se misturou e eu vim de lá com alguma consciência social mais aberta. Chocado com a exploração colonialista, aqueles aspectos mais visíveis [...] até porque nós não estávamos sozinhos e havia lá outros que, provavelmente, tinham a intenção de elevar a consciência das pessoas [...] Pronto, e isso foi-me trazendo algumas interrogações, mais do que outra coisa, algumas dúvidas, algumas questões para as quais não tinha respostas. E depois regresssei (Ranita 1, 40- 41)

havia muitos militares, nomeadamente alferes milicianos, que era malta da oposição

tinha já a minha veia social, sabia, já tinha a ideia, o serviço militar para mim foi uma grande ajuda. Por exemplo, havia muitos militares, nomeadamente alferes milicianos que era malta da oposição, suponho que alguns deles devem ter estado no 25 de Abril, e como nós no fundo também éramos cabos, mas éramos uns cabos com características muito especiais, eles então, quando ao fim de semana ficávamos de serviço, na grande cavaqueira, discutia-se a situação política, discutia-se tudo. (Freitas, 14)

O crescente descontentamento no interior do exército e a crescente compreensão que o problema das colónias exigia uma solução de natureza política e não militar contribuiu também, de forma decisiva, para o despoletar do “movimento de capitães”, a criação do MFA (Movimento das Forças Armadas) e para o 25 de Abril. Para muitos jovens militares tornara-se claro que o fim da guerra colonial só seria possível com o fim do fascismo e a instauração de um regime democrático e que só através de uma acção militar seria possível derrubar o regime.

juntou-se um grupo de malta com alguma consciência política

fui para a tropa, em 72, e também a tropa foi uma escola bastante importante na medida em que como eu fui, pertenci a um pelotão que era tudo pessoal licenciado, que pediu adiamento e que tinha adiamentos ora para terminar o curso ora, como era o meu caso, porque estava a dar aulas, etc, portanto era tudo malta já com vinte e tal anos, vinte e muitos anos, já crescidos, casados, eu por exemplo já tinha casado entretanto, e portanto juntou-se um grupo de malta com alguma consciência política, era o pelotão do revirinho

dentro de Mafra. Isto numa altura também, em Mafra, muito complicada porque foi um período de grande repressão sobre o pessoal, principalmente porque aparecia muita gente que era contra o regime e eles marcavam ali forte e feio e a forma de resolverem era reprimirem através de muitos exercícios em que chegaram a morrer tipos; no pelotão, na recruta anterior tinham morrido. [...] Bom, isto tudo também me deu uma formação diversificada e uma consciência, pelos contactos que tive em campos completamente diferentes, desde a parte religiosa, na família, na universidade, na tropa, e o que aconteceu depois é que também participei, fiz parte do movimento do 25 de Abril (Vieira Mendes, 4-5)

9. A luta organizada contra o fascismo

Durante todo o período do fascismo e nas diversas fases porque passou o regime, as forças políticas e sociais de oposição conseguiram organizar, apesar da máquina de repressão e do aparelho ideológico montado, movimentos e acções de resistência que, embora com dinâmicas, graus de mobilização e níveis de impacto diferenciados, contribuíram para o 25 de Abril de 1974.

Assim, e como já vimos, foram múltiplas as movimentações de trabalhadores, as greves e outras formas de luta desenvolvidas nas empresas, quer em torno de reivindicações específicas quer em torno de objectivos com um carácter mais abertamente político mas, no contexto em que se vivia, todas elas acrescentando, de uma forma ou de outra e com diferentes níveis de consciência, força e razão de ser à luta mais geral contra o fascismo. Para além da actividade nas empresas, foram muitas outras as frentes de intervenção dos trabalhadores, dos estudantes e da população (nos sindicatos, nas colectividades e associações populares, nas escolas e Universidades, nos meios culturais, nas associações de estudantes, nas forças armadas, nos movimentos de oposição, nos partidos políticos clandestinos, ...), as lutas travadas em diferentes instâncias, as iniciativas realizadas, a propaganda distribuída e as formas de resistência desenvolvidas.

Ao longo dos anos, foram diversas as organizações e movimentos de oposição, capazes de unir na acção sectores antifascistas, que se opunham ao regime, e que desenvolveram, em condições muito difíceis, a luta pela liberdade e a democracia, pelo direito à greve e à liberdade de expressão, de reunião e de manifestação, pela libertação dos presos políticos³⁹, pela igualdade de direitos da mulher, contra a guerra

³⁹ Neste âmbito importa referir o papel desempenhado pela Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, constituída em 1969, que desenvolveu uma importante e intensa actividade de apoio aos presos políticos e de denúncia, nacional e internacionalmente, da situação em que estes se encontravam e das torturas a que eram submetidos, bem como o papel desempenhado por um conjunto significativo de advogados antifascistas.

colonial, contra a censura, pela democratização do ensino, pelo direito à cultura, contra o aumento do custo de vida, contra a repressão e a PIDE. Neste processo envolveram-se milhares e milhares de pessoas, das mais diversas origens e sectores sociais - trabalhadores, intelectuais, jovens, mulheres, estudantes, católicos, que participaram, quantas vezes de forma simultânea, em diferentes organizações e frentes de luta, umas de natureza mais legal ou semi-legal, aproveitando as franjas mínimas de liberdade do regime e outras de natureza clandestina.

Em muitos dos movimentos de oposição foi notória a influência do PCP, único partido que se manteve em actividade durante os 48 anos de fascismo, embora na clandestinidade, e com os seus militantes a serem os principais alvos da repressão policial. Não sendo objectivo desta tese fazer a história da luta contra o fascismo (que em grande parte ainda está por fazer, apesar dos trabalhos que têm vindo a ser publicados) nem realizar uma análise das várias organizações e movimentos de oposição e do papel que assumiram em diferentes momentos, iremos centrar a nossa atenção na actividade das organizações em que alguns dos nossos interlocutores participaram e nas iniciativas e acções de luta por eles vivenciadas, particularmente a partir dos anos 60 e até ao 25 de Abril, e que se constituíram como espaços e momentos de grande importância no seu processo formativo.

nós desabrochávamos todos os dias

A história dos anos 60/70 não está feita e é uma história riquíssima; vivida intensamente; nós desabrochávamos todos os dias, era espantoso (M^a José Ribeiro⁴⁰, intervenção realizada na mesa redonda “Memórias e vivências do 25 de Abril, realizada na FPCEUP, em 30 de Abril de 2008)

9.1. O despertar e aprofundar da consciência social e política

Apesar de todo o aparelho de inculcação ideológica em que o regime fascista se transformou e que atravessava as mais diversas instituições da sociedade portuguesa, a verdade é que foram muitas as pessoas que se foram apercebendo da sua natureza e que se envolveram na luta contra ele. Este processo de consciencialização social e política ocorreu em diferentes instâncias e momentos, de formas variadas, a partir da diversidade de redes de relações que as pessoas foram estabelecendo ao longo da vida, de diferentes acontecimentos que vivenciaram e em que participaram de uma forma mais ou menos activa. Os contextos familiares, a escola, a igreja, os vizinhos, o trabalho, os amigos, os acontecimentos sociais e políticos que iam ocorrendo, com

⁴⁰ Dirigente do Sindicato dos Seguros, participante activa na luta contra o fascismo. A narrativa da sua História de Vida integra o espólio do Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto da Universidade Popular do Porto

influências diversas e por vezes mesmo contraditórias, foram contribuindo, como temos vindo a salientar, para que muitos se fossem crescentemente interrogando sobre a realidade do país e sobre as condições de vida e de trabalho existentes. Desse modo, foram construindo uma visão sobre essa mesma realidade que os levou a participar em diferentes iniciativas e lutas, a integrar diversas organizações e movimentos sociais e políticos, a ter uma intervenção cada vez mais activa na luta contra o fascismo, pondo quantas vezes em risco a sua própria liberdade.

Uma conversa, uma luta na empresa, a actividade sindical, uma iniciativa na colectividade, a luta estudantil, a actividade dos movimentos de oposição de que se ia tendo conhecimento, uma carga policial, a prisão de um vizinho, de um colega, de um familiar, um comunicado ou um jornal clandestino que se encontrava, por acaso ou não, um amigo, um livro que alguém emprestava, que se lia e discutia, foram muitas vezes o ponto de partida para interrogações, para transformações pessoais profundas, para a inserção em movimentos organizados de oposição ao regime e em novas redes de relações, mesmo de carácter informal, mas marcadas por princípios de grande cumplicidade e respeito mútuo, no interior das quais muitos se foram constituindo enquanto democratas e antifascistas, encontrando sentido para uma intensa participação social.

9.1.1. O papel de algumas organizações juvenis

No despertar da consciência social de importantes sectores da juventude trabalhadora, a JOC (Juventude Operária Católica) teve, sem dúvida, um papel de relevo, que levou muitos jovens, posteriormente, a uma participação política activa. Alguns sectores de activistas da JOC, particularmente na sequência do Concílio do Vaticano II e na esteira da “teologia da libertação”, manifestavam claras preocupações sociais e defendiam *“um maior empenhamento dos militantes católicos junto da realidade operária e nas suas estruturas, nomeadamente nos sindicatos”* (Barreto, 1994:311)

a nossa visão da igreja era de uma igreja libertadora, dos pobres, dos oprimidos

há duas igrejas, por assim dizer. Há uma igreja institucional, que são os padres, os bispos e o Papa, [...] que estão muito desenraizados da beira do povo, e há uma igreja, que era uma igreja progressista, que bebeu muito do Concílio do Vaticano II, [...] e que bebeu muito também a partir dos movimentos, [...] que havia muito no Brasil, que era “a pedagogia do oprimido” [...]; Entretanto, a igreja considera que os padres brasileiros, com a teologia da libertação, eram importantes, e estavam enquadrados dentro da igreja, e a gente ia bebendo sinais importantes de que a igreja se ia transformando [...]; só que para nós (JOC) a igreja é o povo em acção, em transformação, não é o Papa e o bispo e o sr. Abade, é o

povo em acção [...] a gente servia-se muito dos salões paroquiais, na paróquia, para reunir, para chamar a atenção, e a nossa visão da igreja era de uma igreja libertadora, dos pobres, dos oprimidos, e não era uma igreja que estivesse de mão dada com os ricos. Era uma igreja que nós entendíamos que tinha de organizar, denunciar o que era mau, e apoiar os pobres, porque era a igreja dos pobres, era a igreja de Jesus Cristo.[...] nós interpretamos sempre, a doutrina da igreja e a doutrina social da igreja, que entretanto houve cartas encíclicas, ao longo do tempo, que foram saindo, onde os Papas foram chamando a atenção, disseram que a melhor forma de combater a guerra era o progresso, que a paz era o progresso, que o trabalho era para o homem e não o homem para o trabalho; portanto, ao longo do tempo houve, de vez em quando, alguns sinais, de alguns Papas que escreveram algumas encíclicas, onde a gente também vai beber. (M^a Emília Reis, 85-88)

Assumindo como método de trabalho “Ver, Julgar e Agir”, diversos núcleos realizavam um conjunto muito diversificado de reuniões e de iniciativas (debates, colóquios, convívios) onde se discutiam as questões do trabalho, as condições de trabalho nas empresas, e mais especificamente a situação dos jovens trabalhadores. A preocupação passava por, a partir de situações da vida real, muitas vezes ainda sem qualquer tipo de consciência política, fazer o levantamento concreto dos problemas existentes, debatê-los e agir, encontrando as formas e os meios de os tentar resolver. Para alguns jovens da JOC a vontade de intervir levou-os mesmo a irem trabalhar para determinadas fábricas para poderem ter aí um papel social mais activo.

ver, julgar e agir

Na altura (na década de 60) fazíamos muitas reuniões pelas freguesias, com as jovens, ao domingo [...] fazíamos reuniões com grupos de jovens; num fim de semana chegava a atingir quase trezentas jovens. Nessas reuniões a gente já discutia as questões do trabalho. [...] nós tínhamos um método, que ainda hoje é válido para quem o conseguir pôr em prática, que é ver, julgar e agir e todas as semanas nós julgávamos um caso – quais eram as causas, porque é que aquele caso existia, depois víamos a nossa realidade e depois o que é que nós podíamos fazer para transformar. E a gente naquela semana tinha que dizer o que é que ia fazer para transformar aquilo. [...] a gente não percebia nada de política naquela altura, as pessoas traziam casos [...] que as casas de banho eram só com meia porta que era para ver quem estava lá dentro e quem não estava e então a gente julgava aquilo e pensava o que é que a gente vai fazer para transformar isto (M^a Emília Reis, 10)

acção de transformação

quando tinha 24 anos, [...] resolvi ir trabalhar para a fábrica CORTEL, que existe lá em St, Tirso, que era uma fábrica de confecções. Resolvi ir trabalhar para fazer acção sindical lá [...] Agora chamo acção sindical, naquela altura era acção de transformação, não era sindicalista, era como membro da JOC. (M^a Emília Reis, 17-20)

Em diversos núcleos, envolvendo já elementos com um maior grau de consciência política, para além das questões mais relacionadas com o trabalho, eram também abordados um conjunto mais vasto de problemas, como questões relativas à guerra colonial, ao direito de voto aos 18 anos, mobilizando os jovens para uma intervenção mais geral na sociedade. Esta actividade contava com a oposição da hierarquia da igreja, sendo vista com grande desconfiança por alguns dos padres responsáveis de paróquias, ao mesmo tempo que era apoiada por outros.

eu começo a querer saber mais e começo a entrar de facto na própria actividade

(A partir do convite para ir a um colóquio sobre sindicalismo) começo a conversar, vou à JOC, vou às reuniões, há um levantar dos problemas sociais da juventude trabalhadora, e como é óbvio, hoje tenho essa consciência, na altura não tinha, os problemas da juventude trabalhadora não estão desligados de todos os problemas da sociedade e do mundo. E daí que começo, em função do apetite de saber, da curiosidade intensa, eu começo a querer saber mais e começo a entrar de facto na própria actividade, no sentido de lhe dar corpo e também de beber um pouco das vitaminas necessárias para o meu engrandecimento sob o ponto de vista de saber (Barra 2, 3-4)

Fruta não faltava para a gente debulhar

fazíamos colóquios, debates sobre a guerra colonial [...] fazíamos convívios, em que havia sempre um debate e um tema. Ou era o voto aos 18 anos, ou era a guerra colonial, ou era o problema do jovem trabalhador-estudante, ou era o problema da repressão nas empresas, ou era o problema dos salários baixos, sempre assim. Fruta não faltava para a gente debulhar, não é. [...] inclusive depois começamos a ser acusados pelo padre da nossa actividade. Nós fazíamos tudo isso e não íamos à igreja, fazíamos abaixo-assinados sobre a salubridade das ruas em Pedrouços, da falta de saneamento, e esses abaixo-assinados, com muitos milhares de assinaturas, foram parar à Câmara, [...] Depois de tudo isto, [...] fazíamos convívios com os mais variadíssimos temas a discutir, os mais variadíssimos temas, que se colocavam na ordem do dia, os problemas das pessoas (Barra1, 32-33)

Era através da sua actividade quotidiana, das questões que levantava, das iniciativas que realizava, das discussões que promovia, que a JOC desenvolvia um trabalho de formação com influência marcante em diversos jovens que participaram nas suas actividades. Foi aqui que, pela primeira vez, muitos começaram a equacionar um conjunto de questões sociais e a perceberem que podiam e deviam ter um papel e uma palavra a dizer na sua transformação, vindo a participar, de forma activa, mantendo-se ou não como membros da JOC, nos movimentos políticos de oposição e na luta sindical. São muitos os dirigentes actuais da CGTP, designadamente os que tiveram alguma intervenção antes do 25 de Abril ou imediatamente a seguir, que reconhecem ter sido na JOC o início do seu processo de consciencialização e do seu percurso de intervenção.

é uma forma de estar na vida que muda

Acção para transformar, esta era por assim dizer a linha máxima. A JOC timbrou-me, quer dizer, introduziu em mim um método que eu não posso olhar para ali e ver que está um homem em cima de um telhado, sem capacete, sem que aquilo me incomode. [...] É olhar para os acontecimentos e não dizer assim - isso é um problema dele; não, é achar que as coisas que acontecem são problemas nossos; são problemas nossos; portanto é uma vivência, é uma forma de estar na vida que muda; a partir daquela altura foi introduzida uma forma de estar na vida que perdurou, é uma forma de estar na vida atenta, a procurar agir de forma a alterar as coisas. (M^a Emília Reis, 85)

uma formação sob o ponto de vista da acção concreta e directa

este tipo de situações em termos de JOC [...] leva-nos a uma formação sob o ponto de vista da acção concreta e directa; também havia alguma literatura, havia um jornal periódico, o qual levantava alguns problemas da própria sociedade e que nos levava à reflexão. Havia também outro tipo de coisas que tínhamos ali que era o seguinte – faziam-se algumas questões de diversão, eram poemas, prosas, gente que concorria, coisas que, na maioria dos casos, mexiam e levantavam os problemas da sociedade. Portanto, isto leva também, queiramos ou não, por todos os lados, é sempre um ajudar a ir despertando, a ir levantando as coisas para as pessoas reflectirem e se debruçarem e a dada altura estudarem sobre elas. (Barra2, 5)

Em certos núcleos da JOC vivia-se uma situação de uma certa “cumplicidade” com outras organizações de jovens de natureza mais abertamente política, designadamente o MJT (Movimento da Juventude Trabalhadora), organização criada por jovens trabalhadores comunistas, mas integrando muitos jovens que não eram comunistas, e determinadamente influenciada pelo PCP (Partido Comunista Português), com vários elementos a serem, simultaneamente, membros das duas organizações. Aliás, no quadro de ilegalidade a que estavam condenadas todas as organizações de oposição, muita da actividade que estas realizavam tinha que ser feita, de alguma forma, a coberto de outro tipo de estruturas.

fazendo ainda parte da JOC, faço parte do MJT

o MJT surge muito antes do 25 de Abril, como é obvio, e é exactamente aí que também eu, fazendo ainda parte da JOC, faço parte do MJT. [...] Há alguém, que também está na JOC, e que também já tinha sido integrado no MJT e que me alicia no sentido de fazer parte do Movimento da Juventude Trabalhadora. [...] Há aqui, efectivamente, uma distância muito curta entre a minha entrada na JOC e a entrada no MJT; é muitíssimo curta porque é quase em simultâneo, porque quando eu vou ali ao colóquio, que não é uma iniciativa (da JOC) [...] o colóquio foi (organizado por) um grupo de jovens do MJT, com ligação à JOC e que, por uma questão de apoio logístico, pede à JOC, e mobiliza também a JOC, mas a direcção, a responsabilidade do dito colóquio é fundamentalmente do MJT, portanto daí que eu digo que há efectivamente uma promiscuidade em termos de tempo quando é que entro

para a JOC quando é que entro para o MJT, portanto há aqui de facto uma coisa que é difícil de separar (Barra2, 9-10)

O MJT desenvolveu um papel de grande importância no despertar e no aprofundar da consciência política de inúmeros jovens trabalhadores e na mobilização destes para a luta pelo derrubamento do fascismo. Sendo comuns alguns dos problemas abordados também por núcleos da JOC, designadamente o voto aos 18 anos, a guerra colonial, os direitos dos trabalhadores estudantes, a forma como eram abordados era claramente mais politizada. E a estas questões outras se juntavam, resultantes da integração e da participação activa dos seus membros também no movimento sindical e nos movimentos da oposição democrática.

outra actividade mais politizada

antes do 25 de Abril, já havia uma actividade da juventude sem ser mesmo da JOC, portanto a nível sindical, já absorvia de tal ordem a malta jovem que já começava a haver um afastamento da JOC para outra actividade mais politizada, porque talvez mais entusiasmante, pelo menos para mim era, e eu via que os outros também se estavam a afastar um pouco e integrar uma actividade mais politizada, mais activa, mais directa (Barra2, 9)

o direito de voto aos 18 anos, a luta contra a guerra colonial

O MJT era exactamente um movimento de jovens que trabalhavam, jovens trabalhadores que reuniam, discutiam os seus problemas e procuravam reivindicar e faziam a acção política no sentido de reivindicar aquilo que pensavam ter direito, como por exemplo, o direito de voto aos 18 anos, a luta contra a guerra colonial, que também foi uma luta bastante bem vencida de facto pelo Movimento da Juventude Trabalhadora, de certa forma também em paralelo com a UEC (União dos Estudantes Comunistas) [...] Em termos de objectivos, da luta contra o fascismo, da luta contra a guerra colonial, pelo direito ao voto aos 18 anos, pelo direito às horas para ir estudar ou para ter duas horas por dia para ir para a escola, ao dia dos exames e imediatamente ao exame, todo este tipo de lutas, naturalmente eram conduzidas e bastante empolgadas por estes grupos que depois se ligavam aos respectivos sindicatos; nessa altura já estou ligado ao Sindicato do Metalúrgicos, porque fui trabalhar depois para a Sonafi [...] O MJT era um movimento onde tinha jovens comunistas e não comunistas. Era um movimento unitário aonde havia dos mais variadíssimos quadrantes políticos, ideológicos e sociais. (Barra1, 28-30)

Mas outras organizações tiveram também um papel importante no despertar da consciência política de muitos jovens. Um exemplo interessante é a actividade, nos finais dos anos 60, do MOJAF (Movimento Juvenil de Ajuda Fraternal), na Srª Hora, em Matosinhos, no qual têm um papel muito activo jovens do MJT e estudantes comunistas. Através da dinamização de actividades de convívio e de debates iam-se

criando as condições para a discussão de problemas relativos ao trabalho e à sociedade em geral, para o desenvolvimento de outro tipo de interesses, para a realização de leituras diversas que assumiram uma grande importância na formação de muitos jovens trabalhadores. A existência de organizações como esta, pelas potencialidades que manifestavam de mobilização de jovens e para o seu envolvimento em discussões de natureza cultural e política, constituía uma ameaça para o regime, levando a que muitas das suas actividades fossem proibidas e que tivessem mesmo sido encerradas pela PIDE, como aconteceu com o MOJAF, em 1970.

de um momento para o outro passamos a transformar-nos em agitadores da MOJAF

Na Efanor, havendo tantos jovens, havia, como seria natural, na ocasião, a tentativa de os organizar. Como é que era possível? [...] a Efanor não tinha biblioteca, e então a gente passou a ir à MOJAF buscar livros e de um momento para o outro passamos a transformar-nos em agitadores da MOJAF; a participação era a utilização de livros, era a farmácia, era a organização de acampamentos – o último acampamento, suponho que foi proibido pela GNR, era para ser em Stª Cruz do Bispo, [...], e estava tudo marcado. Eu vendi N rifas na altura, [...] na Efanor, para apoio ao acampamento, e era giro que havia malta que me dizia assim – ó pá, eu compro-te as rifas mas tu não digas a ninguém que te comprei; tu sabes quem é a MOJAF? É uma organização de jovens ali ao pé da estação; ó pá, cuidado. Mas eu não ligava a isso, não ligava e portanto trabalhamos na organização do acampamento e esse acampamento, talvez em 66, 67, não me recordo bem ao certo, no último dia foi proibido pela GNR; ou seja quando a gente estava para ir sábado e domingo para o acampamento a GNR tinha cercado o espaço (Freitas, 22-24)

aquilo era uma forma de envolver os jovens

Portanto, no fundo, como é que a gente participava, aquilo era uma forma de envolver os jovens, chegamos a fazer passeios, íamos para a praia em grupos, jogar a bola, mas no fundo, não deixava de ter uma componente social e política; aos sábados à noite encontrávamo-nos lá para debates, falávamos dos problemas da Efanor, falávamos da indústria têxtil, falávamos das condições das camaratas, por exemplo; [...] Mas era essencialmente virado para malta mesmo muito jovem; eu tenho ideia que a gente quando frequentou o MOJAF, tinha quê, 16, 17 anos, devia ser mais ou menos essa idade; [...] suponho que antes de eu ir para o serviço militar, aquilo tinha sido fechado; de um momento para o outro foi fechado e faltaram-nos as pontas todas; [...] e um conjunto de jovens que por ali andavam desapareceu totalmente; [...] de um momento para o outro aquilo fechou, comentou-se que era a PIDE, a gente viu que aquilo era uma questão da oposição [...]; mas foi uma organização que eu diria que teve algum papel na dinamização da juventude da Efanor e não só, eu sei que eles também tocavam algumas empresas metalúrgicas (ibidem)

9.2. A frente sindical, a intervenção nos sindicatos

9.2.1. Os sindicatos corporativos

Com a instauração do fascismo foram tomadas uma série de medidas legislativas tendo em vista uma forte limitação dos direitos dos trabalhadores e da actividade sindical, que tinha uma grande relevância no período da República. Em 1933, na sequência da aprovação do Estatuto do Trabalho Nacional, os sindicatos até então existentes foram extintos, ilegalizados, obrigados à força a encerrar as suas instalações e a entregar os seus bens, estipulando-se a criação de Sindicatos Nacionais, de natureza corporativa, e dependentes do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência⁴¹. A designação de “nacional” não tinha a ver com o seu âmbito geográfico, que regra geral seria distrital, significando sim a sua vinculação à “*componente nacionalista da ideologia do regime*” (Valente, 1996a:916), não podendo filiar-se em organismos internacionais. Posteriormente foi decretada a obrigatoriedade de inscrição e o pagamento de quotizações por todos os trabalhadores⁴², embora isso não os tornasse automaticamente sócios do sindicato nem lhes assegurasse qualquer direito a participar na sua actividade. Ser sócio efectivo implicava a realização de uma outra inscrição e só podiam fazê-lo os maiores de 18 anos.

Logo em 1934, a 18 de Janeiro, envolvendo os sectores operários anarco-sindicalistas e comunistas, agregados respectivamente na CGT – Confederação Geral de Trabalhadores e na CIS – Comissão Intersindical, entretanto ilegalizadas, dezenas de milhares de operários, numa tentativa de organização de uma greve geral insurreccional, levaram a cabo diversas greves e outras movimentações por todo o país, com particular expressão na Marinha Grande, onde os operários vidreiros “dominaram” e “ocuparam” a vila. Para além das exigências de melhores salários, da diminuição da jornada de trabalho e do fim da repressão, a luta foi essencialmente em defesa da liberdade sindical, contra a “fascização dos sindicatos” e a legislação que instituiu a criação de sindicatos corporativos. Apesar da derrota e da brutal repressão que se lhe seguiu, com um grande número de despedimentos, a prisão e deportação de muitos activistas para a fortaleza de Angra do Heroísmo, alguns dos quais acabaram, em 1936, por ser transferidos e ir inaugurar o “campo de concentração do Tarrafal”⁴³, o 18 de Janeiro de 1934 constitui claramente um marco na história da resistência do movimento operário português em defesa de sindicatos livres.

⁴¹ DL. 23050, de 23 de Setembro de 1933

⁴² DL. 29931, de 15 de Setembro de 1939

⁴³ Estabelecimento prisional, criado pelo Estado Novo, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, para onde eram enviados os presos políticos considerados mais perigosos pelo regime fascista, sobretudo comunistas, anarquistas e sindicalistas. Inaugurado em 1936, ficou conhecido pelo “campo da morte lenta”. Os maus-tratos, o clima insalubre, a má alimentação, os trabalhos forçados, a ausência de cuidados médicos, foram responsáveis pela morte de muitos dos presos que para lá foram enviados. “Quem vem para o Tarrafal vem para morrer!”, era com estas palavras que o seu

Até 1945, a maior parte dos sindicatos tinham direcções ou comissões administrativas nomeadas pelo governo ou pelo patronato, uma vez que, embora estatutariamente previstas, não se realizavam eleições. Mas, em 1945, após a 2ª guerra mundial, são convocadas eleições para todos os sindicatos, tendo em alguns vencido direcções da confiança dos trabalhadores, muitas das quais não vieram a ser homologadas pelo governo (o que era obrigatório, como forma de o regime impedir a eleição de direcções que não fossem da sua confiança política), não chegando a tomar posse. No entanto, a partir de então, e apesar dos fortes condicionalismos impostos e da repressão permanente, a intervenção nos Sindicatos Nacionais não deixou de ser uma frente de luta assumida por muitos trabalhadores, designadamente em torno da contratação colectiva. (Vitoriano, 1995:6)

e foi assim que nasceu, em 1934

daquilo que conheço e interiorizei, foi na Companhia Carris do Porto que nasceu o Sindicato (dos Metalúrgicos), com o pessoal da Companhia Carris do Porto e, muito provavelmente, com a cumplicidade da administração. Levaram o pessoal para o Centro de Cultura Católica do Porto onde um juiz do Tribunal de Trabalho (o 2º conde da Aurora) e o abade da Sé, foram lá dizer porque é que haviam de formar o Sindicato Corporativo e porque era importante o Sindicato Corporativo e foi assim que nasceu, em 1934, empurrado pelos fascistas, abusivamente abençoado em nome de Deus e apoiado pela direcção da empresa de maior concentração de metalúrgicos no Porto (Ranita1r, 13)

os dirigentes sindicais tinham de ter o apoio do Ministério das Corporações

os dirigentes sindicais (antes do 25 de Abril), todos eles tinham de ter o apoio do Ministério das Corporações, portanto tinha de se saber o cadastro deles, se não tinham cadastro, senão não podiam ser dirigentes sindicais. A gente sabia que aqueles dirigentes sindicais, mais ou menos, eram todos feitos à lupa. Não defendiam nada, era uma corporação, não defendiam quase nada, estavam ali, também um pouco, como hei-de dizer, um pouco apertados, nem que um ou outro tivesse um bocado mais de consciência, o regime não lhes permitia e portanto eles tinham o cerco, tinham o seu cerco (Mª Emília Reis, 52-53)

também sabíamos que o sindicato era um sindicato do patrão

(antes do 25 de Abril) nós já tínhamos consciência do sindicato corporativo, disso tínhamos consciência, primeiro porque nenhum de nós podia deixar de ter o cartão do sindicato, eu ainda hoje o tenho guardado, e o cartão do sindicato tinha os vários anos de aprendizagem, qual era o salário que cada um de nós tinha que estar a ganhar. [...] eu acho que nenhuma de nós alguma vez veio ao sindicato, mas tínhamos aquilo e sabíamos que existia, mas também sabíamos que o sindicato era um sindicato do patrão,

director recebia os presos. Encerrado em Janeiro de 1954, por pressão da comunidade internacional e das forças da oposição política em Portugal, foi reaberto em 1962, destinado aos militantes e guerrilheiros dos movimentos de libertação das colónias, tendo sido definitivamente encerrado com o 25 de Abril.

também sabíamos isso; mas era uma coisa que nunca nos meteu grande aflição; quer dizer nós não tínhamos necessidade, não havia a necessidade objectiva de vir tratar de nada ao sindicato e portanto aquilo existia, e passávamo-nos ao lado, completamente (Palmira, 22)

Toda a movimentação dos trabalhadores em torno dos sindicatos e a luta pela eleição de direcções da sua confiança ganhou um novo fôlego, a partir de 1969. Na fase inicial do governo de Marcelo Caetano, período da chamada “Primavera Marcelista”, que chegou a ser considerada como uma fase de maior abertura do regime, foi publicada nova legislação sindical, que dispensava as direcções sindicais eleitas de homologação ministerial e permitia a nomeação de delegados sindicais nas localidades ou empresas⁴⁴, obrigava o patronato a responder às propostas de contratação colectiva por parte dos sindicatos e sujeitava os diferendos laborais à jurisdição de tribunais arbitrais⁴⁵. Nesta fase são vários os sindicatos em que os trabalhadores se mobilizaram na tentativa de eleição de direcções da sua confiança, o que continuou a ser um processo extraordinariamente difícil dados os entraves colocados à apresentação de listas e ao próprio decurso dos processos eleitorais.

O patrão distribuía os votos da lista oficial

em 1969 ia haver eleições (para o sindicato têxtil); chegaram a estar marcadas umas eleições em que estava a lista do regime e uma da oposição, e eu fiz parte da comissão de jovens de dinamização das eleições. Mas também foram umas eleições em que a gente trabalhou e na véspera as eleições foram canceladas. [...] eu sei que em 69 fui engajado para essa comissão; trabalhei, distribuí propaganda na Efanor, a gente na altura tinha que levar os votos, porque eles sonegavam os votos da outra lista. O patrão distribuía os votos da lista oficial; o serviço de pessoal metia no envelope da fêria, chamava-se a fêria, ao fim de semana (nós recebíamos à semana) a lista oficial, e a outra não chegava, que era a lista B e então nós tínhamos o papel de andar a distribuir a lista B. (Freitas, 25)

No entanto, e apesar das dificuldades, nalguns sindicatos acaba por se concretizar a eleição de direcções da confiança dos trabalhadores, perspectivando um outro tipo de intervenção sindical, que se irá manter, mesmo quando a referida “abertura” novamente se fechou. Em Outubro de 1970, foi publicada nova legislação sindical⁴⁶

⁴⁴ Decreto-Lei N.º 49058/69, de 14 de Junho

⁴⁵ Decreto-Lei N.º 49212/69, de 28 de Agosto

⁴⁶ Decretos-lei N.º 492/70, de 22 de Outubro e N.º 502/70, de 26 de Outubro

“permitindo ao Ministro das Corporações a destituição das direcções sindicais “subversivas”, o que não tarda a acontecer nos metalúrgicos (de Lisboa), nos bancários e em várias outras, a par da proibição das assembleias gerais dos sindicatos e da pronta resposta policial às tentativas de manifestações de rua. Ao mesmo tempo, os tribunais arbitrais são colocados sob a dependência governamental” (Rosas, 1999:19),

e alargando-se a acção da censura aos anúncios, comunicados e convocatórias sindicais (Barreto, 1990:88). Mas, diversos sindicatos tinham já uma grande intervenção junto dos trabalhadores, como era o caso, no Porto, do Sindicato dos Bancários e do Sindicato dos Metalúrgicos, em torno da contratação colectiva e da designação/eleição de delegados sindicais, o que permitiu uma grande ligação a muitas empresas, dando origem a um período muito intenso de lutas, brutalmente reprimidas pela polícia e com o despedimento e a prisão de numerosos dirigentes sindicais. Neste período

“vão ser frequentes as greves, manifestações de rua, choques com a polícia, envolvendo importantes sindicatos como o dos Metalúrgicos, os Bancários, Escritórios, Caixeiros, Lanifícios, etc, com prisões de dirigentes sindicais e repressão policial de assembleias” (Valente, 1996:923.)

A crescente intervenção de diversos sindicatos junto dos trabalhadores, a existência em vários de direcções efectivamente eleitas por estes e da sua confiança, criou condições para a constituição, em 1970, numa situação de semi-clandestinidade, da Intersindical. A actividade destes sindicatos e da Intersindical, e as condições de forte repressão em que eram desenvolvidas, contribuiu para que um número cada vez maior de trabalhadores fosse adquirindo a consciência de que a luta pelos seus direitos implicava a luta pela liberdade sindical e que esta não era possível sem uma profunda mudança política, sem a sua participação activa na luta mais geral pela liberdade. O movimento sindical transformou-se, assim, numa frente de luta fundamental contra o fascismo, na qual se empenharam muitos trabalhadores para quem essa luta passou a constituir uma dimensão central da sua existência.

9.2.2. A luta pela liberdade sindical: o exemplo dos Metalúrgicos do Porto

9.2.2.1. A conquista da direcção do sindicato pelos trabalhadores

A luta travada por trabalhadores metalúrgicos do Porto pela conquista da direcção do Sindicato (Sindicato Nacional dos Operários Metalúrgicos do Distrito do Porto), entre 1969 e 1970 (precisamente no período da “abertura” marcelista), é bem elucidativa das restrições e limitações à actividade sindical, do controlo efectuado pelo governo, das acções intimidatórias da PIDE sobre os activistas sindicais, das dificuldades em conseguir eleger e garantir a tomada de posse de dirigentes que não fossem da confiança do regime, mas também da capacidade de mobilização dos trabalhadores existente nalguns sectores.

Essa capacidade de mobilização não era independente da existência de núcleos organizados, a funcionar numa situação de clandestinidade ou semi-clandestinidade, como um designado “Grupo de Operários Metalúrgicos”, envolvendo operários de diferentes empresas metalúrgicas, ou da “Comissão Sócio-Profissional de Trabalhadores do Porto”⁴⁷ e de um conjunto muito diversificado de lutas que vinham a ser travadas em inúmeras empresas, envolvendo já milhares de trabalhadores. Aliás, só uma grande capacidade de articulação de formas de acção legais, semi-legais e ilegais, uma forte ligação às empresas de diversos activistas e o grande envolvimento de muitos trabalhadores permitiu que algumas direcções eleitas viessem efectivamente a tomar posse.

Todo este trabalho implicou um grande esforço de unidade de trabalhadores, com diferentes sensibilidades e com intervenção em diversas áreas sociais e políticas (designadamente comunistas e sectores católicos), mas também com muitos que até então nunca tinham tido uma participação social activa. Se para alguns a intervenção sindical era assumida como mais uma e muito importante frente de luta contra o fascismo, para outros foi a partir da sua participação no sindicato, da aprendizagem prática do sindicalismo, naquelas condições, que se foi desenvolvendo a sua consciência política e a percepção que a defesa dos trabalhadores e o combate às injustiças implicava a luta pela liberdade.

aquilo também não aparece por acaso

Foi neste quadro que arrancaram para a tentativa, onde me integrei, de ganhar as eleições no Sindicato, pela 1ª vez, em 1969 (Ranita1r, 12). Há um movimento que foi aproveitado para agregar gente que já participava nessas discussões, nesta fábrica, naquela outra, e entretanto, também havia lutas nas empresas. Lutas, algumas até interessantes. [...] Na

⁴⁷ Criada no âmbito do movimento democrático, da Comissão Democrática do Porto, por alturas das eleições de 1969, e envolvendo trabalhadores de diferentes sectores profissionais.

antiga Fábrica Leão, na Oliveira e Ferreirinha, na Mário Navega, na própria Eduardo Ferreirinha, movimentações de pessoal, porque aquilo também não aparece por acaso; quer dizer, o contrato, a proposta de alterações do grupo de trabalhadores aparece acompanhado de uma movimentação mais larga nas empresas: de reclamações, de reivindicações (Ranita1, 62-63)

encontrei um movimento organizado

Eu (quando começo a participar na actividade sindical) encontrei um movimento organizado. [...] Havia um grupo que se reunia e foi a partir da iniciativa desse grupo [...] que surgiu o contacto. Eu também creio que o grupo para se candidatar precisava de alguém como eu, quer dizer com os traços sociais e a ausência de traços políticos que eu tinha. O Joaquim Maia de Sá já tinha sido preso pela PIDE, estava identificado, o Felgueiras, que era o cérebro, era bem conhecido da PIDE e estava afastado de uma participação mais activa porque tinha estado mais do que uma vez preso. (Ranita2, 12-13)

dois ou três, que se via que era gente mais politizada

E a grande questão que muitas vezes estava sobre a mesa nas discussões, mas não era da parte de todos, era da parte de dois ou três, que se via que era gente mais politizada, era a preocupação em fazer as coisas dentro das normas vigentes [...] (o Joaquim Felgueiras) era quem preparava as propostas de documentos do grupo e quem tinha mandado editar na tipografia 9 de Julho, a brochura com a proposta do novo CCT. Havia outros, como o Libertário e o Barra, muito jovens na altura, organizadores de uma Comissão de Jovens do Sindicato, que também faziam parte do “Grupo de Operários Metalúrgicos” (da Leão, Mário Navega, Eduardo Ferreirinha, Sonafi, Fábrica das Antas, UTIC, Sepsa e mais) de onde viria a sair grande parte da futura direcção do sindicato. Este núcleo teria originalmente à volta de uma dúzia de pessoas, número que cresceu muito após o procedimento arbitrário dos directores corporativos em exercício e com a organização das novas eleições em 1970 (Ranita1r, 12).

Nas eleições realizadas em Fevereiro de 1969, a lista da oposição conseguiu uma importante vitória eleitoral, “*por 435 votos contra 333 (cerca de 300 destes últimos por correspondência)*” (Barreto, 1990:73), tendo as eleições sido anuladas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral que, invocando não poder considerar válidos os resultados, não daria posse à nova direcção, num processo que é significativo das condições de não liberdade em que as eleições sindicais se realizavam. Este facto deu origem a um importante processo de luta, envolvendo milhares de trabalhadores em grande número de empresas, exigindo o reconhecimento dos resultados eleitorais e recusando a solução proposta pelas entidades oficiais de recurso aos tribunais, com a consciência que tal levaria ao protelamento indefinido da situação.

mandaram invocar que por isto e por aquilo não podia [...] dar posse à lista

Nós ganhámos as eleições e ele (o Presidente da Mesa da Assembleia Geral) depois inventou, mandaram inventar, porque ele não fazia nada sozinho, não tinha autonomia nenhuma, mandaram invocar que por isto e por aquilo não podia considerar válidos os resultados e dar posse à lista... [...] E nós, depois fomos chamados ali..., mas antes disso [...] há a preparação, a crivagem, a auscultação, mas quem são estes gajos que aparecem e tal e eu depois de apresentado como candidato a presidente fui chamado várias vezes ao Delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP), responsável pelo controlo político dos sindicatos e daquele processo. A intenção dele era conhecer-me e, se possível, manobrar-me. (Ranita 1r, 13)

Num quadro de grande mobilização dos trabalhadores em torno da direcção que não tinha sido empossada, e exigindo a sua tomada de posse, desenvolveu-se simultaneamente uma intensa luta em torno da contratação colectiva, que reforçou ainda mais a influência e a ligação aos trabalhadores da lista vencedora, gerando-se um grande movimento em torno da conquista do sindicato. As eleições acabam por ser repetidas em Julho de 1970, constituindo o novo processo eleitoral e o próprio dia das eleições, pelo número de pessoas envolvidas e pelo ambiente criado à sua volta, uma referência muito importante na luta dos trabalhadores do Porto em defesa da liberdade sindical. A lista da oposição ganhou novamente as eleições, desta vez por uma margem muito mais expressiva, dando início a uma nova fase da actividade do sindicato e a uma alteração profunda das lógicas da acção e intervenção sindical. Pela primeira vez, tinham sido criadas as condições para que os trabalhadores metalúrgicos do Porto pudessem sentir o sindicato como o seu sindicato e não como um sindicato ao serviço das entidades patronais.

As segundas eleições foram um espectáculo

Em 1970 repetem-se as eleições, eles então já não sabiam o que é que haviam de fazer porque a dinâmica de massas em torno da conquista do Sindicato, o aproveitamento que fizemos desta injustiça e o contrato colectivo de trabalho que nunca mais saia, tudo isto deu uma dinâmica de massas à lista que permitiu fazer coisas, e depois tudo acontecia, o problema era controlar a situação! [...] Sei que tivemos 600 e tal votos, não foram muitos mas... Contra cerca de cento e tal... Uma diferença muito grande. [...] As segundas eleições foram um espectáculo, aliás, isso está gravado em filme, porque conseguimos pôr gente com a braçadeira de metalúrgico, com carros na Rua D. João IV, [...] aquilo tudo organizado com uma equipa de segurança, com braçadeiras, porque o que nós não queríamos é que surgissem provocações e a polícia entrasse ali [...] Gente a esperar horas, ali naquela Rua D. João IV, olha: foi um espectáculo! [...] O delegado do INTP no Porto, Dr.Cotta, ainda tentou que aceitássemos fundir numa só as duas listas. Como lhe deixamos claro que nem sequer considerávamos a ideia, desistiu. Então, os membros da direcção anterior, forçados pelo regime a permanecer no sindicato, só desejavam que o pesadelo diário, no contacto com os seus colegas na própria empresa, terminasse rapidamente. (Ranita 1r, 14)

Finalmente tomamos posse depois de uma nova vitória eleitoral devidamente homologada pelo secretário de estado das corporações. Mas, estávamos conscientes de que apenas tínhamos voltado uma página de um processo mais vasto, carregado de muitas dificuldades e, sobretudo, permanentemente vigiados pelo regime (Ranita 1r, 14)

9.2.2.2. Transformação da actividade sindical: a mobilização dos trabalhadores

A conquista da direcção veio introduzir formas, métodos, dinâmicas e objectivos de trabalho completamente diferentes. Os novos dirigentes sindicais viram-se agora confrontados com um mundo de questões e problemas novos, que nada tinham a ver com o seu trabalho na fábrica, aos quais tinham que ser capazes e queriam dar resposta. Iniciou-se assim, para estes, um novo desafio que exigia e punha à prova a mobilização das suas capacidades intelectuais, dos seus conhecimentos e experiências de vida, dando origem à construção conjunta de novos saberes.

Para vários activistas, é a partir desta altura que começam a participar regularmente em reuniões, no sindicato e nas empresas, a tomar a palavra, a participar em processos de decisão, a desenvolver hábitos de leitura, a tomar notas e a escrever documentos, a planificar a actividade. A ligação aos trabalhadores e a sua mobilização para a defesa dos seus interesses, então muito associados à negociação do contrato colectivo, que estava em curso, tornaram-se centrais. Mas, o aprofundamento da ligação aos trabalhadores implicou também pensar e tomar medidas de reorganização do sindicato, por forma a permitir que estes se apercebessem das grandes mudanças que se tinham verificado em resultado das eleições.

O sindicato tinha que ganhar a confiança dos trabalhadores, ser capaz de os defender e de dar resposta aos múltiplos problemas com que estes eram confrontados. Continuando todos os dirigentes eleitos a trabalhar a tempo inteiro nas respectivas empresas (não havia então dispensa de horas para a actividade sindical), foi necessário passar a ter na sede pessoas da confiança da direcção que pudessem atender os trabalhadores, mas também criar as condições para que os próprios dirigentes, e outros activistas, os atendessem fora das horas de trabalho – ao fim da tarde, à noite, ao fim de semana. Esta relação com os trabalhadores, e a necessidade sentida de responder aos problemas, o envolvimento directo dos dirigentes e activistas, levou a que muitos comesçassem a conhecer, a estudar e a dominar, em profundidade, um conjunto alargado de assuntos, designadamente de natureza socioprofissional, que até então desconheciam ou conheciam superficialmente.

As novas questões a que era necessário dar resposta, designadamente a nível da contratação e do apoio jurídico aos trabalhadores, levou igualmente à contratação

de técnicos de confiança, nomeadamente advogados, com os quais se discutiam os diferentes problemas, permitindo o cruzamento de saberes de natureza mais teórica, nomeadamente de ordem jurídica, com os saberes práticos, resultantes do conhecimento profundo da realidade dos locais de trabalho, e do que se passava no interior das empresas. As discussões travadas, passando a ter no centro das preocupações o encontrar das melhores propostas e soluções para a defesa dos interesses dos trabalhadores, constituíram-se num importante processo formativo para todos os envolvidos.

Quem começou a atender os trabalhadores foram os novos dirigentes eleitos

Quando chegamos à direcção do sindicato havia muitos trabalhadores a dizer que as suas queixas eram denunciadas aos patrões. O sindicato não tinha a confiança dos associados nem estava organizado para dar resposta a muitos trabalhadores que lá fossem. As mais das vezes não havia dirigentes que os recebessem. Existia um só advogado. E, o tal advogado, era simultaneamente sócio, no capital, da empresa metalúrgica Salvador Caetano, situação que era proibida por lei, até no tempo do corporativismo. Foi o que bastou para o demitirmos de imediato. E metemos, então um jovem advogado, recém formado, que foi o nosso primeiro apoio jurídico. Não confiávamos nos funcionários que encontramos no sindicato. Quem começou a atender os trabalhadores foram os novos dirigentes eleitos e outros activistas. [...] Para reunir condições de trabalho foi necessário despejar lá uma cave, destinada a arrumos, e fazer dois gabinetes de trabalho, onde passamos a receber diariamente, depois da hora normal de trabalho, os trabalhadores queixosos, cujo número ia crescendo, à medida que ganhavam confiança no sindicato. (Ranita2, 19)

problemas da definição de funções e do enquadramento profissional

(As questões colocadas pelos trabalhadores ao sindicato) eram mais situações de que hoje não se fala, mas que na altura tinham uma grande relevância: os problemas da definição de funções e do enquadramento profissional, do acesso e carreira profissionais. Enquadramento profissional porquê? Porque as tabelas salariais estavam relacionadas com o enquadramento da categoria profissional. Portanto, era preciso estudar as funções exercidas para verificar se o trabalhador estava bem classificado, antes de confirmar a correcção do salário auferido. Esse trabalho era específico do Joaquim Felgueiras, metalúrgico antigo, bom conhecedor da indústria, colaborava na área do chamado Gabinete Técnico. [...]. Essa era muita da nossa actividade. Depois havia processos de despedimentos ilegais, abusos e arbitrariedades diversas, como por exemplo a de trabalhadores de 40 anos serem ainda considerados aprendizes ou estagiários. Estas eram as situações mais vulgares. (Ranita2, 20)

Muito para além do domínio deste tipo de problemas, o contacto com trabalhadores de diversas empresas, o conhecimento concreto e específico que passaram a ter de muitas outras situações, as novas relações estabelecidas, as

discussões travadas, os colectivos em que as pessoas se inseriram, pequenos episódios que foram acontecendo, a percepção directa da existência da PIDE, criaram as condições para uma maior percepção das injustiças e dos problemas sociais como problemas políticos, permitindo a transformação de uma certa consciência social, que tinha levado alguns trabalhadores a iniciar uma actividade no sindicato, em consciência política.

a consciência social foi-se transformando gradualmente em consciência política

(Quando entrei para o sindicato), quando me ocupava a ouvir as histórias e os problemas dos trabalhadores que apareciam a queixar-se no sindicato, a consciência social foi-se transformando gradualmente em consciência política. E se não me tivesse aparecido um dia, à porta da Fábrica das Antas, um desconhecido, o Joaquim Maia de Sá, que alguém mandou procurar-me? Ele queria saber se eu aceitava entrar lá na lista de candidatos para a direcção do sindicato. Que vida, que atitudes teriam sido as minhas sem esse episódio? (Ranita2, 11)

“a fotografia do Sr. Presidente do Conselho caiu”

No sindicato também houve situações que deram para fazer pequenos avanços políticos. Há um episódio muito interessante, um bocado caricato até, que tem a ver com a queda de uma moldura com uma fotografia, da parede do sindicato. O incidente pôs-me a pensar mais profundamente na situação que enfrentávamos, até porque, depois, fui envolvido nela. [...] um dia, telefona-me para a empresa o “dono do sindicato” - o chefe de serviços, lá colocado pelo regime e bufo da PIDE - ó sr. Ranita, ó senhor presidente [...] “a fotografia do Sr. Presidente do Conselho caiu! está no chão toda partida!” Tentei ganhar tempo para me adaptar à situação: então diga-me lá o que se passa, mas com calma. E o homem relatou que, ao abrir o sindicato, tinha encontrado o Salazar feito em cacos, caído no vão da escada. [...] A parede estava inteira e a escápula continuava firme no seu sítio. Acontecimento estranho aquele! Sr. Castro, respondi-lhe – que podemos fazer agora? Mandê arrumar os cacos, se faz favor, e falamos mais logo no caso. O Castro não desarmava: é que está aqui um senhor da Polícia (neste ponto foi-me fácil imaginar o Castro a informar a PIDE antes de me contar o sucedido), que quer falar com a direcção e está a ver o quadro partido. Eu fiquei furo, até porque o Castro tinha instruções precisas sobre a atitude que devia tomar se a polícia entrasse no sindicato. Retorqui: esse senhor tem que sair imediatamente do sindicato e o sr. fica responsável por isso. Esta minha reacção foi epidérmica; eu não tinha a formação política para dar uma resposta daquelas. Se a tivesse, talvez não a desse daquela forma, tão espontânea, tão aventureira. A verdade é que a PIDE não insistiu em falar connosco. (Ranita2, 12-13)

deve ter sido um autocarro que passou ali na rua

Mas o drama prolongou-se, porque o Castro, à viva força, queria colocar outro quadro de Salazar na mesma escápula. Ninguém da direcção estava de acordo, mas também não queríamos dizer-lhe que não. Primeiro temos que investigar o que se passou, argumentei. Quando levei o caso à direcção, encontrei olhares irónicos, em apoio do Maia de Sá: isso

deve ter sido um autocarro que passou ali na rua. Fez tremer o prédio e ... Foi essa a conclusão da averiguação do acidente. Este episódio valerá como exemplo do ambiente enfrentado no seio dos Sindicatos Nacionais controlados pelo regime, que contribuiu para o amadurecimento progressivo da minha consciência política. (ibidem)

A nova concepção da actividade, marcada pela vontade de envolvimento do maior número possível de trabalhadores na acção sindical, não passava apenas pela resolução pontual de problemas específicos de alguns. A atenção dada a cada questão permitia perceber melhor como muitos dos problemas que se colocavam a cada trabalhador eram problemas colectivos, que havia um conjunto grande de problemas comuns a todos, só resolúveis no quadro de uma grande mobilização e intervenção conjunta. O sindicato começou, então, a realizar reuniões à porta das empresas, muitas delas interrompidas pela polícia, a editar e distribuir comunicados para informar e envolver os trabalhadores, a proceder à recolha de abaixo assinados, a criar uma rede de delegados sindicais que permitia uma ligação directa do sindicato às empresas.

A negociação do contrato deixou de ser encarada como algo que era feito à margem dos trabalhadores, e da qual não se esperava, e muito menos se exigia, melhorias significativas para estes, mas como algo que tinha que ser feito em estreita articulação com os trabalhadores, auscultando as suas opiniões, exigindo a salvaguarda dos seus direitos, assumindo que os resultados da negociação dependeriam essencialmente da sua capacidade de mobilização e da unidade e força que fossem capazes de demonstrar.

As Assembleias Gerais e concentrações que então se realizaram, pelo número de trabalhadores que conseguiram reunir, pela forma entusiástica como decorreram, apesar da permanente presença intimidatória da polícia e da PIDE, são reveladoras da grande influência do sindicato e da sua capacidade de mobilização para a luta de importantes sectores de trabalhadores que ganharam assim uma nova consciência das suas potencialidades e do seu próprio papel social. Foi uma nova concepção de trabalho sindical que foi assumida e que atribuía aos trabalhadores um papel essencial na luta pela defesa dos seus direitos, contribuindo para a sua construção como “metalúrgicos”, com consciência de classe, “orgulhosos” de o serem, porque conscientes da sua unidade e da sua força colectiva. O envolvimento na actividade do sindicato, a participação nas iniciativas e nas discussões, foi também para diversos trabalhadores o ponto de partida para o desenvolvimento da sua consciência política e para o início de uma intervenção mais activa na luta contra o regime, inserindo-se igualmente noutras organizações e movimentos da oposição.

após sermos empossados, então gera-se uma dinâmica de massas

Onde se dá o movimento de massas imparável, substancial, é após a conquista do Sindicato. Isso foi uma coisa! Reuniões aí à porta das empresas, com a polícia presente, a Guarda Nacional Republicana a intervir - "O que é que vocês estão aqui a fazer? Que reunião é esta?", com malta a ouvir... e acompanhado de uma coisa que na altura foi uma inovação que foi a criação dos delegados sindicais de empresa, logo a seguir às eleições. [...] Após ganhar, após sermos empossados, então gera-se uma dinâmica de massas que eu estava a falar em que em muitos casos íamos às empresas, é claro que não havia liberdade para fazer essas reuniões, mas à porta das empresas, na hora de saída, pegava-se num carro e fazíamos isso, [...] a criação dos delegados sindicais também ajudava a fazer ligação. Agora já com o aparelho do Sindicato, [...] investimos em novos equipamentos e aí começamos; saía um comunicado, logo o comunicado era rapidamente distribuído por N empresas no Porto. E com reuniões, Assembleias Gerais frequentes, bastante participadas na altura, isso foi uma dinâmica... (Ranita1, 78-79)

Então é da PIDE! Podia ter dito que era da PIDE

(Em) 5 de Janeiro de 74.[...], há (uma assembleia do sindicato, no Pavilhão Infante Sagres) em que participei que juntou 3000 metalúrgicos. [...] foi uma Assembleia também pela luta em torno do contrato, fundamentalmente, aquilo era o que mobilizava. Nessa altura eu era da Comissão de Jovens e colaborava com a Direcção do Sindicato. Nas acções que o Sindicato levava à prática, lá estávamos nós também, a juventude. Eu estava na porta, e estava estabelecido que só entrava gente com cartão de associado, devidamente identificado como sócio e, a determinada altura, aparece-me lá um artista que queria entrar sem se identificar, eu disse "Não, tem que se identificar" [...] e ele identificou-se e depois era da DGS "Então é da PIDE! Podia ter dito que era da PIDE, que isso identificava-o, que eu deixava-o entrar!", logo a alertar toda a gente; já tínhamos ali um grupinho para o ir enquadrar, para ver para onde é que ele ia, para estar à beira dele. [...] Pronto e foi essa célebre Assembleia de 3000 e tal metalúrgicos, é verdade. Uma coisa mesmo muito forte. A capacidade de mobilização do Sindicato era fortíssima. Era porque nós já tínhamos delegados sindicais nas empresas, numa boa parte das empresas e fundamentalmente nas empresas maiores tínhamos delegados sindicais em acção. (Barra1, 96-98)

ser metalúrgico era uma coisa que as pessoas gostavam

nós mandámos fazer, em determinada altura, um emblema, não teve nada a ver com o emblema do Sindicato, era um emblema que era uma tirinha que dizia "Metalúrgicos", assim escrito, em metal e com uma roda dentada em que era o símbolo da classe, era só isto [...] Aquilo, evaporou-se! Porque naquela altura o ser dos metalúrgicos, ser metalúrgico era uma coisa que as pessoas gostavam, o Sindicato tinha um prestígio muita grande, na malta toda, e aquilo só trazia "Metalúrgico"... Foi a edição toda do emblema num instante! [...] Houve um papel, a luta dos metalúrgicos e o papel dos metalúrgicos na luta, o seu estilo, sobretudo uma acção sindical diferente, de massas, de massas e de classe... (Ranita1, 90-91)

A consciência da importância do envolvimento e mobilização dos trabalhadores na negociação do contrato, assumida agora como uma forma de luta, esteve presente de modo muito claro nas diversas fases do processo, sendo significativo lembrar o trabalho desenvolvido pela nova direcção do sindicato, junto de outros sindicatos e dos trabalhadores do sector, na própria elaboração da contra proposta sindical. Em conjunto com os outros sindicatos envolvidos neste processo, que integravam a Federação do sector, foi realizado um estudo, a nível nacional, sobre as condições de vida e de trabalho dos metalúrgicos, na base do qual foi elaborada a proposta apresentada pelos sindicatos. A realização deste estudo implicou, desde logo, a elaboração de um questionário (com o apoio de economistas) e a sua administração a um número significativo de trabalhadores, de diferentes empresas, de todo o país, para o que foi necessário o envolvimento e responsabilização de um grande número de activistas que se deslocaram aos diversos locais para contactarem directamente os trabalhadores.

Foi já nesta fase do processo que se realizaram muitas reuniões à porta das empresas, se recolheram dados, se identificaram problemas, se ouviram os trabalhadores, e se distribuíram inúmeros documentos. O processo de elaboração da contra proposta sindical, pelo número de trabalhadores envolvidos e pelo papel que lhes foi atribuído, permitiu que esta fosse sentida e assumida como a sua proposta, para a elaboração da qual tinham contribuído com os seus conhecimentos e saberes, e em torno da qual se uniram e se continuaram posteriormente a mobilizar. Pela primeira vez milhares de trabalhadores foram envolvidos na elaboração de um documento de enorme importância para o seu futuro, percebendo e aprendendo que não tinham que estar condenados às imposições unilaterais das entidades patronais.

perspectiva de massas do trabalho desenvolvido

após a conquista do Sindicato [...] foi importante, sem dúvida, todo o trabalho de preparação, chamemos-lhe assim, não sei se correcta ou incorrectamente, científica de resposta à contra-proposta patronal. E eu digo científica porque o que foi feito foi um trabalho de fundo! (Ranita1, 78-83)

Primeiro tínhamos que ganhar para a ideia todos os sindicatos do sector e eram muitos [...]. Isto obrigou a demoradas discussões visando o envolvimento e co-responsabilização nas tarefas práticas dos sindicatos [...] Depois, foi necessário envolver, em cada distrito, mais gente, para além do referido grupo de trabalho, que, acompanhadas por pessoas ligadas a esse grupo, se deslocaram às empresas, acompanhados de dirigentes sindicais, onde foram contactar aqueles trabalhadores para preencher os inquéritos. Seguiu-se o trabalho de recolha e tratamento estatístico dos dados obtidos. [...] É importante destacar, tendo em conta a época, a perspectiva de massas do trabalho desenvolvido para a concretização de

uma iniciativa, o que surpreendeu muita gente, por não ser usual na prática sindical o uso de propaganda específica, o contacto directo com os trabalhadores, os plenários à porta das empresas, o envolvimento dos dirigentes de cada sindicato à escala nacional, a participação de activistas de empresas em reuniões dos sindicatos. (Ranita2, 14-16)

Todo o trabalho desenvolvido, a mobilização dos trabalhadores metalúrgicos, as lutas que simultaneamente foram realizadas em muitas empresas (Oliveira & Ferreirinha, Mário Navega, Fábrica do Cobre, Sonafi, Alumínia, Esmaltal, Fábrica Leão, EFACEC, entre outras), o contexto político que então se vivia, criaram as condições para impor conquistas significativas no novo contrato de trabalho que viria a ser aprovado em 1972. A aprovação destas conquistas, significando uma importante vitória para os trabalhadores, contribuiu também para que estes melhor percepcionassem a importância das lutas e da participação das pessoas, bem como para o desenvolvimento posterior de processos reivindicativos nas empresas exigindo o seu cumprimento e/ou a regulamentação do que tinha ficado para ser definido a nível de empresa.

no contrato de 72 conseguimos coisas muito importantes

a grande alteração que se verifica na contratação colectiva é a partir do momento em que aparece alguém nos sindicatos mesmo corporativos a querer fazer um sindicalismo de massas. A partir daí criam-se condições, juntamente com a própria evolução da situação política nacional, que não tem pouco peso na matéria, criam-se condições para fazer um contrato e negociar contratos a sério, negociar mesmo, e conversar com os sindicatos [...] no contrato de 72 conseguimos coisas muito importantes! [...] conseguimos, com uma correlação de forças mais favorável, que o patronato aceitasse a promoção automática, portanto, em cada categoria só se podia estar um máximo de X tempo naquela categoria, depois era automaticamente promovido à categoria seguinte. [...] O outro foi o do princípio da igualização do salário para a mulher e para o homem, que antes não existia. Nós começámos por conseguir anular as diferenças regionais de salários, porque quando nós tomámos conta do sindicato havia uma tabela para o Norte e outra para o Sul [...] Onde se ganhava mais era no Sul. [...] outra foi a conquista pelo chamado 3º feriado; [...] nós começámos a reivindicar, de uma forma mais ou menos aberta, clara, o 1º de Maio como feriado para os trabalhadores metalúrgicos. É claro que eles não podiam aceitar, mas aceitaram um princípio em que havia os feriados nacionais e um 3º feriado que escolheríamos empresa a empresa, e então em muitas empresas escolheu-se, escolheu-se não, lutou-se para impor, publicou-se que era no 1º de Maio. E em termos contratuais, de definição de funções, de promoção, realmente conseguiu-se algumas coisas antes do 25 de Abril. (Ranita1, 135-141)

A análise da actividade do sindicato neste período não pode ser desligada das fortes limitações impostas pelo regime à actividade sindical, sendo constante o perigo

de demissão das direcções, como aconteceu com diversos sindicatos, designadamente com os Metalúrgicos de Lisboa. O trabalho que se desenvolvia não podia deixar de ter em conta o quadro legal existente, sendo necessário articular cuidadosamente a acção legal com a actividade considerada ilegal, não correndo riscos desnecessários mas não deixando também de apoiar e estimular o desenvolvimento da luta. Sendo proibido o direito à greve, o sindicato não podia apoiar a sua realização, o que não significa que efectivamente não o tivesse feito. Foram muitas as situações em que dirigentes do sindicato e outros activistas as apoiaram e ajudaram a organizar, quer através de uma Comissão de Jovens Metalúrgicos, quer através de reuniões que não se faziam na sede do sindicato mas em cafés próximos. O apoio não era assegurado formalmente pelo sindicato mas por trabalhadores que, “por acaso”, eram dirigentes ou activistas sindicais, num processo em que permanentemente era preciso ser capaz de perceber e decidir o que podia ou não ser oficialmente assumido como intervenção do sindicato e encontrar as soluções mais adequadas a cada situação.

Era daí que partia o apoio que a direcção “desconhecia”

No sindicato era proibido organizar greves e outras formas de luta nas empresas. Para além do mais, nós tínhamos o exemplo dos metalúrgicos de Lisboa. Eles conquistaram o sindicato mas, passado poucos meses, foram corridos e substituídos por uma comissão administrativa imposta pelo Ministério das Corporações. Nós não queríamos cair na mesma situação. O nosso sindicato era muito importante para a luta dos trabalhadores e havia, em desenvolvimento, outros movimentos de conquista dos sindicatos [...]. De forma que sempre procuramos ter cuidado para não misturar a acção legal com a ilegal, embora tivéssemos algumas situações em que pisamos bastante o risco. Portanto, no sindicato, e em princípio, não se intervinha nas greves. De facto, era daqueles activistas que colaboravam com a direcção do sindicato que partia o apoio às reivindicações nas empresas mas, oficialmente, não era nem podia ser o sindicato a fazê-lo. Como é que se fazia então? Era assim. O sindicato tinha uma miséria de sede; o único espaço disponível para reuniões mais alargadas que havia era o do sótão [...] e era lá que reunia a chamada Comissão dos Jovens Metalúrgicos. Agora, o que faziam os Jovens Metalúrgicos, a direcção do sindicato não perguntava. [...] Era daí que partia o apoio que a direcção “desconhecia”. Quando a situação era mais melindrosa, as reuniões de orientação faziam-se numa outra sala de reuniões, no café mais próximo do sindicato, situado na esquina da Rua do Moreira com a de D. João IV. Era ali que alguns dos elementos da direcção, delegados sindicais e activistas se reuniam para “conversar” sobre essas situações. (Ranita2, 17-18)

A criação e funcionamento, no interior do sindicato, de uma Comissão de Jovens Metalúrgicos criou as condições para o envolvimento, no conjunto da actividade, e em toda a dinâmica sindical, de diversos jovens que tiveram uma grande participação.

Esse envolvimento permitiu ao sindicato conhecer de uma forma mais próxima e directa os problemas específicos dos jovens, trazer para o debate e para a negociação do contrato as suas reivindicações, e ter uma intervenção mais adequada à resolução desses problemas ou à luta pela sua resolução. Permitiu também a esses jovens um contacto muito próximo com o conjunto dos activistas sindicais, com pessoas com outras experiências, com os diversos problemas a que o sindicato tinha que dar resposta, participando na discussão e nas tomadas de decisão, assumindo-se como parte activa em todas as lutas que o sindicato travava. Aliás, os jovens que a integravam tiveram um papel particularmente importante no apoio não oficial do sindicato às lutas nas empresas, sendo responsáveis e organizando muitas das distribuições de documentos e outras formas de agitação, quantas vezes realizadas de forma clandestina. O trabalho específico com os jovens passava também pela organização e realização de iniciativas diversas, nomeadamente debates e convívios, com o objectivo de aproximar mais os jovens metalúrgicos do sindicato, de os motivar para um papel mais activo no sindicato e nas lutas que se travavam e de contribuir para o desenvolvimento da sua formação cultural e política.

não deixávamos era de mexer na ferida para fazer doer a quem devia

A comissão de jovens metalúrgicos tem um papel interessante. [...] ligada à questão do contrato e dos problemas dos jovens e com uma actividade própria; na empresa X o jovem está a estudar e o patrão não lhe dá o tempo para ele ir fazer o exame ou para a escola e já havia sido aprovado que era obrigatório o patrão ceder aquele tempo, então há que fazer um documento e ir para a porta distribuir e a determinada altura aliciar o jovem a meter o patrão em tribunal. Muitas vezes havia situações que não chegavam directamente ao conhecimento do sindicato mas, como nós íamos às empresas tentar aliciar um ou outro jovem para fazer parte da comissão, íamos sabendo e conhecendo os problemas daquela empresa; depois transportávamos para o sindicato, reuníamos, estudávamos e naturalmente que o documento depois saía do sindicato, isso era legal, era um documento em que tinha que se repor a lei. Esta era uma acção muito directa até com o próprio jovem. Outras questões eram os problemas de higiene, de limpeza, os problemas de segurança, eram os problemas contratuais de que os jovens estavam a ganhar menos do que aquilo que deviam, todo este tipo de coisas a malta da comissão de jovens debruçava-se sobre eles e tentava avançar com alguma iniciativa nesse sentido. Alguns casos deram resultado outros eram difíceis, porque isto é uma questão de poder, quem tem o poder tem força e nós, a nossa força era relativa, como é óbvio. Mas não deixávamos era de mexer na ferida para fazer doer a quem devia, isso aí não havia dúvidas nenhuma, e portanto daí que era um pouco este tipo de actividade e depois fazíamos algumas iniciativas sob o ponto de vista de convívios também para tentar aglutinar – íamos daqui para Felgueiras, para a Serrinha reunir com jovens (Barra2, 17)

Num quadro de crescente desenvolvimento da luta em múltiplos sectores profissionais, com vários outros sindicatos a terem também eleito direcções da confiança dos trabalhadores, num contexto de grande mobilização política (após as eleições de 1969), iniciou-se um processo de concertação da acção de diferentes sindicatos, com a realização de reuniões intersindicais, que viriam a dar origem à criação da Intersindical. A data de 1 de Outubro de 1970 é considerada a data de fundação da CGTP, por ter sido nesse dia que quatro sindicatos de Lisboa (Caixeiros, Lanifícios, Metalúrgicos e Bancários) enviaram um ofício a um grupo restrito de outras direcções sindicais, convidando-as a “*comparecer numa sessão de trabalho para o estudo de alguns aspectos da vida sindical cuja discussão é da maior oportunidade*”. Nesta reunião, que se realizou no dia 11 de Outubro de 1970, participou já o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, vindo a integrar, a partir de Janeiro de 1971, a comissão dinamizadora.

A realização das reuniões intersindicais e a fundação da Intersindical, traduzindo o aumento da força dos sindicatos anticorporativos, veio contribuir para um ainda maior reforço da actividade sindical, e da ligação aos trabalhadores. Um número crescente de sindicatos começou a participar nas suas reuniões, envolvendo diferentes sectores profissionais, regiões do país e dirigentes com diversas sensibilidades políticas (comunistas, socialistas, católicos), contribuindo para uma visão mais global dos problemas e para a atribuição de novos sentidos à actividade desenvolvida.

Ao reforço da acção sindical o regime respondeu com a proibição das reuniões intersindicais, com o encerramento das sedes dos sindicatos dos bancários de Lisboa e Porto, com a destituição compulsiva de direcções sindicais, com a prisão pela PIDE de vários dirigentes. Apesar do aumento brutal da repressão, que obrigou os sindicatos a adoptarem uma série de medidas, até de natureza organizativa, que conseguissem assegurar a manutenção da actividade, numa situação de semi-clandestinidade, manteve-se a preocupação com uma grande ligação aos trabalhadores e com a sua mobilização para as diferentes lutas que se travavam, entre as quais a luta pela liberdade sindical. Essa era, aliás, entendida mesmo como a melhor forma de conseguir prosseguir e resistir à repressão, de participar na luta pela liberdade.

9.3 As colectividades como espaços de intervenção cultural e política

A política obscurantista do Estado Novo, que levou a uma grande desvalorização da escola, reflectiu-se de igual modo na cultura. A instauração do fascismo teve

também como consequência a proibição e extinção de muitas colectividades populares e associações culturais existentes e com grande actividade durante o período da República. As que se mantiveram em funcionamento foram obrigadas a proceder a alterações aos estatutos e a submetê-los a aprovação ministerial, tendo as direcções que ser homologadas, por forma a assegurar a fidelidade dos seus membros aos ideais do regime e ficando impedidas de *“funcionar fora da respectiva sede, nem envolver-se em discussão de matérias alheias aos fins constantes nos estatutos”*⁴⁸, passando a ter a sua actividade vigiada.

Ao mesmo tempo que foram impostas grandes limitações ao trabalho das associações, foi criada a FNAT - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho⁴⁹, em Junho de 1935, tendo em vista *“aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”*⁵⁰, sendo a sua orientação condicionada *“pelos princípios expressos na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional”*⁵¹, e tendo como objectivo central o enquadramento e formatação ideológica dos trabalhadores.

No entanto, e apesar de todos os condicionalismos impostos, muitas colectividades e associações e muitos dos seus activistas vieram a desempenhar um importante papel na promoção cultural e na luta pela liberdade, aliás indissociáveis, pois como diz Bento de Jesus Caraça (1978:8) *“sem cultura não pode haver liberdade, sem liberdade não pode haver cultura”*

“A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a conquista da liberdade”. (idem:51)

Um pouco por todo o país, e no quadro da legalidade possível, sujeitas à censura e com as suas actividades permanentemente controladas pela PIDE, diversas colectividades conseguiram desenvolver uma intensa actividade cultural, materializada no funcionamento regular de grupos de teatro, de música, na dinamização de bibliotecas e círculos de leitura, na organização de excursões, etc., constituindo-se como espaços colectivos de criação e fruição cultural, de discussão, de aprendizagem e partilha de conhecimentos, saberes e solidariedades. As actividades culturais que desenvolviam (o teatro, o cinema, o campismo, a leitura, entre outras), as iniciativas

⁴⁸ Decreto Lei de Regulamentação do Funcionamento das Associações, publicado em 1933

⁴⁹ DL 25 495

⁵⁰ art. 2º

⁵¹ art. 3º

que realizavam (os debates, os colóquios, os convívios, as reuniões, as sessões de “canto-livre”, etc.) quantas vezes censuradas, interrompidas e proibidas pela polícia, contribuíram para “*dar a cada homem a consciência integral da sua própria dignidade; dar a cada um a consciência completa de todos os seus direitos e deveres, da sua dignidade, da sua liberdade*” (ibidem), e para a formação cultural de várias gerações.

O Cineclube do Porto, o grupo de teatro “Os Modestos”, o Teatro Experimental do Porto, a Cooperativa Árvore, a UNICEPE (Cooperativa Livreira do Porto), o Clube de Campismo do Porto, são algumas das organizações que, em diferentes momentos, e pelas actividades que realizaram foram claramente uma referência para muitos dos que, no Porto, se empenharam activamente na luta contra o fascismo. Foi nelas que muitos tiveram acesso a peças de teatro, a filmes, a livros, a debates e sessões de convívio que, torneando tanto quanto possível a acção da censura e da PIDE, assumiram um papel de relevo no desenvolvimento e aprofundamento da sua consciência social e política.

foi uma grande escola, onde a malta foi beber

Eu sou do Clube de Campismo do Porto quase da fundação [...] Fizeram-se coisas muito bonitas, aquilo servia para movimentar coisas, não é. Muitos camaradas nossos, muitíssimos camaradas nossos, passaram pelo movimento campista, e aqui no Porto então [...] foi uma grande escola, onde a malta foi beber. (entrevista a Carlos Soares⁵²)

Certos da importância da cultura e do papel que as colectividades e associações desenvolviam e podiam desenvolver na formação cultural de quantos as frequentavam, foram muitos os que se opunham ao regime e que participavam activamente nos movimentos de oposição e resistência que nelas encontraram também um espaço privilegiado de intervenção e de luta. Como diz Rui Canário, a partir do testemunho de Joaquim Campino,

“o trabalho político de resistência tinha um conteúdo ‘fortemente cultural’ e por isso era tão importante ‘penetrar’ nas associações culturais e recreativas, onde se começava por ganhar influência ‘instalando bibliotecas’ (...). Criavam-se comissões culturais, organizavam-se conferências, exposições e cursos” (2007: 20)

tentar cativar, aliciar e trazer cada vez mais gente, para engrossar a luta

as colectividades eram mais [...] no sentido de fazer o convívio, de conhecer A, B e C e ir conversando, fazer o chamado trabalho de sapa, ir aliciando este e aquele, ir conversando,

⁵² Democrata antifascista, fez parte do MUD Juvenil e do PCP; a narrativa da sua História de Vida integra o espólio do Centro de Documentação e Informação da UPP sobre o Movimento Operário e Popular do Porto da Universidade Popular do Porto

fazer uma iniciativa, um convívio, onde vai lá um individuo e canta umas coisas; fazíamos muitos convívios [...] mas aquilo era o trabalho que se tinha que fazer para tentar cativar, aliciar e trazer cada vez mais gente, para engrossar a luta no sentido de enfraquecer mais o próprio regime e conseguir-se cada vez melhor e mais os objectivos que se pretendiam,... (Barra1, 36-37)

foi colocada a questão de se fazer um colóquio lá sobre a inflação

A Flor de Pedrouços tem efectivamente uma tradição muito grande de peças de teatro e fundamentalmente de revista e saíram dali alguns bons actores e havia ali gente mesmo com qualidade. E os bailes, e tinha depois os bailes ao fim-de-semana e nas datas características, etc. E então nessa altura meti-me sócio e foi colocada a questão de se fazer um colóquio lá sobre a inflação, isto já é capaz de ter sido em 73 ou 72, sensivelmente, em que estava convidado o Armando Castro. Como éramos sócios e víamos que aquilo era uma colectividade que podíamos efectivamente tomar, fazer-nos algum jeito para o trabalho que tínhamos, era mais trabalho, mais a colectividade, mas acabava por nos ajudar para muitas outras coisas. (Barra1, 39-40)

9.4. A intervenção nas escolas e na Universidade

No quadro da luta mais geral contra o fascismo assumiram igualmente um papel significativo os movimentos estudantis, particularmente na Universidade, mas também no ensino secundário, brutalmente reprimidos, e a intervenção de grande número de professores, alguns dos quais vieram a ser proibidos de leccionar, presos e exilados.

Nas escolas nocturnas verificaram-se igualmente movimentações de trabalhadores estudantes. Sendo estas escolas locais de concentração de muitos operários, particularmente de jovens, eram também um espaço privilegiado de intervenção, de debate, de luta política, de consciencialização e mobilização, a partir de reivindicações específicas e comuns aos trabalhadores estudantes. Para muitos jovens operários, foi na escola e através das novas redes de relações que estabeleceram, do contacto com outros jovens, com outras experiências, alguns deles já envolvidos em processos de intervenção social e política que, pela primeira vez, foram confrontados com novas perspectivas sobre a educação, o trabalho e os trabalhadores, levando-os a múltiplos questionamentos.

reivindicação de salas de estudo na própria empresa e bibliotecas

as horas para ir para a escola, o tempo da véspera do exame e do dia do exame, e outras questões; a reivindicação de salas de estudo na própria empresa e bibliotecas [...] dentro das instalações da empresa... (Barra1, 58-59)

Eu recordo-me de ter visto o Zeca Afonso, naquela altura ainda, nas festas do Infante

eu recordo-me que, no Infante D. Henrique, mesmo à noite, havia jovens que, eu hoje não tenho dúvidas, ou eram comunistas ou eram gente muito próxima, que movimentavam muitos encontros. Eu recordo-me de ter visto o Zeca Afonso, naquela altura ainda, nas festas do Infante, lá no anfiteatro; [...]; portanto fui-me embrenhando, fui-me relacionando com outros jovens e quando eu falava nisto (na situação das camaratas na EFANOR), a malta dizia - é pá mas isso é um escândalo, vocês não podem estudar, eu se fosse a ti tomava iniciativas; e, de um momento para o outro, eu lembrei-me, o que na altura na EFANOR foi um escândalo, de avançar com um abaixo-assinado dos jovens estudantes (Freitas, 9)

Ao nível da Universidade foram muitas as lutas desenvolvidas, em certos momentos com uma participação massiva dos estudantes, que para além de reivindicações específicas, da exigência da democratização do ensino e de questionamento da própria Universidade e do papel social por esta desempenhado, assumiram cada vez mais, e de forma mais aberta, objectivos políticos mais vastos como o direito de reunião, associação e manifestação, a liberdade, a democracia, o fim da guerra colonial e o fim do fascismo.

A maior parte destas movimentações, traduzindo e permitindo uma crescente consciencialização política de grande número de estudantes, alguns dos quais viriam a participar, enquanto militares, no 25 de Abril, foi violentamente reprimida, com a entrada da polícia dentro das faculdades e com grandes cargas policiais, sendo muitos os estudantes, ao longo dos anos, suspensos ou expulsos, presos, torturados, compulsivamente incorporados no exército e enviados para a guerra colonial. Entre 1969 e 1974 foram encerradas, pela polícia, a maior parte das associações de estudantes e, já nos últimos anos do regime, em resultado das grandes movimentações travadas, com Veiga Simão como ministro da educação, foi mesmo criado um corpo especial de vigilância e intervenção dentro das faculdades – “os gorilas”⁵³, como vieram a ser conhecidos (Rosas, Fernando. 1999:19-20). Não eram apenas os estudantes que se movimentavam, verificando-se igualmente movimentações organizadas de professores, visando a constituição de um sindicato, o que, sendo os professores funcionários públicos, era então ilegal.

foi na altura do Veiga Simão, que foram introduzidos os gorilas

quando fui para a faculdade, primeiro para a faculdade de Ciências, e depois para a faculdade de Engenharia, comecei-me a ligar desde logo a alguns movimentos, embora não

⁵³ Decreto-Lei 18/73. O ministro da Educação, Veiga Simão cria a categoria de vigilantes no quadro do pessoal auxiliar dos estabelecimentos de Ensino Superior. Este pessoal era destinado a reforçar o controlo policial sobre as actividades académicas.

muito activo, mas a interessar-me um bocado por esses movimentos. Quando terminei o curso fiquei assistente, passei a constituir logo o movimento dos assistentes, pró-sindicato, o sindicato dos professores da altura, mas que era um movimento meio clandestino; [...] em 1970, portanto na altura do Veiga Simão, na altura da chamada abertura marcelista, em que essa abertura permitiu alguma maior actividade não reprimida. Embora, convém dizer, que também foi na altura do Veiga Simão, que foram introduzidos os gorilas; eu costumo dizer, quando se fala do Veiga Simão, costumo referir isso, e na faculdade de Engenharia isso foi muito patente, porque os gajos entraram muitas vezes e prenderam tipos; eram os contínuos que eram recrutados na PIDE e que iam lá para dentro fazer de contínuos, mas eram de facto informadores da PIDE e agentes, alguns. E, por exemplo, o director da Faculdade de Engenharia, que era o Sarmento, que foi saneado, a seguir ao 25 de Abril, era um dos tipos que chamava mais os Pides (Vieira Mendes, 3-4)

9.5. A participação em organizações e movimentos da oposição democrática

A luta contra o fascismo desenvolveu-se simultaneamente em diversas frentes, umas de carácter mais legal ou semi-legal, como os sindicatos, as associações, o movimento estudantil, a que já fizemos referência, e que tiveram uma enorme importância na mobilização de milhares de pessoas na luta por objectivos mais específicos e imediatos, ou mais globais, e no desenvolvimento, em muitas, da sua consciência das injustiças e das desigualdades, que as levou a ter um papel cada vez mais activo na luta pela liberdade.

A luta contra o fascismo travou-se igualmente nos movimentos e organizações da oposição democrática que, através de uma multiplicidade de iniciativas e lutas, da participação em actos eleitorais, aproveitando as franjas mínimas de liberdade, quando existiam, ou actuando na clandestinidade, em estreita articulação com a actividade realizada noutras frentes de intervenção, desenvolveram uma luta incessante contra o fascismo. Muitos milhares de pessoas, ao longo dos 48 anos da ditadura, fizeram da sua vida a luta pela liberdade, intervindo nos diversos espaços e frentes em que a sua intervenção e contribuição podia ser útil e necessária.

No contexto político que se vivia, marcado pela proibição de todos os partidos políticos, para além do partido oficial do regime, a União Nacional/Ação Nacional Popular, sem liberdade de associação, de expressão, de reunião e de manifestação, com a censura instituída, com os opositores ao regime a serem presos e torturados, com a existência da PIDE, com muitos portugueses sem direito a voto, a realização de eleições não pretendia ser mais do que uma farsa, organizada para dar uma certa aparência de normalidade para o exterior. Aliás, *“os actos eleitorais anteriores à 2ª Guerra (1934, 1938 e 1942) limitaram-se a ratificar os deputados propostos pela União*

Nacional (o único partido legal), surgindo apenas após 1945 candidaturas oposicionistas” (Quintas, 1996:289).

Apesar da aceitação de candidaturas da oposição e da semi-legalidade em que estas se podiam organizar, as eleições decorriam sob as mais diversas intimidações e ameaças, com a não aceitação de candidatos e a impossibilidade de as fiscalizar, ou mesmo de consultar os cadernos eleitorais, com a prisão de diversos candidatos e activistas. No entanto, muitos dos actos eleitorais, particularmente a partir do fim da 2ª guerra mundial, foram aproveitados pelos movimentos da oposição democrática para, aproveitando as margens mínimas de intervenção legal que nesses períodos se abriam, os transformarem em importantes momentos de denúncia e de luta contra as condições sociais e políticas que se viviam em Portugal e de afirmação da necessidade de mudança de regime e de instauração das liberdades democráticas.

Os diversos actos eleitorais que vieram a ter lugar transformaram-se em significativas batalhas políticas contra o fascismo, contribuindo, pelas iniciativas realizadas, pela propaganda distribuída, pela coragem demonstrada por muitos dos candidatos e apoiantes das listas da oposição, para o esclarecimento e mobilização política de milhares de pessoas. Entre as várias estruturas de “unidade antifascista” criadas no período da 2ª guerra e no pós-guerra, valerá a pena referenciar o MUNAF - Movimento de Unidade Nacional Antifascista⁵⁴, o MUD - Movimento de Unidade Democrática⁵⁵, o MUD Juvenil⁵⁶, o MND - Movimento Nacional Democrático⁵⁷, e o MDP/CDE⁵⁸, (no Porto, assumiu a designação de CDP- Comissão Democrática do Porto) que assumiram um papel de grande relevo na mobilização para a luta contra o fascismo.

Em 1958, as eleições presidenciais, com a candidatura do general Humberto Delgado, vieram a constituir um momento marcante na luta contra o regime, pela capacidade de mobilização de significativos sectores da sociedade portuguesa e pela amplitude que assumiram as manifestações de apoio, juntando milhares e milhares de pessoas. A grandeza da manifestação realizada no Porto, a 15 de Maio desse ano, é

⁵⁴ Movimento criado em 1944, com o objectivo de permitir a unidade na acção das várias forças democráticas e antifascistas, que então se oponham ao regime (independentes, socialistas, comunistas, republicanos, católicos, liberais).

⁵⁵ Constituído em Outubro de 1945, na continuidade do MUNAF, como uma organização de oposição ao regime, agregando várias sensibilidades oposicionistas designadamente republicanos e comunistas, no novo contexto político criado pelo final da II guerra mundial. Virá a ser ilegalizado em Janeiro de 1948.

⁵⁶ Organização juvenil do MUD. Criada em 1946 mobiliza um conjunto de jovens que iniciam então uma participação política activa e organizada contra a ditadura e pela liberdade. As suas actividades vão estender-se até Junho de 1957, data em que é extinto por acórdão do Tribunal Criminal Plenário do Porto.

⁵⁷ Fundado em Abril de 1949, na sequência da dinâmica gerada pela campanha presidencial do general Norton de Matos. Procurou ocupar o espaço do extinto MUD, mas divergências surgidas no campo democrático, não permitiram que alcançasse a mesma abrangência.

⁵⁸ Organização política da oposição democrática. Criada em 1969, dinamizou activamente diversas iniciativas anti-fascistas. Através das Comissões Democráticas Eleitorais, organizou listas que concorriam contra as candidaturas apresentadas pelo regime. Apresentou-se às eleições legislativas de 1969 e 1973.

bem a expressão da enorme adesão popular que a candidatura tinha conseguido granjear. A divulgação posterior dos resultados eleitorais e o anúncio da vitória do candidato do regime tornou ainda maior o descrédito deste e deu origem a múltiplas greves e outras acções de protesto em diferentes pontos do país, designadamente na região do Porto, com a prisão de muitos activistas. A esperança que a candidatura tinha trazido para milhares de pessoas, a dimensão do apoio popular, o ambiente de euforia que se chegou a viver, tiveram um papel marcante no despertar da consciência política de milhares de portugueses, alguns ainda muito jovens, crescendo fortemente a oposição ao regime em diversas frentes. Aliás, na sequência da ampla mobilização popular que estas eleições provocaram e do abalo sentido pelo regime, Humberto Delgado viria a ser assassinado pela PIDE, em 1963, não se tornando a realizar eleições presidenciais por sufrágio directo.

“depois do susto causado por esta candidatura não se voltaram a organizar eleições presidenciais por sufrágio directo, ainda que restrito [...] A reeleição do Almirante Américo Tomás (em 1965) foi realizada por um colégio eleitoral [...] composto por 585 eleitores”. (Quintas, 1996:289)

foi a consciência política que se foi amontoando

em 1958, tinha eu 18 anos, morava em St. Tirso, e em St. Tirso falava-se do Humberto Delgado; [...] aquilo depois já era um movimento imparável, que o Humberto Delgado vinha ao Porto e que ia falar ali às multidões na estação de S. Bento, que é as fotografias que há, históricas, é ali na estação de S. Bento. [...] e a gente lá veio, e há uma fotografia que eu localizo bem onde eu estava quando estive ali o Humberto Delgado. Foi uma grande esperança depois. Acompanhei toda a evolução, desde as razões porque é que ele perdeu, mas foi a consciência política que se foi amontoando (M^a Emília Reis, 102-103)

mais tarde, há uma faísca e no nosso espírito começa tudo a ser ligado

então aí assisti a uma coisa que nunca tinha assistido. A malta veio toda para a rua. Eu também vim com os meus pais. Eles não eram nada politizados, fomos para ali assim, mas viemos todos para a rua ver o general passar porque aquilo andava uma onda no ar, de euforia e tal! E fomos para ali, para o pé da Rainha do Sado. E estávamos todos à espera que ele passasse e ele estava atrasado e nisto passa um carro fechado com uns gajos em cima, "Ele já não vem por aqui! Vai por acolá, e tal!" e a malta ei vsshiiuu, vai com a outra. E andamos ali naquela vida, era a PIDE, não é. Andava a tentar distrair para que quando o Humberto Delgado passasse, tivesse dificuldades, não estivesse ninguém a apoiá-lo; andámos ali de umas ruas para as outras... E isto, já tinha havido as greves dos pescadores, mas na altura, quer dizer, não tinha uma opinião, ia formando! Não tinha consciência social, menos política não é. Mas é daquelas coisas que mais tarde, há uma faísca e no nosso espírito começa tudo a ser ligado e a malta começa então a passar à outra fase... a compreensão das situações (Ranita1, 42)

Também as eleições para a Assembleia Nacional, realizadas em 1969 e em 1973, embora em condições diferentes, transformaram-se em importantes momentos de luta, de aprendizagem e de formação, contribuindo para tornar mais claras a ausência de liberdades e de democracia e para que cada vez mais sectores sociais passassem a assumir esses valores como essenciais, pelos quais era necessário as pessoas baterem-se. Nas eleições de 69, realizadas já com Marcelo Caetano no poder, no quadro da aparente abertura política que então se vivia, num contexto marcado pelo desenvolvimento de enormes lutas operárias e estudantis, a oposição não se conseguiu unir e apareceu dividida em torno de duas candidaturas – a CDE (Comissão Democrática Eleitoral), com influência maioritária do PCP e com a participação de “*católicos progressistas e socialistas de esquerda independentes*” (Rosas, 1999:12) e a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), com influência da Acção Socialista Portuguesa (que apresenta listas em Lisboa, Porto e Braga), apresentando-se ambas a sufrágio, apesar das fortes limitações à liberdade que tinham marcado toda a campanha.

Nas eleições de 1973, já a oposição democrática irá aparecer unida em torno da CDE, aparecendo pela primeira vez uma lista saída de sectores do regime mas identificada com posições mais liberais. Na fase preparatória destas eleições assumiu particular importância a preparação e a realização do 3º Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, entre 4 e 8 de Abril, no qual se empenharam diferentes forças da oposição, designadamente comunistas, socialistas e sectores católicos progressistas. O Congresso contou com a presença de milhares de participantes, que debateram intensamente um conjunto alargado de teses e comunicações, em resultado de um trabalho preparatório muito amplo, apesar da repressão policial que se abateu sobre muitos activistas, traduzindo “*o descontentamento cada vez maior da população portuguesa em face do constante agravamento dos problemas fundamentais do País*”⁵⁹. O Congresso aprovou como

“objectivos imediatos, possíveis de atingir através da acção unida das forças democráticas: o fim da guerra colonial; a luta contra o poder absoluto do capital monopolista; a conquista das liberdades democráticas. A luta por objectivos parciais e imediatos, sendo nas actuais condições amplamente mobilizadora, não deve no entanto fazer esquecer o objectivo final da conquista do socialismo, o qual é indispensável para a construção de uma sociedade justa e digna. [...] deve ser

⁵⁹ declaração final aprovada no 3º Congresso da Oposição Democrática, in www.pcp.pt/actpol/temas/3cong-op/definal.html

*igualmente objectivo imediato de acção a conquista do reconhecimento da organização democrática e da sua plena liberdade de actuação*⁶⁰.

Todos os trabalhos do Congresso foram marcados por um ambiente de forte intimidação policial, tendo o último dia ficado assinalado por uma violentíssima carga policial contra os congressistas, que realizavam uma romagem, não autorizada pelo regime, à campa de Mário Sacramento.⁶¹

Aveiro esteve em estado de sítio

O 3º Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, aquilo foi uma coisa complicada! Aveiro esteve em estado de sítio! Estive lá, estive! Estive e senti-as no pelo... [...] levei lá umas morceladas daquelas valentes e que acabei por ficar sem os óculos e vi-me aflitinho para vir para o Porto na motorizada [...] Já no dia do encerramento, em que nós fizemos um desfile pela Avenida principal de Aveiro, e que íamos com um manifesto, com palavras de ordem contra o regime, a guerra colonial, etc., e claro, aquilo estava cercadíssimo, apanharam-nos, aquilo foi com cães e tudo [...] (Barra1, 78-79)

As eleições de 73 realizaram-se, igualmente, num quadro de forte oposição ao regime, com a realização de grande número de greves em diversos sectores operários e de serviços, com algumas direcções sindicais já conquistadas pelos trabalhadores, numa fase de consolidação da Intersindical, com importantes movimentações estudantis nas Universidades e nos liceus, com a realização de diversas manifestações que tinham contado com uma forte mobilização popular, num ambiente de forte oposição à guerra colonial. E, também, num quadro marcado por uma grande agudização da repressão, com o despedimento de muitos activistas sindicais, a demissão compulsiva de várias direcções sindicais eleitas, o encerramento de muitas associações de estudantes, violentas intervenções policiais e com a prisão e tortura de muitos opositores ao regime.

Neste contexto, as eleições foram claramente sentidas como mais uma importante frente de luta contra o fascismo, mobilizando-se, em torno da candidatura da CDE, as diferentes forças e sectores políticos da oposição, e desenvolvendo-se uma intensa campanha de esclarecimento e propaganda, com a distribuição de milhares de documentos, a abertura de sedes (muitas das quais vieram a ser assaltadas pela polícia), a realização de inúmeras iniciativas por todo o país, conseguindo fazer chegar a muitas pessoas a voz e as posições da oposição. A participação neste processo, pelo número de pessoas envolvidas, pelas reuniões e

⁶⁰ ibidem

⁶¹ Médico, escritor e ensaísta, figura destacada da oposição democrática, membro da comissão central do MUD-Juvenil e do PCP, várias vezes detido pela PIDE, membro da comissão organizadora do 1º Congresso Republicano de Aveiro (1957) e do 2º Congresso (tendo falecido pouco antes da sua realização)

discussões que se realizaram, pelas experiências vivenciadas e pela troca de experiências, pelas iniciativas que se concretizaram e nas condições de intimidação e de forte repressão policial em que decorreu toda a campanha, transformou-se também, para os que nele participaram, num momento formativo particularmente significativo.

A candidatura da CDE viria a desistir de se apresentar a sufrágio, já próximo da data das eleições, apesar das ameaças do regime aos candidatos, o que se constituiu em mais um momento de denúncia da falta de condições de liberdade existentes, e, especificamente, das condições em que o processo eleitoral estava a decorrer, com a inexistência de condições mínimas de democraticidade.

aquilo era sempre uma farsa

eu fazia parte do MDP/CDE, toda a gente que estava no PCP, no MJT estavam integrados no MDP/CDE, e depois tinham as suas acções. [...] Era um bocado isto, portanto, o MDP era de facto um movimento unitário. [...] E depois houve todo um processo que o próprio regime colocava e que se verificava que era uma farsa, já nas eleições em 69 tinha sido a mesma coisa e então, à boca das urnas, em 73, a CDE desistiu, abandona a participação nas eleições [...] nós utilizámos todo o período eleitoral no sentido de badalar as nossas opiniões, as nossas ideias, e depois chegámos ali, não fomos (às eleições) porque aquilo era sempre uma farsa. Era exactamente ir lá votar, por muito que queiramos, eram sempre eles que ganhavam, eram eles que ganhavam. (Barra1, 87-89)

A falta de liberdades democráticas, a intimidação e a repressão policial que marcaram toda a campanha eleitoral é bem elucidada a partir dos acontecimentos que marcaram um dos comícios da CDE, realizado no Coliseu do Porto. A intervenção de diversos oradores, candidatos da lista, foi mais do que uma vez interrompida por agentes da PIDE, presentes no local, afirmando a proibição de falar de tais assuntos. A dado momento, um dos oradores foi mesmo proibido de continuar a falar, sendo o seu discurso, sobre a guerra colonial, retomado por outro candidato, o que deu origem a um momento simultaneamente de grande força e de grande tensão. O final do comício foi marcado por uma violentíssima carga policial sobre os que nele tinham participado.

o polícia a tirar o microfone ao orador e este a bater-lhe na mão e a continuar a falar

Em Outubro de 73 há outra manifestação, aquando das eleições. A farsa eleitoral em que eles cortaram os direitos políticos às pessoas, que já não os tinham, não cortaram nada, não é. Essa manifestação foi no Coliseu, quando nós saímos do Coliseu, do Comício. Aí também foi uma coisa espectacular, em que era o polícia a tirar o microfone ao orador e este a bater-lhe na mão e a continuar a falar, tal e tal, diz as coisas e depois passa a outro e eles cortam a intervenção de fulano, e vem outro e segue com a intervenção, porque dava-

se continuação sempre ao discurso do anterior. Isto, ridicularizando a própria polícia porque, de facto, ridicularizou. Mas, quando chegámos cá fora aquilo foi um distribuir de morcelada daquelas jeitosas e aí demos, eu dei fé, os tipos puseram na estrada, na rua Passos Manuel petróleo, gásóleo ou qualquer coisa que aquilo escorregava bastante, não era habitual aquilo escorregar assim tanto (Barra1, 82-83)

No contexto do fascismo, a luta política não se resumia à participação em processos eleitorais, assumindo diversas formas e manifestando-se através da organização de diferentes iniciativas, visando uma cada vez maior mobilização para a luta pela liberdade. O 5 de Outubro⁶², o 31 de Janeiro⁶³, o 8 de Março⁶⁴, o 24 de Março⁶⁵, o 28 de Março⁶⁶, o 1º de Maio⁶⁷ eram algumas das datas assinaladas através da realização de romagens, concentrações ou manifestações, em geral brutalmente reprimidas pela polícia e dando, quantas vezes, origem a diversas prisões. A realização destas iniciativas era antecedida por acções de propaganda, organizadas de forma clandestina, que obrigava a inúmeros cuidados na sua organização, e nas quais os jovens tinham um papel significativo.

as greves eram proibidas e os ajuntamentos também eram proibidos

já na década de 60, em pleno fascismo, eu como já disse, fui acompanhando as lutas sindicais, na altura ainda como membro da JOC, acompanhei como já vos disse as eleições dos bancários, aqui no Norte, e participava nos 1º de Maio que se faziam clandestinamente e que faziam com que a polícia viesse com jactos de água correr a gente, ali na Praça da Liberdade.[...] faziam-se 1º de Maio, eram clandestinos porque não era permitido a liberdade de manifestação, como sabe isso só depois do 25 de Abril é que houve a liberdade, [...] porque as greves eram proibidas e os ajuntamentos também eram proibidos. Portanto, quem fosse encontrado em ajuntamentos, era logo visto como um perigoso comunista. [...] No 1º de Maio a gente vinha, juntava-se, e comemorava, distribuía uns folhetos, enquanto a polícia não vinha; quando a polícia vinha, vinha com jactos de água e com gases lacrimogéneos procurava portanto dispersar a gente. (M^a Emília Reis, 50-51)

apareciam folhetos no chão, nos carros, nos passeios

eles metiam folhetos nas caixas de correio a dizer, vamos realizar o 1º de Maio, nem dizia quem convocava; os folhetos eram anónimos. Colocavam nas caixas do correio, quem tivesse consciência ia [...] o que é que aparecia, apareciam folhetos no chão, nos carros, nos passeios, a gente quando ia e via um folheto no chão [...] a gente pegava nele, para ver o que é que dizia; na altura, antes do 25 de Abril, quem é que era mais organizado? Era o PCP, na clandestinidade, e eram os católicos progressistas. Eram organizados por núcleos de militantes, que se encontravam à noite, na casa de um, na casa de outro, e que

⁶² proclamação da República

⁶³ 1ª tentativa de implantação do regime republicano, em 1891

⁶⁴ dia Internacional da Mulher

⁶⁵ dia do estudante

⁶⁶ dia Nacional da Juventude

⁶⁷ dia do Trabalhador

resolviam fazer um folhetozinho, às vezes tirado no duplicador, em muita coisa serviu a igreja, que a gente na JOC tinha duplicadores para fazer as circulares e aquilo tudo; muita coisa, desde que nos arranjassem papel a gente tirava. Quando a gente via um papel no chão a gente pegava nele e dizia assim, ó pá, vai haver isto, e a gente tinha a nossa rede de amigos, uns diziam a uns, outros diziam a outros, às vezes nem sabíamos, olha é para estar às tantas horas em tal parte. (M^a Emília Reis, 79-80)

datas mais significativas que nós usávamos como método, meio para agitar

No 31 de Janeiro, nós tínhamos aquelas célebres acções em que íamos para a Rua 31 de Janeiro, tinha lá Rua de Santo António e pumba, procurávamos partir a placa e pôr 31 de Janeiro. Vinha a polícia com os tanques de água, e tal, durante anos; e íamos também fazer a homenagem ao cemitério e no cemitério havia discursos, ou era a Virgínia Moura, ou era o Armando Castro, ou era o Raúl de Castro (...). Isto eram as acções que se realizavam; faziam-se às vezes alguns jantares, comemorações e tal. Depois tínhamos o 28 de Março, que era o dia mundial da juventude, em que aí a juventude fazia convívios, mobilizava jovens para fazer convívios com acções desportivas, e antes disso andava aí a colar propaganda e a distribuir propaganda contra a carestia de vida, guerra colonial, todas as questões prementes da política portuguesa. O 8 de Março, também participávamos um bocado na distribuição de documentos relacionados com a emancipação da mulher, o direito de voto das mulheres, toda aquela luta que se colocava no momento e como acção política, não é, de agitação, [...] a juventude estava em todo lado, claro, muito. A juventude era, de facto, o grande motor da agitação e propaganda em todas as áreas, sempre, sempre. Depois tínhamos naturalmente o 5 de Outubro. O 5 de Outubro também era as idas aos cemitérios fazer as respectivas romagens, a gente chamava-lhe romagens, onde a PIDE também lá estava e às vezes havia sururus, havia porrada, era, como agitação, como acção política também. Eram assim as datas mais significativas que nós usávamos como método, meio para agitar, para agitar. (Barra1, 99)

Algumas iniciativas realizadas no Porto durante estes anos tiveram um grande impacto pelo grande número de pessoas que nelas participaram. Entre elas valerá a pena referir uma manifestação organizada por mulheres, a 8 de Março de 62, contra a guerra colonial, contra o custo de vida, pela libertação dos presos políticos e pela emancipação da mulher, que contou com a participação de milhares de pessoas. A manifestação foi violentamente reprimida, tendo sido presos 52 manifestantes, que foram sujeitos a espancamentos brutais. Uma outra data, sempre referida por quem teve neste período um papel activo, é uma manifestação, no dia 15 de Abril de 72, contra a “carestia de vida”, que juntou na Avenida dos Aliados mais de quarenta mil pessoas, também reprimida pela polícia, e com a prisão de diversos participantes. A presença de um número tão significativo de pessoas, numa iniciativa ilegal, só foi possível por todo um trabalho prévio de preparação, de divulgação e de mobilização, realizado clandestinamente e com algumas acções de agitação espectaculares.

A realização de todas estas actividades, pelo seu significado, pelos debates que proporcionavam, pelos cuidados a ter na sua organização, pela criatividade que muitas vezes a propaganda implicava, pelos riscos eminentes que todos corriam, tinha uma enorme influência na formação social e política dos que nelas participavam, na criação de fortes laços de solidariedade e de um grande espírito colectivo, na galvanização para uma intervenção política cada vez acentuada. Mas, tinham também um grande impacto junto de muitos trabalhadores que, não estando envolvidos em qualquer actividade política, delas se apercebiam, contribuindo de forma decisiva para se ir instalando a ideia de que o regime não poderia sobreviver muito mais tempo dada a força e a visibilidade crescente das acções e dos movimentos de oposição.

Acções espectaculares que chamavam à atenção

em 72 houve uma grande acção contra a carestia de vida que foi a 15 de Abril. Aquilo foi uma manifestação e pêras e houve prisões... A manifestação foi na Praça da Liberdade, em que a polícia fez cordão e cercou a praça toda... Essa manifestação foi preparada das mais variadíssimas formas. Através de papéis metidos nas caixas do correio, através de caixinhas com panfletos e com uma bomba de foguete que tinha um rastilho [...] eu pousava a caixa, cinco minutos depois aquilo estourava. Estourava e isto vocês estão a imaginar o que é uma caixa, [...] cheia de panfletos, daquele papel de 2ª vias, papel muito fininho, tipo casca de cebola, não é... Pronto, aquilo, uma bomba de foguete a estourar aquilo é Pfuuu... o estouro chama a atenção e depois a nuvem, quer dizer, a acção, acções espectaculares. Acções espectaculares que chamavam à atenção, o estouro, depois a seguir ao estouro, aquela nuvem de panfletos, pequenininhos, com as palavras de ordem, com a mobilização para o 15 de Abril, tatata, tatata, tatata, tatata, uma coisa espectacular. (Barra1, 79-83)

"Isto está mesmo a estourar, está mesmo por um fio...", o regime, não é

Na Sonafi, não fui eu que lá fui pôr, [...] aquilo punha-se sempre em sítios para não se magoar ninguém e foi sempre uma das coisas que a malta conseguiu ... que ninguém se magoasse. Aquilo era um estouro àquela hora, havia lá a FIL que era a Fiação Industrial de Leça, que era uma fábrica têxtil, trabalhava lá muita gente, a Resistente, que era uma empresa metalúrgica também bastante forte, havia depois uma série de fábricas por ali abaixo que vinham do largo da Moita, da ponte da Pedra e havia a Sonafi, também, que era uma das grandes empresas - 700 e tal trabalhadores, às seis e meia aquilo era um mar de gente, a sair... Aquilo estoura... [...] Aquilo foi um estrondo e então o que é que se ouvia a toda a gente? "Isto está mesmo a estourar, está mesmo por um fio...", o regime, não é, porque isto depois transmitia um estado de espírito às pessoas de tal ordem que, de facto, o regime já não estava com poder para aguentar semelhante, isto estava por pouco. Era esta a expressão que se ouvia nas pessoas, a nível das fábricas. [...] Havia depois outros processos, que era também uma caixinha, com um elástico, e o próprio cordão lento quando chegava o fogo, cortava o elástico e a caixa era pendurada, aquilo pschiu, soltava-se sem fazer barulho, dependia dos sítios, depois isto era tudo uma arte de engenharia e portanto, tinha que ser feito e tinha que se encontrar a forma de fazer. A manifestação foi

um êxito sob o ponto de vista de mobilização e foi uma luta terrível: muita gente para o hospital, polícias para o hospital, jovens e pessoas para o hospital e alguns presos... Na altura dizia-se (que tinham estado) cerca de 40 000 pessoas. (ibidem)

Sendo a luta contra o regime uma preocupação constante de um número significativo de pessoas, os mais diversos momentos e situações eram assumidos como espaços de intervenção política. O S. João do Porto não podia, por isso mesmo, ficar de fora. Sendo um momento de encontro e de convívio para muitos dos que participavam na luta, que organizavam rusgas e se divertiam, reforçando laços e relações de amizade, não deixava também de ser um momento para fazer acção política. As quadras que se cantavam eram adaptadas, e atiradas ao ar em pequenos papéis para outros as agarrarem. E mesmo nas condições em que decorre o S. João no Porto, com milhares e milhares de pessoas na rua, a PIDE não deixava de estar vigilante, e as tentativas de prisão aconteciam.

"e rapa o tacho, e rapa o tacho, a vida sobe e o salário é baixo"

aproveitamos a noitada de São João e depois de cantar aquelas quadras soltas "e rapa o tacho, e rapa o tacho, a vida sobe e o salário é baixo", assim este tipo de coisas, algumas quadras próprias, enquadradas no São João, [...] nós fazíamos aquelas quadras de protesto, de contestação, contra o regime e depois fazíamos assim o seguinte: na Batalha formávamos um grupo, na Praça formávamos outro, nos Leões formávamos outro, na praça D. João I formávamos outro e toda a gente levava, no seu grupo, um assobio e o relógio, certo por todos, por cada um destes grupos... era assim que se fazia, que era para ser simultâneo, para não haver hipóteses de os gajos (a PIDE) sair de um lado e ainda encontrar outros a mandar (a propaganda) [...] às X horas em ponto, aquilo era a assobiadela e era uma nuvem de papéis no ar e aquela multidão compacta, [...] aquilo era uma coisa do canudo, era um festival, aquilo era um festival, era um espectáculo daqueles de maior. [...]. Em 73, já depois do 3º Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, concentrámo-nos quase em frente à Câmara e fizemos uma rusga e a rusga foi distribuir as conclusões do Congresso. E ao fim, cá em baixo, na Praça, foi onde foi o grande sururu em que a PIDE, pistolas na mão, aquilo foi um sururu do canudo e o Jorge Pisco espetou (a um Pide) semelhante murro, foi mesmo, meteu-lhe os dentes, ele parecia um porco a botar sangue, claro... mais tarde foi pagar isso tudo. [...] Era um risco, mas tinha que ser feito. (Barra1, 76-77)

O desenvolvimento da actividade política em organizações de juventude, permitiu a diversos jovens a vivência de experiências de contactos internacionais, tendo sido particularmente significativa a presença no Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, organizado pela Federação Mundial da Juventude, realizado na então República Democrática Alemã (RDA), em 1973, em Berlim, e que reuniu cerca de trinta

mil jovens de cento e quarenta países⁶⁸ e de diferentes regiões do mundo. A participação no festival era, em si própria, uma actividade ilegal pelo que a deslocação dos jovens portugueses que nele participaram teve que ser rodeada de diversas medidas de segurança que, não só garantissem a chegada dos jovens à RDA, país com o qual Portugal não tinha relações diplomáticas, mas, e sobretudo, que procurassem impedir a sua prisão no regresso.

Para a maior parte destes jovens, trabalhadores e estudantes, foi a primeira saída do país, a primeira oportunidade que tiveram de contactar com realidades muito diferentes e com jovens empenhados em processos de intervenção de luta política também muito diferenciados. Este contacto permitiu conhecer outras gentes e culturas, ter acesso a informações do que se passava noutros países e das lutas aí desenvolvidas e, ao mesmo tempo, transmitir informações sobre a realidade e as lutas travadas em Portugal.

A participação numa iniciativa com estas características teve, para os seus participantes, uma influência de extrema importância na sua formação, traduzindo-se numa nova percepção do mundo e num enorme alargamento de horizontes. Foi a possibilidade de tomar consciência de que os portugueses não estavam isolados, que a sua luta se inseria numa luta mais global pela liberdade, pela justiça social, por um mundo melhor, na qual participavam, em condições muito diversas, milhares de jovens de todo o mundo, unidos por valores e objectivos comuns.

Num contexto de plena guerra colonial, não podia deixar de ter sido particularmente significativo o contacto com jovens que integravam os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné e perceber como jovens do país colonizador e dos países colonizados podiam estar juntos e solidários numa luta comum pelo fim da guerra e pela independência das colónias.

A realização do festival num país como a RDA, então integrante do bloco dos países socialistas, teve também um especial significado para muitos jovens, num momento em que se acreditava que esse seria o grande modelo de desenvolvimento a seguir. O conhecimento das experiências e realidades desses países dava mais força à luta a travar em Portugal. Para além dos grandes encontros e momentos mais formais de debate, troca de informações e discussões políticas, o festival foi, também, e naturalmente, uma grande festa, permitindo o estabelecimento de laços e relações de amizade entre jovens de todo o mundo o que constituiu um forte estímulo para a continuação da luta. Também entre eles se estabeleceu, de certa forma, e a partir de então um compromisso – em cada país, em cada local, a luta tinha que continuar. E, no

⁶⁸ In www.jcp-pt.org/especial.php?id=10

regresso, havia que se ser capaz de transmitir esta experiência aos muitos que não tinham podido participar.

nós estávamos numa luta ao lado deles e em favor deles

Este Festival era um evento que reunia toda a juventude trabalhadora e estudantil a nível do mundo [...].Ali são feitas várias reuniões, meetings, como eles lhes chamavam, para utilizar o termo estrangeiro, são assembleias ou reuniões, e depois também aqueles encontros bilaterais em que da delegação portuguesa, dois ou três iam para reunir com a delegação do MPLA, a delegação da FRELIMO, a delegação do PAIGC, nós interessávamo-nos muito e privilegiamos fundamentalmente estes encontros pelo facto que a nossa luta se travava também muito centrada contra a guerra colonial. Encontros espectaculares, onde encontrámos quadros das frentes de libertação dos países africanos de muito nível, de formação muito boa e de uma percepção política em relação à nossa posição, poderíamos até ser um pouco hostilizados por eles porque éramos portugueses e estávamos... mas não, de uma compreensão muito grande, sim senhor, uma coisa é o regime, outra coisa são as pessoas e perceberam, logo à partida, que nós estávamos numa luta ao lado deles e em favor deles. E daí que nós privilegiamos sempre muito isso. Depois outros encontros fundamentalmente com juventude a nível dos países do bloco socialista, para colher experiências... em relação a toda uma vida que eles tinham e que nós gostaríamos de conhecer. Tudo isto no sentido de nos galvanizar, a nós jovens, numa luta que tínhamos que travar no nosso país. (Barra1, 72-76)

senti que tive um pulo tão grande [...] que até eu fiquei assim um bocado abismado

Pela 1ª vez eu saí de Portugal; e deparei com uma coisa que nunca tinha visto, gente de todo o mundo, uma dificuldade terrível de comunicação linguística; mas eu fui sempre um indivíduo pouco introvertido, desenrascava-me sempre [...] Mas depois as relações bilaterais em relação aos grupos dos vários países, o contar a nossa situação, o ouvir a deles., eu quero dizer que foi das coisas, logo em setenta e três, foi das coisas que mexeu, em termos de experiência foi uma coisa ... e a partir dessa altura o pulo que eu dou, sob o ponto de vista qualitativo, foi muito grande. Não sei explicar, é que não sei explicar, sei é que eu senti isso; ou pelo sentido, pela emulação que aquilo me deu, mas também de facto pelo trabalho desenvolvido, e aquilo foi um trabalho intenso; foi durante oito dias mas foi um trabalho intenso, a gente não parava, era aqui, acolí, com estes, com aqueles, com aqueloutros, neste *meeting*, naquele, uma coisa interessantíssima, mas não sei explicar, não vou estar aqui agora a inventar, mas que senti que de facto tive um pulo tão grande sob o ponto de vista qualitativo que até eu fiquei assim um bocado abismado, a dada altura, quando parei assim um bocado – isto de facto ... (Barra2, 23)

Sendo o PCP a principal força política de oposição ao regime, com uma organização estruturada, intervindo na mais rigorosa clandestinidade, mas com participação activa dos seus militantes nos movimentos democráticos de oposição, no movimento sindical, no movimento estudantil e nas associações culturais, a entrada para o PCP de alguns dos que mais se destacavam na actividade política, acabou por

acontecer de uma forma natural. Mas, esta entrada, significava o iniciar de uma intervenção realizada em moldes diferentes da até então desenvolvida. Se nas várias frentes e movimentos de oposição em que os militantes comunistas participavam activamente, era possível, em certas circunstâncias, margens de intervenção legal ou semi-legal, no PCP, enquanto tal, isso era impossível.

Entrar no PCP significava entrar numa organização que, para se defender e conseguir sobreviver, tinha que estar organizada de forma muito compartimentada, o que implicava a aprendizagem e adopção de comportamentos que garantissem não apenas a segurança de cada um, mas a segurança dos outros com quem se contactava. Aceitar ser membro do PCP significava assumir um outro nível de compromisso e de responsabilidade perante a luta e a intervenção política, perante os outros, correr riscos ainda maiores de prisão e de tortura. Os cuidados “conspirativos” tinham que estar sempre presentes e ser tidos em conta em todas as circunstâncias.

O convite para a entrada para o PCP era precedido de todo um trabalho de acompanhamento do eventual futuro militante, que começava, muitas vezes, pela entrega do “Avante”, jornal clandestino do PCP, como algo interessante que tinha sido encontrado “por acaso”, no chão, em qualquer sítio, e cujo proprietário se desconhecia. A leitura do “Avante” serviria depois para diversas conversas e discussões sobre as notícias que nele apareciam, designadamente referentes a lutas de trabalhadores, e que, devido à acção da censura, não eram referenciadas em nenhum outro órgão de comunicação, contribuindo para uma perspectiva mais alargada das lutas em que se estava directamente envolvido.

já de quando em vez lia um jornal, que era o Avante, um jornal clandestino

Foi uma coisa muito rápida, não sei se pela minha maneira de ser, de estar, o meu dinamismo, pela minha maneira de querer, de saber mais, de querer fazer mais, o que é verdade é que eu, em determinada altura, sou abordado para saberem se estava interessado em fazer parte do Partido Comunista Português. E eu sem qualquer objecção, não sei como é que hei-de dizer, desinibidamente, disse sim senhor. Já ouvia falar do Partido Comunista Português, já de quando em vez lia um jornal, que era o Avante, um jornal clandestino, em que lia lá coisas que eram do meu agrado ler, que coincidiam com a minha linha de pensamento, coisas que eu via naquele jornal e que não se sabia em lado nenhum, ninguém sabia; eu sabia que havia a greve ali e acolá mas era pelo jornal Avante, eu sabia que os pescadores tinham estes problemas, que os têxteis tinham aqueles, que este e aquele estrato social tinha este e aquele problema pelo Avante, eu pegava no Jornal de Notícias, no Janeiro, no Comércio, não via nada, era só lamechiches. Eu tinha o Avante porque houve um amigo que disse, ó pá, encontrei isto e tal, está aqui uma coisa porreira, lê e tem cuidado; e pronto, comecei a ler; claro, eram aquelas técnicas que a gente sabe, medidas de segurança, é evidente, eu depois também comecei a dizer que tinha encontrado e ia entregar a alguém. Não ia dizer, olha pá o meu amigo entregou-me, não é.

Portanto são naturalmente técnicas de segurança que tinham que existir; mesmo assim, de vez em quando havia algumas vagas de prisões. (Barra2, 13)

A participação numa organização com estas características e com os riscos inerentes no contexto político que então se vivia, criava também as condições para o estabelecimento de laços e relações de uma forte solidariedade e cumplicidade, que marcaram a forma como muitos dos seus militantes se empenharam então na luta política.

a fraternidade, a amizade, aquele calor humano

Sabes que a nível do Partido, fundamentalmente a nível do Partido, antes do 25 de Abril, a fraternidade, a amizade, aquele calor humano existente entre os próprios camaradas, a sinceridade e a humildade era uma coisa espectacular. É verdade que eu hoje não posso dizer, porque as coisas alteram-se, as situações são diferentes, depois há rupturas e nós não nos podemos meter num gueto porque se não então pior ainda, mas não tem paralelo com a actual situação. E isso era uma coisa, ajuda de tal ordem, alimenta de tal ordem nas pessoas, dá-lhe um alimento tão forte. [...] Saio de Agosto (do Festival Mundial da Juventude), vou para (uma reunião em Itália, com vários dirigentes do PCP, na clandestinidade, entre os quais Álvaro Cunhal, para discutir uma eventual fusão entre o MJT e a UEC) quer dizer a coisa foi um ano absolutamente, não há dúvidas nenhuma em relação a isso. Porque são participações que me deram efectivamente um alimento de tal ordem para continuar, para estar cada vez mais convicto daquilo que estava a fazer, que era quase que impossível qualquer encontrão me botar abaixo. Era dentro disto que eu ficava, porque eu depois parava para ver um bocado que é que eu trouxe dali e a verdade é que encontrava sempre coisas muito positivas; [...] a nível de valores humanos que eu encontrei e me transmitiram e me deram mais; fundamentalmente nesse sentido e daí que tudo isto é um factor de formação, tudo isto, a relação com as pessoas, a actividade, aquilo que nós conversamos, isto é de um valor de formação muitíssimo grande, muitíssimo grande (Barra2, 24-25)

9.6. Processos de formação cultural e política

O envolvimento na luta social e política contra o fascismo, nas diversas frentes em que esta se desenvolveu, traduziu-se para os que nela participaram numa fonte de grandes aprendizagens e num processo permanente de formação e transformação pessoal. Participar na luta política contra a ditadura significou a inserção em colectivos diferenciados mas com objectivos comuns ou convergentes, unidos por um conjunto de valores que davam sentido a toda a actividade. Valores como a liberdade, a igualdade, a democracia, a justiça social, a rejeição da exploração, a emancipação da mulher, a paz, a recusa da guerra, a dignidade, o direito à cultura, a democratização do ensino, a liberdade de expressão, de reunião e de manifestação, o reconhecimento do direito dos povos à sua independência, a solidariedade, eram assumidos, individual

e colectivamente, como valores centrais da humanidade pelos quais valia a pena lutar e arriscar a própria liberdade.

Muito do processo de formação decorria então do quotidiano da intervenção, da participação, da acção, da iniciativa, da organização, das mais diversas actividades, algumas das quais já tivemos oportunidade de referir, e que marcaram toda a luta de milhares de pessoas contra o regime. O valor da liberdade aprendia-se a lutar pela liberdade. A liberdade conquistava-se lutando por ela. A importância dos valores em que se acreditava, que exigiam e mereciam que por eles se lutasse, aprendia-se na prática, lutando por eles. A relação com os outros, marcada por fortes sentimentos de fraternidade, a participação em reuniões, mais restritas ou mais alargadas, as trocas de opiniões e discussões que se faziam, a capacidade de ouvir e sugerir, a participação nas tomadas de decisão, o contacto próximo com diversas pessoas com outras experiências e formações, de diferentes idades e classes sociais, possibilitava que trabalhadores, estudantes e intelectuais se sentissem num plano de igualdade face à luta e aos seus objectivos.

A actividade que se realizava permitia o acesso a um conjunto cada vez mais vasto de informações, alargava os horizontes, aumentava a vontade de saber e aprofundar conhecimentos, estimulava a reflexão, a capacidade de pensar sobre questões novas, criava condições para a construção de outras formas de ver e sentir a realidade. Neste processo, em que cada um se ia formando, transformando, e (re)construindo, assumia, sem dúvida, uma grande importância o tipo de relações estabelecidas, marcadas por emoções fortes, por sentimentos de fraternidade, amizade e solidariedade e por um forte sentido colectivo de pertença a uma causa comum - o derrube do fascismo e a conquista da liberdade, pela qual valia a pena os mais diversos sacrifícios. E este sentido de pertença permitia que cada um, nas grandes e pequenas iniciativas em que se encontrava implicado, na frente ou frentes em que tinha uma actividade mais intensa, sentisse o valor da sua intervenção, mas também que a sua intervenção era reconhecida e valorizada pelos outros.

as pessoas formavam-se em função da sua própria actividade e interesse

(a formação) acontecia naturalmente, de certa forma da leitura deste livro, daquele, daqueloutro e tal. Agora sob o ponto de vista de formação específica, olha hoje vais ser formado em sindicalismo, não havia nada disso, quer dizer, as pessoas formavam-se em função da sua própria actividade e interesse que tinham de facto em formar-se para.
(Barra2, 26-27)

a relação com as pessoas, o mais sã possível, [...] e o sentido de responsabilidade

No MJT vou encontrar gente que não conhecia de lado nenhum, gente com uma desenvoltura..., e depois também as próprias relações com as pessoas, com gente que sabe mais e a gente quer saber, acaba por aprender mais, não é? Com uma desenvoltura sob o ponto de vista político que não tinha comparação naturalmente com gente da JOC. E isso entusiasma-me mais ainda, [...] E tínhamos efectivamente um relacionamento espectacular, toda a gente tinha uma sensibilidade humana de procurar ajudar uns aos outros, mas quando se tinha que fazer as coisas havia rigor, tinha que haver porque senão a segurança das pessoas também poderia ser posta em causa. Mas era efectivamente uma das coisas que eu sempre gostei, foi a relação com as pessoas, o mais sã possível, isso era muito bom, e o sentido de responsabilidade muito grande, isso também era muito bom porque foi sempre uma das coisas que também eu gostei. (Barra2, 11)

acabamos por nos [...] valorizar e formar, valorizando e formando outros

Havia o MDP; e o MJT tinha também uma ligação com o MDP. O MDP, como sabemos, era um movimento semi-clandestino também, nem era legal nem era ilegal, naquela altura já podia concorrer a eleições e tal. Daí que havia também essa ligação e havia um delegado do MJT que ia às reuniões do MDP para fazer o intercâmbio e uma ligação de acção entre jovens e menos jovens, o que também era interessante; eu cheguei a ir a algumas reuniões, depois também se colocava a questão, até para valorizar e dar a experiência também aos jovens, lá ia um ou outro, que não era delegado, mas que participava. Existiam nessa altura também os chamados plenários do MDP e então do MJT toda a gente era convocada para estar presente, para ganhar experiência, [...] conversa-se com este, conversa-se com aquele, com as pessoas das mais variadíssimas formações académicas, e isso traz-nos um valor acrescentado muito grande, [...] e depois, a dada altura, ouvimos isto ou aquilo ou aqueloutro e procuramos literatura, e vamos ver, e vamos aprofundar mais, e acabamos por nos valorizar, por nos formar, e valorizar e formar, valorizando e formando outros depois em relação às relações que temos com os outros, como é óbvio. (Barra2, 11-12)

Neste processo de formação colectivo assumiu uma grande importância o desenvolvimento de hábitos de leitura e a leitura de certos autores e de certas obras, que se tornaram referências incontornáveis para várias gerações. Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Máximo Gorki, Zola, Jorge Amado, entre outros, são autores cujos livros abordavam problemas sociais e cuja leitura servia de estímulo para uma maior intervenção social e política. “Os Esteiros”, de Soeiro Pereira Gomes, dedicado “aos filhos dos homens que nunca foram meninos”, “A Mãe”, de Máximo Gorki, e “Os Subterrâneos da Liberdade”, de Jorge Amado, foram livros que passaram de mão em mão e que contribuíram de forma decisiva para o crescente envolvimento na luta política de inúmeras pessoas. E, a leitura destes romances foi muitas vezes o ponto de partida para outras leituras, para autores como Marx e Lenine, para a procura de elementos que permitissem uma construção mais esclarecida de novas grelhas de interpretação e de leitura do mundo e da realidade social. E também o ponto de

partida para o desenvolvimento, em muitos trabalhadores que até então nunca tinham lido um livro, do gosto por ler e do prazer da leitura. Mas não era apenas de uma leitura individual que se tratava. Era a compra em grupo, a posterior discussão colectiva, o empréstimo a outros. Era a compra clandestina dos livros censurados e cuja venda estava proibida em Portugal. Era a criação de pequenas bibliotecas nalgumas colectividades e sindicatos.

havia uma preocupação de muitas vezes se conversar de que li este livro

a biblioteca (no Sindicato dos Metalúrgicos, após a conquista da direcção) era também no tal sentido de formar, que era importante. E é interessante que, em toda a gente que estava na actividade, havia uma preocupação de muitas vezes se conversar de que li este livro, li aquele, li aquele, e ó pá, empresta-me e tal, e então havia, porque as coisas também não eram baratas e a vida também não era fácil, muita gente tinha livros e emprestava-os e era a maneira de as pessoas poderem ler, porque se tivessem que os comprar não os leriam, mas havia esta preocupação de se conversar sobre literatura para, intencional ou não, a verdade é que era positivo, acabava por influenciar as pessoas também a ler e a pedir este e aquele livro— Soeiro Pereira Gomes, aqueles primeiros livros inicialmente, que eram coisas interessantes os Esteiros, o Alves Redol, os primeiros livros, que eram de facto uma coisa aliciante e que levava as pessoas; depois era A Mãe, do Máximo Gorki, e essas coisas, que já davam um sentido organizativo e conspirativo da organização dos jovens na actividade política e tal. (Barra2, 15)

onde eu li pela 1ª vez “A Mãe”, do Gorky

a MOJAF [...] tinha uma pequena biblioteca onde eu li pela 1ª vez “A Mãe”, do Gorky, “Assim foi temperado o aço”, e outras obras que agora não me recordo; nós podíamos levantar os livros, entregávamos os livros, de 15 em 15 dias, e eles tinham um trabalho muito especial virado para a EFANOR (Freitas, 12)

é alguma coisa que se altera substancialmente, isto é o querer saber

(antes de começares a participar na JOC, no MJT tinhas hábitos de leitura?) nada. (o gosto pela leitura, o hábito de leitura) começa pela sede que eu começo (a ter); eu começo a entrar na actividade e começo a querer perceber porquê, e eu para perceber porquê eu tenho que ir a algum sítio para saber — é na conversa com as pessoas, é depois nas conversas dos livros, e eu começo a fazer busca dos livros, começo a integrar-me e acabo por, quantas vezes, às sete horas da manhã tinha que sair de casa e eram cinco e ainda estava agarrado ao livro, com um entusiasmo do canudo. Portanto, isto é, de zero passa-se logo para cem, quase, e isto de facto é uma coisa interessante e por isso é que eu digo e sempre disse, e não há dúvidas, todo este meu percurso, eu tenho como excelente, não perdi nada, pelo contrário, só ganhei, porque levou-me — então, eu não sabia o que queria dizer colóquio, não é, não lia nada, de um momento para o outro passo a ler e quando dou fé, é hora de ir trabalhar e ainda estou a ler. Quer dizer, isto é alguma coisa que se altera substancialmente, isto é o querer saber, isto é a pessoa quanto mais sabe, quanto mais formada mais quer saber. (Barra2, 15-16)

Também a organização de iniciativas diversas, como colóquios, debates, convívios, em que a discussão de determinados temas era sempre agendada, a projecção de alguns filmes (como o *Couraçado de Potenkine*), seguida de debate, as sessões de canto livre, organizadas de forma semi-legal ou mesmo clandestina, tiveram um papel significativo no envolvimento de mais pessoas na luta, na formação política e na construção de uma identidade colectiva e militante de importantes sectores da oposição ao regime. Da mesma forma que alguns livros e alguns autores eram referências incontornáveis, também o eram algumas canções (os *Vampiros*, *Trova do Vento que Passa*, *Pedro Soldado*, *Cantar da Emigração*, ... e outras que nunca foram gravadas e que passavam de boca em boca⁶⁹), e alguns cantores de intervenção, como José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, entre outros.

não era um revolucionário, eu era um revoltado da vida

(A minha vida alterou-se aos 19 anos) Nessa altura sou convidado para ir participar num colóquio sobre sindicalismo! [...] Colóquio, que é isso? [...] Interessou-me. Então eu já era, não era um revolucionário, eu era um revoltado da vida! Isto é assim: toda a minha atitude com os patrões, com os encarregados, com chefes, era uma atitude de revoltado! Eu não sei explicar como, mas era um revoltado [...] e então lá fui ao colóquio.[...] Fui e então a conversa de sindicalismo e os emigrantes e não sei quê e eu faço ali uma intervenção sobre os emigrantes, não me perguntem o que é que eu disse porque eu não sei o que debitei para ali. Aquilo que eu sentia, e que entendia, mas não sei, eu depois fui sempre muito emotivo e por isso é que eu digo não me perguntem o que é que eu disse. Aquilo não foi nada elaborado [...] e houve um indivíduo que, depois no fim, veio ter comigo f- “Ó pá, porreiro e tal”. Depois veio uma ovação de palmas do canudo e eu disse “Ó pá, o que é que eu disse?”. Depois é que comecei a ver. Eu não sabia o que é que queria dizer a palavra colóquio, agora o que sentia, e aquilo que pensava aí isso disse tudo. Pronto, e depois fui aliciado para a actividade continuamente em termos de juventude, a participar aqui e acolá, depois colóquios sobre isto, sobre aquilo (Barra1, 26-28)

a determinada altura salta um tema para se discutir

os convívios eram um momento importante (porque) a determinada altura salta um tema para se discutir e depois salta a necessidade de que isto que se fez aqui temos que fazer noutros sítios, e se fizéssemos quem dá uma ajuda, e depois há sempre aquele jovem que se destaca e tal e a gente vai pressionando mais um pouco para ver se o alicia no sentido

⁶⁹ *"Não nos falta nada / nesta nossa terra / temos futebol / e até temos guerra.
Temos Totobola, / fado p'ra chorar / não temos razão / para andar a protestar.
Nos bairros de lata / não se vive mal / até há conforto / espiritual.
Temos Salazar / p'ra nos garantir / que enquanto viver / andaremos a pedir.
E se o povo tem fome / Vai para o estrangeiro / Pois para quem trabalha / Cá não há dinheiro
Refrão: E logo de manhã / pela manhãzinha / bate a Pide à porta / e entra mesmo p'la cozinha.
Remexe o que há / leva preso alguém / não há melhor vida / Que aquela que a gente tem"*

Polícias, polícias aos molhos / por causa dos gases / choram os meus olhos

de ele ingressar e engrossar as fileiras da comissão de jovens (Metalúrgicos) e dar corpo cada vez mais e mais força à própria luta. (Barra2, 17)

A preparação e desenvolvimento de todas estas acções implicava um importante trabalho colectivo e individual, que passava pela decisão das iniciativas a levar a cabo, pela sua planificação e concretização, pela iniciativa própria, pela resposta a desafios e a imprevistos, pela capacidade de correr riscos inerentes à defesa dos valores que davam sentido à existência. Nas condições tão difíceis e arriscadas em que muito do trabalho político era desenvolvido, todo este esforço implicava e promovia a existência de fortes laços de solidariedade e de confiança mútua, de um elevado “espírito de grupo”, e de um apurado sentido da responsabilidade e de entreajuda. A rigorosa preparação das acções era determinante para o seu êxito, o que implicava um efectivo trabalho conjunto. Qualquer falha podia comprometer toda a actividade e, em certas circunstâncias, pôr em causa a liberdade de todos quantos nela estavam implicados. Sendo constantes os riscos de prisão era obrigatório que este trabalho respeitasse diversas regras e medidas de segurança que era forçoso aprender, e que contribuíam também para a criação e consolidação de um forte espírito colectivo.

a unidade é a maior força para a resolução dos problemas

(na comissão de jovens) tinha que ser um trabalho colectivo porque vamos lá a ver – seria impossível levar por diante algumas acções concretas se não fosse pelo espírito colectivo, porque uma coisa é assim, se eu tenho cem quilos para levantar, e eu sozinho não posso, eu tenho que ter mais alguém [...] um colectivo, para levantar os cem quilos; isto é tão simples quanto isto; o levantar não é em termos rigoroso do peso; o levantar é o desenvolver, o fazer, levar á prática, não é, sejam cem quilos seja o que for; como já dizia alguém que a unidade é a maior força para a resolução dos problemas, porque se eu pego num pau sozinho eu parto-o, se eu meto um molho de paus eu não consigo partir; portanto, a fortaleza está exactamente sempre no colectivo, sempre e isto transporta-se para as mais variadíssimas vertentes seja para o que for e para a actividade que seja. Daí que o trabalho colectivo era efectivamente a questão principal. Tínhamos muitas vezes dificuldades, às vezes éramos dez e apareciam três ou quatro, outras vezes apareciam os dez, outras vezes apareciam sete, mas o que é verdade é que, só porque isso acontecia, as coisas não iam parar, tinham que se continuar e depois contactavam-se individualmente. Pá, olha, ficas tu de falar com fulano, distribuíam-se as tarefas; havia organização. Havia organização e havia responsabilidade (Barra2, 22)

Neste processo de participação e envolvimento foram muitas as alterações de comportamentos e de maneiras de ser e estar na vida que marcaram muitas destas pessoas. Como já referimos há um conjunto significativo de valores que passam a ser

assumidos como essenciais e que dão sentido à vida e à luta em que se envolvem. Na luta contra o fascismo, uma importante bandeira foi claramente a luta pela emancipação da mulher e pela igualdade de direitos, particularmente significativa num contexto social e político de forte estigmatização do papel das mulheres.

Em muitas famílias, e também nos meios operários, mesmo em situações em que a mulher desenvolvia uma actividade profissional fora de casa, a esta continuava a estar reservado um papel limitado e de segunda, como já salientamos. Apesar desta situação foram inúmeras as mulheres que participaram activamente na luta e muitas as que foram presas e torturadas. Neste quadro, para diversos rapazes e homens, o início de uma actividade política significou também o romper com a concepção que tinham até então interiorizado sobre o papel da mulher.

Não foi só a igualdade de direitos e a luta por ela que passou a estar em cima da mesa em diversas discussões e em múltiplas iniciativas, mas foi também a participação numa nova rede de relações, marcada pela presença activa de mulheres e de jovens mulheres no conjunto da actividade, lado a lado com os homens, assumindo quantas vezes um papel de destaque. As ideias até então interiorizadas da mulher confinada ao espaço doméstico foram então, em função da própria actividade desenvolvida por muitas, seriamente abaladas, provocando profundas alterações na forma de ver o seu papel que, muitas vezes, se vieram a reflectir também no espaço familiar.

era uma jovem muito activa

havia uma jovem, [...] que também era uma jovem muito activa; estava sempre à porta da Efanor, para falar connosco, trazia papéis, eu recordo-me; suponho que também faziam ligações aos filmes que iam passando nos cineclubes, distribuía a propaganda dos cinemas, dos filmes que passavam nos cineclubes (Freitas, 24)

Eu comecei-me a meter na actividade e a determinada altura, olha anda comigo

Eu antes de me meter na actividade eu dizia - olha eu vou para o baile, e ela (a namorada) ficava em casa. Era assim, era aquela maneira de ser. Eu comecei-me a meter na actividade e a determinada altura, olha anda comigo. E ela começou a ficar desconfiada, começou a ficar desconfiada e a dada altura começou a perceber; eu também não lhe podia dizer tudo, era das tais coisas; mas foi uma coisa, era o estar assim e virar assim, contrariamente. A determinada altura eu comecei a ter um comportamento de apoio, uma maneira, um trato humano, um trato mais humano, o outro era um trato de eu vou e tu ficas. (Mas que era muito o comportamento dos jovens operários na altura) era, era, era, aquilo era. (Barra2, 38-39) E então começo a levá-la, a algumas iniciativas, chegamos a ir ver o célebre filme, O Couraçado Pontenkim, a uma quinta do Sousa e Castro ali para Lavadores... Em 72, 71, à volta disso sensivelmente, não é. (Barra1, 45)

E que formação sob o ponto de vista moral, sob o ponto de vista cívico

Ora bom, daí que aquilo era aprendizagem natural, pelo convívio com as outras pessoas, pela relação com as outras pessoas, a educação que a gente começa a receber que é completamente distinta daquela que tinha antes. E portanto isto é também uma aprendizagem, é também uma formação. E que formação sob o ponto de vista moral, sob o ponto de vista cívico. Porque isto depois transporta-se para tudo na própria vida. Porque não é possível, eu onde estiver é a minha pessoa, a minha pessoa age em conformidade com aquilo que pensa, com aquilo que sabe, com aquilo que conhece e portanto isto transportou-se também aí. (Barra2, 38-39)

A participação activa na luta contra o fascismo significou para milhares de pessoas a integração em novos contextos e redes de relações sociais, em geral muito diferentes dos até então vivenciados na família, na escola ou no trabalho, no interior dos quais as pessoas se foram formando, transformando e construindo novas identidades. Apesar de todo o aparelho de inculcação ideológica montado pelo regime, apesar de toda a máquina repressiva montada, foram muitos os que foram capazes de romper com o fatalismo do “destino” a que estariam condenados e de sonhar com outras formas de vida, de acreditar na possibilidade de transformar a realidade, de resistir e lutar para que a “utopia” da liberdade, de uma vida e de um país melhor se concretizasse.

O 25 DE ABRIL E O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO

O 25 DE ABRIL E O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO

O 25 de Abril correspondeu a um período da história portuguesa particularmente significativo para quantos o vivenciaram. Para os que tinham participado activamente na luta contra o fascismo foi a concretização do sonho pelo qual tanto se tinham batido. Para milhares e milhares de outros portugueses foi o início de uma intensa participação na vida política, económica, social e cultural, a certeza de que era possível uma vida melhor e que estava nas mãos de cada um a sua concretização. Para todos estes, entre os quais os nossos interlocutores, foi um tempo inesquecível que se traduziu na afirmação de cada um como construtor da história, no exercício real de uma democracia participativa, numa profunda melhoria das condições de vida e de trabalho de milhões de portugueses, na democratização do ensino e no acesso a níveis mais elevados de escolaridade para os filhos de milhares e milhares de trabalhadores. Um tempo em que cada um se foi formando e transformando, à medida que participava na transformação da sociedade portuguesa então ocorrida e que hoje, mais de trinta anos passados, importa lembrar pela voz de alguns dos seus protagonistas. E, importa lembrar ainda mais num tempo, como o actual, em que diversos direitos e conquistas então alcançados, pela força da participação popular, foram ou vão sendo postos em causa. Num tempo em que a ideologia neoliberal dominante nos quer fazer acreditar na inevitabilidade de um processo de desenvolvimento internacional marcado pelo acentuar de formas diversas de exploração e das desigualdades sociais, procurando reduzir as pessoas a meros objectos passivos e alienados.

Foi uma bomba que estourou no coração das pessoas

Quando surge a grande chama da liberdade, o 25 de Abril, de que me orgulho de ter participado para que acontecesse, através da luta. É difícil expressar aqui a alegria, a emoção tão grande que tive de poder dizer – chegou o dia de acabar com esta canalha, chegou o dia de partirmos para a nossa vida, porque até aí era uma vida determinada por outros; a partir de agora temos a possibilidade de dizer – eu sei o que quero da minha vida e é agora que eu vou fazer a minha vida. Foi uma coisa espantosa. Foi uma bomba que estourou no coração das pessoas de tal ordem que não consigo traduzir o calor de muita

gente, aquele contentamento, aquela alegria. (Barra, mesa-redonda “Memórias e Vivências do 25 de Abril, FPCEUP, 30 de Abril de 2008)

Toda a luta social e política travada durante o fascismo contra o regime e pela instauração das liberdades e da democracia, com forte expressão nos trabalhadores e noutros sectores sociais, como os estudantes, e a guerra colonial, contribuíram para o desenvolvimento em certos sectores militares de um ambiente de forte contestação ao regime, criando as condições para a formação do Movimento das Forças Armadas (MFA), para o despoletar de um golpe militar no dia 25 de Abril de 74, e para a revolução popular que, de imediato, se lhe seguiu, levando muito mais longe os objectivos iniciais previstos no programa do MFA.

O período revolucionário do 25 de Abril foi marcado por um forte movimento de intervenção e participação popular, vivido intensamente, com uma enorme alegria e entusiasmo por muitos milhares de pessoas, que se multiplicaram na intervenção e na participação nas mais diversas instâncias e estruturas que por todo o lado se constituíram.

No próprio dia 25 de Abril, já com largos milhares de pessoas nas ruas, em apoio do MFA e em defesa da liberdade, após a rendição de Marcelo Caetano, o poder passou a ser exercido por uma Junta de Salvação Nacional (JSN), a quem competia assegurar o cumprimento do Programa do MFA, sendo destituídos das suas funções o Presidente da República e o Governo e dissolvida a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado. Entre outras medidas, o programa do MFA determinava a extinção imediata da PIDE/DGS, da Legião Portuguesa e das organizações políticas da juventude, a amnistia imediata de todos os presos políticos (salvo os acusados de “delitos comuns”), a abolição da censura e exame prévio e a escolha pela JSN, de entre os seus membros, no prazo máximo de três semanas, do Presidente da República. A este competiria a nomeação de um Governo Provisório Civil, composto por *“personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identificassem com o programa do MFA”*, o qual teria que promover *“o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos”*⁷⁰, a liberdade de reunião e de associação e de formação de “associações políticas”, enquanto embriões de futuros partidos políticos, a liberdade sindical (de acordo com lei especial que regularia o seu exercício), a liberdade de expressão e pensamento.

⁷⁰ In Programa do MFA

O Governo Provisório seria ainda responsável pelo desenvolvimento de “*uma nova política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas (...), o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista*” (a economia portuguesa era então dominada por um reduzido número de grandes grupos monopolistas) e por “*uma nova política social que [...] terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses*⁷¹”. No que toca à situação colonial, e fruto das divergências existentes entre os próprios militares, o programa reconhecia apenas que “*a solução das guerras no ultramar é política e não militar*”, devendo ser lançados os fundamentos de “*uma política ultramarina que conduza à paz*”.

O programa terminava com um “*veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional*⁷²”, tendo essa participação atingido uma expressão muito para além do que seria imaginável pelo movimento militar, envolvendo-se milhares e milhares de portugueses num processo revolucionário de transformação e mudança social, no qual as pessoas se sentiam com poder para mudar as suas vidas e construir um país novo. De acordo com Fernando Rosas (2006:20) diversas circunstâncias terão contribuído para explicar esta transformação do golpe de estado em explosão revolucionária:

“o apagamento e neutralização das forças armadas como instrumento de violência do Estado e até a transformação de parte delas em movimento político-militar revolucionário; a pulverização e enfraquecimento geral do poder do Estado, e a explosão, facilitada e apoiada pelas circunstâncias anteriores, da tensão social e política acumulada, qual panela de pressão, na fase terminal do regime anterior. Perante o enfraquecimento do Estado e a mudança de natureza e papel nas forças armadas, libertam-se as tensões acumuladas, explodem em catadupa as esperanças, protestos e reivindicações e o movimento popular toma, por todo o lado, a ofensiva. Ele compreendia que podia vencer o Estado sem que este o pudesse vencer, que o poder estava fraco, dividido e já não podia governar, sendo que ele, com o apoio do movimento militar, podia agora fazê-lo”.

Restaurada a liberdade, posto fim a um regime que oprimia os portugueses e tolhia o seu desenvolvimento, abriu-se então uma época de profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais, nas quais se envolveram e participaram activamente muitos milhares de pessoas que, desde o próprio dia 25 de Abril, conquistaram, na prática, e de imediato, o exercício dos mais diversos direitos

⁷¹ ibidem

⁷² ibidem

democráticos, designadamente o direito de reunião, de associação, de expressão e de manifestação, o direito à greve e a liberdade sindical (que só mais tarde o Governo Provisório viria a consagrar legalmente) assumindo um papel decisivo na determinação e na condução das mudanças que se vieram a operar.

Mas, os caminhos abertos pelo 25 de Abril não foram totalmente consensuais quanto à evolução do processo revolucionário e a algumas das soluções que iam sendo implementadas, designadamente de natureza económica, muitas delas fruto da própria pressão e intervenção popular, sendo perceptíveis divergências entre diferentes sectores militares e sectores políticos, correspondendo a interesses das classes sociais também diferenciados ou mesmo antagónicos. Como diz Carvalho da Silva (2007: 289)

“É assim, num quadro de liberdades, desconhecido até então da maioria dos portugueses, e numa situação em que os poderes políticos não estavam ainda consolidados que se vai desenvolver o processo revolucionário com larga participação popular mas também cheio de contradições e conflitos que se geram no seio da própria instituição militar, entre órgãos do poder e também a nível das forças partidárias que emergem da clandestinidade ou das muitas outras que surgem na nova cena política”

Ao longo do processo, foram diversas as movimentações de diferentes sectores políticos e militares visando alterações no rumo que os acontecimentos estavam a prosseguir, com impactos e consequências diferenciadas. De acordo ainda com Fernando Rosas (2006:26-32), a 28 de Setembro de 1974 é derrotada uma tentativa do General Spínola, apoiado por sectores da hierarquia militar e por forças políticas do centro e de direita, de impor uma *“democracia musculada no plano interno e uma solução federalista no plano colonial”* e de chamar a si *“o controlo do aparelho de Estado e das forças armadas”*, o que o levará a demitir-se.

O período seguinte será marcado por uma radicalização à esquerda do processo revolucionário, delineando-se o socialismo como o objectivo a atingir, mas com posições claramente diferenciadas entre o PCP (Partido Comunista Português), o PS (Partido Socialista), diversos grupos *“da esquerda radical”* e diferentes sectores militares. Na sequência de nova tentativa falhada do general Spínola para ocupar o poder, a 11 de Março de 1975, as posições radicalizam-se ainda mais, sendo criado o Conselho da Revolução e dissolvida a Junta de Salvação Nacional, decretada a nacionalização da banca, e das companhias de seguros, aprovada a lei da Reforma Agrária e incentivado o controlo operário nas empresas.

As eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas a 25 de Abril de 75, nas quais o PS obteve 37,8% dos votos, o PPD (Partido Popular Democrático) - 26,3%, e o PCP - 12,5% dos votos, vieram dar uma legitimidade eleitoral e um peso político aos dois partidos mais votados, particularmente ao Partido Socialista, que até então não determinavam tão claramente a condução do processo político português. Tal facto veio a traduzir-se numa alteração da correlação de forças também a nível militar, que levou ao afastamento dos órgãos de decisão de sectores militares até então mais envolvidos no processo revolucionário, à demissão de Vasco Gonçalves (1º ministro do V governo provisório), e à nomeação, em Setembro, de um novo governo provisório. Simultaneamente, partidos e grupos da extrema direita, apoiados por sectores da hierarquia da igreja, que aproveitaram as missas e outras iniciativas religiosas para mobilizar as pessoas, desenvolveram um conjunto diversificado de acções e atentados terroristas contra pessoas, partidos e instituições de esquerda, com ataques à bomba e assaltos às suas sedes, originando situações de grande tensão e provocando diversos mortos.

Num contexto político controverso, sucedem-se as manifestações e as lutas em diferentes sectores profissionais, vindo a ter um grande impacto o cerco à Assembleia Constituinte, efectuado a 13 de Novembro, por trabalhadores da construção civil.

Num processo de radicalização política crescente, que se vai cavando na sociedade portuguesa, expressando as profundas divergências quanto ao rumo a seguir pelo país, a confrontação militar de 25 de Novembro de 1975 vai inflectir o processo revolucionário e a direcção política até aí seguida, sem contudo pôr expressamente em causa as conquistas e os direitos políticos, económicos e sociais conseguidos. Para Fernando Rosas (2006:31), o 25 de Novembro significou

"[...] uma contenção com um duplo conteúdo essencial. Em primeiro lugar, impõe uma alteração das legitimidades do poder a entronizar: a legitimidade revolucionária cede definitivamente o passo à legitimidade das urnas [...] em segundo lugar e de forma igualmente essencial, a reposição da hierarquia e da cadeia de comando nas Forças Armadas e o seu regresso ao papel tradicional do Estado e, com isso, a liquidação do MFA e o desarmamento e neutralização a prazo, da esquerda político-militar".

Em Abril de 1976 virá a ser aprovada a Constituição, apenas com o voto contra dos deputados do CDS (Centro Democrático Social), na qual o Estado Português é ainda caracterizado como um

“Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras”⁷³

ficando nela consagradas as conquistas do período revolucionário (a reforma agrária, as nacionalizações, o controlo operário, o direito ao trabalho e à segurança no emprego, à greve e à contratação colectiva, a liberdade sindical, o direito à saúde, à educação, à habitação, entre muitas outras).

A aprovação da Constituição, as subsequentes eleições para a Assembleia da República⁷⁴ e para o Presidente da República⁷⁵, e a tomada de posse do 1º governo constitucional⁷⁶ definiram então um novo quadro de “normalização” política. A democracia institucionaliza-se num figurino e num contexto político-partidário com muitas semelhanças ao que ainda hoje vigora, desenvolvendo-se um processo que irá pôr em causa diversas conquistas revolucionárias e direitos consagrados na Constituição, e gorar expectativas criadas com o 25 de Abril, iniciando-se para o movimento popular, e em particular para o movimento sindical, uma nova fase da sua intervenção.

Independentemente das transformações ocorridas no período da “normalização”, ou ainda em curso, algumas das quais abordaremos no capítulo seguinte, o 25 de Abril deixou profundas marcas na sociedade e na democracia portuguesa, assegurando a muitos milhares de pessoas alterações significativas nas suas condições de existência e um importante conjunto de direitos sociais e políticos que continuam a constituir traços identificativos da realidade portuguesa. A liberdade e a democracia, apesar de crescentemente limitadas e condicionadas, a melhoria das condições de vida e dos cuidados de saúde, que se traduzem, entre outros indicadores, no aumento da esperança média de vida e na baixa pronunciada da taxa de mortalidade infantil, o maior acesso a bens de consumo, a elevação dos níveis de escolaridade são, a este nível, claramente elucidativas.

⁷³ art. 2º

⁷⁴ A 25 de Abril de 76

⁷⁵ A 27 de Junho de 76

⁷⁶ A 23 de Julho de 76

1. O processo revolucionário

1.1. Os primeiros dias, as primeiras conquistas

Contrariando os apelos iniciais do MFA para que as pessoas se mantivessem nas suas casas, e num ambiente ainda de grande tensão, dada a não rendição do poder político, da PIDE e das forças policiais, milhares e milhares de pessoas saíram às ruas, por todo o país, para apoiar o Movimento das Forças Armadas e para se tornarem parte activa no derrube do fascismo e na conquista da liberdade e da democracia. O apoio ao MFA veio acompanhado, de imediato, de um conjunto significativo de exigências de natureza política, como o fim da guerra colonial, a libertação de todos os presos políticos, a extinção da PIDE / DGS, o fim da censura, a legalização dos partidos políticos, o direito de manifestação, o direito de reunião e associação, o direito à greve, a liberdade sindical, o direito a uma vida melhor, alguns dos quais não constavam explicitamente do Programa do MFA ou não estavam mesmo previstos, por não serem consensuais entre os militares, como o fim imediato da guerra, tornando-se bandeiras de luta que marcaram fortemente os primeiros dias da revolução e que, pelo seu próprio exercício, foram automaticamente conquistadas

No dia 25 de Abril fui eu que andei na rua, lá em baixo, a ler o comunicado do MFA

No dia 25 de Abril fui eu que andei na rua, lá em baixo, a ler o comunicado do MFA; quando a polícia ainda andava a atirar sobre as pessoas na Av. dos Aliados, na Praça da Liberdade, andava eu, para cima e para baixo, numa carrinha com o som, a dizer às pessoas para se acalmarem, que estava tudo controlado, a dar uma orientação que depois eu sei que outros não davam, que era para as pessoas irem para casa; (o PCP) a orientação era para não irem para casa, era para irem para a rua; eu lembro-me perfeitamente dessa cena porque era uma coisa cómica - eu via os comunicados e via o que é que estavam a dizer, e eu estava a dizer o contrário, mas a orientação do MFA era essa, era as pessoas irem para casa. Era o problema dos confrontos militares, porque ainda não tinha sido tomada a PIDE e a polícia não se tinha rendido ainda, havia polícias que não se tinham rendido aqui no Porto; isto foi da parte de manhã (Vieira Mendes, 7-8)

Fomos para a Praça, logo lá para a Baixa, era os locais de concentração

no dia 25 de Abril, eu vou-te explicar. Eu fazia parte de um organismo do Partido em que havia uma pessoa que tinha familiares ligados ao exército e que tinha algumas informações, [...] e ele disse, ó pá parece que há por aí qualquer coisa, está atento aos jornais, à rádio. [...] E então no dia 25 de Abril, que é isto? esquisito, não é? o MFA e tal, já não fui trabalhar. Não fui, tentei apanhar esse amigo e encontramos-nos. (Barra2, 29-30)

Fomos para a Praça, logo lá para a Baixa, era os locais de concentração; normalmente era logo confluír toda a gente para lá. A Praça, no dia 25 de Abril, começou, aquilo foi assim muito lentamente, não é, ao fim da tarde então aquilo engrossou substancialmente. Depois

os contactos começaram a surgir, (as pessoas) começaram a encontrar-se, e que fazer, que não fazer e tal. (Barra1, 66)

A libertação de todos os presos políticos foi, no próprio dia 25 de Abril, e nos imediatamente a seguir, uma das preocupações centrais, temendo-se o que a PIDE, que não se tinha ainda rendido, poderia fazer. Milhares de pessoas cercaram as instalações da polícia política, designadamente em Lisboa e no Porto, e as diferentes prisões políticas. Num quadro ainda controverso, e com posições diferenciadas dentro do próprio MFA, a batalha pela libertação incondicional de todos os presos políticos assumiu então uma grande importância dadas as tentativas de alguns sectores militares para manter presas algumas pessoas alegadamente acusadas de terem praticado actos de violência. No Porto, por exemplo, o último preso político a ser libertado (Jorge Carvalho, mais conhecido por Jorge Pisco), viu a sua libertação ser posta em causa, com a acusação de ser um preso de delito comum por, no momento da prisão, ter resistido e dado um murro ao agente da PIDE que o estava a prender. Em Lisboa será junto à sede da PIDE que esta provoca as únicas mortes do 25 de Abril, disparando sobre a multidão que cercava as instalações, matando quatro pessoas e ferindo muitas outras.

da parte da tarde, é que fomos tomar a PIDE e a Legião

eu era oficial de som, e o oficial de som era o único na região militar. Portanto quando foi preciso o som ir acompanhar os militares que iam tomar a PIDE e tomar a Legião tive que ir eu. [...] da parte da tarde, é que fomos tomar a PIDE e a Legião e eu era o oficial que ia com o som para dizer às pessoas, aí já não tinha a ver com as pessoas irem para casa, era animar a malta que estava, principalmente na PIDE, estava imensa gente, estava animadíssimo; para já foi muito engraçado porque eu quando vejo (os presos políticos) a sair da PIDE, vejo malta que eu conhecia, tinha visto nos comícios do MDP, na altura das eleições em 69 e em 73, malta que eu conhecia, não tinha contacto com eles, mas conhecia - aqui saiu o José Carlos Almeida (funcionário clandestino do PCP), e havia outra pessoa qualquer que agora não me lembra, e depois estava lá a Virgínia Moura e estavam lá essas pessoas todas (Vieira Mendes, 7-8)

depois a malta prendeu os Pides

depois a malta prendeu os Pides e, quando os prendemos, depois levámo-los para o quartel general, e quando saem vejo eu duas pessoas conhecidas; uma que era a catequista aqui da Igreja das Antas [...] e um tipo que era vendedor de automóveis da RIPAL [...]. Bom, eram tipos que estavam lá dentro da PIDE nesse momento, que eram da PIDE. (Vieira Mendes, 9)

A extinção imediata das estruturas do regime foi igualmente assumida como uma das grandes exigências populares, sendo muitas as sedes de instituições integrantes

do regime anterior, como as da Mocidade Portuguesa, da Legião, do Movimento Nacional Feminino, da Acção Nacional Popular, entre outras, que foram rapidamente ocupadas, passando a ter como “inquilinos” organizações que tinham participado activamente na luta contra o fascismo ou novas associações e sindicatos que emergiram quase de um dia para o outro.

Aquilo era um processo revolucionário e daí que não havia dúvidas

no dia 26, 27 começou-se logo nas acções objectivas: tomar conta de algumas das instituições fascistas e ligadas ao regime como por exemplo, em Aníbal Cunha, a sede do Movimento Nacional Feminino, a sede da Mocidade Portuguesa, fomos a Álvares Cabral também tomar (conta) batemos à porta, entrámos por lá dentro e pusemos toda a gente cá fora, tomámos conta daquilo, pura e simplesmente, ostensivamente, não é. Aquilo era um processo revolucionário e daí que não havia dúvidas e não houve assim grandes resistências; houve mais resistência foi depois na PIDE, aí é que pronto, já houve algumas situações de maior agressividade. [...] Fomos à rua Álvares Cabral, como estava a dizer, à Mocidade Portuguesa Masculina e tomámos conta também da sede que, mais tarde, foi a sede do MJT. Inicialmente, quando tomámos conta da sede de Aníbal Cunha, ficámos ali, serviu inicialmente para o MJT, ficaram lá dois ou três elementos, e eu fiquei ali também, logo ali de guarda àquilo; depois o resto do pessoal foi tomar conta das outras coisas que houvesse possibilidade. E então, passado pouco tempo, também estive um bocado ligado às mulheres, também à organização de mulheres, mas foi o Partido, a sede imediatamente a seguir ao 25 de Abril que o Partido utilizou, foi em Aníbal Cunha; depois nós passámos para Álvares Cabral, para a Mocidade Portuguesa Masculina onde tinha para lá esgrimas, armas; depois, no meio daquilo tudo, houve muita gente que se aproveitou, gente que andava no nosso meio e que também não tinha nada, tinha pouco de consciência ideológica e até política, era mais um naquela avalanche. Depois tomámos conta da ANP Juvenil, na Rua Júlio Dinis, onde mais tarde ficou lá o Sindicato dos Professores; estava lá, nesse mesmo prédio, uma revista ligada à educação e aos professores mas de esquerda, não tinha nada a ver com o regime (a revista “O Professor) e depois aquilo passou para os professores. [...] Onde eu participei foi exactamente nisto, porque não se podia participar em todos os lados, porque se não deixávamos desguarnecido e tínhamos que ficar uns em cada lado. Pronto, foi um bocado esta a situação que surgiu logo imediatamente a seguir ao 25 de Abril. (Barra1, 66-68)

1.2. A explosão da intervenção e da participação popular

O 25 de Abril transformou-se numa enorme explosão de alegria e numa grande festa, vivido dia a dia com uma grande intensidade. Depois de 48 anos de sujeição a um regime em que as pessoas se sentiam fortemente oprimidas, a conquista da liberdade provocou uma onda de entusiasmo contagiante e sentimentos de uma enorme euforia. Para os que tinham participado activamente na luta política contra o regime foi a concretização, quase imediata, de um conjunto significativo de objectivos

porque se tinham batido: o fim do fascismo, a conquista da liberdade, a extinção da PIDE, o fim da guerra. Para estes, e para milhares e milhares de outros trabalhadores, foi o sentimento de que finalmente a oportunidade de uma vida melhor tinha chegado, e que essa oportunidade implicava e permitia o seu envolvimento activo na construção do seu futuro e do futuro dos outros, na construção da democracia.

O 25 de Abril foi a coisa mais importante que eu tive na minha vida

O 25 de Abril foi a coisa mais importante que eu tive na minha vida, foi as pessoas poderem pôr tudo a nu, poderem dizer “as batatas estão caras” e não serem presas; porque, antes, não era possível (Barra, mesa-redonda “Memórias e Vivências do 25 de Abril”, FPCEUP, 30 de Abril de 2008)

A consciência “meio adormecida” das injustiças e das desigualdades, despertou por todo o lado, quase de um dia para o outro, levando à erupção de um forte movimento de intervenção e participação popular, com largos milhares de pessoas a assumirem-se como sujeitos de direitos, com direito a ter direitos, com direito a uma vida melhor e a serem tratados com dignidade. Tal percepção traduziu-se em alterações profundas e significativas na forma como as pessoas passaram a ver e a sentir a realidade que as cercava e a si próprias, reconhecendo o papel que podiam desempenhar na transformação social e sentindo-se com vontade, força e poder para impor as mudanças necessárias.

Nós queremos papel higiénico para a casa de banho

Dá-se o 25 de Abril e aí sim, a consciência, meio adormecida que cada um de nós tinha das desigualdades, de facto foi a explosão completa; eu tinha 18 anos nessa altura (...). Havia tantas coisas para a gente dizer nós queremos isto, nós queremos aquilo, que hoje, 31 anos depois, a gente diz assim, mas eram tão ridículas aquelas coisas que a gente estava a exigir. Sabes qual foi uma das primeiras reivindicações (na fábrica)? A exigência de papel higiénico para a casa de banho. Nós queremos papel higiénico para a casa de banho. E, a ideia de nós estarmos a dizer isto, não é, e eles a dizerem que sim a tudo. [...] e pronto a partir daí aquilo era assim, era como as cerejas, era isto para aqui, era isto para acolá, era não sei quantos, era os vestiários, enfim, uma série de alterações substanciais que ali se dão, que não sei se melhoram a nossa vida, mas melhoram com certeza as nossas condições de trabalho. (Palmira, 22-25)

Era a construção de uma nova realidade e de um novo país que estava em cima da mesa, pelo qual se lutava e se intervinha, nos locais de trabalho, nas ruas, nas escolas, nos sindicatos, nas associações, nas autarquias, nos partidos políticos, lado a lado com muitos outros, alguns dos quais só agora se conheciam, assumindo o poder de decidir e vendo os resultados das acções e lutas desenvolvidas, com a consciência

que era possível mudar de vida e que essa mudança estava nas mãos de todos e de cada um. A vontade de participar e a consciência da importância e da utilidade dessa participação levou milhares de portugueses a intervir activamente na vida política e social, na criação e dinamização de novas formas de organização social, na tomada dos sindicatos corporativos e na constituição de novos sindicatos, na formação de comissões de moradores, de milhares de associações populares e de associações de estudantes, em partidos políticos, na organização e na direcção de diferentes estruturas.

Largos milhares de pessoas, que até então não tinham tido qualquer experiência de intervenção política, assumiram-se, da noite para o dia, como construtores activos da história, envolvendo-se na preparação e dinamização das mais diversas actividades, na gestão de empresas, de escolas e de autarquias. A partir da acção concreta, na relação com os outros, na procura das melhores soluções para a enorme quantidade de questões a que havia que dar resposta, sentindo que nada era impossível, milhares de pessoas aprenderam a participar participando, desenvolveram novas formas de exercício do poder e as mais diversas competências, formaram-se e transformaram-se enquanto se assumiam como autores das profundas mudanças que se operavam.

1.2.1. A participação nos sindicatos, a dinâmica sindical

Imediatamente a seguir ao 25 de Abril gerou-se uma forte dinâmica de intervenção em torno dos sindicatos, com a tomada dos sindicatos corporativos e o afastamento das antigas direcções e com a criação de novos sindicatos. Nos mais diversos sectores profissionais realizaram-se grandes assembleias, com a participação de grande número de trabalhadores com vista à criação ou reestruturação dos seus sindicatos, sentidos agora como estruturas importantes e nas quais era necessário e valia a pena intervir, e elegendo novas direcções sindicais. Num processo amplamente participado, foram milhares os trabalhadores que, pela primeira vez, se assumiram como actores e autores sociais (Ardoino:1993), participaram em reuniões, usaram da palavra, discutiram formas de organização e princípios estatutários, determinaram objectivos, decidiram lutas, votaram, elegeram representantes, foram eleitos como delegados ou como dirigentes sindicais, dirigiram sindicatos. Exercendo desde logo a liberdade sindical, e sem esperar pela publicação da legislação que a iria regulamentar, que só em 1975 viria a ser aprovada⁷⁷, os

⁷⁷ Dec. Lei 215-B/75, de 30 de Abril

trabalhadores foram dando corpo aos seus sindicatos, tornando-os uma força incontornável nas lutas políticas travadas e na conquista de inúmeros direitos.

como fui sempre uma revoltada as pessoas logo me elegeram para delegada sindical

Deu-se o 25 de Abril e logo após o 25 de Abril fui para delegada sindical. Na altura não sabia nada o que era política nem (nada), mas como fui sempre uma revoltada as pessoas logo todas me elegeram para delegada sindical. Pronto aquilo tudo foi muito rápido, fui delegada sindical muito pouco tempo porque entretanto foi eleita a direcção do sindicato e eu fui uma das mulheres que foi logo escolhida para a direcção; (Amália2, 2-3)

é chefe mas é boa, é chefe mas é boa

A seguir ao 25 de Abril houve uma corrente muito grande no sentido de se fazer assembleias (nos sindicatos) para substituir as direcções que não eram representativas dos trabalhadores; em assembleias gerais convocadas para o efeito, para eleger comissões directivas, para depois preparar as eleições. Nós fizemos a assembleia, estavam, na altura, à volta de quinhentos ou seiscentos trabalhadores, era uma sala cheia, na altura ainda não eram muitos, eram os primeiros que a gente conseguiu mobilizar e assim fizemos a assembleia que destituiu a direcção e que constituiu uma comissão directiva provisória para preparar eleições e para preparar uns estatutos. Fiquei nessa primeira comissão directiva que foi escolhida a dedo. Havia um palco e os que se candidatavam, quem quisesse podia candidatar-se, aquilo era livre, e depois era fiscalizado pelos trabalhadores. Perguntavam, mas que tal ele é na fábrica, que tal ele é ali, [...] e, de chefes, só eu é que passei, porque as minhas colegas da fábrica, estavam lá em peso, e disseram, é chefe mas é boa, é chefe mas é boa, e então os trabalhadores gritaram fica, fica, e assim se constituiu a lista. [...] antes de sair a lei sindical não havia crédito de horas para os dirigentes sindicais, [...] e então a gente reunia à noite. (M^a Emília Reis, 53-54)

eram milhares, e milhares, e milhares, e milhares, e milhares de trabalhadores

No dia 25 de Abril de 1975, era feriado, fez-se uma das grandes assembleias do sindicato, por causa da alteração dos estatutos; e então aquilo tinha, naquela altura, primeiro eram milhares, e milhares, e milhares, e milhares, e milhares de trabalhadores, [...] (a amiga Mena) era membro da comissão de trabalhadores, tinha ligação ao sindicato, acompanhava já com malta para a frentex, como é evidente. E então ela convenceu-nos a ir à assembleia, e então nós toca a ir à assembleia; fomos à assembleia, no Palácio de Cristal, aquilo cheio, a abarrotar, nunca mais me esqueço, com aqueles panos – St. Tirso, outros a dizer Porto, uma coisa incrível, assim uma discussão do arco da velha; se me perguntares ao certo as discussões (hoje já não fazes a mínima ideia). Mas era uma coisa impressionante, aquilo era mobilizador só por si, porque tinha tanta gente, tanta gente, tanta gente, que a gente de facto ... (Palmira, 37,38)

Para muitos, a vida quotidiana sofreu uma profunda transformação. A vontade de participar e a intensidade da participação levou a enormes alterações na organização do dia a dia de milhares de pessoas. Foi quase como se os dias tivessem

passado a ter mais de 24 horas, tal a quantidade de frentes em que se intervinha, o número de coisas que se faziam em simultâneo, e a urgência de as realizar. A intervenção social e política tornou-se uma das dimensões centrais da vida e aquilo que, em grande parte, lhe dava sentido.

aquilo era algo hoje inimaginável, a vida, a actividade

Dá-se o 25 de Abril, o sindicato faz grandes assembleias em tudo que para aí havia de associações, em Pereiró, havia lá uma grande associação, [...] fez no Palácio, e eu comecei (a envolver-me); tinha já a minha veia social, sabia, já tinha a ideia, o serviço militar para mim foi uma grande ajuda [...] em Julho sou convidado para uma reunião onde dizem que a gente precisava que tu fosses dar uma ajuda no sindicato. [...] tu vais para a Assembleia Geral, a gente só te quer na Assembleia Geral, aquilo é uma Assembleia de mês a mês, e é ao Domingo, ao Sábado, tu vais continuar isso tudo (trabalhar e estudar). E eu acreditei [...] passado algum tempo, mesmo como presidente da assembleia geral, já trabalhava a tempo inteiro (no sindicato) [...] às vezes era assim, eu fazia directas, não é, mas podia fazer directas 4 ou 5 dias, na altura era jovem, mas chegava a alturas que a gente já não aguentava, andava quase a dormir; trabalhava todo o dia no sindicato, o instituto começou a ficar de lado, [...] entretanto o instituto também entrou em polvorosa, como é natural, com grandes assembleias; lá ia a uma ou outra mas, quem viveu o 25 de Abril, eu acho que só quem viveu pode ..., aquilo era algo hoje inimaginável, a vida, a actividade. Conclusão, quando eu dei conta eu já estava quase a tempo inteiro no sindicato, era da assembleia geral, não sei porquê mas, na altura, eu fazia já de tudo, e passado algum tempo a empresa chamou-me e disse – ó pá, você é o chefe de turno, isto não pode ficar toda a noite à balda, [...] portanto a proposta que lhe fazemos é que você, enquanto estiver a tempo inteiro na actividade, nós vamos substituí-lo, sempre que você possa vir trabalhar você diga. (Freitas, 14-16)

Se em alguns sectores profissionais a questão que se colocou foi a da reorganização dos sindicatos, alterando a sua estrutura corporativa e criando as condições para uma maior ligação aos trabalhadores e aos seus problemas, noutros sectores, como todos os da função pública, os professores, os pescadores e os trabalhadores agrícolas, por exemplo, a questão foi mesmo a criação de novos sindicatos, uma vez que aí, durante o fascismo, nem sindicatos corporativos eram permitidos. E é também nesse processo que são muitos os trabalhadores envolvidos, sentindo a importância de uma estrutura como o sindicato e decidindo, quase a partir do zero, o tipo de organização que queriam construir, que melhor seria capaz de os representar e defender, assegurando, ao mesmo tempo, as condições para uma participação ampla nos processos de decisão. Pensar a organização significava, então, pensar as formas e os meios de os sindicatos funcionarem num modelo participativo, em que a intervenção activa dos trabalhadores era tida como imprescindível, e que estes agora também não dispensavam. Ser parte activa de um

processo significava participar efectivamente de pleno direito, com poder de decisão e com a certeza que essa participação era valorizada e necessária.

criar do nada um sindicato

(Trabalhava nos) Edifícios e Monumentos Nacionais e foi nessa altura (em Fevereiro ou Março de 1975) que um dia fui a uma reunião do Sindicato da Função Pública, que estava em constituição, essa reunião foi a primeira reunião a que eu fui, e fui logo eleito para a comissão instaladora do sindicato. (Vieira Mendes, 9)

aquilo era uma ideia muito interessante porque era criar do nada um sindicato, e eu estive desde a génese desse processo, embora já existisse uma comissão anterior, que foi criada logo a seguir ao 25 de Abril, esta foi em Março de 75, ou Fevereiro, já não me lembro; [...] Esse trabalho foi muito aliciante para mim, foi dos trabalhos mais aliciantes, que foi fazer do nada uma organização que é hoje uma organização muitíssimo poderosa e muito importante e que trouxe uma experiência muito grande, por um lado uma parte de organização, fundamentalmente de organização, depois, ao mesmo tempo, de gestão. Portanto deu-me uma experiência muito grande na parte de organização, e eu desenvolvi competências pela experiência que tive como é que se organiza uma coisa, desde fazer os estatutos, os órgãos, e portanto nós não fomos copiar porque não íamos copiar pelos sindicatos corporativos ou que tinham essa índole corporativa, e portanto podemos fazer uma coisa de novo e então vamos fazer uma coisa de novo como deve ser, digamos, democrática, com controle, com democracia directa, aliando sempre a Assembleia geral com a direcção, a direcção sempre dependente da Assembleia e os órgãos intermédios com os delegados sindicais, com uma assembleia intermédia que tinha algumas funções, porque achamos também logo, desde o princípio, que os delegados deviam ter algumas funções; porque era impossível estar a reunir sempre a Assembleia Geral. (Vieira Mendes, 10)

Era uma coisa impressionante, impressionante

a assembleia constituinte do sindicato (dos Trabalhadores da Função Pública do Norte), foi uma coisa, quatro mil e quinhentas pessoas, é uma coisa, quatro mil e quinhentos certos, não é ...; [...] é uma coisa absolutamente louca [...]. Era uma coisa impressionante, impressionante. (Vieira Mendes, 55)

Todo este processo de dinamização e criação de muitos sindicatos, foi acompanhado da criação de diversas estruturas de coordenação, a nível distrital, sectorial e nacional, procurando dar resposta aos diferentes tipos de solicitações e problemas com que os trabalhadores e os sindicatos eram confrontados, complexificando-se a estrutura do movimento sindical.

Para além da participação de milhares de trabalhadores em direcções de sindicatos, são também muitos os que começam a participar, desde logo, em Uniões Sindicais, como a União dos Sindicatos do Porto, criada em 2 de Maio de 1974, em Federações Sindicais que reúnem, a nível nacional, os sindicatos dos mesmos

sectores profissionais ou de sectores afins, e na própria Intersindical, que passa a ter um número muito maior de dirigentes. Aliás, é já a Intersindical, acabada de sair da situação de semi-clandestinidade a que fora forçada pela ditadura, a promover as comemorações do 1º de Maio de 74, que contaram com a participação de muitas centenas de milhar de trabalhadores, transformando-se na primeira grande manifestação de apoio ao 25 de Abril, e a reivindicar a declaração do 1º de Maio, dia do trabalhador, como feriado nacional.

A criação destas estruturas vai obrigar um grande número de trabalhadores que as integram a desdobrar-se na actividade sindical e a ter que responder a uma multiplicidade de questões novas, ao mesmo tempo que se fortalecem as relações entre diferentes sindicatos e se criam as condições para que, em cada sindicato, muitos dos problemas com que os trabalhadores se confrontam possam ser percebidos como globais, cuja resolução implica a adopção de medidas de natureza política.

começamos a criar a União dos Sindicatos do Porto

forma-se também, pela 1ª vez, a União dos Sindicatos do Porto, que não havia. Eu faço parte logo do 1º secretariado, quando a gente ocupa aquela casa que havia ali na Rua D. Manuel II, que era da Legião. A gente ocupa aquela casa e vamos para lá e começamos a criar a União dos Sindicatos do Porto. Depois havia duas federações (Têxtil e Vestuário), uma federação em Lisboa e outra federação no Porto, e também contribuí para as federações têxteis e do vestuário se fundirem e fui também dirigente da federação. (Mª Emília Reis, 42-43)

actividade efervescente no apoio às empresas em auto-gestão, às cooperativas

Eu estava na Assembleia Geral do Sindicato. [...] Mas, um dia, disseram-me que eu fazia falta na União dos Sindicatos do Porto, que devia ir para a executiva da União. Lá fui, em 75, salvo erro. [...] Fiquei com o pelouro de organização (no tempo do PREC, daquela actividade efervescente no apoio às empresas em auto-gestão, às cooperativas que se formavam). Até dispúnhamos de dois bancários para dar apoio especializado às empresas e às comissões de trabalhadores. Todo esse período exaltante passei-o na União (Ranita2, 23-24)

1.2.2. A militância partidária

Com o 25 de Abril, as organizações e os partidos políticos existentes durante o fascismo e condenados pelo regime à clandestinidade ou à semi-clandestinidade iniciaram, quase de imediato, uma actividade pública e aberta, com distribuição de documentos e abertura de sedes, impondo-se como estruturas legais no novo quadro político. Para além do PCP, diversos outros pequenos partidos e organizações saíram,

quase de imediato, com tomadas de posição face aos acontecimentos que estavam a ocorrer. Nos dias imediatamente a seguir regressaram a Portugal muitos dos exilados políticos, entre os quais diversos dirigentes do PCP e do PS, alguns dos quais virão, juntamente com representantes de outros sectores políticos, a integrar o 1º Governo Provisório, num sinal claro de que tanta coisa tinha mudado em tão pouco tempo, por força da grande mobilização popular.

Diversos outros partidos foram então constituídos, com dimensões, expressões e níveis de influência diversos, assistindo-se também a partir de então, e nos mais diversos locais, a grandes discussões e debates de natureza política e ideológica. Ao mesmo tempo, milhares de pessoas encontraram nos partidos políticos um espaço de intervenção e discussão política, verificando-se um grande número de adesões e um grande empenhamento de muitos na militância partidária, muitas vezes associada à participação noutra tipo de estruturas para as quais transportavam os debates ideológicos.

foi assim que me filiei no PCP

Particpei em reuniões no MDP (muita gente participava no MDP, nos primeiros dias da revolução) e foi aí que encontrei o Mota. Ele ia a sair quando eu entrava nas instalações. [...] disse-lhe, sabes que o C. Santos me fez um convite para entrar para o PPD? Ele estranhou, a olhar para mim: mas, tu ainda não estás inscrito no PCP, no Partido? Então, houve quem lá dissesse (imagina, por aqui, o que valia alguma opinião) que tu eras um exemplo a seguir na aplicação da linha do Partido, mesmo antes do 25 de Abril ... e não estás inscrito?! Eu vou já tratar disso. Em Junho de 74. E foi assim que me filiei no PCP. (Ranita2, 22)

não se podia perder tempo, havia muita coisa para fazer

Depois fiquei como quadro, a nível do partido, um mês e tal sem ir trabalhar [...] fiquei ali (no PCP) como quadro subsidiado, não sei qual era o nome na altura, não me recordo, e depois voltei a trabalhar. [...] Eu organizei a célula do Partido, e estive sempre na actividade, aquilo não havia dia nenhum que não fosse até às quinhentas [...] Já estávamos em liberdade e no dia do meu casamento, há coisas do canudo, casei, e à noite, ela esteve em Aníbal Cunha, cá em baixo, à espera e eu numa reunião lá em cima. É verdade, isto é verdade. A tratar da organização da célula da SONAFI, exactamente, há coisas que, este gajo é mesmo maluco; ó pá, mas era assim, não se podia perder tempo, havia muita coisa para fazer (Barra2, 30-31)

depois eu envolvi-me mais do que ele, foi, foi muito giro

Entretanto, no meio disto tudo, surgiu a política; começou por entrar o meu marido. O meu marido foi para a FEC-ML, e [...] ele entrou para a FEC-ML e começou a chegar tarde a casa e eu começava a dizer – mas de onde é que tu vens e assim, porque não estava habituada e então ele levou-me com ele. Disse, pronto, a partir de amanhã vais ver de onde é que eu venho. Foi um erro para ele porque depois eu envolvi-me mais do que ele (risos),

foi, foi muito giro, porque depois ele não tem jeito para algumas coisas – se lhe disserem que não ele já fica envergonhado, não aceita e eu lembro-me de ir para a Praça vender o Grito do Povo e isso tudo e eu era sempre a campeã das vendas (risos). Pronto e assim foi. [...] Entretanto, o PCP começou a ver-me, uma pessoa muito envolvida na tarefa da defesa dos trabalhadores e isso tudo, [...] e então botaram o olho (risos), botaram-me o olho, e eu já era da direcção do sindicato e convidaram-me para ir para o partido, mas eu ainda andei imenso tempo sem ir. Eu só fui militante do Partido em 82. Só quando me senti com capacidade para ajudar na luta no Partido é que eu fui militante. O meu marido já era, e eu não, dizia que não tinha capacidade (risos) (Amália2, 3-4)

1.3 A força dos trabalhadores: o direito a um trabalho com direitos

Num período de forte mobilização dos trabalhadores e de grande crescimento dos sindicatos e da sua implantação, são muitas as reivindicações apresentadas e as lutas travadas em empresas e sectores profissionais, conquistando os trabalhadores múltiplos direitos sociais, políticos e laborais. Organizados através dos sindicatos ou auto-organizando-se nas empresas, os trabalhadores reúnem em grandes assembleias, elegem Comissões de Trabalhadores e delegados sindicais, elaboram e apresentam cadernos reivindicativos, exigem a melhoria das condições de trabalho e o direito a um trabalho com direitos e com dignidade, o aumento de salários, a fixação do salário mínimo, o pagamento ao mês, o direito a um mês de férias pagas e ao 13º mês, a redução do horário de trabalho.

Em diversas empresas os trabalhadores exigem ainda o saneamento de membros das administrações, ou mesmo de trabalhadores que ocupavam posições de chefia, acusados de terem colaborado com o fascismo ou de procurarem, agora, sabotar a produção e a economia, recorrendo diversas vezes, e directamente, ao MFA, num processo que traduzia a grande confiança depositada nos militares. Fátima Patriarca (1999:142), salienta três traços característicos nas principais reivindicações apresentadas pelos trabalhadores em Maio de 74 “*o seu carácter igualitário, a sua natureza ofensiva; a sua incidência no presente em detrimento do futuro*”. Estes traços consubstanciavam-se na formulação das reivindicações de aumentos salariais em termos não de percentagem mas de montantes fixos, nas exigências de “*para trabalho igual, salário igual*”, “*redução do leque de salários*” e “*congelamento dos salários mais elevados*”, na luta pela conquista de direitos ainda não consagrados, e pela vontade de melhorar significativamente, e “já”, o presente, não aparecendo o futuro como um factor de inquietação.

Após a opressão de 48 anos a que tinham estado sujeitos, os trabalhadores sentiram que era chegada a hora de mudarem rapidamente as suas condições de vida e de trabalho, que muitos, durante tantos anos, não tinham questionado, mesmo

quando percebidas como injustas, sentindo-se agora com força e com poder para exigir, impor e construir essas mudanças. O sentimento que durante tanto tempo os tinha acompanhado de que estavam condenados pelo “destino” à pobreza e a uma vida dura deu lugar à vontade de acabar com a exploração a que eram sujeitos, afirmando a sua dignidade como trabalhadores e como pessoas.

Num quadro em que a correlação de forças claramente se tinha alterado a favor dos trabalhadores, foi possível, em muitas situações, fruto das acções desenvolvidas e da unidade demonstrada ver os resultados da luta e as transformações radicais das condições de trabalho e vida que elas proporcionaram. Era agora um futuro bem diferente que se sentia estar ao alcance das mãos, pelo qual valia a pena lutar e se lutava, aprendendo a lutar e aprendendo que valia a pena lutar.

a força que lhes advinha de ninguém ser reprimido por ser livre

Passamos aquele período, que foi um período, como hei-de dizer, muito rico e muito trabalhoso. Muito rico porque os trabalhadores sentiram a força que lhes advinha de ninguém ser reprimido por ser livre, ninguém ser despedido por ser livre, ninguém ser pressionado por fazer greve, ninguém ser pressionado por fazer a ocupação de uma fábrica; se o patrão fugia para aqui ou para acolá os trabalhadores ocupavam imediatamente a fábrica para defenderem os postos de trabalho e também defenderem o património que lá tinham. (M^a Emília Reis, 53-54)

nós tivemos que dormir à porta das empresas

Houve muitas lutas nas conservas após o 25 de Abril. A luta para que tivéssemos o décimo terceiro mês, porque não havia, as férias, também não havia férias, que ganhássemos o salário mínimo nacional, porque não ganhávamos, era o que calhava. Depois começamos a trabalhar fixos, no defeso três dias... [...] Eram ali três a quatro meses que não havia peixe. A gente não trabalhava, não se ganhava, mas, depois do 25 de Abril, começou-se a trabalhar, a exigir e a trabalhar três dias por semana e depois com a evolução do tempo começou-se a trabalhar a semana toda e a ganhar. [...] mas isto foi muito complicado, para terem décimo terceiro mês e um mês de férias nós tivemos que dormir à porta das empresas durante oito dias, dormir mesmo e não deixar sair conserva nenhuma para o estrangeiro. Nas várias empresas. Todas aderiram. Havia umas que não queriam muito mas, no geral, todas aderiram. E, essas regalias já foram todas depois do 25 de Abril, passados dois anos, para aí. (Amália1, 29-31)

Ao fim de 8 dias conseguimos ter um horário de trabalho, férias e subsídio de férias

Mas isso, isso, foi duro, foi muito duro, mas foi muito engraçado, muito engraçado que até houve casamentos. É engraçado nesses 8 dias que nós ficamos a dormir à porta das empresas, porque depois havia um intercâmbio de empresas, porque umas iam visitar as outras, o grosso nunca saía, mas depois havia aqueles grupos de 5, 6, 7, 8, 10, que íamos de empresa em empresa ver – então como é que está, está tudo bem, como é que está a correr e tal, uns a dormir outros a tomar conta, porque faziam turnos e foi assim. Ao fim de 8

dias conseguimos, de facto ter um horário de trabalho, que não tínhamos, e as férias e subsídio de férias (Amália2, 9)

Nesse intenso processo de luta que diariamente se vivia, nem sempre foram consensuais as reivindicações a apresentar. No interior das empresas travavam-se grandes debates ideológicos e confrontavam-se várias perspectivas quanto às lutas a travar e aos objectivos a apresentar. Em plenários de trabalhadores, em diferentes empresas, foram diversas vezes aprovadas formas de luta e exigências “*que ultrapassaram as orientações dos sindicatos, saltando para valores bastante acentuados, verificando-se mesmo, em alguns casos, reivindicações irrealistas (...)*” (Silva, 2007:290). Em muitas outras verificaram-se igualmente processos de luta espontâneos, despoletados a partir de pequenos incidentes. Perante situações sentidas como injustas os trabalhadores tinham aprendido a reagir e reagiam de imediato, não se limitando a ficar à espera que o sindicato ou alguém de fora viesse resolver os problemas que lhes diziam respeito.

a história nunca mais vai contar

As fábricas, digamos assim, a história nunca mais vai contar, também o movimento sindical não faz essa história, mas as fábricas – uma era porque o patrão tratou mal, ou porque ia despedir, parava, a outra era porque duas colegas não sei quê, acontecia aquilo e a fábrica parava, depois era necessário quem lá fosse com pulso, ou para continuar a luta, mas com lógica, ou para dizer isto assim não está bem – vamos ao trabalho. E para isso é preciso saber quando é que a gente vai ganhar a luta e quando é que a luta não tem hipóteses nenhuma de ser ganha (M^a Emília Reis, 37-38)

Num quadro em que o programa do MFA assumia como objectivos o desenvolvimento de uma nova política económica e de uma nova política social, essencialmente ao serviço das camadas da população até então mais desfavorecidas, e que garantisse a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses, a grande mobilização e envolvimento dos trabalhadores traduziu-se no alcançar de inúmeras conquistas.

quem tinha a força eram os trabalhadores

Depois do 25 de Abril era uma situação em que quem tinha a força eram os trabalhadores. E aquilo disparou, em termos de reivindicação; eu depois do 25 de Abril, era dirigente da Federação, ainda participei no processo, logo imediatamente a seguir ao 25 de Abril. Mas a envolvimento era completamente diferente porque quem tinha a força eram os trabalhadores e, se calhar, também exagerámos em termos reivindicativos na altura. [...] Mas aí, quer

dizer, eles não tinham hipótese, nós demos grandes saltos, sobretudo remuneratórios e mesmo quanto às liberdades sindicais. (Ranita1, 135-141)

quando se ganhou o mês de férias, os 30 dias férias

Mesmo depois do 25 de Abril, quando se ganhou o mês de férias, os 30 dias férias, quando se alargou a Segurança Social, etc., não foi só porque estavam lá uns fulanos mais ou menos progressistas no Ministério, foi porque também na base, por baixo houve o acompanhamento, a dinâmica de massas... a partir das empresa a suportar tudo isso (Ranita1, 158- 159)

O 25 de Abril traduziu-se, objectivamente, na melhoria das condições de vida e de trabalho para milhões de portugueses, que sentiram finalmente que a sua vida estava a mudar e que viram, pela primeira vez, ser reconhecidos e legalmente consagrados uma multiplicidade de direitos que traduziam um grande avanço do ponto de vista laboral e social. Relembrar as conquistas então alcançadas pelos trabalhadores torna-se particularmente importante num momento em que alguns procuram fazer esquecer a sua origem (como se os direitos que elas traduzem sempre tivessem existido) e outros a apresentá-las como “regalias” ou “privilégios” a que há que pôr fim. Uma das medidas que importa salientar, pelo seu significado social e pelas consequências imediatas que teve na vida de muitas famílias, foi a aprovação, logo em Maio de 74, do salário mínimo nacional para a indústria e serviços⁷⁸, no valor inicial de 3 300\$00, que foi beneficiar cerca de 50% dos trabalhadores e cerca de 78,8% das mulheres trabalhadoras, sendo esse valor elevado, no ano seguinte, para 4000\$00.

a 1ª vez que eu tenho uma nota de quinhentos escudos na minha mão que é minha

nunca mais me esqueço que, após o 25 de Abril, quando o salário mínimo é instituído e a gente passa a receber ao mês, três contos e trezentos, a minha mãe disse, com uns olhos assim com uma alegria incrível – é a 1ª vez que eu tenho uma nota de quinhentos escudos na minha mão que é minha, que é minha, e aquilo foi uma coisa para ela, como quem diz, de facto, valeu a pena estes anos todos porque eu acho que agora a gente muda de vida mesmo (Palmira, 44)

Ainda em 1974 foram igualmente aprovados o aumento do abono de família, foram estabelecidos os valores mínimos das pensões de reforma e invalidez (metade do salário mínimo), e foi criada uma pensão social para os maiores de 65 anos. Foram fixados os preços de um cabaz de compras, congelados os preços e as rendas dos prédios urbanos e as remunerações acima de 7500\$00. Em 1975 foi criado o subsídio

⁷⁸ para as empresas com mais de cinco trabalhadores

de desemprego, generalizou-se o direito a férias (mínimo de 15 dias e um máximo de 30), e o subsídio de férias (equivalente ao salário), foram proibidos os despedimentos sem justa causa e adoptadas medidas de protecção na maternidade. Por via da contratação colectiva, os trabalhadores de diversos sectores profissionais conseguiram ainda outras conquistas significativas, para além dos aumentos salariais e da redução do horário de trabalho.

1.4. Empresas em auto-gestão

Em diversos sectores, na sequência da fuga dos patrões para fora do país, imediatamente após o 25 de Abril, de atitudes tomadas por outros de descapitalização das empresas, pondo em causa a sua viabilidade económica e os postos de trabalho, de saneamentos de administradores, os trabalhadores passam, a partir de determinado momento, a exigir “*a salvação das empresas e a defesa do emprego*”, o cumprimento das “*cláusulas contratuais*” e, em certas situações, “*a nacionalização e a intervenção do Estado*” e o “*controlo operário*” (Patriarca, 1999, 144-145). Em muitas empresas, os trabalhadores assumiram responsabilidades na sua gestão, sendo várias as que entraram em auto-gestão e passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores, com resultados e consequências diversas. “[...] em 1977 existiam 1200 cooperativas ou empresas em autogestão envolvendo mais de 50 000 trabalhadores” (Pimenta; Figueiredo; Brandão, 2000:101). Se os postos de trabalho foram de imediato assegurados, em muitas situações foram grandes as dificuldades com que os trabalhadores se tiveram que confrontar, não só resultantes da sua falta de experiência, mas também e sobretudo em resultado da diminuição de encomendas e dos obstáculos ao escoamento dos produtos, uma vez que os trabalhadores não controlavam o circuito de distribuição.

A nível do movimento sindical, como na União dos Sindicatos do Porto, foram criadas comissões de apoio a estas empresas, envolvendo técnicos e trabalhadores de outros sectores, designadamente bancários, o que se constituiu num importante movimento de apoio e solidariedade. Independentemente do que veio a acontecer a muitas destas empresas, em grande parte resultante de condicionalismos externos e da própria evolução da situação política portuguesa, foram muitos os trabalhadores que assumiram a direcção dos seus locais de trabalho, ensaiando novas formas de gestão colectiva e de organização do processo produtivo, em moldes que nada tinham a ver com as anteriores formas de exploração. Processos de organização e de gestão em que os trabalhadores passaram a ter uma voz activa, elegendo e sendo eleitos

para a direcção das empresas, contribuindo com a sua experiência e os seus saberes e assumindo funções e tarefas que nunca tinham desenvolvido antes.

De uma situação de assalariados, remetidos a um posto de trabalho, quantas vezes monótono e rotineiro, rapidamente aprenderam e assumiram funções de organização e de gestão complexas, envolvendo a análise e organização de dados contabilísticos e de todo o processo de produção, a gestão de fornecimentos, stocks e carteiras de clientes, a relação com múltiplas entidades.

as fábricas em autogestão eram cilindradas

o meu patrão fugiu para o Brasil e depois, uma parte ficou em autogestão e outra parte, um dos chefes da empresa pôs uma confecção, em Ermesinde, (foram para lá). Quem queria o regresso do patrão ia para uma fábrica, quem não queria ficava na outra - aqui na ROSSOL. Uma parte, a das pessoas mais conscientes, não queria o regresso do patrão, ficaram em autogestão, eu também fiquei; quem queria o regresso do patrão foi para outro lado, para uma fábrica que ainda agora existe, que está com os salários em atraso. Bom, aquilo durou aí uns dois, três anos, e acabou porque as fábricas em autogestão eram cilindradas, cortavam-lhe as encomendas, não entregavam encomendas, os trabalhadores tinham ali mão de obra e tudo, mas os circuitos comerciais nunca estiveram na mão dos trabalhadores. Exploravam ao máximo, enquanto aquilo dava, e acabavam depois por numa reunião magna decidir que a autogestão terminava, que se pedia a falência. Não foi o caso daquela, que depois ainda teve um fulano que esteve lá a procurar explorar durante uma quantidade de tempo. (M^a Emília Reis, 61)

teve que se avançar, teve que se fazer, fez-se asneiras, mas fez-se

(No período do 25 de Abril) algumas (empresas) foram parar às mãos dos trabalhadores, temos aqui até uma bem perto, que agora já nem existe, e agora diz-se assim - são os trabalhadores os culpados; isto é complicado porque depois, no meio disto tudo, as pessoas nunca tiveram a experiência de viver determinadas situações, [...] não havia a experiência realmente de uma vivência tal e cometeram-se muitos erros. Temos que os assumir naturalmente e eu acho que é incorrecto dizer o contrário. Mas alguns também tinham de ser cometidos porque senão também não se avançava e aqui era o dilema, era a história do ser preso por ter ou não ter cão. Era um bocado isto, quer dizer, se se pensasse muito não se avançava e então quer dizer não adiantava nada o 25 de Abril e, portanto, teve que se avançar, teve que se fazer, fez-se asneiras, mas fez-se. O não fazer era o erro maior, não é? (Barra1, 62)

Em muitas outras situações, e num contexto económico difícil, resultante também da grave crise económica internacional, com os aumentos generalizados de preços das matérias primas, designadamente do petróleo, que levou várias empresas a atravessarem momentos de grandes dificuldades, são também os trabalhadores que chamam a si uma colaboração activa com as administrações no sentido de assegurarem a continuação da laboração e a manutenção dos postos de trabalho,

envolvendo-se directamente na procura de soluções para a ultrapassagem dos problemas. Tais atitudes traduziam, de forma clara, não só uma nova relação com o trabalho e uma nova forma de os trabalhadores se reconhecerem a si mesmos como parte activa na resolução das questões mais diversas com que iam sendo confrontados, mas, também, como portadores de competências e saberes, cuja mobilização era fundamental para ultrapassarem as dificuldades.

andámos à procura de trabalho para a Alumínia

A Alumínia depois do 25 de Abril... entrou em crise, estava em crise em 1974, na sequência da crise do petróleo de 1973 (com a falta de encomendas de garrafas de gás) (Ranita 1r, 24), e depois do 25 de Abril estava numa situação complicadíssima e eu fui junto da administração e depois com outros, com autorização da administração andámos à procura de trabalho para a Alumínia, porque se fazia garrafas de gás e aquilo estava parado; fazíamos só reparações e faltavam encomendas para pagar ao pessoal. E lá fomos, andámos por aí a contactar empresas. Lembro-me que uma das hipóteses de trabalho que se colocou foi que a Alumínia passasse a fazer [...] aqueles depósitos de cerveja, que são em aço inoxidável, os tambores. Mas a administração não foi por aí, disse que aquilo implicava investimentos em equipamento novo e que não tinha condições. (Ranita1, 131-132) [...] não conseguimos a solução, mas tal atitude espelha um período de dinâmica de intervenção social intensa, que marcou a revolução de Abril, enquanto as circunstâncias permitiram a mais ampla unidade de acção entre os trabalhadores (Ranita1r, 24)

1. 5. O poder local democrático

O 25 de Abril provocou igualmente uma transformação profunda na gestão das estruturas municipais. Muitos Presidentes de Câmara e de Juntas de Freguesia, até então nomeados pelo governo e representantes locais da ditadura, foram saneados e substituídos por Comissões Administrativas que assumiram uma nova forma de exercício do poder local, em estreita articulação com as populações. De imediato havia que dar resposta às necessidades mais sentidas a nível local, intervindo num conjunto diversificado de frentes, e envolvendo todos nas discussões, nas tomadas de decisão e na acção.

Muitas obras foram então decididas e implementadas, designadamente a nível da construção de estradas, de redes de saneamento, abastecimento de água e distribuição eléctrica, da construção de equipamentos sociais diversos e de habitação social. Envolvidas desde o início nas discussões e nos processos de decisão, participando na procura das melhores soluções e contribuindo com as suas opiniões e pontos de vista para as encontrar, as pessoas sentiam que estavam a melhorar as suas condições de vida e a construir um país novo e contribuíram com milhares e

milhares de horas de trabalho voluntário para a elaboração dos projectos e para a sua execução.

Por todo o país realizaram-se reuniões e assembleias de moradores, amplamente participadas, tendo as associações populares e as comissões de moradores, entretanto constituídas em grande número, desempenhado, em todo esse processo, um papel de grande importância, participando activamente em diversas reuniões das Câmaras. A própria constituição das Comissões Administrativas reflectia uma nova forma de encarar o exercício do poder autárquico. Centenas ou milhares de trabalhadores, de intelectuais, de operários, de mulheres, de jovens, sem qualquer experiência prévia a esse nível, vieram a integrá-las, juntamente com técnicos qualificados, e colocaram os seus saberes, a sua vontade e empenhamento ao serviço da comunidade, aprendendo uns com os outros, na discussão e na acção concreta, uma infinidade de novos conhecimentos. E, nesse processo, em que todos aprenderam e ensinaram muitas coisas, não terão sido os técnicos, os arquitectos ou os engenheiros os que menos aprendizagens fizeram, tendo-se constituído, quantas vezes verdadeiras “comunidades de aprendizagem” (Melo, 2005:112).

as pessoas já começaram a ter a sua casinha de banho

Das grandes conquistas que se conseguiu é que o nível de vida das pessoas melhorou muito. Pronto, começaram a vir as autarquias, começaram a haver redes sanitárias, que não havia, começou a haver recolhas de lixo que não havia, começou a haver redes de água, que não havia, e depois também começaram a melhorar as condições de vida, as pessoas já começaram a ter a sua casinha de banho (M^ª Emília Reis, 82-83)

toda a gente queria pôr em campo, em prática, ideias, experiências, soluções

Também em termos de aprendizagem foi muito interessante a passagem pela Comissão Administrativa da Câmara, naquela época do PREC. [...] Foi uma experiência muito interessante, porque naquela altura, após o 25 de Abril, toda a gente queria pôr em campo, em prática, ideias, experiências, soluções diferentes, sobretudo ousadas, revolucionárias. E, então com o processo SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local)⁷⁹, a discussão com os arquitectos e engenheiros arrastava ideias muito interessantes – por exemplo, o que fazer para reciclar o vidro, utilizar o vidro reciclado para “fazer asfalto”, mais barato, como construir habitação social de qualidade a baixo custo, enfim aquilo era um cadinho de projectos e ideias, que depois a realidade depurou [...] Lembro-me que até chegámos a tentar ir a França estudar localmente um processo económico, de construção “em túnel” para habitação social. [...]. As ideias apareciam e defrontavam-se no momento, em plena

⁷⁹ Criado por despacho do Ministro da Administração Interna em Agosto de 1974, tinha como objectivo dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias. Surgiu como um serviço descentralizado que através da constituição de Gabinetes Técnicos em forte articulação com as Comissões de Moradores e outras estruturas populares criadas na sequência do 25 de Abril, intervinha nos bairros degradados, construindo novas casas e novas infra-estruturas, que promoveram melhores condições habitacionais para essas populações. Foi extinto em Outubro de 1976.

reunião da Câmara. E às vezes ... (A discussão era toda feita ao pormenor) Ao pormenor, com os técnicos, arquitectos e engenheiros e os autarcas, à volta da mesa, e toda a gente mandava palpites; uma ou outra vez vinham as comissões de moradores dos bairros sociais, invadiam a câmara, para impor as suas reivindicações sobre os assuntos em debate. Só quem viveu o ambiente daqueles tempos poderá imaginar tais situações. Mas foi assim que a vida ganhou dinâmica e se desenvolveu naquela época. (Ranita2, 4-5)

1.6. O direito à habitação

Vivendo uma parte significativa da população portuguesa em habitações degradadas, em “ilhas”, “barracos” e “bairros de lata”, o direito à habitação (que viria a ficar consagrado na Constituição), tornou-se uma reivindicação imediata, levando à rápida criação de grande número de comissões de moradores, mas também à ocupação de casas que se encontravam desocupadas. Neste processo foram muitas as mulheres que tiveram um papel particularmente activo, sendo elas, quantas vezes, as primeiras a tomar a iniciativa, designadamente nos processos de ocupação. A mudança de casa, traduziu-se para muitas famílias numa profunda melhoria das suas condições de vida, provocando igualmente um conjunto significativo de alterações nos seus hábitos, comportamentos e atitudes, estimuladas também pelas novas condições e pela nova configuração da habitação.

Eu estou aqui dentro

quando se deu o 25 de Abril, houve aqui ocupações de casas e uma tia minha, quando eu cheguei de trabalhar, disse: “ olha que estão a ocupar umas casas no Bairro da Pasteleira”. Isto foi no dia dezoito de Maio; eu vim por aí fora, o meu marido não esteve aqui durante duas semanas, talvez. Eu vim, ocupei a casa, vim para aqui e estive aqui com um sofá; entretanto outras pessoas vinham ocupar a casa e eu: "Eu estou aqui dentro". (O marido) ele não quis vir, tinha medo. Ele tinha muito medo, porque entretanto veio o COPCON e a polícia andava aqui a rondar, a querer pôr-nos fora, porque entretanto a Caixa deu chaves a quem eles quiseram. E as pessoas vinham para aqui, queriam a casa, mas nós nunca saímos. [...] Mas foi uma vitória, um sonho. [...] A alegria era tanta... o meu filho quando veio para aqui tinha seis anos, metia-me os cães na banheira a tomar banho, ele nunca tinha tido uma banheira, metia-se no elevador para cima e para baixo, para cima e para baixo, para cima e para baixo. Aquilo era uma loucura. Hoje a casa é minha, graças a Deus. Venderam. Há oito anos. Dois mil oitocentos e tal contos. Foi uma vitória muito grande. Tenho quatro quartos, duas casas de banho, e a cozinha, uma despensa, um corredor grande, um hall, é enorme. Uma casa muito grande. (Amália 1, 32-34)

Num contexto ainda fortemente marcado por concepções muito arreigadas sobre os papéis tradicionais do homem e da mulher, as condições de muito maior privacidade que as famílias passaram a ter, facilitou igualmente, dentro do espaço

doméstico, a ocorrência de alterações nas relações de género que se verificavam já no espaço público. Em certas situações, tornou-se possível o assumir, por alguns homens, de papéis e tarefas, habitualmente atribuídas às mulheres na esfera doméstica e que, com a falta de privacidade das anteriores condições de habitação, muito mais dificilmente teriam sido assumidas. Apesar das profundas rupturas e transformação de mentalidades que o 25 de Abril provocou, também no que se refere às relações de género, em muitos locais e sectores, não era ainda socialmente aceite a realização de determinado tipo de tarefas pelos homens. Fazê-lo fora do espaço privado poderia mesmo significar pôr em causa a imagem pública da família, dificultando a sua inserção no contexto local.

Já não tinha problemas em estender e apanhar roupa, porque não tinha vizinhos a ver o meu marido é uma pessoa muito reservada. E depois acabou por vir (para a casa ocupada). Veio e sente-se feliz da vida. Muito feliz, porque ele é uma pessoa muito caseira, nunca sai, e a partir daí até me começou a ajudar na vida de casa. Já não tinha problemas em estender roupa, apanhar roupa, porque não tinha vizinhos a ver (Amália 1, 32-34)

1.7. A participação das mulheres

Significativas deste período são, sem dúvida, as alterações profundas no papel desempenhado pelas mulheres, destacando-se a sua enorme participação e envolvimento em todas as frentes de intervenção. Nas ruas, nas comissões de moradores e associações populares, nas empresas e sindicatos, nas autarquias, milhares de mulheres não só marcaram presença, como assumiram a condução e direcção das mais diversas iniciativas. Como temos visto pelos diversos testemunhos, foram muitas as que dinamizaram processos de lutas nas empresas em defesa dos direitos dos trabalhadores, assumindo a gestão quando as fábricas entraram em processos de auto-gestão, as que participaram e dirigiram assembleias de trabalhadores e assembleias sindicais, sendo eleitas como delegadas e para os órgãos de direcção dos sindicatos e para as diversas estruturas de coordenação a nível local e nacional, as que participaram nos movimentos de moradores e nos processos de ocupação.

Na actividade quotidiana e nas lutas diárias, muitas mulheres assumiram-se como iguais em direitos em relação aos homens, rejeitando, através da sua própria intervenção, o papel a que também o fascismo as procurara condenar, conquistando direitos fundamentais que a Constituição e a revisão do Código Civil ⁸⁰ viriam a consagrar. Este não foi, para muitas mulheres, um processo fácil, tendo que enfrentar

⁸⁰ DL n.º 496/77, de 25/11

concepções dominantes ainda em diversos sectores, nas famílias, nos locais de trabalho, nas comunidades locais, que viam com grandes reservas uma intervenção tão activa da sua parte.

Sendo a mudança de mentalidades um processo lento e contraditório, mesmo com um processo revolucionário a decorrer, para muitos homens, mas também para muitas outras mulheres, esta participação era ainda encarada com grandes desconfianças. E esta foi e é uma realidade com que muitas mulheres se tiveram, e têm ainda, que confrontar e que importa ter presente quando se debatem questões relativas à igualdade de género e à igualdade de oportunidades.

As mulheres não iam [...] tinham medo das pessoas falarem

aquilo éramos só três mulheres, o resto era tudo homens... Foi uma experiência para mim muito boa, foi boa, porque o meu marido sempre me ajudou nesse aspecto e deu-me muita força, porque eram tudo homens e tudo jovens, eu também era muito jovem e depois havia, não era como agora, não havia a liberdade que há agora, depois as mulheres iam espreitar para o sindicato. Entretanto eu fiquei de luto, porque a minha mãe morreu, andava toda de preto e depois diziam: "Ah! Anda uma viúva no sindicato". E o meu marido em casa dizia: "Deixa lá, não te preocupes! Enfrenta, já que aceitaste ir para o sindicato, agora aguenta! Deixa-te andar! Tu sabes quem és". (Nas conservas) 90% eram mulheres, (no sindicato) era ao contrário. As mulheres não iam. Tinha medo. Medo, medo. Muito medo. (Mas tinham medo dos patrões?) Não, tinham medo das pessoas falarem. E provavelmente os maridos também não deixavam naquela altura, não deixavam. Naquela altura era muito complicado. Era muito difícil. (Amália 1, 28-29)

ainda hoje ele passa por mim e vê em mim uma pessoa valiosa

o presidente do meu sindicato era uma pessoa já de uma certa idade e foi comunista antes do 25 de Abril, já tinha uma mentalidade totalmente diferente da minha, e para ele uma mulher na direcção do sindicato era um bibelot, a sério, é verdade; ainda hoje ele passa por mim e vê em mim uma pessoa valiosa, percebes, é , e talvez se não fosse uma mulher não reagisse dessa forma; e eu entendo porque logo naquela altura do 25 de Abril era difícil ir uma mulher e eu fui das primeiras que fui, e depois tudo o que eu dizia para eles era uma lei; [...] eu uma vez estava tristíssima porque andava lá a mulher de um à volta do sindicato, e uma trabalhadora da empresa onde eu andava, [...] virou-se para ela e disse – ó Maria que andas aí a fazer abaixada à volta do sindicato? E ela disse – aí anda lá uma [...] viúva que anda com o meu homem, e ela disse-lhe – aí tu não digas uma coisa dessas, tu não digas uma coisa dessas, que ela não é viúva e é tão bem casada, que ela dá-se tão bem com o marido, tu não digas isso. (Amália, 22)

começaram-se a libertar, devagarinho, devagarinho

mas depois (as delegadas sindicais) começaram-se a libertar, devagarinho, devagarinho, porque havia , por exemplo, congressos da União dos Sindicatos que elas pediam-nos para os maridos ir com elas; e talvez eles fossem para ver o ambiente. (Amália 2, 22-23)

1.8. Aprender a liberdade e a participação

O 25 de Abril despoletou um enorme processo de aprendizagem colectiva de uma nova visão do país e do mundo, de uma outra maneira de ser trabalhador e cidadão, em que participaram milhares e milhares de pessoas, correspondendo ao que Rui Canário considera ter sido “o período de ouro da educação e da formação de adultos em Portugal”.

“as movimentações sociais que então ocorreram representaram a época mais importante de um processo de aprendizagem individual, mas também e sobretudo colectivo, que marca o período de “ouro” da educação e formação de adultos em Portugal, nas últimas três décadas. Para que essa “leitura” seja possível, torna-se necessário, por um lado, romper com uma visão e uma abordagem das políticas educativas centradas na iniciativa e no papel central do Estado e, por outro lado, mostrar a importância decisiva de processos educativos não formais, que se combinam e confundem com formas de acção e de luta pela transformação social.”
(Canário, 2007:11)

Neste amplo processo de participação colectiva em que as pessoas se assumiram como actores e autores sociais, transformando a realidade, também elas próprias se formaram e transformaram, rompendo com muitas das que eram as suas concepções e representações sobre o mundo, a vida e sobre si próprios, e assumindo novos comportamentos e novas identidades.

Uma certa “naturalização” das injustiças e das desigualdades presente em muitos trabalhadores antes do 25 de Abril, foi dando lugar ao desenvolvimento, em muitos, de uma consciência social crítica, resultante da sua participação e envolvimento, que os levou a uma intervenção cada vez mais activa na construção de uma nova realidade e de novas relações sociais.

Como já referimos, largos milhares de pessoas sentiram-se, pela primeira vez, donas do seu presente e tomaram nas suas mãos a construção do futuro, futuro esse que, contrariamente ao passado, lhes abria perspectivas de uma vida melhor, mais feliz, justa e solidária. De um momento para o outro, inseriram-se em estruturas e em dinâmicas colectivas, em redes de relações solidárias, cúmplices, por vezes conflituais, fizeram opções, decidiram, intervieram politicamente, num processo permanente de aprendizagem e formação.

Um pouco por todo o lado, foram muitos os que participaram em reuniões e assembleias, algumas com milhares de pessoas, que as dirigiram, falaram em público, emitiram opiniões, ouviram as dos outros, concordaram e discordaram, votaram,

elegeram e foram eleitos. Milhares de trabalhadores construíram sindicatos, associações, comissões de moradores e de trabalhadores, geriram empresas, autarquias, apresentaram ideias e projectos, construíram estradas, redes de saneamento e infra-estruturas diversas, elaboraram orçamentos, escreveram documentos, comunicados, actas, manifestaram-se, assumiram-se como sujeitos de direitos, fizeram e organizaram greves, lutaram. E, fizeram-no como se sempre o tivessem feito.

Na acção concreta, na relação com os outros, na resposta aos desafios com que foram sendo confrontados, descobriram que eram capazes, que sabiam e tinham aprendido muito mais do que alguma vez tinham imaginado. Descobriram também que os seus saberes e os saberes dos outros, com os quais se cruzavam na construção de projectos comuns, e independentemente do grau de escolaridade que cada um possuísse, de serem operários ou intelectuais, homens ou mulheres, jovens ou idosos, eram saberes fundamentais que mutuamente se enriqueciam e originavam novos questionamentos, novas perspectivas, novos saberes e novos desejos de saber ainda mais.

“Este poderoso movimento popular constituiu um imenso e dinâmico processo colectivo de aprendizagem para milhões de trabalhadores, através da sua participação em múltiplas formas políticas de debate e de decisão (assembleias, comissões), de luta (greves, manifestações, ocupações, elaboração de cadernos reivindicativos), de gestão autónoma de empresas e herdades abandonadas ou tomadas aos patrões. É na acção transformadora que se aprende a exercer o direito à palavra e a eleger e pedir contas a representantes que, a qualquer momento, podem ser substituídos. Em síntese, é na acção transformadora que se aprende a exercer a democracia.” (idem:14)

Mas este processo de aprendizagem colectiva em que milhares e milhares de pessoas estiveram envolvidas não decorreu sem contradições nem significa que todos estivessem sempre de acordo. Este foi também um processo marcado por conflitos, também eles fontes de enormes aprendizagens. E se alguns desses conflitos resultavam da própria actividade que se desenvolvia e de diferenças de opinião, de alguma forma pontuais, outros resultavam de profundas divergências de natureza política e ideológica, em que se confrontavam diferentes concepções sobre o modelo de sociedade a construir e o sentido das transformações em curso. Milhares de trabalhadores viram-se também envolvidos e participaram activamente em discussões políticas e partidárias, que extravasando largamente as sedes dos partidos se

estenderam aos locais de trabalho, às ruas⁸¹, às colectividades, aos sindicatos, no que se vieram também a constituir como importantes momentos do seu processo de formação social e política.

Este processo colectivo de aprendizagem ocorreu nos mais variados contextos de participação e intervenção, dando origem a grandes transformações pessoais e colectivas que marcaram a sociedade portuguesa e que, apesar das profundas alterações sociais e políticas entretanto verificadas, não deixam de estar hoje ainda presentes em muitos. Exercendo a liberdade e participando, activamente e com poder, no processo de transformação e de mudança social, milhares de pessoas aprenderam com o 25 de Abril o valor da liberdade, da participação, da solidariedade, da dignidade, o direito a ter direitos, assumindo-os como valores centrais que marcaram e marcam ainda hoje a sua vida e que os leva a manterem uma postura interveniente. Porque, como nos diz Eduarda Dionísio (1999)

Ficou-me a memória de um tempo em que as pessoas (muitas) se puseram a tratar por tu e as gravatas desapareceram até dos telejornais e dos ministérios. E com o gosto de uma vida assim fiquei, alguns ficaram. [...] Foi um tempo sem relógios, sem “calendarizações” e “filofaxes”, em que a noite era tão ou mais importante do que o dia. A urgência era a vida, muito mais do que uma solução para os atrasos. Fiquei com o tempo assim subvertido. Muitos ficámos. Não entendo a felicidade com hora marcada, de fim de semana no campo, de dia fixo na discoteca. Nem que a igualdade das mulheres possa passar por horários bem comportados nos parlamentos como são. Tenho a memória de um tempo “rentável” em que o impossível se reduziu a quase nada, com o encolher da burocracia e o eclipse parcial dos intermediários. Foi estreita a margem entre o decidir e o fazer, entre o dizer e o acontecer. E com a certeza desta possibilidade fiquei. Alguns ficámos. [...] Falo dum tempo em que subitamente cada um descobriu que sabia muito mais do que tinha aprendido. Os saberes nasciam da necessidade, do entusiasmo, da curiosidade por aquilo que não existia ainda, da atenção aos outros e às coisas, às palavras. E com a crença de que só assim se aprende fiquei. Sou estranha às sábias ponderações sobre formação profissional, sucesso escolar, cultura com vista ao “desenvolvimento”... [...] As mudanças que se deram há 25 anos foram rompimentos. De regime, mas também de referências, de conceitos, de relações, de gestos, de modos de vida, de linguagens. E o maior terá sido dar voz a quem não a tinha.

⁸¹ No Porto, por exemplo, a Praça da Liberdade transformou-se num fórum permanente de encontro, discussão e debate político e ideológico, juntando-se aí, diariamente, dezenas de pessoas

2. O refluxo do processo revolucionário

A partir de meados de 1975, como já referimos, e particularmente na sequência dos resultados eleitorais para a Assembleia Constituinte, assistimos a um processo político complexo e contraditório, marcado pelo acentuar das divergências entre diferentes forças políticas e entre diferentes sectores militares sobre os rumos da revolução portuguesa, e por uma clara alteração da correlação de forças a nível político e militar. Nesta fase, assiste-se à convocação, pelas diferentes forças em presença, de manifestações diversas em defesa de objectivos opostos, tendo-se verificado um grande número de assaltos a sedes de partidos políticos de esquerda, particularmente do PCP, e a sindicatos, vivendo-se diversas situações de grande tensão e conflito, particularmente no período do chamado “Verão quente”.

O processo de radicalização política crescente que então se viveu foi, de alguma forma, culminar no 25 de Novembro. Sendo já claro um processo de profundo desacordo entre as várias forças políticas e sectores militares, com diferentes concepções sobre o futuro modelo de desenvolvimento para Portugal, vai verificar-se uma alteração no processo revolucionário, embora num quadro em que continuam a manter-se muito presentes os objectivos da revolução. E, é neste contexto que, apesar das divergências existentes, a Constituição, com as características que já salientamos e apontando o socialismo como modelo de desenvolvimento a prosseguir, irá ser aprovada em Abril de 76.

Isto é subjectivo, não é documentável, mas era visível

Depois, naturalmente que há aqui uma outra situação, há os vários grupos económicos a verem-se a perder os seus valores, as suas regalias, os seus haveres, os seus direitos, pelo processo revolucionário que começa, mas que ainda detêm o poder económico; ora bom, nós estávamos, de certa forma, com o poder político, mas não tínhamos o poder económico e o poder económico foi asfixiando; começaram a haver os boicotes nas empresas, a não pagarem os salários e se vocês vão para a manifestação nós não pagamos, e se vocês vão para o sindicato nós despedimo-los, e se vocês não sei quantos, não sei que mais. E, paralelamente a isto, para se sobrepor à força do próprio PCP, o PS também entra em jogadas coligadas com a reacção. Isto é subjectivo, não é documentável, mas era visível, e daí que as coisas vão começando e criam-se agitações; depois vem o CDS, com o Freitas do Amaral, vem o PPD, com o Sá Carneiro, e começam a atacar e depois é um só a ser atacado por não sei quantos e começam a ter também uma força no interior do exército, por parte de alguns militares, que também não estavam na totalidade de acordo com o processo revolucionário como estava a ser encaminhado, com a reforma agrária, com as nacionalizações e por aí fora... (Barra1, 117-118)

As acções e atentados contra as sedes de organizações e partidos políticos de esquerda e contra as sedes de sindicatos, que se sucederam em grande número, particularmente entre Maio e Novembro de 1975, foram momentos dramáticos e muito marcantes para os que nelas se viram envolvidos, estando dentro dos edifícios que estavam a ser atacados e que chegaram a sentir a sua vida em risco. A sede da União dos Sindicatos do Porto foi uma das que sofreu uma tentativa de assalto, em Novembro desse ano. O ambiente que então se vivia, a consciência que algo de semelhante poderia vir a acontecer, obrigou à adopção de medidas de segurança diversas e à aprendizagem de estratégias de defesa e de auto-defesa que pouco tempo antes não eram minimamente equacionadas. Os acontecimentos ocorridos nesse dia e a forma como são descritos por quem os vivenciou dão bem conta do ambiente de grande tensão política existente, da alteração da correlação de forças que a nível político e militar se estava a verificar, mas também da grande capacidade de resistência, de mobilização e de organização de importantes sectores de trabalhadores.

as ameaças e os boatos eram mais que muitos

sei que na altura as coisas começaram a desenvolver-se, as ameaças e os boatos eram mais que muitos e nós até na reunião tínhamos, por princípio, manter guarda permanente! Portanto, 24 horas por dia estava lá gente de vigilância... Havia uma escala de serviço e havia dirigentes e funcionários, uns tantos por dia, que dormiam lá. Tínhamos até trabalhadores em 3 turnos para manter a vigilância nocturna e é nesse ambiente: boatos mais que muitos, ameaças potenciais, numa situação em que o COPCON já não ajudava, já desajudava, já não tínhamos aquele apoio revolucionário, que se virava um bocado contra nós, que se deu o assalto. Isto tem a ver com as posições que a União dos Sindicatos do Porto tomou em apoio a medidas políticas revolucionárias, num contexto político-social como este que vivemos na nossa região. De forma que tínhamos razões para recear e lá veio o ataque. Na altura o Pacheco Gonçalves era o coordenador da União, ficou cá fora num carro, a fazer as ligações para o exterior e eu fiquei lá dentro, responsável pela malta, por coordenar aquilo tudo. Havia lá dirigentes, familiares, algumas crianças também e tomámos medidas para isolar as escadas com arame farpado, puxámos o elevador para cima, cerrámos as portas do 1º andar com madeira, com placas de madeira por dentro dos vidros, levámos uns paralelos para o 5º andar, preparámo-nos, mas chegou o momento da verdade e era muito perigoso ter qualquer iniciativa ofensiva, não é. De maneira que passámos a ter uma atitude passiva, defensiva. Mas vi-me aflito, vimo-nos aflitos lá dentro, porque depois chamou-se o COPCON, não sei quantas vezes, não vieram, chamou-se a polícia, não veio, os manifestantes a trepar; e, quando veio (a polícia), ainda pior para nós, ficou ali perfeitamente cooperante com os manifestantes, eles subiam, eles viravam as costas ou punham-se a olhar e tal... Quando o COPCON veio não afastou os manifestantes e passou a exigir que nós saíssemos; de forma que foram uns momentos maus...

Começámos a sair, eles começaram, ainda há pouco havia lá uma marca de um tiro na escada de acesso à União, porque eles chegaram a ameaçar com tiros as próprias forças armadas, e depois foi lá um fulano de cavalaria, um jovem oficial, de bota alta, toda lustrosa, nada revolucionário, com umas luvas impecáveis, eles tinham lançado fumo, gás lacrimogéneo e ele chegou, cheio de prosápia, nisto, um bocado de vento sopra o gás para ele, e lá foi a postura do fulano toda, a pose dele... Bom, e a ideia dele, isto foi negociado, ele subir, nós deixámos subir e esteve ali a tentar convencer-nos a que, pelo menos as senhoras saíssem, mas não saíram. (Ranita 1, 126-131)

aquilo acabou quando chegou a malta da Alumínia

Depois, essa foi uma coisa emocionante! ainda hoje tenho vivo na memória: às 8 horas, o tempo ia passando e eles não saíam dali, o tempo ia passando, ameaças e nós já desgastadíssimos, às 8 horas eu telefono para a Alumínia a dizer "Está-se a passar isto assim, assim...". E aquilo acabou quando chegou a malta da Alumínia, mas uma coisa! É, é inimaginável! Ainda hoje me sinto um bocado emocionado a ouvir, ao ver aquela gente que não tinha experiência, mas eu não sei como é que eles se organizaram, ali em filas cerradas, como se de uma formatura militar se tratasse, a descer Santa Catarina de martelos na mão! E aquela malta que estava ali em frente pirou-se toda! Pronto acabou! Eles ainda ficaram ali um bocado e tal... [...] Tinha havido uma manifestação do PPD, e agora não posso reconstituir se também estava o PS, porque estavam todos misturados lá nessa coisa... Pois estavam! [...] Entretanto, eu creio que nessa altura já um antigo membro da União, o Mário Alves, que andava aí a erguer sindicatos agrícolas, pelo Norte, já tinha ficado sem o carro com uma bomba e havia para aí essas coisas todas... Foi uma situação muito má... (ibidem)

Com a alteração da correlação de forças a nível político e militar, iniciada já em 1975, e com a institucionalização do regime democrático, que se verifica a partir da aprovação da Constituição, das eleições para a Assembleia da República e para o Presidente da República e com a formação e tomada de posse do 1º Governo Constitucional (com Mário Soares como 1º ministro), iniciou-se um processo de contenção da revolução e ao esforço de certos sectores para a institucionalização de uma democracia em sentido restrito. A partir de então, verificou-se a aprovação de legislação diversa que, em muitos aspectos, se irá opor a algumas das conquistas alcançadas pelos trabalhadores no período anterior. Aliás, muitos dos princípios inscritos na Constituição, designadamente "*quanto à ordem económica nunca chegaram a ter grande concretização; foram pura e simplesmente ignorados, quando não abertamente violados*" (Lopes, 1999:182).

Já num quadro político diferente, que criou as condições para retrocessos no que aos direitos dos trabalhadores diz respeito, já não propriamente em ambiente de festa e de revolução, os movimentos de trabalhadores e o movimento sindical, em particular, continuaram, no entanto, com grande influência e capacidade de mobilização, o que apenas em parte permitiu travar a perda de conquistas

anteriormente alcançadas. Uma série de medidas legislativas decretadas já pelo 1º governo constitucional, alteraram de novo e profundamente as condições e as relações de trabalho em muitas empresas. Diversos patrões que, imediatamente a seguir ao 25 de Abril tinham saído do país, ou sido saneados, regressaram, retomando a posse das empresas, vendo-se os trabalhadores, no seu interior, novamente sujeitos às mais diversas arbitrariedades. Muitos delegados e dirigentes sindicais foram despedidos, vivendo-se situações de grande tensão em diversos locais de trabalho. A democracia começou a ficar à porta, e do lado de fora, de muitas empresas.

Se, no período revolucionário, as lutas dos trabalhadores tiveram como objectivo a conquista de novos direitos, a partir da institucionalização do regime democrático, no chamado período da “normalização”, que abordaremos no capítulo seguinte, a maior parte das lutas que se travaram, e travam, tiveram, e têm ainda hoje, como objectivo a defesa e manutenção das conquistas e direitos alcançados com o 25 de Abril.

regressaram os patrões das nossas empresas

houve aquela fase dos saneamentos, em que as pessoas que eram muito indesejadas, se dizia nós não as queremos cá, nós não as queremos cá; depois mais tarde é que houve uma lei dos saneamentos que o Mário Soares era primeiro ministro, na altura, e decidiu que os patrões que tinham fugido para o Brasil, que tinham que regressar, que a economia estava mal e que precisava deles, e saiu também com uma lei, com a obrigatoriedade de reintegrar todos os trabalhadores que tinham sido saneados das empresas. Portanto regressaram todos, regressaram os Melos, regressou aquela gente toda e também regressaram os patrões das nossas empresas, não para as pôr a laborar, porque não temos conhecimento de nenhum que pusesse as fábricas a laborar, mas no sentido de virem defender aquilo que eles entendiam que era o seu património. Nós sempre concebemos que uma empresa tem uma função social também, não é só do patrão, tem uma função social, é património dos trabalhadores, mas estava muito arreigada a propriedade privada, portanto era a quinta do patrão; o patrão era, por assim dizer, o monarca; a gente dizia “estamos em democracia mas nas empresas reina a monarquia”, porque o patrão ainda é o rei, é o que decide, é o que determina, portanto a democracia está na rua mas chega ao portão da fábrica e acaba. (Mª Emília Reis, 55)

logo a seguir, houve muita repressão aos delegados sindicais

Nessa fase, logo a seguir, houve muita repressão aos delegados sindicais também, e claro os patrões davam tudo para não ter delegados sindicais. Tivemos um caso, que era uma fábrica que ainda existe, que é a Silva e Sistelo, em Rio Tinto, que numa altura despediu três delegadas sindicais. As trabalhadoras estiveram em greve para aí à volta de três semanas, para obrigar a reintegrá-las, mas a decisão dele era de tal forma dura que nem que a fábrica fosse à falência eles não as reintegraram; estiveram durante três anos a pagar-lhes o salário e elas em casa, portanto não era por dificuldades. (ibidem)

a situação política tinha-se alterado bastante mas a malta não deu por isso

A outra situação tem que ver com uma greve na Alumínia que levou ao despedimento de 17 pessoas. No fundo, o que se passa é o seguinte: a situação política tinha-se alterado bastante mas a malta não deu por isso, alguns não deram por isso, de forma que houve lá um problema qualquer e resolveram fazer greve e só depois, quando houve por parte da administração a invocação de uma greve ilegal, é que telefonaram ao Sindicato para fazer o pré-aviso de greve, só que o pré-aviso de greve chegou fora de tempo, e isso levou ao despedimento de 17 pessoas. [...] isto representou um retrocesso, em termos de exercício de liberdade sindical, por revanche até; toda aquela luta da unicidade, todos aqueles desaires que ali sofreu a outra parte, a UGT, o patronato, num momento deste deslize, aproveitaram para ir fundo na limitação do exercício das liberdades, e como a situação política já não nos era favorável, eles tomaram medidas para impor, e de que forma, o corte das liberdades sindicais. Plenários na empresa só voltaram a ser feitos, e fui eu que os fui lá fazer, não há muito tempo, há uns 4 anos. Desde essa luta não houve mais condições para fazer plenários dentro da empresa, na hora de trabalho, segundo o que a lei permitiu. Fizeram-se alguns plenários à porta mas não é um plenário, é uma espécie de reunião, as pessoas saem e entram e depois têm medo de ser vistas e depois há o problema de todo complicado da perseguição, dos encarregados e tal. Mas foi um retrocesso enorme, não é, enorme... (Ranita 1, 132-133)

**DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME
DEMOCRÁTICO À ACTUALIDADE
- transformações no mundo do trabalho
e intervenção sindical**

DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO À ACTUALIDADE - TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E INTERVENÇÃO SINDICAL

A entrada no chamado período da “normalização”, a partir da institucionalização do regime democrático, significa o início de um novo período na história social e política portuguesa, marcado pela inflexão do processo revolucionário e por um conjunto muito significativo de transformações no mundo do trabalho. Se o período do 25 de Abril foi caracterizado por uma grande participação popular e pela conquista de um conjunto muito significativo de direitos pelos trabalhadores, o período que se lhe seguiu, e que se mantém até à actualidade, vai caracterizar-se por profundas alterações políticas, económicas e sociais, a nível nacional e internacional, com reflexos significativos nas condições de vida e de trabalho dos portugueses.

Diversas conquistas do 25 de Abril começaram a ser, sistematicamente, postas em causa ou mesmo anuladas, com a aprovação de legislação diversa, assistindo-se a uma intervenção dos trabalhadores essencialmente de natureza defensiva, na luta pela preservação dos direitos então alcançados, o que não significa que, neste período, não se tenham igualmente verificado novas e importantes conquistas. É neste contexto, marcado também pela divisão do movimento sindical, verificado a partir de 1977, que os nossos interlocutores vão continuar ou iniciar uma intervenção muito activa no movimento sindical, em sindicatos filiados na CGTP e na própria CGTP, a maior parte deles como dirigentes sindicais a tempo inteiro.

Assim, é das suas experiências enquanto dirigentes sindicais, das suas memórias e representações sobre o mundo do trabalho e a intervenção sindical, das lutas em que se empenharam, de momentos ou acontecimentos para si particularmente significativos que nos falam quando abordam estes últimos trinta anos da sua vida, ao longo dos quais também se formaram e (re)construíram representações e determinações. E ao fazê-lo, é toda uma dimensão da luta desenvolvida por milhares de trabalhadores portugueses nos últimos anos que nos é revelada, luta essa que muitas vezes tende a ficar esquecida ou é mesmo silenciada.

não está devidamente avaliada a importância [...] do papel dos sindicatos

não está devidamente avaliada a importância social, económica do papel dos sindicatos.

Ninguém (nem os seus próprios dirigentes) valoriza devidamente o reflexo da actuação dos

sindicatos na vida das famílias trabalhadoras, na qualidade de vida das populações trabalhadoras, dos seus direitos essenciais, e a componente da intervenção dos sindicatos na salvaguarda da democracia. Que democracia é esta que está impedida de passar a porta da empresa? Certos “democratas” que atacam os sindicatos não se sentem incomodados pelo facto de não haver direitos fundamentais do cidadão dentro da empresa. Ali só há os direitos do patrão, cada vez mais, de jure ou de facto e a batalha dos sindicatos, nesse quadro, devia ser suficientemente valorizada. Mas se alguém quisesse partir para a avaliação do papel diário dos sindicatos na sociedade, bastar-lhe-ia considerar um determinado período de tempo – um ano, ou três anos, ou cinco anos, enfim um período determinado - e pegar no que é mais fácil quantificar: quantas pessoas foram atendidas no sindicato com problemas, de que natureza, quantos desempregos, quantos despedimentos, quantos salários em atraso, quantas indemnizações devidas aos trabalhadores ..., e o que é que o sindicato obteve a partir daqui, quanto receberam os trabalhadores? Chega-se a números, nalguns casos, absolutamente surpreendentes. Eu, uma vez, fiz as contas correspondentes a um mandato e, até eu, que estava lá todos os dias, me surpreendi. Milhares e milhares de contos, por exemplo, naquela altura de indemnizações pedidas, de indemnizações obtidas ..., tantos e tantos salários recuperados ... Enfim, é aqui que um dirigente sindical, por opção pessoal de vida conscientemente assumida, vai buscar a mais exaltante recompensa. (Ranita2, 29)

Com a aprovação da Constituição, em Abril de 1976, e as subsequentes eleições para a Assembleia da República e para a Presidência da República iniciou-se, como já referimos, um período de “normalização” do regime democrático e de contenção da revolução de Abril. Os resultados das eleições, que colocaram o Partido Socialista no governo e o general Ramalho Eanes como presidente, traduzindo uma ainda forte influência dos militares na vida política, atribuíram uma legitimidade acrescida a uma via eleitoral e legalista de funcionamento político face à legitimidade revolucionária e popular, muito presente no período anterior. No entanto, não estava então apenas em causa o modelo de funcionamento institucional.

A forma de gerir o legado constitucional, uma conflitualidade social assinalável, resultante das grandes divergências entre diferentes projectos políticos para a sociedade portuguesa e a necessidade de fazer face aos desafios económicos e sociais decorrentes da evolução económica interna e sobretudo da crise económica internacional, resultante do choque petrolífero de 1973, estavam também em cima da mesa. Silva Lopes (1999: 172) assinala que as dificuldades económicas então sentidas não se explicam *“apenas nem sequer principalmente (...) pelas perturbações do período revolucionário”*, uma vez que *“Portugal foi severamente atingido não só pelos efeitos directos da subida dos preços do petróleo, mas também pelas consequências económicas da crise europeia”* (idem:173). Foi neste contexto que os primeiros governos constitucionais, da responsabilidade do Partido Socialista e do

Partido Social Democrata, orientaram as suas políticas para a realização de acordos com instituições financeiras internacionais, como o FMI – Fundo Monetário Internacional (em 1978 e 1983), com vista ao financiamento da economia portuguesa e que, nos termos em que foram assinados, implicaram importantes restrições à condução das políticas económicas e sociais.

Também a política de aproximação à CEE – Comunidade Económica Europeia, e a apresentação do pedido formal de adesão em Março de 77, foi encarada pelo governo como uma garantia de travão a eventuais derivas revolucionárias que ainda pudessem persistir, ao inserir o país no espaço e no modelo político e económico dominante na Europa, no qual, a partir de meados da década de 70, tinham começado “*a ganhar preponderância as forças que defendiam o liberalismo económico, a desregulamentação, a redução do Estado de Bem-Estar e as privatizações*” (Lopes, 1999:175-176)

Enquanto a concepção de desenvolvimento presente no período revolucionário e consagrada na Constituição apontava para uma maior igualdade na distribuição dos rendimentos, para o reforço das políticas sociais e para o controlo do poder económico pelo poder político, a concepção de desenvolvimento que os governos constitucionais vieram a implementar apontava no sentido “*do reforço dos mecanismos de mercado, da liberalização económica, do alargamento da desigualdade na distribuição dos rendimentos e do engrandecimento de fortes grupos económicos privados*” (idem:175).

Os primeiros governos constitucionais foram ainda marcados por uma forte instabilidade política decorrente das divergências políticas profundas que atravessavam a sociedade portuguesa quanto ao modelo de desenvolvimento a prosseguir, e de uma conflitualidade social muito viva, com grandes movimentações de protesto face às políticas que vinham a ser implementadas.

Neste período, entre 1975 e 1978, no que ao movimento sindical diz respeito, travou-se uma das mais polémicas controvérsias políticas da época em torno da questão da unicidade sindical, consagrada em legislação de 1975, e à qual se opunham frontalmente o PS, o PPD e o CDS. A Constituição acabará por não consagrar esse princípio, abrindo caminho à alteração da legislação sindical em 1977 e à criação da UGT, em 1978, num processo “*assumido pelos dois maiores partidos como uma necessidade para combater a hegemonia da Intersindical e a sua influência*” (Silva, 2007:296), e fundamental para facilitar as mudanças que estas forças políticas procuravam introduzir no mundo do trabalho e na estrutura económica. Efectivamente, a partir do 1º governo constitucional foi sendo aprovada diversa legislação relativa aos despedimentos, trabalho temporário, contratos a prazo, negociação colectiva e direito à greve, restringindo e reduzindo alguns dos direitos dos

trabalhadores conquistados no período anterior. Estas e outras medidas como a Lei Barreto⁸², que veio alterar o regime jurídico da Reforma Agrária, a Lei das Indemnizações⁸³, a Lei da Delimitação dos Sectores⁸⁴ e as sucessivas alterações posteriores⁸⁵, abrindo novas áreas ao sector privado, a Lei-Quadro das Privatizações⁸⁶, as sucessivas revisões constitucionais⁸⁷, modificando o sentido inicial da Constituição, nomeadamente na sua configuração socioeconómica e restringindo direitos dos trabalhadores, contaram com uma forte contestação do movimento sindical, particularmente da CGTP e dos sindicatos nela filiados, dado os reflexos negativos dessas alterações nas condições de trabalho e de vida de milhares de trabalhadores.

O resultado da política económica e financeira adoptada reflectiu-se, de acordo com Carvalho da Silva (2007:298-299),

“na diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais. Agravou-se o défice da balança comercial e a inflação que rapidamente atingiu dois dígitos. Em consequência, aumentaram, em crescendo, os despedimentos, o desemprego e o custo de vida, começando no final dos anos 70 a surgir com impacto a «praga» dos salários em atraso, que se acentuará até ao final da primeira metade da década de 80”

e que será sentida de uma forma muito aguda no distrito do Porto, na região do Vale do Ave e em Setúbal. Verificou-se igualmente uma tendência continuada para a perda de valor do salário real que, apenas entre 1977 e 1979, terá tido um decréscimo de 16% (idem: 300), tendência essa que não se terá alterado significativamente nos anos seguintes.

Em sentido contrário à política geral que vinha a ser promovida pelos diversos governos constitucionais, e ilustrando as contradições políticas da época, foi aprovado durante o curto governo de gestão de Maria de Lurdes Pintassilgo, entre Julho e Dezembro de 79, o alargamento da cobertura da protecção social à generalidade da população⁸⁸ e, pela Assembleia da República, a Lei do Serviço Nacional de Saúde⁸⁹.

A luta dos trabalhadores contra a implementação das políticas que vinham a ser prosseguidas foi uma constante, tendo assumido particular importância a greve geral convocada pela CGTP para 12 de Fevereiro de 1982, a primeira convocada depois do 25 de Abril e na qual, segundo dados desta estrutura sindical, terão participado um

⁸² Lei nº 77/77, de 29 de Setembro

⁸³ Lei nº 80/77, de 26 de Outubro

⁸⁴ Lei nº 46/77 de 8 de Julho

⁸⁵ em 88, 91 e 93

⁸⁶ Lei nº 11/90, de 5 de Abril

⁸⁷ em 82, 89, 92, 97, 01, 05

⁸⁸ D.L. 513 L/79

⁸⁹ Lei 56/79

milhão e quinhentos mil trabalhadores (idem:300). Nesse mesmo ano, um momento particularmente marcante da luta dos trabalhadores foi o 1º de Maio, no Porto. Com o apoio do governo civil, a UGT pretendia realizar as suas comemorações na Praça General Humberto Delgado, local histórico das comemorações promovidas pela CGTP, decisão essa que se inseriria na estratégia prosseguida de diminuir e travar a influência desta central sindical. A intervenção policial que se verificou na noite de 30 de Abril provocou a morte trágica de dois jovens trabalhadores, comovendo e indignando a opinião pública, e transformando o 1º de Maio desse ano, num dos maiores de sempre realizados no Porto. Estes acontecimentos estiveram na origem da convocação, pela CGTP, de uma nova greve geral de protesto, para o dia 11 de Maio.

É ainda num contexto de crise económica que, visando “o saneamento” das finanças públicas, foi concluído um novo acordo com o FMI, em Setembro de 1983. Este acordo veio

“impor uma nova política restritiva assente na desvalorização do escudo, no congelamento dos investimentos no sector público, aumento dos impostos e dos preços, redução do salário real, entre outras medidas económicas e financeiras, com forte impacto no plano social” (Silva, 2007:302)

tendo como consequência o agravamento da situação social. Assistiu-se a um aumento generalizado dos preços, ao aumento da taxa de desemprego, que atingiu os 10,8% e agravou-se o drama dos salários em atraso, tendo sido particularmente atingidas zonas como o Vale do Ave e a região de Setúbal. (idem:303)

Na segunda metade da década de 80 assistiu-se a diversas mudanças quer no contexto nacional, quer internacional. A adesão plena de Portugal à CEE, a 1 de Janeiro de 1986, vista por uns como a prova da maturidade democrática do país, por outros como o seguro de vida contra eventuais tentações ou desvios de carácter socialista e com desconfiança por importantes sectores de trabalhadores, tendo em conta um contexto internacional em que as tendências neoliberais e o movimento pela desregulação das relações de trabalho se intensificavam, marca uma mudança profunda no contexto social, económico e político em que Portugal se passa a mover, representando uma efectiva integração num espaço geográfico e político que passarão a condicionar fortemente o desenvolvimento do país daí em diante.

Um contexto internacional favorável, em virtude da baixa do preço do dólar, do petróleo e das taxas de juro, o impacto crescente das novas tecnologias de comunicação e informação que prometiam revolucionar o conteúdo e a organização do trabalho e das empresas, o início do acesso aos fundos comunitários e a primeira maioria absoluta conseguida numas eleições legislativas, por Cavaco Silva, em Junho

de 1987, compuseram o cenário deste período. Até ao final da década de 80, vai registar-se uma melhoria dos índices económicos e financeiros, tendo o governo conduzido uma política liberalizante, de privatização de empresas públicas, de liquidação da Reforma Agrária, e de baixa de impostos mas sem que os salários e os rendimentos do trabalho subissem significativamente. Assinalaram-se também pequenas melhorias no rendimento dos pensionistas e o desenvolvimento de políticas sociais e de projectos experimentais de luta contra a pobreza, financiados pela CEE. A nível do trabalho, regressou o “pacote laboral”, desta vez tendo como eixo principal a liberalização dos despedimentos, insistentemente reclamada pelas associações patronais, o que vai conduzir a um novo pico de conflitualidade laboral, com as duas centrais sindicais a convocarem uma greve geral para 28 de Março de 1988. Para além da luta contra esta liberalização, juntam-se reivindicações “*contra as tentativas de imposição de um tecto salarial na negociação colectiva, (...) os salários em atraso e o trabalho infantil, pelo horário das 40 horas, pela garantia do direito à segurança Social, pela defesa do SEE⁹⁰ e da reforma agrária*” (ibidem:309).

Através dos fundos comunitários que chegaram a Portugal, no âmbito do 1º Quadro Comunitário de Apoio, estruturaram-se diversos programas em torno da formação e da qualificação profissional dos trabalhadores e de apoio a sectores industriais, à agricultura e ao desenvolvimento rural. As Operações Integradas de Desenvolvimento da Região de Setúbal e do Vale do Ave, dirigidas para duas regiões em crise e envolvendo um conjunto de actores regionais e locais, são exemplificativas da utilização de dinheiros comunitários. No entanto, é do conhecimento público como muitos desses fundos foram mal utilizados e até em alguns casos desbaratados, nomeadamente alguns afectos à formação profissional e à modernização de empresas.

O aprofundamento da integração da economia portuguesa no contexto europeu, no quadro de uma globalização económica mundial que se aprofundava, a abertura dos mercados à concorrência internacional, colocou (e ainda coloca) enormes desafios à capacidade de adaptação e transformação de importantes sectores da economia portuguesa, principalmente aos mais tradicionais, assentes em processos produtivos pouco evoluídos e em mão-de obra barata e pouco qualificada. Largos sectores da economia foram, e são ainda hoje, confrontados com desafios de grande envergadura.

A partir de fins dos anos 80 vai assistir-se a uma reestruturação de vários sectores económicos, em muitos casos dramática, assente em lógicas de melhoria dos níveis de produtividade e de competitividade, de resposta à abertura dos mercados e

⁹⁰ Sector Empresarial do Estado

de melhoria da especialização tecnológica da economia portuguesa e, em geral, sem acautelar a situação dos trabalhadores. Neste processo verifica-se a falência e encerramento de grande número de empresas, atirando para o desemprego milhares e milhares de trabalhadores, crescem as dificuldades de sectores tradicionais como os têxteis, o vestuário, o calçado, a cerâmica, as conservas (que praticamente desaparecem), enquanto outros como a metalomecânica, moldes, certos sectores do terciário ligados aos serviços financeiros e ao turismo se procuram afirmar nas novas condições de mercado.

Simultaneamente, a queda do Muro de Berlim, em 1989 e o desmembramento do chamado Bloco de Leste a partir de 1990, fez desaparecer o que até então era percepcionado por muitos como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista e criou as condições para uma nova fase do processo de construção europeia e para o reforço de uma globalização económica internacional, submetida a lógicas de defesa dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e à custa dos direitos dos trabalhadores.

A assinatura do Tratado de Maastricht, em Fevereiro de 1992, constituiu um novo passo no sentido da integração política dos diversos países europeus já que, para além de perspectivar a criação da moeda única, acrescentou à dimensão económica da cooperação, a dimensão da política externa e segurança comum e da cooperação policial e judiciária em matéria penal. A CEE (Comunidade Económica Europeia), transforma-se em UE (União Europeia).

Em 1995, o Partido Socialista, com António Guterres, ganha as eleições para a Assembleia da República, derrotando Cavaco Silva desgastado por um segundo mandato em que se agravaram os problemas económicos, num contexto de crescente exposição à concorrência do mercado internacional. Apesar de condicionado pelo cumprimento dos critérios de Maastricht, que limitava fortemente as opções de investimento, e mantendo o essencial das políticas económicas que vinham a ser desenvolvidas, o governo aprovou algumas medidas de carácter social e de combate à pobreza, nomeadamente o Rendimento Mínimo Garantido que, com alguns ajustamentos, ainda hoje se mantém, embora sobre o nome de Rendimento Social de Inserção. Igualmente importante foi a aprovação do horário das 40 horas semanais⁹¹, antiga reivindicação do movimento operário, finalmente reconhecida, e que esteve antes, e depois da aprovação, na base de importantes lutas dos trabalhadores em diferentes sectores. No entanto, e em contraponto, a lei incluiu também os princípios da polivalência e da flexibilidade, o que colocou os trabalhadores numa situação de

⁹¹ Lei 21/96, de 23 de Julho

maior fragilidade face às entidades patronais, designadamente no que à questão da determinação do horário de trabalho dizia respeito.

A transição do milénio iniciou-se com os cenários da globalização e da mundialização a dominarem os debates e a prenderem as atenções da opinião pública. Em Novembro de 1999, a Organização Mundial do Comércio (OMC), organizou uma reunião em Seattle, envolvendo um grande número de países e cujo objectivo era fazer avançar as negociações para um novo acordo de comércio internacional. A reunião decorreu num ambiente conturbado, traduzindo profundas divisões entre os interesses dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento, que acusavam os primeiros de procurarem uma liberalização das regras do comércio internacional em seu favor. Os trabalhos desta cimeira viram-se igualmente envolvidos por manifestações de protesto, promovidas por grupos de diversas origens, mas tendo em comum a contestação ao caminho que a globalização estava a seguir, com efeitos visíveis nos países em desenvolvimento mas também nos países ditos desenvolvidos. Um dos mais dramáticos e visíveis efeitos era já o da deslocalização das empresas e da produção para países com mão-de-obra barata, deslocalizações essas realizadas, em geral, para países em que os trabalhadores não possuíam legislação laboral ou protecção social que os defendesse, e onde as medidas de protecção ambiental eram inexistentes. As deslocalizações eram assim também, e continuam a ser, utilizadas pelos grandes grupos económicos, em muitos países capitalistas desenvolvidos, como uma forma de pressão para travar as reivindicações dos trabalhadores quanto às condições de trabalho, fazendo regredir direitos consagrados.

Contra esta globalização de carácter capitalista e neoliberal “nasceu” o Fórum Social Mundial, tendo-se realizado o primeiro em Janeiro de 2001, em Porto Alegre, no Brasil, e assumindo-se como

“um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para acções eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra”⁹².

⁹² ponto 1 da Carta de Princípios do Fórum Social Mundial

Este movimento teve um grande impacto um pouco por todo o mundo, juntando e congregando um vasto número de organizações e individualidades na procura de

“(...) uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos, ao serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos”⁹³

A partir de 2001, com a crise provocada pelo reventamento da bolha especulativa em torno das empresas de novas tecnologias de comunicação e informação, que leva muitas destas empresas à falência, do 11 de Setembro, da guerra desencadeada contra o Iraque, com o apoio do governo português e à revelia das Nações Unidas, da intervenção no Afeganistão e do aumento do preço do petróleo gera-se uma situação de desaceleração económica internacional.

Em Portugal, que em Janeiro de 2002 entrara na moeda única, conseguindo o objectivo governamental de estar no “*pelotão da frente*” dos países que a introduziram, com o pretexto do cumprimento do Programa de Estabilidade e Crescimento e da necessidade de diminuir o défice, seguiu-se uma política de forte contenção do investimento público e salarial. É o tempo da célebre frase de Durão Barroso “*Portugal está de tanga*”, que terá somado aos factores objectivos da crise económica, efeitos subjectivos que a aprofundaram.

A luta contra o Código do Trabalho, encarado pela generalidade do movimento sindical como “*a maior e mais violenta ofensiva jamais lançada depois do 25 de Abril contra os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores*” (idem:332), e cuja proposta tinha sido aprovada pelo governo PSD/PP, em Novembro de 2002, mobilizou muitos milhares de trabalhadores. A realização de uma Greve Geral, a 10 de Dezembro desse ano, dado o elevado número de trabalhadores que a ela aderiram terá tido, de acordo com Carvalho da Silva (ibidem) “*um papel determinante para impedir que algumas das medidas mais gravosas fossem por diante*”.

Actualmente, e já sob um novo governo do Partido Socialista, está de novo em cima da mesa a discussão da revisão do Código de Trabalho que, na opinião da CGTP, inclui normas que fragilizam ainda mais os trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito à flexibilização e precariedade dos vínculos laborais, à conciliação do trabalho com a vida familiar e à negociação e contratação colectiva, admitindo a

⁹³ ponto 4 da Carta de Princípios do FSM

caducidade das convenções colectivas, que se poderá traduzir numa perda de direitos para os trabalhadores.

O período a que nos temos vindo a reportar é claramente marcado por profundas alterações no plano social, político, económico e laboral. Num contexto de significativas mudanças tecnológicas, que têm alterado os processos produtivos, num quadro de globalização e liberalização económica, de livre circulação de capitais, de especulação bolsista, de intensificação da concorrência entre países, de internacionalização das cadeias produtivas e de avanço de políticas neoliberais, diversos direitos que os trabalhadores tinham visto consagrados, ou dado como adquiridos, têm estado debaixo de uma tremenda pressão em nome de conceitos como a produtividade e a competitividade, sistematicamente apresentados como valores em si mesmos e desligados dos seus reais significados sociais. Vivemos hoje num mercado global de produtos e serviços, com insuficientes regras de controlo sociais, ambientais ou fiscais, que permite aumentar drasticamente a exploração dos trabalhadores, uma vez que o direito a um trabalho com direitos é apresentado como um travão ao desenvolvimento e à fixação de empresas.

Em nome de uma pretensa economia, apresentada como uma instância neutra, determinista e acima da sociedade e dos seres humanos, à qual as decisões políticas se teriam que submeter, procura-se aumentar de forma brutal a exploração dos trabalhadores e de povos inteiros, ao mesmo tempo que crescem desmesuradamente as grandes fortunas e que alastram pelo mundo situações de extrema pobreza. Como refere Alberto Melo (2005:100-101), quando hoje nos falamos da economia não é no sentido de uma ciência, de uma arte ou de uma técnica de “*satisfazer as necessidades humanas através de meios limitados*”, mas sim, e fundamentalmente de

“um processo de criar e reproduzir lucros monetários, de aumentar a massa monetária das sociedades. Portanto, deixou de ser economia, mas continua, ilegitimamente, a falar-se em nome da economia. Quando, no fundo, a economia de que se fala e que se pretende impor é uma finança, é fundamentalmente o seu aspecto financeiro”. [...] efectivamente, a finança, os grandes poderes financeiros dominam as nossas sociedades, e dividem os países [...].”

Em Portugal, este mesmo discurso, tem “justificado” a fragilização, desvalorização e desregulação das relações laborais, o agravamento das condições de trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho, a flexibilização dos despedimentos, o aumento de trabalhadores a “recibo verde” e falsamente independentes, a contenção dos rendimentos do trabalho, a desvalorização da

contratação colectiva. Simultaneamente, as desigualdades sociais têm conhecido um enorme incremento, sendo Portugal um dos países da União Europeia em que essa desigualdade é mais acentuada e continua a crescer quando, no pós 25 de Abril, tinham claramente diminuído.

Mas, este período é igualmente marcado pelo desenvolvimento de movimentações e acções de luta dos trabalhadores que, se não têm conseguido anular estas tendências de fundo, têm em muitos casos retardado, obstaculizado e inclusivamente preservado um importante núcleo de direitos, na legislação e na prática, que constituem um acervo inestimável da dimensão do trabalho na sociedade portuguesa.

1. Do 1º governo constitucional à adesão à CEE

1.1. Retrocessos nas conquistas de Abril e luta dos trabalhadores

O processo de institucionalização do regime democrático, iniciado em Abril de 76, significou a entrada num período de *“reestruturação do capitalismo português no quadro de uma nova internacionalização de Portugal”* (Pimenta; Figueiredo; Brandão, 2000:82)

A aproximação e os acordos celebrados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), preconizando a adopção de *“políticas restritivas e a consolidação da lógica capitalista”* (idem:104), bem como a decisão tomada em 1977, de iniciar o processo de adesão à Comunidade Económica Europeia, que se constituiu como *“um importante argumento político contra as mudanças socialistas”* verificadas no período revolucionário (idem:104) vieram “justificar”, como já referimos, a adopção, pelo 1º governo constitucional e pelos seguintes, de um conjunto de medidas de sinal contrário às adoptadas no período anterior, designadamente no que se referia ao trabalho e aos direitos dos trabalhadores.

Tais medidas, sentidas por muitos como um retrocesso face às conquistas de Abril, às condições de vida e de trabalho e aos direitos então alcançados, motivaram inúmeras acções de luta, em diferentes pontos do país, que assumiram formas e expressões diversas, designadamente greves, concentrações, manifestações, “jornadas de luta”, envolvendo muitos milhares de trabalhadores. Muitas das acções tiveram como principais objectivos a luta contra o desemprego e os despedimentos, em defesa das liberdades sindicais, contra o congelamento da contratação colectiva, contra o aumento do custo de vida, pelo pagamento integral do 13º mês, contra a

entrega aos patrões das empresas intervencionadas, contra os salários em atraso, em defesa da Reforma Agrária e das nacionalizações, em defesa da democracia e da Constituição (Cartaxo, 1995:32-36).

Enquanto no período anterior, a maior parte das palavras de ordem e as reivindicações tinham sido de natureza ofensiva, em torno da conquista de direitos pelos trabalhadores, neste período, e até aos dias de hoje, as palavras de ordem passaram a ser, fundamentalmente, de natureza defensiva, contra as medidas que estavam a ser tomadas. Não se tratava então de conquistar novos direitos mas sim de impedir que os direitos conquistados com o 25 de Abril fossem novamente perdidos. A intervenção dos sindicatos e a mobilização dos trabalhadores em acções de luta concretas, nos locais de trabalho e em manifestações mais gerais, não tendo conseguido impedir em absoluto a aprovação de diversa legislação, não deixaram de ser marcadas por importantes êxitos no que à defesa dos direitos dos trabalhadores dizia respeito.

havia muitas lutas pelo meio

havia muitas lutas pelo meio, contra o aumento da electricidade, pelo pão, fomos para Lisboa, para a Assembleia da República, levei uma chicotada muito grande da polícia, ali no Governador Civil... [...]. Isto foi em 82, 83. [...] Porque eu ia com os trabalhadores que não recebiam salário; eu, felizmente, nunca estive sem salário, mas ia com elas para a luta e levei uma chicotada. Aquilo parecia um choque eléctrico. (Amália1, 45-46)

na altura era assim

quando começamos a ter férias, subsídio de férias, 13º mês, depois havia aqueles patrões que não queriam pagar, mas a gente com uma grevezinha resolvia (risos). [...] eu lembro-me que castigavam uma trabalhadora e nós achávamos que era injusto, todas parávamos e ela vinha trabalhar. Era fácil. [...] nós na altura era assim. (Amália2, 15-16)

1.2. O fim da unicidade sindical e a criação da UGT

Entre 1975 e 1978 travou-se uma importante e fracturante discussão política em torno da questão da unicidade ou do pluralismo sindical, que atravessou toda a sociedade portuguesa, e com posições muito distintas entre diferentes partidos políticos. A esta discussão não era de forma nenhuma alheio o peso de trabalhadores comunistas nos sindicatos criados e dinamizados logo após o 25 de Abril (embora neles também participassem militantes socialistas, pessoas ligadas aos sectores católicos e muitos independentes) e a pouca expressão de outras forças políticas, designadamente do PS e do PSD. Do mesmo modo, também a força e capacidade de mobilização demonstrada pela Intersindical, e as posições por esta assumidas,

tornavam-se particularmente incómodas para as forças políticas que assumiam um projecto de sociedade diferente do que se delineara no período revolucionário, e com o qual o movimento sindical fortemente se identificava.

Num quadro, como o que se verificou a partir do conjunto das eleições de 1976, em que, como já salientamos, se vai assistir a uma clara inflexão no processo revolucionário, a força e a intervenção da Intersindical tornavam-se um obstáculo ainda maior, ao defender posições que, em muitos aspectos, se opunham claramente às medidas que o governo procurava implementar.

A legislação sindical aprovada em Abril de 1975, pelo Conselho da Revolução⁹⁴, em pleno período revolucionário, estabeleceu o princípio da unicidade sindical e regulamentara o seu exercício, designadamente a obrigatoriedade das entidades patronais procederem ao desconto das quotizações e ao seu envio para os sindicatos. Tendo-se o PS e o PSD oposto frontalmente à aprovação desta legislação, sindicalistas dos dois partidos atrás referidos assumiram, a partir de 1976, a dinamização do chamado “Movimento da Carta Aberta”, defendendo a alteração da legislação e o fim do princípio da unicidade sindical, que acabará por não ficar consagrado na Constituição, dando início a um processo de divisão do movimento sindical. Nesse mesmo ano, e inserida numa política que, de acordo com uma célebre declaração, então atribuída a Maldonado Gonet, ministro do trabalho do 1º governo constitucional, visava “*quebrar a espinha à Intersindical*”, a legislação sindical foi parcialmente alterada, dificultando a cobrança das quotizações sindicais⁹⁵ no sentido de diminuir as receitas dos sindicatos e limitar a sua capacidade de intervenção.

A Lei Sindical acabou por ser alterada em 1977⁹⁶, pondo fim à unicidade sindical e abrindo o caminho legal à criação de sindicatos paralelos aos já existentes e à criação da UGT (União Geral dos Trabalhadores), o que viria a acontecer em Outubro de 78. No entanto, e apesar da divisão criada, mantiveram-se na CGTP sindicalistas de diversas sensibilidades, designadamente comunistas, muitos socialistas, sectores católicos e independentes, mantendo-se esta como a central sindical com maior influência junto dos trabalhadores.

Todo o processo de discussão e de alteração do quadro legal no que à unicidade ou não unicidade sindical dizia respeito, deu origem à realização de inúmeras discussões, nas quais participaram muitos dirigentes e activistas sindicais de sindicatos filiados na CGTP, entre os quais alguns dos nossos interlocutores, tendo sido vivido de uma forma intensa. Realizaram-se milhares de reuniões nos sindicatos e

⁹⁴ Dec. Leis 215-A/75 e 215-B/75

⁹⁵ Dec. Lei 841-B/76

⁹⁶ Lei 45/77, de 7 de Junho

nos locais de trabalho, algumas delas num ambiente particularmente tenso, bastante partidariado e marcado por uma grande radicalização de posições, assistindo-se a divisões entre os trabalhadores, no interior das próprias empresas, algumas das quais deixaram marcas profundas.

A luta pela unicidade sindical polarizou a luta política

A luta pela unicidade sindical polarizou a luta política e atravessou não só as empresas, como toda a sociedade, culminando no início do processo de erosão da unidade orgânica dos trabalhadores, em que a direita e o PS tudo apostaram. (Ranita 1r, 24). É um problema que tem a ver com a lei, no período revolucionário. Havia uma lei em que era proibido, e a questão era essa, constituir novas organizações de cúpula, e essa foi uma batalha dinâmica de massas tremenda, assembleias, reuniões em que eu tive um papel importante [...] porque depois as pessoas dentro da empresa também se dividiam: os que estavam mais ligados à administração eram contra a unicidade, a malta operária era pela unicidade, porque era a posição do Sindicato e a Intersindical defendia. [...] mas foi uma batalha muito dura. (Ranita 1, 126)

foram lutas perdidas, mas foram lutas que se fizeram

quando foi o Congresso de todos os sindicatos, houve aquele movimento da Carta Aberta, que foi quando se deu a divisão da CGTP e da UGT, que o PS e o PSD criam a UGT, [...] e depois nós resolvemos, para enquadrar todos os sindicatos, fazer um plenário, um Congresso aberto a todos os sindicatos. Eu estava também no meio dessas lutas todas, a falar com toda a gente, para fazer um congresso de todos os sindicatos, para ver se conseguíamos naquelas lutas da unidade e da unicidade; foram lutas perdidas, mas foram lutas que se fizeram. Agora o Mário Soares já diz que a CGTP é que é, que já é boa, mas na altura contribuiu, com o Sá Carneiro para criar a outra central. (M^a Emília Reis, 42-43)

começaram a formar para aí sindicatos paralelos por todos os lados

Havia na altura toda uma luta, mesmo a nível sindical, que era a questão da unidade e da unicidade sindical. 1^o veio a Carta Aberta, que foi o Mário Soares que a fez; era um documento, tornado público, que foi o 1^o passo para a divisão do movimento sindical, que colocava ali um anti-comunismo feroz, em que dizia que todos os sindicatos, e não era verdade, estavam sob a pata do Partido Comunista e que havia a necessidade de arrumar com os comunistas, ou formar novos sindicatos, e já dava ali uma abertura para a formação de sindicatos paralelos. [...] que nós chamávamos-lhes sindicatos amarelos. [...] eles começaram a formar para aí sindicatos paralelos por todos os lados. E criaram exactamente a cena da alteração das próprias leis, quando estiveram no governo, o próprio Maldonado Gonalves, como Ministro do Trabalho de então, avançou com uma série de legislação que alterava a lei da contratação colectiva, a lei das férias, feriados e faltas (Barra1, 109-112)

Independentemente das considerações sobre a justeza ou não da unicidade sindical, que não é tema desta tese, o processo vivido, as motivações políticas que lhe deram origem, a forma como se processou a divisão do movimento sindical, terá

contribuído para a criação de fortes clivagens entre trabalhadores dentro das empresas, para um certo enfraquecimento da luta e da influência sindical, que aliás era um dos objectivos das forças políticas que agora detinham o poder. Passou então a assistir-se a tomadas de posição muito divergentes entre os diferentes sindicatos e centrais sindicais, com a CGTP a ser a única a opor-se claramente a muitas das medidas legislativas que passaram a estar em cima da mesa e com a UGT a apoiá-las ou pelo menos a não as pôr em causa, e a procurar travar a luta dos trabalhadores, o que facilitou a imposição de diversas medidas, muitas das quais se traduziram numa regressão face aos direitos que os trabalhadores tinham conquistado com o 25 de Abril.

O que é que eles queriam, o que é que eles quiseram criar?

eles criaram depois também o Sindicato, o SIMA que é o sindicato paralelo ligado à UGT. Sob o ponto de vista de mobilização, eles não têm grande mobilização, mas criaram alguma mocha no sentido de muita gente se dessindicalizar e hoje, uma grande parte, não está nem num nem noutro. O que é que eles queriam, o que é que eles quiseram criar? Foram retirar força ao movimento operário, fundamentalmente o papel do PS é, de facto, esta a situação, que aliás foi sempre! (Barra1, 112-113)

os trabalhadores já começaram [...] a dividir-se

Na altura já estava a querer criar-se a divisão sindical, e o PS e o PSD a criar a UGT, e então os trabalhadores já começaram [...] a dividir-se uns porque era os comunistas de um lado e os socialistas do outro, era aquilo que se metia na cabeça dos trabalhadores; na CGTP estavam os comunistas e na UGT estavam os socialistas, e a gente até tinha delegados sindicais que eram socialistas (M^a Emília Reis, 58)

trazem algum socialista hoje?

depois houve toda aquela guerra da divisão, da criação da UGT; a UGT criou para aqui um Sindicato, claro que não levou nenhum dos nossos quadros, os socialistas ficaram aqui na mesma e [...] numa reunião com o Mário Soares, era 1^o ministro, e na altura dizia mal da Intersindical, dizia cobras e lagartos, e dizia ah isto da Intersindical é só comunistas e tal e nós tínhamos um dirigente nessa altura, também na direcção da Central, que era socialista, de cartão, e a gente já sabia que o Mário Soares iria dizer uma coisa dessas na reunião e então propôs-se que ele também fosse na delegação [...] chegamos lá e ele disse eh porque são todos comunistas, a CGTP, e tal, e o socialista virou-se para ele, ó sr. Primeiro ministro, desculpe, o senhor está enganado, é lamentável que o senhor não conheça os militantes do Partido Socialista. O quê, quem é que é militante? Sou eu militante, o cartão com as quotas em dia. O Mário Soares ficou branco, amarelo, calou-se, ficou perfeitamente à rasca. Ó pá desculpa, desculpa, não sabia, não tenho que conhecer os militantes todos, não tinha ideia, não tinha ideia. Ó pá ficou todo esfarrapado. [...] a partir daí, quando havia reunião era assim: trazem algum socialista hoje? Ficou perfeitamente à rasca. Estás a ver,

é uma coisa de nada, mas naquela altura o Mário Soares ficou ..., porque pronto a malta andava com as greves, com a luta. (Freitas, 57-58)

Também a nível da contratação colectiva foi visível a existência de divergências profundas, tendo sido diversos os contratos apenas assinados pela UGT e que, para os sindicalistas da CGTP, significaram autênticas “traições” aos trabalhadores por deixaram cair direitos anteriormente consagrados ou por, ao serem assinados, impedirem o desenvolvimento da luta e a conquista de melhores acordos. Também a este nível foram muitas as reuniões realizadas em empresas de diferentes sectores, envolvendo muitos trabalhadores na discussão do que estava em causa, e dando conta das diferenças de posição entre uns e outros sindicatos.

A realização destas reuniões obrigou muitas vezes a um intenso trabalho de preparação, designadamente por parte dos sindicalistas da CGTP. Já não bastava conhecer bem as propostas do sindicato, era preciso conhecer igualmente as propostas do outro sindicato, para ser capaz de argumentar e rebater. Foi também neste processo de divisão que se foram afirmando, não apenas opiniões diversas ou mesmo divergentes, entre os sindicatos das duas centrais sindicais, sobre as questões do trabalho, traduzindo diferentes concepções sobre o modelo de desenvolvimento que defendiam para Portugal, mas também discordâncias profundas quanto aos modos de actuação.

Para os sindicatos da CGTP continuava a ser fundamental a ligação aos trabalhadores e a sua participação activa nos processos de luta, até porque, no novo quadro político, só essa mobilização poderia ser capaz de assegurar a defesa das conquistas de Abril. E, foi também nestes processos de negociação e luta que muitos trabalhadores, entre os quais os nossos interlocutores, se foram formando enquanto activistas e dirigentes da CGTP, identificando-se com as suas concepções e lógicas de intervenção.

dominava o contrato do SINDETEX de trás para a frente e o nosso de frente para trás nesse ano, está pela 1ª vez o SINDETEX (o sindicato da UGT) a negociar o contrato para a têxtil e retira do contrato mais de 100 direitos. E nós não tivemos solução senão andar de fábrica em fábrica a fazer plenários, a discutir o que é que tinha sido retirado; eu dominava o contrato do SINDETEX de trás para a frente e o nosso de frente para trás. [...] Nunca mais me esqueço que nesse ano, é de 81 que estamos a falar, nesse ano fomos para uma série de empresas, para a minha zona, e uma das empresas com muita importância, porque tinha muita implantação do SINDETEX, era a Gondomarinho, em Gondomar. Nós vamos para lá fazer um plenário, para o campo do “inimigo”, porque a maioria dos trabalhadores era sócio do SINDETEX, eu desmonto aquela história, de fio a pavio (Palmira, 32-33)

Mas, a divisão entre trabalhadores esteve patente em diferentes circunstâncias, ultrapassando muitas vezes os limites da intervenção sindical. Num contexto em que se confrontavam diferentes perspectivas políticas quanto à evolução do país, designadamente quanto à importância de preservar as principais conquistas da revolução ou à necessidade de lhes pôr fim, os debates que se travavam entre os diferentes partidos políticos reflectiam-se no interior das empresas.

Muitos trabalhadores eram militantes de diferentes partidos e a lógica partidária estava presente também dentro dos locais de trabalho, em muito do que se fazia ou defendia. Num momento de grandes ataques contra a Reforma Agrária foram muitas as iniciativas promovidas pelos sindicatos da CGTP (nos quais continuavam a participar activamente muitos militantes do PS) de apoio aos trabalhadores das cooperativas agrícolas. Estando o PS no governo e, como tal, responsável pelas medidas que estavam a ser aprovadas, foi visível a intervenção, a nível do aparelho partidário, para que os trabalhadores não se mobilizassem em defesa da Reforma Agrária, ao mesmo tempo que era fomentado um grande anticomunismo. Todos os que se opunham às políticas do governo, fosse qual fosse a sua filiação partidária, mesmo que militassem no PS ou não sendo militantes de partido nenhum, eram acusados de serem comunistas, com o objectivo de acentuar as clivagens entre os trabalhadores.

Então tu andas a trabalhar para os comunistas?

nós estávamos a fazer uma campanha de apoio aos trabalhadores da Reforma Agrária, a juntar dinheiro que era para lhes dar um tractor, e uma das nossa delegadas sindicais era do PS. Ela lá foi (ao sindicato), depois falou (aos trabalhadores) (...) - a gente esteve ontem no sindicato, (...) vai correr uma lista, quem quiser dar algum dinheiro para os trabalhadores da Reforma Agrária dá e a gente depois entrega no sindicato. As pessoas eram solidárias e lá deram dinheiro. Bom, nessa noite há um debate, (...) com o Mário Soares e o Álvaro Cunhal e em que um dizia, olhe que sim, e o outro olhe que não, olhe que sim, olhe que não. Claro que a Eulália, que era a nossa delegada sindical, ouviu aquilo e foi imediatamente à sede do Partido Socialista e disse - eu andei a pedir dinheiro para os trabalhadores da Reforma Agrária, lá na fábrica, tenho lá muito dinheiro. Então tu andas a trabalhar para os comunistas? Ela, ah, eu não sei, eu entro naquele sindicato socialista e saio comunista, é a M^a Emília que me dá a volta à cabeça, é a M^a Emília e a Camila que me dão a volta à cabeça. No outro dia de manhã, chega à fábrica, sobe ao palanque, chama as meninas e diz: meninas, está aqui o saco do dinheiro, mas eu quero que vocês digam se este dinheiro vai para os comunistas do Alentejo, que andam lá a ocupar as terras, a roubar as terras aos donos e tudo, porque eu percebi bem o que o sindicato me disse mas eu acho que fui enganada. Então enganaram a Eulália? Telefonaram-nos, a dizer - façam favor de vir cá. Têm de vir cá. Era um abaixo-assinado dos trabalhadores todos a exigir que lá fosse, explicar porque é que enganamos a Eulália, e outra delegada sindical, mais consciente, a

telefonar a dizer não venham, que estão aqui os metalúrgicos com ferros para vos bater, que vocês são umas comunistas e eles querem-vos bater. (M^a Emília Reis, 59-61)

vieram trazer o dinheiro e depois ainda foram com a gente à Reforma Agrária

Quando lá chegamos estavam as trabalhadoras, estavam assim trabalhadores em fila indiana, começaram ui, ui, elas aí estão, e tal. (...) A gente entrou ali como Cristo vai para o calvário, não é. E, vinham pontapés daqui, pontapés dali, ferros daqui, ferros dali, tal e tal, até que a gente foi lá para cima e explicamos. Ela diz, é para explicar como é que enganaram a nossa Eulália, e mais não sei quê, os comunistas acima e abaixo, um barulho infernal. Então, a gente chegou lá e explicou, e depois essa Eulália dizia assim: ó meninas vou-vos fazer uma proposta, é assim, eu não sei se elas são comunistas se não são, mas que elas defendem muito os trabalhadores, trabalham de dia e de noite, é verdade, vamos deixá-las ir embora, vamos dar-lhes o dinheiro. E era assim, vamos, vamos, tudo a bater palmas, e aí a gente teve de dizer – desculpem lá mas a gente não leva o dinheiro. A gente não leva porque amanhã vocês podem pensar que foram enganados outra vez, vocês fiquem com o dinheiro aí dois ou três dias, ou uma semana, quando entenderem levem-no lá, se entenderem que o devem levar; (...) passado algum tempo elas vieram trazer o dinheiro e depois ainda foram com a gente à Reforma Agrária, ver aquilo que lá estava, e depois estavam cheias de pena por aquilo que tinham feito e tudo, mas tudo se corrigiu. (ibidem)

1.3. Repressão da intervenção sindical nas empresas

A nova conjuntura política e a alteração da correlação de forças, deixando o poder de estar do lado dos trabalhadores, os processos de divisão entre trabalhadores que entretanto se verificaram, e que acabamos de referir, provocando diversas rupturas, criaram as condições para que em diversas empresas a actividade sindical, dos sindicatos ligados à CGTP, fosse reprimida ou mesmo proibida, tendo sido muitos os activistas, delegados e dirigentes sindicais que foram castigados, suspensos ou despedidos. A repressão ao movimento sindical e aos seus activistas atingiu, em determinadas situações, formas de extrema violência, conseguindo mesmo algumas entidades patronais mobilizar trabalhadores contra trabalhadores. Ser activista sindical passou a ser, em muitas empresas, uma actividade de risco, assumida por muitos de forma corajosa, com a consciência entretanto adquirida da importância da intervenção sindical e do seu próprio papel no desenvolvimento da luta.

ou é desta vez [...] ou o homem nunca mais lá põe os pés

Eu não sei o que é que levou, naquela altura, os dirigentes, ao tomarem conhecimento [...] que o Cruz recebera a carta de suspensão (na sequência da realização de uma reunião na empresa, com a presença não autorizada do sindicato), a apelarem na 2^a feira seguinte à

paralisação, sem pré aviso de greve, sem nada; eu imagino que, provavelmente, naquela altura, o que se pensou foi assim – ou é desta vez, e o pessoal com toda a força consegue que o Cruz seja reintegrado, ou o homem nunca mais lá põe os pés. E o que é que acontece? a malta da produção decide aderir à greve, mas dos armazéns, quadros intermédios, e não sei quê, ninguém adere. A gente pode dizer que, sei lá, se calhar, 60% dos trabalhadores estavam em greve, os outros 40% estavam a trabalhar. (Palmira, 26-27)

eles (o patrão) conseguem reunir um exército de trabalhadores

No dia seguinte, eles (o patrão) conseguem reunir um exército de trabalhadores, nomeadamente os do armazém, que tinha gente até dar com um pau (...) nós estávamos da parte de fora, vemos vir um exército de gente, com o filho do patrão à frente, a marchar sobre nós; foi uma batalha campal. Foi muito violento aquilo; desde ver uma moça que estava grávida, que teve que ir para o hospital; na altura dizia-se que o filho do patrão lhe tinha dado um pontapé na barriga, foi uma coisa assim muito dura. Entretanto aquilo terminou, e eu acho que muitos daqueles que foram instrumentalizados nunca mais se perdoaram porque eu acho que ainda hoje há gente que se sente culpada daquilo, mas a verdade é que na 4ª feira seguinte mais de metade do pessoal que estava em greve foi trabalhar. Na 5ª feira já éramos muito menos e na 6ª feira o sindicato teve necessidade de, àquelas que se mantinham ainda, pedir para irem trabalhar na 2ª. Quer dizer nós estivemos uma semana em greve, não conseguimos a reintegração do Cruz, saímos de lá com o rabo entre as pernas; podia não haver outro jeito, nem sempre as coisas estão na nossa mão para resolver, mas a verdade é que isto determinou qual seria o futuro em termos sindicais da empresa. (Palmira, 26-27)

passei de bestial a besta

Agora vou-te contar outra parte; nessa altura, nós estávamos sem encarregado, [...] e quem estava à frente da secção era eu. Era eu, e estava estipulado um prémio [...] Eu estava nos 900 escudos, [...] e ainda por cima estava a chefiar a secção (...) era eu que estava a coordenar aquilo. Ó pá só que a greve dá-se e eu vou para a greve, era o que faltava ficar lá à frente da secção. [...] regresso na 2ª feira seguinte ao trabalho, e quando lá chego, a 1ª coisa que me dizem [...] - Palmira, tu vais para o teu balcão; regresso outra vez ao meu local de origem. E para o meu espanto, quem fica lá no lugar onde eu estava é a tal Albertina, que tinha ficado a trabalhar. Os 900 paus ... passei de bestial a besta; foram à vida; foram á vida, olha, não foi por isso que eu deixei de continuar bem disposta; mas é verdade que essa foi uma das coisas que marcou. (Palmira, 26-27)

1.4. Despertar para uma intervenção sindical mais activa

1.4.1. A importância da participação em acções de luta

É neste contexto, marcado pelo desenvolvimento de um grande número de processos de luta em defesa das conquistas de Abril e procurando travar a inflexão do processo revolucionário, em que os sindicatos da CGTP assumem um papel determinante, num quadro de divisão do movimento sindical e de uma forte repressão

sobre sindicalistas da CGTP que diversos trabalhadores despertaram para a actividade sindical, foram eleitos como delegados ou dirigentes sindicais e começaram a ter uma intervenção social mais activa. Para muitos, entre os quais alguns cujas narrativas temos vindo a acompanhar, foi a partir da sua participação em processos de luta nas empresas, das discussões travadas, dos acontecimentos que vivenciaram, que a sua consciência social se aprofundou e que melhor se aperceberam da necessidade de uma participação mais activa e de uma intervenção colectiva. Para alguns, foi mesmo num contexto de regressão de direitos adquiridos, de novo aumento das injustiças e das desigualdades, que melhor perceberam a importância da luta em defesa dos trabalhadores e o papel que nessa luta os sindicatos e eles próprios podiam assumir.

uma greve terrível, [...] e é nessa fase que eu sou eleita delegada sindical

Nós tínhamos uma comissão sindical, grande, forte, e um dos delegados sindicais era chefe da secção de cartonagem, que era o Cruz. (...) houve lá um plenário na empresa, fizemos o plenário, normalmente, lembro-me claramente que eles não queriam deixar entrar o sindicato, e que a comissão sindical foi buscar o sindicato e o trouxe para dentro. Fez-se o plenário e, na 2ª feira seguinte, quando nós chegamos à empresa para começar a trabalhar [...], estavam os dirigentes sindicais à porta a dizer que o Cruz estava suspenso e a apelar à paralisação; e a gente entrou em greve; entramos em greve, (...) durante uma semana uma greve terrível, [...] e é nessa fase que eu sou eleita delegada sindical, em Junho de 1980. (Palmira, 25-26)

Se no período do 25 de Abril, como já referimos, muitas das mulheres que assumiram um papel determinante na condução de diversas lutas e que se envolveram activamente nos sindicatos e nas suas direcções, tiveram que vencer muitas resistências e preconceitos, neste período a situação não era substancialmente diferente. Apesar das grandes transformações sociais provocadas pelo 25 de Abril, das profundas mudanças operadas quanto à forma de ver e de pensar o papel da mulher, apesar da participação activa de milhares e milhares de mulheres no trabalho e na actividade social e política, em muitos sectores, e também em famílias operárias, continuava a não ser fácil aceitar que as mulheres fossem dirigentes sindicais, que fossem para reuniões, que saíssem à noite, que andassem a colar cartazes, que fossem para a porta das empresas distribuir comunicados.

Eu fui a rapariga que fugiu um bocado do esquema

Eu fui a rapariga que fugiu um bocado do esquema todo, que fui para o sindicato, que perdia noites, que não sei quantos, e isso não era normal; a princípio, os meus irmãos mais velhos tinham a mania de se armar em meus pais, os rapazes, achavam que a minha mãe me dava liberdades a mais; a minha mãe dizia – ela tem uma cabecinha, sabe o que é que

anda a fazer e portanto vocês não têm que se meter (...). (os meus irmãos reagem) por ser rapariga, que tinha muitas liberdades (...) eu vou para o sindicato, vou para Lisboa, ando à noite não sei onde, depois tinha estado na polícia (por andar a colar cartazes); a minha mãe uma vez disse-me assim, nunca mais me esqueço, com uma grande mágoa, ó filha, o teu pai enquanto foi vivo nunca pôs os pés na polícia, tu foste para o sindicato passas a vida lá. (risos). Assim muito pesarosa, caramba; mas nunca naquela perspectiva eu não quero que tu andes nisso, nunca nessa perspectiva. Ora para os meus irmãos isso era incompreensível (Palmira, 43-47)

1.4.2. A rede de relações, as pessoas significativas

No processo de formação que levou muitos trabalhadores a assumirem-se como activistas sindicais e a assumirem responsabilidades na direcção de sindicatos teve igualmente uma grande influência a rede de relações estabelecidas, designadamente no interior das empresas. A partir do quotidiano da vida no local de trabalho, das lutas que se travavam, da intervenção dos sindicatos, dos acontecimentos sociais e políticos que iam ocorrendo, das notícias que se ouviam, eram muitas as discussões, as conversas, os debates que se travavam, mais alargados ou mais restritos, e que permitiam ir percebendo e confrontando diferentes pontos de vista. E neste processo de formação de cada um, algumas pessoas assumiram um papel particularmente significativo, pelas características que lhes eram reconhecidas, pela postura e posições que assumiam, tornando-se figuras de referência para outros trabalhadores, designadamente para os jovens. Figuras com as quais se estabeleceram relações marcadas por afectos e que contribuíram, pela amizade e respeito demonstrados, pelo apoio, valorização e estímulo permanente, para dar sentido à existência, para acreditar nas próprias potencialidades e assumir que o seu horizonte de trabalho, intervenção e luta poderia estar para além da própria empresa.

um homem antifascista, que me sentava com ele, horas ali a falar com ele

Após o 25 de Abril é que começo a ver. Eu gostava de discotecas, de fazer umas coisas com os meus amigos, como é normal dos jovens e então eu vejo que a luta reivindicativa, as greves são uma coisa que nós devemos fazer e avançar. E depois isto (o trabalho sindical) não foi difícil para mim dado que a minha empresa era uma grande empresa e havia lá gente boa, do Partido, gente muito boa, gente muito boa mesmo, do melhor, que me prepararam bem. [...] Eu não nasci ali (no sindicato). O Saul, o técnico Saul, que era um homem extraordinário, um homem com uma capacidade, um homem antifascista, que me sentava com ele, horas ali a falar com ele, e tu tens que ser preparado, tu tens características para ser um bom dirigente operário, ele dizia-me isso a mim. Ele e outro engenheiro, portanto quando eu cheguei aqui (ao sindicato, em 1980), [...] estava alicerçado num trabalho, numa retaguarda que já estava feita. O Saul era responsável do

sector mecânico, e era um homem que tinha estado em Angola, um homem com uma cultura fabulosa. (Albano, 43-45)

Isto para mim foi uma mais valia muito grande, o Saul e o outro engenheiro Barbosa

Então ele viu em mim que eu era uma pessoa para explorar o filão, e ele dizia-me depois, mais tarde – eu vi que tu eras capaz. Ele tinha um orgulho (de mim), depois quando eu lá ia fazer plenários, já como dirigente da federação [...] dava-me um grande abraço sempre que me via e houve vezes que chorava, caíam-lhe as lágrimas; quando eu ganhei as eleições (para a Comissão de Trabalhadores) e em alguns plenários que cheguei a fazer lá, com muita gente, e havia lá esquerdistas, que aquilo lá era complicado, e como eu trabalhava aquilo, ele vinham-lhe as lágrimas aos olhos e depois dizia-me, no fim – ó Albano, dá cá um abraço. [...] Isto para mim foi uma mais valia muito grande, o Saul e o outro engenheiro Barbosa. (Falávamos) sobre política. Sim, ele preparava-me ideologicamente. O Saul antes do 25 de Abril, eu lembro-me, era um homem que já falava de política. Mas não era comigo, era com um encarregado [...]. Depois há o 25 de Abril e ele assume ali o papel da comissão de trabalhadores, logo ali, no meio dos trabalhadores, ele assume aquilo, nunca mais me esquece, no cimo de um monte de terra, de gravilha, ele ali a falar; era um homem alto, um homem com muito nível e então ele começa a chamar-me. [...] E depois havia lá o médico, nós tínhamos médico da empresa [...] e às vezes chamava-me para o gabinete do médico e era assim – aqui está o meu menino, ah. [...] Foi esta escola toda que eu tive. E penso que ele contribuiu muito para eu ser uma pessoa mais civilizada, quer dizer, mais formada, foi ele, ele foi o homem que me deu muito para a minha vida hoje. Aliás eu penso que aprendemos sempre todos os dias, mas ele cada vez que me sentava com ele eu sentia que os meus pulmões se carregavam de mais coisas, de mais bagagem, quer dizer de mais preparação. Esse homem foi um grande contributo e cá estou. (ibidem)

1.5. O drama dos salários em atraso

A perspectiva de adesão à CEE colocou em cima da mesa a reestruturação de diversos sectores profissionais, uma vez que, com a liberalização do comércio, muitas das empresas portuguesas, dada a sua dimensão, estrutura e tecnologia utilizada, não estariam em condições de competir no mercado internacional. Diversos sectores industriais mantinham-se a funcionar com base numa mão de obra pouco qualificada, com níveis salariais muito baixos, com gestores igualmente pouco qualificados, sem formação e com uma escolaridade reduzida, com maquinaria obsoleta e sem perspectivas de desenvolvimento, o que tornava inviável a sua continuação nas novas condições de concorrência. Esta situação vai ter consequências dramáticas para muitos trabalhadores, assistindo-se, no final dos anos 70 e início dos anos 80, ao encerramento de grande número de empresas, ao aumento do desemprego e a inúmeros casos de salários em atraso.

redução de 100 mil postos de trabalho

Nessa altura, em 81, era ano de Congresso da Federação, e estava em cima da mesa o chamado Plano Werner⁹⁷ que, já nessa altura, apontava para 100 mil despedimentos no sector têxtil. [...] O Plano Werner apontava para a reestruturação deste sector, tendo em conta que Portugal iria, com certeza, aderir à União Europeia (na altura andavam aquelas conversações todas, porque a gente adere em 86) e depois o que vai acontecer é a liberalização, que era uma coisa que já tinha muitos anos de discussão; este sector, do ponto de vista português, da forma como as empresas estão estruturadas, não vai ter condições de concorrer num mercado como este, e portanto a solução passa por reestruturar, e haver fundos para reestruturar as fábricas, mas esta reestruturação vai levar à redução de 100 mil postos de trabalho; em suma era isto o plano Werner (Palmira, 31)

A generalização dos salários em atraso, em diversos sectores profissionais, deu origem a uma gravíssima situação social e a inúmeros dramas humanos que os sindicatos, e estes dirigentes em particular, acompanharam por diversas formas. Nalgumas empresas, designadamente naquelas até então consideradas como as “boas” empresas e que, por isso mesmo, como já tivemos oportunidade de referir, empregavam famílias inteiras, a situação tornou-se ainda mais grave. Muitas famílias viram-se, de um momento para o outro, confrontadas com a perda total de rendimentos por parte de todos os seus membros e sem terem então quem as socorresse.

Durante vários meses a fome entrou em força em milhares de casas. A adopção, por algumas empresas, de medidas como a distribuição de sopa que, antes do 25 de Abril, era sentida pelos trabalhadores como um privilégio, era agora claramente sentida como uma afronta à sua dignidade e como uma humilhação; mas, uma humilhação que as pessoas não tinham condições para não suportar até porque não tinham, nem elas, nem os filhos, alternativas de subsistência. O 25 de Abril tinha restituído aos trabalhadores a sua dignidade e estes tinham adquirido a consciência que tinham direito a um trabalho com direitos. O regresso a um passado de miséria que muitos tinham vivido, e em que a sua dignidade não era respeitada, tornava-se agora ainda mais difícil de suportar.

A situação atingiu naqueles anos e nos seguintes uma tal gravidade que, em 1986, acabará por ser aprovada a lei dos salários em atraso⁹⁸, possibilitando aos trabalhadores atirados para tais situações o recurso ao subsídio de desemprego. Para muitos dirigentes sindicais, mesmo para os que não estavam pessoalmente confrontados com o não recebimento de salários, lidar diariamente com tantos dramas

⁹⁷ o Plano Werner foi aprovado pela CEE, em 1971, fixando para 1980 o termo da realização da união económica e monetária

⁹⁸ Lei nº 17/86, de 14 de Junho

humanos, e dramas que tinham rosto, de pessoas que se conheciam, com quem se estava diariamente, tornou-se também um processo extraordinariamente difícil. E, ainda mais difícil porque tinham a consciência que, apesar da importância que poderia ter e tinha para os trabalhadores a presença e a intervenção do sindicato, a resolução daquelas situações não estava nas suas mãos. Mas este foi também um processo que tornou ainda mais claro, para muitos, a necessidade do seu envolvimento e participação em organizações e movimentos colectivos de protesto e de luta. O confronto com estas situações tornava mais imperiosa a acção conjunta em defesa dos trabalhadores e contra o agravamento das injustiças sociais.

Aquilo que, uns anos antes, era um benefício [...] transformou-se numa humilhação

a gente atravessou (nas malhas Ameal) aquele período de 81- 82, que foi muito complicado, com muitas manifestações, com muitos cortes de estrada, lá à porta da fábrica, por causa da questão dos salários. A gente há muito tempo que não tinha sopa lá na empresa e, com os salários em atraso, um dia a gente foi lá, uma 6ª feira, porque eles tinham-se comprometido a pagar todas as 6ª feiras uma parte do salário (...) então como é, hoje não há dinheiro? Eles responderem não há e na 2ª feira, quem quiser, traz uma tigela e uma colher de casa que nós vamos começar a servir sopa. Aquilo que, se calhar, uns anos antes, era um benefício para cada um dos trabalhadores, naquela altura transformou-se, de facto, numa humilhação, porque quem não paga salários vai começar a distribuir sopa? isto é caridadezinha. Foi uma coisa incrível, com a comunicação social depois lá toda e não sei que mais, a gente fez disso uma bandeira, enfim, foi muito complicado. (Palmira, 28)

ela não comia a sopa e levava a sopa para casa, para dar aos filhos

E eu quero-te dizer que um dos dramas, uma das coisas que mais me marcou foi, por exemplo, ver na Ameal, quando eles deixaram de pagar o salário e passaram a servir sopa, uma das minhas colegas levar uma marmita para a fábrica, pedir que lhe pusessem a sopa dentro da marmita, ela não comia a sopa e levava a sopa para casa, para dar aos filhos. Foi uma coisa que, quando a gente descobriu aquilo, a rapariga passou a comer a sopa dela e a levar sopa para casa para os filhos, mas aquela pobreza envergonhada de não dizer nada a ninguém e a gente apercebeu-se. Alguém disse – vocês já repararam que a Guiomar faz isto assim, assim? (...) Ela pegava naquilo, fechava a marmitinha e saía do refeitório. A gente decidiu ir ter com ela, e ela disse claramente, era sozinha, tinha dois filhos, que preferia não comer mas poder à noite dar pelo menos sopa aos filhos. E aquilo foi uma coisa incrível. Portanto, naquele período em que a lei dos salários em atraso não existia, eu quero-te dizer, do ponto de vista humano, aquilo foi uma coisa muito complicada para mim (...) Nós estivemos nove meses sem receber, nove, que é uma coisa incrível. Íamos recebendo hoje um bocadinho, duas semanas depois eles lá davam mais um bocadinho, era assim. (Palmira, 56)

como é que era possível resistir a tantos dramas

como é que era possível resistir a tantos dramas de gente que eram famílias, (...) está lá a mãe, o pai, o filho, a filha e não sei quantos; (...). Conclusão, eram dramas incríveis de gente que dizia - eu, o meu filho, a minha filha, o meu marido, não temos nenhuma fonte de rendimento, como é que a gente vai viver? (Palmira, 58)

1ª lei dos salários em atraso [...] uma almofada que atenua os efeitos da desgraça

Depois, mais tarde, em 86, é criada a 1ª lei dos salários em atraso e, parecendo que não, isto é uma almofada, que ainda hoje se mantém, é uma almofada que atenua os efeitos da desgraça que é o facto de a empresa deixar de pagar salários e tu não teres outra fonte de rendimento, acabou; agora não, tu sabes que a empresa deixa de pagar salário, dois meses depois estás a recorrer, ou já nessa altura estás a receber o equivalente ao subsídio de desemprego. Portanto não há aquele período de dizer assim, eu não tenho um tostão para isto, não tenho um tostão para aquilo, não tenho, nem sei quando é que vou ter. (Palmira, 57)

A intervenção sindical no apoio aos trabalhadores e na denúncia da situação assumiu diversas formas e desenvolveu-se em vários planos. Para além do trabalho dentro das próprias empresas, das reuniões e negociações com as administrações e o próprio Ministério do Trabalho, tentando ultrapassar as situações de encerramento, despedimentos e salários em atraso, para além do apoio e acompanhamento jurídico aos trabalhadores, foram muitas as acções de solidariedade promovidas e que se materializaram, entre outras coisas, na recolha e distribuição de dinheiro e de alimentos. Trabalhadores das empresas com salários em dia foram mobilizados e mobilizaram-se para apoiar outros trabalhadores, o que se constituiu num importante movimento de solidariedade e de denúncia da gravidade do que se estava a passar.

nesse dia comeram; as crianças comeram

naquela altura, fizeram-se aquelas grandes campanhas de solidariedade com as outras fábricas; na CIFA andou-se a distribuir alimentos, puseram-se os filhos dos trabalhadores, dentro do refeitório, onde iam comer os chefes, os patrões, os escritórios e não sei quê; pusemos lá os filhos todos, a ocupar as mesas todas, para comerem e nesse dia comeram; as crianças comeram. Ah, quando se despoleta lá em cima, na serra, também os salários em atraso, a quantidade de alimentos que vai daqui para cima porque, de facto, a malta tinha que viver; as colectas de dinheiro que se fizeram pelas mais diversas fábricas para entregar aqui, ali ou acolá, onde os salários não estavam a ser pagos, das coisas mais mirabolantes que se fizeram porque, de facto, as pessoas não tinham outra forma de subsistir, era impossível, não tinham de onde viesse (Palmira, 59)

1.6. O 1º de Maio de 1982 no Porto

É num quadro político marcado pelo desenvolvimento de um forte movimento de trabalhadores contra um conjunto diversificado de medidas que o governo tinha aprovado, e que tinha tido um ponto alto a 12 de Fevereiro, com a realização da 1ª Greve Geral da história recente do movimento sindical português, convocada pela CGTP, e que a UGT se tinha esforçado por desmobilizar, que ocorreram as comemorações do 1º de Maio desse ano. O ambiente em torno da Greve Geral tinha já sido marcado por situações de repressão sobre trabalhadores em diversos locais, designadamente no Porto, com uma violenta carga policial sobre as pessoas que, na tarde do dia da greve, se concentraram na Baixa, e com declarações de membros do governo na comunicação social, procurando desmobilizar a greve e acusando elementos dos piquetes de estarem a preparar uma insurreição, no que viria a ficar conhecido pela “*insurreição dos pregos*”.

No Porto, depois de cumpridos os formalismos legais, a CGTP preparava-se para organizar as comemorações, no dia 30 de Abril à noite e no dia 1º de Maio, na Baixa, como sempre acontecera desde o 25 de Abril, sendo surpreendida, pouco tempo antes, por uma comunicação do governo civil a informar que nesse ano a Baixa seria cedida à UGT. A CGTP decidiu manter as comemorações para onde sempre as realizara e a UGT convoca as suas comemorações para o mesmo local, também a iniciarem-se na véspera à noite.

No dia 30 de Abril, o ministro da administração interna fez deslocar para o Porto um contingente da força de intervenção que, sem que nada o fizesse prever, iniciou uma brutal carga policial sobre os apoiantes da CGTP que se concentravam no local, disparando à queima roupa e provocando a morte de dois jovens trabalhadores e ferimentos graves em muitas outras pessoas, que tiveram que receber tratamento hospitalar. Em resposta a estes trágicos acontecimentos, no dia seguinte, concentraram-se na baixa milhares e milhares de pessoas, no que terá sido o maior 1º de Maio, no Porto, após o de 1974, em defesa das liberdades sindicais e da democracia que consideravam estarem a ser postas em causa.

Os acontecimentos desses dois dias, a forma como os sindicatos reagiram ao que consideraram ser um ataque à liberdade, às liberdades sindicais e ao direito de manifestação, a forma como foi preparada a intervenção sindical, o papel assumido pela UGT, a intervenção policial e a resposta dada, um dia depois, por muitos milhares de trabalhadores, tornaram o 1º de Maio desse ano uma referência inesquecível e incontornável para todos quantos estiveram na baixa nesses dias, e muito particularmente para os activistas e dirigentes sindicais da CGTP. À convicção política da importância de assegurar que as comemorações da CGTP se manteriam

na Baixa, foi necessário juntar a coragem de as tentar realizar e de enfrentar uma carga policial violentíssima, com consequências dramáticas, que se julgava impossível de acontecer depois do 25 de Abril. E, acreditar que, no dia seguinte, tudo seria diferente, e que milhares de trabalhadores estariam a comemorar na Baixa do Porto, com a CGTP, o 1º de Maio, como efectivamente estiveram, muitos deles trazendo os filhos.

a luta mais decisiva pela defesa do regime democrático com impacto no distrito relativamente ao 1º de Maio de 82, eu considero que esse terá sido, depois do 1º de Maio de 74, a luta mais decisiva pela defesa do regime democrático com impacto no distrito mas também com impacto nacional. [...] há ali toda uma actuação devidamente orquestrada, planeada, para subjugar o exercício das liberdades, das liberdades e não só sindicais, cívicas, e se eles tivessem ganho aquilo que queriam, em Maio de 82, acredito que alguma coisa de grave se teria passado depois em termos de limitações à liberdade de manifestação, pelo menos essas, e naturalmente, as liberdades sindicais nas empresas teriam sido prejudicadas; acho que foi uma resposta poderosa, talvez a última resposta poderosa em termos do distrito do Porto, do movimento sindical às ameaças contra o regime democrático. Não foi só por organização e força de vontade do movimento sindical, eu acho que o PCP tem aqui um papel, não só, mas sobretudo o PCP, em termos políticos mais vastos, desempenhou aqui um papel muito importante, nessa resposta. Mas sem dúvida que a massa, a organização, foram obra do movimento sindical que, de alguma forma, também lhe deu corpo e deu expressão e dirigiu no terreno as acções. [...] e depois uma resposta tremenda no outro dia. Foi uma coisa muito importante (Ranita1, 159-161) (aquilo foi uma) provocação de natureza fascizante, que provocou dois mortos e vários feridos pelas balas da polícia. [...] O papel histórico da UGT ficou ali claríssimo, em perfeita articulação com a polícia na acção repressiva, de que é exemplo a existência de uma linha telefónica directa, ligada à polícia que espancava os trabalhadores. Na noite de 30 de Abril e no dia 1 de Maio de 1982, os trabalhadores e grande parte da população do Porto estiveram à altura das mais progressistas tradições de luta da história da cidade (Ranita1r, 26)

aquilo foi um terror, foi um terror

O 1º de Maio de 82, e depois houve aquela situação da mobilização para a Praça. Aquilo foi muito complicado. Se estive lá, estive! Também as senti no pêlo! também levei [...] Senti-as no pêlo porque aquilo foi um terror, foi um terror... Pronto, nós tínhamos sempre a nossa mobilização, foi sempre para a Praça, sempre! E, naquele ano, o senhor governador civil cedeu a Praça à UGT... Nós não concordamos [...] Então nós mobilizámos e fomos para lá. Começamos a ficar em frente ao palco e a provocar, de certa forma, não é, a mobilizar as pessoas e as pessoas revoltadas contra aquilo, começou a carga policial, [...] aquilo era bastões com descarga eléctrica, um gajo ficou completamente estático! E levo logo um murro assim e tento meter-me debaixo daqueles ferros, dos tubos que faziam a vedação para o palco e elas começaram a cantar em cima do tubo, levei, mas senão apanhava com elas todas, vinha com o corpo todo marcado, depois, claro, fugi. Depois aquela cena toda

cá para baixo, era o Carlos do Carmo a correr, a fugir, que ele diz que nunca correu tanto na vida dele como naquele dia. Aquilo foi uma coisa de terror, terror, terror... e alguns polícias também levaram, aí não! Mas acabaram por matar aquelas vítimas, depois, cá em baixo. [...] E no dia seguinte, portanto, isto depois houve aquela cena toda, no dia seguinte nós fizemos uma manifestação que aquilo foi uma coisa medonha, uma coisa louca! Louca, louca, louca! Contrariamente àquilo que poderia ter acontecido, intimidar as pessoas e retrai-las a não ir, foi um 1º de Maio que eu vou-vos dizer, foi de facto uma coisa, um espectáculo em termos de milhares e milhares de pessoas... (Barra1, 119-121)

eu vi gajos a serem assassinados, à minha frente

o momento do 1º de Maio de 82 foi uma experiência inolvidável, quer dizer aquilo há-de marcar toda a vida; porquê? Porque eu vi gajos a serem assassinados, à minha frente, não é. Eu andei a correr à frente da polícia, levei vergastada, quer dizer, por um lado isso, por outro lado andar ali a tentar pôr um palco em algum sítio; eu tinha a responsabilidade de pôr o palco,[...] Tinha uma equipa que era o Barros, que subia lá para cima quando eu pusesse o palco, e o Fernando que montava, e o gajo da carrinha, que andava com a carrinha de um lado para o outro. (...) E eu depois, a minha cena é assim – eu vou fugir, quanto mais fujo, é essa coisa, um gajo aprende, até vê na televisão, os gajos que mais fogem á frente dos touros são os gajos que mais se lixam, portanto, encosta para o lado; eu encosto para o lado e vêm dois polícias, zupa, eu fiquei com as costas ..., [...] o pior foi depois, vou para baixo e vejo (os dois trabalhadores a serem mortos), não há nada comparável com esta experiência, estás a perceber. (Vieira Mendes, 52- 53)

2. Adesão à CEE e processo de globalização

A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, deu-se num momento em que na Europa perdiam terreno o que tinham sido algumas preocupações de natureza social que, de alguma forma, configuravam o chamado “modelo social europeu”, e em que ganhavam terreno concepções e políticas neo-liberais. O processo de globalização capitalista em curso, deu então origem a profundas transformações no mundo do trabalho e na sua organização, marcadas pela imposição dessas políticas, pela perda da dignidade do trabalho, pela desregulação das relações laborais, pelo aumento do trabalho precário e da flexibilização da mão de obra, “*que é como quem diz tornar a mão de obra mais plástica, mais adaptável, mais dócil, mais frágil, mais sujeita ao poder do empresário*” (Leite, 1995:119) e por fortes retrocessos nos direitos dos trabalhadores, arduamente conquistados, e repentinamente apresentados no discurso dominante como privilégios inaceitáveis.

Num contexto em que “o trabalho deixa de ser um direito para se transformar num recurso destinado a assegurar níveis elevados de rendibilidade” (Kovacs, 2006:58), tais transformações verificam-se nos mais diversos sectores profissionais, afectando os trabalhadores pouco qualificados mas também os trabalhadores qualificados e altamente qualificados, no activo ou à procura de emprego, mais velhos ou mais jovens, com maior ou menor experiência profissional.

O discurso da produtividade veio acompanhado de políticas apostadas no reforço da exploração dos trabalhadores e da sua força de trabalho, na manutenção de baixos salários, no alargamento dos horários (a Comissão Europeia admitia mesmo, muito recentemente, o seu alargamento até às 65 horas semanais), na alteração da legislação sindical, visando diminuir a capacidade de intervenção dos sindicatos e de mobilização dos trabalhadores. E, o discurso da competitividade trouxe consigo e “justifica” o aumento das injustiças sociais e da exploração, a fragmentação e a deslocalização de empresas (ou de partes destas) para regiões do mundo onde se trabalha em condições desumanas, o empobrecimento acentuado de sectores cada vez mais largos da população, mesmo que ainda empregados, ao mesmo tempo que aumentam as grandes fortunas e as diferenças entre pobres e ricos. Como diz Ilona Kovács (2006:46)

“Enquanto que na década de 70 a difusão de novas formas de organização de trabalho ocorreu num ambiente de reformas sociais, actualmente ela está ligada a objectivos económicos e tende a instrumentalizar-se ao serviço da competitividade das empresas. Hoje (...), no contexto da intensificação da competição global, não se trata da realização de programas de mudança com base em valores de democratização e de humanização do mundo do trabalho, mas de uma nova vaga de racionalização a que podemos chamar racionalização flexível”

que, exaltando um pretenso reforço da autonomia dos trabalhadores, cada vez mais os isola e fragiliza, inscrevendo-se numa estratégia de racionalização que pretende “uma maior liberdade para os empregadores no que se refere à utilização do trabalho como fonte de competitividade e impedir a mobilização colectiva dos trabalhadores que possa pôr em perigo a rendibilidade das empresas” (idem:47). Jorge Leite (1995:123) afirma que a desregulação das relações de trabalho “*implica, pelo menos nos períodos de acentuado desequilíbrio do mercado de trabalho, o regresso, sem mais, à lei do mais forte, o risco do retorno [...] à ‘liberdade que oprime’*”, constituindo “*uma espécie de morte anunciada do direito do trabalho*” e questiona se

“Quando alguns tanto reclamam, em nome da ‘santa competitividade’, pela desregulação flexibilizadora da mão de obra, não reclamam, afinal, a substituição, dentro da fábrica, da lei do estado ou da lei das organizações profissionais (a convenção colectiva) pela lei do patrão?”(idem)

É neste quadro que melhor se compreendem as políticas que têm vindo a ser desenvolvidas no sentido da desregulação das relações laborais, da desvalorização da negociação colectiva e do reforço das lógicas de negociação individual.

2.1. Crise de sectores industriais tradicionais

As consequências da forma como se processou a integração na União Europeia, e como muitas empresas, em certos sectores, trataram, ou não, a sua reestruturação, estão bem patentes na maneira como dirigentes sindicais vêm o que se passou e passa no sector têxtil, agora a braços também com inúmeros processos de deslocalização. A partir dos finais dos anos 80 assistiu-se ao encerramento de um grande número de empresas, designadamente das grandes empresas, com a ida para o desemprego de muitos milhares de trabalhadores, que saíram e ficaram sem grande vontade de tornar a trabalhar no sector, dada a situação de grande instabilidade que nele se vivia e vive, associada aos baixos salários e às condições de trabalho a que estavam sujeitos, mas também sem perspectivas de nele encontrar emprego. Em dez anos (entre 1990 e 2001), o número de trabalhadores têxteis no distrito do Porto diminuiu consideravelmente, desaparecendo da cidade do Porto e dos concelhos limítrofes a quase totalidade das grandes empresas.

um rasto incrível de gente desempregada

naquela altura (fins anos 80 e anos 90) começaram a ser tantas as empresas a entrar em situações deste tipo (de encerramento) que ninguém equacionava - eu agora estou nesta mas vou-me embora e vou para aquela; as pessoas até tinham medo de entrar noutra têxtil porque, de facto, esta situação foi assim uma coisa muito complicada; terminou já quase no final da década de 90, com um rasto incrível de gente desempregada; no princípio de 1990, têxteis, não estou a falar de vestuário nem de calçado, só têxteis, o distrito (do Porto) tinha 57 mil trabalhadores; em 2001, exactamente no mesmo tipo de fabricas, tínhamos 22 mil; estás a ver a quantidade de gente que ficou pelo caminho. Aliás basta olhar para a cidade e aí para os concelhos limítrofes, e a gente vê o que era têxtil e o que existe hoje; as grandes empresas - Lionesa, Fil, Nacitex, Mondex, Cifa, Uniteca, todas as empresas que aqui nos concelhos do grande Porto tinham 500 ou mais trabalhadores, todas elas desapareceram, com excepção da Cotesi, em Grijó. Noventa foi, de facto, a década em que o distrito do Porto mais foi abalado. Onde é que se perderam mais trabalhadores? Nos concelhos do

grande Porto. Depois de 90 foi em St. Tirso, naquela região ali do Vale do Ave; começa a ser ali, grandes empresas também, embora hoje as grandes empresas ainda se concentrem em St. Tirso. (Palmira, 59-60)

Na região do Vale do Ave acumularam-se as dificuldades, dado o facto de uma parte muito significativa do emprego se encontrar no sector têxtil. O encerramento de muitas fábricas deu origem a uma crise gravíssima que atingiu grande número de famílias, com muitos e muitos trabalhadores desempregados, e que se veio a traduzir, também, no aumento do trabalho precário e do trabalho infantil, realizado directamente nas empresas ou em casa, através do pagamento à peça. Numa situação de crise generalizada como esta impunha-se a adopção de medidas e de políticas que permitissem o desenvolvimento integrado da região. Foi nessa discussão que o movimento sindical se empenhou activamente apresentando diversas propostas.

visão mais abrangente e ampla que os dirigentes sindicais devem ter

quando houve a crise do Vale do Ave, no fim dos anos 80, foi criada, no movimento sindical, uma comissão específica para o ataque a esse problema, com uma intervenção muito para além da mera intervenção sindical, ou seja da mera acção reivindicativa, mas sim uma intervenção muito política, com formulação de políticas, de propostas para tentar ajudar a que a zona do Vale do Ave fosse desenvolvida. Portanto é o tipo de intervenção que, a certa altura, por opção do movimento sindical se passou a fazer que era muito pela proposta, não tanto sempre na defensiva de dizer não a isto não àquilo, mas muito mais ir pelas propostas. Há um problema no Vale do Ave, há que fazer a leitura porque é que existe este problema e fazer as propostas de quais seriam as políticas de desenvolvimento. Uma política que não fosse uma política de baixos salários, que não fosse uma política de formação académica muito baixa, de pessoal indiferenciado, que fosse uma política em que houvesse investimento, etc., quer dizer, aspectos essenciais em que essa Comissão interveio e eu tive também um papel importante, e que me deu uma bagagem muito grande também em termos de formação nesta tal visão mais abrangente e ampla que os dirigentes sindicais devem ter, e que tive de facto, e que foi muito importante para a minha própria formação humana. (Vieira Mendes, 23)

O sector das conservas foi também profundamente afectado, tendo encerrado a quase totalidade das fábricas existentes no concelho de Matosinhos, até então um grande centro conserveiro que empregava milhares de trabalhadores, fundamentalmente mulheres, que repentinamente se viram numa situação de desemprego e sem perspectivas de tornar a arranjar trabalho no sector.

logo três fábricas que fecharam de uma assentada só

Resolver foi difícil quando eles começaram a fechar as fábricas. Aí é que começou a ser muito complicado, muito complicado para os trabalhadores e para nós, para o sindicato,

porque ficávamos num beco sem saída; quando a gente reparava, havia aquelas três fábricas em Matosinhos, de um garoto que comprou aquilo, que foi logo três fábricas que fecharam de uma assentada só (...). Isso é que doía, porque depois eles passavam cheques sem cobertura e depois lá vinham elas todas para o sindicato, lá tínhamos nós que ir para lá, claro, tentar resolver os problemas; havia assim estas coisas. Muitas pessoas ficaram no desemprego.(Amália2, 15)

Sendo sectores de mão de obra maioritariamente feminina isto significou que milhares e milhares de mulheres foram atiradas para situações de desemprego das quais a maior parte não terá tido condições para sair, ficando muitas novamente remetidas ao espaço doméstico ou a trabalhar em situações de uma enorme precariedade e instabilidade, com gravíssimas consequências pessoais e sociais. Como refere Pacheco Pereira (2008)

“o desemprego é devastador para todos, mas é-o mais para estas mulheres jovens e de meia idade. Não é apenas a sua condição económica, a sua condição de vida que é afectada, é também a sua autonomia como mulheres, a sua capacidade de terem no trabalho e no emprego uma vida e uma dignidade próprias como mulheres, num mundo em que esta afirmação ainda é crucial [...] nem por não se ter qualquer solução a curto prazo, [...] devemos deixar de olhar para cada um destes desempregos colectivos de mulheres sem a preocupação de vermos e sentirmos a devastação que ele tem por trás, o atraso social que isto significa para Portugal. Estas mulheres não vão educar os seus filhos da mesma maneira, vão reproduzir melhor o Portugal antigo do que preparar o novo. Elas sentem que falharam, tinham algumas ilusões que perderam”

2.2. Os fundos comunitários

No âmbito do processo de integração na CEE foram canalizados para Portugal fundos comunitários com fins diversos. Alguns deles destinavam-se especificamente à reconversão de sectores profissionais, prevendo a reestruturação e a modernização de empresas, e à formação profissional. No entanto, verbas significativas de fundos comunitários, destinados à reestruturação de diversos sectores, designadamente do sector têxtil, foram desviados e usados fraudulentamente, sendo por demais conhecida a situação de, em plena crise do Vale do Ave, ser essa a região do país onde maior número de Ferraris tinham sido vendidos, sendo também facilmente perceptíveis sinais exteriores de enriquecimento rápido de diversos empresários. Através de diferentes programas foram canalizadas verbas pressupostamente para a formação profissional, para a renovação do equipamento e para a modernização das

empresas que, sem controlo, foram desviadas para outros fins. Muitas das acções de formação nunca foram efectivamente realizadas, embora os trabalhadores fossem compelidos a assinar folhas de presença, muito do equipamento comprado era já obsoleto e tinha deixado de ser utilizado nas empresas, de outros países, a quem tinham sido comprados e de onde tinham sido importados

Aquela história dos Ferraris é sintomática

(uma série de fundos comunitários que vieram naquela altura para reestruturar o sector) foram muito mal utilizados, como é evidente. Toda a gente sabe que dos milhões e milhões de contos que vieram, dos vários programas, uma parte significativa deles não foi investida nas empresas. Há algumas, uma ou outra empresa que os utilizou, que até fez investimento próprio, etc., que se endividou até para conseguir que as empresas ficassem bem apetrechadas, mas a esmagadora maioria não o fez. Recebeu fundos para dar formação, a formação era: os trabalhadores estavam sentados na máquina, no fim do dia vinham lá umas folhinhas para eles assinarem, eles assinavam as folhinhas. Quando não era para formação era para comprar umas máquinas, mas as máquinas que vinham eram máquinas que já vinham velhas doutros sítios, e que vinham para cá e eram consideradas novas, porque era a 1ª vez que estavam a trabalhar aqui; noutros casos era para outro tipo de programas, como é que se chamava, era a reestruturação, era a modernização, era o incentivo a ..., falta-me aqui o termo, no fundo era para a formação dos quadros intermédios e superiores, que ninguém sabe muito bem que tipo de formação é que foi dada mas também vieram não sei quantos milhares. O que a gente sabe é que depois os sinais exteriores de riqueza dos gajos que recebiam os fundos eram notórios. Aquela história dos Ferraris é sintomática; não faz sentido nenhum; e é olhar, tu vais para St. Tirso, ao lado das fábricas, tu tens mansões do arco da velha; mansões. (Palmira, 60-61)

Esta foi uma fase em que o controlo de aplicação das verbas praticamente não existiu, o que já não sucederá hoje da mesma forma, tendo permitido os maiores desmandos e a sua não aplicação efectiva na reconversão das empresas e na qualificação da mão-de-obra. Muitas das empresas financiadas terão mesmo acabado por encerrar. Embora esta tenha sido uma realidade muito generalizada, não significa que uma parte das empresas não tenha efectivamente procedido à sua reestruturação viabilizando a sua continuidade.

foram milhões e milhões [...] que ninguém sabe como é que aquilo foi aplicado

a única coisa que nos era dado saber, ao movimento sindical, sectorial, o que nos era dado saber, porque isso era obrigatório, de acordo com a legislação comunitária, era quais as empresas que se candidataram a receber os fundos, quais eram os programas a que se tinham candidatado, quais eram os montantes que queriam investir, quais eram os montantes que tinham sido aprovados por eles e o que tinha sido entregue; era a única coisa que nos era dado a conhecer. Controlar a aplicação disto nem nós controlávamos porque não tínhamos legitimidade para tal, nem ninguém mais controlava. O dinheiro vinha,

era entregue, quem é que ia controlar se aquela empresa fez a aplicação daquilo ou não, se a formação estava a ser dada ou não? (...) Portanto que aplicação, que fiscalização da aplicação correcta dos fundos foi feita? Nenhuma. Claro que agora já não é assim. Por exemplo uma fábrica que se queira candidatar, uma das condicionantes é não ter dívidas à Segurança Social, por exemplo. Mas eles não criam mecanismos de fuga? Criam na mesma, aí criam na mesma; mas, naquela altura, aquilo foi a loucura, foi a loucura, foi o bodo aos “pobres”, foi assim, foram milhões e milhões e milhões, aí distribuídos por um conjunto de fábricas, que depois ninguém sabe como é que aquilo foi aplicado. (Palmira, 61-62)

um investimento que está à vista

Quer dizer que poucas foram as empresas que tiveram a capacidade de aproveitar aquilo que estava à sua disposição e dizer assim - é esta empresa que eu quero e a perspectiva é esta; poucas foram. Uma delas que fez isto foi a ARCO Têxteis, em St. Tirso, que fez na altura um investimento de 13 milhões de contos, 3 milhões dos quais de fundos; foi o que foi atribuído; os outros 10 foram investimentos próprios. Claro, foram buscar dinheiro à banca, [...] porque tinham os juros bonificados e alguns isentos completamente de taxa de juro, que não deixaram de ir lá buscar nota, mas fizeram de facto um investimento e é um investimento que está à vista, que é uma empresa que hoje se pode dizer, se a ARCO fechar não há nenhuma aí que se safe, nenhuma. Fez a José Machado de Almeida, em St. Tirso também, fizeram mais duas ou três, uma de tinturaria e uma de malhas, pouco mais. (as que fizeram) são hoje as empresas de ponta, são de facto empresas de ponta. O resto aquilo foi uma desgraça completa (Palmira, 62)

2.3. O trabalho precário, a desregulação das relações de trabalho

O desenvolvimento acentuado do processo de globalização em curso e as políticas neoliberais que têm vindo a ser implementadas têm-se traduzido, como já referimos, em alterações profundas nas condições de trabalho, na precarização e desregulação das relações laborais, colocando os trabalhadores numa situação de muito maior fragilidade. Como afirma Jorge Leite (1995:123)

“Precarizar o emprego [...] significa colocar quem o ocupa numa situação difícil (mais difícil), numa situação de maior risco, de maior fragilidade, de maior vulnerabilidade. O emprego precário não é, pois, apenas o emprego à beira de se perder, o emprego cujo horizonte de vida é limitado à nascença, ou o emprego que o empregador pode tirar de um momento para o outro. Precário é, em geral, o emprego cujas condições fragilizam quem o ocupa, o tornam mais vulnerável a agressões à sua integridade pessoal (física e moral), agressões que, de outra forma, em condições não precárias, não teriam lugar ou não teriam lugar sem a reacção de defesa adequada. Com razão se pode, por isso, ligar a precariedade em geral – “a ausência de segurança ou das seguranças que nos permitem assumir as nossas responsabilidades e usufruir dos nossos direitos” – aos

direitos fundamentais. Afinal a insegurança do emprego e no emprego é também uma porta aberta a invasões ilícitas dos direitos básicos, uma sua via de entrada sem defesa ou com defesas fragilizadas.”

Em muitos sectores profissionais desapareceram as grandes empresas, substituídas agora por uma multiplicidade de pequenas ou mesmo muito pequenas empresas, a funcionar em regime de trabalho intensivo, num modelo ainda de tipo taylorista, rotineiro e pouco qualificado, a executarem trabalhos em regime de subcontratação e completamente dependentes das encomendas que as multinacionais e as empresas de ponta que as subcontratam entendam fazer. Estas empresas mantêm apenas os quadros necessários para a concepção, planeamento, publicidade e comercialização, entregando a produção directa a outras, muitas vezes especializadas apenas numa parte do produto final. E, as empresas que asseguram a produção podem até estar localizadas noutros países, onde as condições de exploração sejam maiores e, por isso mesmo, os salários sejam mais baixos e se trabalhe um número de horas superior, o que permite taxas de lucro muitíssimo mais elevadas. Mas, mesmo quando a produção não é deslocalizada, o controlo sobre as condições de trabalho é muito diminuto, e ainda mais nos sectores onde parte do trabalho pode até ser feito em casa, como no vestuário e no calçado. O trabalho intensivo mantém-se mas é agora muito mais invisível.

Ao ficarem numa situação de completa dependência, muitas destas pequenas empresas não têm também qualquer capacidade negocial face a quem as subcontratou, que estabelece o preço do que vai comprar e que, a qualquer momento e sem aviso prévio, pode deixar de encomendar, provocando situações de falência. Sob a ameaça permanente de desemprego, milhares de trabalhadores ficam assim obrigados a ritmos de trabalho cada vez mais intensivos e violentos, a trabalhar mais horas (que muitas vezes não lhes são pagas), a condições de trabalho cada vez mais precárias, a aceitar salários de miséria, até porque “mais vale ganhar pouco do que estar desempregado”.

É neste quadro que nos últimos anos têm aumentado significativamente o número de pequenas e muito pequenas empresas dos sectores têxtil, vestuário e calçado, nos concelhos do interior do distrito do Porto (Vale do Tâmega e Vale do Sousa), 45% das quais têm menos de nove trabalhadores,⁹⁹ e que empregam muitos milhares de pessoas, designadamente jovens mulheres (os rapazes vão mais para a construção civil e muitos deles para Espanha), a receberem o salário mínimo (ou

⁹⁹ Segundo um estudo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Vestuário, Calçado e Curtumes do distrito do Porto “Caracterização das relações laborais e da fileira das indústrias Têxteis, Vestuário e Calçado na região do Tâmega e do Sousa”, apresentado no Jornal de Notícias, de 31 de Agosto de 2008

menos) e numa situação de grande precariedade. A localização e grande concentração destas muito pequenas empresas no interior do distrito não acontecerá por acaso. Muitos dos trabalhadores mantêm ainda uma ligação à terra, possuem pequenos terrenos agrícolas que cultivam, o que facilita a perpetuação dos baixos salários e das precárias condições de trabalho.

2.3.1. O exemplo da construção civil

A desregulação das relações de trabalho e as suas consequências para os trabalhadores é visível hoje em muitos sectores profissionais, e também na construção civil. Muitas das grandes empresas do sector, que empregavam milhares de trabalhadores, praticamente desapareceram ou diminuíram em muito o número de operários que empregam directamente e esses estão dispersos pelos vários estaleiros das diferentes obras em execução. Algumas empresas contam quase exclusivamente nos seus quadros com técnicos, subcontratando a pequenas empresas, ou “pseudo-empresas” as obras ou parte das obras que realizam, não assumindo qualquer responsabilidade ou ligação directa com os trabalhadores por estas contratados.

já não há a concentração dos trabalhadores

Hoje já não existem grandes empresas. A Soares da Costa já não tem quatro mil nem seis mil trabalhadores, hoje ela tem dois mil trabalhadores e estão aqui uns num grupo, outros estão acolá, já não há a concentração dos trabalhadores.. (Albano, 18)

Hoje como é que funciona. Tu vais a um estaleiro tens 200 trabalhadores, e às vezes tens só os quadros técnicos, tens 10 ou 15 pessoas (da empresa responsável pela obra) e as restantes (não são dessa empresa); dentro do estaleiro trabalham-te para aí 20 empresas, que não são empresas, são pseudo-empresas, são pessoas que não têm formação, quer de instrução quer de empresários, não têm nada disso; (Albano, 81)

Tu ganhas uma obra - és o empreiteiro geral, e depois outros são sub-empreiteiros que podem fazer determinadas partes da obra, isso é normal, e há muito disso. (mas também pode acontecer tu teres uma determinada obra com vários sub-empreiteiros e as condições remuneratórias e de trabalho de cada uma das empresas) são diferentes, sim, são diferenciadas; tens essa realidade que não devia acontecer, não é, trabalho igual, salário igual? E condições iguais (Albano, 86)

Em muitas destas pequenas empresas os trabalhadores não têm contrato, ganham à hora, ao metro, à peça, sem direito a salário fixo, a férias, subsídio de férias ou de Natal, contratados muitas vezes como tarefeiros por engajadores, que ficam com uma percentagem significativa do que poderia ser o seu vencimento, sujeitos às formas mais violentas de exploração e podendo, a qualquer momento, ser dispensados. A manutenção no contrato de trabalho de baixos salários, que as

associações patronais insistem em manter, cria também as condições para uma maior exploração dos trabalhadores, da qual estes nem sempre têm plena consciência, até porque, como diz Richard Sennett “o *novo capitalismo é um regime de poder muitas vezes ilegível*” (2001:8). Não sendo suficiente para as despesas familiares o salário base que recebem, muitos são levados a realizar horas extraordinárias ou a aceitar passar para situações mais precárias que, embora lhes retirem direitos e subsídios, lhes permite em cada mês levar efectivamente mais dinheiro para casa. Esta situação de precariedade e de diferenças nos níveis remuneratórios acaba por estimular o aparecimento de situações de conflito entre os próprios trabalhadores, e entre estes e os sindicatos, isolando-os e fragilizando-os ainda mais face à entidade patronal. Muitos chegam a trabalhar dezasseis horas por dia, totalmente na construção civil, ou acumulando com o trabalho noutra sector profissional, com consequências gravíssimas a diversos níveis. São muitas vezes estes as maiores vítimas dos acidentes de trabalho, embora muitos figurem também nas estatísticas dos acidentes de viação, quando se deslocam para o local de trabalho ou quando dele estão a regressar. É também interessante constatar como a “crise” no sector têxtil, com a política de baixos salários e o número crescente de despedimentos se “encaixa” na forma como maioritariamente está hoje organizado o trabalho na construção civil. São muitos os trabalhadores têxteis que, diariamente, após cumprirem o seu turno na fábrica, vão trabalhar para a construção civil, numa situação de absoluta precariedade, e sem quaisquer direitos.

nem têm segurança social nem têm nada, nadinha

Dos 400 mil (trabalhadores do sector) há 20 mil que têm uma situação estável; 80% são tarefeiros, à hora, ao metro e à peça, até ao km; são 80% de trabalho instável. (...) por exemplo, o estádio das Antas, foi construído com 70% de trabalho precário (Albano, 87)

Os tarefeiros são contratados individualmente por um engajador; tu sabes que eu vou fazer uma obra e dizes assim, eu arranjo-lhe 30 para virem para aqui trabalhar; é assim que eles funcionam, entendes? Eles nem têm segurança social nem têm nada, nadinha. (Isso viola tudo o que está na lei). Tudo, completamente, tudo. Violação grosseira. (Albano, 84-86)

tens trabalhadores a trabalhar 16 horas por dia

é uma mentira dizer que neste país não há dinheiro e que não se pode suportar os salários mais altos nas empresas. Há trabalhadores que ganham 300 contos (1500 euros) nas empresas e os outros trabalhadores que estão ali a trabalhar e que ganham pelos mínimos contratuais, apenas recebem 500 euros. Há dinheiro. E quando nós estamos a negociar o contrato, o patronato diz não, isto não pode ser superior a X por cento; podia ser superior se a correlação de forças fosse superior, se os trabalhadores lutassem mais. Mas percebes aqui a ideia? Há dinheiro, eles querem é os mínimos contratuais para depois o trabalhador dizer, eu tenho que fazer mais horas, mas a mais valia é sempre de quem está por cima,

entendes? É assim que funciona. Tu tens trabalhadores a trabalhar 16 horas por dia, 16 horas; sabes que hoje, na construção, morre-se mais fora do local de trabalho que dentro do local de trabalho? É nas carrinhas. Sabes porquê? Eles não dormem, vêm por aí abaixo, levantam-se cedo, não têm reflexos, não têm condições e morrem, às vezes morrem 3 ou 4, morre-se muito mais. (Albano, 82-83)

não sentem que são explorados mas são mais que os outros

É uma nova forma de exploração que atira os trabalhadores, não pensam nem nada, eles dizem vou à cama 2 ou 3 ou 4 horas e oupa, embora, e depois como é que hão de estar frescos para trabalhar? Não é possível. Alguns morrem antes de chegar ao local de trabalho. E antigamente isto não sucedia, antigamente tu não vias nada disso. Hoje o que é uma empresa? Tu no sector da construção tens 20 000 empresas, só eram precisas 10 mil; as outras 10 mil nunca cumpriram com o Estado nem com os trabalhadores e mais, a qualidade do trabalho deles não é boa, porque eles pensam nos metros e nas horas e não pensam no trabalho, na qualidade, e depois tens outra coisa - esses trabalhadores, que trabalham nessa situação, não sentem que são explorados mas são mais que os outros - não têm férias, não têm subsídio de férias, não têm subsídio de Natal, não têm subsídio de alimentação, não têm nada, é que não têm nada (ibidem)

A perpetuação destas condições de trabalho, com muitos trabalhadores em situação irregular, o não pagamento de descontos para a segurança social, a quase inexistência de fiscalização, acaba igualmente por criar situações de concorrência desleal entre as empresas, com as que cumprem a serem prejudicadas nos concursos, constituindo um forte estímulo para o incumprimento, para o aumento da desregulação das relações laborais e da exploração dos trabalhadores.

não paga férias, nem subsídio de férias, nem segurança social, nem paga ao estado

tu tiveste muitos trabalhadores que foram aliciados pela empresa para passar a trabalhar ao metro e á hora, para quê? Para a empresa não pagar os 23% deles para a Segurança Social. Tu já viste o que é que isto é ? (O pessoal trabalha com recibo verde?) nada, não trabalha com nada, com nada. Dinheiro vivo, é dinheiro vivo. Tu tens aí grandes empresas que te facturam milhões de contos por ano e têm para aí quê 10 trabalhadores, os quadros técnicos. E depois o que é que tu tens, tens empresas que concorrem, há um concurso de uma obra pública ou privada, a base de licitação, por exemplo, é de 300 mil contos, ele consegue apresentar por menos 50 mil ou 60 mil, esse não paga férias, nem subsídio de férias, nem paga segurança social, nem paga ao estado, nem nada, mas depois tens outra realidade que é esta – há empresas que apresentam um orçamento, que vai a concurso, e que põem lá todas as rubricas, incluindo os 23% para a segurança social e que o estado paga isso se for uma entidade privada e ele fica com isso, engole milhares e milhares de contos, porque ele vai ter tarefeiros a trabalhar e não paga a esses gajos, isso é um negócio, é um grande negócio, isto é um mar de corrupção que tem o sector da construção. Tu se quiseres tapar um buraco tem que ser muitos, estão muitos buracos para tapar. (...) Quando estes gajos dizem vamos agora intervir para disciplinar, eu acho que a ideia é

porreira, é maravilhosa, só que devia-se começar aqui, na construção civil, isso era uma coisa boa (Albano, 88-89)

3. Resistência e Conformação: a luta dos trabalhadores

As profundas transformações que se têm vindo a verificar no mundo do trabalho, têm-se traduzido, como temos vindo a salientar, num agravamento significativo das condições de trabalho e numa clara diminuição e desvalorização dos direitos dos trabalhadores. No entanto, este processo tem contado com a oposição e resistência de milhares de trabalhadores, que têm desenvolvido múltiplos processos de luta, em diferentes empresas e a nível nacional, assumindo formas e expressões diversas (manifestações, concentrações, greves, plenários, ...). Muitos destes processos de luta têm sido desenvolvidos ao nível dos locais de trabalho, associados à defesa da manutenção do emprego, contra despedimentos, salários em atraso e encerramento de empresas, pela aprovação de cadernos reivindicativos específicos, pela salvaguarda de direitos anteriormente consagrados, mas também a um nível mais geral, em torno de reivindicações comuns ao conjunto dos trabalhadores, como os aumentos salariais, os horários de trabalho, melhores condições de emprego, em defesa dos serviços públicos, contra diversas medidas previstas na revisão do código do trabalho, etc..

A participação em acções de luta torna-se para muitos trabalhadores um espaço fundamental de aprendizagem dos seus direitos, de recusa da perda da sua dignidade enquanto trabalhador e enquanto ser humano, de reconhecimento de que não há um sentido único, inevitável e irreversível nos processos de mudança, aos quais os trabalhadores se têm “fatalmente” que adaptar, de afirmação da vontade de participar na construção de um outro futuro, como teremos oportunidade de aprofundar no próximo capítulo.

Ao longo destes últimos trinta anos, apesar de uma grande ofensiva política e ideológica contra os direitos dos trabalhadores, que se tem acentuado cada vez mais, e do reforço do domínio da ideologia neoliberal que tende, quantas vezes, a ser interiorizada e reproduzida, de uma forma inconsciente, facilitando o aumento e perpetuação das formas de exploração, são muitos os trabalhadores que têm sido capazes de resistir, recusando remeter-se a um estatuto de passividade e conformismo. Apesar dos múltiplos constrangimentos à sua intervenção, muitos trabalhadores, em Portugal e noutros países, continuam empenhados em processos

de luta em defesa dos seus direitos e por modelos alternativos de desenvolvimento, que se contraponham ao actual processo de globalização

Mas, e apesar dos movimentos de oposição e resistência às políticas que têm vindo a ser implementadas e ao aumento das formas de exploração dos trabalhadores, tem-se igualmente verificado um enfraquecimento do movimento sindical, com a diminuição do número de sindicalizados, bem como da capacidade de resposta e de luta dos trabalhadores, sendo muitos os que se afastam de qualquer tipo de intervenção. E, neste quadro, tende a afirmar-se a ideia, pelo menos em certos sectores, que o sindicalismo e os sindicatos estão em crise, que se burocratizaram, que não são capazes de defender os direitos dos trabalhadores nas novas condições de trabalho que estão criadas, que não são capazes de representar os trabalhadores precários e ainda menos os desempregados e de os mobilizar em defesa dos seus direitos enquanto pessoas e enquanto trabalhadores. E também que os dirigentes sindicais estão desligados da realidade das empresas, que deixaram de encarar o seu trabalho enquanto dirigentes sindicais numa perspectiva de intervenção militante.

Não sendo objecto deste estudo a análise do movimento sindical e da sua capacidade ou incapacidade de mobilizar os trabalhadores nas actuais circunstâncias, importa, no entanto, reflectir sobre algumas das razões apresentadas por dirigentes sindicais para as actuais dificuldades encontradas, até pelo que elas nos permitem pensar sobre diferentes processos de educação/formação que ocorrem hoje na sociedade, e como eles contribuem para a construção de diferentes identidades e de diferentes modos de ser trabalhador e de encarar a relação com o trabalho. O facto de serem dirigentes que, há vários anos, desenvolvem a sua actividade sindical, em contextos políticos e sociais diversos, e em momentos diferentes de mobilização dos trabalhadores, permite-lhes equacionar estas questões também numa perspectiva sócio histórica e permite-nos perceber melhor como as transformações sociais, políticas e no mundo do trabalho influenciam a formação das pessoas em diversas dimensões.

E pensar estas questões torna-se pertinente também para o movimento sindical, não para encontrar justificações para os problemas, mas como desafios para encontrar novas respostas capazes de mobilizar e congregar os trabalhadores.

Em contraponto ao discurso dominante que afirma que na actual “sociedade da informação”, “não há actores sociais, mas apenas sujeitos passivos que têm de se ajustar aos inevitáveis processos de transformação” (Kovács, 2006:43), como se o futuro não dependesse “dos actores sociais, dos seus valores, dos seus interesses e do grau de democraticidade dos processos de mudança”, como se não existissem “opções entre várias alternativas” (ibidem), os sindicatos continuam a ter um

importante papel a desempenhar enquanto espaço central de intervenção e formação de muitos trabalhadores.

As lutas que têm vindo a ser travadas por diferentes actores sociais mostram que, apesar do peso da ideologia neoliberal na formação para a passividade, para a adaptabilidade e para a acomodação a um trabalho sem direitos e a um mundo cada vez mais desigual, são muitos os que participam em movimentos de resistência e que neles se formam e se transformam enquanto autores de processos de mudança alternativos.

3.1. Mudanças na organização do trabalho

Entre os diversos factores apontados pelos nossos interlocutores surgem, naturalmente, as próprias alterações no mundo do trabalho, quer as resultantes do encerramento, fragmentação e deslocalização de muitas empresas, quer as resultantes da desregulação das relações laborais. A organização do trabalho nas grandes empresas, os espaços de relação, de discussão e de solidariedade que estas constituíam, criavam as condições para a aprendizagem, pelos trabalhadores, dos seus direitos e para uma maior mobilização e intervenção em sua defesa, para o envolvimento em processos de luta que se constituíam, eles próprios, em momentos de formação para a participação. Mas, muitas das grandes empresas, e por isso mesmo locais de grande concentração de trabalhadores, de grandes experiências de relação social e “bastiões” da sindicalização e da actividade sindical, deixaram de existir, tendo sido, nalguns casos, substituídas por miríades de pequenas empresas, o que levou também a uma grande dispersão dos trabalhadores e tornou muito mais difícil a organização sindical e a própria sindicalização. Hermes Costa (2008:23) salienta que *“Os mercados de trabalho são hoje cada vez mais fragmentados, facto do qual resultam inevitáveis impactos desestruturadores para a actividade sindical em geral”*.

não havia trabalho precário, trabalho clandestino, os trabalhadores comiam juntos

Antigamente havia uma concentração de trabalhadores e era possível desenvolver mais a consciência de classe, era possível, muito mais. Primeiro não havia trabalho precário, trabalho clandestino e os trabalhadores comiam todos juntos. Hoje não (Albano, 80)

depois tens mais 50 ou 60 que não são (da S. C.)

E depois tens outra coisa, tens trinta trabalhadores da S. C. (por exemplo), há uma greve pelo contrato, trinta param e depois tens mais 50 ou 60 que não são (da S. C.) que não param. É esta é a realidade hoje. Não tem nada a ver. Aquilo era assim – havia uma greve

parava-se tudo, eu saltava para cima de uma pilha de gravilha e, quando era membro da comissão (de trabalhadores) e do sindicato e parávamos aquilo (Albano, 18)

Ao mesmo tempo que as grandes empresas se fragmentaram, tornaram-se mais instáveis e precárias as relações de trabalho, passando o trabalhador a estar colocado numa situação de muito maior insegurança e dependência face à entidade patronal, sujeito a maiores riscos de despedimento, de não renovação do contrato, de não atribuição de trabalho ou a outro qualquer tipo de represálias que agravem ainda mais a sua situação. Esta realidade torna mais difícil a participação dos trabalhadores em lutas na empresa, mas também em lutas mais gerais, mesmo que se identifiquem com os seus objectivos. O medo de ser despedido, de ficar sem emprego, é hoje uma realidade presente em muitos trabalhadores que os leva não só a sujeitarem-se às condições de trabalho que lhes são impostas, mas também, nalguns casos, a sentirem que não podem correr o risco de estar sindicalizados, de se manifestarem ou mesmo de serem vistos numa manifestação, fragmentando-se identidades colectivas. Embora o direito de sindicalização, de manifestação, o direito de reunião, o direito à greve estejam constitucionalmente consagrado, nem todos os trabalhadores se sentem hoje livres para os poderem exercer, mesmo que o seu exercício ocorra fora da empresa e fora do horário de trabalho. Alan Stoleroff (1995:75) refere

“Parece que a sindicalização ou dessindicalização seja o resultado directo da livre decisão do trabalhador. Naturalmente em parte isso é sempre verdade, embora a decisão do trabalhador possa ser fundamentalmente influenciada pelo grau de liberdade que o empregador lhe permite e o grau de liberdade que o Estado garante pela sua vigilância da lei [...] a estrutura e a evolução do mercado de trabalho também exercem um papel na determinação das possibilidades de sindicalização. Portanto, a sindicalização é na realidade o produto de um sistema complexo de interdependências”

as pessoas têm muito medo de perder o emprego

Havia assim estas lutas que era na altura (anos 70/80). Hoje se calhar era mais difícil. Hoje era capaz de ser muito mais difícil do que naquela altura. Olha, eu acho que hoje era mais difícil por isto, porque as pessoas têm muito medo de perder o emprego e nós, naquela altura, eu lembra-me que castigavam uma trabalhadora e nós achávamos que era injusto, todas parávamos e ela vinha trabalhar. Era fácil. Hoje não, hoje acho que as pessoas já não paravam; para outra entrar acho que não paravam, com medo de ficarem sem emprego, acho que é por isso, mas nós na altura era assim. (Amália2, 15-16)

A crescente desregulação das relações laborais, com muitos trabalhadores a ganhar à hora, ao metro, à peça, a recibo verde, com contratos precários, cria também

as condições para uma crescente fragilização dos laços sociais, para a perda de solidariedades e de uma perspectiva colectiva do trabalho, para a institucionalização de um individualismo que tende a isolar as pessoas, para a criação em muitas empresas, de um ambiente de grande competitividade entre as pessoas.

O quotidiano de solidariedades que marcava a vida em muitas empresas, tende agora, em diversos locais de trabalho, a ser substituído por quotidianos de rivalidades e competições, em que cada trabalhador é levado a pensar e a sentir que valerá por si mesmo e pelas maiores competências que, em comparação com os outros, for capaz de demonstrar. Enquanto envolvidos em processos colectivos de negociação da contratação os trabalhadores sentiam que a melhoria da sua situação laboral estava estreitamente articulada com a melhoria da situação laboral dos outros trabalhadores; actualmente, posta a ênfase na contratação individual, os problemas passam a ser sentidos como particulares e exclusivos, dependendo de cada um a sua resolução.

O trabalho precário e sem contrato é também hoje muitas vezes apresentado como mais livre, como deixando ao trabalhador maiores margens de autonomia e de decisão sobre a actividade a desenvolver, sobre os ritmos de trabalho e as condições em que o realiza. Mas, na realidade, muitos trabalhadores são assim colocados numa situação de maior exploração, cada vez mais sozinhos, isolados e menos solidários, sujeitos a ritmos e a condições de trabalho mais violentas, da qual muitas vezes não têm consciência ou não se conseguem aperceber na sua complexidade, tendendo a reforçar comportamentos de submissão e obediência.

Como diz Ilona Kovács (2006:47)

“tende a prevalecer não o individualismo-emancipação proporcionador de maior liberdade, autonomia e capacidade de acção, mas um individualismo-fragilização que torna o indivíduo num ser isolado, submetido à insegurança, à desfiliação e à fragilização do laço social”

o egoísmo é muito acentuado no sector

os trabalhadores (...) trabalham à hora, ao metro e à peça; quanto mais metros fizerem, mais peças fizerem, (mais recebem). A preocupação deles não é falar com o vizinho do lado, a preocupação é fazer muitos metros. (...) o egoísmo, o egoísmo é muito acentuado no sector, é o salve-se quem puder. Tu antigamente tinhas a possibilidade de ver os trabalhadores a conversar uns com os outros, hoje não, porque uns vêm numa carrinha que são de Viana, outros são de Fafe, outros são de Penafiel, outros são de Baião, quer dizer e é aqueles grupitos que andam aí (Albano, 81)

Os trabalhadores que estão nessa situação muito mais precária têm duas coisas; eles dizem assim eu trabalho nesta situação, ganho muito mais dinheiro, não olham às horas que fazem, à violência a que estão expostos física e psiquicamente, dizem - eu se estivesse

pela empresa ganhava o salário mínimo do contrato, ganhava muito menos. E depois, como eles não têm cultura, sentem-se mais importantes que os outros trabalhadores, é, é. Sentem-se mais importantes. Tem essas duas coisas, sentem aquela questão - eu ganho muito mais do que está no contrato, e depois têm a mania que são mais que os outros trabalhadores. (Albano, 84).

3.2. Baixos salários e duplo emprego

A realidade actualmente existente em diversos sectores profissionais, como o têxtil, vestuário e calçado, entre outros, com níveis salariais muito baixos, leva muitos destes trabalhadores a procurarem e a terem um segundo emprego, muitas vezes clandestino, isto é sobre cujas remunerações não é feito qualquer tipo de descontos, e que deixam o trabalhador completamente desprotegido face a qualquer imprevisto.

Nestes sectores são muitos os trabalhadores a trabalhar dezasseis horas por dia, sendo que, pelo menos no segundo emprego, se encontram numa situação de total precariedade. Mas, muitas vezes, é este segundo emprego que garante a parte mais significativa do rendimento familiar, pelo que estes trabalhadores são os primeiros a não quererem qualquer tipo de fiscalização sobre as condições em que o trabalho é exercido. Esta situação, que como já vimos atrás, é muito frequente na construção civil (um sector que “não tem porta”, onde o trabalho precário e clandestino tem um peso muito significativo e para o qual entram trabalhadores de outros sectores profissionais) tem consequências gravíssimas a vários níveis, mas também na forma como os trabalhadores encaram a sua relação com o trabalho. Não acreditando na possibilidade de melhorar a sua situação salarial no primeiro emprego, os trabalhadores desistem de lutar e procuram resolver individualmente a sua situação, aceitando um novo trabalho nas condições que lhe são oferecidas. E, como em geral, no dia a dia, vão receber mais, é-lhes difícil, por vezes, perceber que poderão estar sujeitos a condições de exploração ainda maiores. Mas, mesmo percebendo, a realidade é que também não vislumbram outras possibilidades para a resolução da sua vida.

O trabalho precário não é para muitos destes trabalhadores sentido como um problema, mas o sindicato, ao lutar contra a precariedade e por um trabalho com direitos, pode ser sentido como uma ameaça que põe em risco o seu trabalho nas condições em que é exercido, não oferecendo alternativas. E estes trabalhadores sabem que os outros, que trabalham com contrato, podem ter outros direitos, podem ter férias, subsídio de férias, fazer descontos, ter seguro, mas no fim do mês levam menos dinheiro para casa e, essa não é uma hipótese viável no quadro dos problemas com que estão confrontados. Aliás os níveis remuneratórios praticados em diversos

sectores faz com que sejam muitos os trabalhadores que, hoje, mesmo a trabalhar, se encontram no limiar da pobreza.

não se consegue dentro da fábrica, então vamos buscar a outro lado

não basta nós hoje dizermos que os trabalhadores ganham pouco. Se os trabalhadores não perceberem, e não têm percebido, quer dizer, eu acho que é injusto dizer que eles não perceberam, eu acho que eles sabem, têm consciência disso, mas acham que a solução passa por ali, que é, não se consegue dentro da fábrica, então vamos buscar a outro lado, e ir buscar a outro lado é trabalhar uma parte do dia, e se calhar uma parte da noite, num outro local que lhe dá mais dinheiro do que aquele que traz no final do mês da empresa em que ele trabalha (normalmente sujeitos a condições de exploração muito maiores) muito maiores mas que não contestam, não é. Enquanto que se fosse gente consciente, que dissesse assim, mas porque é que eu hei-de trabalhar dezasseis horas por dia se eu puder, na minha empresa, fazer subir o meu salário, isto resolve o problema ou não. Provavelmente podia não chegar (...) ao nível do que ele ganha, sem dúvida (Palmira, 85)

E fazes descontos? Diz ele, não, limpinho

Eu aqui há tempos fui a um debate a St. Tirso, por causa da situação da têxtil e da China, do mercado mundial. Era dirigido aos trabalhadores têxteis e eu, na minha intervenção, não pude deixar de falar na economia subterrânea e de quanto os trabalhadores têxteis participavam para a economia subterrânea. Ah, e para aqueles que, não estando já a trabalhar, alguns estão pelo desemprego, outros até já nem estão pelo desemprego mas continuam neste tipo de trabalho, sem direitos nenhuns, completamente à mercê do patrão, a ter ou não ter (descontos), a não acumular, a não contribuir para a taxa de formação da sua reforma, porque deixa de fazer descontos (...) e no fim, veio um ter comigo (...) Ele tinha trabalhado na Arco, e tinha-se vindo embora, para aí já há uns cinco anos, talvez (...) (agora) sou pintor, era o que ele fazia quando estava na Arco. Que ele trabalhava de noite, era do 3º turno, saía às seis da manhã, dormia a manhã, e depois de tarde ia para a construção civil. Estou na mesma, é o mesmo patrão. E então quanto é que tu ganhas. Mil e duzentos euros por mês. Porra, comecei eu a pensar cá para mim, comparado com o ARCO é uma diferença do arco da velha. E fazes descontos? Diz ele, não, limpinho. Eu tinha acabado de fazer um discurso e ele, não, limpinho. (...) Olha lá tu não achas que depois para a tua reforma (...) tu tinhas que fazer descontos. Eu estou a pensar começar a fazer eu por mim (...); nunca mais vai fazer, tenho a certeza absoluta, nem nunca mais vai pedir ao patrão, porque ao patrão também lhe interessa aquilo, e ele sabe que se pedir ao patrão, às tantas o patrão diz-lhe - tu tens a certeza que queres? E às tantas dispensa-o, pura e simplesmente, quer lá um gajo legalizado ou coisa que o valha. E é assim, estás a ver. (Palmira, 86)

3.3. Sociedade de consumo e níveis de endividamento

As sociedades modernas, não são já apenas sociedades de produção com vista à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana da maioria da população.

Fruto do desenvolvimento económico e tecnológico, da constante procura do alargamento dos mercados, da expansão das classes médias, sobretudo nos países capitalistas do mundo ocidental, as últimas décadas têm confirmado e aprofundado uma tendência de aumento constante do consumo de bens e serviços. A realização de estratégias de marketing cada vez mais sofisticadas, vendem não apenas produtos mas também estilos de vida.

Entre o consumismo exagerado de produtos supérfluos e talvez dispensáveis e a obtenção de objectos necessários a uma vida com qualidade nem sempre é fácil traçar fronteiras claras, pelo que importará não confundir, como muitas vezes é feito, consumismo com melhoria de acesso a determinados bens e serviços. Usufruir de uma habitação confortável, de automóvel, por vezes o único meio disponível para as deslocações casa/emprego, de certos equipamentos domésticos e de comunicação, ou de direitos como os cuidados de saúde e educação, incluindo a frequência, pelos filhos, de cursos universitários, são hoje aspirações legítimas dos trabalhadores portugueses. No entanto, a aquisição de diversos bens e serviços, mesmo dos considerados essenciais, dentro dos parâmetros da sociedade em que vivemos, não está ao alcance de grande número de famílias. Assim, é hoje percepcionável uma tendência para o endividamento crescente de muitos trabalhadores, deixando o salário base de ser suficiente para cobrir a totalidade das despesas fixas do agregado familiar e colocando-os sob situações permanentes de enorme tensão. Tal facto, tem como consequência, a aceitação do prolongamento excessivo da jornada de trabalho ou de um duplo emprego, tornados obrigatórios para fazer face à totalidade dos encargos familiares.

A “velha” reivindicação operária das oito horas de trabalho, oito horas para descanso e oito horas para cultura e lazer, cuja consagração, nos finais do século XIX, se traduziu num enorme avanço civilizacional tende, neste quadro, a ser esquecida ou apresentada pela ideologia neoliberal, e interiorizada por alguns, como um contra senso, só possível de ser defendido por quem “não quer trabalhar”. Mas, a actual situação de endividamento de muitas famílias, torna-se ainda mais dramática perante qualquer perspectiva de desemprego, levando muitos trabalhadores a sujeitarem-se, cada vez mais, a diversas arbitrariedades na esperança de conseguir manter o posto de trabalho. Como afirma Eugénio Rosa (2006:184)

“Este endividamento crescente das famílias, nomeadamente das famílias trabalhadoras [...] está a tornar-se num instrumento acrescido de exploração dos trabalhadores portugueses por parte de um número crescente de patrões. E isto porque “para poder pagar a prestação da casa, do carro e mesmo do frigorífico”, pois se o não fizerem os

credores vão buscar estes bens, muitos trabalhadores acabam por se sujeitar a condições de trabalho que violam os seus direitos [...]

com muito trabalho e um elevado endividamento

eu recordo quando a gente ia à porta das empresas, as pessoas saíam de camioneta, de bicicleta, de motorizada; hoje à porta das empresas as pessoas saem todas de viatura e eu acho que é impossível, é impossível, a não ser com muito trabalho e um elevado endividamento as pessoas terem o nível de vida que têm, porque os salários são muito baixos. Não há milagres, o dinheiro não cresce (Freitas, 30)

para sustentar aquilo tudo, não é com os trezentos e oitenta e oito euros

hoje, só alguns é que conseguem viver com os trezentos e oitenta e oito euros; e alguns porque se habituaram a viver com aquele pouquinho, porque não têm ambições de ter muitas coisas; mas a malta que tem ambições de ter uma casa boa, de ter um carro, não vive apenas com aquilo; então [...] trabalha na fábrica, e se trabalha em turnos, a outra parte do dia está ocupada com outro tipo de trabalho; e ao sábado vai para o restaurante servir às mesas, vai para não sei quantos;. [...] hoje tu vais (para algumas zonas) e é muito raro, os [...] que não têm uma casa própria, mas não é um andar [...] são casas mesmo, são moradias, que muitas vezes estão lá eles a trabalhar nela, ou trabalharam nela durante muitos anos, ele, a família, a mulher, tudo trabalhou na casa, mas têm, com um bocado de terreno; têm o seu carro, têm a sua mota, mas para sustentar aquilo tudo, não é com os trezentos e oitenta e oito euros; esse é o que lhe dá direitos na Segurança Social, mas essencialmente é com aquele que vão buscar fora e que faz parte da economia subterrânea; não tem descontos nenhuns. [...] Ora, se no final de cada mês, do corpo lhes saiu, mas eles trazem quase o triplo daquilo que eu trago, é evidente que as necessidades deles não são as minhas necessidades, são necessidades completamente diferentes, e isto, definitivamente, determina que tipo de gente nós temos para as lutas. Não há dúvida em relação a isso. (Palmira, 83-85)

3.4. Baixos níveis de escolaridade e reduzida qualificação

Os baixos níveis de escolaridade e de formação de muitos trabalhadores contribuem também para a manutenção de níveis salariais muito reduzidos e para a justificação dessa manutenção, mesmo em empresas altamente produtivas. O discurso actual de permanente associação da falta de qualificação dos trabalhadores à falta de competitividade da economia portuguesa, tende a responsabilizar os trabalhadores e a fazer com que estes se sintam responsáveis pela situação em que se encontram (baixos salários, precariedade), aceitando-a com alguma passividade. De alguma forma acabam por atribuir a si próprios a responsabilidade de não terem estudado mais, de não terem outro tipo de formação, de lidarem mal com novos equipamentos e tecnologias, etc., desvalorizando todo o seu capital de experiência e de formação no interior das fábricas que, durante muito tempo, os fez sentir como

operários competentes. Sem formação, sem qualificações, não lhes resta, na sua própria perspectiva, outra alternativa senão trabalhar cada vez mais horas. E, trabalhando cada vez mais horas, menos tempo têm até para pensar, para reflectir e questionar a realidade com que estão confrontados, reforçando-se também por essa via os mecanismos de alienação.

baixos níveis de formação e de conhecimento

os baixos níveis de formação e de conhecimento destes trabalhadores, é um contributo para mantermos este modelo desgraçado que, apesar de termos empresas hoje com elevados níveis de produtividade, continuam a pagar salários miseráveis, próximo do salário mínimo nacional e eu continuo a pensar que o movimento sindical não ganhou, não ganhamos esta batalha, nós estamos a perdê-la. Tu já viste neste contexto, 2 anos sem aumentos e a gente não consegue mobilizar os trabalhadores? É uma situação muito difícil, muito difícil (Freitas, 30)

também é neste sector que se concentra o maior número de analfabetos

portanto (...) a consciência pode desenvolver-se mas é muito difícil neste sector, muitíssimo difícil, porque também é neste sector que se concentra o maior número de analfabetos, pessoas com uma escolaridade muito baixa e depois esses trabalhadores vivem só para o trabalho, que é que eles fazem? Chegam-te a casa muito tarde, alguns nem vêm televisão, levantam-se muito cedo, trabalham aos sábados, só têm o Domingo e pouco mais para fazer, nada mais. São trabalhadores que vieram ao mundo não para pensar, têm pouco tempo para pensar e pouco tempo até para conversar com os outros. (Albano, 81)

3.5. O discurso da crise

O discurso permanente sobre a “crise”, que há anos é produzido pelos mais diversos responsáveis governamentais, entidades patronais e comentadores políticos e económicos, e diariamente reproduzido pela comunicação social, crise essa que, como já salientamos, coexiste com os aumentos dos lucros dos bancos, dos grandes grupos económicos e de muitas empresas, e com o acentuar das desigualdades sociais, tende a conduzir muitos trabalhadores à passividade. Postos perante a questão de que “em época de crise a única maneira de garantir o emprego é receber salários baixos”, a manutenção do emprego torna-se central, transformando-se num obstáculo ao desenvolvimento das lutas, contribuindo para a sujeição às condições de trabalho que lhes são impostas, como se estas fossem a garantia da salvaguarda dos seus empregos, que mesmo que mal remunerados, são empregos. O medo de perder o emprego, de que a empresa encerre ou vá à falência torna-se um factor altamente condicionador do desenvolvimento de qualquer processo reivindicativo, facilitando de

igual modo a sujeição a novas condições de exploração apresentadas como essenciais para o aumento da produção ou a redução de custos.

sempre que há crise os trabalhadores ficam passivos

a forma de condicionar as pessoas, neste sector (Têxtil e Vestuário), é dizer assim – há crise; sempre que há crise os trabalhadores ficam passivos e põem nas suas decisões uma coisa que eu considero que decidem certo, é - entre ter emprego e não ter emprego, prefiro ter emprego; só que eles associam a isto - entre lutar por melhores salários e ter emprego eu prefiro o emprego; mas isto não é dicotómico, não é verdade, esta afirmação não é verdadeira (Freitas, 28)

3.6. O papel dos media

O papel que a comunicação social desempenha na forma como trata as questões do trabalho é igualmente um factor de preocupação para muitos dirigentes sindicais, na medida em que tende a acentuar esta ideia de crise, sem aprofundar as verdadeiras causas que levam à existência de problemas em determinadas empresas ou ao seu encerramento, e que, muitas vezes, nada terá a ver com a dita “crise”. A esta situação não será alheio o facto de a propriedade da maioria dos principais meios de comunicação social estar concentrada num número muito reduzido de grandes grupos económicos e financeiros que, dessa forma, controlam uma parte muito significativa da informação veiculada. Mas, a informação apresentada pela comunicação social é a única que chega à maioria dos trabalhadores, não tendo os sindicatos formas de lhe contrapor outra informação.

Os documentos sindicais não chegam a todos os trabalhadores nem a todas as empresas, a Internet é ainda pouco utilizada pelo movimento sindical (muitos sindicatos não têm um espaço próprio nem divulgam por esse meio as suas tomadas de posição), num quadro em que são já hoje muitos os trabalhadores que com ela lidam regularmente, e o tempo concedido aos sindicatos para defenderem os seus pontos de vista, tanto nos órgãos de informação privados como públicos, é muito limitado, sendo ainda, muitas vezes, truncadas as declarações que são produzidas. A actividade dos sindicatos, o seu papel na defesa dos direitos dos trabalhadores, as situações em que os sindicatos intervêm e que são resolvidas não são, em geral, objecto de notícia.

isto é uma luta desigual

a comunicação social, nomeadamente as televisões, os jornais e as rádios mais influentes, hoje muito concentradas na mão de uma ou duas entidades, influenciam claramente as pessoas, e o que é normal, é assim – eu recuso-me hoje a falar para as televisões, para

falar de empresas em dificuldades, decidi mesmo não falar; nós aqui (na federação) não falamos, mas os nossos sindicatos, porque estão perante um problema central, têm que falar, mas já fizemos aí o teste, se eles dizem algo que não corresponde ao que o jornalista quer, ou à ordem que o jornalista trás, a mensagem não passa na televisão. Portanto, o que é preciso é dizer a empresa está com dificuldades, eles não dizem a empresa tal está com dificuldades porque o patrão roubou, fugiu, geriu mal, nada disso, nada disso, dizem o sector têxtil está em crise; isto é uma luta desigual, não é eu com o meu pequeno comunicado, com o pequeno boletim que a gente faz, de 2 em 2 meses, que ganha esta guerra; e portanto, se a isto se juntar o outro problema que é a televisão, que entra todos os dias em casa das pessoas, e por outro lado a nossa informação chega periodicamente, mas na maioria das empresas nós não temos organização; a televisão chega todos os dias; portanto a desigualdade de meios neste momento é terrível (Freitas, 28-29)

Ela devia ter dito é que antes de nós lá irmos o que era aquilo

Nós devemos aparecer (na comunicação social) quando os temas são coisas interessantes e que sejam importantes e que nós tenhamos propostas que dê credibilidade à sociedade civil, que a sociedade civil diga, não, isto é credível. Aqui há 4 anos, eu fui à Islândia, que havia lá problemas complicados em que os trabalhadores não tinham lá restaurante para comer, estavam lá numa situação, pode-se dizer de escravatura moderna, e então eu fui lá e reuni lá com a empresa, [...] e então eles passaram a ter médico, passaram a ter enfermeiro, ter um helicóptero, que aquilo era montanha, a primeira cidade era para aí a 50 Km, mas era tudo curvas, aquilo demorava horas e horas e numa obra daquelas, com características muito complexas, em que o perigo era permanente, de minuto a minuto, e foi uma das reivindicações que fizemos e então nós conseguimos isso. Eu venho para cá e convido a comunicação social e vem cá a TVI também [...] a TVI não passa, vem aqui passado uns dias entrevistar os trabalhadores e a mim, nós tínhamos uma série de trabalhadores que estavam aqui no Porto, o que é que tinha sido feito lá, e não é que a tipa vai à Islândia, chega cá e diz a quase que era uma inverdade aquilo que tínhamos levantado. Ela devia ter dito é que antes de nós lá irmos o que era aquilo e que nós viemos dizer é que já iam ter médico, enfermeiro e o restaurante [...] bom a partir daí não podes convidar mais a TVI enquanto eles não fizerem aquilo que tinham que fazer, que era dizer que o sindicato da construção foi lá e que fez isto assim, assim. (Albano, 78)

A comunicação social, mas também certos meios universitários, assumem hoje um papel de grande importância na divulgação, reprodução e inculcação da ideologia neoliberal. Diariamente, através das notícias que são escolhidas para serem transmitidas, dos comentadores políticos e económicos em serviço quase permanente, alguns dos quais, mesmo que conhecida a sua filiação partidária, são apresentados como “independentes”, “neutros”, e “objectivos”, da gestão do tempo de antena ou do espaço atribuído aos partidos políticos e individualidades que se identificam com a ideologia dominante ou que a rejeitam, dos programas apresentados, os média participam activamente no processo de construção de uma visão hegemónica e

unilateral do mundo, desprovida de actores sociais. Nesta visão que nos é transmitida fala-se permanentemente de um mundo em mudança, sem questionar o sentido da mudança, como se só existisse um caminho possível, decidido não se sabe por quem, nem em que instâncias, e ao qual todos se tivessem que submeter cegamente. Como diz Gomes Canotilho

“Os campos universitários, as faculdades de economia, os jornalistas, os comentadores, retomam o discurso da “redução dos défices públicos”, da “prática da estabilidade monetária”, do “desenvolvimento das relações comerciais e industriais, da “moderação das reivindicações salariais”, da “privatização”. Quase nos sentimos constrangidos perante tamanha onnipresença e omnisciência. A procura de um discurso outro impõe-se: ainda haverá mundo do trabalho, trabalhadoras e trabalhadores?” (1995:86)

Nesta visão unilateral do mundo que nos é apresentada, os retrocessos civilizacionais surgem como sinal de modernidade. O trabalho deixou de ser considerado como um direito, os direitos dos trabalhadores passaram a ser apresentados como privilégios, e o trabalho com direitos assumido como algo ultrapassado e responsável pela falta de competitividade das empresas portuguesas, acusando-se os trabalhadores que o exigem, e os sindicatos, de serem “conservadores” e um travão ao desenvolvimento e culpabilizando-os pela crise. Como dizem Bourdieu e Wacquant (2000), a ideologia neoliberal

“[...] sob a capa da ‘modernização’ entende reconstruir o mundo fazendo tábua rasa das conquistas sociais e económicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas agora como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente [...]”.

Neste contexto, é sintomático o ataque desenvolvido contra os trabalhadores da função pública, acusados de privilégios sem fim, e cujos direitos era necessário pôr em causa para mais facilmente alterar toda a legislação do trabalho e reduzir os serviços públicos do Estado. Esta foi uma campanha que claramente teve impacto, tornando-se senso comum o ataque aos funcionários públicos e aos seus “privilégios”.

Muitos jornalistas, também eles trabalhadores, assumirão de forma diferente a maneira como trabalham. Alguns não questionarão sequer as mensagens que veiculam, ou identificam-se com elas; outros, certamente, terão consciência do sentido da informação que transmitem e como esse sentido nada tem a ver com os seus

interesses enquanto trabalhadores. Mas, hoje o sector da comunicação social é também um sector claramente marcado pelo trabalho precário e sem direitos, com muitos jornalistas a trabalhar à peça, com estudantes a trabalhar gratuitamente como estagiários, e onde o espectro do despedimento está presente (só no Porto, nos últimos cinco anos foram despedidos mais de 150 jornalistas¹⁰⁰), condicionando fortemente a isenção, a autonomia e a capacidade de intervenção destes trabalhadores.

3.7. Papel da escola

Neste processo de difusão e inculcação da ideologia neoliberal importará também reflectir sobre o papel hoje desempenhado pela escola e pela Universidade, e sobre as mensagens e valores que de forma mais consciente ou mais inconsciente acabam por ser reproduzidas. Assumindo, quantas vezes, o discurso de um mundo em mudança, em que todos estamos envolvidos, e cujo sentido não é questionado, acaba-se por defender e propagar o individualismo, o espírito de competição, a obediência, a passividade. As ideias permanentemente veiculadas de que os jovens já não podem esperar ter um emprego efectivo e para sempre, que inevitavelmente vão ter que mudar muitas vezes de local e de tipo de trabalho, que vão ter que se adaptar, que têm e vão ter, ao longo de toda a vida, que adquirir muitas e variadas competências para, na concorrência com os outros, estarem melhor posicionados, entre muitas outras, acaba por naturalizar as condições actuais de trabalho, o trabalho precário e sem direitos. O próprio trabalho é, quantas vezes, apresentado não como um direito, consagrado constitucionalmente, mas como um “dever de cada um ser ou tornar-se ‘empregável’” (Melo, 2005:109). O trabalho torna-se um privilégio ao alcance apenas de alguns, os melhor preparados, os mais competitivos, os com maior capacidade de se “venderem” a si próprios, os com maior disponibilidade para correr riscos, os “empresários de si mesmos”, os mais disponíveis para se sujeitarem às condições que lhes são impostas, o que se traduz na educação para a passividade e o conformismo. No que toca à Universidade não é apenas a praxe académica que transmite estes valores, e que “forma” os estudantes para a obediência e submissão às hierarquias e ao poder, embora esta o faça de uma forma muito acentuada.

A linguagem de certas teorias gestionárias tende a impor-se, com os empresários a substituírem os patrões e os trabalhadores a passarem a chamar-se “colaboradores”, numa fictícia mudança de estatuto que, efectivamente, os fragiliza

¹⁰⁰ *In* diario.iol.pt/economia/desemprego-jornalistas-porto-redaccoes-media-portugal/1033183-4058.html, 13/10/08

cada vez mais. Quantos jovens trabalhadores-estudantes se assumem hoje na Universidade como “colaboradores” da Mac Donald’s, da Zara, das várias lojas ou call-centers onde trabalham, onde são profundamente explorados e onde nem sequer é reconhecido o seu estatuto de trabalhador-estudante. O estímulo ao pensamento crítico, à reflexão sobre o mundo em que vivemos e sobre as transformações e contradições que atravessam as sociedades, o desenvolvimento de uma visão humanista, o reconhecimento do papel do ser humano na mudança social e na construção da História, são muitas vezes substituídas por uma perspectiva tecnocrática e reprodutora das lógicas economicistas dominantes.

As importantes conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores ao longo da História e as lutas operárias que foram travadas para as conquistar, os enormes avanços civilizacionais que os trabalhadores conseguiram impor e que obrigaram à regulação das relações laborais, à redução do horário de trabalho, à consagração do direito ao trabalho e de um trabalho com direitos e com dignidade, designadamente na Europa, as lutas e as vitórias dos trabalhadores portugueses contra o fascismo, pela liberdade, pelo trabalho praticamente não são abordadas. Mesmo a enorme transformação verificada no campo educativo que o 25 de Abril despoletou e que se traduz, entre outros aspectos, no facto de muitos dos actuais estudantes universitários serem filhos de pais com o 4º ou 6º ano de escolaridade e netos de avós analfabetos, é sistematicamente escamoteada quando se fala da escola.

A perspectiva de que é possível questionar o sentido das mudanças em curso, de que a acção e a intervenção colectivas têm sentido e que o curso da História é resultado da acção humana tende a ficar esquecida, em favor de uma perspectiva determinista e fatalista da História e da vida que reforça as condições para o aumento das desigualdades e da exploração.

vamos a uma escola, [...] aquilo de que estamos a conversar aqui, não existe

em termos de consciências individuais há muita gente, não diz porque tem medo, porque as coisas são cada vez mais difíceis; hoje os nossos filhos querem que os pais estejam desempregados para terem emprego, as coisas estão muito difíceis. A nível da malta jovem, a formação que lhes foi dada foi sempre numa perspectiva negativista; nós hoje vamos a uma faculdade, vamos a uma escola, o que é que foi, o que é a luta dos trabalhadores, aquilo de que estamos a conversar aqui, não existe; hoje fala-se com um jovem do que é que foi o 25 de Abril – ó pá está marcado no calendário, mais nada do que isto sabem e portanto aqui é que houve, de facto, depois uma luta de destruição da evolução da consciência e do conhecimento, em relação a todo o processo que de facto foi desencadeado e que foi um período riquíssimo a nível da luta do movimento operário que foi, de facto, a década de sessenta e tal, setenta e tal; foi um dos períodos mais ricos que tivemos em termos de desabrochar, desenvolver de facto da acção concreta. Portanto daí

que eu digo que, infelizmente, hoje, a nível da juventude temos esse problema, que é uma luta que temos que travar, que eu penso que tem quer ser travada. Não é fácil, não é fácil, mas que a nível da minha geração, da nossa, há muita gente que tem receio de falar a verdade do seu próprio gosto. [...] daí que eu digo que há muita gente que envergonhadamente ou por receio muitas das vezes não dizem aquilo que lhes vai dentro. E isso infelizmente (Barra2, 20-21)

a malta mais nova já vem com uma escola um bocado contra os sindicatos

É evidente que junto das pessoas mais novas as ideias do movimento sindical têm mais dificuldade em entrar, não tenho a menor dúvida disso; isso é uma coisa absolutamente evidente. Porque a malta mais nova já vem com uma escola um bocado contra os sindicatos, um bocado o salve-se quem puder, e isso é cada vez mais evidente, e cada um tenta desenrascar-se da melhor maneira, e não quer muitos compromissos e não quer muitas marcas, principalmente. E as pessoas já vêm um bocado ensinadas, a malta nova já vem ensinada a – não te comprometas muito, anda a pairar sempre. Portanto, essa ideia parece-me absolutamente evidente. (Vieira Mendes, 33)

3.8. A memória “inexistente” do passado

Este papel que muitas vezes a escola acaba por desempenhar torna-se ainda mais marcante para toda uma geração de jovens que não tem experiência directa, nem memória, de outras formas de organização do trabalho, nem de participação em projectos colectivos de luta e de intervenção. Não é apenas a falta de memória do fascismo e do que ele representou para milhões de portugueses, nem das lutas então travadas por um trabalho com direitos, pela democracia, pela liberdade. Liberdade essa que é hoje assumida como um dado adquirido embora esteja fortemente condicionada e sendo, em muitas circunstâncias, mais aparente que real. Se é verdade que já não se é preso e ainda menos torturado, o que foi uma importantíssima conquista de Abril, a verdade também é que o exercício da liberdade pode significar, em determinadas empresas, a perda do direito ao trabalho.

É também a inexistência de memória do que eram as condições de trabalho durante a ditadura, de memória de um tempo em que milhares de trabalhadores através do seu envolvimento e participação activa em lutas e nos processos de mudança as conseguiram transformar, conquistando o direito a um trabalho com direitos e com dignidade. Direitos esses que têm vindo sistematicamente a ser atacados e diminuídos, restando, na sua plenitude, apenas na memória de alguns. Para muitos jovens que chegam hoje ao mundo do trabalho essa é uma realidade que já não conheceram e que se tornou quase incompreensível. Muitos trabalhadores actuais já não sabem o que é o trabalho sem ser precário, desconhecem a contratação colectiva, acreditam que os baixos salários, a mobilidade e o desemprego são

inevitáveis, tornando-se mais difícil a sua sindicalização e participação em movimentos colectivos.

A naturalização das injustiças e das desigualdades, tão presente antes do 25 de Abril e que este veio romper, está hoje de novo presente, acentuando-se com ela a perda de direitos sociais, políticos e económicos. Sendo difícil imaginar a possibilidade de um trabalho com direitos que nunca se conheceram, nem vislumbrando a possibilidade de um modelo alternativo de desenvolvimento, torna-se mais fácil, para muitos trabalhadores, a assimilação da ideologia neoliberal e mais difícil a sua mobilização e envolvimento na luta por uma sociedade mais justa.

não há depois sem haver antes

Quem não viveu muito o antes não avalia o que é depois; (...) como há a falta do antes o depois é diferente; não há depois sem haver antes. O 25 de Abril deu-se porque houve um conjunto de gente que achavam que este mundo não podia continuar e que o nosso país não podia continuar como estava. (...) Acredito que isto ainda vai dar uma volta porque tanto peso fazem em cima que o escravo há-de levantar-se. O que importa é que a gente vá andando e vá construindo. (M^a Emília Reis, Memórias e Vivências do 25 de Abril, dia 30 de Abril de 2008)

3.9. Restrições crescentes ao exercício da actividade sindical

Em todo este período a que nos estamos a reportar têm vindo a ser colocados entraves e dificuldades crescentes ao movimento sindical, a que não será alheio o papel e a intervenção da CGTP contra diversas das medidas políticas, económicas e laborais que têm vindo a ser implementadas, mas também à luta que tem sido desenvolvida em muitas empresas. Com efeito, desde 1976 que a legislação sindical tem sofrido diversas alterações, convergindo todas elas para tornar cada vez mais difícil o funcionamento dos sindicatos e o exercício da actividade sindical. Muitas destas alterações passam pelo pagamento das quotizações sindicais, facilitando que as entidades patronais deixem de proceder ao seu desconto no vencimento dos trabalhadores e ao seu envio posterior para os sindicatos, o que, a par da diminuição do número de trabalhadores em diversos sectores profissionais, vai contribuindo para a asfixia financeira destes. Outras alterações ligam-se também à gestão do crédito de horas dos dirigentes sindicais, agora limitadas em função do número de trabalhadores de cada empresa, o que se traduz numa diminuição do número de horas que os dirigentes sindicais podem dedicar ao trabalho sindical, durante o horário de trabalho. Reduzidas significativamente as receitas sindicais e reduzido o crédito de horas dos dirigentes, diminuem as condições para o exercício efectivo da actividade sindical, para a deslocação às empresas, para o contacto directo com os trabalhadores, para a

edição e distribuição de documentos e outros materiais que permitam divulgar as posições dos sindicatos.

Ao mesmo tempo, em diversas empresas, os activistas sindicais tendem a ser alvos preferenciais de despedimentos, sendo igualmente vítimas de processos disciplinares e de retaliações diversas. Esta questão coloca-se mesmo em relação a diversos trabalhadores, sendo muitos os que hoje se sindicalizam de forma quase clandestina, não querendo que a empresa fique na posse dessa informação. Embora a afirmação proferida em 1976 pelo então ministro do trabalho de que “era preciso quebrar a espinha à Intersindical”, não seja hoje utilizada, continua a estar presente em muitos responsáveis políticos e associações patronais a vontade de diminuir a força e a influência que o movimento sindical ainda tem, por forma a mais facilmente conseguirem implementar as políticas às quais os sindicatos, apesar das dificuldades, têm ainda conseguido opor alguma resistência.

ao longo destes 30 anos de democracia, o afrontamento que houve aos sindicatos

os ataques ao movimento sindical, ao longo deste tempo têm sido permanentes; claro que tem-se sobrevivido e tem-se conseguido sobreviver mas as afrontas são sempre muitas; às vezes quando alguns vêm dizer assim, mas os sindicatos têm pouca força, os sindicatos deviam ter mais força e mais não sei quê, as pessoas nem se apercebem, ao longo destes 30 anos de democracia, o afrontamento que houve aos sindicatos, porque são a única força organizada no terreno; nem os partidos conseguem movimentar os trabalhadores que os sindicatos movimentam; a gente vê aquelas manifestações todas, não é. E portanto eles entendem que têm, é aqui, onde está a oposição, é aqui que eles têm de vir ferrar e ao longo do tempo têm ferrado; não conseguiram liquidar mas têm feito algumas mossas. (M^a Emília Reis, 70)

4. Importância e papel dos sindicatos

Apesar do reconhecimento da existência de maiores dificuldades e constrangimentos à acção e intervenção sindical, os movimentos de trabalhadores e os sindicatos em particular têm desempenhado e continuam a desempenhar um papel social de grande importância na defesa dos direitos dos trabalhadores e na construção de alternativas ao modelo neoliberal dominante. De acordo com Hermes Costa (2008:13)

“não só o trabalho continua a ser uma referência central na organização da vida das pessoas (como diria Robert Castel, o trabalho não foi substituído por outra coisa) como

os sindicatos continuam a ser os principais protagonistas de formas de luta em prol dos trabalhadores e dos seus direitos e, conseqüentemente, em prol do trabalho e da sua dignificação. (...) os sindicatos têm uma palavra a dizer nas nossas sociedades, podendo ajudar a torná-las mais justas e democráticas”

Nas pequenas e grandes lutas travadas ao longo dos anos, seja nas empresas, nos sectores profissionais ou em torno de reivindicações mais gerais, o movimento sindical tem dinamizado importantes movimentações sociais, traduzindo-se a sua intervenção ao longo dos anos num apoio insubstituível para milhares de trabalhadores, que não está contabilizado e que, em geral, nem sequer é referenciado. Para além das grandes acções de massas e de importantes resultados com elas assegurados, há todo um quotidiano de intervenção sindical nas empresas e junto dos trabalhadores que tem permitido a resolução de milhares de problemas a nível colectivo mas também individual.

o dia a dia tem muita importância na defesa dos trabalhadores

se formos contabilizar hoje aquilo que em dinheiro o Sindicato conseguiu para os metalúrgicos, quem diz o Sindicato, diz as outras estruturas, é um indicador interessante. Mas em dinheiro poder-se-ia falar em muitas centenas de milhares de contos, mas também em despedimentos que se evitaram, que se impediram no dia a dia, em salários que foram recuperados porque estavam atrasados, porque foi-se lá, fez-se luta... isto são milhares de situações ao longo destes 30 anos em que eu e outros participámos e que não se dá muita atenção porque estamos mais voltados para aqueles episódios mais especiais, mas o dia a dia tem muita importância na defesa dos trabalhadores em concreto. Eu falei em dinheiro que era dos trabalhadores que, pela via da luta da empresa ou pela luta jurídica, foi entregue aos trabalhadores, era-lhe devido; mas o sindicato (agiu) e eles tiveram (que pagar), nos despedimentos, nisto e naquilo, na resposta às situações de ameaça de desemprego, remunerações em atraso, etc., para já não falar dos aumentos salariais, mas também, na luta de enorme importância que se travou em torno da alteração da legislação laboral, foi uma luta de muitos anos e ainda não está acabada nem estará, que mobilizou muita gente, que teve grande dinâmica e que foi absolutamente essencial para que a situação não fosse alterada. Porque, mesmo depois do 25 de Abril, quando se ganhou o mês de férias e os 30 dias férias, quando se alargou a Segurança Social, não foi só porque estavam lá uns fulanos mais ou menos progressistas no Ministério, foi porque também por baixo houve o acompanhamento, a dinâmica de massas... a partir das empresa a suportar tudo isso (...) Bom, eu acho que a sociedade não dá o devido valor à importância da função sindical, da função dos sindicatos. (Ranita1, 158-159)

Mesmo em períodos de maiores dificuldades na intervenção, como o actual, e de menor influência e capacidade de mobilização dos trabalhadores a actividade e a presença do sindicato continua a ser encarada por muitos como fundamental. Em

momentos de conflito, quando os problemas são mais prementes, quando o salário ou o emprego estão em risco, a presença do sindicato e de dirigentes sindicais nas empresas é, em geral, sentida como uma garantia de que os trabalhadores não estão sozinhos e que alguns mecanismos para defesa dos seus direitos poderão ser despoletados. Sendo uma realidade a existência hoje de um menor número de trabalhadores sindicalizados e de maiores dificuldades para a sindicalização e para a mobilização em torno de objectivos mais gerais, como a contratação, quando há problemas na empresa é no sindicato que muitos trabalhadores confiam, mesmo os não sindicalizados.

quando se sentem apertados, [...] o sindicato é a primeira opção

diz-se hoje muito que os trabalhadores não acreditam nos sindicatos, que cada vez estão mais distante dos sindicatos; sendo certo que hoje não só a actuação, mas também a própria filiação dos trabalhadores não é a que era, como é evidente, mesmo os trabalhadores achando que quando são sócios do sindicato estão a pagar uma quota para que o sindicato lhe resolva o problema dele, antigamente não era assim, a consciência de classe existia de facto; hoje não (...) Apesar de tudo, quando se sentem apertados, e quando o que está em causa é eventualmente o emprego, o sindicato é a primeira opção dos trabalhadores, mesmo daqueles que não são sócios do sindicato, nunca pagaram uma quota. Quando a empresa estremece eles sabem onde hão-de bater, onde hão-de telefonar, onde hão-de vir, sabem isso. [...] E depois de saber que a situação é aquela, a solução passa por bater a uma série de portas, dos ministérios, do governo civil, do próprio governo, das câmaras e não sei quê, tentar evitar que aquilo chegue ali (Palmira, 92-93)

é a certeza de que não estão sozinhos

(e que importância tem para os trabalhadores a vossa ida lá) sentir-se acompanhado; não nos deixe sozinhos; é uma coisa curiosa. Mesmo quando a gente diz, meus amigos vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance mas provavelmente a situação vai ser o encerramento e, nessa altura, nós vamos discutir quais são os melhores caminhos para vocês não ficarem prejudicados; quantas vezes a gente tem que dizer isto. (...) chegaste lá, foste lá, estiveste com eles, deste as várias soluções que entendias, foste reunir com a administração, trouxeste da administração a palavra para os trabalhadores e depois dizes assim, amanhã é outro dia, vamos ver, aquilo que tu ouves em primeiro lugar é sempre – não nos abandone, apesar de saberem que a situação vai ser aquela, o que é uma coisa curiosa; é a certeza de que não estão sozinhos. Eles estão sozinhos até determinada altura e quando sentem que há alguém que pode eventualmente minorar a sua situação imediatamente eles se agarram e confiam, que é curioso, confiam, de facto, confiam e querem que a gente esteja com eles ali até ao fim. (Palmira, 93)

**III - A PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS DA CGTP:
DIMENSÕES EDUCATIVAS E PROCESSOS DE
FORMAÇÃO**

A PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS DA CGTP: DIMENSÕES EDUCATIVAS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO

Até ao momento procuramos aprofundar a estreita articulação entre as histórias de vida dos nossos interlocutores, os seus percursos de formação e as profundas transformações sociais, políticas, económicas, culturais e no mundo do trabalho que foram ocorrendo, que os influenciaram e que eles influenciaram, contribuindo para a sua construção identitária, para o aprofundamento da sua consciência social e política e para que se tenham vindo a assumir crescentemente como actores e autores sociais. No decurso das suas histórias de vida e de formação, na sequência da participação em processos de luta diversos, do início de uma intervenção política mais activa, da rede de relações que foram estabelecendo, em resultado do próprio contexto social e político, todos desempenharam, ou desempenham ainda, um papel activo no movimento sindical, assumindo responsabilidades em diferentes sindicatos e estruturas sindicais da CGTP.

Ao reflectirem sobre o seu percurso de formação e sobre as aprendizagens realizadas ao longo da vida, todos atribuem uma enorme importância às experiências vivenciadas no âmbito do movimento sindical, e também noutros contextos de intervenção social e política, reconhecendo que a sua participação e a actividade desenvolvida deram origem a grandes transformações pessoais, permitiram a realização de muitas e diferentes aprendizagens e a construção de múltiplos conhecimentos e saberes. Este reconhecimento leva a que, unanimemente, afirmem o movimento sindical como uma grande “escola”, mas uma escola com características específicas e diferentes do modelo escolar dominante, estreitamente associada à acção e ao quotidiano da intervenção sindical, centrada nos sujeitos sociais em formação e na construção conjunta de saberes. Uma escola sobre a qual importará reflectir, explicitando e dando visibilidade às dimensões educativas e aos processos de formação presentes na actividade sindical e aos sentidos e significados que lhes são atribuídos.

Abraham Pain (1990:130) põe em evidência a importância estratégica e decisiva da educação informal e dos processos educativos informais, propondo uma inversão do modo tradicional de analisar as situações educativas, estudando-as, não a partir de qualquer intencionalidade educativa explícita, mas em função da influência e dos

efeitos educativos que originam, reconhecendo que muitas actividades da vida quotidiana, cujo objectivo não era educativo, provocavam nos seus participantes mudanças nos conhecimentos, nas capacidades e nos comportamentos, decorrentes da aquisição de conhecimentos na acção e da capitalização das experiências individuais e colectivas.

É este reconhecimento que torna necessário dar uma outra atenção, do ponto de vista educativo, às organizações sociais, a situações, estruturas e acções que se passam fora dos contextos educativos formalizados, que não têm por objectivo primeiro exercer uma influência educativa sobre os indivíduos, não tendo um conteúdo definido previamente nem programa pré-estabelecido, mas que efectivamente provocam efeitos educativos inesperados, como é o caso da participação nas lutas sociais e no movimento sindical. De acordo com Peruzzo (2002),

“As pessoas, ao participarem de uma práxis quotidiana voltada para os interesses e necessidades dos próprios grupos a que pertencem ou ao participarem de organizações e movimentos comprometidos com interesses sociais mais amplos, acabam inseridas num processo de educação informal que contribui para a formação para a cidadania”.

Nesta perspectiva, iremos então procurar analisar, de uma forma mais sistematizada, e a partir das percepções e reflexões dos nossos interlocutores, de que “escola” eles nos falam e que concepção de educação/formação lhe está subjacente, como a actividade sindical em que participaram/participam (nos sindicatos, uniões, federações sindicais, CGTP) contribuiu para a sua formação e construção identitária e para a formação de outros trabalhadores, que aprendizagens mais significativas consideram ter realizado e como as realizaram, quais os processos de formação vivenciados que identificam e assumem como mais relevantes, que papel atribuem às suas experiências enquanto activistas e dirigentes sindicais.

Esta análise implica pensar os sindicatos e o movimento sindical enquanto contextos informais e não formais de formação, dando atenção aos efeitos educativos que provocam nos seus intervenientes a participação nas acções de luta e no quotidiano da actividade sindical, que não têm explicitamente qualquer intencionalidade formativa, mas também a participação em iniciativas explicitamente pensadas com o objectivo de serem formativas, como são os cursos de formação sindical, seminários, conferências, debates e algumas reuniões ou encontros temáticos.

Sendo, ou tendo sido, todos os nossos interlocutores dirigentes de sindicatos filiados na CGTP, quando nos contam e nos falam sobre as suas experiências sindicais é dos sindicatos e estruturas de que foram ou são dirigentes que nos estão a falar e é também, de alguma forma, mais ou menos explícita, da própria CGTP e da sua história. No entanto, e como já foi referido, não é objectivo deste trabalho fazer nenhuma análise global sobre a CGTP nem sobre os sindicatos de que estas pessoas são ou foram dirigentes. Pretende-se apenas reflectir sobre as dimensões e processos formativos que os nossos interlocutores reconhecem como tendo sido para si mais marcantes no decurso da sua actividade sindical, com a consciência, por eles assumida, que o seu percurso de formação, no âmbito do movimento sindical, não é dissociável destes sindicatos serem filiados na CGTP, da concepção de sindicalismo defendida, das características específicas da sua organização, dos princípios e valores que a enformam, da sua história, dos seus objectivos, dos projectos, dinâmicas e formas de intervenção que marcam a sua identidade. Uma identidade em que os nossos interlocutores se revêem, em cuja construção participaram/participam activamente, e que, de acordo com a Declaração de Princípios e Objectivos Programáticos da CGTP¹⁰¹, *“é definida pelas raízes históricas da sua cultura e experiência sindicais, pela sua natureza de classe e pelo carácter dos princípios por que se rege na sua estrutura e formas orgânicas e na sua acção político-sindical”*.

Como afirmam Marcel Lesne e Y. Minvielle (1990), os valores, hábitos, tradições e ritos diversos, as disposições organizacionais, o que designam por *“cultura organizacional”*, constituem uma experiência fortemente socializadora e formadora de identidades. O quadro institucional, o modelo organizativo e o funcionamento real de uma empresa, de um grupo de formação, de uma associação, de um sindicato, têm efeitos educativos sobre os seus membros (Pain, 1991:62), sendo mais facilitadores de aprendizagens os contextos que permitem vivenciar situações diferenciadas e induzem o sujeito a agir (Pain, 1990:168), pelo que importa analisar as condições de transmissão, de aceitação e apropriação de mensagens explícitas e implícitas, com ou sem intencionalidade educativa, próprias de um determinado meio (Pain, 1991:62).

Entre o conjunto de princípios que a CGTP assume serem os seus *“a unidade, a democracia, a independência, a solidariedade e o sindicalismo de massas”*, três deles (a democracia, a solidariedade e o sindicalismo de massas) surgem com mais frequência, de forma implícita ou explícita, nas reflexões e análises dos nossos interlocutores quando equacionam o movimento sindical enquanto contexto

¹⁰¹ In www.cgtp.pt

educativo/formativo, pelo que entendemos pertinente transcrevê-los da Declaração de Princípios já citada.

O princípio da democracia é entendido

“como um direito e dever de todos os trabalhadores na sua acção político-sindical, exercitando a prática de uma democracia simultaneamente representativa e participativa”, tendo como “alicerces a participação activa dos trabalhadores na vida das estruturas sindicais, na definição das reivindicações e objectivos programáticos, na decisão sobre as formas de intervenção e luta, na eleição e destituição dos órgãos dirigentes, [...], na liberdade de expressão e discussão de todos os pontos de vista existentes no seio dos trabalhadores e no respeito integral pelas decisões maioritariamente expressas [...]”.

O princípio da solidariedade expressa

“a solidariedade entre todos os trabalhadores [...], combatendo o egoísmo individualista e corporativo, lutando pela emancipação social dos trabalhadores portugueses e de todo o mundo, pela superação da dualidade de desenvolvimento entre o Norte e o Sul, pela descolonização, pela erradicação da guerra, da fome, da miséria, da doença e do analfabetismo, pela universalização da Paz e dos Direitos Humanos na sua dimensão política, económica, social e cultural e lutando pelo fim da exploração capitalista [...]”.

O princípio do sindicalismo de massas reflecte o assumir pela CGTP que

“nela se organizam e participam todos os trabalhadores, independentemente da sua raça, crença religiosa ou do partido a que pertençam” e que a sua acção assenta “numa permanente audição e mobilização dos trabalhadores e na intervenção de massas nas diversas formas de luta pela defesa dos seus direitos e interesses e pela elevação da sua consciência política e de classe” (ibidem)

As dimensões educativas e os processos de formação presentes nos sindicatos, estando estreitamente associadas ao quotidiano da intervenção sindical, aos projectos culturais, sociais e políticos que lhes estão subjacentes, a processos e tradições de luta, reivindicação e militância sindical e política, não são dissociáveis dos diferentes períodos históricos e da situação no mundo do trabalho nem das transformações que neles ocorrem e que importa ter presente pelas suas repercussões na actividade e funcionamento das estruturas sindicais. Este facto torna-se bem patente ao procurar estudar a influência educativa/formativa da actividade sindical nos últimos 40 anos,

anos esses que abarcam períodos claramente distintos em termos políticos, sociais, económicos e laborais, como salientamos nos capítulos anteriores, com enormes incidências nos movimentos e organizações de trabalhadores e na sua história. Como afirmam Peter Berger e Thomas Luckmann (2003:66) *“As instituições têm sempre uma história da qual são produtos. É impossível uma compreensão adequada de uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida”*.

Como já referimos, a CGTP - Intersindical Nacional foi fundada ainda antes do 25 de Abril (30 de Outubro de 1970), na sequência da luta de importantes sectores de trabalhadores, a partir de reuniões intersindicais, funcionando numa situação de semi-clandestinidade, e assumindo um importante papel no projecto comum a todos que se opunham à ditadura – o derrube do fascismo e a conquista da liberdade. Também neste período, a conquista da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, por uma lista da confiança dos trabalhadores, criou as condições para o desenvolvimento e aprofundamento de uma nova concepção do trabalho sindical, assente na ligação aos trabalhadores e às empresas, no acompanhamento próximo e directo dos problemas destes, no crescente envolvimento e participação dos trabalhadores na actividade sindical.

Após o 25 de Abril, a Intersindical e os sindicatos que a integram assumiram um papel de relevo em todo o processo revolucionário, na conquista, pelos trabalhadores, de direitos fundamentais, no projecto de construção de um país novo em que participaram e se formaram largos milhares de pessoas.

A partir do chamado período de normalização e da institucionalização do regime democrático, a actividade da CGTP, e dos sindicatos nela filiados, é marcada pela divisão do movimento sindical, com a criação da UGT, e, essencialmente, por uma intervenção de natureza defensiva, em torno da salvaguarda de direitos alcançados com o 25 de Abril e contra novas formas de exploração, mas também pela apresentação de reivindicações diversas visando a melhoria das condições de vida e de trabalho, algumas das quais se vieram a traduzir em novas conquistas pelos trabalhadores.

Sendo cada um destes períodos marcado por especificidades significativas, com enormes implicações nas condições de vida e de trabalho das pessoas, na actividade das diferentes organizações de trabalhadores, nos objectivos e nas características das lutas sociais desenvolvidas, na existência ou não de grandes projectos unificadores e mobilizadores, há dimensões educativas e processos formativos resultantes da intervenção sindical que estão presentes em todos eles e que importará realçar, embora com intensidades e repercussões diferenciadas ao nível da formação dos trabalhadores e dos activistas e dirigentes sindicais.

A maior ou menor participação dos trabalhadores na actividade sindical, o nível de ligação dos dirigentes e activistas sindicais aos trabalhadores e aos seus problemas, a existência ou não de redes de delegados sindicais, o maior ou menor grau de democraticidade nos processos de decisão, as condições para o desenvolvimento de um trabalho colectivo são, entre outros, factores que claramente têm influência nas potencialidades formativas do movimento sindical.

Para os nossos interlocutores o início de uma intensa participação no movimento sindical verificou-se, como já referimos, em diferentes momentos. A entrada para a direcção do sindicato e a assunção de responsabilidades, enquanto dirigentes, ocorreu, para alguns, ainda antes do 25 de Abril, associado à conquista do sindicato corporativo, para outros, imediatamente a seguir à Revolução de Abril, num processo de construção de muitos sindicatos e de uma grande participação social, ou já em 1980, numa fase de retrocesso face a algumas das conquistas anteriormente alcançadas e de regressão dos direitos sindicais, mas num período ainda de grande mobilização e participação dos trabalhadores em processos de luta.

A forma como os nossos interlocutores vivem e sentem hoje o movimento sindical, os sentidos que atribuem às suas vivências e experiências nos diversos contextos sindicais em que estiveram ou estão ainda envolvidos, as aprendizagens que realizaram, não podem ser desligadas das suas histórias de vida nem da história da CGTP, com a qual se identificam, dos diferentes momentos sociais e políticos que as atravessam, designadamente do que foram as suas condições de vida e de trabalho no período do fascismo e da referência incontornável que o 25 de Abril constitui, do momento em que iniciaram uma participação sindical activa. E, não podem igualmente ser desligadas das responsabilidades sindicais que assumiram, das novas redes de relações e de afectos em que se inseriram, de certos acontecimentos que protagonizaram, do que a sua participação significou, e significa, na enorme transformação das suas vidas e do espaço de realização pessoal que, indiscutivelmente, a actividade que desenvolveram/ desenvolvem se constituiu.

Sendo percursos de vida semelhantes aos de muitos outros dirigentes sindicais, que vivenciaram experiências parecidas ou mesmo comuns, que estiveram lado a lado em muitas lutas e iniciativas, algumas particularmente marcantes e significativas, muitos dos quais certamente se revêem nas leituras que os nossos interlocutores fazem, não deixará de haver outras leituras possíveis da experiência da participação sindical, mesmo por pessoas que desenvolveram actividade sindical nos mesmos períodos e em situações idênticas. Pessoas mais novas que chegam hoje ao movimento sindical, mesmo provenientes de sectores operários, tiveram já percursos de vida, de formação e de escolaridade muito diferentes, porque a realidade política,

social, cultural, económica e laboral modificou-se profundamente e com ela alteraram-se as condições de vida das famílias operárias, como se alterou também a própria vivência sindical.

A forma como os nossos interlocutores nos falam das suas vivências e aprendizagens no movimento sindical e dos significados que lhes atribuem, não pode ainda ser desligada do facto de todos eles terem exercido, ou exercerem, responsabilidades de direcção ou mesmo de coordenação nos respectivos sindicatos, em uniões e federações sindicais ou de participarem em organismos de direcção da CGTP, tendo estado por largos períodos a tempo inteiro no sindicato. Ao assumirem estas responsabilidades, assumiram igualmente um importante poder de participar e de influenciar, por vezes de forma determinante, as decisões sobre a actividade a desenvolver e sobre o funcionamento da estrutura sindical, pelo que, à medida que se vão formando e transformando, enquanto dirigentes sindicais, contribuem também, pelas suas análises e pela sua intervenção, para a construção do movimento sindical, para a transformação dos contextos sindicais onde se inserem e das potencialidades formativas destes. As transformações que se operam no movimento sindical, estando condicionadas por diversos constrangimentos exteriores a ele, designadamente alterações de natureza política e no mundo do trabalho, não deixam de ser influenciadas pelas análises que os seus principais protagonistas e intervenientes vão fazendo e pelas decisões que, em cada momento, são capazes e têm condições de tomar.

Tendo desempenhado por períodos longos de tempo responsabilidades de direcção na estrutura sindical, a diferentes níveis e em diferentes momentos sócio-históricos e políticos, a história de vida e de formação dos nossos interlocutores é indissociável da história do movimento sindical português, particularmente da história dos sindicatos e estruturas sindicais onde participaram/participam de uma forma mais activa, cruzando-se e interligando-se estreitamente com a história e as histórias de luta dos trabalhadores portugueses. A partir das suas memórias, experiências, vivências e reflexões trazem-nos as suas representações e os seus saberes sobre o movimento sindical, sobre a importância e o papel que a participação em sindicatos e outras estruturas da CGTP e na própria CGTP, tiveram/têm na sua formação e na formação de outros trabalhadores, sobre as transformações ocorridas na actividade sindical e como elas se reflectem na formação dos trabalhadores e dos quadros sindicais.

Decorrendo o essencial das aprendizagens do quotidiano da participação e intervenção sindical, as dimensões formativas e os processos de formação encontram-se estreitamente associados e articulados, como é bem patente nos discursos e análises dos nossos interlocutores. As aprendizagens que assumem ter feito no

decurso da sua intervenção política e social e da acção sindical, os conhecimentos e saberes construídos, não são independentes do conjunto de processos formativos permanentemente em presença no terreno, que identificam e de que nos falam. E estes processos também não são independentes dos objectivos da acção e da intervenção sindical, dos conhecimentos e saberes que vão sendo produzidos e investidos na acção e nas dinâmicas de formação, dos sentidos que os seus intervenientes atribuem a toda a sua actividade.

Com a consciência desta estreita articulação, a opção por abordar as dimensões formativas da participação sindical e os processos de formação decorrentes dessa mesma participação em dois capítulos autónomos, tem como principais objectivos a sua maior explicitação e visibilidade, contribuindo para uma maior desocultação das potencialidades educativas/formativas e emancipatórias da experiência e da acção sindical e para a (re)valorização dos movimentos de trabalhadores e dos sindicatos enquanto contextos educativos/formativos.

**DIMENSÕES EDUCATIVAS
DA PARTICIPAÇÃO SINDICAL**

DIMENSÕES EDUCATIVAS DA PARTICIPAÇÃO SINDICAL

É reconhecido por muitos dirigentes sindicais que a participação em processos de luta e o envolvimento regular na actividade sindical se traduz na vivência colectiva de uma multiplicidade de experiências que dão origem a inúmeras aprendizagens, à construção partilhada de grande número de conhecimentos e saberes e a profundas transformações pessoais.

A partir das narrativas dos nossos interlocutores sobre as suas próprias experiências e sobre o que consideram serem as aprendizagens mais significativas por si realizadas, e por outros trabalhadores e activistas sindicais, iremos neste capítulo procurar desocultar diferentes dimensões educativas presentes em processos de luta e na actividade sindical e que levam os nossos interlocutores a considerá-la como uma “escola” de formação pessoal, social, cívica, cultural e política, permitindo-lhes ter uma outra visão da vida, do mundo e de si próprios, enquanto participantes activos nos processos sociais.

Sendo que o início das aprendizagens no âmbito do movimento sindical se dá, para muitos trabalhadores, através da sua participação em processos de luta diferenciados que ocorrem, em geral, no interior das empresas, e em que participam, vindo alguns a ser eleitos como delegados e/ou dirigentes sindicais, iremos centrar-nos, num primeiro momento, nas aprendizagens e saberes que os nossos interlocutores consideram poderem resultar da participação em acções de lutas diversas. Num segundo momento procuraremos aprofundar as aprendizagens e saberes resultantes de uma intervenção activa e regular no quotidiano da acção sindical, intervenção essa desenvolvida essencialmente pelos dirigentes sindicais com maiores responsabilidades no sindicato.

1. A participação em processos de luta: o que as lutas ensinam

Têm sido muitas as acções de luta em que os nossos interlocutores, e milhares de outros trabalhadores, se têm envolvido, ao longo dos anos, em torno de objectivos diferenciados e assumindo formas e características diversas. Muitas destas lutas

realizaram-se e realizam-se ao nível dos locais de trabalho, em torno de reivindicações específicas, e muitas outras a um nível mais geral, em torno de problemas comuns a amplos sectores de trabalhadores. Sendo que um certo tipo de reivindicações tem sido semelhante em diferentes períodos sócio-históricos, outras há estreitamente associadas às condições políticas mais gerais que se vivem e que interferem nas relações laborais. Se antes do 25 de Abril, muitas das acções de luta, mesmo que por objectivos específicos, não deixaram de estar associadas a processos mais amplos de luta contra o fascismo e pela liberdade, já no 25 de Abril as lutas travaram-se em torno da conquista de direitos, num momento em que muitos trabalhadores se assumiram como construtores activos de uma nova realidade política e social e de um país novo. No período seguinte e até aos dias de hoje, num quadro de desregulação crescente das relações laborais e de menor mobilização dos trabalhadores, muitas das lutas desenvolvidas, seja directamente nas empresas ou em iniciativas mais globais, passaram a ser pela conquista de novos direitos (como as 40 horas de trabalho) ou em defesa de direitos alcançados no 25 de Abril, em defesa do direito ao trabalho e contra diversas alterações à legislação laboral. Como afirma Licínio Lima (2005:88-89) não sendo hoje

“possível ignorar quanto o espírito do tempo se revela, a vários títulos, em oposição aos ideais de democratização e de emancipação social [...] não significa que esse tempo seja linear, constante e homogéneo e, sobretudo, imutável, não pontuado, como de facto é, por processos de resistência, de luta e de reivindicação política e social”.

Assumindo reivindicações, formas e expressões diferentes, circunscritas aos locais de trabalho ou sendo mais abrangentes, com diferentes níveis de participação, o envolvimento de milhares de trabalhadores em processos colectivos de intervenção e luta tem-se traduzido para muitos em importantes espaços e momentos de formação e de construção de identidades individuais e colectivas, de questionamento, de vivência de novas redes de relações e de realização de múltiplas aprendizagens.

nestes últimos dias aprendi mais que na minha vida toda

Inúmeras vezes ouvimos os trabalhadores, no fim dos processos (de luta) [...] dizerem que jamais lhes tinha passado pela cabeça que uma situação destas era tão complicada; que nestes últimos dias, às vezes é assim - nestes últimos dias aprendi mais que na minha vida toda; quantos dizem isto, que é muito giro; quantos; aprendi mais que na minha vida toda; alguma vez eu pensei que eu ia fazer isto, eu ia fazer aquilo, eu ia (Palmira, 94)

1.1. O trabalhador como sujeito de direitos

A participação em processos de luta permite a muitos trabalhadores apreenderem-se como sujeitos de direitos (laborais, sociais, económicos, culturais e políticos), passando a exigir o reconhecimento da sua dignidade e a recusar a inevitabilidade das situações de exploração e injustiça com que são confrontados. Na sequência de um processo de luta em que activamente participam, diversos trabalhadores passam a perceberem de uma outra forma as condições de trabalho, de vida e de exploração a que estão sujeitos e que muitas vezes, até então, nunca tinham questionado ou sentido a necessidade/possibilidade de exigir a sua alteração.

A decisão de participar numa acção de luta e de inserção num movimento colectivo de intervenção reflecte, em diversas circunstâncias, uma ruptura com concepções anteriores sobre os seus direitos enquanto trabalhador e a percepção que os problemas com que cada um se confronta não são apenas individuais, mas colectivos, perante os quais não se pode mais permanecer passivo, exigindo uma intervenção conjunta.

No decurso da luta em que se empenham, nos processos colectivos desenvolvidos e em que marcam presença, nas discussões realizadas, no novo espaço de relação com os colegas de trabalho, ou com outras pessoas, que a luta constitui, torna-se claro para muitos trabalhadores que têm direito a exigir direitos e a lutar por eles. E, neste processo, são inúmeros os conhecimentos e saberes que colectivamente se constroem e os trabalhadores que descobrem, em si mesmos, e desenvolvem, capacidades de resistência, de comunicação, organização, direcção e mobilização que não imaginavam.

“Num processo contraditório, ambíguo e pouco definido [...] todos aprendem muitas coisas. Muitas ideias circulam. Vão acontecendo transformações individuais de diversas e diferentes dimensões. Às vezes, extraordinárias. Os populares transformam-se, assumem responsabilidades, começam a construir uma compreensão comum entre eles. Vão mudando as condições, tornando-se autores sociais. Conseguem algumas conquistas, vitórias. Sofrem derrotas. Vão-se conformando identidades” (Sousa, J.F., 1997:51)

O momento que actualmente se vive, com a generalização de situações de despedimento e de encerramento de empresas, é elucidativo da disposição de muitos trabalhadores para se envolverem activamente em processos de luta, apesar dos constrangimentos de tipo diverso que hoje se colocam à acção reivindicativa e que

levam outros a assumirem posturas de resignação, como já referimos no capítulo anterior.

Postos perante o que lhes é apresentado como factos consumados, e apesar de apoios sociais hoje existentes, resultantes de anteriores lutas e movimentações, muitos trabalhadores não se conformam, resistem, mobilizam-se e lutam pelo direito ao trabalho, pela defesa do emprego, contra o encerramento de empresas ou os salários em atraso, pelo direito à dignidade. Muitos tomam a iniciativa da denúncia de situações de gestão danosa ou de falências fraudulentas, do protesto, do contacto com o sindicato, dão a cara, falam, reúnem, intervêm, impedem a saída de equipamento das instalações, exigem a salvaguarda dos seus direitos, apresentam-se detentores de inúmeros conhecimentos e saberes, que nem sempre teriam consciência de possuírem. Como diz Rosali Caldart (2000)

“[...] participar do movimento da luta vai educando um jeito específico de ser humano, que potencializa o principal traço da humanidade, que é a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si própria, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história”.

Neste processo, em que activamente participam, é assim uma outra dimensão de si mesmos, como seres humanos e como sujeitos de direitos, da sua vida e da história, que começa a configurar-se e que os leva a assumir uma postura social mais interveniente e mais inconformada.

Então, respeite-me se faz favor

as pessoas não se conformam quando têm um processo na empresa que os conduz ou ao despedimento ou ao encerramento da empresa e portanto ao despedimento indirecto, ou às lutas travadas por isto ou por aquilo, e amanhã vão para uma outra empresa, eles não são conformistas. [...] a Tentativa é uma das empresas que me lembro porque surgiu uma coisa muito gira (na sequência do encerramento), que elas eram colocadas noutras empresas e tinham uma chefe que vinha para a beira delas berrar, elas olhavam assim para ela – olhe, mas para quem é que você pensa que está a falar? Conhece-me de algum lado? Do tipo - quer ser respeitada? Então respeite-me se faz favor. Ou depois virem ao sindicato, eu vim-me embora daquilo, que é isso, era o que faltava, mas elas pensam o quê, pensam que eu ... é por isso que uma parte substancial dos nossos trabalhadores, quando as empresas fecham, não querem regressar ao sector. Porque sabem que no sítio onde estavam o ambiente não era bom mas vão para ambientes que são piores ainda [...] são empresas até dez trabalhadores, sem condições rigorosamente nenhuma, e é aí que essas pessoas são colocadas. (Palmira, 94-96)

o direito a exigir mais no trabalho, a ser tratadas com dignidade

E, eu lembro-me que as trabalhadoras da Tentativa, algumas delas, chegaram ali ao sindicato e disseram assim – vim-me embora de onde estava, sabem uma coisa? Queriam-nos pôr a trabalhar sentadas em bancos da cozinha; a costureira está sentada numa cadeira que tem que ser adaptada às suas costas e à sua altura, o encosto tem que ir para trás ou tem que ir para a frente consoante a costureira está a aliviar as costas ou não. Sentada num banco, que não tem onde te apoiares não tem nada é do pior que pode acontecer. A gente esteve lá a manhã, viemos embora; umas poucas assim; não, não aguentam, quer dizer, esta gente ganha uma consciência dos direitos que tem, enquanto trabalhador. De facto as pessoas adquirem o direito a exigir mais no trabalho, a ser tratadas com dignidade, que, normalmente, este tipo de exigência não se coloca quando as pessoas vão pela primeira vez para uma empresa, não têm esse conhecimento. (ibidem)

a luta acabou por lhe dar luzes do que ela pode ser enquanto mulher, enquanto cidadã, enquanto trabalhadora que merece respeito

Quando adquirem, ao longo dos anos, esse conhecimento, e a luta depois acabou por lhes dar luzes do que ela pode ser enquanto mulher, enquanto cidadã, enquanto trabalhadora que merece respeito, quando ela vai para outro local e a querem tratar pior, ai, minha amiga, aquilo é uma senhora. Portanto, isto, de facto, dota-as da consciência dos direitos que têm. [...] Eu acho que a gente aprende muito com eles; a gente às vezes tem a mania de dizer – ah, os trabalhadores não percebem; caramba, alguns são finos como o arco da velha. Nós aprendemos sempre muito mas eu estou convicta que os trabalhadores aprendem também, aprendem, há sempre alguma coisa que fica ali, particularmente esta questão dos direitos. (ibidem)

1.2. Lutar vale a pena

Apesar das profundas transformações sociais, económicas e políticas que marcaram os últimos 40 anos, com alterações muito significativas a nível da correlação de forças e da capacidade dos trabalhadores conquistarem ou defenderem os seus direitos, as lutas travadas ao longo dos anos têm-se traduzido na aprendizagem por muitos de que lutar vale a pena. Foi a luta dos trabalhadores que contribuiu para o fim do fascismo, foi a luta que permitiu a conquista de inúmeros direitos após o 25 de Abril, é a luta que, no período actual, tem continuado a assegurar a satisfação de importantes direitos e reivindicações e que tem impedido que diversas exigências apresentadas pelos grandes grupos económicos e por associações patronais, no que respeita à redução de direitos laborais, sociais e políticos e à alteração desfavorável de legislação, avancem ou avancem à velocidade por estes pretendida.

Independentemente dos resultados alcançados pelas lutas travadas, a participação numa acção colectiva permite, a quantos nela participam, o envolvimento

em redes de solidariedade e “*numa narrativa partilhada da dificuldade*” (Sennett, 2001:224) que facilitam a tomada de consciência de que não estão sozinhos e muito menos são responsáveis pelas situações, por vezes dramáticas, com que podem estar a ser confrontados. O facto de ganharem uma dimensão colectiva, os problemas até então sentidos como individuais, contribui para que cada um passe a sentir-se membro de um grupo, com o qual partilha agora uma outra dimensão da sua história, atribuindo um sentido mais amplo e global aos seus problemas e atribuindo-se a si próprio um outro papel social.

uma pessoa parada não resolve o problema

Tivemos muita luta pela frente, mas penso que valeu a pena, valeu a pena porque se nós parássemos não tínhamos hoje o que temos (Amália2, 4) (O espírito de união entre as trabalhadoras resultou) das lutas e dos benefícios que tivemos, porque sair de uma situação que em Outubro, Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março não se trabalhava e depois trabalhava-se os outros meses todos até às 2 da manhã, até às 3 da manhã; às vezes estávamos o dia todo à porta da empresa e só vinha o peixe à noite, e trabalhávamos a noite toda, e depois passar a ter um horário fixo. [...] nessa altura foi muito bom; [...] muitas pessoas despertaram por causa disso, viram que de facto valia a pena lutar para ter alguma coisa, porque senão não tinham; e eu penso que é isso que hoje elas devem dizer aos filhos, muitas devem dizer aos filhos, como eu digo aos meus e digo amanhã aos meus netos, uma pessoa parada não resolve o problema (Amália2, 16-17)

entramos pela Exponor e conseguimos um bom contrato

uma luta que eu posso aqui realçar foi quando nós estávamos a negociar o contrato da construção civil, no ano de 1986, aqui no Porto, e as negociações decorreram na Exponor. Eu nunca mais me esquece que nós mobilizamos 600 trabalhadores para se concentrarem em frente à Exponor e os trabalhadores foram em massa e o patronato disse que não queria negociar o contrato [...]. E então entramos pela Exponor e conseguimos um bom contrato (Albano, 28-29)

1.3. O valor da solidariedade

A participação em processos de luta significa para muitos trabalhadores a intervenção em defesa dos seus direitos, mas significa também a defesa dos direitos de outros trabalhadores. E, em diferentes circunstâncias, significa igualmente assumir a defesa de interesses e direitos de outros, mesmo que os seus, individualmente considerados, possam não estar, pelo menos de imediato, a ser postos em causa. Ao longo da história do movimento operário são incontáveis as situações em que os trabalhadores desenvolveram acções de solidariedade e se envolveram em redes solidárias com outros, apoiando as suas lutas e assumindo como seus os problemas de quem, por motivos diversos, não estava em condições de lutar. Nos dias de hoje,

muitos dos trabalhadores que participam activamente em processos de luta contra a precarização e desregulação das relações laborais, ou contra o desemprego, não são os que já se encontram nessa situação de maior fragilidade e, por isso mesmo, com maiores dificuldades em se inserirem em processos colectivos de intervenção e reivindicação. Num quadro de crescente individualização das relações de trabalho, de aumento da insegurança e da instabilidade profissional, de perda de uma certa identidade colectiva, e de maiores dificuldades de mobilização, são ainda muitos os que demonstram a capacidade de sentir os problemas dos outros e de lutar por eles, identificando-os como questões que exigem uma intervenção colectiva e solidária.

Através da sua participação foram desenvolvendo uma consciência colectiva enquanto trabalhadores, reconhecendo e assumindo a solidariedade como um valor fundamental a preservar e defender e recusando, desse modo, a submissão às lógicas individualistas e competitivas da ideologia neoliberal. O envolvimento em processos de luta tem representado, e continua a representar, para diferentes trabalhadores, embora em condições diversas, a aprendizagem de formas solidárias de relação social e a defesa e preservação de culturas solidárias, fundamentais no equacionar de outros mundos possíveis.

Tomé Feteira- uma luta que marcou a mudança dos tempos de acção sindical

Ainda ontem li no jornal a notícia da alienação das instalações e equipamento da Tomé Feteira, em Vieira de Leiria, e pude recordar a luta então lá travada, luta que marcou a mudança dos tempos de acção sindical. Os trabalhadores da Tomé Feteira, como em muitas outras empresas, antes do 25 de Abril, entraram em greve porque não obtinham a satisfação das suas reivindicações. A empresa não cedeu e aos trabalhadores pôs-se a questão de saber: como é que saímos da situação? Voltamos ao trabalho ou aguentamos a greve até Resolveram continuar a greve. Mas precisavam de comer. E os filhos também! Para responder a estas necessidades desenvolveu-se uma luta a todos os títulos comparável com a acção de solidariedade com os pescadores de Matosinhos em greve. Com a diferença de a mobilização para essa solidariedade com os pescadores ter sido feita no quadro do movimento da Oposição Democrática e, esta, com uma dimensão nacional e plurisectorial, foi efectuada pelos metalúrgicos, no quadro do funcionamento legal dos sindicatos corporativos, apoiada em propaganda que explicava aos trabalhadores, de Norte a Sul, as razões da luta. Mas, feito de tal forma que o dinheiro recolhido entre os trabalhadores, era posteriormente contabilizado e era editada nova propaganda que explicava aos trabalhadores quanto é que se tinha recebido, de quais empresas e como tinha sido utilizado o dinheiro. É claro que, hoje, não se verá aqui nada de especialmente relevante; dir-se-á: mas isso foi, apenas, uma obrigação democrática. Mas, na altura, era isso e era muito mais do que isso; era uma forma de, nas condições de repressão do regime, manter activa a informação, a discussão, a propaganda daquela luta, contribuindo para elevação da consciência social e política dos trabalhadores. (Ranita2, 16)

achávamos que era injusto, todas parávamos

eu lembro-me que castigavam uma trabalhadora e nós achávamos que era injusto, todas parávamos e ela vinha trabalhar. [...] elas batiam-lhe o pé (exemplo de uma fábrica), com um espírito, uma união muito forte entre os trabalhadores; no sector das conservas era muita união. Aliás havia uma fábrica que não recebia salário e nós arranjávamos fábricas com salário em dia a lutar para que as outras tivessem trabalho, tivessem o salário. (Amália2, 16-17)

sinto-me um sindicalista feliz

eu sinto-me um sindicalista feliz porque acho que muitos trabalhadores e seus familiares já sentiram a intervenção deste sindicato na resolução dos seus problemas – os trabalhadores da Tabopan, os trabalhadores da William Graham, os trabalhadores do Campo Alegre, a nossa luta por eles receberem as suas indemnizações de há dez, doze anos; [...] há três anos, trouxemos sete camionetas da Tabopan, de Amarante, e o trânsito até ao castelo do Queijo esteve interrompido para que os trabalhadores recebessem (Albano, 29-30)

1.4. A importância da participação social

A participação de um trabalhador num processo de luta a nível da empresa ou a nível mais global reflecte, em muitos casos, como já salientámos, o facto de deixar de sentir os seus problemas como exclusivamente seus para os passar a perceber como problemas colectivos, ou de sentir como seus os problemas de outros, exigindo uma intervenção conjunta, na qual toma a decisão de ter um papel activo. Esta decisão pode significar, e muitas vezes significa, uma alteração na sua forma de perceber as questões do trabalho, os problemas sociais ou a sua visão do mundo, que o leva a novos questionamentos de natureza social e política e ao equacionar da necessidade e possibilidade de desenvolvimento de políticas alternativas. Para alguns, como aconteceu com os nossos interlocutores, é a partir da experiência de participação em pequenas ou grandes lutas, em processos reivindicativos no interior das empresas, que a sua percepção das injustiças e das desigualdades se vai transformando em consciência da exploração e em consciência social, traduzindo-se numa alteração das suas representações sociais e políticas e levando-os à assunção de um papel cada vez mais activo como protagonistas nas lutas que visam a defesa de direitos, interesses e vontades. Como salienta Licínio Lima (2005:76), “*a participação democrática representa não apenas a concretização de um direito, nem somente um processo para atingir deliberações democráticas, mas encerra ainda um valor intrínseco e substantivo, de nuclear significado pedagógico*”. A participação nas lutas, criando e reforçando laços de unidade e solidariedade, cria e reforça também uma outra noção da importância e da necessidade da participação e da intervenção para que a mudança seja possível, levando alguns trabalhadores a outros níveis de

empenhamento e de participação social e a inserirem-se em movimentos colectivos de que os sindicatos são um exemplo.

É pela prática da participação democrática que se constrói a democracia. É decidindo através da prática da participação que se aprende a participar e que se adquirem os saberes indispensáveis, a confiança necessária à expressão e à luta política, a coragem cívica que nos impele a correr os riscos inerentes à participação activa” (ibidem).

A partir da sua participação em diferentes processos de luta, muitos aprendem a importância da participação e passam a atribuir-se um outro papel social e político, empenhando-se no exercício de uma cidadania participativa e construindo-se enquanto actores e autores sociais. No decurso das lutas em que decidem participar, identidades dominadas ou socialmente conformadas transformam-se, quantas vezes, em identidades militantes.

eu agora é que falo

o trabalhador que vem para dirigente sindical, à partida, tem que ter alguma consciência que adquiriu; por exemplo, muitas vezes a gente tem aí uma empresa onde anda anos sem ter um delegado sindical, gera-se um pequeno conflito, há ali duas ou três pessoas que se destacam; ou seja havia algo ali acumulado, que lhe mostrava que havia injustiça e havia insatisfação mas ela não tinha dado o salto, homem ou mulher, normalmente até se verifica mais nas mulheres, que são muito mais espontâneas na luta [...] e se a gente for para ali com olhos, verifica que há ali duas ou três mulheres que se destacam. Alto, e a gente depois se as ouvir, se as ouvir falar e as deixar falar verifica que, na sua consciência algo existia ali, alguma consciência social das diferenças, das injustiças, das desigualdades que não estava tudo ligado, depois precisava era de ligar aquela informação toda. Aconteceu muito neste sindicato; entrava uma empresa em greve, vinham para aqui vinte mulheres e havia logo duas ou três que diziam – eu agora é que falo, e contava a história toda; a gente ficava logo de olho naquela mulher; a seguir íamos trabalhar, ela imediatamente era eleita delegada, as outras reconheciam imediatamente que era ela (Freitas, 35)

No entanto, as razões e motivações para participar em acções de luta podem ser, e são, muito diversas, sendo diferentes os sentidos e significados atribuídos a essa participação. A experiência da participação não é um processo linear. A decisão de participar pode reflectir a disposição para intervir face a um problema específico, sentido e identificado como particularmente importante, e não traduzir uma mudança de representações sobre as relações de trabalho nem uma disponibilidade para a participação futura em outras formas e processos de luta a que não seja atribuída a mesma relevância, ou cujos objectivos se encontrem desfasados do estado de

espírito, das reivindicações, necessidades e anseios sentidos, no momento, como mais importantes.

as pessoas rapidamente esquecem e voltam ao mesmo rame rame

os trabalhadores do sector têm um potencial enorme, se eles utilizassem o seu potencial, eu estou convencido que as suas condições de trabalho e de vida eram diferentes hoje, e está demonstrado que sempre que eles foram capazes de se unir e lutar, porque são duas coisas fundamentais, se unir e lutar, e nós temos na história do nosso sector fases importantíssimas de unidade e de luta, que a gente atingiu resultados, mas a gente acaba por atingir hoje um bom resultado, as pessoas sabem que ganharam, que ganharam contra uma associação patronal ou o patrão de uma empresa em concreto, que só pela pressão e pela luta deles lhes reconheceu aquele direito e lhes melhorou determinada função ou determinada situação dentro da empresa, mas passado pouco tempo as pessoas rapidamente esquecem e voltam ao mesmo rame rame, ao deixar andar, ao deixar andar, ao deixar andar e isso é uma coisa que a mim me revolta diariamente, é que no fundo é uma luta incessante pela mudança da situação e que às vezes a gente chega aqui assim e diz - é pá, é frustrante (Freitas, 28)

2. A participação organizada no movimento sindical

2.1. O aprofundamento da consciência social e política

O envolvimento e a participação em processos de luta nas empresas é, muitas vezes, como já salientamos, o ponto de partida para o início de uma actividade mais intensa e organizada no movimento sindical. A indignação, a revolta, de alguma forma solitária e individual, que não tinham deixado de marcar os percursos de vida de muitos trabalhadores, e bem patente no discurso dos nossos interlocutores sobre si, começa a partir de então a ganhar uma dimensão colectiva. E, nesse processo, ganha sentido a necessidade e a vontade de um envolvimento cada vez maior em processos de luta e reivindicação, nos quais começam a participar activamente, acabando diversas vezes por ser eleitos como delegados ou dirigentes sindicais.

A eleição para a direcção do sindicato vai então colocar estes trabalhadores em contacto com outros problemas e realidades para além das directamente vivenciadas na sua empresa, permitindo-lhes ter acesso a novos dados e informações, a inserção em colectivos onde as questões do trabalho, dos trabalhadores e das empresas são debatidas e face às quais é pressuposto ter uma intervenção, o que vai proporcionar novas grelhas de leitura da realidade social e contribuir para aceder a uma nova dimensão do que era a sua percepção anterior das desigualdades, das injustiças, da exploração. Situações conhecidas e vivenciadas desde a infância e nos locais de trabalho ganham então novos significados. Como diz Miguel Arroyo (2003:39)

“Os movimentos geram um saber e um saber-se para fora. Um ser que alarga o seu saber local e se amplia. Os sujeitos que participam nestes movimentos vão sendo munidos de interpretações e de referenciais para entender o mundo fora, para se entender como colectivo nessa ‘globalidade’. São munidos de saberes, valores, estratégias de como enfrentá-lo. Na perspectiva educativa podemos ver que não se dá uma reprodução de auto-representações tradicionais, conformistas, fechadas, mas ao contrário há uma abertura para fora a partir de necessidades, de valores, de experiências de luta, coladas à sua tradição e identidade, à sua memória colectiva.”

Já não é apenas cada um que, individualmente, se sente vítima de injustiças e que, dentro dos campos de acção possíveis se vai revoltando, mas é a consciência que a exploração atinge muitos outros trabalhadores, e que não é inevitável, aprofundando-se a sua consciência social e política e a consciência de que é possível perspectivar o trabalho, a vida e o mundo de uma outra forma.

a certeza que a exploração e a injustiça existem

uma das primeiras coisas que o movimento sindical me deu, a mim, foi, não é a consciência, porque eu acho que a consciência foi sendo adquirida ao longo da minha vida, a consciência de classe, mas a certeza, deu-me a certeza que a exploração e a injustiça, de facto, existem. Essa é a 1ª questão, isto é, o contacto directo com a exploração e o contacto directo com a injustiça, com as várias injustiças praticadas no mundo do trabalho, eu só adquire a partir da altura em que, definitivamente, eu passo a tratar delas. E uma coisa é nós sabermos que ela existe, uma coisa é sentir na pele, de facto, que fomos injustiçados, que fomos explorados ao longo de não sei quanto tempo porque aquilo que ganhamos ou aquilo que recebemos pelo trabalho que fazemos é de facto muito pouco e portanto a fatia de leão fica do lado de lá, outra coisa é nós sabermos a certeza porque estamos com as coisas na mão. É evidente que a par disto, a par desta consciência e desta certeza que é adquirida e eu acho que só é possível ser adquirida estando a trabalhar no movimento sindical, muito mais do que as teses, muito mais do que ler um determinado manifesto, um determinado livro que nos fala daquilo, é a importância de estar, por exemplo, numa fábrica onde nós sabemos que essa fábrica tem um número de trabalhadores ao seu serviço, que paga determinada quantia pelo trabalho que eles fazem e que essa fábrica no final de cada ano, ano após ano, tem tido resultados positivos, fruto daquilo que os trabalhadores fizeram e (saber) o que é que daquilo tudo que a empresa produziu, o que é que foi distribuído para salários. (Palmira, 69)

tens os trabalhadores e tens os patrões do outro lado

tu (no sindicato) és colocado perante um desafio e uma realidade que é aperceberes-te, em profundidade, das diferenças abissais dos modos de vida, das realidades sociais que – tens duas partes – tens os trabalhadores e tens os patrões do outro lado, e então neste sector têxtil isto é uma coisa do outro mundo, é impensável (Freitas, 27)

A consciência das desigualdades sociais e das formas que assume passa agora por uma outra perspectiva sobre a situação da sua empresa, por um conhecimento muito mais aprofundado do sector profissional de origem, mas também por um conhecimento mais alargado sobre o mundo do trabalho e sobre os problemas sociais e políticos. A intervenção sindical coloca muitos dirigentes e outros activistas em contacto com outros sindicatos, participando activamente noutras estruturas sindicais a nível local, nacional e sectorial (nas Uniões, na CGTP, nas Federações) e em iniciativas com sindicatos e trabalhadores de outros países, alargando-se os seus conhecimentos e saberes a diversas realidades a nível nacional e internacional. Através do contacto com uma multiplicidade de experiências e formas de agir, é também uma nova visão do país e do mundo que vai sendo colectivamente construída e que permite atribuir uma outra dimensão à intervenção própria e dos outros.

começar a ter uma perspectiva diferente da que se tinha dentro da empresa

começo-me a envolver, a ir às reuniões de delegados, aquilo era gente até dar com o pau, era muita gente, não tem nada a ver com o que é hoje, e de facto a gente começa a ter uma perspectiva completamente diferente do que é a nossa perspectiva dentro da nossa própria empresa; começar a conhecer a situação desta, daquela, daqueloutra, como é que age este, como é que age aquele e não sei que mais, começa-nos a dar uma ideia de um mundo completamente diferente do que a gente conhecia (Palmira, 28)

uma nova visão do mundo

o movimento sindical não só me alargou os horizontes, deu-me uma visão do mundo que eu não tinha. A questão da participação nos seminários - cada vez que se faz um seminário que tu tens cá sindicatos alemães, ou italianos, ou belgas, ou franceses, ou não sei quantos, se faz esse tipo de seminário e tu ouves outras realidades e tu sabes como é que as coisas se passam nos outros países, tu passas a ter uma visão não só do teu cantinho mas também do resto; quando tu intervéns num seminário desses e dás também a tua opinião sobre a situação aqui, tu sentes que estás a contribuir para que outros adquiram conhecimentos que tu tinhas agora mas que outros passam a ter; olha, não sei, eu acho que de facto a visão que o movimento sindical dá a alguém que vem e que a partir da altura em que vem e assume – isto é uma coisa que eu gosto de fazer, a partir daí é o bichinho completo (Palmira, 76-77)

2.2. O “ofício” de dirigente e o sentido do trabalho sindical¹⁰²

O início de uma intervenção activa e regular no movimento sindical, designadamente como dirigente, e em sindicatos filiados na CGTP, que é sobre esses que nos falam os nossos interlocutores, significa a entrada num mundo particular,

¹⁰² Parafrazeando Perrenoud

orientado por determinados valores e princípios, a que já nos referimos, regido por regras e normas próprias, com uma cultura específica, com a qual as pessoas se identificam, que começam a conhecer com mais profundidade, que vão interiorizando e assumindo como suas. A continuação da intervenção e o crescente envolvimento, contribuem para um enraizamento cada vez maior na organização de que passaram a fazer parte, não só porque começam a ter dela e da sua história um maior conhecimento, mas também, e sobretudo, porque passam a ter um papel activo na sua construção, constituindo-se como sua parte integrante.

Uma estrutura que, até dado momento, era percebida como algo alheio ao seu quotidiano, pode tornar-se para alguns, como aconteceu com os nossos interlocutores, um dos elementos centrais da sua existência, que lhes proporciona a força, a energia e o prazer de participar na luta pela transformação social e no interior da qual conquistam espaços de opinião, de intervenção, de participação, de decisão, de conhecimento e de poder. O sindicato tornou-se para estas pessoas um espaço de liberdade, de bem estar e de realização pessoal, um local de afectos, de emoções e sentimentos, de relação com os outros, consigo mesmo e com o mundo, onde sentem que têm um lugar e um papel a desempenhar, e onde podem desenvolver as suas ideias e capacidades, constituindo-se como uma referência permanente que dá novos sentidos à vida, à forma de equacionar a maneira de ser e estar no mundo e ao papel social que nele cada um se passa a atribuir. Como afirma Bernard Charlot (2000:48)

“não há sentido senão para um sujeito em busca de si e aberto ao outro e ao mundo. Toda a relação consigo mesmo é relação com o outro. Toda a relação com o outro é relação consigo mesmo. E essa dupla relação – que é uma só – é relação entre eu e o outro em um mundo que partilhamos e que ultrapassa a nossa relação”.

se eu não fosse do sindicato ...

(se não fosse o sindicato) Estava mais pobre culturalmente, não tenho dúvidas. Sabes o que eu era, era o comum do trabalhador, com muito respeito que eu tenho por eles, era isso não era outra coisa. Acho que não tinha dado aquilo que dei, o melhor de mim e que era uma pena, porque eu acho que já dei coisas boas. Tive muitos êxitos, eu não, o sindicato e pus muita gente feliz, muitos trabalhadores e os seus familiares e acho que isso para mim é um motivo de grande orgulho, agora se eu não fosse do sindicato [...]; se não fosse o sindicato eu não era o homem com as defesas que tenho, não tinha tantos amigos, não me respeitavam tanto e eu não me sentia tão bem. [...] eu não seria a mesma pessoa e não tinha dado tantas alegrias. Tu já viste o que é dares meio milhão de contos, há dois anos, aos trabalhadores da Tabopan, que já pensavam que não recebiam? O que sentiste? eu chorei na televisão, estavam-me a vir as lágrimas, [...] e depois também há uma coisa que eu não posso deixar de dizer, eu sou uma pessoa conhecida e devo-o ao sindicato, que é

uma faca de dois gumes, [...] mas é uma mais valia muito mais do que no plano negativo, disso não tenhas dúvidas. (Albano, 73-75)

abri os meus braços ao mundo

gostei muito de todas as perguntas que tu me fizeste, mas esta gostei muito, se eu não viesse para o sindicato, gostei muito, como se diz, fascinou-me, não a sério gostei, porque de facto eu não seria a mesma pessoa, eu tenho a certeza absolutíssima, tenho a certeza. Sabes qual é, eu digo-te assim, muito humildemente, [...] pensavam que eu ia ser o desgraçado da família por aderir aquilo que eu aderi [...] Enquanto que eu, abri os meus braços ao mundo, o mundo procurou ajudar-me e eu procurei ajuda, assim tão simples quanto isto. (ibidem)

Para muitas mulheres passar a ser dirigente sindical significou e significa uma profunda ruptura com concepções que as excluía, e ainda excluem, de uma participação activa na esfera pública, assumindo-se como seres de decisão em relação à sua vida e à sua própria intervenção. A participação activa de muitas mulheres em diferentes sindicatos, ultrapassando muitos obstáculos e constrangimentos, traduz-se para elas, mas também para muitos homens, numa outra forma de encarar as relações humanas e o papel social da mulher, restituindo-lhe toda a sua dignidade.

comecei a ser livre

olha (com a ida para o sindicato) modifiquei em muito a maneira de ser; modifiquei-me porque comecei a ser mais livre, primeiro ponto; independentemente de eu me dar bem com o meu marido, toda a vida nos demos muito bem, mas era sempre o homem e a mulher? lisso foi um ponto fundamental, comecei a ser livre. Aliás, no 1º ano que fui para a direcção do sindicato, era só eu de mulher [...] mas depois, também com a ajuda dele, eu sentia-me uma heroína no meio deles todos e eu sentia que era tão acarinhada por eles que eu já superava tudo, tudo, em relação a homem – mulher; eu acho que eu é que era a mandona depois. [...] e então eu sentia-me forte, sentia-me mesmo bem em relação ao sindicato. Aliás, eu já tinha os meus dois filhos mais velhos e ia para muito lado, ia para Lisboa, ia para Vila Real, ia para todo o lado fazer plenários e ele é que ficava com os filhos [...]. Mas é engraçado porque a libertação era tanta que eu já lidava com aqueles doze homens e eu sozinha de mulher que achava que eu tinha o mesmo direito que eles, e tenho, mas foi muito rápido, foi muito rápido e foi óptimo. [...] isto em relação à libertação. (Amália 2, 7-8)

lá fui eu para o Alentejo, com a bandeira às costas, sozinha, às onze horas da noite

(Quando da morte de trabalhadores alentejanos) - eu estava há muito pouco tempo no sindicato e o presidente do sindicato disse: "Ò Amália, tu eras a pessoa indicada para ir ao funeral dos camaradas ao Alentejo." E eu disse: "Tá bem, eu vou!" sem conversar com o marido, nem nada. E cheguei a casa, o meu marido entrava às onze horas da noite e eu disse-lhe: Ó nino, olha que eu quero que me leves à União dos Sindicatos do Porto, porque

eu vou ao Alentejo." "Deves estar mas é maluca, olha vai agora para o Alentejo!" "Ai vou, tenho aqui a bandeira e tudo, por isso eu vou" Foi a primeira vez que saí de casa sozinha. E fui. Ele não me levou. [...] lá fui eu para o Alentejo, com a bandeira às costas, pela Rua de Santa Catarina acima, sozinha, às onze horas da noite. [...] mas marcou-me, foi uma experiência riquíssima (Amália1, 40-41)

eu jamais quero alguém que me diga: não quero que vás para aqui

a partir da altura em que eu entro na actividade sindical e entro para a direcção e passo a estar a tempo inteiro, começo a conhecer, começo a entender, o que é que eu fazia; eu pensava, fazia paralelos com a minha vida anterior [...] eu jamais quero alguém que me diga: não quero que vás para aqui, não quero que vás para acolá (Palmira, 43)

Uma organização da qual se ouvia outros falar passa a ser uma estrutura em nome da qual se fala, cuja história se herda e perante a qual se assume a responsabilidade de a representar, e de a procurar representar bem, o que implica poder agir e contribuir para a defesa dos trabalhadores, para a resolução de problemas e para o conjunto da actividade a desenvolver. Mas, representar bem, significa também ser capaz de defender as posições do colectivo em nome do qual se intervém, com a consciência que é isso que os outros esperam quando atribuem e confiam essa responsabilidade de representação. Nestas circunstâncias tende a diminuir o discurso feito em nome individual para passar a ser feito em nome de um “nós” colectivo, empenhado e militante, que representa os trabalhadores e as suas famílias, o sindicato ou a CGTP, e claramente posicionado do ponto de vista social (Bilbao, 1993). Mas, isto não significa que o “eu” desapareça dos discursos; aliás, é também essa dimensão pessoal e esse compromisso pessoal com as lutas que dá sentido e força à intervenção sindical.

Sentem que são parte da solução

Este tipo de trabalho colectivo existe e cria laços. Ainda agora, com este último trabalho que a gente fez, reforçaram-se os laços entre os vários dirigentes que estiveram envolvidos. Notava-se o entusiasmo nos dirigentes [...] que o estavam a fazer; sentiam que o seu trabalho tinha sido muito importante; eles diziam uma coisa - ó pá, a gente tinha que repetir isto todos os meses; é evidente que não é possível fazer isto todos os meses, porque o sindicato não gera receitas para ter dirigentes tanto tempo a tempo inteiro [...]; a malta gosta porque acha que é parte da solução, sentem que são parte da solução (Palmira, 81-82)

a minha preocupação fundamental não era eu

Eu obrigava-me a saber o que é que a lei diz para defender ou atacar este problema e tinha que ir para lá e mergulhava, mergulhava e depois discutia e então depois fazia cá a minha leitura e a minha posição pessoal, pessoal entre aspas, não é, com um cunho pessoal, era

um trabalho colectivo, estava ali a defender uma pessoa, uma imagem colectiva, mas a verdade é que o cunho pessoal está sempre, isto é como tudo, ninguém conduz igual. [...] Se eu ia falar de qualquer coisa, eu obrigava-me a ir estudar essa coisa de que ia falar. [...] a minha preocupação fundamental não era eu, era a imagem que eu estava a dar de quem estava a representar. (Barra2, 28-34)

Assumindo-se cada um como parte de um colectivo com causas e valores, objectivos e modos de intervenção próprios, nos quais se reconhecem, e que passam a fazer parte do seu imaginário e da sua identidade, o trabalho sindical a desenvolver ganha novos sentidos e significados. É a partir deles, do compromisso que sentem ter assumido com a estrutura sindical, mas sobretudo com os trabalhadores, que melhor se podem compreender os percursos de formação de diversos dirigentes sindicais, as dimensões e as dinâmicas educativas/formativas presentes na actividade de sindicatos e estruturas da CGTP e que levam os nossos interlocutores a considerá-los como grandes escolas de formação, cuja vivência lhes permitiu e permite (a si e a outros) a realização de múltiplas aprendizagens, e a (re)construção das suas identidades, claramente assumidas como “militantes”.

ser dirigente sindical é

a concepção de que ser dirigente sindical é estar em primeiro lugar ao lado de quem está numa situação debilitada, de fragilidade, de precariedade, isso é intrínseco ao dirigente sindical; ele vai a correr, vai e está lá com os trabalhadores (Palmira, 93)

tem sempre a ver com a forma como nós nos integramos

eu penso que o empenhamento de cada um e a valorização tem sempre a ver com a forma como nós nos integramos e a forma como nós pensamos o que queremos ser no futuro e, neste caso concreto, como é que nós podemos ajudar mais o sector ou os trabalhadores representados pelo sindicato (Albano, 59)

Não desistir, ir para a luta

isto é uma das coisas que se aprende e que educa esta luta. Não desistir, ir para a luta. Isto é o que eu digo e isto transporta-se em tudo da nossa vida, em tudo; o resto são tretas (Barra2, 42)

Independentemente do que temos vindo a afirmar, é claro que a forma de ser sindicalista, de estar e de viver o movimento sindical não é assumida do mesmo modo por todos os dirigentes e activistas. O sentido atribuído ao trabalho sindical, e a maneira de perspectivar a intervenção a ter, não é independente da história de vida de cada um, das condições concretas em que a actividade é ou pode ser desenvolvida, do momento sócio-histórico e político em que se desenvolve, dos projectos individuais e colectivos em que se está empenhado, no sindicato e fora dele.

continuamos a ter uma organização militante

temos uma estrutura de dirigentes muito activos, muito virados para os trabalhadores, acho que isso é fundamental aqui, malta muito ligada à realidade e que não olha a esforços, trabalham 8 horas, 12 horas, ainda mantemos isso. Hoje, com os jovens, isso já é mais difícil, mas continuamos a ter, podemos dizer assim, uma organização militante, ainda com muito trabalho disponível, voluntário (Freitas, 59)

os tempos de hoje, em termos de militância, não são os meus

os tempos de hoje, em termos de militância, não são os tempos que eram os meus tempos. As pessoas já não vêm à noite, as pessoas já não vêm ao sábado, as pessoas já não vêm, nem os militantes sindicais nem os membros da direcção. Já não se fazem reuniões à noite, vem-se ao sindicato dentro do período do crédito de horas dos dirigentes e dos delegados sindicais e já começam a fazer horas para estar em casa à hora que saíam também dos empregos, porque aquele período de militância é, como eles diziam, isso tu podes querer ser missionária, mas eu não sou missionário, eu sou dirigente sindical e portanto, missionário é só quem tem vocação para isso. Pronto e hoje realmente não existe, não existe essa (militância). Por exemplo, tínhamos jornais, a gente era capaz de ficar aqui uma noite até às duas da manhã a separar os jornais, a alçar os jornais e tudo que era trabalho extra daquele que não se faz assim permanentemente, e éramos capazes de sair de casa às seis da manhã, com um carro, para começar a distribuir nas fábricas à entrada, depois íamos ao almoço, depois íamos às saídas. Isto obrigava a que a gente saísse de casa muito cedo e chegasse a casa muito tarde. Hoje distribui-se, e ainda bem, que outros já nem isso fazem, à hora do almoço (M^a Emília Reis, 67-68)

Passar a ser dirigente sindical traduz-se na entrada para uma organização, para um mundo de problemas e para uma rede de relações muito diferentes, e em geral mais complexas, do que as vivenciadas no local de trabalho, com as quais estas pessoas se começam a confrontar, e que obrigam a responder a um conjunto de questões que nada têm a ver com o posto de trabalho ocupado na empresa. Para os dirigentes que ficam a tempo inteiro no sindicato o seu quotidiano altera-se profundamente. São outras as pessoas com quem passa a estar diariamente, outras e bem diferentes as situações e problemas com que é confrontado. Para muitos dirigentes, designadamente os oriundos de sectores operários, a mudança é ainda mais radical. De um trabalho subordinado e sem autonomia, a que muitas vezes se encontravam sujeitos no interior das empresas, passam para um espaço de vivência de práticas colectivas e solidárias, para uma situação em que assumem um papel activo no decorrer da intervenção sindical e o poder de participar nas decisões e na direcção de todo o trabalho. De uma actividade eminentemente manual, e a maior parte das vezes rotineira e sem sentido, inserida na cadeia de produção da empresa, passa-se para um trabalho de natureza intelectual, em que a participação em reuniões e discussões colectivas, a análise de diferentes problemas, a reflexão, a procura e

sistematização de informação, o uso da palavra, as relações interpessoais, a leitura e o estudo, o exercício de funções de direcção e organização, acompanham a par e passo a intervenção sindical, passando a fazer parte do quotidiano de cada um. Nos casos em que o dirigente não está a tempo inteiro no sindicato tem, também, que aprender a lidar e a confrontar-se com duas realidades muito distintas (o trabalho e o sindicato) e com os diferentes papéis que nelas é chamado a desempenhar.

tanto pegamos no martelo como pegamos na esferográfica

isso é a experiência que de facto é formação, é aquilo que nós conseguimos aprender ao longo desta (vida); é que nós tanto pegamos no martelo como pegamos na esferográfica, que é uma coisa tão diferente uma da outra, mas conseguimos fazê-lo. E há quem pegue numa esferográfica mas no martelo é que nunca mais lá vai e ao contrário, é a tal coisa, há necessidade e agora? O que é que eu vou fazer? Vou ter que andar ali a pedir. A independência das pessoas é muito importante para enfrentar a própria vida e isso é também do que se aprende em toda esta actividade, em toda esta luta, em todo este movimento, que de facto são autênticos contentores e contentores de ouro na história deste país e o resto são conversas. (Barra2, 58)

tens que ter conhecimentos que ultrapassam [...] os que tinhas que ter na empresa

qualquer problema, por mais simples que tu tenhas de tratar, do caso mais simples do trabalhador ou de uma empresa do sector, tu tens que ter conhecimentos que ultrapassam, que tem que ultrapassar de longe os conhecimentos que tu tinhas que ter para exercer uma determinada função na empresa, mesmo, eu não estou a falar já no operário, até estou a falar no chefe tradicional (Freitas, 34)

Mas, também para os dirigentes provenientes de outros sectores profissionais, mesmo com formação a nível universitário, os desafios com que são confrontados não são menores. É todo um mundo de questões novas que se lhes abre, para as quais não estavam previamente preparados e a que têm que procurar responder, obrigando a importantes aprendizagens em áreas muito diversas.

uma formação muito transversal

eu acho que um indivíduo que chegue aqui, que tenha até um curso superior, e que seja dirigente sindical, se é formado só numa área tem, imediatamente, carências em outras áreas, portanto eu diria que aqui a formação é uma formação muito transversal, tu tens que saber de muita coisa (Freitas, 35-36)

2.3. O movimento sindical como escola

A ideia do movimento sindical como uma grande escola de formação está presente nos discursos e conversas informais de muitos dirigentes sindicais e atravessa explicitamente muitas das afirmações dos nossos interlocutores quando nos

falam dos seus percursos de formação nos sindicatos ou na CGTP. No entanto, a noção de escola que nos é apresentada é significativamente diferente da perspectiva tradicional de escola e de percurso escolar. É uma ideia de escola muito mais associada à aprendizagem e co-construção permanente de uma multiplicidade de saberes, específicos e transversais, resultantes da experiência, do quotidiano da acção e da intervenção sindical, da relação com todos os outros com quem se interage, consigo mesmo e com o mundo, do que de momentos mais formalizados de formação, que não deixam também de acontecer. A escola que nos é apresentada é fundamentalmente uma escola de relações humanas, de formação de valores e para o exercício esclarecido de uma cidadania activa, enquanto expressão da luta por direitos sociais, políticos, económicos, culturais e laborais.

Uma escola em que a aprendizagem não é prévia à intervenção, ou à eleição como dirigente sindical, mas que ocorre em simultâneo com a acção, com as iniciativas e as lutas e onde os saberes produzidos são permanentemente investidos e ponto de partida para novos saberes em construção. Uma escola que não tem por objectivo preparar para a vida mas que se confunde com a própria vida sindical, sendo no decurso desta, a partir dos acontecimentos que se vão vivenciando, dos problemas a que é preciso dar resposta, das emoções, da partilha e reflexão sobre as experiências de todos e de cada um, na construção activa do presente e do futuro, na totalidade dos tempos e espaços da intervenção, que novos saberes vão sendo produzidos e que a formação acontece. Uma formação em que os saberes não aparecem como pré-construídos, espartilhados em diferentes disciplinas, e dominados por alguém que os deverá transmitir, mas sim em permanente construção e reconstrução por todos, a partir das experiências presentes e passadas, da acção e da reflexão sobre a acção, e profundamente inter-relacionados.

Uma formação da pessoa na sua globalidade, como “*totalidade existencial*” (Arroyo, Miguel. 2003:37), como “*sujeitos políticos, cognitivos, éticos, sociais, culturais, emocionais, de memória colectiva, de vivências, de indignação, sujeitos de presente e de futuro*” (ibidem) e não como “*sujeito parcelado, instrumental, competente e hábil nos conhecimentos úteis, fechados*” (ibidem). Aliás, e como refere Rosali Caldart (2000) “[...] a pedagogia que forma novos sujeitos sociais, e que educa seres humanos não cabe numa escola. Ela é muito maior e envolve a vida como um todo” .

Uma escola para todos quantos participem de modo não acrítico

Para mim foi (uma escola). Sê-lo-á para todos quantos participem de modo não acrítico e possam manter-se lúcidos e coerentes todo o tempo. Isto é válido para o movimento sindical como para outras organizações. O que de mais importante aprendi, depois de vir do serviço militar, foi lá. Aprendi muito do ponto de vista social, mas não só: tive que estudar

para agir – conceitos básicos de economia, noções de sociologia, história do movimento operário e sindical, metodologias de educação de adultos, etc. - tudo isso, mas sobretudo o trato com as pessoas, que na minha opinião é o mais difícil. (Ranita2, 24-25)

Isto não nos dá nenhum canudo [...] mas dá-nos uma estaleca incrível

Isto não nos dá nenhum canudo. No fim nenhum de nós sai do movimento sindical com um canudo a dizer olha agora este adquiriu estes conhecimentos e tem direito a um canudo que diz está formado em não sei quê; não, não nos dá, mas dá-nos uma estaleca incrível; de facto prepara-nos para coisas que jamais eu imaginei saber se não tivesse saído das malhas Ameal; claramente. Saber do que se está a falar quando se fala dos acordos do GATT, por exemplo, quando se fala do comércio mundial, da liberalização do comércio mundial, que é assim uma coisa, mas o que é isso, comércio mundial, mas o que é, saber disso tudo, quer dizer, dificilmente algum trabalhador que está na empresa onde eu trabalho sabe o que é isto, mesmo que a gente às vezes até fale disto para os trabalhadores, não sabem, como eu não saberia se lá estivesse e sei exactamente porque este movimento sindical, e este, e eu acho que é este e não é outro, este movimento sindical nos dá exactamente isto (Palmira, 72)

uma escola de vida fora do vulgar

quem trabalha no movimento sindical, de facto, eu acho que tem uma escola de vida fora do vulgar; um aspecto muito importante na formação das pessoas, nesta formação holística que nós (temos) é que também há uma articulação muito grande com as lutas mais políticas (Vieira Mendes, 21)

2.4. A relação com o saber

Ser membro da direcção de um sindicato, e tendo assumido, com outros, o compromisso de defender os trabalhadores, incentiva e “obriga” a ter sobre os problemas sociais e do trabalho um conhecimento muito mais aprofundado. Já não é suficiente sentir os problemas ou ter a consciência da sua existência, é necessário procurar percebê-los na sua complexidade, encará-los sob diferentes ângulos de análise e numa perspectiva sistémica, reflectir criticamente sobre eles, encontrar respostas para novas questões, apresentar propostas fundamentadas ou apontar caminhos alternativos. E ser capaz de o fazer implica o desenvolvimento de um novo tipo de relação com o saber e os saberes (Charlot, 2000), assumindo-os como social e colectivamente construídos. Para responder aos desafios colocados nos diferentes espaços e momentos de intervenção sindical já não é suficiente uma certa “intuição”, baseada nalgumas experiências anteriores, nem o domínio exclusivo de saberes previamente construídos. Torna-se necessário conhecer, estudar e articular diferentes tipos de saberes e os saberes de cada um, designadamente os saberes de que os trabalhadores e os outros sindicalistas são portadores, saberes teóricos e saberes da

acção, do senso comum, saberes resultantes da própria experiência e da experiência do movimento sindical no seu conjunto, “*que intervém sob a forma de uma memória colectiva*” (Ruzza; Schwartz, 2003:154) e de diferentes sensibilidades, construindo colectivamente novos saberes sobre cada situação concreta, sobre a realidade social, política, económica, cultural e do mundo do trabalho e sobre a própria intervenção sindical. Saberes que se constroem na relação com os outros e com as suas subjectividades, saberes susceptíveis de serem utilizados e permanentemente reconstruídos face à multiplicidade de situações em que se intervém e que são geradoras de novas aprendizagens.

depois de os ouvir (os trabalhadores) é que nós podíamos construir

a única forma de conhecer (a realidade dos locais de trabalho) é contactar com ela, é reunir com os trabalhadores, ouvi-los; (...) nós íamos para ouvir e saber como é que se havia de fazer; era depois de os ouvir que nós podíamos construir e, depois, lendo, conhecendo a legislação, conhecendo o enquadramento, tendo a perspectiva, tínhamos uma perspectiva revolucionária, e conseguíamos encontrar as soluções; mas isso era construir, nós construíamos propostas e propostas que era uma coisa... (Vieira Mendes, 30)

não basta a luta [...] (é necessário) ter alguma formação nas várias áreas

Ter essa certeza (de que a injustiça e a exploração existem) eu acho que é fundamental; agora, para percebermos isso também é preciso uma outra coisa, é a par dessa consciência e dessa certeza que a gente vai adquirindo, ir procurando informar-nos de que é que são as mais valias, no fundo é isto, o que é que é isto das mais valias, um chavão do arco da velha. E o movimento sindical sempre disse, e eu acho que disse isto convictamente, que não basta a luta, não basta estarmos envolvidos de facto na luta, é preciso que a par disso os quadros vão também procurando ter alguma formação nas várias áreas (Palmira, 70)

Esta necessidade de saber não é percebida como algo imposto do exterior, mas sim como algo que resulta directamente da inserção na actividade e do sentido que lhe é atribuído, da relação com os outros, da vontade de responder adequadamente aos desafios com que cada um se depara e de fazer-se sujeito da história. É esta vontade, que dá sentido aos mais diversos saberes que se procuram e que se constroem, que permite “*experimental o prazer de aprender e saber*” (Charlot, 2000:81) e que transforma a necessidade em desejo. Um “*desejo de saber que é também um saber sobre o desejo e um saber sobre os instrumentos e as situações que permitem a sua satisfação*” (Correia, 1998:145).

tu és chamado, és solicitado e tu tens que te preparar

E outra coisa que também não é menos verdade, é que nesta actividade sindical, tu és chamado, és solicitado e tu tens que te preparar. [...] o ser humano a melhor coisa que

gosta de sentir é que chamem por ele e bem; portanto para chamar por ele e bem é quando a gente se prepara, quando a gente é capaz, porque senão não é possível. Se uma pessoa não se prepara, não evolui [...] Acho que a actividade sindical é uma grande escola, uma escola mas do melhor que uma pessoa pode ter [...] por exemplo hoje, eu faço um trabalho, há os manuais, mas depois os manuais não estão comigo, eu não vou dizer – agora eu vou buscar o manual, não, eu tenho que aprender (Albano, 37)

eu sinto necessidade é de aprender a falar inglês ou francês

Por exemplo, uma das coisas que eu sinto necessidade é de aprender a falar inglês ou francês; espanhol sei falar mais ou menos, mas uma das coisas que eu acho que devo aprender é a falar inglês, eu sinto isso. Não sei se vai ser agora, mas tenho cabeça aprendo, não tenho problema, é uma necessidade que eu sinto. Eu às vezes também digo assim, mas eu vou estar aqui mais 5 ou 4 anos, vou andar agora aqui a dar cabo da ..., mas eu também penso ao contrário, eu também aprendi a andar de bicicleta e agora não ando com ela, não a utilizo, aprendo, é uma mais valia. (Albano, 65-66)

hoje faço os meus trabalhos no computador

nós tivemos necessidade de ir ajustando o aparelho e os dirigentes passaram a ter necessidade, eles próprios, de fazerem muito do trabalho que mandavam para a secretaria, [...] e então a solução era dotar os dirigentes sindicais de conhecimentos para terem o seu próprio computador à frente e poderem trabalhar no seu próprio computador [...] hoje faço os meus trabalhos no computador sem problema nenhum e quando tenho problemas peço a quem sabe mais (Palmira, 75)

As questões a que, no exercício da actividade, muitos dirigentes são chamados a responder, estimulam o desenvolvimento de hábitos e competências de estudo, de análise crítica dos problemas, de leitura, pesquisa, selecção e cruzamento de informações relevantes que, no contexto normal do trabalho não eram, em geral, tidas como necessárias nem pertinentes e a que alguns não atribuíam mesmo grande importância. A partir do momento em que assumem responsabilidades nos sindicatos, a necessidade e vontade de estarem e de se sentirem bem preparados, para melhor poderem intervir, ganham todo o sentido para diversos trabalhadores. O estudo e a leitura, associados à experiência sindical e à escuta do outro, são então encarados como instrumentos indispensáveis para um melhor conhecimento da realidade em que se procura intervir, para a criação e desenvolvimento de novos quadros de compreensão dessa mesma realidade e para o exercício da acção sindical. Nesta perspectiva, o acto de ler e o acto de estudar constituem-se, de acordo com os nossos interlocutores, em actos de pensar, em exercícios de reflexão crítica, em meios que permitem confrontar, questionar e articular diferentes tipos de saberes e a construção de novos saberes mobilizáveis no decurso da acção, tendo aprendido que, como afirma Paulo Freire (2001: 29),

“Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, mas gratificante. Ninguém lê ou estuda autenticamente se não assume, diante do texto ou do objecto da curiosidade a forma crítica de ser ou de estar sendo sujeito da curiosidade, sujeito da leitura, sujeito do processo de conhecimento em que se acha. Ler é procurar, buscar, criar a compreensão do lido”

estudando, estudando, estudando, estudando

um dirigente tem que defender os trabalhadores; ao defender os trabalhadores do seu sector é obrigado a conhecer o seu sector em mais profundidade (e como é que ele conhece, como é que faz, como é que consegue esse conhecimento) estudando, estudando, estudando, estudando; exactamente. Obriga a ler, por exemplo, todos os diplomas, era uma das coisas que o pessoal que tinha menos condições para ler, que se via à rasca, mas era assim. (Vieira Mendes, 26)

a teoria e a prática

eu hoje tenho que fazer aqui um trabalho sobre aquela questão das obras de arte e eu tenho ali o manual, mas o manual é o manual e eu tenho agora que dizer a minha realidade, porque uma coisa é o que está escrito e outra coisa é o terreno e eu ando no terreno e vejo como é [...] o comportamento humano perante esse tipo de trabalho. [...]. E uma coisa são os teóricos, o que vão dizer, e é importante a teoria, eu também vou ter que a usar, mas outra coisa é a prática, e eu ando lá, entendes? A prática é outra coisa diferente. Eu acho que as duas coisas são importantes, têm que acompanhar uma à outra. (Albano, 38-39)

vou fazer a minha leitura

eu tinha que buscar matéria para me documentar em relação ao problema que eu ia tratar [...] Quer dizer se eu vou tratar de comissão de trabalhadores [...] vou estudar qualquer coisa que existe sobre comissões de trabalhadores; muito ou pouco que há eu vou lá, vou fazer a minha leitura, vou-me preparar e depois lá, em conformidade também com os problemas que me forem colocados, eu vou argumentar dentro do que posso; se não souber esperem que eu vou saber e depois digo-vos. (Barra2, 34)

Esta aprendizagem da leitura e do estudo permitiu a diversos activistas sindicais a descoberta de um universo de potencialidades, o alargamento dos seus horizontes para além das questões do trabalho e o acesso a conhecimentos e saberes, de outra forma inacessíveis, contribuindo para despertar para outros interesses e para uma formação mais global. O desejo de saber alarga-se a diferentes áreas do conhecimento, do pensamento e da acção, estimulando o gosto por saber mais, por novas aprendizagens, pelo estudo e pela leitura crítica de autores e obras diversas e de outras leituras do mundo, numa lógica em que

“a pertinência das verdades científicas se define pela sua capacidade em se integrar num património experiencial contribuindo para o seu reconhecimento e para uma

recomposição que facilite o estabelecimento de uma multiplicidade de combinações possíveis e a sua transferibilidade para novos contextos cognitivos e praxeológicos” (Correia, 1998: 151)

interesse de que a gente se cultive, saiba mais

depois não é só, nós temos necessidade de, sei lá, economia; sai um livro qualquer que até desperta interesse para ler, [...] por exemplo “o horror económico”. A gente tem tendência, deixa lá ver, deixa desfolhar aqui um bocadinho e ver o que isto diz e não sei quantos e comprar, ir lendo, ver se aquilo está de acordo com aquilo que nós achamos que é; acaba por despertar outros interesses, os interesses de que a gente se cultive, saiba mais, saiba mais. (Palmira, 76)

há aí um jornal, que é o Monde Diplomatique, que eu leio muito

há aí um jornal que é o Monde Diplomatique, que eu leio muito, leio muito. [...] há ali coisas que são sociais, do mundo, que eu vou procurar trazer isso para o jornal do sindicato que vamos fazer, porque acho que são coisas muito importantes; aqui há tempos eu fiz uma coisa sobre a miséria, sobre a fome no mundo, e as coisas quando são feitas não têm que ser inventadas; eu tenho várias fontes e eu recorro muito a essas fontes (Albano, 29-30)

No decurso da intervenção sindical e dos desafios com que se é confrontado, vai-se fortalecendo a consciência que o conhecimento e a cultura são fundamentais para ter um papel activo e interveniente no mundo em que vivemos, para a construção de novas grelhas de leitura da realidade social, política e económica, para uma nova visão do mundo e do lugar que cada um nele pode ocupar enquanto cidadão ética e politicamente comprometido com a transformação e a mudança social e com a recusa da perpetuação de modelos de desenvolvimento baseados na exploração.

Só quem tem conhecimento é capaz de discernir

Só quem tem conhecimento é capaz de discernir, é capaz de raciocinar e é capaz de reagir; quem não tem conhecimentos está muito mais limitado para qualquer reacção, para enfrentar a realidade que tem (Freitas, 28)

Nalgumas situações, a vontade e a necessidade sentida de alargar os conhecimentos e saberes para melhor defender os trabalhadores nas diversas instâncias de participação em que os sindicatos são chamados a intervir, ou para melhor responder aos novos desafios com que o movimento sindical é hoje confrontado, e de articular os saberes decorrentes da acção e da intervenção com saberes mais sistematizados, traduziu-se na inscrição de diversos dirigentes sindicais em cursos universitários, designadamente em áreas das ciências sociais e humanas, sendo vários os que concluíram licenciaturas e pós-graduações. Para diversos destes dirigentes sindicais a frequência de cursos universitários transformou-se também num

espaço de reflexão sobre a sua própria experiência, permitindo-lhes ter acesso a outras perspectivas e ângulos de análise sobre diferentes problemas, passando a ter deles uma visão mais abrangente e global. Sendo esta uma motivação forte, não deixa também de estar presente, em muitos, a consciência de que, saindo do sindicato (onde nalguns casos se mantiveram bastantes anos a tempo inteiro), dificilmente se sentirão motivados para regressar à actividade profissional anterior, tendo em conta a multiplicidade de aprendizagens que entretanto realizaram, os conhecimentos e saberes que adquiriram, o tipo de trabalho que desenvolveram enquanto dirigentes sindicais.

o curso de sociologia está a ser um instrumento fundamental na minha actividade

mesmo que eu deixasse o movimento sindical e fosse trabalhar eu jamais voltaria a fazer aquela função (o trabalho anterior). Eu adquiri novos conhecimentos, novas experiências, ganhei gosto por outro tipo de actividade e portanto decidi que tinha que aprender mais alguma coisa e, há cerca de sete anos decidi, falando aqui com alguns meus amigos da Federação e do sindicato, que devia fazer uma licenciatura [...] e fiz o curso de sociologia que está a ser um instrumento fundamental na minha actividade. Eu tenho ideia que, no contexto em que a gente hoje se encontra de respostas a problemas tão complexos como os que a minha actividade sindical me exige, eu não responderia tão bem, e eu acho que tenho muitas lacunas na actividade, mas não responderia ao nível que estamos a responder se eu não tivesse tirado esta formação. (Freitas, 20)

fui para o Mestrado de Administração Pública porque fui dirigente do sindicato

eu fui para o Mestrado de Administração Pública porque fui dirigente do sindicato da função pública (...) o facto de ter estado no sindicato, como gestor, deu-me uma ajuda enorme, como me despertou o interesse para o Mestrado, não tenho a menor dúvida disso. Eu nunca faria o mestrado em administração pública se não tivesse estado no sindicato da função pública (Vieira Mendes, 65-66)

Esta consciência, a par da vontade de saber mais, do reconhecimento da necessidade social de aceder a outros saberes e do papel que assume hoje a formação escolar, está igualmente presente em muitos outros dirigentes sindicais que, não tendo procurado inscrever-se na universidade, frequentaram e concluíram outros níveis de escolaridade. A noção clara da amplitude das aprendizagens realizadas no âmbito da actividade sindical está também na base da vontade sentida por diversos dirigentes de verem reconhecidos, legitimados e certificados os seus saberes ou de continuarem percursos formais de formação. A esta vontade não é igualmente alheio o reconhecimento da importância que, no quadro da evolução social e educativa dos últimos trinta e cinco anos, assume hoje a qualificação e certificação escolar e/ou

profissional, e que leva também muitos outros trabalhadores a retomarem, em modalidades diversas, percursos de formação anteriormente interrompidos.

dimensão fundamental como cidadãos

Eu digo assim, na função pública, [...] operários, auxiliares, que se transformaram em pessoas extraordinariamente conhecedoras, e alguns que foram estudar mais, prosseguiram os seus estudos, mesmo em termos de formação e que se preocuparam com essa dimensão fundamental como cidadãos. (Vieira Mendes, 28)

eu gostava de ter algo que dissesse: eu não tenho só a 4ª classe

E isto não me tira a lucidez de saber que a gente não se pode eternizar aqui. Dá-me apenas uma certa tristeza o movimento sindical não ter tido, não tem, não sei se alguma vez vai ter, capacidade de fazer aquilo que as escolas hoje já fazem, que é a certificação de competências, porque há inúmeros dirigentes sindicais com a 4ª classe. Nós chegamos a ter inclusivamente uma mulher, no sindicato têxtil de Aveiro, que era de uma empresa de tapeçarias, que era uma mulher com uma força incrível, que não sabia ler [...]. A gente acaba por passar por este movimento sindical, adquirir uma série de conhecimentos, tem uma outra visão do que é a situação não só no nosso país como no resto do mundo, mas depois, a menos que a gente queira ir inscrever-se aí numa das escolas para adquirir a certificação de competências, de outra forma não consegue e continua a ter ou o não saber ler ou não saber escrever, [...] ou a continuar com a 4ª classe. Tenho andado a pensar nisso (certificação de competências). [...] Eu posso pura e simplesmente regressar à minha empresa, mas regressar à minha empresa, regressar ao local de embaladora, aquilo vai ser um bocado complicado. [...] eu gostava de ter algo que dissesse que eu não tenho só a 4ª classe, é o 9º, é o 12º, não sei, mas cujas habilitações não fossem a 4ª classe.[...] tendo o diploma do 9º depois era fácil, num daqueles cursos de 3 anos, porque mesmo para o acesso à formação profissional [...] é muito complicado querer fazer um curso profissionalizante não tendo o 9º ano (Palmira, 77-79)

2.5. Saberes próprios, específicos e pertinentes sobre o mundo do trabalho.

Desenvolvendo-se o essencial da actividade sindical em torno das questões do trabalho e dos problemas que se colocam aos trabalhadores, o movimento sindical constitui-se como um espaço privilegiado de discussão e de produção de saberes específicos, significativos e transversais sobre o mundo do trabalho. Saberes que, para serem pertinentes, não podem ser encarados de uma forma estática, mas sim em construção permanente, e que resultam do conhecimento directo de diferentes realidades, como são percebidas, vividas e sentidas pelos trabalhadores e pelos próprios activistas sindicais, do conhecimento proveniente de outras experiências e da própria história do movimento sindical, do estudo e análise dos problemas e da informação sobre eles existente.

No dia a dia não aparecem no sindicato problemas iguais

No dia a dia não aparecem no sindicato problemas iguais. Aparecem problemas semelhantes mas colocados por pessoas diferentes, com vivências e necessidades diferentes, vindos de empresas diferentes. Se encarmos a situação assim, se não nos rotinarmos na função, cada caso é um caso novo. Mas, se reduzirmos a actuação ao papel que se escreve, limitamo-nos a despachar o cliente, temos uma atitude de tipo burocrático (Ranita 2, 28)

A experiência pessoal dos dirigentes sindicais, enquanto trabalhadores e enquanto sindicalistas, as reuniões que se realizam nos locais de trabalho e o contacto directo com muitos outros trabalhadores nas empresas, o acompanhamento próximo de diversas situações de conflito, as questões que vão surgindo e para as quais é necessário encontrar respostas, permitem a diversos activistas sindicais possuir um conhecimento próximo e aprofundado de diferentes empresas, contextos e sectores profissionais. A maior ou menor ligação aos trabalhadores, o conhecimento dos seus pontos de vista, das suas experiências e saberes constituem-se elementos essenciais nas análises sobre o trabalho que o movimento sindical realiza e na formação dos próprios dirigentes.

os dirigentes que se desenvolviam [...] eram os que iam para os locais de trabalho

só se aprende nos locais de trabalho, não se aprende noutra sítio. Não vale a pena. Para mim. Eu estou a dizer isto como dirigente, o que eu vi, os dirigentes que se desenvolviam eram os dirigentes, seja do sindicato da função pública, fosse de outros sindicatos, eram os dirigentes (que iam para os locais de trabalho); [...] Mas há dirigentes que eu acho que não eram capazes de responder às necessidades precisamente porque não faziam esse contacto e não era a formação sindical que o substituía. (Vieira Mendes, 45-47)

O desenvolvimento e acompanhamento de processos de luta em diferentes empresas, e de situações específicas de trabalhadores ou de grupos de trabalhadores, permite também a muitos dirigentes sindicais, e ao movimento sindical no seu conjunto, deter hoje um património de experiências e um saber acumulado e mobilizável, sobre o trabalho e sobre processos de intervenção e de luta, que se torna fundamental na análise de novos problemas e situações e na tomada de decisões sobre as melhores formas de intervir. Mas este conhecimento de experiências anteriores e a capacidade de mobilizar os saberes neles aprendidos não pode fazer esquecer que cada situação é única, permitindo e exigindo a construção colectiva de saberes e modos de intervenção específicos.

a luta da CIFA deu-me um arcaboço do arco da velha

Quando a minha empresa de facto começa a ter problemas eu trago já algum arcaboço das discussões com as administrações, do que é que podia estar em cima da mesa numa altura em que as empresas deixavam de pagar salários, [...] de sorte que esta bagagem eu acabo por trazer para a minha; no dia em que, pela 1ª vez, eles anunciam que não vão pagar salários eu estou lá na fábrica [...]; eles fazem uma reunião [...] Então eu nunca mais me esqueço. Eu levei comigo um lápis e comecei a assentar tudo aquilo que o sujeito ia dizendo [...] quando ele parou eu perguntei se podia fazer perguntas. Então eu começo a fazer perguntas e começo a anotar as respostas; ficou tudo pasmado. Ninguém imaginava que eu tivesse adquirido os conhecimentos que naquela altura estava a demonstrar; já não me lembro que perguntas fiz, mas devo ter perguntado a quem é que eles deviam, devo ter feito uma série de coisas, sei lá, isto já vai há tanto tempo, não me lembro; lembro-me só da reacção dos trabalhadores e deles - aquela surpresa; quer dizer que este tempo que eu estive a tempo inteiro no sindicato e em que acompanhei aquela luta (da CIFA) deu-me um arcaboço do arco da velha; preparou-me muito, mas muito, para aquilo que eu hoje sou, inevitavelmente (Palmira, 35)

Para além do conhecimento aprofundado da realidade dos locais de trabalho e das perspectivas dos trabalhadores, os sindicatos possuem igualmente um grande conhecimento sobre as posições de outras entidades, designadamente do patronato, ou dos seus representantes, das associações patronais, e do próprio governo, em resultado de diversas reuniões em que participam a nível de cada empresa, em torno de processos de negociação colectiva ou directamente com responsáveis governamentais. Este conhecimento e contacto directo com uma multiplicidade de situações e diferentes pontos de vista permite aos dirigentes sindicais irem, cada vez mais, percepcionando as questões do trabalho como problemas que só podem ser compreendidos na sua complexidade, em interacção com outras dimensões de natureza social, política, económica e cultural. Muitos dos problemas dos trabalhadores não podem ser encarados apenas como problemas vividos e sentidos numa determinada empresa, não são apenas problemas do trabalho, como se este existisse e funcionasse num lugar social à margem. São problemas políticos e a sua resolução ou agravamento passa, no essencial, por medidas e decisões de natureza política. A luta dos trabalhadores de uma determinada empresa ou sector, em torno de reivindicações específicas, precisa muitas vezes de ser articulada ou ter em conta outros trabalhadores e surge como indissociável de uma luta política mais geral e de uma visão global sobre a sociedade, permitindo o desenvolvimento e aprofundamento da consciência social mas também da consciência política.

articulação entre a parte da luta reivindicativa com a intervenção mais política

ver na intervenção do sindicato [...] uma intervenção política muito grande o movimento sindical é um movimento que não é meramente reivindicativo, designadamente a CGTP; é um movimento que teve e tem uma intervenção política na sociedade, e esta articulação entre a parte da luta reivindicativa com a intervenção mais política é também uma escola de formação para os dirigentes e para os delegados sindicais porque eles habituam-se também a ver na intervenção do sindicato [...] uma intervenção política muito grande. (Vieira Mendes, 21)

os STCP tinham uma importância muito grande para a população do Porto

Na luta dos STCP a União tinha uma grande intervenção, muito grande, sempre, e fui eu que acompanhei durante muito tempo o sindicato. [...] é evidente que os STCP tinham uma importância muito grande para a população do Porto, e portanto havia uma preocupação da União ajudar o sindicato a encontrar as melhores soluções que conjugassem a defesa dos direitos dos trabalhadores com a defesa dos direitos da população e dos outros trabalhadores, porque aquilo afectava os outros trabalhadores. (Vieira Mendes, 39)

Tendo em conta a diversidade e complexidade de questões a que, no exercício da acção sindical e no que se refere à defesa dos direitos dos trabalhadores, é necessário dar resposta torna-se imprescindível para diversos dirigentes sindicais o domínio de conceitos em áreas diversas, como a economia, o direito, a gestão, a sociologia, sem os quais não é possível entender o mundo do trabalho na sua globalidade nem responder de forma adequada aos problemas colocados a nível de cada empresa, de cada sector ou a nível nacional. É assim que, perante os desafios com que vão sendo confrontados, muitas vezes a partir dos próprios problemas e em estreita articulação com eles, mas procurando também passar a ter deles uma perspectiva mais abrangente, se vai desenvolvendo a vontade e o gosto pelo estudo de diversas temáticas. E esta vontade de saber mais, de articular o conhecimento directo de diferentes realidades com outros saberes mais sistematizados, confrontando-os mutuamente, faz com que diversos dirigentes sindicais possuam hoje um conjunto alargado de conhecimentos e saberes sobre o trabalho e o mundo em que vivemos.

A partir da experiência, do estudo, da reflexão, os problemas que se colocam aos trabalhadores numa determinada empresa, ou os problemas do trabalho a nível mais geral, podem ser equacionados sob diversos ângulos de análise (político, económico, jurídico, contabilístico, social, etc.), permitindo ter deles uma outra compreensão e decidir, de forma mais adequada, as melhores formas de neles intervir. Perceber o que se passa numa determinada empresa que deixa de pagar salários, despede trabalhadores ou ameaça falência, por exemplo, implica saber como está organizada e a ser gerida e ser capaz de a analisar criticamente do ponto de

vista económico, financeiro, contabilístico, sabendo também como se insere numa estrutura económica mais ampla.

eu tenho que saber, perceber bastante de economia

eu acho que eu tenho que saber bastante, perceber bastante de economia, perceber mesmo, porque eu discuto com os patrões que vêm aqui; agora vou ter uma reunião para a semana sobre o contrato das pedreiras, vamos discutir economia, dinheiro, são valores, são os recursos humanos, e eu tenho que estar preparado, muito bem preparado para isso (Albano, 59)

eu não cumpria muito bem o meu papel se não soubesse

é impossível estar numa empresa que diz que tem dificuldades e eu não saber do que é que estou a falar, não faz sentido nenhum, quer dizer, eu não cumpria muito bem o meu papel se não soubesse quando eles me estão a dizer que, por exemplo, os salários têm um peso na facturação da empresa que é inoportável, por isto ou por aquilo, que eu não saiba, está bem, mas então mostre lá agora quanto é que paga de juros bancários, por exemplo. (Palmira, 72)

Saber se os direitos dos trabalhadores estão ou não a ser respeitados, o sentido para que apontam determinadas alterações legislativas como, por exemplo, e recentemente, as do Código do Trabalho, implica conhecer o direito do trabalho, diverso articulado da contratação colectiva e legislação diversa. E, implica, com muita clareza, ter a consciência que também o direito não é neutro, cabendo aos dirigentes sindicais a responsabilidade de fazerem a leitura da legislação mais ajustada à defesa dos direitos dos trabalhadores. Esta consciência obriga a que os departamentos de contencioso dos sindicatos não possam ser encarados como algo que apenas diz respeito aos advogados, mas sim como uma área de intervenção em que o cruzamento de saberes é essencial e em que tanto os dirigentes sindicais como os advogados têm muito que aprender. É a partir dos diferentes saberes, do conhecimento directo do que é a realidade do trabalho nas empresas e do conhecimento da legislação e de noções de Direito que é possível construir novos saberes mais adequados a uma melhor intervenção sindical na área jurídica, designadamente no que se refere ao Direito do Trabalho, com a consciência que este também não é independente dos direitos sociais, políticos e económicos.

saber o conjunto de toda a legislação de que se estava a falar

o dirigente era obrigado, quando ia a um local de trabalho para negociar com o dirigente do serviço, ou com um director geral, ou com um secretário de estado, ou com um ministro, porque era isso que acontecia, ele tinha que saber o conjunto de toda a legislação de que se estava a falar; se não era apanhado na curva. Muitas vezes o que acontecia, posso-te

dizer, quando nós, dirigentes da administração pública, íamos falar com os ministros e secretários de estado estávamos melhor preparados que eles. Sabíamos mais do que eles; de uma forma geral era isso que acontecia. (Vieira Mendes, 27)

os advogados não têm todos a mesma opinião

os advogados expõem a sua opinião, às vezes não coincidente, por exemplo, uma coisa que os dirigentes aqui têm muita dificuldade é que os advogados não têm todos a mesma opinião, porque a malta foi formatada, porque o direito tem uma única interpretação, o que é uma treta, não é, não tem nada, e essa isenção do direito e dos juízes e tal, mas estão todos com essa escola e aqui começam a perder (Freitas, 40)

ou dominam bem o Código do Trabalho ou são atropelados

toda esta batalha do Código do Trabalho; eu no meu curso (Sociologia) tive duas cadeiras de direito, uma muito virada para as questões do pessoal, e outra para as questões teóricas do direito; aquilo não me chega para meia missa para responder sobre as questões do código; eu tive que andar, tenho ali, todo sublinhado, rascunhado; tive que estudar. O curso por si só não chega; mas eu tenho aqui dirigentes que falam do código tanto como eu e não têm formação nenhuma académica, mas eles hoje vão para as empresas e para argumentar sobre os direitos ou dominam bem o código ou são atropelados. (Freitas, 36)

A participação em processos de negociação colectiva, a diversos níveis, obriga igualmente ao domínio de um conjunto vasto de conhecimentos em áreas muito diversas, que permitam quer a elaboração e apresentação de propostas quer a discussão e argumentação com as outras entidades envolvidas. Também nesta frente há a consciência que os trabalhadores não podem estar mal representados, isto é, representados por alguém que não conheça bem os dossiers e não tenha, a este nível, capacidade de argumentação e características pessoais para este tipo de processos.

do outro lado só estão advogados

nós temos aqui, dez, vinte dirigentes, ao nível da negociação colectiva; nós hoje temos na Federação cinco processos de negociação em curso; nenhuma das comissões negociadoras sindicais, das chamadas CNS, tem algum técnico a assessorá-las; só são dirigentes sindicais; do outro lado só estão advogados e às vezes está um ou outro patrão, mas no essencial são advogados; por exemplo, na têxtil estão, do outro lado, quatro advogados e nós temos deste lado três dirigentes; é luta desigual, mas eles (os dirigentes) estão a negociar o contrato enquadrados no código de trabalho; ou sabem ou não sabem. Portanto, tiveram que estudar. (Freitas, 37)

Sendo certo que nem todos os dirigentes sindicais têm o mesmo tipo de intervenção e de actividade nem sentem a necessidade de estudar da mesma forma os problemas, no interior do movimento sindical são diversas as ocasiões, os espaços

e os tempos de partilha de experiências, troca de informações, discussão, debate e articulação desta diversidade de conhecimentos e saberes, criando-se as condições para a co-produção de múltiplos saberes e de um saber mais global sobre o trabalho e para análises mais aprofundadas que não excluem os trabalhadores do centro do debate.

A forma como os nossos interlocutores nos falam e caracterizam a situação que actualmente se vive e as transformações ocorridas no mundo do trabalho nestes últimos 40 anos, que abordámos na segunda parte desta dissertação, é bem elucidativa do conjunto significativo de conhecimentos e saberes que possuem e que adquiriram e de como são mobilizados na leitura da realidade social que dá sentido à sua intervenção.

Apesar das dificuldades que os sindicatos hoje atravessam, que os nossos interlocutores não deixam de salientar, e que se traduzem, entre outros aspectos, numa maior dificuldade de ligação directa a muitas empresas, o movimento sindical continua a poder acrescentar a qualquer discussão e análise sobre o trabalho uma dimensão fundamental, sobre a qual possui um conhecimento acumulado e em permanente actualização, que é a dimensão humana, a dimensão dos trabalhadores, e do seu direito ao trabalho e a um trabalho com direitos, do seu direito à dignidade e a uma vida melhor. E é esta dimensão humana absolutamente central, que tende a ser esquecida em muitos dos debates que hoje se travam quando, a pretexto da “inevitabilidade” de aumentar a “produtividade” e a “competitividade” das empresas e da economia, se procura justificar a implementação de uma série de medidas de desregulação das relações laborais, cujas dramáticas consequências do ponto de vista social são hoje claramente visíveis, que torna o saber sindical particularmente pertinente. Ao acrescentar ao debate a dimensão humana é também toda uma discussão sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, sobre modelos de desenvolvimento e sobre o país e o mundo que passam a estar presentes, ou que importa estarem presentes, articulando o saber sobre o mundo do trabalho com outras dimensões da existência humana e inserindo a luta pelo trabalho na luta por uma sociedade mais justa e por um mundo melhor.

2.6. Os outros existem: relações interpessoais no contexto da acção sindical

O contexto da intervenção sindical é eminentemente relacional. O desenvolvimento da actividade implica um estar em permanente relação com outros, sejam eles activistas sindicais, trabalhadores, entidades patronais ou representantes de instituições diversas, sejam pessoas com concepções e modos de ser e estar na

vida relativamente próximos ou muito distantes. Pessoas com quem se estabelecem relações significativas, empenhadas e marcadas por afectos, que dão sentido à intervenção, à acção sindical e ao papel a desempenhar por cada um, mas também pessoas com as quais não existem traços comuns de identificação, e que não deixam de contribuir, até pelas reflexões que provocam, para a visão do mundo que se vai construindo. Relações resultantes da intervenção e da presença quotidiana no sindicato com aqueles que lá estão diariamente ou com quem lá se dirige, com os trabalhadores em diferentes empresas, com quem se fala, se reúne, se luta, com outros activistas sindicais, mas também resultantes de contactos mais formais com quem se tem que negociar ou tratar de assuntos diversos em representação do sindicato. No decurso da actividade vão-se tecendo e desenvolvendo intensas e diversificadas redes de relações que marcam o quotidiano, vividas no interior dos sindicatos e na multiplicidade de espaços e tempos em que a acção sindical se desenvolve, com consequências que ultrapassam as fronteiras da intervenção sindical, projectando-se para outras esferas da vida de cada um e provocando profundas transformações pessoais.

eu era uma pessoa muito bruta

Primeiro, a relação com as pessoas; eu era uma pessoa muito bruta; ainda hoje sou mas não tem comparação. Eu se me dissessem uma coisa que eu via que não era verdade eu estourava logo tudo. Hoje, o que é que eu aprendi? aprendi a dizer à pessoa que ela não tem razão de uma maneira que ela não fique estoirada e até eu, porque depois eu se me enervar, eu também não fico bem, como toda a gente. Esta é uma questão, é ter a postura, a forma de lidar, a sensibilidade de resolver melhor o problema, de uma maneira mais suave, não deixando de dizer as coisas, isso não, mas a forma a tratar o problema é diferente. Esta é uma questão. A outra questão é o saber estar em muitas coisas, quer dizer no sentido da responsabilidade, no sentido da importância das coisas. Toda esta actividade leva-nos também a conhecer um bocado, eu não direi as etiquetas, não é, mas há coisas, princípios cívicos que são importantes, e que infelizmente há gente que não as tem e eu não as tinha aquando do início de tudo isto; eu era de facto um pouco boçal, era rural, e daí que isto levou-me a saber entabular uma conversa com uma pessoa quer deste quer daquele estrato, seja com quem for, não tenho problemas nenhuns nesse sentido. Agora isso é importante para tudo porque se nós não sabemos isto, as regras mínimas, muitas das vezes, até para nós próprios, para a luta que nós defendemos, não conseguimos extrair do outro lado aquilo que muitas vezes é preciso. Isto é importante. Isto é uma experiência, isto é um conhecimento, isto é de facto um ensinamento muito bom. [...] Mas é isto, a conduta cívica, a conduta moral, atenção, isso já é um conhecimento (Barra2, 37-38)

A partir do momento em que um trabalhador assume responsabilidades no sindicato, e começa a ter nele um papel activo, a sua rede de relações alarga-se

significativamente, passando a contactar e a conviver regularmente com muitas outras pessoas, algumas das quais até então pouco conhecia ou eram mesmo desconhecidas. Pessoas que se encontram em ocasiões e em situações diversas, para preparar ou desenvolver a actividade do sindicato, ou porque há problemas em relação aos quais é necessário intervir, no desenrolar de uma luta, na preparação ou no decurso de uma iniciativa, na sequência de uma vitória ou de algo que não aconteceu da forma que se esperava ou desejava. Pessoas com quem se fala, discute, troca opiniões e modos de pensar, com quem se está de acordo ou em desacordo, com quem se partilha ideias, se analisa e reflecte, que se influencia e por quem se é influenciado, num processo permanente de formação em que muitos outros estão presentes mesmo nos momentos em que cada um se encontra sozinho consigo mesmo.

Na relação com os trabalhadores e com os outros activistas, a luta por causas comuns e por objectivos que se definem em conjunto e as iniciativas que se levam a cabo, ganham rosto, estimulando o desenvolvimento de sentimentos de partilha e de pertença a um colectivo solidário, movido por ideais e valores semelhantes, no interior do qual se cruzam as subjectividades individuais e a intervenção de cada um ganha sentido. Sendo a actividade sindical marcada por uma forte componente colectiva, a rede de relações que cada um estabelece, sendo pessoal e específica, não deixa também de ser marcada pela presença do colectivo, em nome do qual se fala, se intervém, se luta e se está presente.

A actividade em que cada um se empenha desenvolve-se com outras pessoas em concreto e tendo-as em conta, pessoas com comportamentos, lógicas, modos de agir e temperamentos semelhantes ou muito diferentes, com quem se partilha projectos e experiências diversas, situações e momentos alegres, tristes, por vezes dramáticos. E este processo de relação torna-se um factor de enorme enriquecimento pessoal, de aprendizagem da multiplicidade de conhecimentos e saberes que o outro pode trazer, de construção de novos saberes, de mudança de atitudes e comportamentos, mas também de aprendizagem da relação com os outros, que surge mesmo, em muitos dos discursos dos nossos interlocutores, como uma das aprendizagens centrais realizadas no âmbito da actividade sindical.

os outros existem

(Aprendi que) o mundo é um canal onde todos devem caminhar e ninguém se atropelar. [...]

Eu penso que eu se não fosse sindicalista não tinha algumas das riquezas que hoje sinto.

Saber ouvir, saber intervir quando tenho de intervir, e mais, os outros existem; acho que o movimento sindical ensinou-me isso (Albano, 29)

o trato com as pessoas

(aprendi) sobretudo o trato com as pessoas, que na minha opinião é o mais difícil. O trato não é o mero relacionamento comunicacional, é, mais do que isso, a convivência com as pessoas na medida em que as pessoas reflectem no seu comportamento, nas suas atitudes, ambientes de origem variados, personalidades diversas, diferentes formações ... (Ranita2, 24)

No decurso da actividade e nas redes de relações que se vão estabelecendo, ter em conta o outro, as suas características, subjectividades e representações torna-se fundamental até para que a intervenção possa ter êxito ou faça sentido. E isso implica perceber com clareza que os outros existem e ser capaz de se pôr no seu lugar e de lhe dar lugar na relação, de procurar analisar as situações através do seu olhar, de desenvolver a sensibilidade e a capacidade de escuta, de esforçar-se por perceber e contextualizar os seus pontos de vista, os seus comportamentos e atitudes, aprendendo a conviver com as diferenças de opiniões e de comportamentos. Torna-se necessário, como diz René Barbier (2002), ser capaz de *“saber sentir o universo afectivo, imaginário e cognitivo do outro para poder compreender de dentro as suas atitudes, comportamentos e sistemas de ideias, de valores, de símbolos e de mitos”*. Mas implica também tornar-se acessível ao outro, criando as condições para que a relação se possa estabelecer.

tu tens que compreender

tu às vezes ouves coisas que é preciso ter já um certo grau cultural para fazer de conta, fazer de conta até um determinado limite, porque senão é para uma pessoa se chatear. Tu tens aí dirigentes que às vezes vão comigo e dizem - ó Albano tu aguentas essas bocas? Não, sabes uma coisa. É que aquele homem estava a dizer uma coisa que se ele dissesse mal do sindicato, ou dissesse mal de mim, ou fosse malcriado, mas não, ele deve ter problemas que não tem nada a ver conosco, tu tens que compreender isto, se tu és dirigente, porque também há indivíduos, aqui dentro, que pensam que porque têm o estatuto de dirigente já são mais do que os trabalhadores que estão a trabalhar na obra (Albano, 87)

podem ser pequenos pormenores

eu convido (os trabalhadores) para virem aqui ao sábado falar comigo e estamos aqui a falar, abertamente, sem problemas alguns; para eles se sentirem melhor não é aqui em cima, levo-os ao bar do sindicato, bebemos uma água ou o que eles quiserem e conversamos, porque lá é um local diferente; eles sentem-se melhor lá; aqui (na sala de reuniões) como não estão habituados a estar sentados, é verdade, não tenhas dúvidas, quem não está habituado a estar aqui numa mesa e estar aqui sentado, tu estás e eu, não temos problema nenhum, agora ele não. No bar ele sente que está no habitat dele, eu estou igual a ele mas ele está a pensar até que está melhor que eu, que está no bar, no café, na

aldeia, ou assim. Essas coisas têm que se fazer, podem ser pequenos pormenores mas são coisas ... (Albano, 69-70)

A diversidade de situações em que os dirigentes sindicais estão presentes, que acompanham e a que têm que dar resposta, a intensa e variada rede de relações que toda a actividade sindical implica, obriga a lidar e a aprender a lidar com emoções e sentimentos diversos, vividos individual e colectivamente. Se, em determinados momentos, quando a actividade desenvolvida corresponde ou ultrapassa as expectativas, contribuindo para a resolução de problemas, é fácil lidar com os sentimentos de satisfação e de “dever cumprido” daí resultantes, noutras ocasiões, quando a actividade fica aquém do esperado, quando se considera que não houve o empenhamento colectivo e a participação que seria necessário, ou quando não se atingem os resultados pretendidos, torna-se mais difícil lidar com uma certa frustração e mal estar.

quando se vai alterar?

a desigualdade de meios neste momento é terrível e isso leva [...] nomeadamente nesta questão concreta dos salários, a que as pessoas digam – não merece a pena, a gente já fez tudo, as pessoas não lutam; e eu digo, não, as pessoas não lutam hoje, podem lutar amanhã e isto vai-se alterar; agora, quando se vai alterar? Eu acho que nós continuamos a ter aqui um papel fundamental, não é, é informar, é formar (Freitas, 29)

No decurso da actividade sindical e das relações estabelecidas com os trabalhadores, em muitas empresas, diversos activistas são também confrontados com problemas para os quais não têm solução, alguns deles com consequências dramáticas para muitas pessoas. As relações de proximidade vivenciadas dão então a essas questões a sua dimensão humana. Não são apenas problemas que se acompanham de longe, são problemas que atingem directamente dezenas ou centenas de pessoas que têm nome, que se conhecem ou de quem se é amigo, com quem já se falou, de quem se sabe a situação familiar e perante os quais se sente uma enorme impotência, sentimento com o qual se tem também que aprender a lidar para prosseguir na actividade sindical.

como era possível resistir a tantos dramas?

naquele período em que a lei dos salários em atraso não existia, eu quero-te dizer, do ponto de vista humano, aquilo foi uma coisa muito complicada para mim. [...] era impossível qualquer ser humano aguentar a multiplicação de dramas sociais como naquela altura se multiplicaram, antes de existir a lei. Era impensável para qualquer humano aguentar permanentemente e saber que não estava na sua mão alterar aquilo. Que as coisas podiam de facto ser alteradas, mas não era por nós, era por outros, era por não sei quantos, era do

próprio governo do país, que tinha ou não tinha vontade política de alterar a situação. Agora nós, enquanto seres humanos, enquanto dirigente sindical, individualmente, de facto eu estava ali a dar alento àquela pessoa mas eu sabia que aquilo não ia ter solução se não se alterassem as coisas. Isto é se a gente não fosse um animal de hábitos, e a determinada altura nós não começássemos a olhar para aquilo até de uma forma um bocado distante, eu acho que nós enlouquecíamos até, acho que enlouquecíamos e portanto, como nós somos também animais de hábitos, a partir da altura em que é criada a lei dos salários em atraso, a 1ª lei dos salários em atraso, nós próprios começamos a criar mecanismos de defesa; pronto, agora já há esta forma, quer dizer nós já não nos envolvemos tanto do ponto de vista emocional como nos estávamos a envolver até há pouco tempo, porque senão às páginas tantas era impossível, era impensável, como é que era possível resistir a tantos dramas de gente, que eram famílias (Palmira, 56-58)

eu questionei-me diversas vezes se valia a pena continuar no sindicato porque nós não podíamos alterar aquela situação, não era possível. Independentemente da luta toda que se fizesse aquilo era irreversível. (Palmira, 55)

No interior das redes de relações existentes nos sindicatos são diversas as situações de conflito que surgem, com as quais se tem que lidar e aprender a lidar, algumas das quais deixam marcas muito profundas, e que podem traduzir e reflectir tanto ocasiões de transformação como de perturbação. Essas situações podem resultar de diferentes perspectivas sobre os problemas e sobre as melhores formas de intervir, de características e projectos pessoais, ou de grupo, diversos, que não deixam de estar presentes e de se manifestar em vários momentos. Alguns dos conflitos que surgem no dia a dia, em torno de problemas específicos ou globais, podem ser resolvidos através da discussão e da própria intervenção sindical, implicando um importante processo de aprendizagem da relação com o outro, e constituindo-se, pelas reflexões que provocam, em elementos dinamizadores da acção e condições de *“uma transformação mais participativa e preocupada com as questões do sentido da vida em comum”* (Correia; Caramelo, 2003:183). Outros podem vir a traduzir-se numa maior fragilização e sectarização do movimento sindical, particularmente em momentos em que as dificuldades de intervenção são maiores, quando é menor a ligação aos trabalhadores, quando a actividade tende a burocratizar-se e diminui a participação e o funcionamento democrático dos sindicatos, quando não existe um projecto congregador e mobilizador para a acção.

No colectivo há sempre conflitos

Conflitos existem sempre onde haja pessoas que se relacionam demoradamente. No colectivo há sempre conflitos. Se, no colectivo, se discute, leal e francamente, os desentendimentos e se, consensualmente, se encontra uma solução, será óptimo. Quando deixa de haver movimento, acção absorvente, então essas situações são dramáticas. Se andarmos empolgados com a actividade, tudo o mais parecem ser episódios menores.

Faltando acção voltada para fora, começamos a olhar para o que está dentro e depois para nós próprios, ou, melhor, para cada um dos outros. Então, facilmente aparecem os conflitos, seja os que têm origem em atitudes de leviandade, de insensatez, a superficialidade do modo como se trata as pessoas e os problemas, o laxismo, etc., ou por comportamentos de incidência passional, misturados com a actividade desenvolvida, ou, ainda, conflitos provocados pela ambição pessoal e o carreirismo de um ou outro quadro. Uma actuação menos preventiva do aparecimento de situações desagradáveis pode estar na origem de alguns conflitos. [...] Mas os conflitos mais sérios, antes do mais, para as organizações, onde surgem, são os que têm origem em atitudes calculistas, subordinadas a ambições pessoais, alheias ao objectivo da acção das instituições. (E isso depois tem uma influência grande na forma como se desenrola a actividade sindical, no funcionamento colectivo) Pois tem. E a reflexão sobre essas situações permite-me dizer que aprendi muito no contacto com tantas e diferentes gentes, principalmente sobre a natureza humana. Foi o que mais me marcou, e foi (e continua a ser) o mais difícil de enfrentar. Principalmente quando se chega ao ponto de julgar, no colectivo, intenções que pensamos ver nos outros. Estas situações infernizam a vida dos quadros e infernizam a vida dos órgãos e levam as pessoas atingidas para comportamentos de auto-defesa pessoal constante. Quando os alvos se defendem atacando, piora dramaticamente o ambiente de trabalho, durante muito tempo. Nestes casos, a solução é a ruptura com esta situação, seja lá o que isso signifique. [...] Aliás, as rupturas também servem para avançar. Por vezes, são absolutamente indispensáveis. Viver em águas mornas, manter as meias tintas, não é a melhor opção. (Ranita2, 31-32)

A rede de relações interpessoais que a intervenção sindical permite vivenciar, com outros activistas sindicais, mas sobretudo com os trabalhadores, faz com que os sindicatos se constituam para muitos dirigentes, designadamente para os nossos interlocutores, como espaços significativos de realização pessoal, que lhes permitem afirmar a sua autonomia, desenvolver ideias e capacidades próprias e ter uma importante intervenção social, que sentem ser reconhecida e valorizada por muitos. Este reconhecimento da sua contribuição para a luta dos trabalhadores e do seu papel enquanto autores sociais, empenhados na construção de um outro futuro possível, constitui uma importante retribuição moral-simbólica (Dejours, 1997) e um factor de mobilização e motivação subjectiva suplementar para uma participação social activa. A relação com os outros no decurso da acção constitui igualmente um elemento fundamental de aprendizagem de si mesmo através do olhar dos outros e de construção pessoal da representação da sua própria identidade.

reconheço que sou reconhecida

eu sentia-me bem, sentia-me bem e hoje sinto que dei muito de mim aos trabalhadores; mas também reconheço que sou reconhecida por eles (Amália 2, 2-3)

sinto um carinho muito grande dos trabalhadores por mim

eu sinto-me um sindicalista feliz porque acho que muitos trabalhadores já sentiram e seus familiares a intervenção deste sindicato na resolução dos seus problemas (Albano, 29)
eu quando vou aos trabalhadores fazer acções eu sinto um carinho muito grande dos trabalhadores por mim. (Albano, 48)

sententes mesmo como se tivesses sido acarinhada

Tu sententes mesmo como se tivesses sido acarinhada, porque acho que a gente fica tão bem com nós próprios e não é só porque ficamos bem com nós próprios é porque a gente olha para os olhos das outras pessoas e vê nos olhos delas que elas estão satisfeitas com o desempenho que o sindicato teve (Palmira, 63)

2.7. O uso da palavra e da comunicação não verbal

A participação activa no sindicato traduz-se na entrada para um espaço onde a comunicação e o uso da palavra têm um papel fundamental. O essencial da actividade implica, como já salientamos, o desenvolvimento de redes de relações diversas, no interior das quais a comunicação está sempre presente, até porque *“numa situação interaccional [...] é impossível não comunicar. Actividade ou inactividade, palavras ou silêncio, tudo possui um valor de mensagem”* (Watzlawick, 1990:45). A partir da troca mais formal ou mais informal de opiniões, do debate de ideias, da partilha de sensações e subjectividades, da participação em reuniões com um número de pessoas muito variável, a comunicação acontece.

Participar activamente na rede de relações que se estabelecem e nos diferentes encontros e reuniões que ocorrem, pressupõe não só a capacidade, a vontade e a sensibilidade de escutar e estar atento aos outros, às suas palavras, olhares, gestos, posturas e silêncios, tentando perceber as suas perspectivas e aprender com eles, mas também a capacidade e a vontade de dizer o que se pensa e de tornar acessível aos outros as opiniões próprias, os conhecimentos e saberes de cada um. Estar em relação implica partilhar e defender opiniões, emoções e sentimentos, argumentar, assumir o poder de falar ou de não falar, de convencer e de ser convencido, de influenciar as tomadas de decisão. Como afirma Ana M^a Wels (2002) *“a conversação é o grande canal de aproximação social. Aqui se delineiam pontes que se estendem entre pensamento humano e contexto social, entre conhecimento e sociedade, objectividade e subjectividade, indivíduo e grupo”*.

No âmbito da actividade sindical, o poder de comunicar e o uso da palavra deixam de estar confinados a uma esfera mais ou menos privada (a família, os amigos, os colegas de trabalho) e passam a ser exercidos na esfera pública, no quotidiano da acção, nas conversas que se travam, nas reuniões que se realizam, em

pequeno grupo ou em grandes assembleias, como instrumentos fundamentais da intervenção sindical e de mobilização colectiva, mas também de transformação pessoal. No decurso da actividade aumentam exponencialmente os espaços e os tempos onde se comunica e onde se começa a fazer uso da palavra, alargando-se nesse processo a rede de relações e assumindo-se nelas um papel cada vez mais activo. Adquire-se, progressivamente, um maior à vontade para falar em público, para expor pontos de vista, apresentar propostas e posições a título individual ou colectivo, aprendendo-se, como diz Glória Gohn (2001:19) *“a acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas”*, e no poder da própria intervenção na transformação social.

hoje gosto de falar

Sabes eu era uma pessoa extremamente inibida, eu não conseguia estar a falar contigo quando era mais jovem, refugiava-me, não gostava de falar, era inibido, completamente inibido e hoje gosto de falar, aliás eu não sei fazer outra coisa há vinte e poucos anos – é escrever e falar, escrever e falar (Albano, 59-60)

está tudo a olhar para nós

houve um) plenário no Grupo Mondego, num refeitório enorme, uma coisa que eu nunca tinha visto, cheio de mulheres, em que os dirigentes tinham que se pôr em cima da mesa para o pessoal nos ver, porque senão ninguém nos via, porque aquilo era tanta, tanta gente que era uma coisa incrível; e o Zé F. vai comigo e insiste que eu tenho que falar do plano Werner, e eu não percebia nada daquilo [...] eu sei que subi para cima da mesa, com as teses na mão, nunca mais me esqueço, abro lá na página que eu tinha sublinhado, em cima da mesa, olho para aquela massa humana, as minhas pernas, sabes como é, alguém de novo, está tudo a olhar para nós, está tudo, não há ninguém que não fique a olhar para nós [...]; deixa lá ver o que é que ela vai dizer, será que ela diz alguma coisa que tem jeito? [...] eu acho que se falei dois segundos foi muito; falei dos despedimentos, dos 100 mil postos de trabalho, e perguntei é isto que nós queremos? E não fui capaz de dizer mais nada. (Palmira, 31-32)

no próximo eu ia subir e ia saber o que é que ia dizer

E desci abaixo, e o Zé F. disse – muito bem. E eu, ah que vergonha, meu deus; senti-me tão envergonhada, tão envergonhada, tão envergonhada que naquela altura eu disse assim – nunca mais me hão-de fazer isto; nunca mais ele vai ter motivo para me empurrar e eu não esteja preparada para fazer uma coisa destas. E aquilo foi ponto assente para mim, pronto, acabou; nunca mais, em mais nenhum plenário. [...] naquele momento, eu jurei a mim mesma que nunca mais ia acontecer uma coisa daquelas; no próximo eu ia subir e ia saber o que é que ia dizer. E foi assim, foi uma coisa, foi muito giro (ibidem)

No exercício activo do uso da palavra, muitos activistas sindicais aprendem que *“a linguagem verbal está longe de desempenhar na interacção humana o papel de*

quase exclusividade que tradicionalmente lhe tem sido atribuído.” (Ribeiro, 2003: 201). A partir da experiência de falar em público torna-se claro como para além das palavras que se utilizam, o tom com que se fala, a projecção de voz, a postura corporal, as expressões do rosto, os gestos, a colocação no espaço, o tempo que se utiliza, a expressão das emoções, são fundamentais no processo de comunicação e nos sentidos e significados que cada um lhe vai atribuir.

todo o meu corpo falava

uma pessoa que está a falar para alguém e que quer fazer passar determinada mensagem, se estiver quieta a falar, daqui por um bocado as pessoas estão completamente desatentas, não estão a dormir, mas estão completamente desatentas; segundo aquilo que elas diziam (outras sindicalistas, a propósito de uma sessão de um curso de formação), a forma como eu transmitia a mensagem, todo o meu corpo falava, isto é falavam as mãos, falavam os olhos, falavam não sei quantos, e imediatamente desperta uma outra atenção, mas isso, quer dizer, eu não aprendi aquilo em lado nenhum, é mesmo assim, é mesmo assim. (Palmira, 106-107)

Essas coisas têm que ser estudadas

quando se vai fazer um plenário, uma pessoa se estiver assim a falar ninguém aprende, se uma pessoa estiver assim cativa as pessoas, e depois de vez em quando olhar e de vez em quando não é gritar, eleva um pouco a voz e está a dizer outra vez. Essas coisas têm que ser estudadas, não é? (Albano, 53)

A forma como se faz uso da palavra assume, igualmente, uma grande importância na comunicação, sendo necessário adequar o que se diz e o modo como se diz ao contexto onde se está e às pessoas em concreto com quem se pretende interagir, de maneira a que a comunicação se torne inteligível, aprendendo-se *“a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados [...] a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta”* (Gohn, 2001:19), e a dominar diferentes códigos linguísticos. A partir da experiência do uso da palavra aprende-se que falar numa reunião restrita não é o mesmo que numa grande assembleia, que usar a palavra num grupo onde todos se conhecem ou partilham ideais comuns é diferente de o fazer para desconhecidos ou para quem defende outros valores, que falar com os trabalhadores numa empresa não é o mesmo que falar para técnicos ou participar numa reunião de negociação com entidades patronais ou membros do governo, que abordar um determinado assunto terá que ser feito de forma diferente caso as pessoas já o conheçam ou nunca tenham ouvido falar dele, que comunicar num momento de festa não é seguramente o mesmo que comunicar num momento dramático.

. explico o que é isso quer dizer

E nos plenários é isso que eu faço, explico aos trabalhadores uma série de coisas com uma linguagem muito simples. Se estão os técnicos, também falo para os técnicos e depois vou outra vez, que para mim a parte mais importante são os trabalhadores; se um quadro técnico coloca lá uma questão – há ali um talude, eu digo-lhe: o senhor engenheiro falou num talude, o talude vocês não sabem, se calhar muitos de vocês não sabem, um talude é um muro, a entivação é o escoramento, entendes? Eu explico-lhes isso, porque o engenheiro não teve o cuidado de explicar quer dizer não falou para ninguém, falou para ele, falou precisamente para ele e eu tenho esse cuidado. Eu meto alguns palavrões, palavrões passo a expressão, mas depois explico, explico o que é isso quer dizer, o que é que isso traduz e essa preocupação minha é constante (Albano, 53)

Mas comunicar implica igualmente a sensibilidade para escutar e dar lugar aos outros e a disponibilidade para ser surpreendido, criando as condições para que passem a usar da palavra, estando atento ao que dizem e às formas de comunicação não verbal presentes na relação que, por vezes, mais do que as palavras, permitem perceber a forma como se sentem, o estado de espírito, os sentidos e significados que atribuem ao momento.

Eu já lia nos olhos delas

Em relação a lidar com as pessoas foi ótimo. Eu acho que é um privilégio; eu ainda hoje me recordo dos plenários que eu fazia nas empresas, naquela altura, empresas com 600 trabalhadoras, com 400, e eu sou baixa, não é, não sou assim uma mulherça, mas é engraçado que eu punha-me em cima sempre de uma mesa, eu parecia um general (risos); mas tenho essas recordações e foi ótimo, foi ótimo. Eu já lia nos olhos delas se elas estavam com atenção ou não ao plenário. É muito engraçado. Eu, e elas acabavam por aceitar, porque eu lhe dizia – olha, se não estás a ouvir o plenário não vale a pena estares aqui, vai trabalhar, porque não vale a pena estares aqui, estás a entreter as outras. E elas muitas vezes, no fim do plenário, diziam – como é que tu em cima da mesa vias que eu que estava ... Eu via tudo, por isso eu gostava de ir para cima de uma mesa (Amália2, 7-8)

estás a olhar para a cara das pessoas e a perceber se elas estão a entender

A sensação de que, porque tu estás a olhar para a cara das pessoas e estás facilmente a perceber se elas estão a entender aquilo que tu estás a dizer ou se para elas é chinês, porque é, eu acho que, para mim, é muito natural perceber, aperceber-me disso; quando eu estou numa reunião de direcção do sindicato, e estou a falar de determinada coisa, e estou a olhar para as caras e estou a ver que ninguém está a perceber patavina, eu própria interrompo e digo assim, bom, ninguém está a perceber o que é que eu estou a dizer, vamos lá a ver se a gente traduz isto por miúdos e vou dar a volta e não sei quantos para chegar lá. Essa noção eu tenho (Palmira, 106-107)

Às vezes de onde não se esperava é de onde surgia

Às vezes de onde não se esperava é de onde surgia. E por isso é que nós devíamos estar sempre atentos a que nada é fácil, tudo é possível. Às vezes, da pessoa menos elaborada, surge uma pergunta que a gente fica assim, sei lá e agora? E então tem que surgir ali – não sabe, a humildade. Eu em relação a essa questão, com toda a sinceridade, não sei responder, vou procurar saber e garanto que irei responder a seguir; neste momento o pior que eu posso fazer é dizer alguma coisa que não seja...; e as pessoas aceitam isto, porque é que hei-de armar-me em sabichão? (Barra2, 35)

A participação e o uso da palavra num plenário de trabalhadores podem significar muito mais do que fazer um discurso numa dada situação, por mais importantes que sejam os objectivos previamente definidos. A escuta dos outros e a atenção aos seus problemas que o espaço de reunião e de comunicação pode proporcionar, a sensibilidade para perceber o que a cada momento preocupa as pessoas em presença, permite a sua transformação noutros espaços de relações e de afectos, que ultrapassam os momentos da reunião e que tornam verdadeiramente significativa a intervenção de cada um e do movimento sindical.

Elas já me viam como uma amiga

E depois, além do plenário, havia aquelas pessoas que no fim, nem tinha nada a ver com o plenário, nem tinha nada a ver com os direitos delas, mas tinha com a vida, com a vida delas. Depois vinham e falavam, e falavam, falavam, falavam, e eu era uma apaziguadora, além de sindicalista era uma apaziguadora delas, uma amiga, era uma amiga. Elas já me viam como uma amiga (Amália2, 7-8)

veio-me tudo à cabeça da minha juventude

eu fui fazer um plenário ao Cachão, a Mirandela, a uma fábrica de produtos secos [...]. Eu cheguei lá num dia, em que o patrão nessa noite tinha posto o leite todo fora, e havia muita miséria lá no Cachão. Eu não ia com esse propósito, para fazer um plenário sobre isso, ia fazer um plenário geral da contratação colectiva e lá está o que eu digo em relação às mulheres – se fosse um homem elas se calhar não iam ter com ele dizer-lhe, mas eu era mulher, elas a 1ª coisa que eu cheguei lá, a chorar, a dizer-me – ó Dª Amália, o nosso patrão esta noite botou o leite todo fora e nós não temos leite em casa para os nossos filhos e ele não nos deu. Aquilo, para mim, quer-se dizer, veio-me tudo à cabeça da minha juventude, porque eu nunca bebi leite quando era jovem, quando era pequena, nunca bebi leite, eu não me lembra de beber leite; [...]. E aquilo doeu-me tanto, tanto, que eu num plenário que era para ser feito numa hora, aquilo demorou para aí 3 horas. Porque eu depois desenvolvi uma luta por causa de ele ter posto o leite fora [...] foi a forma de incitar uma luta lá, grandíssima, porque elas deram imenso valor. Porque eu depois acabava, nos plenários, quando acontecia estas coisas, por interferir na minha vida. Eu ia buscar a minha vida de miúda para lhes explicitar o motivo de estar ali e delas terem de lutar para que aquilo não acontecesse. E isso, quer-se dizer, isso nem tem palavras, para mim nem tem palavras, nem tem palavras. (Amália2, 10-11)

A participação em diferentes espaços de comunicação onde se é chamado a intervir, leva a contactar com diferentes perspectivas e ângulos de análise, que se confrontam no decurso da discussão e do uso da palavra, quer no interior do movimento sindical quer nas relações com outras entidades, obrigando a mobilizar argumentos e a desenvolver a capacidade de argumentação, a capacidade de contrapor argumentos aos argumentos dos outros, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade de reflexão e análise. A coexistência de opiniões e percepções diferentes sobre os problemas e a melhor forma de neles intervir, e a discussão que daí resulta, potenciam igualmente a possibilidade de aprender a respeitar outros pontos de vista e a pôr em causa ideias pré-concebidas.

às vezes há discussões que são quentes à brava

Em assuntos tão polémicos e complexos, porque é que há-de toda a gente ter a mesma opinião? (...) É claro que às vezes há discussões que são quentes à brava, mas bom, a discussão acabou e tudo voltou ali, toda a gente sabe que tem que respeitar; mesmo a malta às vezes mais sectária tem que perceber que essa opinião existe, e tem que ser respeitada e que o outro só muda de opinião quando ficar convencido, portanto a função dele é convencê-lo não há outro método (Freitas, 40-41)

2.8. O domínio da escrita

A edição de documentos que permitam levar mais longe e a um maior número de pessoas informações e tomadas de posição diversas, assume uma importância crucial, pelo que o acto de escrever faz parte do quotidiano de diversos dirigentes, muitos dos quais não tinham o hábito anterior de o fazer.

Se o falar em público é uma capacidade que tende a ser desenvolvida por um grande número de activistas sindicais, tornando-se uma prática quotidiana, o mesmo não acontecerá com a escrita, que tende a ficar mais concentrada e sob a responsabilidade de um número mais restrito de dirigentes, nomeadamente os que estão a tempo inteiro no sindicato, sendo muitas vezes um trabalho solitário. No entanto, isto não significa que o processo da escrita não possa ser precedido ou acompanhado do envolvimento de outras pessoas e de um trabalho de auscultação, de troca de opiniões sobre os objectivos a que o documento deve responder e sobre as linhas de força fundamentais do seu conteúdo, tendo em conta os seus destinatários, obrigando a reelaborações e afinamentos até chegar a um texto final, constituindo-se, de alguma forma, num processo de escrita colectiva. O processo de escrita obriga igualmente à procura e sistematização de informações diversas, à leitura de outros documentos, a uma nova organização das ideias e das formas de pensar.

eu acho que até nem está mau, mas esta ideia ...

(antes de vir para o sindicato não tinhas o hábito de escrever) Não, não, ou de escrever deste tipo de forma, quer dizer, passar para o papel uma ideia qualquer que a gente tem é muito fácil, agora construir um comunicado não é a mesma coisa. E então normalmente sou eu que o faço, o pessoal pira-se sempre. E depois, mesmo que eu queira que outros se iniciem na escrita, como eu estou a tempo inteiro, o normal será que aquilo seja empurrado para mim [...]; Quando há ideias na direcção eu vou tomando nota [...]; E se depois de ele estar pronto a malta manda por fax para St. Tirso, para Felgueiras, para Vila do Conde - olha os dirigentes que vejam se estão de acordo, e se o que vem é está bom, podes pôr a andar, tudo bem; se dizem, olha eu acho que até nem está mau, mas esta ideia ...; aquilo é que é uma coisa do arco da velha porque leva outra vez a repensar ... mas diz lá o que é que achas que devia dizer, e às vezes as pessoas nem sequer sabem como é que hão de transmitir a ideia que têm. É um trabalho um bocado solitário neste aspecto, não é. (Palmira, 90)

São muitos e de diverso tipo os documentos a produzir – comunicados aos trabalhadores, boletins, jornais, actas de reuniões e outros documentos de trabalho internos, documentos para as mesas de negociação, comunicações para Conferências e Congressos, etc., cada um dos quais implica preocupações específicas. Escrever um comunicado para distribuir nas empresas ou um boletim sindical é diferente de escrever uma comunicação para uma conferência ou uma proposta de resolução para um Congresso. Mas, para cada documento que se elabora é necessário ter em conta tanto os objectivos da sua edição (dar informações, mobilizar para uma jornada de luta, ...), como os destinatários, muitos dos quais não têm hábitos de leitura. A forma como se escreve a mensagem pode ser determinante no modo como vai ser recebida e percebida pelos trabalhadores.

é o sentimento deles que está ali

faço um documento muito bem feito, que é um documento que o trabalhador que o está a ler diz - eu também estive aqui a construir isto, porque é o sentimento deles que está ali; essa é a primeira coisa, é a máxima, que é fazer um documento, é um comunicado só de um lado, e com coisas, com frases muito fortes, muito fortes (Albano, 91)

escrever o mais simples possível

eu sou o director do jornal da federação, quando tenho que escrever os artigos, é sempre a preocupação de escrever o mais simples possível e ver se os levo a perceber a mensagem (Freitas, 28)

foi muito interessante pô-la a escrever

E foi muito interessante pô-la a escrever (a uma jovem dirigente do sindicato, uma intervenção numa conferência sindical sobre a igualdade) porque eu achei, nós temos sempre a mania que é assim, vou ter depois que corrigir a intervenção. Ó pá, a esmagadora

maioria da intervenção foi ela que a fez e estava direitinha; depois só me pediu, olha agora para rematar queria dar esta ideia mas não sei como a hei-de pôr. Então eu lá vim para a beira dela, sentei-me lá ao pé dela e lá fomos construindo o resto da intervenção mas, a esmagadora maioria da intervenção foi ela que a fez e foi muito bem; foi uma das mais aplaudidas na conferência porque, de facto, estava uma intervenção bem feita, claramente se notava que não tinha sido ninguém que a tinha feito por ela [...] e para mim foi uma surpresa perceber que ela já tem a capacidade de ir passando para o papel algumas ideias; que era aquilo que ela dizia, provavelmente aqui há uns anos atrás se me dissessem que eu tinha que escrever uma intervenção eu dizia que quem me estava a dizer isso era maluco. (Palmira, 91-92)

Também as relações com a comunicação social implicam a capacidade de escrever notas e documentos específicos para a imprensa. E a elaboração desse documento implica a sensibilidade para perceber que o espaço da notícia dificilmente será grande, que os próprios jornalistas, não sendo especialistas nos assuntos que os sindicatos estão a tratar, podem ter dificuldade em percepcionar os aspectos tidos pelos sindicatos como mais importantes, pelo que importará conseguir concentrar as atenções nas questões verdadeiramente essenciais.

A comunicação social vem cá se tu lhe mandas um título forte

A comunicação social vem cá se tu lhe mandas um título forte, mas depois tens que ter aqui alguém para dar esse título forte, quer dizer para dar sequência, dar suporte a isso, [...] eu chego a uma conferência de imprensa falo muito pouco porque eu faço um documento primeiro. Antes, 20 minutos a 10 minutos, quando chegam aqui, eles lêem-no e eu estou aqui para perguntas [...] quando chegam sento-me com eles no bar, a beber uma água ou um café, a conversar com eles; quando vou para a conferência de imprensa já é um grupo informal, já estamos familiarizados, já não há problema nenhum, eu já domino melhor, não quer dizer que não estivesse à vontade, mas já domino melhor. (Albano, 54)

2.9. Organização e gestão

Fazer parte da direcção de um sindicato, e mais especificamente dos seus organismos executivos, implica assumir responsabilidades de diverso tipo a nível da organização e gestão da estrutura sindical, o que obriga a pensar e a tomar decisões sobre o funcionamento do sindicato. Tais decisões não são independentes das concepções que se tem sobre a actividade sindical, dos objectivos que se pretendem atingir, do nível de participação que se procura dos trabalhadores, dos quadros sindicais em presença, dos recursos disponíveis, dos constrangimentos internos e externos, do contexto social e político.

Nas condições do fascismo e no quadro dos sindicatos corporativos, as poucas direcções sindicais efectivamente eleitas pelos trabalhadores, sem a possibilidade de

ter qualquer dirigente a tempo inteiro, tiveram que equacionar formas de reorganizar os sindicatos, para poderem ser capazes de defender os direitos dos trabalhadores e responder aos desafios com que passaram a ser confrontadas, como vimos no caso do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto.

Assim caminhando

O sindicato não tinha a confiança dos associados nem estava organizado para dar resposta a muitos trabalhadores que lá fossem. As mais das vezes não havia dirigentes que os recebessem. [...]. Não confiávamos nos funcionários que encontramos no sindicato. Quem começou a atender os trabalhadores foram os novos dirigentes eleitos e outros activistas [...]. Para reunir condições de trabalho foi necessário despejar lá uma cave, destinada a arrumos, e fazer dois gabinetes de trabalho, onde passamos a receber diariamente, depois da hora normal de trabalho, os trabalhadores queixosos, cujo número ia crescendo, à medida que ganhavam confiança no sindicato. [...] Neste quadro, era uma necessidade absoluta contratar alguém capaz de representar a direcção nas horas normais de trabalho, no atendimento dos associados que procuravam o sindicato. Esse alguém, a quem atribuímos o título de secretário-geral, foi o João Amaral, recentemente falecido. Durante o dia era ele que agia como verdadeiro dirigente (tinha responsabilidades semelhantes às desempenhadas pelo ex-chefe de serviços), mas sob nossa direcção efectiva. Se surgia qualquer situação imprevista contactava comigo, para a empresa. Depois, à noite, estava no sindicato com a direcção, a quem dava contas do dia-a-dia e apresentava propostas para resolução. Assim caminhando fomos construindo o caminho de harmonização da resposta do sindicato aos meios de que dispúnhamos. (Ranita2, 19)

No período do 25 de Abril foram muitos os sindicatos e outras estruturas sindicais criadas de raiz, e os sindicatos que já existiam passaram a funcionar em moldes e com uma organização muito diferentes dos sindicatos corporativos. Muitos trabalhadores estiveram então envolvidos na elaboração e aprovação de novos estatutos e na decisão do tipo de organização que melhor asseguraria o funcionamento democrático dos seus sindicatos e o envolvimento e a participação de um maior número de trabalhadores. Algumas das dificuldades que então se colocaram resultavam da inexperiência de um número muito significativo de dirigentes e activistas sindicais, a maior parte dos quais nunca tinha tido qualquer intervenção sindical, e que, de um momento para o outro, se encontravam agora à frente de grandes sindicatos, que tinham que saber organizar e gerir.

todos esses aspectos de organização e de gestão ao serviço do que era essencial

um dos trabalhos mais aliciantes para mim, foi fazer do nada uma organização que é hoje uma organização muitíssimo poderosa e muito importante e que me trouxe uma experiência muito grande, fundamentalmente de organização e, ao mesmo tempo, de gestão. [...] desenvolvi competências, pela experiência que tive como é que se organiza uma coisa,

desde fazer os estatutos, os órgãos. Nós não fomos copiar porque não íamos copiar pelos sindicatos corporativos ou que tinham essa índole corporativa e, portanto, podemos fazer uma coisa de novo e então vamos fazer como deve ser, democrática, com controle, com democracia directa, aliando sempre a assembleia geral com a direcção, a direcção sempre dependente da assembleia e os órgãos intermédios com os delegados sindicais, com uma assembleia intermédia que tinha algumas funções, porque achamos também logo, desde o princípio, que os delegados deviam ter algumas funções; era impossível estar a reunir sempre a Assembleia Geral, como aliás se veio a provar depois [...] Quer dizer todos esses aspectos de organização e de gestão ao serviço do que era essencial no sindicato que era o que estávamos ali a fazer e o que estávamos ali a fazer, fundamentalmente, a defesa dos trabalhadores, a melhoria das suas condições (Vieira Mendes, 10)

Num momento, como o que vimos assistindo nos últimos anos, por razões que já abordamos no capítulo anterior, marcado por maiores dificuldades na intervenção sindical, tornou-se necessário equacionar outras medidas organizativas, procurando adequar a organização às novas condições, nomeadamente a diminuição do número de dirigentes a tempo inteiro e de funcionários, o menor envolvimento no quotidiano da acção de outros activistas, as crescentes dificuldades financeiras, passando a gestão do sindicato e da actividade sindical a ser assegurada por um número muito mais restrito de pessoas. Esta situação coloca hoje problemas muito complexos, entre os quais se poderá referir a necessidade sentida de, em certas circunstâncias, por falta de recursos, ter de ser decidido quem se mantém no sindicato a tempo inteiro ou quem tem que sair, com as consequentes implicações pessoais que tal acarreta, bem como a fusão de diferentes sindicatos e serviços.

ou era aquilo ou não tínhamos condições de manter o sindicato

sendo muito complicado, tendo às vezes à nossa frente gente muito abatida, gente que percebia que de facto o sindicato não tinha condições de manter tanta gente mas que esperava sempre que não lhe tocasse. Foi muito, eu acho que foi muito, muito, muito difícil do ponto de vista humano, essencialmente do ponto de vista humano, ter que partir para conversas com gente, uns mais novos que eu, mas outros mais velhos que eu. [...] houve alturas em que de facto me apetecia desaparecer pura e simplesmente. Apetecia-me ir embora, não me apetecia fazer aquele papel; uma coisa incrível; foi muito difícil (...) foi uma aprendizagem muito complicada (...) foi muito, muito, muito doloroso. Mas nós tínhamos a certeza do seguinte – ou era aquilo ou não era, ou não conseguíamos continuar, não tínhamos condições de manter o sindicato, porque a receita não dava, não era possível (Palmira, 98)

A menor participação e um maior afastamento dos trabalhadores que hoje se verifica, em diversos sindicatos, podem igualmente colocar e potenciar outro tipo de problemas, sobre os quais importa reflectir, e que, por vezes, se traduzem em

processos de burocratização e num menor funcionamento democrático das estruturas sindicais, transformando-as em organizações mais fechadas sobre si próprias e menos potenciadoras de aprendizagens.

a actual organização sindical de base (está) cada vez mais fragilizada

a actual organização sindical de base (está) cada vez mais fragilizada na capacidade de intervenção, em consequência das alterações objectivas verificadas na actividade produtiva, mas também mais rotineira, mais burocratizada, a partir da escassa participação directa dos associados. Isto não é algo que eu só agora critique, quando estou afastado da actividade sindical, na situação de reformado. Já antes existia. Já antes o criticava. Nem quero que suponhas que pretendo acusar da situação os actuais dirigentes, em geral. As razões da situação encontram-se nas circunstâncias complexas que vivemos na presente época histórica. De resto, sei que continua a haver vontade de revitalizar o funcionamento democrático nas organizações sindicais, a participação de todos, o verdadeiro espírito colectivo na tomada das decisões e na sua aplicação, apesar de a realidade impor, por vezes, soluções menos boas: a duração dos mandatos foi ampliada, as Assembleias Gerais tendem a ser substituídas por Congressos, reduzindo o espaço de participação directa, até na eleição de delegados de empresa, eleitos normalmente a partir dos delegados sindicais existentes há muitos anos. Eles que já são delegados sindicais por inércia de movimento. (Ranita2, 30)

procurando fugir à burocracia

(O sindicato) faz um comunicado a informar das tabelas (e vai distribuí-lo às empresas), mantendo esta acção, procurando fugir um bocadinho à burocracia, às secretárias, porque se a gente não tem este espírito, é mais um a fazer-nos um inquérito, é mais um a fazer-nos uma pergunta, é preencher mais um documento, é mais uma coisa sobre os jovens, é mais uma coisa sobre as mulheres, se a gente não estiver atenta e não souber gerir, a gente passa a vida a responder a inquéritos - é para as uniões, é para as federações, é para a CGTP, é para isto e para aquilo; portanto a gente tem de gerir também o nosso tempo de forma a que aquilo que é essencial não deixar de ser feito, que é a ligação com os trabalhadores (M^a Emília Reis, 68)

Quem está na direcção do sindicato, e muito particularmente quem está a tempo inteiro, assume a responsabilidade pela gestão quotidiana da actividade, nas diversas áreas e frentes em que ela se desenvolve, no plano interno e externo, acabando por ter um papel, muitas vezes determinante, no próprio funcionamento das estruturas sindicais e no envolvimento de outros dirigentes, dos funcionários e dos activistas e na ligação aos trabalhadores. Gerir um sindicato significa assim tomar decisões sobre o conjunto da actividade a desenvolver, sobre os tempos e ritmos em que esta se realiza, sobre os recursos materiais susceptíveis de serem mobilizados, sobre as pessoas que, a cada momento, vão ser chamadas a ter um papel mais activo. No âmbito do movimento sindical, em organizações que se pretendem capazes de agir e

de se transformar para melhor intervir, a gestão das relações interpessoais assume uma grande relevância, pelo que a vontade e a sensibilidade para estar atento aos outros, aos seus problemas, opiniões, pontos de vista e maneiras de ser, de incentivar, reconhecer e valorizar o seu trabalho, de lidar com diferentes tipos de conflitos, bem como a criação de um ambiente que estimule a participação e o envolvimento de um maior número de pessoas surgem como características particularmente importantes.

nada há mais complexo que o ser humano

os dirigentes sindicais e particularmente os dirigentes que estão a tempo inteiro, administram uma pequena empresa, entre aspas, não è; um sindicato tem receitas e tem despesas e às vezes também se instalam conflitos; podemos dizer não são conflitos de interesses, não são conflitos de exploração, não é nada disso, não tem nada a ver com isso, mas as pessoas, o ser humano, nada há mais complexo do que eles, e então, às vezes, instalam-se conflitos, de facto. E os dirigentes que estão a tempo inteiro não podem, olha agora venha cá a direcção toda, vamos resolver o que é que vamos fazer com esta situação; não, quem está ali tem que ter a capacidade e a serenidade de saber como é que há-de encaminhar as coisas. (Palmira, 80)

eu tenho que estimular

eu tenho que estimular (os funcionários do sindicato), se eu não estimulo eles podem ir mas não vão tão contentes, tão à vontade, ou tão satisfeitos e assim não vão fazer o mesmo trabalho, render como podiam render; não é uma questão de visão capitalista, mas é uma questão do sindicato saber pôr as coisas. Sabes que isto de estar num sindicato atira uma pessoa para ser economista, não tenhas dúvidas, atira uma pessoa para recursos humanos, saber dirigir recursos humanos, atira para várias situações e tu tens que responder e tu, por exemplo, teres funcionários com a qualidade que têm aqui estes, também obriga o presidente a ser uma pessoa atenta, entendes, obriga mesmo (Albano, 90)

Ser dirigente sindical implica também ser capaz de gerir o sindicato, ou outras estruturas sindicais do ponto de vista financeiro, o que obriga não só à elaboração dos orçamentos, mas também ao acompanhamento da sua execução, com a preocupação de assegurar o necessário equilíbrio entre as receitas e as despesas e a melhor adequação dos recursos, muitas vezes limitados, aos objectivos da intervenção sindical. A necessária gestão financeira não pode assim ser encarada numa perspectiva tecnocrática, obrigando à tomada de decisões de natureza eminentemente política, que permitam a definição de prioridades, o funcionamento da estrutura, a articulação das disponibilidades existentes com a actividade a desenvolver, o equacionar das melhores soluções para ultrapassar dificuldades de tipo diverso.

as opções a tomar, [...] o rigor da actuação nesta área não são senão políticos

(na União, assumi) responsabilidades de gestão. Até aí, entendia que esta função não possuía conteúdo político suficientemente interessante para mim. Mas, rapidamente verifiquei que as opções a tomar, os objectivos a alcançar e o rigor da actuação nesta área não são senão políticos quando garantem os meios de acção adequados, a estabilidade de funcionamento e a sã imagem pública das organizações sociais e políticas. Orgulho-me de ter concorrido decisivamente para a resolução de um défice, de dezenas de milhar de contos, que na USP enfrentávamos naquela altura. E, quando saí, estavam as contas da União completamente em dia, tinha-se invertido o rácio activo/passivo, a União estava reajustada no seu dimensionamento, designadamente humano e técnico, dezenas de credores, individuais e empresariais tinham recebido o dinheiro que lhes era devido há muito [...]. Para além disso, ainda fui eu que estudei, preparei e redigi o projecto da Casa Sindical Comum, concebida a partir do espaço disponibilizado pelo Sindicato dos Ferroviários, em Campanhã, construída e inaugurada estando eu já reformado. (Ranita 2, 7-8)

A actividade de diversos dirigentes sindicais passa também pela organização e gestão de diferentes tipos de estruturas (uniões, federações, departamentos específicos) e serviços comuns a vários sindicatos (instalações, reprografia, etc.), o que se constitui num desafio que obriga a encontrar respostas para novos problemas e à sua abordagem numa perspectiva regional, nacional ou sectorial, constituindo-se também em importantes ocasiões para a realização de aprendizagens susceptíveis de serem transferíveis para outros contextos, como reconhecem alguns dos nossos interlocutores

o facto de ter estado no sindicato, como gestor, deu-me uma ajuda enorme

eu era o responsável da reprografia; eu dirigia a reprografia (da União dos Sindicatos do Porto); [...]. Aí foi também uma experiência de gestão; quer tu queiras quer não isso deu-me uma (grande experiência). E, por exemplo, na escola de enfermagem (para onde foi trabalhar como chefe de serviços após a saída do sindicato) tinha uma reprografia e, para mim, foi canja pôr aquela reprografia a funcionar. [...] eu era responsável pela reprografia, pela biblioteca, pelos serviços académicos, pela parte financeira, por parte do pessoal todo que dá apoio às aulas, portanto eu assumi mesmo a responsabilidade dos serviços todos; e, em muitas coisas, o facto de ter estado no sindicato, como gestor, deu-me uma ajuda enorme, não tenhas a menor dúvida. (Vieira Mendes, 65)

2.10. Pensar os problemas, conceber e desenvolver projectos e lutas

O desenvolvimento da actividade coloca muitas vezes os activistas sindicais perante problemas face aos quais é necessário intervir, muitas vezes quase de imediato, problemas esses que nunca são iguais e que como tal têm que ser equacionados. Perante questões novas há que ser capaz de as analisar, no contexto

em que ocorrem, compilar e cruzar informações diversas, ouvir diferentes pessoas e, tendo em conta experiências anteriores e os saberes delas decorrentes, encontrar soluções e/ou formas de intervir inovadoras e adequadas a cada situação concreta e tomar decisões, produzindo sobre ela novos saberes. Mas o movimento sindical não se pode limitar a responder a problemas colocados por outros, numa posição meramente defensiva e de reacção ao que vai acontecendo; é necessário também ser capaz de tomar a iniciativa, apresentar propostas, desenvolver actividades mobilizadoras, colocar-se a si mesmo novos problemas e desafios, imaginar e criar novas formas de intervir, sem o que tenderá a cair em actividades rotineiras e burocratizadas, diminuindo a sua ligação aos trabalhadores e a sua influência social.

Cada tipo de acção tem que ser bem estudada, pensada

Cada tipo de acção tem que ser bem estudada, pensada (Albano, 29-30)

essa questão das acções de sensibilização foi uma forma que eu pensei, levou muito tempo a pensar, posso dizer que meses, como é que eu ia conseguir pôr a falar, a falar eu para os trabalhadores, os desregulados, os clandestinos, os precários, os que trabalham à hora e ao metro (Albano, 80)

Desenvolvendo-se a intervenção sindical em áreas muito diversas, havendo que dar resposta ou tomar a iniciativa face a múltiplos problemas, são muitas as actividades e lutas que os sindicatos promovem e que têm que ser pensadas, decididas e realizadas, o que implica um importante trabalho de concepção, planificação, organização, execução, direcção/coordenação e avaliação, envolvendo nas diferentes fases, e em função do tipo de acções, um número diferenciado de dirigentes e activistas.

A decisão de avançar com uma determinada forma de luta e a sua concretização, seja uma greve, uma manifestação ou uma concentração, a nível de uma empresa, de um sector, de âmbito regional ou nacional, implica a capacidade de análise da situação e de decisão das acções mais adequadas a desenvolver. A sua concretização obriga ao envolvimento dos activistas sindicais e dos trabalhadores, à distribuição de tarefas, à assunção de responsabilidades específicas, à deslocação aos locais de trabalho, à realização e direcção de reuniões no sindicato e de plenários nas empresas, à concepção, edição e distribuição de documentos, ao acompanhamento permanente das tarefas decididas e da sua execução, bem como à avaliação sistemática do que está a acontecer e a ser feito a cada momento, reorientando a acção quando necessário.

Terminada a acção de luta importa novamente fazer a avaliação de todo o processo, reflectindo criticamente sobre diferentes aspectos que ajudem a equacionar

o futuro e as próximas iniciativas a desenvolver, retomando-se a luta nas novas condições agora existentes, que a própria acção contribuiu para transformar. No novo processo são agora igualmente mobilizados os novos conhecimentos e saberes entretanto adquiridos, resultantes da reflexão realizada a partir do que correu bem, mas também a partir de erros identificados, transformados assim numa importante fonte de aprendizagem. Planificar e organizar acções de luta ou outras iniciativas, como conferências, seminários, colóquios, congressos, acções de formação, implica a capacidade de as imaginar e conceber como projectos de natureza e amplitude diversa, e de os inserir no projecto sindical mais amplo, pensando-os, decidindo-os e acompanhando-os nas suas diversas fases e na multiplicidade de tipos de tarefas e conhecimentos que eles implicam.

Muito do trabalho sindical constitui-se, assim, em trabalho de projecto, entendendo-se o projecto não como *“uma simples representação do futuro, do amanhã, do possível, de uma ‘ideia’, é o futuro ‘a fazer’, um amanhã a concretizar, um possível a transformar em real, uma ideia a transformar em acto”* (Barbier, J-M 1993:52), adoptando e desenvolvendo metodologias de projecto, nem sempre assumidas explicitamente enquanto tal, que são permanentemente mobilizadas e aprendidas no decurso da acção e da intervenção.

trabalho de preparação, de planificação, de concepção

Eu acho que o trabalho colectivo é muito mais quando é para o trabalho a fazer fora dos sindicatos, o trabalho de preparação, de planificação, de concepção do que é que vamos (fazer); (...) Aquilo que é colectivo é muito mais quando se determina - olha a gente tem este objectivo, que é atingir a negociação do contrato, por exemplo, então sim, então é; sentamo-nos, planificamos que tipo de trabalho é que vai ser feito, quem vai estar e a que horas, não sei onde, quem faz o comunicado, as ideias para o comunicado, este tipo de trabalho é efectivamente colectivo. (Palmira, 80-81)

a 1ª coisa que faço

(Para organizar uma luta) a 1ª coisa que faço é um documento muito bem feito (...), se vai sair um jornal e vai haver uma greve é para casa que vai o jornal (...) depois é ir aos trabalhadores, fazer plenários, e dizer a todos isto, porque é que acontece - nós queremos melhorar a nossa vida, [...] como é que tu organizas, é assim. Não pode ser outra coisa, já te dei os pormenores - é a página bem feita e outra coisa é eles lerem como se fosse eu. [...] Estas coisas tão gerais sempre a dizer lutar por uma vida melhor, não é isso, têm que ser coisas que lhes toque, que lhes toque, senão eles não vêem, é assim como eu organizo as lutas, como eu faço as coisas. (Albano, 91,92)

2.11. Um saber sobre o movimento sindical

Como temos vindo a salientar a participação activa no movimento sindical, em sindicatos associados à CGTP, contribui para a realização de muitas e diversificadas aprendizagens e para a co-produção de conhecimentos e saberes em áreas muito diferentes, os quais configuram um outro saber, ou conjunto de saberes, sobre o movimento sindical e o exercício da actividade sindical. Saberes heterogéneos, interdisciplinares e transversais, profundamente ligados à acção, à reflexão, ao estudo e análise crítica dos problemas com que os activistas sindicais se confrontam, à concepção de sindicalismo e à visão do mundo e da vida que, enquanto protagonistas de processos de intervenção e transformação social, colectivamente vão construindo.

Resultante de um grande envolvimento no trabalho sindical, em diferentes estruturas sindicais e na CGTP, muitos dirigentes sindicais possuem hoje, a partir das suas próprias experiências e de experiências colectivamente construídas e reflectidas, um conhecimento muito aprofundado sobre os sindicatos e outras estruturas sindicais em que participaram/participam, sobre o movimento sindical no seu conjunto. Um saber construído a partir do interior do movimento, da sua história, das vivências de participação, das reflexões partilhadas.

o mundo da actividade sindical

A verdade é que se não tivesse (entrado para o sindicato), não fora o movimento sindical, provavelmente eu estava muito distante do que é este mundo que eu hoje sei, que conheço, que vivo intensamente, que é o mundo da actividade sindical, sem dúvida (Palmira, 39)

No decurso da sua participação sindical, diversos trabalhadores vão-se formando enquanto sindicalistas, enquanto pessoas que acreditam que a exploração e as desigualdades sociais não são inevitáveis, que a história é algo em construção e que reclamam para si mesmas um papel activo na luta pelo respeito pela dignidade humana e pela construção de um outro futuro.

Reconhecer a possibilidade de um outro mundo possível e o papel dos seres humanos na determinação dos sentidos dos processos de mudança é talvez a principal aprendizagem que o movimento sindical pode proporcionar a quem nele participa e que potencia e dá sentido a todas as outras aprendizagens que ocorrem no seu interior. Aprendizagens que os nossos interlocutores reconhecem ter realizado no exercício da sua intervenção sindical e que se constituem também num saber sobre os saberes construídos nos processos de luta e participação social.

**PROCESSOS DE FORMAÇÃO NO
CONTEXTO DA ACTIVIDADE SINDICAL**

PROCESSOS DE FORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ACTIVIDADE SINDICAL

Como vimos no capítulo anterior são múltiplas as aprendizagens que ocorrem no decurso de uma intervenção social e política activa e, mais especificamente, em sindicatos associados à CGTP. Ao abordar essas aprendizagens, e as dimensões formativas da actividade sindical, inevitavelmente referimos já processos formativos que nela ocorrem, o que de imediato nos permite salientar a sua estreita articulação, decorrente de uma formação que, fundamentalmente, ocorre na acção, pela acção e a partir dela. Acção que se constitui, assim, simultaneamente, numa fonte de novos conhecimentos e saberes e num processo formativo. Pese embora este facto, entendemos pertinente procurar sistematizar, de uma outra forma e num novo capítulo, os processos de formação de que nos falam os nossos interlocutores, procurando, assim, dar-lhes uma maior visibilidade e permitir o aprofundamento da reflexão sobre as dinâmicas de formação presentes em diferentes espaços de intervenção sindical, evidenciando a importância estratégica dos processos educativos/formativos informais e não formais. Esta preocupação implica a abordagem e o esforço de explicitação dos processos de formação informal que ocorrem no quotidiano da intervenção sindical, mas também dos processos que ocorrem a partir de iniciativas explicitamente pensadas para serem formativas, designadamente em cursos de formação para activistas sindicais promovidos pelos sindicatos, pelas uniões, federações ou pela CGTP, e noutro tipo de acções como Seminários, Conferências ou reuniões específicas, e que se situam no âmbito da educação não formal.

A partir das reflexões e análises dos nossos interlocutores sobre os processos de formação que ocorrem no decurso da intervenção sindical e no seu próprio percurso de formação, enquanto dirigentes sindicais, é possível identificar quer processos de natureza colectiva, a partir das relações que estabelecem com outros e do trabalho que em conjunto desenvolvem, quer processos de natureza mais individual que, de qualquer forma, se encontram estreitamente articuladas com os anteriores, com o contexto que cada sindicato, e o movimento sindical no seu conjunto.

1. Processos informais de formação: a formação no quotidiano da acção sindical

1.1. O movimento sindical como contexto formativo

O início de uma intervenção e participação activa no movimento sindical não é precedida da frequência de qualquer curso ou acção de formação que “habilite” os trabalhadores para o “ofício” de activista ou dirigente sindical, decorrendo o seu processo de aprendizagem e de formação no interior do movimento e no exercício da actividade sindical. A eleição para a direcção de um sindicato e o início de uma participação regular no movimento sindical significa a entrada para uma organização com características específicas, cujo funcionamento e actividade vai determinar, em grande medida, as experiências que, nesse contexto, vai ser possível vivenciar, as aprendizagens que se vão realizar, os conhecimentos e saberes em cuja construção se vai participar e os processos de formação que cada um vai experienciar.

Processos esses que não são dissociáveis do contexto social e político mais vasto e das transformações no mundo do trabalho, que condicionam o movimento sindical, e nos quais este intervém, dos seus princípios, valores e da sua história, que se constituem como um quadro de referência para a actividade, dos projectos e perspectivas que, a cada momento, se colocam à intervenção sindical, dos modos de funcionamento de cada sindicato e estrutura sindical, das lógicas que presidem à sua organização, das pessoas em concreto que neles participam, dos sentidos e significados que cada um vai atribuir à sua própria participação, do tempo que vai querer/poder investir no trabalho sindical.

Decorrendo o essencial das aprendizagens na acção e a partir da acção é, sobretudo, nos períodos de maior actividade e de maiores perspectivas de intervenção sindical, de maior mobilização e envolvimento dos trabalhadores em processos de luta, de maior participação e funcionamento democrático dos sindicatos, permitindo um debate mais alargado e uma maior reflexão sobre os problemas que se vão colocando e sobre a própria actividade que, como reconhecem os nossos interlocutores, os processos formativos adquirem uma maior intensidade e as aprendizagens se tornam mais relevantes.

a malta, antigamente, fazia-se mais depressa

eu acho que, apesar de tudo, a malta, antigamente, fazia-se mais depressa porque eram como cogumelos as empresas a rebentar – conflito aqui, conflito acolá e a gente não tinha mãos a medir, às vezes nem parava para pensar. Aquela parou, temos que ir para lá, e lá fomos nós a correr; e isso ajudava também porque a gente tirava um bocadinho desta, tirava um bocadinho daquela. O facto de hoje a actividade sindical ser completamente diferente não cria quadros tão depressa, digamos assim, com prejuízo, naturalmente (quer

dizer, era o próprio processo de luta e a movimentação que fazia com que os quadros surgissem e se desenvolvessem nessa luta?) exactamente, não tenhas dúvidas, isso foi, não há dúvida, é uma verdade de la Palisse; quando se diz a luta forma quadros é rigorosamente verdade, e então, no meu caso, claramente, não tenho dúvidas em relação a isso, ajudou mesmo a que eu me desenvolvesse. (Palmira, 53-54)

A vivência de uma multiplicidade de experiências que estes momentos proporcionam e a sua discussão colectiva, permitindo a sua transformação em novos saberes, permanentemente incorporados e reinvestidos na acção sindical, criam as condições para profundas transformações pessoais e colectivas. Particularmente nos períodos de maior mobilização e envolvimento, em que os sindicatos tendem mais claramente a funcionar num “*modelo participativo*” (Pain, 1990:190-192), desenvolvem-se as condições para um grande envolvimento dos activistas sindicais no conjunto da actividade a realizar, assumindo e exercendo responsabilidades de tipo diverso, para o reforço das relações interpessoais, para o desenvolvimento de hábitos de estudo e de trabalho colectivo, de discussão e análise dos problemas, de decisão e planificação da actividade, para a mobilização permanente e criativa das aprendizagens que vão sendo realizadas e dos saberes que vão sendo construídos.

tenho oportunidade de me valorizar

se eu vim para sindicalista e tenho oportunidade de me valorizar, por exemplo, porque tenho muitos contactos, tenho muita leitura para ler, se eu ler metade não me vou valorizar tanto, e então eu procuro ler muito, procuro ler muito os livros ligados ao movimento sindical e outros e aí eu estou a levar o meu cérebro, quer dizer a desenvolvê-lo mais e aí eu posso ajudar muito mais. E também digo que a minha preparação hoje não é a mesma que eu tinha, isso para mim é uma alegria muito grande. (Albano, 58-59)

Pelo tipo de actividades que desenvolvem, pelo seu modo de funcionamento, pelo impacto que a sua intervenção tem, ou pode ter, nas condições de vida e de trabalho de muitos trabalhadores, pela diversidade de pessoas e instituições que envolvem na sua acção e com quem se relacionam (trabalhadores, outros activistas sindicais, entidades patronais, representantes de instituições diversas), e de situações em que estão presentes (de luta, de negociação, de análise e reflexão, etc.), os sindicatos constituem um contexto favorável à realização de inúmeras aprendizagens e à construção de uma multiplicidade de saberes. Aprendizagens e saberes que se constituem a partir da actividade, de um “programa” aberto e não predeterminado.

vejo as possibilidades que tenho de crescer em termos sindicais

eu quando chego aqui vejo as possibilidades que tenho de crescer em termos sindicais e começo a valorizar-me, a ler, ir aos trabalhadores, muito, contactar com eles e a partir daí vi que havia possibilidades de... [...] com toda a humildade, eu percebi que não era difícil eu ter uma luta, quer dizer entregar-me à luta e ajudar portanto o sindicato a afirmar-se e aos trabalhadores a terem aqui um dirigente (Albano, 22-23)

senti mesmo a necessidade de ter que evoluir até para esta casa

eu senti mesmo a necessidade de ter que evoluir até para esta casa. Esta casa é um sindicato muito grande e eu tenho que pensar muito nele; eu tenho essa preocupação constante (...) não sou pessoa para fazer uma coisa sem pensar bem, penso-a bem e se eu pensar bem e se pensar que não estou a pensar bem eu peço ajuda a alguém, faço isso muitas vezes, muitas vezes. (Albano, 72-73)

Para além das potencialidades formativas do contexto sindical, a actividade que cada dirigente sindical pode vir a desenvolver e as aprendizagens que realiza não são independentes do tempo que tem condições para dedicar ao sindicato nem do tipo de papeis e responsabilidades que vai assumir. Muita da actividade quotidiana e da intervenção sindical tendem a recair, em muitos sindicatos, sobre quem está a tempo inteiro, que se vê assim confrontado com a necessidade/possibilidade de intervir de uma forma muito mais activa na gestão diária do sindicato, na organização geral do trabalho, na procura das respostas para a multiplicidade de problemas que se vão colocando nas diversas instâncias de intervenção sindical, na própria mobilização dos restantes quadros sindicais. Os outros dirigentes e activistas, num quadro de crescentes limitações ao exercício da actividade sindical, acabam por ter, em geral, uma participação claramente mais reduzida, participando apenas nas reuniões de dirigentes ou de delegados sindicais, nos processos de decisão das principais linhas de intervenção e, em determinados momentos, na preparação e dinamização dos processos de luta. A actual situação tende, efectivamente, a centralizar num número cada vez mais reduzido de dirigentes muita da actividade sindical, limitando os espaços e tempos de discussão, de participação colectiva e de formação.

o ideal para cada quadro se ir formando, seria estarem dois anos a tempo inteiro

Eu acho que o ideal para cada quadro se ir formando, o ideal seria todos eles estarem dois anos a tempo inteiro, eu acho que menos que isso é pouco, dois anos a tempo inteiro; mas isto não é possível do ponto de vista da receita, a receita não aguenta. Então o que está definido é que, quem está a tempo inteiro é fulano, sicrano, beltrano, por exemplo, e os outros vão passando e, claramente, que aqueles dirigentes que nós sabemos que têm menos aptidões, têm mais dificuldades, têm biscates fora do seu horário normal de trabalho, não estão tão disponíveis para o movimento sindical, esses próprios acabam por não ter a mesma participação que os outros, que estão mais disponíveis. Portanto, há sempre um

grupo de dirigentes cuja formação é muito mais débil, senão nenhuma, não é. [...] se nós conseguíssemos ter dinheiro para ter, sei lá, três dirigentes, em St. Tirso, a tempo inteiro, dois dirigentes em Felgueiras, mais um em Vila do Conde, mais três aqui na sede, nós formávamos muito mais quadros, porque não é só o facto de se procurar tirar dúvidas com este ou com aquele, com o advogado, com o economista, não é só isso, é também o facto de poder ir para outras empresas, conhecer outra realidade, tentar resolver aquele problema que ali surgiu, que não é para todos. (Palmira, 83)

há os dirigentes que dão os quatro dias da lei sindical e outros que não dão nada

(os outros dirigentes do sindicato como é que eles se integram aqui no trabalho da direcção?) é assim, olha 2ª feira há reunião de direcção e vem aí a direcção toda e há os dirigentes que dão os quatro dias da lei sindical e outros que não dão nada, que só querem vir à reunião da direcção, só querem vir a essa e é assim que isto funciona.. (Albano, 56)

1.2. O papel formador das experiências: agir, reflectir, agir

As aprendizagens realizadas no âmbito do movimento sindical são, em grande medida, aprendizagens experienciais, resultantes da acção e da reflexão que a própria intervenção exige e suscita.

Entre o momento da aprendizagem e o da mobilização dos novos saberes, entre o espaço da formação e da acção, não há, em geral, uma separação rígida. Os saberes resultantes da experiência constroem-se através da acção e de um processo de reflexão sobre a acção, a partir das situações que surgem no quotidiano da intervenção. Aprende-se a intervir, intervindo, a falar em público, falando, a participar, participando, a exercer o direito à cidadania, exercendo-o. Cada situação nova exige a sua identificação como nova e respostas diferenciadas, obrigando à sua análise e à reflexão sobre o que é necessário fazer e como o fazer, à mobilização e recontextualização de experiências anteriores, individuais e colectivas, à produção de outros saberes, à realização de novas aprendizagens. Como diz Amine Barkatoolah (1989:52)

“a experiência só por si não é geradora de aprendizagens. É necessário acrescentar-lhe elementos de reflexão. Reflecte-se sobre as experiências passadas, integra-se a informação em esquemas abstractos (conceptualização). Resulta então uma transformação dos esquemas mentais e de pensamento, investe-se os resultados em situações novas. É o que faz com que o sujeito ganhe consciência, evolua e se transforme”.

O contacto com diferentes realidades, a participação em acções de luta e de reivindicação diversas, a assunção de responsabilidades na sua direcção e

coordenação, constituem-se, assim, em momentos particularmente significativos sobre este ponto de vista. A análise de cada situação, a participação em processos de tomada de decisão sobre as acções a desenvolver, o uso da palavra, as discussões em que se participa, as opções que se é obrigado a fazer, o confronto entre as expectativas criadas e as condições para a sua concretização, a articulação entre os objectivos e os meios disponíveis, a planificação e o acompanhamento das acções, a mobilização dos trabalhadores, a escrita e edição de materiais diversos, o contacto com os meios de comunicação social, entre muitos outros aspectos, constituem-se em importantes processos formativos potenciadores de novas aprendizagens e do desenvolvimento de capacidades e competências necessárias ao desenrolar da acção.

a maior riqueza é o contacto com a própria realidade

a maior riqueza é o contacto com a própria realidade, e com a realidade tem muito mais a ver com os locais de trabalho, com os sectores, com o conhecimento, e com o conjunto todo das pessoas que trabalham (Vieira Mendes, 49)

de forma a que, da próxima vez, as coisas fossem de forma diferente

Ainda agora, recentemente, por causa do contrato da têxtil nós tivemos necessidade [...] de andar num conjunto de empresas e definimos quais eram as empresas, nós não conseguimos chegar a todas as empresas, mas as grandes empresas, aquelas que podem mexer aonde é que estão? Então definimos, em St. Tirso é a empresa A, tal e tal e tal; todos os dias este grupo de trabalho, que envolvia para aí doze dirigentes, todos os dias de manhã, se sentava, estava, discutia quais eram as empresas, quais eram os horários, quais eram os carros que iam levar, que trabalho é que os dirigentes lá à porta das empresas iam fazer, [...] cada um ia para as empresas que tinha, quando acabássemos as empresas regressávamos ao sindicato para fazer o balanço do trabalho que tinha sido feito, do que é que eventualmente tinha corrido mal para programar as coisas de forma a que da próxima vez que lá fôssemos as coisas fossem de forma diferente. (Palmira, 81-82)

O esforço de reflexão sobre o vivido, realizado individual e colectivamente, a comunicação e discussão das experiências vivenciadas, que se constituem assim num património colectivo, susceptível de ser mobilizado em momentos e situações diferentes, constituem mecanismos através dos quais se articula e exprime a relação entre o conhecimento e a acção, como base de uma verdadeira dialéctica entre teoria e prática. A experiência adquirida pela prática é assim recuperada e integrada, num processo permanente de reorganização do conhecimento. Novos saberes são incorporados na dinâmica sindical, permitindo aos sindicatos e às diversas estruturas sindicais constituírem-se em organizações que, também elas, aprendem, se transformam e evoluem. Desconstrói-se assim a racionalidade cognitivo-instrumental

tradicional que tende a considerar os saberes de acção como mera aplicação dos saberes teóricos, constituindo-se a prática como um importante lugar de aprendizagem e de produção de saberes.

o conhecimento com a experiência, sempre o conhecimento e a experiência

eu muitas vezes, como era coordenador, às vezes ia participar em reuniões que não eram da minha área, para ajudar a ver as soluções, etc. Depois a experiência também, muitos anos, dá-nos uma bagagem grande, quer dizer, já não é só o conhecimento, mas ali juntava-se sempre o conhecimento com a bagagem, não é, o conhecimento com a experiência, o conhecimento com a experiência, sempre o conhecimento e a experiência, mas sempre insistimos na questão do conhecimento; porque a experiência vai-se adquirindo, cada um tem o seu percurso de experiência, não é só um, cada um é um, agora o conhecimento da situação era um aspecto absolutamente decisivo, quer dizer, não era admissível que um dirigente não conhecesse bem o seu sector, não conhecesse, não havia possibilidades de ser de outra maneira; e nesse aspecto, as pessoas, de facto, desenvolveram conhecimentos; (Vieira Mendes, 31- 32)

1.3. A resposta a novos desafios

O desenvolvimento de uma actividade sindical eminentemente ligada à acção, coloca, frequentemente, os activistas e dirigentes sindicais perante a necessidade de responder a grande número de desafios novos, de assumir responsabilidades diversas e de desempenhar vários papéis e funções, que se constituem em momentos e oportunidades, geradores de novas aprendizagens.

O aparecimento de imprevistos, de situações não programadas, de dificuldades, obriga à procura de soluções, à reflexão e tomada de decisões, à alteração de comportamentos, potenciando as oportunidades de produção de novos saberes. Como salienta Abraham Pain (1990:148), o “acontecimento”, o imprevisto, funcionando como “*uma espécie de apelo do contexto, de resposta à acção, de posta em guarda*”, obriga a rever critérios e comportamentos, podendo dar origem a profundas transformações pessoais, tendo assim um importante “interesse educativo”.

As novas questões com que se é confrontado e a que há que dar resposta, que se colocam quer individualmente quer ao colectivo, obrigam ao questionamento, ao estudo e aprofundamento dos problemas, à discussão colectiva, à escuta do outro, a ir procurar respostas junto de quem as possa ter, ao domínio de noções de economia, direito, sociologia, história, gestão, relações interpessoais, etc, criando condições para a emergência de novos conhecimentos e para o despoletar de novas capacidades.

tive que estudar para agir

Apreendi muito do ponto de vista social, mas não só: tive que estudar para agir – conceitos básicos de economia, noções de sociologia, história do movimento operário e sindical, metodologias de educação de adultos, etc.. (Ranita2, 24)

No quotidiano da acção e da intervenção sindical os desafios colocados a cada um podem ser de natureza muito diversa, podendo passar por subir a uma mesa para falar num plenário de trabalhadores, participar e conduzir uma luta numa empresa, em torno de objectivos específicos ou abrangentes, vivenciar e lidar com dramas humanos e sociais muito profundos, para os quais muitas vezes não se tem solução, participar na negociação de contratos de trabalho ou na discussão de legislação, fazer a gestão quotidiana do sindicato, reorganizar a estrutura sindical, responder a questões de natureza jurídica, redigir documentos, etc., exigindo a aprendizagem e mobilização de diferentes capacidades e saberes.

espetam-me assim, [...] em cima de uma mesa, frente a dois mil e tal trabalhadores

naquela altura, eu sou uma miúda que chego ao movimento sindical; tenho um mês de direcção, nunca tinha ouvido falar no que era o Plano Werner, nem coisa que o valha, e espetam-me assim, ao fim de um mês de direcção, em cima de uma mesa, frente a dois mil e tal trabalhadores, para falar do plano Werner. E eu disse ao Zé F., eu não falo, eu não sei; mas falas nem que seja dois minutos, dizes aquilo que tu sabes, não quero que tu digas mais.[...]. Eu nunca mais, eu acho que, eu vou-te dizer uma coisa, se calhar se ele não me tivesse feito isto eu ia andar muito tempo, se calhar alguns anos, sem subir acima de uma mesa para fazer um plenário. Que a gente ainda hoje tem gente que tem muitas dificuldades em subir acima de um muro, subir acima de uma cadeira, de um banco, não sei quantos, para se dirigir ao pessoal. Se ele não tivesse feito isso eu não sei o que é que tinha acontecido. (Palmira, 31-32)

o dirigente era obrigado, [...] ele tinha que saber

o dirigente era obrigado, quando ia a um local de trabalho para negociar com o dirigente do serviço, ou com um director geral, ou com um secretário de estado, ou com um ministro, porque era isso que acontecia, ele tinha que saber o conjunto de toda a legislação de que se estava a falar; se não era apanhado na curva. Quer dizer e muitas vezes, e o que acontecia, posso-te dizer, de uma forma geral, que nós, dirigentes da administração pública, quando íamos falar com os ministros e secretários de estado estávamos mais bem preparados que eles. Sabíamos mais do que eles; e isso, de uma forma geral era isso que acontecia. (Vieira Mendes, 27)

A diversidade de situações novas que são vivenciadas e de respostas inovadoras que se torna necessário encontrar para os diferentes problemas, obrigam a repensar, reconstruir e articular uma multiplicidade de experiências e conhecimentos, a estudar, a mobilizar para novos contextos experiências individuais e colectivas

anteriores, favorecendo aprendizagens transversais, a valorização e o desenvolvimento pessoal e a integração dos recursos individuais nos projectos assumidos colectivamente. Como diz Hugues Lenoir (2002:69),

“um elemento necessário à produção de saberes pela experiência [...] será o aparecimento de incidentes, de dificuldades, de ocasiões para iniciativas ou para alteração de comportamentos rotineiros, de situações críticas e não planificáveis, de espaços de liberdade. Estas situações críticas e não planificáveis favorecem a procura de soluções, experimentações e reflexões que, em termos de processo, permitem as aprendizagens”.

1.4. Relações interpessoais e trabalho colectivo: um quotidiano partilhado

A participação na actividade do sindicato, enquanto activista ou dirigente, é uma participação em permanente relação com outros, com os quais se partilham e debatem ideias, propostas, projectos. O contacto com dirigentes e activistas de outras organizações sindicais, nacionais e estrangeiras, com os trabalhadores nos locais de trabalho, com representantes de diferentes instituições, com uma grande diversidade de pessoas, em momentos e circunstâncias muito variadas, é um aspecto recorrentemente referido como particularmente enriquecedor e propiciador de novas maneiras de perceber a realidade.

A actividade quotidiana, a participação em reuniões, os grupos de trabalho, as discussões colectivas, a troca de saberes, as deslocações às empresas, as múltiplas conversas informais que se travam, a frequente troca de opiniões, as consultas no decorrer da acção, transformam a intervenção sindical num trabalho com características eminentemente colectivas. Na vivência desta actividade colectiva, são inúmeros os momentos e ocasiões que permitem e estimulam a observação e escuta do outro, a explicitação das experiências de cada um e a sua partilha, a partilha de experiências entre pessoas com histórias de vida e com formações escolares e profissionais muito diversas, que permitem o cruzamento de saberes mais teóricos com saberes da acção, estimulando múltiplos questionamentos e olhares diversos sobre cada realidade, permitindo ter dela uma visão mais global. Momentos e ocasiões em que a acção, a reflexão e a aprendizagem ocorrem de forma simultânea e em que a experiência do colectivo é incontornável, criando as condições para uma outra tomada de consciência sobre os problemas e a realidade social. Momentos em que se criam condições para a democratização da palavra e do saber, para a discussão de diferentes opiniões e perspectivas, contribuindo para confrontar experiências, integrá-las, atribuir-lhes sentido e reinvesti-las (Landry, 1989:17).

uma heterogeneidade que dá uma riqueza enorme

eu acho que este contacto, que eu não digo só ao nível das relações entre as pessoas que estavam no sindicato, criam-se inclusive algumas relações de amizade, mas com certeza que as trocas entre as pessoas, as experiências completamente diferentes, tive-as, no meu sindicato, como eu te disse. O facto de haver desde pessoal auxiliar a pessoal com cursos superiores, trouxe uma heterogeneidade que dá uma riqueza enorme. [...] do ponto de vista das experiências completamente diferentes, das vivências completamente diferentes, quer as do sindicato quer quando estive na União, [...] traz-nos sempre aquela dimensão mais real do que é a sociedade em que nos inserimos, porque as pessoas também transportam consigo as diversas culturas, do ambiente, etc.. (Vieira Mendes, 48-49)

No decurso da acção e da intervenção, no trabalho colectivo em torno da resolução de problemas a que há que dar resposta, no quotidiano da participação, todos aprendem com todos, concorrendo, de formas diferenciadas, para uma construção comum de conhecimento, subjectivamente apropriada por cada um, num processo de heteroformação entre pares. Como afirma Schutz (1987, cit. in Racine, 2000:77), a vivência de um “quotidiano partilhado” permite o estabelecimento de uma relação com outros num momento onde a experiência destes nos está acessível, participando os outros na reflexão que permite transformar uma experiência em aprendizagem.

se ouviu opinião, parece que as coisas se compartilham de forma diferente

(há o hábito entre os dirigentes que têm um papel mais activo, de trocarem informalmente opiniões?) Há; só se não estiver lá ninguém para trocar impressão, mas é; e o contrário também se dá, isto é, se eu tiver que ir, e na altura, se eu não tiver ninguém com quem trocar opiniões eu vou, mas depois, ao vir, se já lá está alguém, sentar um bocado, mesmo até informalmente, ó pá o que aconteceu foi isto assim, assim, o que é que tu achas? Olha eu penso que a melhor solução era esta, aquela ou aquela outra. Esse hábito existe, sim; existe, até por uma razão, eu acho que se alguém meter a pata na poça não sente que está sozinho, porquê? Nenhum de nós é infalível, e pode haver uma situação em que provavelmente a actuação não devia ter sido aquela devia ter sido outra, mas se discutiu, se ouviu opinião, parece que as coisas se compartilham de forma diferente. Esse hábito existe, de facto. (Palmira, 89-90)

A partir de um trabalho colectivo virado para a participação social e para a resolução de problemas, acontece formação e produzem-se saberes, que se constroem progressivamente, através do debate e de um processo de reflexão sobre a acção.

“A partir das suas reflexões sobre a situação, os intervenientes interpelam-se, os diálogos instalam-se e os confrontos de experiências realizam-se. É na multiplicidade

de respostas, por vezes contraditórias, que um trabalho de co-elaboração de sentidos e de co-construção de saberes se pode produzir” (Racine, 2000).

Saberes esses que traduzem um modo próprio de conhecer a realidade, designadamente a realidade do mundo do trabalho, produzidos por autores sociais que se assumem como parte integrante dos acontecimentos, dos processos e das actividades de que falam e onde intervêm .

No decurso da acção e na relação com os outros, aprende-se a analisar situações à luz de diferentes perspectivas, a prever, a procurar soluções para os problemas, a fixar objectivos, a assumir responsabilidades pela execução de planos e a tomar decisões; desenvolvem-se capacidades de comunicação oral e escrita, de falar em público, de discussão em grupo, de argumentação e de negociação; estimula-se a capacidade de procurar informação, de a ler e de a analisar, a capacidade de observação e de interpretação; potencia-se uma atitude crítica e reflexiva a partir da experiência individual e colectiva; aprende-se a lidar com conflitos, a dominar diferentes discursos e linguagens, a trabalhar com novas tecnologias; desenvolve-se o gosto pelo estudo e pela leitura, aprofunda-se a necessidade de actualização permanente de conhecimentos, o gosto por conhecer e a vontade de aprender.

Não tinha conhecimento não, mas adquiri pelas reuniões

Não tinha conhecimento não, mas adquiri pelas reuniões, pelo desenvolvimento que nós tínhamos, porque quando fomos para o sindicato éramos todos operários e alguns nem a 4ª classe tinham e antes de irmos para uma negociação nós tínhamos, programávamos as coisas antes de ir, e já sabíamos o que é que queríamos, os horários de trabalho, o horário da aleitação, os 10 minutos para o pequeno almoço e o contrato. Discutíamos as questões para depois levarmos para lá (Amália2, 12-13)

O reconhecimento da importância da relação com os outros e do trabalho colectivo no processo de formação dos activistas e dirigentes sindicais significa assumir que este está claramente associado às condições, perspectivas e constrangimentos que se colocam à intervenção sindical, em cada momento social e político, às dinâmicas da acção, ao funcionamento interno de cada sindicato e do movimento sindical no seu conjunto.

Como referem os nossos interlocutores, a dimensão do trabalho colectivo, muito presente antes do 25 de Abril (apesar das dificuldades) e no período revolucionário, é hoje muito mais ténue. Embora com variações significativas em diferentes estruturas sindicais, simultaneamente resulta e tem como consequências uma maior concentração do poder de decisão e das responsabilidades num número mais

reduzido de dirigentes, um menor envolvimento de activistas e delegados sindicais, um empobrecimento da actividade e da participação sindical, uma menor ligação aos trabalhadores, uma diminuição do peso e influência dos sindicatos.

Situações de diminuição da intervenção, de perda de perspectivas de acção, de esvaziamento do trabalho colectivo, de redução do funcionamento democrático, de maior burocratização da actividade, de generalização de comportamentos rotineiros, diminuem as potencialidades formativas do movimento sindical.

Contrariamente, situações e modos de funcionamento que permitam a todos os activistas tornarem-se autores colectivos do espaço institucional, capazes de auto-organização, poder de decisão e de autonomia, em que é estimulada a livre expressão das opiniões e incentivada a participação na tomada de decisões e a partilha de responsabilidades, quando a possibilidade de errar é assumida sem receio da critica destrutiva, quando há uma grande horizontalidade nas relações estabelecidas, aumentam as potencialidades formativas. Nestas condições pode mais facilmente gerar-se uma cultura comum, um espaço de afinidades, que motivam e transmitem segurança, onde cada um, na sua singularidade, pode trazer uma contribuição à organização sindical e ao projecto colectivamente construído, integrando-se nela, formando-se e transformando-se. Como afirma Manuel Matos (1999:46) “[...] *quanto mais partilhados forem os interesses, mais densa será a rede de sociabilidade por eles criada e mais sólida será a estrutura de identidade pessoal daí derivada*”.

escola de respeito das opiniões

a malta criou uma escola de respeito das opiniões, da discussão colectiva e portanto eu diria que as dimensões que construíram este projecto sectorial, federativo, sindicato, tem muito esta escola [...] nós tínhamos, era o confronto, e isso que eu acho que foi enriquecedor era a ginástica, o exercício mental que a gente tinha que fazer era, sendo nós pessoas organizadas do ponto de vista político, e que também do ponto de vista sindical definíamos grandes ideias, era como depois tínhamos que transformar isso, misturar, fazer aquele debate e depois ganhar os outros, com mais virgula, menos virgula, corta ali e acrescenta acolá, e envolver toda a gente nas nossas propostas, porque isso é que é fundamental (Freitas, 59)

1.5. A preparação individual: ler, estudar, pensar

Se o trabalho colectivo assume uma enorme importância no processo de formação de quem nele participa, não é menos verdade que o próprio trabalho colectivo implica um importante esforço de preparação e formação individual, de auto-formação, assumida “como *um processo de apropriação de cada um do seu próprio*

poder de formação” (Pineau, 1988:65) que lhe vai permitir dar um outro contributo ao trabalho a desenvolver colectivamente.

A acção, a luta, a intervenção, em que se tomou a decisão de participar activamente, colocam, frequentemente, uma série de interrogações, de questões e problemas novos a que os dirigentes têm que responder, para o que precisam, e querem, preparar-se, procurando as melhores soluções. Nestas condições, a leitura, o estudo, a reflexão, em estreita articulação com a acção, surgem não como imposição, mas como vontade, desejo de saber mais que é, de imediato, investido na melhoria da intervenção, na resposta aos desafios com que se é confrontado.

A preparação individual, o estudo, a pesquisa e selecção de informação relevante de que se necessita, a consulta de legislação, a análise de documentos, passam a fazer parte do quotidiano de cada um na sua intervenção sindical e assumem uma enorme importância, como referem os nossos interlocutores.

pegava nos documentos e ia exactamente ler onde é eu estava aquilo

As reuniões de direcção funcionavam um bocado como uma aula de formação [...] eu assimilava tudo (o que se passava nas reuniões) e depois, o que é que eu pegava, pegava nos documentos e ia exactamente ler onde é eu estava aquilo que eu tinha ouvido falar. E em cada um, e depois tomava notas, aí sim, tomava notas, ao lado e não sei quantos. (Palmira, 50-51)

Como é que eu me preparo?

Como é que eu me preparo? Por exemplo, os temas, imagina que é saúde nos locais de trabalho – eu preparo-me, vou ali a manuais, por exemplo, os trabalhadores da construção estão muito expostos a questões ósseas com as vibrações dos martelos pneumáticos, silicose, dos cimentos, por exemplo doenças profissionais de trabalhadores que trabalham muito, apanham chuva, por exemplo, eu estudo esses problemas para ir discutir para se estiver lá um médico sentir que eu também estou preparado, se o tema for esse. [...] imagina que é uma 6ª feira, eu pelo menos 4ª e 5ª dedico esses dois dias a isso. [...] E eu digo-te uma coisa, quando eu te digo a ti que para mim isso é muito estimulante porque me faz ser mais inteligente, porque eu tenho que preparar, porque eu não tendo a instrução dos outros eu tenho que chegar lá e não é ser igual a eles mas tenho que dignificar esta casa, tenho que dignificar esta casa para os trabalhadores terem ali um representante que sabe o que está a fazer (Albano, 46-47)

A criação de hábitos de estudo, de leitura e de reflexão constituem-se, para muitos dirigentes sindicais, em importantes instrumentos de transformação individual, mas também de transformação da própria organização sindical, dado o contributo diferente que, cada um, sente passar a estar em condições de dar. O esforço inicial de auto-formação, fortemente investido no colectivo, vai-se transformando crescentemente numa vontade de saber mais, contribuindo para que a leitura e o

estudo deixem de ser encarados apenas como um instrumento ao serviço da intervenção, mas também como um factor de desenvolvimento pessoal. Aprender torna-se um meio indispensável para a actividade que se quer realizar, mas também para a própria satisfação e realização pessoal.

Vou estudar qualquer coisa que existe sobre comissões de trabalhadores

se eu vou tratar de comissão de trabalhadores o que é que eu vou fazer sobre comissões de trabalhadores? Vou estudar qualquer coisa que existe sobre comissões de trabalhadores; muito ou pouco que há eu vou lá, vou fazer a minha leitura, vou-me preparar e depois lá, em conformidade também com os problemas que me forem colocados, eu vou argumentar dentro do que posso; se não souber esperem que eu vou saber e depois digo-vos. (Barra2, 34)

1.6. A integração dos novos activistas

O processo de integração e de crescente envolvimento no movimento sindical dos novos activistas e dirigentes sindicais assume uma grande importância para o desenvolvimento e a continuidade do trabalho. A forma como se processa essa integração contribui, em grande medida, para uma maior ou menor participação posterior, para o sentido que cada um vai atribuir ao sindicato e à sua própria participação. A inserção dos novos quadros sindicais realiza-se, permanentemente, numa relação com os outros, desde logo com os que há mais tempo participam na estrutura e que, assumem, informalmente, o papel de “transmissão” da cultura, das normas, valores, regras e estilo de trabalho do sindicato. A estes incumbe, de alguma forma, a responsabilidade de envolver mais na actividade sindical os trabalhadores que se destacam nos processos de luta, o acompanhamento dos delegados sindicais e a integração dos novos dirigentes.

O início da actividade, enquanto dirigente sindical, significa passar a ter acesso a uma nova rede de relações e a um conjunto muito significativo de informações sobre o funcionamento e as principais linhas e formas de intervenção do sindicato e sobre um conjunto muito vasto de conceitos, problemas e temáticas que até então não eram familiares, criando as condições para uma outra compreensão da realidade social.

Tornar-se dirigente sindical significa então passar a participar, de imediato, em reuniões diversas, nas quais se tem a possibilidade de ouvir diferentes opiniões e de emitir opiniões próprias, envolvendo-se nas discussões travadas, na análise da diversidade de questões a que o sindicato tem que responder e nos processos de tomada de decisões. A partir deste momento o sindicato passa a ser algo em cuja construção se participa, uma estrutura na qual se tem o poder de decidir, na qual se assumem responsabilidades e se realizam tarefas muito diferentes das habituais, em

nome da qual se passa a falar e a agir, sentindo-se cada um como membro de um colectivo mais vasto, que funciona simultaneamente como estímulo e como rede de apoio, com o qual crescentemente se poderá identificar.

A forma como se processa a integração no colectivo que o sindicato constitui e na actividade sindical, a crescente identificação, ou não, com o trabalho que se desenvolve e com as outras pessoas, em concreto, o sentido que cada um vai atribuindo ao sindicato e à sua própria participação contribuem, em grande medida, para uma intervenção cada vez maior ou mais efémera, para as aprendizagens que se realizam e para os saberes que colectivamente se constroem.

a forma como os sindicalistas, anteriores a mim, dominavam tão bem a exploração

Agora, se me perguntas assim – mas o que é que te despertou? Eu acho que era exactamente a forma como os sindicalistas, anteriores a mim, dominavam tão bem a exploração. Dominavam tão bem o que é que era a exploração que, de facto, mas porque é que eu não percebi isto há mais tempo, não é? E depois a forma como eles intervinham, eu acho que se fosse uma pessoa que a nós não nos dissesse rigorosamente nada, isto é, que a mensagem que está a ser transmitida, eu não estou a perceber nada do que ele me está a dizer, não, quer dizer, não aprendia rigorosamente nada (Palmira, 52)

A inserção num novo contexto, a assunção de diferentes responsabilidades, a realização de actividades muito diversas, podem ser sentidas e vividas como um desafio estimulante, um ponto de partida para um percurso de participação, empenhamento e militância sindical, ou pelo contrário serem percebidas com sentimentos de receio ou de incapacidade, que podem conduzir a um menor envolvimento e mesmo ao afastamento do sindicato. Um novo contexto, um novo meio, novos problemas constituem, quase sempre, uma ocasião e uma oportunidade de formação, de novas aprendizagens. Configuram, pois, momentos de abertura para outras realidades, que exigem aos novos activistas sindicais um esforço de mudança e de adaptação, mas também de transformação do contexto, susceptíveis de promover novos comportamentos e atitudes, novos conhecimentos e capacidades, novas aprendizagens. Aprendizagens essas que, como salientam os nossos interlocutores, são feitas no decurso imediato da acção sindical, no confronto directo com os problemas a que é preciso dar resposta, na procura individual e colectiva das melhores soluções e formas de intervir, na relação com os outros.

A renovação dos dirigentes sindicais constitui hoje um dos problemas com que o movimento sindical se confronta e determinante para os desafios que se lhe colocam, estando muito longe de ser resolvido, não só em resultado dos condicionalismos que actualmente se colocam aos sindicatos, e que criam muitas dificuldades à vinda de

trabalhadores para as direcções, mas também porque nem sempre as questões atrás referidas da integração de novos dirigentes poderão ser tratadas da melhor forma.

isso há coisas que não vale a pena; tem a ver com o que são; tu podes pregar, à vontade, que os dirigentes devem ter uma preocupação, na sua actividade, eu fartei-me de pregar isto, de formar novos dirigentes, e tu tens dirigentes que esmagam completamente as pessoas que se desenvolvem. [...] não há nenhuma hipótese; [...] não tenho a menor dúvida que a maior tendência não é a do desenvolvimento, a maior tendência é a da concentração, concentração do poder. (Vieira Mendes, 59-60)

Para além das questões de funcionamento interno dos sindicatos que, por vezes, dificultam a necessária renovação, estes encontram-se perante mudanças económicas e sociais, que alteraram profundamente a organização do sistema produtivo português, como salientamos na segunda parte deste trabalho. A indústria, e nomeadamente as grandes empresas, onde se concentravam muitos trabalhadores, viu-se muito reduzida, em favor de um sector de serviços muito mais disperso, o que dificulta a organização sindical. Ao mesmo tempo alteraram-se profundamente as relações de trabalho, fragilizando-se os direitos dos trabalhadores e os vínculos contratuais, com a criação de um “exército” de assalariados precários e a alteração radical da correlação de forças, a favor do patronato. Paralelamente, assistiu-se a uma ofensiva anti-sindical, bem patente em diversas medidas legislativas e regulamentares que têm visado a diminuição da capacidade de intervenção dos sindicatos (medidas que dificultam a recolha de quotas, que limitam a disponibilidade de tempo de delegados e dirigentes sindicais, as facilidades de despedimento a quem se destacar nas reivindicações ou na organização dos trabalhadores). Como referem os nossos interlocutores, o movimento sindical não conseguiu ainda encontrar as respostas políticas e organizativas necessárias a esta situação.

grande dificuldade em recrutar dirigentes

Eu acho que há os dirigentes sindicais que aparecerem a seguir ao 25 de Abril, depois há os dirigentes sindicais logo dos fins dos anos 70, e a partir daí começa a haver uma grande dificuldade em recrutar dirigentes. Portanto, a partir dos anos 80, na minha opinião, há cada vez mais dificuldade. (Vieira Mendes, 34)

1.7. O sentido da actividade sindical

Os processos de aprendizagem que ocorrem no interior do movimento sindical, os efeitos educativos da participação sindical não são de modo algum dissociáveis dos sentidos e significados que os activistas atribuem aos sindicatos e à sua participação.

Para os nossos interlocutores, como já salientamos, o movimento sindical constituiu-se num contexto potenciador de enormes aprendizagens também porque, tendo assumido ou assumindo ainda, grandes responsabilidades no seu interior e participando activamente na sua própria construção, atribuem um forte significado à sua participação na vida sindical. Um significado que está para além do sindicato em si mesmo e que passa pela sua inserção num projecto mais global, individual, mas também colectivo, de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de transformação social. É este projecto que dá sentido à sua intervenção, que constitui o factor essencial de mobilização para a actividade quotidiana e para o seu empenhamento, para a sua disponibilidade para a acção e para a reflexão, para as aprendizagens que realizam.

Para muitos activistas, e claramente para os nossos interlocutores, o sindicato surge igualmente como um lugar de afectos, um contexto a que se sentem emocionalmente ligados, ao qual reconhecem um papel e uma função social importante, no qual reconhecem e sentem reconhecido o seu trabalho, o seu esforço, a sua contribuição. O sindicato constituiu-se assim como um espaço de valorização e realização pessoal, de relação com os outros e com os trabalhadores, de envolvimento afectivo, de interacção permanente que permite interrogar, aprofundar e validar as experiências e que se constitui num estímulo para a construção de novos saberes.

2. Processos não formais de formação

Para além dos processos de educação/formação que ocorrem de forma informal, no quotidiano da acção e da intervenção sindical, e que temos vindo a abordar, são diversos os processos de formação organizados de um modo mais sistematizado, explicitamente com o objectivo de serem formativos, e que a maior parte dos nossos interlocutores salienta como tendo tido uma importância significativa no seu próprio percurso de formação e na formação de muitos outros dirigentes e delegados sindicais.

Sofrendo variações ao longo do tempo, nas temáticas abordadas, no tipo de acções privilegiadas e na forma como são organizadas, constituem experiências de formação sindical sobre as quais valerá a pena reflectir, tendo-se constituído para diversos dirigentes sindicais num importante meio de acesso a um conjunto de conhecimentos mais sistematizados, mas também em espaços de produção de novos saberes, construídos no decurso das discussões que eles proporcionaram, e em que puderam participar e aprender.

Não sendo objectivo deste trabalho uma análise aprofundada da formação sindical organizada pela CGTP, nem pelas estruturas sindicais que a integram, iremos apenas salientar aspectos que emergem das entrevistas dos nossos interlocutores e que reflectem, essencialmente, experiências em que estiveram mais directamente envolvidos.

2.1. Os cursos de formação sindical

Logo após o 25 de Abril, foi preocupação de muitos sindicatos a formação para a intervenção sindical dos activistas, delegados e dirigentes sindicais, muitos deles a desempenhar um papel de relevo nos processos de luta dos trabalhadores e na dinamização de toda a actividade sindical, não tendo tido anteriormente, na sua esmagadora maioria, qualquer tipo de actividade política, social ou sindical. Num contexto político marcado pelo fim do fascismo e pela explosão da participação popular, num quadro em que o percurso escolar da maior parte dos dirigentes sindicais era muito reduzido e que o conhecimento e a cultura eram assumidos como direitos fundamentais, num momento em que muitos sindicatos se estavam ainda a construir e se confrontavam com uma multiplicidade de frentes de intervenção novas, a formação dos activistas sindicais surgia como essencial, tendo sido diversas as estruturas sindicais que a desenvolveram.

Muitos activistas sindicais eram agora chamados, pela primeira vez, a desempenhar um grande número de tarefas e papéis (de direcção, de gestão, de organização, de representação, entre outros), muito diferentes dos desempenhados até então, no decurso dos quais se viam confrontados com a necessidade e vontade de dominar conceitos básicos e diferentes linguagens, em diversas áreas, como a economia e o direito, e de os articular com os seus saberes, decorrentes da experiência e do conhecimento dos locais de trabalho e das suas novas experiências enquanto sindicalistas.

Esta aprendizagem, construção e articulação de diferentes saberes, tornava-se essencial para uma leitura mais global das realidades que conheciam, para o reforço da intervenção e para uma participação qualificada em diversas instâncias em que os trabalhadores e o movimento sindical eram chamados a intervir, designadamente no apoio a empresas em auto-gestão, no contacto diário com diferentes ministérios, na participação na gestão da Segurança Social, na direcção de escolas, em comissões especializadas autárquicas.

Muitos sindicatos iniciaram então a realização de acções de formação diversas, com a abordagem de temas estreitamente associados às necessidades que se

colocavam ao movimento sindical nas várias frentes em que intervinha. Muitos dos cursos de formação então realizados abordavam conceitos básicos de economia (o que é a produção, a exploração, a mais valia), de direito (legislação do trabalho), de gestão (era necessário gerir os sindicatos e empresas), de organização, a história do movimento operário e sindical (desconhecida da quase totalidade dos novos activistas), temas actuais (como a Reforma Agrária, em certo momento).

das primeiras coisas que começamos a fazer aqui, [...] foi fazer cursos de formação

Não era possível nós (Sindicato dos Têxteis) desenvolvermos a actividade a que éramos chamados, quer para responder a questões de gestão, de economia, de direito, social [...] essa era uma lacuna na nossa actividade, e portanto das primeiras coisas que começamos a fazer aqui, com esta nova equipa, foi começarmos a fazer cursos de formação. Na altura, talvez 75 [...], uma das coisas que nós aqui instituímos foi criar no sindicato uma área, que chamamos uma área social [...] criamos um departamento, que era o apoio aos dirigentes, aos delegados, e começamos a fazer cursos de formação. As coisas mais elementares, os conceitos mais básicos de economia, o que é a produção, o que é exploração, o que é a mais valia, conceitos básicos de direito, porque era impossível tu agarrares num operário, alguns com a 4ª classe, outros nem isso e transformá-los imediatamente em dirigentes sindicais, onde eles tinham que discutir questões de gestão, porque tinham que gerir o sindicato, tinham que saber se o sindicato estava equilibrado se não estava, se gastava muito, se gastava pouco, tinham que os pôr a discutir organização, as empresas estão organizadas, eles tinham que saber que a empresa tinha uma organização, porque na maioria das profissões deles isso nunca era discutido, e começamos com esse trabalho e foi fundamental. (Freitas, 17-18)

as questões da formação e do saber mais eram fundamentais

nessa altura, apesar de termos milhentas tarefas, da actividade a que tínhamos de responder, era considerado que as questões da formação e do saber mais eram fundamentais e eram fundamentais em particular para os homens e as mulheres que tinham que representar o sindicato nas empresas, no governo, no ministério, porque nessa altura nós participávamos em muitas mais actividades a nível institucional do que hoje; nós hoje somos marginalizados mas na altura nós éramos chamados à participação e isso significava que os nossos dirigentes, eles do ponto de vista do saber, da experiência prática, de falar da sua realidade, eram excelentes dirigentes, mas depois, do ponto de vista teórico, eles tinham muitas carências, nomeadamente em dominar alguns conceitos básicos, e portanto foi um esforço muito grande e o sindicato investiu mesmo nisso, investiu contratando pessoas, técnicos. (Freitas, 19)

A formação era então claramente sentida e assumida como uma necessidade de cada um e do movimento sindical no seu conjunto, tendo em vista o reforço da acção e da intervenção, pelo que milhares de activistas sindicais participaram em cursos e outras acções de formação. Diversos sindicatos criaram mesmo departamentos

específicos, com quadros responsabilizados por esta área de trabalho, que, de alguma forma, se constituíram como embriões do futuro sistema de formação da CGTP. Num momento de forte politização da sociedade portuguesa e dos sindicatos, e de fracturantes debates de natureza política e ideológica, muitos dos primeiros cursos foram marcados também por uma grande carga ideológica, que está bem patente em muitos materiais então editados e distribuídos e na profusão de citações de Marx, de Engels, de Lenine.

chegamos a ter aqui quase 300 delegados e dirigentes

nós chegamos a ter aqui quase 300 delegados e dirigentes e recordo-me que a gente ia ali ao salão da Igreja do Carvalhido e enchia quase o salão, quando a gente falava da Reforma Agrária, por exemplo, demos aqui aulas para delegados só para discutir a Reforma Agrária; hoje não se faz isso. (Freitas, 19)

todos, cada organização por si, passaram a fazer formação

(as acções de formação desenvolvidas pelo movimento sindical) É preciso avaliá-las num certo contexto. E o contexto é este – logo depois do 25 de Abril nós não possuíamos um sistema de formação. Toda a gente achava que a formação dos quadros era muito importante. E, então, todos, cada organização por si, passaram a fazer formação, mas sem um quadro sistemático de formação, clara e previamente definido. Reunia-se os quadros, falava-se sobre alguns assuntos, mas, particularmente, debatava-se ideologia. Também se evidenciavam já alguns tecnocratas da formação, do género: “Como negociar?”, “Técnicas de negociação”, como se o êxito da negociação estivesse principalmente na atitude técnica de quem intervém na mesa da negociação! Estavam ainda por clarificar os objectivos específicos e o conteúdo da formação sindical. (Ranita 2, 33)

primeiros cadernos de formação sindical com um cunho verdadeiramente unitário

Elaborei o conteúdo e a apresentação gráfica dos primeiros cadernos de formação sindical com um cunho verdadeiramente unitário, em oposição à tendência naqueles “tempos gloriosos” do 25 de Abril, de transformar a formação sindical num veículo de formação ideológica, onde apareciam citações de Marx, de Engels, de Lenine, por iniciativa de alguns camaradas sindicalistas do Sul (Ranita2, 6)

Sem experiências anteriores de organização de cursos de formação sindical, impossíveis de acontecer no período do fascismo, foi manifesto o interesse em procurar conhecer experiências do movimento sindical internacional, designadamente dos ex-países socialistas, mas também da CGT francesa, sendo vários os dirigentes sindicais que participaram em delegações e visitas de estudo a diversos países com o objectivo de as procurar conhecer, visitando as respectivas escolas de formação sindical, reunindo com formadores e dirigentes sindicais locais.

A vontade de apoiar o movimento sindical português por parte de diferentes organizações foi também manifesta, tendo sido várias as colaborações prestadas, designadamente com a oferta de equipamento, de publicações e de manuais e com a possibilidade de dirigentes sindicais portugueses participarem em cursos de formação sindical, de formação de monitores, e de formação de formadores de monitores. Alguns desses cursos, particularmente os realizados nos antigos países socialistas, eram igualmente marcados por uma forte componente ideológica, sendo vários os nossos interlocutores que referem a influência contraditória que a sua frequência terá provocado em diversos quadros sindicais, alguns dos quais nem sempre teriam sido capazes de ter em conta, no seu regresso a Portugal, a grande diversidade de realidades dos diferentes países.

Recebemos a colaboração solidária de outros movimentos sindicais de classe

E então recebemos a colaboração solidária de outros movimentos sindicais de classe. Muito rapidamente se concluiu que (excepto os equipamentos) aquilo que vinha dos países de leste não interessava à nossa realidade. A escolaridade de base era outra, as realidades sociais eram distintas, o regime também, assim como a maneira de fazer sindicalismo, no caso dificilmente entendível como tal (do ponto de vista dos conceitos que defendíamos para a nossa realidade). Mas sempre se pode aprender na vivência de outros. Foi o que procuramos fazer. Eles tinham escolas de formação, que visitamos. Tinham professores a quem ouvimos. Tudo isso era importante conhecer com uma postura crítica. E muito trabalho, durante anos, foi feito para analisar essas situações, em diferentes países, quer na União Soviética, cujos sindicatos muito nos apoiaram, sobretudo em equipamento, quer em França, onde a situação mais próxima da nossa era representada pela CGT. Fomos lá várias vezes. Obtivemos muitos elementos de consulta, estabelecemos contactos para trabalho posterior e visitamos demoradamente a estrutura de ensino da CGT, desde o nível básico até à formação superior dos quadros. Acompanhei e participei em todo este processo. (Ranita2, 33)

cursos em que fiz a minha preparação como formador de monitores

Recebi instrução metodológica e pedagógica para ser monitor de formação sindical, quer aqui quer no estrangeiro e participei em visitas de estudo de outras experiências de formação sindical, sobretudo da CGT francesa que, aliás, na CGTP-IN viemos, depois, a seguir de perto [...] Aprendi os percursos, erros e objectivos, métodos e pedagogias de outros. Nunca aceitamos que nos dissessem quais deviam ser os nossos conteúdos de formação. Foi sempre esta a atitude assumida, independentemente da natureza dos cursos em que fiz a minha preparação como formador de monitores de formação sindical. (Ranita2, 6- 7)

nalguns casos, só serviu para ficarem mais baralhados das ideias

Quando da formação dos nossos monitores, tivemos algumas experiências no estrangeiro, mas sempre precedidas de uma preparação em que se procurava, tanto quanto possível,

que o conteúdo dos cursos correspondesse às nossas próprias necessidades, em França, principalmente, mas também na Hungria, na RDA, na URSS. Alguns camaradas gostavam muito de passar por cursos com uma grande carga ideológica, o que, nalguns casos, só serviu para ficarem mais baralhados das ideias. Quando chegavam, citavam muito Marx e Lenine, mas não davam a formação necessária, definida pela CGTP. (Ranita2, 34-35)

A actividade desenvolvida por diversas estruturas sindicais, as relações e contactos internacionais estabelecidos e as diferentes realidades contactadas, se bem que claramente diversas da portuguesa, constituíram importantes referências para a reflexão e início da construção de um sistema de formação da CGTP, adequado ao que era sentido como sendo as necessidades de formação do movimento sindical e dos activistas. Com esse objectivo, foram criadas comissões específicas com a participação de diferentes Uniões, Federações e sensibilidades sindicais, envolvendo um conjunto de dirigentes e técnicos, e começaram a ser editados materiais próprios.

O sistema de formação então criado estabelecia a existência de diferentes cursos e níveis de formação. Um primeiro nível era destinado aos delegados sindicais e previa sessões de formação em áreas como legislação laboral, contratação colectiva, história do movimento operário e sindical, princípios da CGTP, ligação ao sindicato e um tema livre, a acordar, no concreto, com cada grupo de formação. As diversas sessões deviam ser preparadas tendo em conta a realidade e o sector profissional de cada grupo de formandos, incentivando a discussão e procurando responder igualmente às necessidades sentidas por cada sindicato. Funcionavam igualmente cursos de formação para dirigentes recentemente eleitos e outros cursos sobre temas específicos.

preparados a partir das realidades representadas por cada grupo de participantes

Estabelecemos um primeiro nível de formação, para os delegados, enquanto com a experiência íamos tentando melhorar a adequação dos conteúdos, métodos e técnicas de trabalho, tendo também presente o exemplo francês. O objectivo traçado era o de fazer com que cada delegado eleito passasse necessariamente por um curso sobre legislação laboral, contrato colectivo, uma ligeira introdução à história do movimento operário e sindical (para melhor perceberem onde estavam), os princípios fundamentais da CGTP e o modo de articular com o sindicato, e ainda uma hora para o chamado tema livre. Quer a exposição inicial do monitor quer o debate eram preparados a partir das realidades representadas por aquele grupo de participantes, mas também em função das necessidades de acção da própria direcção do sindicato. Isto exige quadros formadores devidamente preparados e disponíveis e não absorvidos pelo tarefismo diário. (Ranita2, 34)

quando eles chegavam ao movimento sindical, inexperientes ainda

a CGTP foi procurando também demonstrar, através de cursos de formação que, no início, há vinte e não sei quantos anos atrás eram, na minha opinião, muito mais rudimentares,

eram provavelmente aquilo que era preciso naquela altura. Era aquele tipo de curso, que se pegava nos delegados sindicais, quando eles chegavam ao movimento sindical, inexperientes ainda, e se procurava dar alguns ensinamentos dos mais elementares - o que é que era o movimento sindical, como é que ele tinha sido constituído, o que é que levou á sua criação, etc, e que depois se partia para outras coisas também muito elementares, sei lá, de procurar demonstrar que o movimento sindical era fundamental porque a exploração existia e então provar como é que a exploração existia; [...] seis meses depois essas mesmas pessoas tinham que estar a receber um outro tipo de formação em que então sim se dava aquilo que na altura era chamado economia política e que se demonstrava onde é que ficavam as mais valias, tudo muito simples, muito acessível. (Palmira, 70)

Esse sim, esse foi um curso muito interessante

O 1º curso que eu fiz foi um curso para delegados sindicais, ainda não era da direcção. Um curso para delegados sindicais que era daqueles cursos que demoravam uma semana; era muito tempo ...; uma semana. Em que a gente ficava a saber o que era o movimento sindical, onde é que surgiam os conflitos, porque é que surgiam os conflitos, qual devia ser o posicionamento do delegado sindical face ao conflito [...]; depois sei lá, eu fiz uma série de cursos, cheguei a fazer um para, para audiovisuais, [...] Fiz um de gestão de empresas também, para a gente perceber como é que funciona a empresa e não sei quê, esse era feito à noite, das seis até às nove da noite; foram seis meses, acho eu, seis meses ou um ano, já não me lembro. Esse sim, esse foi um curso muito interessante; (Palmira, 52)

Sentida a necessidade da formação e da multiplicação das acções de formação, tornava-se imperiosa a preparação dos quadros sindicais que a pudessem assegurar, tendo sido realizados vários cursos de formação de monitores. Diversos dirigentes sindicais, muitos dos quais operários e com reduzida escolaridade, transformaram-se então em monitores dos cursos de formação, aliando o seu conhecimento directo da realidade do mundo do trabalho, ao conhecimento resultante da sua participação activa no movimento sindical, a conhecimentos de natureza mais teórica que lhes advinha das discussões em que participavam e da frequência de alguns cursos de formação sindical, a conhecimentos resultantes da frequência de cursos de formação de monitores. A maior parte dos monitores eram, mesmo, dirigentes sindicais que acumulavam esta tarefa com as outras responsabilidades que tinham no sindicato, como aconteceu com grande parte dos nossos interlocutores.

dar a formação àqueles que fossem capazes de multiplicar os ensinamentos

Durante algum tempo, por falta de conhecimentos e de experiência, fizemos muitos erros. Havia que definir a nossa própria solução, o sistema, a forma e os conteúdos. Antes, porém, era necessário dar a formação àqueles que fossem capazes de multiplicar os ensinamentos e de pôr de pé o sistema de formação. (Ranita 2, 6)

eu fui indicada para ser monitora do corpo de monitores da CGTP

Eu lembro-me que, uns anos depois de ter vindo para o movimento sindical, a CGTP precisava de quadros dirigentes, porque a formação, agora já não é tanto assim, já há alguns técnicos que vão dando formação, mas, no princípio, quando eu vim, a formação era dada muito por outros dirigentes sindicais com mais experiência, com outro tipo de formação [...] uma altura que a CGTP quis fazer aquilo a que se chamou a escola de formação da CGTP, criar um corpo de monitores, a nível nacional, que permitisse que a formação pudesse ser dada a nível nacional; eu fui indicada para ser monitora (Palmira, 70)

eu cheguei a ser monitora de formação da CGTP

depois havia a formação da CGTP e eu cheguei a ser monitora de formação da CGTP e então o que é que a gente dava, dava o que era um sindicato, o que era uma União, o que era uma Federação, o que eram os movimentos operários, o que eram as Centrais Sindicais, o que eram os delegados sindicais, o papel dos delegados sindicais, o que era a acção colectiva na empresa, o que eram as Comissões de Trabalhadores, portanto era estes ensinamentos mais básicos que ainda hoje se fazem nos sindicatos. (M^a Emília, 120)

Embora, em geral, seja reconhecida a importância dos cursos e acções de formação, nem todos lhe atribuem o mesmo valor. Para alguns, ela é mesmo bastante relativizada, salientando que o fundamental da formação decorria da acção e intervenção sindical, da prática, do contacto directo com a realidade e com os trabalhadores, dos conhecimentos decorrentes desses contactos. Nesta perspectiva são mesmo referidas diversas situações em que a formação sindical, particularmente a realizada noutros países, com um cariz vincadamente ideológico, e sendo encarada como algo desligado da prática, acentuaria dificuldades de intervenção de alguns quadros. Noutros casos são ainda referidas as dificuldades sentidas por diversos activistas, particularmente provenientes de sectores operários, com pouca formação escolar e sem hábitos de leitura, o que tornava ainda mais exigente a preparação das acções de formação.

nunca frequentei, nunca, não tinha tempo

(Na altura, na CGTP e na União há uma série de cursos de formação para dirigentes). Eu não, nunca frequentei, nunca, não tinha tempo. (Tens ideia de pessoas que tenham ido, se aquilo era de facto importante em termos da formação das pessoas como dirigentes) – olha, eu penso que sim, eu penso que foi, que era óptimo, mas eu acho que a prática é mais válido, a prática. (Amália2, 14)

a teoria sem prática é nula e a prática sem teoria é cega

Há alguma malta que foi a alguns cursos e que, há uma máxima sobre a qual eu não há dúvidas que continuo a acreditar nela – a teoria sem prática é nula e a prática sem teoria é cega; isto é uma máxima que cabe em toda a vida. E houve gente que foi para o curso e depois queriam vir aplicar toda a teoria no movimento sindical e depois confrontavam-se

com coisas que, de facto, não está escrito, cada caso é um caso, e então é assim, como em tudo na vida, em cada situação concreta há que tomar a medida concreta e então as questões que se discutiam, eram questões básicas, etc, etc, mas havia malta que entrava muito na questão filosófica por aí fora, tatatata. Com toda a franqueza, eu acho que depende de pessoa para pessoa; eu encontrei poucas pessoas que tiveram, que se possa dizer assim, um bom aproveitamento em termos do curso. (Barra2, 45)

aquele era o caminho – o da insistência na formação sindical dos quadros

(A importância para os formandos) depende dos sectores e da experiência sindical anterior dos formandos. Acho que foi importante para todos, mais marcante para uns do que para outros. Na função pública terá sido mais marcante, porque as pessoas na função pública têm uma prática sindical mais recente e, de certo modo, diferente dos demais sectores operários. Para os delegados sindicais recém eleitos, na função pública, a formação sindical era uma novidade maior e, portanto, eram mais facilmente influenciáveis pelas técnicas, pelos métodos de ensino, pelos próprios conteúdos. No caso dos sectores operários, as dificuldades estavam nos poucos hábitos de leitura e na resistência ao trato com os “papéis”. Isto torna mais exigente a acção e a preparação dos formadores. Ao terminar a formação era-lhes fornecida uma pasta, com informação e legislação relacionada com os direitos e deveres do activista sindical e, em particular, o regulamento de funcionamento dos delegados, os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho, etc.. Eram talvez duas dúzias de folhas fotocopiadas. A maior parte dos formandos achava isso muito bem, diziam que tinham gostado muito de participar ... Partiam com a pasta debaixo do braço ... mas, não sei o que lhe faziam depois. Contudo, aquele era o caminho – o da insistência na formação sindical dos quadros. (Ranita2, 35)

A organização dos cursos foi sofrendo alterações ao longo do tempo, tendo em conta quer a adequação a novas realidades quer a avaliação que foi sendo realizada, no interior da CGTP, e que permitiu a identificação de aspectos que haveria que aperfeiçoar, designadamente a duração dos cursos, o volume de informações transmitidas e de assuntos abordados. Esta organização, em regime menos intensivo e mais flexível, posta em prática também em alguns sindicatos e federações, permitiria um outro tipo de participação, de discussão, de trabalho em grupo, de envolvimento dos dirigentes sindicais, aumentando as potencialidades formativas das acções realizadas. Do que nos dizem os nossos interlocutores, é interessante perceber a consciência, que foi sendo adquirida, de como a avaliação realizada pelos formandos, no final dos cursos, nem sempre corresponderia aos reais sentimentos das pessoas, dado nem sempre ser fácil afirmar, em público, determinadas dúvidas ou críticas, importando estar atento a outro tipo de sinais emitidos.

era muito difícil [...] ter alguém que dissesse assim [...] a maioria eu não percebi

Eu vim para o movimento sindical e, sei lá, para aí um mês ou dois meses depois, estava a fazer um curso de uma semana inteira, quase intensivo. Mas, depois, no fim do curso, fazia-

se a avaliação. e isso passou por mim, portanto eu sei isto porque mais tarde eu fiz o mesmo. No fim, então o que é que acharam do curso? e toda a gente dizia - isto foi muito importante, foi muito importante, apesar de tudo é pouco tempo para tanta matéria que se deu. Mas eu comecei a perceber, e eu acho que a CGTP também começou a perceber, que era muito difícil para qualquer pessoa, que estava do lado de lá, dizer que aquilo não era importante; ter alguém que dissesse assim, eu vou-vos dizer, eu estive aqui esta semana, eu aprendi algumas coisas mas a maioria eu não percebi; era muito difícil alguém dizer isto, mas eu acho que começou a ser claro que muita daquela matéria que era dada, não era possível ser assimilada por gente tão inexperiente. (Palmira, 73)

a CGTP passou a fazer formação por módulos

Havia sempre uma ou outra coisa que ficava mais registada na memória, na cabeça, porque despertou mais interesse por isto ou por aquilo e então, curiosamente uns anos mais tarde, a CGTP passou a fazer formação por módulos, isto é, enquanto que antigamente se preparava um curso para delegados sindicais e se metia quinhentas coisas lá dentro, desde a constituição do movimento sindical, depois os princípios, depois não sei quantos, enfim, uma série de coisas até chegar à empresa onde os conflitos nascem, agora passou a pegar num temazinho e distribuir esse tema, por exemplo, por uma semana, mas faz duas horinhas por dia, pega naquele tema e é aquele tema.. (Palmira, 73-74)

já pusemos isso em prática aqui no nosso sindicato

Nós próprios já pusemos isso em prática no nosso sindicato, também para os nossos dirigentes, e é giro, é interessante; é interessante porque eles têm tempo para esmiuçar, de facto, aquilo que naquele momento está a ser dado, mesmo que aquilo não seja seguido, mesmo que não estejam lá um dia inteiro fechados; durante aquela semaninha, uma hora, duas horas, a malta discute, faz trabalhos práticos, tira dúvidas, discutem uns com os outros, fazem formação de grupo, uma coisa muito interessante, mas aquilo não resolve tudo; depois é necessário, daqueles conhecimentos, aqueles que tiveram mais aptidão para os assimilar poderem eventualmente vir a colocá-los em prática. (Palmira, 73-74)

Sendo a formação sindical uma preocupação reafirmada pela CGTP e pelas diferentes estruturas sindicais, as condições para o seu desenvolvimento não são dissociáveis das transformações políticas, sociais, no mundo do trabalho e nos próprios sindicatos. Em momentos de maior fragilização do movimento sindical, a formação sindical, não deixando de ser assumida, nos discursos, como uma área fundamental de intervenção, acaba por ficar, também ela, mais fragilizada.

É assim que diversos dos nossos interlocutores nos referem uma diminuição da intervenção na área da formação sindical, que se verifica nos últimos anos, e a existência de uma estrutura mais debilitada para intervir nesta área, que terá deixado de ser, na prática, uma tarefa assumida como prioritária. Muita da actividade de formação assentará hoje nos sindicatos e federações, estruturas estas também hoje mais fragilizadas e com menos quadros, pelo que, quando não há condições para

responder a todas as frentes de intervenção, acaba por ser esta uma das áreas que tende a não avançar. Consideram os nossos interlocutores que a formação sindical estará assim, hoje, aquém das necessidades, o que tornará mais difícil responder a muitos problemas complexos com que os dirigentes se confrontam no dia a dia, nos vários sectores e em cada empresa, nas relações institucionais e nas mesas de negociação e para os quais nem sempre possuirão os conhecimentos suficientes. É afirmado que, há trinta anos, os dirigentes tinham mais facilidade em agir e intervir devido ao trabalho de formação que era feito, mas essa maior facilidade não será também alheia a uma muito maior intervenção e participação sindical que então se verificava e à possibilidade real de uma muito maior discussão colectiva no interior de cada sindicato e do movimento sindical no seu conjunto, permitindo uma maior troca de experiências e uma outra formação no contexto da acção.

está aquém das necessidades

(a formação) está aquém das necessidades e eu diria mesmo que, sem ela, é muito difícil pormos os nossos dirigentes a responder a muitos dos problemas complexos que hoje enfrentam, no dia a dia, quando têm que tratar do sector, dos problemas de uma empresa, porque eles não têm conhecimentos suficientes e acho que aí há uma lacuna. Neste período de 30 anos, eu posso comparar aquilo que eram as preocupações, o tempo e os meios dedicados à formação. O próprio sindicato aqui, naquela altura, teve quadros virados só para isto; também ajudavam noutra matéria, mas a actividade central era esta; hoje não tem (Freitas, 33)

está na agenda mas sempre numa posição muito flexível

a formação e a informação é hoje no movimento sindical pior tratada do que era, ou seja ela hoje não é uma tarefa prioritária, ela está na agenda mas sempre numa posição muito flexível – se há tempo e dirigentes disponíveis muito bem, se não há, ela passa ao lado, e portanto, eu acho que isso se faz com elevados prejuízos para a actividade [...] a central deixou de ter um corpo central de formadores, passou a confiar um pouco nas uniões, nas federações e nos sindicatos, e aí hoje os dirigentes são menos e portanto se há algo que se prejudica, prejudica-se a formação (Freitas, 30-32)

No quadro de dificuldades que atravessa a formação sindical, os nossos interlocutores dão conta de diversas acções de formação que têm sido realizadas, em sindicatos e federações, envolvendo essencialmente dirigentes e técnicos destas estruturas, embora com apoio da CGTP. Apoio esse que se materializa na preparação central de cursos, guiões, materiais pedagógicos e outra documentação, susceptíveis de serem utilizados localmente, e na deslocação, quando solicitado, de alguns monitores do departamento de formação da CGTP. Nestes cursos são hoje abordados temas como a organização sindical, história do movimento operário, organização de

empresas, questões económicas básicas, análise de relatórios e contas, orçamento de empresas.

eu no espaço livre, ainda dou alguns cursos de formação sindical

por exemplo, aqui no Porto, no sindicato têxtil têm sido dados alguns cursos para dirigentes e delegados e eu no espaço livre, ainda dou alguns cursos de formação sindical. Passam por aulas presenciais - por exemplo, dois dias para simples questões de organização, outros aspectos relativos à história do movimento operário, falamos sobre alguns dados da organização das empresas, depois já há um outro módulo sobre questões económicas básicas, análise ao relatório e contas, um orçamento para empresa, portanto um técnico nosso também dá essa parte (Freitas, 31-32)

Era um dos que andava aí de cima para baixo

hoje ainda tens dirigentes dos sindicatos que dão formação. Mas hoje a CGTP tem já um núcleo, que não é muito grande, é um núcleo mais pequeno, já não é aquele corpo tão alargado como existia que se pedirmos que queremos um curso sobre isto, já vem gente muito especializada. Por exemplo, dizia-te há bocado que um dos dirigentes da CGTP, que se formou em Direito, já é advogado, dá formação. Era um dos que andava aí de cima para baixo, coitado, quando foi a questão do Código do trabalho, que andava aí assim com isso nas mãos a fazer cursos, à vezes de um dia, à vezes de dois dias, às vezes de umas horas, sobre temas específicos do código do trabalho. (Palmira, 110)

notávamos claramente que o pessoal sabia do que é que estava a falar

por exemplo, com o curso que tinha a ver com o saber olhar para a demonstração de resultados, a gente pegou naquilo para tentar explicar como é que se lia a demonstração de resultados de uma empresa, e nessa altura foi o Abel, que é o economista, que fez. Pegamos essencialmente no do sindicato. [...] E é curioso porque depois a gente começou a fazer as discussões na direcção e notávamos claramente que o pessoal sabia do que é que estava a falar. Isso é giro, é muito engraçado (Palmira, 111)

Sendo reconhecido pelos nossos interlocutores que a formação sindical atravessa hoje uma fase difícil, com poucos recursos e meios financeiros, e sem um estatuto de visibilidade pública, é equacionada a necessidade e o sentido que poderia ter o seu financiamento público, à semelhança do que acontece com a formação profissional (situação que se verifica aliás noutros países, designadamente em França), bem como a abertura de linhas de crédito que assegurassem algum apoio.

que a formação sindical também tivesse um estatuto de apoio

há aqui uma grande lacuna, ou seja, eu acho que falta aqui uma coisa que nós não ganhamos ainda ao nível do país, era que a formação sindical também tivesse um estatuto de apoio, porque hoje formar também envolve dinheiro, não é, é salários, é despesa, é dirigentes, é formadores, é equipamentos e nós ainda não ganhamos a batalha, a nível do Estado, de que, por exemplo, a formação sindical pudesse ter um tempo acreditado em

horas para a formação dos nossos dirigentes e activistas, bem como apoios em concreto, como quem fomenta um curso de costureira ou um curso de metalúrgico, e que pudesse haver algum apoio para esta matéria; em França tem uma grande tradição na formação. (Freitas, 32)

Embora não seja referido pelos nossos interlocutores, valerá a pena reflectir sobre as eventuais implicações que o financiamento da formação sindical poderia colocar, ou não, em relação à autonomia e independência de decisão do movimento sindical sobre os conteúdos da formação e da eventual sujeição que tal implicaria a critérios de decisão que ultrapassariam o movimento sindical. E, importará ainda equacionar se as reais dificuldades que se colocam hoje, nesta frente de intervenção, não estarão mais associadas às condições concretas (objectivas e subjectivas) que os activistas sindicais, a maior parte dos quais não se encontra na actividade sindical a tempo inteiro, têm para participar em tais acções, à importância que lhe reconhecem ou não, aos sentidos e significados que efectivamente lhe atribuem.

2.2. Ser formador/a no movimento sindical

Ser formador/a no movimento sindical é uma experiência pela qual passou a maior parte dos nossos interlocutores, da qual falam como tendo sido para si claramente significativa e formativa, e que abordam, em grande medida, a partir das aprendizagens que lhes proporcionou. A formação para ser monitor resulta da frequência de cursos de formação sindical, e de cursos de formação de monitores, realizados no interior do próprio movimento sindical, em Portugal ou noutros países, mas também, e em grande medida, da sua experiência de participação e intervenção sindical e da experiência que vão adquirindo já enquanto formadores. A frequência dos cursos, a preparação de cada curso ou sessão, já enquanto monitor, e os próprios cursos que dinamizaram, são sempre referidos como momentos que conduziram à realização de múltiplas aprendizagens. Aprendizagens associadas aos conteúdos que iriam ser e foram abordados, que obrigavam a uma preparação prévia e que eram enriquecidos com os debates ocorridos durante a sua realização, mas também à organização e condução das sessões, aos cuidados a ter na preparação dos materiais pedagógicos a utilizar, à elaboração, partilha e reconstrução dos guiões orientadores, à integração em equipas de formadores, a todo um trabalho colectivo que está por trás de cada curso.

Jamais me passaria pela cabeça

Jamais me passaria pela cabeça que eu um dia tinha condições, por exemplo, estar em Aveiro, num curso para dirigentes sindicais, do sindicato do calçado, e a demonstrar, com os sapatos que eles faziam, nunca mais me esqueço disto, com os sapatos que eles faziam, qual era a progressão da produção que eles faziam e como é que chegava ao fim e a parte de leão ficava do lado de lá. (Palmira, 71)

fizemos o tal trabalho colectivo de planificação do curso

o primeiro curso que eu dei foi exactamente no sindicato do calçado, para gente do calçado, [...] o curso ia ser dado por mim, pela B. e pela O., da CGTP. E então, nós as três reunimos, fizemos o tal trabalho colectivo de planificação do curso, elaborou-se o programa para mandar aos formandos e definiu-se que temas é que cada uma de nós ia dar. E considerou-se que o módulo para mim, como era o primeiro curso, era um módulo sobre a empresa, a questão da empresa. Então, eu preparei-me, e acho que me preparei muito bem, fiz fichinhas para mim, fichinhas do módulo que ia dar, do guião, e fizemos o curso e, pelos vistos, aquilo correu muito bem. [...] comecei a estar muito envolvida na formação. O sindicato começou a ficar um bocado mais de lado porque, eu quando tinha um curso para dar, eu necessitava de, pelo menos dois dias antes, de preparação, de me fechar, fazer acetatos, porque é assim, nós transmitíamos muito das ideias com o apoio do retroprojector, agora já se faz aquilo no computador, os acetatos já saem impressos; nós fazíamos tudo à mão, utilizávamos aquelas canetas de escrever em acetato, tínhamos que saber que o verde era uma cor que se via menos, que o vermelho e o preto eram as mais adequadas, e o azul marinho, mas construíamos acetatos; quer dizer que, cada vez que eu ia fazer um curso, dois dias antes eu fechava-me, ia procurar, ia fazer pesquisas, ia ler extractos de coisas que tinham sido já publicadas e não sei quantos, preparava os acetatos, preparava-me bem para os temas que eu ia dar. (Palmira, 106-107)

Embora diversos cursos ou sessões sejam hoje orientados por técnicos e/ou especialistas de áreas diversas, não deixa de ser salientada, por alguns dos nossos interlocutores, a importância e necessidade de os monitores manterem uma grande ligação à actividade dos sindicatos e ao acompanhamento dos diferentes processos de luta, o que nem sempre será fácil de conciliar. O contacto directo dos monitores com os trabalhadores, e com diferentes locais de trabalho, o conhecimento próximo das realidades do mundo do trabalho, a inserção no conjunto das lutas e da actividade sindical, potencia as condições para que, no decurso de cada acção de formação, se articulem conhecimentos e saberes mais sistematizados com as experiências concretas e as lutas dos trabalhadores.

pegar em casos concretos e conflitos aqui ou ali

(essa formação partia muito das realidades das próprias pessoas) muito, muito, muito, muito; (dos formandos que estavam na acção) tem que ser, não pode ser de outra forma; tinha uma parte de exposição mais teórica, digamos assim, e depois muito pegar em casos concretos e conflitos aqui ou ali, da forma como eles achavam que tinham que ser

resolvidos, e depois a nossa mãozinha, por cima, para ajudar a entender [...] eles próprios, depois, iam chegar à conclusão se sim ou não, mas muito, muito, muito da realidade em concreto. (Palmira, 108-109)

eu acho que quem está a dar formação precisa de estar ligado aos problemas

O problema é que, eu acho que quem está a dar formação precisa de estar ligado aos problemas; precisa de estar com a mão na massa também. E eu comecei a sentir que havia às vezes alguma dificuldade nas articulações, porque eu, num curso qualquer, não conhecia a luta, não sabia da luta que se tinha desenrolado na empresa tal, que estavam os delegados ou os dirigentes, estavam lá no curso e isso diminuía, não diminuía, mas eu sentia que havia ali qualquer coisa que faltava. E uma ocasião disse claramente que não queria fazer formação, tanta formação assim em tão pouco tempo. E, portanto comecei a dar formação muito mais esporádica, até à altura em que fui para a coordenação do sindicato, pronto, acabou-se. [...] foi uma pena, porque eu acho que gostava, sabes, eu gostava daquilo, gostava mesmo (Palmira, 107-108)

2.3. Os cursos e seminários internacionais

A intervenção no movimento sindical permitiu igualmente a diversos dirigentes sindicais a possibilidade de contactarem com realidades de outros países, integrando delegações sindicais, e de participarem em seminários e cursos promovidos por estruturas sindicais de diferentes nacionalidades, como já referimos. Este facto é assinalado por todos como muito significativo, pela experiência que constituiu e pelo conhecimento que proporcionou de outras experiências, permitindo o confronto de ideias e a percepção de outras formas de trabalhar e de intervir que, em certas situações, conduziram ao repensar das formas de intervenção. Mas, a participação nestas iniciativas significou, igualmente, para muitos dirigentes sindicais, a possibilidade de um grande alargamento de horizontes, o conhecimento de países, de realidades e de costumes muito diferentes que, de outro modo, dificilmente teriam conhecido, e que contribuiu para uma outra percepção da própria actividade sindical e da inserção da luta dos trabalhadores portugueses numa luta mais ampla, desenvolvida por muitos outros trabalhadores. A participação nestas iniciativas, facilitando o conhecimento de experiências dos outros, contribuiu igualmente para divulgar as experiências dos respectivos sindicatos e da CGTP e para uma outra reflexão sobre a própria actividade.

foi a fonte que eu bebi e que eu a partir dali me apaixonei

participei uma vez num debate, que foi em França, sobre questões de segurança, aqui há uns anos, para aí há 7 ou 8 anos, e vi um conjunto de situações, e uma coisa que eu percebi ali, eu estava um pouco errado, eu e muitos sindicalistas portugueses - nós só falávamos em salários, nada mais; as questões de segurança, de saúde, isso não era

falado e isso foi a fonte que eu bebi e que eu a partir dali me apaixonei, é uma coisa que eu estou apaixonado em desenvolver, é uma das coisas que me estimula muito a mim, estimula mesmo muito. (Albano, 50)

em cada curso eu tive uma vivência nova e nunca me vou esquecer dela

Estive na Checoslováquia, na RDA, estive em França, acho que já participei também na Holanda, e estive na Líbia, na Líbia foi uma coisa de passagem, em Cuba; [...] A esses países todos fui pelo movimento sindical e penso que esses cursos, eu digo-te assim uma coisa, em cada curso eu tive uma vivência nova e nunca me vou esquecer dela. Aliás eu tenho os manuais, eu tenho ali uma coisa, manuais não, escritos, apontamentos, eu tenho aí. Eram cursos de 3 meses, um até foi um mês, mas eram aqueles cursos intensivos, não é. Ali tens que pôr à prova de fogo a tua capacidade (Albano, 65-66)

Eu sinto que todos os cursos foram importantes mas esses encontros internacionais para discutir matérias com que eu trabalho, que são as minhas, eu senti-me mais atraído, senti-me mais atraído. (Albano, 67)

Na RDA estive num curso de economia política

Na RDA estive num curso de economia política, estive lá perto de dois meses, também gostei, foi muito do observar, e estavam lá, na altura, de vários países africanos e de outros países, lá também a estudar [...] fui a um Congresso de mulheres, na Bulgária, agora já não me lembro bem o ano, mas em oitenta e tal, feito pela Federação Sindical Mundial [...] estive no 1º de Maio (em Cuba) [...] já depois do colapso do muro de Berlim e da União Soviética (Mª Emília Reis, 106-108)

2.4. Conferências, seminários, debates, reuniões específicas

A organização de iniciativas diversas, de curta duração (seminários, colóquios, debates, reuniões específicas), reveste uma grande importância na formação dos quadros sindicais, assumindo diferentes formatos em função dos objectivos que lhe são atribuídos, das pessoas a quem se destinam e das próprias estruturas sindicais que as promovem. Algumas dessas iniciativas têm um carácter mais aberto, visando a sensibilização para problemas que a cada momento se colocam e servindo igualmente para uma maior divulgação das posições sindicais, outras têm carácter mais restrito, visando o reforço da discussão no interior do movimento sindical, o aprofundamento das análises, o apurar de opiniões e a formação dos principais activistas, designadamente dos delegados e dirigentes sindicais, em torno de problemáticas no momento mais actuais e sobre as quais os quadros sindicais vão ter que intervir. São em geral iniciativas com a duração de um ou dois dias, podendo também ocupar apenas uma parte de um dia, com objectivos prévia e claramente definidos, como recentemente em torno do Código do Trabalho, dos problemas da contratação

colectiva ou do comércio internacional, realizadas a nível da CGTP, das Uniões e Federações ou de cada sindicato.

Estas iniciativas, envolvendo, muitas vezes, não apenas os activistas sindicais, mas também técnicos com formação diversa (advogados, economistas, entre outros), criam as condições para um debate mais aprofundado sobre diferentes problemas, para a troca de opiniões, para o esclarecimento de dúvidas, para a aprendizagem de argumentos necessários para as várias reuniões onde os activistas vão ter que defender as posições sindicais e os direitos dos trabalhadores.

A participação activa nas discussões nelas travadas, constituindo-se em si mesmo um processo formativo importante, não é independente das características da iniciativa, do número de pessoas nela presentes, nem do seu âmbito. Se iniciativas mais amplas permitem um acesso mais rápido e alargado a um conjunto de informações, já iniciativas mais restritas, com menos pessoas, e pessoas que se conhecem, permitem um outro tipo de discussão e um maior à vontade para todos intervirem e colocarem as questões sobre as quais têm mais dúvidas, ou que consideram mais pertinentes, podendo ser mais significativas do ponto de vista do esclarecimento e da formação, e mais enriquecedoras na construção das posições sindicais a adoptar.

no fundo é assim, é preparar uma discussão

ainda recentemente, por causa do código do trabalho, a CGTP fez inúmeras discussões, com juristas, dirigidas a dirigentes e delegados, às vezes com gente a mais; porque quando está muita gente e quando está gente que sendo do movimento sindical não é do mesmo sindicato, muitos dirigentes têm algum receio de intervir, acham que provavelmente o que vão dizer está desajustado ou não sei quantos; então, apesar de nós termos participado nessas discussões, nós assumimos, falamos com o advogado do sindicato, vamos lá, código do trabalho – o que nós precisamos de saber [...]. É esta necessidade deste tipo de formação que às vezes é uma formação que não é aquela formação certinha, com tudo estruturado, [...] no fundo é assim, é preparar uma discussão, em que está alguém que domina aquilo e vamos lá tirar as dúvidas, mas que é fundamental também para a preparação e para adquirir conhecimentos, sem dúvida. (Palmira, 76)

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:
PONTOS DE CHEGADA, NOVOS PONTOS DE PARTIDA**

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

PONTOS DE CHEGADA, NOVOS PONTOS DE PARTIDA

*“O que for o mundo amanhã é o esforço
de todos nós que o determinará!”
(Bento de Jesus Caraça)*

Tendo como ponto de partida a preocupação de contribuir para um debate necessário em torno das dimensões filosóficas, éticas e políticas da educação/formação de adultos, num quadro em que assumimos tender a impor-se, ao nível das instâncias de decisão europeias, um discurso hegemónico, do qual essa discussão está afastada, procurou-se, ao longo desta investigação, reflectir sobre processos de formação informal e sobre conhecimentos, aprendizagens e saberes construídos em diferentes espaços e contextos sociais e em diversas instâncias de participação e intervenção social e política.

Reconhecendo a importância do movimento sindical e das lutas sociais nos processos de educação/formação de muitos trabalhadores, desenvolveu-se a pesquisa a partir das histórias de vida e narrativas de formação de oito dirigentes e ex-dirigentes de alguns dos principais sindicatos do distrito do Porto, filiados na CGTP, que se constituíram como interlocutores neste trabalho.

A partir dos seus testemunhos procurou-se analisar experiências por eles vivenciadas no seu percurso de formação e construção identitária, percurso esse em que, crescentemente, se foram assumindo enquanto actores e autores sociais, enquanto protagonistas, não apenas das suas vidas, mas também de uma história colectiva em cuja construção participaram/participam.

A análise dos seus percursos de formação permitiu-nos evidenciar como foi ao longo de toda a vida, nas mais diversas situações e contextos de socialização, na relação com os outros e consigo mesmo, a partir da vivência de acontecimentos significativos e da reflexão sobre as suas experiências, que as pessoas se foram formando e transformando. O local onde nasceram e passaram a infância, a família, a escola, a igreja, os amigos, os vizinhos, o trabalho, o serviço militar, as várias organizações e movimentos de que fizeram ou fazem parte, todos eles atravessados por múltiplas redes de relações, permitiram-lhes a vivência de uma multiplicidade de

experiências, por vezes contraditórias, que deram origem a muitas aprendizagens, à produção de diferentes saberes e à construção de si. Ao longo da sua vida, no seu quotidiano e de modo informal, nas respostas às inúmeras interrogações que se lhes foram colocando e aos mais diversos desafios com que foram sendo confrontadas, as pessoas foram atribuindo sentido às suas vivências, construindo e reconstruindo a sua identidade, as suas subjectividades, os seus modos de olhar e pensar o mundo e a si próprias.

Atravessando as suas vidas diferentes períodos sociais, históricos e políticos, as suas narrativas mostram-nos, com grande clareza, como as suas condições sociais de existência e os seus percursos de formação foram marcados pelas grandes transformações ocorridas em Portugal durante o século XX. Efectivamente, as suas histórias de vida permitem-nos relacionar as suas biografias individuais com as características globais da situação histórica “*datada e vivida*” (Ferrarotti, 1983:41), revelando-nos percursos individuais de formação, mas também percursos colectivos de aprendizagem e retratos possíveis da realidade portuguesa, do mundo do trabalho, dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais, em diferentes períodos.

A partir das histórias de vida e narrativas de formação dos meus interlocutores, e tendo igualmente por referência o conjunto de histórias de vida que integram o acervo do Centro de Documentação e Informação da Universidade Popular do Porto (CDI), cuja equipa de coordenação integro desde a sua criação, foi possível reflectir sobre as condições de vida e de trabalho de muitas famílias operárias do Porto no período do fascismo, sobre as lutas travadas contra a ditadura e pela liberdade, sobre o 25 de Abril de 1974 e os seus significados para milhares de trabalhadores, sobre o processo de institucionalização do regime democrático e as transformações verificadas no mundo do trabalho e da actividade sindical.

Os seus relatos, contados na primeira pessoa, permitem aceder a um conjunto significativo de informações sobre muitas situações e acontecimentos que vivenciaram e protagonizaram, em diferentes momentos históricos e políticos e em diversos contextos sociais, sobre as suas memórias, percepções e representações, que vão muito para além dos documentos escritos a que geralmente temos acesso, constituindo-se num importante contributo para a análise, na sua complexidade, dos processos históricos, sociais, políticos e educativos/formativos ocorridos em Portugal nas últimas décadas.

As memórias, discursos e subjectividades de quem viveu situações únicas, mas permanentemente cruzadas com as vivências de muitos outros, permitem, igualmente, uma outra reflexão sobre a forma como se assumiram como dirigentes sindicais e o

sentido que dão à sua actividade no movimento sindical, sobre as leituras que hoje fazem sobre o mundo do trabalho e sobre os próprios sindicatos.

A participação em todo o trabalho do CDI, e o desenrolar desta pesquisa, deram-me uma outra percepção sobre a importância de registar, preservar e estudar as memórias de trabalhadores, as suas representações sobre diferentes acontecimentos sociais e políticos vivenciados, os sentidos e significados que lhes foram e são atribuídos, e sobre diferentes organizações e movimentos em que participaram. Sem o registo e análise das memórias, testemunhos e discursos de trabalhadores e de protagonistas dos movimentos sociais, tenderá a desaparecer um conjunto muito significativo de informações e de perspectivas sobre o trabalho e as lutas sociais, constituindo-se a sua preservação um meio fundamental para equacionar o passado, mas também para interpelar o presente e participar na construção do futuro.

O trabalho que, também a este nível, tem vindo a ser desenvolvido pela Universidade Popular do Porto, revela-se assim de uma enorme importância.

O acervo de histórias de vida que o CDI integra e que continua a ser acrescentado com a prossecução do trabalho de registo e preservação das memórias de outros trabalhadores, constitui um material de investigação fundamental para uma análise histórica, social e política, mais abrangente, das transformações ocorridas em Portugal nos últimos sessenta anos, que tenha em conta a perspectiva dos trabalhadores, permitindo *“devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante as suas próprias palavras”* (Thompson, 2002:22).

Efectivamente, o registo das memórias de trabalhadores e de protagonistas das lutas sociais travadas em Portugal nos últimos anos permite a recolha e sistematização de um conjunto significativo de informações inacessíveis de outra forma. Não só muitas destas pessoas não escrevem sobre os acontecimentos que protagonizaram, como também, mesmo quando há registos escritos, dadas as diferentes lógicas de produção destes registos em relação ao discurso oral, muitas informações significativas, que assumem uma enorme importância para uma outra compreensão dos acontecimentos, como os pequenos pormenores, as conversas havidas, as relações sociais estabelecidas, a forma como os acontecimentos foram vivenciados, as subjectividades em presença, tendem a perder-se se não houver a preocupação com a sua preservação.

A importância que assumem estes testemunhos tornou-se para mim ainda mais clara à medida que a investigação se foi desenvolvendo. O trabalho realizado, tendo como preocupação inicial o estudo dos percursos formativos de dirigentes sindicais, acabou por, no confronto com a riqueza dos relatos e discursos dos meus interlocutores, ver alargados os seus objectivos iniciais. Sendo protagonistas de uma

história individual, mas também colectiva, que fazem questão de construir colectivamente, as suas memórias “obrigaram-me” a assumir a responsabilidade, social e científica, de contribuir para que não caiam no esquecimento memórias de um tempo marcante para milhares de portugueses, procurando dar uma outra visibilidade a todo o percurso de vida dos meus interlocutores, nas condições em que foi vivido. Percurso esse marcado pelo período do fascismo e pelas lutas individuais e/ou colectivas que então travaram pela sua subsistência, pela sua dignidade e pela liberdade, pelo 25 de Abril e pela sua participação activa no sonho colectivo de construção de um país novo, pelo período que se seguiu à institucionalização do regime democrático e pelos sentimentos contraditórios nele vivenciados. Sentimentos resultantes do fim de uma certa utopia colectiva por cuja concretização se bateram e que viram ser posta em causa, com a perda ou diminuição de importantes direitos anteriormente conquistados, mas também de se terem tornado uma realidade quotidiana muitos dos sonhos pelos quais lutaram e que transformaram radicalmente a sociedade portuguesa, as condições de vida e de trabalho de muitos milhares de portugueses. Muitos desses sonhos, tornados realidade, entraram de tal forma na vida de todos os dias que, muitas vezes, tende a ser esquecido, mesmo pelos que os tornaram possíveis, todo um património de luta dos trabalhadores portugueses, e seu, pela sua conquista e consagração efectiva.

Ao longo da sua vida e da sua participação social, política e sindical, os meus interlocutores vivenciaram um conjunto de experiências significativas, do ponto de vista da sua formação e construção pessoal, sobre as quais reflectem e que constituem um importante contributo para a análise da importância de processos informais de formação e do movimento sindical enquanto contexto educativo/formativo, bem como para o debate em torno da educação/formação de adultos.

A análise dos actuais discursos sobre aprendizagem ao longo da vida emanados de diferentes instâncias de decisão europeia, apresentados, muitas vezes, como pretensamente neutros e consensuais, permite evidenciar um conjunto de concepções políticas e educativas sobre a educação de adultos, que lhes estão subjacentes. Concepções essas que a equacionam numa perspectiva redutora e instrumental, ao serviço do actual modelo de desenvolvimento capitalista, das transformações em curso no mundo do trabalho e de políticas neoliberais apresentadas como inevitáveis, apesar dos seus dramáticos efeitos sociais e ambientais serem cada vez mais visíveis.

Como salientamos no primeiro capítulo, e tendo também por base a análise realizada por diferentes autores (Canário, Caramelo, Charlot, Correia, Deluiz, Dubar, Harnecker, Le Goff, Lima, L., Matos, Medina, Paiva, Rosa R., Terrasêca), os discursos europeus sobre educação de adultos traduzem uma forte subordinação a pressões de

natureza económica e aos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e a desvalorização do papel da educação na promoção da democratização social.

Sendo a aprendizagem ao longo da vida sistematicamente apresentada como um dos elementos centrais para o reforço da competitividade da Europa, a melhoria da produtividade, empregabilidade, mobilidade e adaptabilidade da força de trabalho, atribui-se a esta o mandato de contribuir para a formação de trabalhadores facilmente descartáveis, socialmente conformados, adaptados e flexíveis, susceptíveis de aceitar, de forma passiva e acrítica, a inevitabilidade das desigualdades sociais, da desregulação das relações laborais, de um trabalho sem direitos, responsabilizando-se a si mesmo pelo seu eventual desemprego. Confrontados com o que é apresentado como a inevitabilidade do actual processo de globalização e exploração capitalista e a impossibilidade de alternativas, espera-se dos trabalhadores uma atitude de crescente individualismo, passividade e resignação, procurando a sua transformação em meros espectadores de um mundo em mudança cujo sentido não questionem.

Reconhecendo e assumindo a necessidade e legitimidade de discursos políticos e educativos alternativos, e a importância de diferentes contextos de participação e intervenção social e política na formação individual e colectiva de muitos trabalhadores, na construção de novos conhecimentos e saberes e de outras formas de ver o mundo, comprometidas com outras lógicas de mudança e com processos de emancipação social, tornava-se pertinente procurar estudar e compreender percursos de formação de trabalhadores que se recusam a permanecer passivos e a conformar-se, assumindo um papel activo em movimentos de trabalhadores e nas lutas sociais.

A partir das memórias, discursos e reflexões dos nossos interlocutores foi possível identificar um conjunto significativo de experiências por eles vivenciadas, em diferentes contextos e em diferentes períodos sócio-históricos e políticos, que contribuíram para a sua formação e para que se tenham vindo a assumir, crescentemente, como intervenientes activos nas lutas sociais. Entre esses contextos assumiu, na vida de todos eles, uma importância relevante o movimento sindical, no interior do qual se afirmaram como protagonistas de um conjunto significativo de acontecimentos e lutas que marcaram a vida de muitos trabalhadores e a história social e política portuguesa das últimas décadas.

A análise dos seus percursos de formação, enquanto intervenientes nos processos de transformação social e política, em diferentes contextos, e muito particularmente no movimento sindical, permitiu identificar um conjunto de aprendizagens realizadas e de saberes construídos, bem como uma grande diversidade de processos de formação informal e não formal vivenciados e decorrentes da sua participação.

As dimensões educativas e os processos de formação identificados têm subjacente um conjunto de lógicas políticas e educativas que, em muitos aspectos, e embora não sistematizadas enquanto discurso educativo, se colocam nos antípodas do discurso dominante, e revelam a grande importância dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais na formação para a participação social e política e para o exercício real da cidadania, permitindo a construção de saberes pertinentes e mobilizáveis para muitos outros espaços e contextos de trabalho e de intervenção.

No decurso da sua participação social, muitas pessoas, à semelhança do que aconteceu com os nossos interlocutores, vão-se construindo como autores da sua própria vida e da sua formação, determinados por constrangimentos diversos mas também determinantes nos processos de mudança e emancipação social, como sujeitos dotados de protagonismo. Através da participação aprendem a participar, e a importância da participação na vida social e política, aprendendo assim a história como uma possibilidade em aberto e em construção e que os sentidos dos processos de transformação e mudança social não são independentes da acção humana e do papel que, cada um, neles se atribui. Apreendendo-se como sujeitos de direitos e como sujeitos colectivos, muitos trabalhadores contrapõem a solidariedade ao individualismo, a acção política à passividade, a resistência ao conformismo, uma atitude crítica e reflexiva a posturas acríticas e não problematizadoras, assumindo-se como parte integrante dos acontecimentos, dos processos, das actividades e das lutas sociais. No decurso da sua participação e da relação que estabelecem com outros e consigo mesmo, são muitos os que ganham uma nova consciência dos seus direitos e uma outra percepção do mundo e das realidades sociais, formando-se e transformando-se enquanto intervenientes activos nos processos de luta e de mudança social, em cuja construção de sentido participam.

Inserida no conjunto das práticas sociais, no quotidiano da acção e da intervenção, a formação surge enquanto construção, enquanto trabalho desenvolvido no interior de relações significativas, como um processo permanente e inacabado, no decurso do qual cada um afirma e constrói a sua especificidade, produzindo conhecimentos e saberes sobre o mundo e sobre as formas de nele intervir.

Um processo em que todos aprendem com todos, e aprendem muitas e variadas coisas, sentidas, a cada momento, como imprescindíveis para o reforço da participação, mas também como um importante factor de realização e valorização pessoal. Um processo educativo que, próximo dos discursos da Educação Permanente, contribui para a formação de *“cidadãos conscientes da sua dignidade humana e participantes na vida da comunidade”* (in Dias, 1982:36), no decurso do qual a formação se faz em simultâneo com o combate *“pelo desenvolvimento, pelo salário,*

pela habitação, pelas condições de transporte, pela saúde, pelo direito e pela justiça, etc.” Lengrand (1981:85).

A partir da acção e da reflexão crítica sobre os problemas com que, individual e colectivamente, vão sendo confrontados e sobre a própria acção, fazem-se aprendizagens e co-constroem-se conhecimentos e saberes, permanentemente reinvestidos na acção e na co-produção de novos saberes. No decurso da intervenção, o saber e a acção encontram-se numa estreita articulação dialéctica, desenvolvendo-se e alimentando-se mutuamente. No quotidiano da acção sindical, na procura de soluções para os problemas, vivenciam-se, individual e colectivamente, uma multiplicidade de experiências, susceptíveis de virem a integrar um reportório, pessoal, mas também colectivo, mobilizável e transponível, com as adaptações necessárias, para novas situações e contextos. No trabalho comum que se desenvolve, a importância das experiências anteriores, e os saberes que elas permitiram construir, são claramente reconhecidos, valorizando-se a prática como um processo de aprendizagem e de produção de saberes e o património experiencial de cada um como um recurso fundamental para novas aprendizagens. A partir da acção estabelece-se assim uma nova relação com o saber, assumindo-o como uma construção colectiva.

A necessidade, e a vontade, sentida, por diversos dirigentes e outros activistas sindicais, de responder a múltiplas questões, desafios e imprevistos, de assumir responsabilidades e de desempenhar diferentes papéis e funções, decorrentes da própria intervenção e do sentido que atribuem à sua participação, transformam-se em importantes estímulos para o estudo, a leitura, a procura e sistematização de informação diversa, a partilha de conhecimentos e a troca de experiências, susceptíveis de permitir uma outra inserção no colectivo e de melhor contribuir para a reflexão sobre os problemas que se vão colocando e para a tomada de decisões. Neste processo são muitas as aprendizagens que realizam, permitindo-lhes, como todos os meus interlocutores afirmam, possuir hoje um conjunto de conhecimentos, saberes e capacidades que não possuíam se nunca tivessem participado no movimento sindical. Saberes esses que se traduzem, entre outros, num conhecimento aprofundado sobre o mundo do trabalho e da actividade sindical, sobre noções diversas de economia, direito, sociologia, contabilidade, sobre a relação com os outros, sobre o uso da palavra, da comunicação não verbal e da escrita, sobre o saber e a relação com o saber, sobre os processos de formação.

A multiplicidade de aprendizagens que os nossos interlocutores reconhecem ter realizado no decurso da sua participação sindical, levam-nos a afirmar o movimento sindical como uma grande escola. Mas, a noção de escola que nos é apresentada é

significativamente diferente da perspectiva tradicional de escola e de percurso escolar e sobre a qual vale a pena reflectir. É uma ideia de escola associada à aprendizagem e co-construção de uma grande diversidade de saberes, específicos e transversais, resultantes do quotidiano da acção e da intervenção sindical, da relação com todos os outros com quem se interage e consigo mesmo e de momentos mais formalizados de formação (cursos, seminários, reuniões específicas), organizados pelo movimento sindical e cuja importância é reconhecida como contributo para uma formação que permite uma melhor intervenção na actividade sindical. A escola que nos é apresentada é fundamentalmente uma escola de relações humanas, de formação de valores e para o exercício esclarecido de uma cidadania activa, enquanto expressão da luta por direitos sociais, políticos, económicos, culturais e laborais. Uma escola em que a aprendizagem não é prévia à participação ou à eleição como dirigente sindical, mas que ocorre em simultâneo com a acção, com as iniciativas e as lutas, e onde os saberes produzidos, a partir das experiências presentes e passadas, da acção e da reflexão sobre a acção, estão profundamente inter-relacionados e são permanentemente investidos e ponto de partida para novos saberes em construção. Uma escola que não tem por objectivo preparar para a vida mas que se confunde com a própria vida sindical, sendo no decurso desta, a partir dos acontecimentos que se vão vivenciando, dos problemas a que é preciso dar resposta, das emoções, da partilha e reflexão sobre as experiências de todos e de cada um, na construção activa do presente e do futuro, na totalidade dos tempos e espaços da intervenção, que a formação acontece. Uma escola em que se associam três dinâmicas que confluem e contribuem para uma efectiva praxis do trabalho sindical: o conhecimento a partir da experiência da intervenção e fundamentado num processo de reflexão e análise, o trabalho colectivo, assumido nas diversas instâncias de organização e nas relações interpessoais, e o trabalho individual, como esforço consciente de estudo e vontade de saber para o aprofundamento de temáticas indispensáveis à intervenção, mas também para a sua realização e valorização pessoal.

Estando a formação eminentemente associada à acção, torna-se claro que as potencialidades formativas do movimento sindical não são dissociáveis dos projectos culturais, sociais e políticos que lhe estão subjacentes, de processos e tradições de luta, reivindicação e militância sindical e política, nem dos diferentes períodos históricos e da situação no mundo do trabalho, cujas transformações se repercutem na actividade e funcionamento das estruturas sindicais.

Situações sociais e políticas em que se vivencia uma maior actividade sindical e uma maior participação dos trabalhadores, em que há um projecto claro de intervenção e de transformação social são claramente mais potenciadoras de grandes

aprendizagens. Do mesmo modo, um funcionamento da estrutura sindical que permita a todos os activistas tornarem-se autores colectivos do espaço institucional, capazes de auto-organização, poder de decisão e de autonomia, em que é estimulada a livre expressão das opiniões e incentivada a participação na tomada de decisões e a partilha de responsabilidades, quando há uma grande horizontalidade nas relações estabelecidas, aumentam as potencialidades formativas dos sindicatos.

Contrariamente, situações de diminuição da intervenção, de perda de perspectivas de acção e de falta de um projecto alternativo de transformação social mobilizador, e/ou de esvaziamento do trabalho colectivo, de uma maior concentração do poder de decisão e das responsabilidades num número mais reduzido de dirigentes, de um empobrecimento da actividade e da participação sindical, de generalização de comportamentos rotineiros, de uma menor ligação aos trabalhadores, de uma diminuição do peso e influência dos sindicatos., diminuem as suas potencialidades formativas.

O conjunto das aprendizagens realizadas não pode também ser desligado dos sentidos que os diferentes activistas atribuem às suas vivências e experiências nos diversos contextos sindicais em que estiveram ou estão ainda envolvidos, das suas histórias de vida e da história da CGTP, das novas redes de relações e de afectos em que se inseriram, do que a sua participação significou, e significa, na enorme transformação das suas vidas e do espaço de realização pessoal que, indiscutivelmente, a actividade que desenvolveram/ desenvolvem se constituiu. As responsabilidades sindicais assumidas, e o poder de participar e de influenciar, por vezes de forma determinante, as decisões sobre a actividade a desenvolver e sobre o funcionamento da estrutura sindical, tem também uma enorme importância do ponto de vista formativa, não só pelas questões a que há que responder, mas também pelo facto de as análises e a intervenção de cada um, contribuir, em maior ou menor grau, para a própria construção do movimento sindical, para a transformação dos contextos sindicais onde se inserem e das suas potencialidades formativas.

Assumindo a possibilidade da mudança e transformação social e o papel dos sujeitos como actores e autores sociais, os movimentos de trabalhadores e as lutas sociais tornam-se assim espaços privilegiado para o desenvolvimento do que Finger (1988:85) chama de uma *“formação crítica dos adultos”*, enquanto formação adequada a um saber crítico, emancipatório, elaborado pela pessoa, através de processos de tomada de consciência e de aprendizagem colectiva da capacidade de *“invenção de novos jogos, de novas regras e de novos modelos relacionais”* (Crozier-Friedberg, cit in Dubar, 1997), de *“transformação de identidades “dominadas” em identidades*

“militantes”, que resistem à dominação e que contribuem para a produção de novas regras do jogo.

De alguma forma a elaboração de uma dissertação de doutoramento culmina sempre um processo de investigação. Há um momento em que é preciso dar conta do trabalho que foi realizado e pôr o último ponto final. E esse é um momento particularmente difícil. Um momento em que tenho consciência do muito trabalho realizado, das enormes aprendizagens que fiz ao longo deste percurso, dos conhecimentos que fui construindo e que espero conseguir partilhar com a apresentação desta dissertação, mas também das suas limitações, da multiplicidade de questões que ficaram por aprofundar e que se poderão constituir como pontos de partida para novas pesquisas.

À medida que o trabalho de investigação avançava, que ia realizando as entrevistas, que falava com os meus interlocutores, que partilhava as suas memórias, que analisava os seus discursos, ia-se tornando, para mim, cada vez mais claro que a análise social, política, histórica e educativa do trabalho e das lutas sociais ocorridas em Portugal, e uma análise feita com os trabalhadores, a partir das suas vivências, reflexões e quadros de leitura da realidade social, está ainda, em grande medida, por fazer e é um campo de pesquisa inesgotável e fundamental para uma ciência que se quer ética e socialmente comprometida.

Daí assumir que este trabalho, mais que um ponto de chegada, se pode constituir como um ponto de partida para outras análises mais aprofundadas de muitas questões que me foram sendo suscitadas no decurso da investigação. Análises essas para as quais estou certa de poder continuar a contar com os interlocutores desta pesquisa e com outros trabalhadores, no âmbito do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Universidade Popular do Porto e do projecto “Memórias do trabalho - processos de construção de uma identidade operária no Porto”, desenvolvido pelo CIIE, em parceria com a UPP e o LIACC e de novos projectos a desenvolver. Um trabalho em que terá todo o sentido o envolvimento activo de diferentes trabalhadores no próprio processo de investigação e na divulgação dos estudos que forem sendo produzidos, transformando-se igualmente em projectos de intervenção em áreas muito diversas, nomeadamente no campo da educação.

Entre as diversas questões que me foram surgindo como pertinentes para linhas de investigação a desenvolver, a partir das ciências da educação e de diversos outros campos científicos, surgem inevitavelmente os estudos sobre o trabalho e as lutas sociais, e sobre a sua dimensão educativa, tendo como uma importante referência memórias de trabalhadores que assumiram um papel social activo em diferentes períodos sócio-históricos, o que implica um esforço muito mais alargado de registo e

preservação dessas memórias; a análise das histórias de vida e narrativas de formação de trabalhadores que se envolveram activamente nos processos sociais, na sua estreita articulação dialéctica com os contextos sociais e políticos que as atravessam; o estudo de diversas organizações e movimentos que, em diferentes períodos, e muito particularmente no período do fascismo e do 25 de Abril, tiveram uma grande importância na formação de muitos trabalhadores, o que implica igualmente o registo das memórias de quem nelas participou; o aprofundamento da análise sobre as dimensões educativas do movimento sindical e sobre os processos de formação decorrentes de uma intervenção sindical activa; a análise dos processos não formais de formação sindical e de outras experiências de formação desenvolvidas pelos sindicatos, designadamente no âmbito da formação profissional; o lugar do projecto na formação e na construção do sentido para a intervenção, projecto que era muito claro para muitos activistas no período do fascismo (o derrube da ditadura e a conquista da liberdade) e no período do 25 de Abril (a construção de muitos sonhos colectivos) e que hoje claramente não existe enquanto dinamizador e aglutinador de vontades colectivas.

“As ilusões nunca são perdidas. Elas significam o que há de melhor na vida dos homens e dos povos. Perdidos são os cépticos que escondem sob uma ironia fácil a sua impotência para compreender e agir” (Bento de Jesus Caraça)

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Fátima (1996). "Uma leitura do 'livro branco' do ponto de vista da educação", in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 6, pp. 93-113.

ARAÚJO, Helena (2000). *Pioneiras na educação. As professoras primárias na viragem do século 1870-1933*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

ARDOINO, Jacques (1993). "L'Approche multiréférentielle (plurielle) des situations éducatives et formatives", in <http://www.barbier-rd.nom.fr/ApprMultRefJA.html> (on-line 26/11/2004).

ARDOINO, Jacques (2000). "A implicação" (tradução policopiada), in *Les avatars de l'éducation – problématiques et notions en devenir*. Paris:PUF.

ARROYO, Miguel (1998). "Trabalho-educação e teoria pedagógica", in FRIGOTTO, Gaudêncio (org), *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes.

ARROYO, Miguel (2003). "Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais". *Currículo sem Fronteiras*, v.3, nº1, pp. 28-49, in <http://www.curriculosemfronteiras.org> (on-line 20/09/2004).

AVANZINI, Guy (1991). "De la formation et de l'éducation permanentes des adultes", in *Cahiers Binet Simon*, nº 628-3, pp. 5-19.

AVANZINI, Guy (1996). *L'éducation des adultes*. Paris:Antrophos.

AZÓCAR, Óscar (2004). "La crisis del neoliberalismo y los desafíos para la izquierda", in <http://www.resistir.info> (on-line 24/09/2004).

BAGANHA, M^a Ioannis (1996). "Emigração", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 294-297.

BAPTISTA, Fernando (1996). "Agricultura", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp.25-31.

BARBIER, Jean-Marie (1993). *Elaboração de projectos de acção e planificação*. Porto: Porto Editora.

BARBIER, Jean-Marie (dir) (1996). *Savoirs théoriques et savoirs d'action*. Paris : PUF.

BARBIER, René (1991). "Le sujet existentiel et l'expérientialité mytho-poétique en situation de formation", in PINEAU, Gaston e COURTOIS Bernadette (Coord.) *La Formation Expérientielle des Adultes*. Paris: La Documentation Française, pp.243-254.

BARBIER, René (1993). "Recherche en sciences de l'éducation ou/et recherche en éducation", in BAUDOIN Jean-Michel e JOSSO Christine (éd) *Penser la Formation. Contributions épistémologiques de l'éducation des adultes*. Genève: Université de Genève, pp.31-46.

BARBIER, René (1993 a). "L'écoute sensible en approche transversale", in *Pratiques de Formation*, 25-26, pp. 153-180.

BARBIER, René (2002). "A escuta sensível na formação de profissionais de saúde", in www.saude.df.gov.br/FEPECS. (on-line 10/07/2008)

BARKATOLAH, Amina (1989). "L'apprentissage expérientiel: une approche transversale", in *Éducation Permanente*, nº 100/101, pp. 47-55.

BARRETO, José (1990). "Os primórdios da Intersindical", in *Análise Social*, 105-106. Terceira Série, pp. 57-117.

BARRETO, José (1994). "Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar". *Análise Social*, 125-126. Vol. XXIX, pp. 287-317.

BATISTA, M^a Socorro Xavier (s/data) "*Educação Popular em movimentos sociais: construção colectiva de concepções e práticas educativas emancipatórias*". (on-line 15 /10/2008).

BAUNAY, Yves ; CLAVEL, Annie (coord) (2002). *Toute la vie pour apprendre – un slogan ou un véritable droit pour toutes et pour tous ? Actes du colloque international – Une mission nouvelle pour le service public : l'éducation toute au long de la vie, pour la qualification et pour sa validation* (Paris, CNRS, 2001). Paris : Éditions Syllepse.

BELCHIOR, F.H. (1990). *Educação de Adultos e Educação Permanente – a realidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

BERGER, Guy (1992). "A investigação em educação: modelos sócio-epistemológicos e inserção institucional", in *Revista de Psicologia e Educação* nº 3-4, pp. 23-36.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2003). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.

BILBAO, Andrés (1993). *Obreros y ciudadanos. La desestructuración de la classe obrera*. Madrid: Editorial Trotta, SA.

BOGARD Gérald. (1991). *Pour une éducation socialisatrice des adultes*. Strasbourg. Conseil de l'Europe.

BOURDIEU, Pierre (coord) (1997). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. (2000). "La nouvelle vulgate planétaire", in www.monde-diplomatique.fr, Maio 2000.

BOURGEOIS, Étienne (Ed.) (1996). *L'Adulte en Formation – Regards Pluriels*. Bruxelles: Département De Boeck Université.

BRIGDFORD, Jeff (2003). "Une dimension européenne pour la formation syndicale" in *Éducation Permanente*, nº154/2003-1, pp. 179-187.

BRUCY, Guy (2001). "Les syndicats entre «éducation de soi» et formation permanente", in *Éducation Permanente*, nº 149, pp. 97-111.

CABRITA, Daniel (1995). "A Intersindical e o sindicalismo anticorporativo", in *Vértice*, nº 68, pp. 23-27.

CALDART, Rosali (2000). "O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo". In GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio. (comps). *La ciudadanía negada. Políticas de exclusión en la educación y el trabajo*. Buenos Aires: CLACSO. www.clacso.org (on-line 15/02/2004).

CALDART, Rosali; KOLLING, Edgar (2001). Paulo Freire, um educador do povo. Veranópolis: ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária).

CANÁRIO, Rui (1999). *Educação de Adultos – Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.

CANÁRIO, Rui (2000). "A aprendizagem ao longo da vida. Análise crítica de um conceito e de uma política", in *Psicologia da Educação*. S. Paulo, 10/11, pp.29-52.

CANÁRIO, Rui (2007). " A educação e o movimento popular do 25 de Abril", in CANÁRIO, Rui (org). *Educação Popular e Movimentos Sociais*. Lisboa: Educa.

CANDEIAS, António (1981). "Movimento Operário Português e Educação (1900-1926)", in *Análise Psicológica*, nº II (1).

CANOTILHO, Gomes (1995). "Direitos dos trabalhadores e institucionalização do regime democrático", in *Vértice* nº 68, pp. 84-86.

CARAÇA, Bento Jesus (1978). *Conferências e Outros Escritos*. Lisboa: Edição da família.

CARRASCO, Joaquim (coord) (1997). *Educación de adultos*. Barcelona: Editorial Ariel, SA.

CARRÉ, Philippe; CASPAR, Pierre (org) (2001). *Tratado das ciências e das técnicas de formação*. Lisboa: Instituto Piaget – Horizontes Pedagógicos.

CARTAXO, José E. (1995). "As grandes acções de massas realizadas pelos trabalhadores após o 25 de Abril. Introdução a uma cronologia", in *Vértice*, 68, pp. 31-38.

CARVALHO, Rómulo (1985). *História do ensino em Portugal : desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.

CARVALHO, Ruben (1999). "O Partido Comunista Português e a conquista da democracia", in ROSAS, Fernando (coord). *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, pp. 63-75

CASTERA, Bernard (2002). *Le compagnonnage*. Paris : PUF.

CATROGA, Fernando (2001). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto

CAVACO, Carmen (2002). *Aprender Fora da Escola – Percursos de Formação Experiencial*. Lisboa: Educa.

CHARLOT, Bernard (1989). "1959-1989: Les mutations du discours éducatif", in *Éducation Permanente*, nº 98, Junho de 1989.

CHARLOT, Bernard (2000). *Da relação com o saber. Elementos para uma teoria*. Porto Alegre :Artmed Editora.

CHARLOT, Bernard (2001). Texte présenté au Forum Social Mondial par le Forum Mondial sur l'Éducation, in <http://www.fmrppv.org/sefsm.htm> (on-line 12/04/2004).

CHARLOT, Bernard (2004). "Educação, Trabalho: Problemáticas contemporâneas convergentes", in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 22, pp. 9-25.

CHARLOT, Bernard; FIGEAT, Madeleine (1985). *Histoire de la formation des ouvriers 1789-1984*. Paris : Minerve.

CHAUVIÈRE, Michel (2001). "Action catholique, promotion collective et éducation permanente", in *Éducation Permanente*, nº 149/2001-4, pp. 167-183.

CHOUVIER, Bernard (1986). "Le Paradoxe de l'identité militante". In TAP, Pierre (dir). *Identités Collectives et Changements Sociaux*. Toulouse: Éditions Privat, pp. 251-253.

CIFALI, Mireille (1996). "Démarche clinique, formation et écriture », in PAQUAY, L. ; ALTET, M. ; PERRENOUD, P., in *Former des enseignants professionnels. Quelles stratégies ? Quelles compétences ?* Paris : De Boeck, pp.119-135.

CLAPIER-VALLADON Simone (1980). "L'enquête psycho-sociale et son analyse de contenu", in *Psychologie Française*. Tome 25, nº2, pp.149-160.

CONDE, Idalina (1993) "Problemas e Virtudes na Defesa da Biografia", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, 13.

CORCUFF, Philippe (1991). "Éléments d'épistémologie ordinaire du syndicalisme", in *Revue Française de Science Politiques*, Volume 41, nº 4, pp. 515-536.

CORREIA, José A. (1991). "Formação e Mundo de Trabalho: elementos para a compreensão do processo sócio-histórico da produção das suas relações", in *Manual do Formador*, vol.1, Políticas Educativas, Sociologia da Educação. Porto. GETAP.

CORREIA, José A. (1992). "Dispositivos e Disposições na Formação de Adultos: a dinâmica da formatividade". Comunicação ao 2º Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. (documento policopiado).

CORREIA, José A. (1996). *Sociologia da Educação Tecnológica*. Lisboa: Universidade Aberta.

CORREIA, José A. (1998). *Para uma Teoria Crítica em Educação*. Porto: Porto Editora.

CORREIA, José A. (2001). *As Ideologias Educativas em Portugal nos Últimos 25 Anos*. Porto: Edições Asa.

CORREIA, José A. (2001a). "A construção científica do político em educação", in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 15, pp. 19-43.

CORREIA, José A. (2005). "A formação da experiência e a experiência da formação num contexto de crise do trabalho", in CANÁRIO, Rui; CABRITO, Belmiro (org). *Educação e Formação de Adultos - Mutações e convergências*. Coimbra: Educa, pp. 61-72.

CORREIA, José A.; CAMELO, João (2003). “Da mediação local ao local da mediação: figuras e políticas”, in *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 20. Porto: Edições Afrontamento, pp.167-191.

CORREIA, José A.; MATOS, Manuel (1994). “Contributos para a produção de uma epistemologia das práticas formativas: análise de uma intervenção no domínio da saúde comunitária”, in *Actas das Jornadas sobre Educação de Adultos*, pp. 333-346.

CORREIA, José A.; MATOS, Manuel (2001). *Solidões e solidariedades nos quotidianos dos professores*. Porto: Edições Asa.

CORTESÃO, Jaime (1912). “As Universidades Populares – sua missão e necessidade em Portugal”, in *A Vida Portuguesa*, nº 3. <http://purl.pt/284>, (on-line 22/01/2004).

CORTESÃO, Luísa (1988). *Escola, Sociedade - que relação?*. Porto: Edições Afrontamento.

COSTA, Hermes (2008). *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Edições Afrontamento.

COSTA, Hermes (2008a). “A actualidade do sindicalismo português”, in *Revista de Opinião Socialista*, pp. 9-11.

COULON, Marie Jo e Le GRAND, Jean-Louis (dir). (2000). *Histoires de vie collective et éducation populaire – les entretiens de Passay*. Paris : L'Harmattan.

COURTOIS, Bernadette (1989) «L'Apprentissage expérientielle: une notion et des pratiques à défricher», in *Education Permanente*, nº100-101, pp. 7-11.

COURTOIS, Bernadette e PINEAU, Gaston (org) (1991). *La formation expérientielle des adultes*. Paris : La Documentation Française.

CREHAN, Kate (2004). *Gramsci – cultura e antropologia*. Lisboa: Campo da Comunicação.

CRUZ, Manuel B. (1996). "Igreja Católica", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir), in *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 434-438.

DEJOURS, Christophe (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. S. Paulo: Cortez Editora.

DEJOURS, Christophe (1997). *O fator humano*. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

DELUIZ, Neise (2004). "O Modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: Implicações para o Currículo" in, www.senac.br/informativo. (on-line 12/07/2004).

DEMAZIERE, Didier; DUBAR, Claude (1997). *Analyser les entretiens biographiques, l'exemple de récits d'insertion*. Paris: Nathan.

DIAS, Hugo (2008). "Desafios do sindicalismo", in *Revista de Opinião Socialista*, pp. 16-19.

DIAS, José R. (1982). *A Educação Permanente – Introdução Histórica*. Braga: Universidade do Minho.

DIAS, Luís; NEVES, Helena; PITA, António (coord). (2002). *Bento de Jesus Caraça - Cultura e Emancipação (1929-1933) - Obra Integral, Edição Crítica, vol. 1*. Porto: Campo das Letras.

DIONÍSIO, Eduarda (1999). "25 anos do 25 de Abril - vozes da mudança" in www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th3 (on-line, 22/09/2008).

DOMINGUES, Leonel (2005). *Políticas Sociais em Mudança: o Estado, as Empresas e a Intervenção Social*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

DOMINICÉ, Pierre (1988). "O que a Vida lhes Ensinou", in NÓVOA, António e FINGER, Matthias (org). *O método auto(biográfico) e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, pp. 131-153.

DOMINICÉ, Pierre (1988a). "O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais", in NÓVOA, António, FINGER, Matthias (org). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde.

DOMINICÉ, Pierre (1988b). "A biografia educativa: instrumento de investigação para a educação de adultos", in NÓVOA, António e FINGER, Mathias (org). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, pp. 99-106.

DOMINICE, Pierre (1989). "Expérience et apprentissage: faire de nécessité vertu", in *Éducation Permanente*, nº 100/101, pp. 57-65.

DOMINICE, Pierre (1990). *L'Histoire de vie comme processus de formation*. Paris: L'Harmattan.

DOMINICE, Pierre (1991). "La formation expérientielle: un concept importé pour penser la formation", in PINEAU, Gaston e COURTOIS, Bernadette (coord). *La Formation Expérientielle des Adultes*. Paris: La Documentation Française, pp. 53-65.

DOMINICE, Pierre (1996). "Apprendre à se former" in BOURGEOIS, Étienne (éd). *L'adulte en formation: Regards pluriels*. Paris: De Boeck & Larcier, pp. 95-112.

DOMINICE, Pierre; GAULEJAC, Vincent; JOBERT, Guy; PINEAU, Gaston (2000). "Que faire des histoires de vie ? Retour sur quinze ans de pratiques", in *Éducation Permanente*, nº 142, pp. 217-239.

DUBAR, Claude (1989). "Vingt ans de formation continue en France – de l'utopie de la "deuxième chance" aux réalités contrastées de la gestion de l'emploi ", in *Éducation Permanente*, nº 98.

DUBAR, Claude (1996). "La formation accroit-elle aujourd'hui les inégalités ?". *Éducation Permanente*, nº 129, pp. 19-28.

DUBAR, Claude (1997). *A Socialização – construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.

DUBAR, Claude (2006). *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Porto:Edições Afrontamento.

DUMAZEDIER, Joffre (1989). "Education Permanente vingt ans après", in *Education Permanente*, nº 98, pp. 101-119

ENRIQUEZ, Eugène (2001). " O vínculo grupal", in MACHADO, Marília et all (org). *Psicossociologia, análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 61-74.

ESTANQUE, Elísio (1999). "Acção Colectiva, Comunidade e Movimentos Sociais: Para um estudo dos movimentos de protesto público", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 55, pp. 85-111.

ESTANQUE, Elísio (2000). *Entre a Fábrica e a Comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.

ESTANQUE, Elísio (2006). "A questão social e a democracia no início do século XXI. Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo", in *Oficina do CES*, nº 264.

ESTANQUE, Elísio (2008). "Sindicalismo Português, um breve balanço", in *Revista de Opinião Socialista*, nº 1, pp. 20-23

FABRE, Michel (1992). " Qu'est ce que la formation?", in *Recherche et Formation "La Memoire Professionnel"*, nº 12, Octobre 1992, pp. 119-134.

FARINHA, Luís (1996). "Ditadura Militar", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 273-274.

FARINHA, Luís (1996a). "Revirahismo", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume II. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 832-834.

FAURE, Edgar (1981). *Aprender a Ser*. Lisboa: Bertrand.

FEDERIGHI, Paolo; MELO, Alberto (1999). *Glossário de Educação de Adultos na Europa*. Lisboa: ESNAL, A.E. Monografias, EAEA.

FELDMAN, Jacqueline; LE GRAND, Jean-Louis (1996). "Savoirs savants, savoirs profanes", in FELDMAN, J., FILLoux, J.C., LÉCUYER, P., SLEZ, M., VIVENTE, *Épistémologie et sciences de l'homme*. Paris : l'Harmattan.

FERNANDES, Rogério (1993). *Uma Experiência De Formação De Adultos Na 1ª República – A Universidade Livre Para Educação Popular (1911-1917)*. Lisboa: Câmara Municipal, Pelouro da Cultura.

FERRAROTTI, Franco (1983). *Histoire e Histoires de Vie – la méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie des Méridiens.

FERRAROTTI, Franco (1988) "Sobre a autonomia do método biográfico", in NÓVOA, António; FINGER, Matthias (org). *O método auto(biográfico) e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, pp. 17-34.

FERRY, Gilles (1983). *Le trajet de la formation. Les enseignants entre la théorie et la pratique*. Paris: Dunod.

FIELDHOUSE, R. (1999). "Aprendizagem ao longo da vida", in FEDERIGHI, P.; MELO, A. *Glossário de Educação de Adultos na Europa*. Lisboa: ESNAL, A.E. Monografias, EAEA.

FILLIEULE, Olivier (2001). "Proposition pour une analyse processuelle de l'engagement individuelle", in *Revue Française de Science Politique*, Volume 51, nº 1, pp. 199-215.

FINGER, Matthias (1989). "Apprentissage expérientielle ou formation pour les expériences de vie? – la contribution allemande au débat sur la formation expérientielle", in *Éducation Permanente*, nº 100/101, pp. 39-46.

FINGER, Matthias (1988). "As implicações sócio-epistemológicas do método biográfico", in NÓVOA, António; FINGER, Matthias (org). *O método auto(biográfico) e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, pp 80-86.

FINGER, Matthias (1989). "'Apprentissage expérientiel' ou 'formation par les expériences de vie'? La contribution allemande au débat sur la 'formation expérientielle'", in *Éducation Permanente*, nº 100/101, pp. 39-46.

FINGER, Matthias (1989a). "L'Approche biographique face aux sciences sociales – Le problème du sujet dans la recherche sociale", in *Revue Européenne des Sciences Sociales, Tome XXVII, n° 83*.

FINGER, Matthias (1993). "Considérations socio-épistémologiques sur l'éducation des adultes aujourd'hui", in Jean-Michel Baudouin e Christine Josso (éd). *Penser la Formation. Contributions épistémologiques de l'éducation des adultes*. Genève: Université de Genève, pp. 11-30.

FINGER, Matthias (2005). "A educação de adultos e o futuro da sociedade", in CANÁRIO, Rui; CABRITO, Belmiro (org). *Educação e Formação de Adultos - Mutações e convergências*. Lisboa: Educa, pp. 15-30.

FINGER, Matthias; ASÚN, José M. (2003). *A Educação de Adultos numa Encruzilhada: Aprender a nossa saída*. Porto: Porto Editora.

FONSECA, Laura (2005). *Vozes, Silêncios e Ruídos na educação escolar das raparigas*. Tese de Doutoramento. Porto : FPCEUP.

FREIRE, André (2008). "Desigualdades sociais, sindicalismo e governação socialista", in *Revista de Opinião Socialista*, pp. 6-8.

FREIRE, João (1996). "Greves Operárias", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 401-404.

FREIRE, Paulo (1967). "Papel da educação na humanização". <http://educalara.vilabol.uol.com.br/freire2.htm>, (on-line 10/12/2004).

FREIRE, Paulo (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento.

FREIRE, Paulo (1996). "Apresentação", in MANFREDI, Sílvia M^a. *Formação Sindical no Brasil – História de uma prática cultural*. S. Paulo: Escrituras Editora.

FREIRE, Paulo (1999). *Educação como prática da liberdade*. S. Paulo: Paz e Terra.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org) (1998). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes.

GADOTTI, Moacir (1998). "Lições de Freire", in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 10, pp. 111-122.

GADOTTI, Moacir (2005). "Informação, conhecimento e sociedade em rede: que potencialidades?", in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 23, pp. 43-70.

GALHANO, Isabel (2007). *O Corpo e a Fala – Comunicação verbal e não-verbal na interação face a face*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GASPAR, Carlos (1990). "O processo constitucional e a estabilidade do regime", in *Análise Social*, nº 105-106, pp. 9-29.

GELPI, Ettore (1989). "Quelques questions sur l'éducation expérientielle", in *Éducation Permanente*, nº 100/101, pp. 91-96.

GELPI, Ettore (1991). "Nouveaux savoirs, nouvelles luttes" in PINEAU Gaston ; COURTOIS Bernadette (coord). *La formation expérientielle des adultes*. Paris: La Documentation Française, pp. 67-72.

GENTILI, Pablo (2004). "Dez questões e uma história sobre a educação e os movimentos sociais na virada do século", in *A Página da Educação*, nº 139, Novembro 2004.

GEOFFROY, Marie (2003). "L'institutionnalisation de la formation syndicale", in *Éducation Permanente*, nº 154/2003-1, pp. 37-50.

GIROUX, Henri (1986). *Para além das teorias da reprodução. Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Editora Vozes Lda.

GODINHO, Paula (2001). *Memórias da Resistência Rural no Sul*. Oeiras: Celta Editores.

GOFFMAN, Erving (1996). *A representação do eu na vida quotidiana*. Petrópolis: Vozes

- GOHN, M^a Glória (2001). *Movimentos sociais e educação*. S. Paulo: Cortez Editora.
- GOHN, M^a Glória (2002). *Teoria dos movimentos sociais*. S. Paulo: Edições Loyola.
- GOHN, M^a Glória (s/ data) "Educação Não Formal, Novo Associativismo e Terceiro Sector no Brasil". (Documento Policopiado).
- GRÁCIO, Sérgio (1998). *Ensino técnico e políticas em Portugal: 1910-1990*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GROS, Marielle (1982). *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Afrontamento
- GUSMÃO, M^a José; MARQUES, Gomes (trad) (1978). *Conferências internacionais da UNESCO sobre Educação de Adultos*. Braga: Universidade do Minho.
- GUSMÃO, M^a José, MARQUES, Gomes (coord) (1978). *Educação de Adultos (curso sobre Educação de Adultos realizado entre 26/1 e 16/4 de 1978)*. Braga: Universidade do Minho.
- HALBWACHS, Maurice (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Éditions Albin Michel.
- HARNECKER, Marta (2000). *Tornar possível o impossível. A esquerda no limiar do século XXI*. Porto: Campo das Letras.
- HONORÉ, Bernard (1977). *Pour une théorie de la formation. Dynamique de la formativité*. Paris : Payot.
- HONORÉ, Bernard (1992). *Vers l'œuvre de formation. L'ouverture à l'existence*. Paris : L'Harmattan.
- JOBERT, Guy (1987). "Une nouvelle professionnalité pour les formateurs d'adultes" in *Éducation Permanente*, n^o 87, pp. 19-33.
- JOBERT, Guy (1989). "Vingt ans d'Education Permanente", in *Éducation Permanente*, n^o 98.

JOBERT, Guy (1991). "La place de l'expérience dans les entreprises". In PINEAU, Gaston ; COURTOIS, Bernadette (coord) *La Formation Expérientielle des Adultes*. Paris: La Documentation Française, pp. 75-82.

JOBERT, Guy (2000). "Dire, penser, faire. À propos de trois métaphore agissantes en formation des adultes", in *Education Permanente*, nº 143, pp.7-28.

JOSSO, Marie-Christine (1988). "Da formação do sujeito ... ao sujeito da formação", in NÓVOA, António; FINGER, Matthias (org). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde.

JOSSO, Marie-Christine (1989). "Ces expérience au cours desquelles se forment identités et subjectivité", in *Éducation Permanente*, nº 100/101, pp. 161-169.

JOSSO, Marie-Christine (1991). "L'expérience Formatrice: un concept en construction". In PINEAU, Gaston ; COURTOIS, Bernadette (coord) (1991). *La Formation Expérientielle des Adultes*. Paris: La Documentation Française, pp.191-200.

JOSSO, Marie-Christine (1999). "História de vida e projecto : a história de vida como projecto e as " histórias de vida" ao serviço de projectos", in *Educação e Pesquisa*, S. Paulo, v.25, n.2, pp 11-23. [http:// www.redalyc.com](http://www.redalyc.com) . (on-line 22/10/2004).

JOSSO, Marie-Christine (2002). *Experiências de vida e formação*. Lisboa: Educa.

JOSSO, Marie-Christine (2004). "Porque temos as ideias que temos ?", in *Aprender ao Longo da Vida*, nº 2, Outubro de 2004.

JOSSO, Marie-Christine (2005). "Formação de Adultos: Aprender a viver e a gerir as mudanças", in CANÁRIO, Rui; CABRITO, Belmiro (org). *Educação e Formação de Adultos - Mutações e convergências*. Lisboa: Educa, pp. 115-125.

KOVACS, Ilona (2006). "Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº52, pp. 41-65.

LAINE, Alex (1996). "De l'histoire du sujet au sujet de l'histoire", in *Pratiques de Formation (Analyses) – Formation Permanente*, nº 31. Univ. Paris VIII.

LANDRY, Francine (1989). "La formation expérientielle: origines, définitions et tendances", in *Éducation Permanente*, n° 100/101, pp. 13-22.

LANDRY, Francine (1991). "Vers une théorie de l'apprentissage expérientielle" in PINEAU, Gaston ; COURTOIS, Bernadette (coord). *La Formation Expérientielle des Adultes*. Paris: La Documentation Française, pp. 21-28.

LARA, Alberto (2004). "Sujeto histórico y emancipación social en América Latina", in <http://www.filosofia.cu/contemp/alberto002.htm> (on-line 2/11/04).

LE GOFF, Jean Pierre (1996). "L'érosion des idéaux de l'éducation permanente". *Éducation Permanente*, n°129.

LE GRAND, Jean-Louis (1989). "La «bonne» distance épistémique n'existe pas", in *Éducation Permanente*, n° 100/101, pp. 109-121.

LE GRAND, Jean-Louis (1993). "Implexité: implications et complexité". <http://www.barbier-rd.nom.fr/JLLeGrandImplexite.html> (on-line 26/11/2004).

LE GRAND, Jean-Louis (1996). "Considérations critiques sur les modèles maïeutiques ". <http://www.barbier-rd.nom.fr> (on-line 26/11/2004).

LE GRAND, Jean-Louis (s/data). "Définir les histoires de vie. Sus et insus «définitionnels»". <http://www.barbier-rd.nom.fr/definirHdv.pdf> (on-line 26/11/2004).

LE GRAND, Jean-Louis (s/dataa). "Ethiques, étiquettes et réciprocité dans les histoires de vie". <http://www-desu-rc.univ-paris8.fr/aec/txt/ethiq.pdf> (on-line 26/11/2004).

LEITE, Ivonaldo (2000). "Trabalho, educação e cidadania – notas para uma desorganização dos consensos", in *A Página da Educação*, n° 93, Julho 2000.

LEITE, Ivonaldo (2000a). "Sindicatos, Democracia Sindical e Educação", in *A Página da Educação*, n° 96, Novembro 2000.

LEITE, Jorge (1995). "Sindicalismo e direitos fundamentais", in *Vértice*, n° 68, pp. 119-125.

LENGRAND, Paule (1981). *Introdução À Educação Permanente*. Lisboa: Livros Horizonte.

LENOIR, Hugues (2002). “Considérations sur l’expérience et sa valeur social”. *Éducation Permanente*, nº 150/2002-1, pp. 63-78.

LENOIR, Hugues (2003). “S’éduquer pour acquérir la science de son malheur”, in *Éducation Permanente*, nº 154/2003-1, pp. 13-23.

LESNE, Marcel (1984). *Trabalho pedagógico e formação de adultos, elementos de análise*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LESNE, Marcel; MINVIELLE, Yves (1990). *Socialisation et formation*. Paris: PAIDEIA.

LEWIS, Óscar (1979). *Os filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes Editores.

LIMA, Licínio (1988). “Inovação e mudança em educação de adultos – aspectos organizacionais e de política educativa”, in *Revista Fórum*, nº 4.

LIMA, Licínio (1996). “Do estado da educação de adultos em Portugal”, in *Educação de Adultos – Situação e Perspectivas, Actas das Jornadas de “Educação de Adultos em Portugal*. Coimbra: Comissão organizadora das jornadas de Educação de Adultos em Portugal.

LIMA, Licínio (2003). “Formação e Aprendizagem ao Longo da Vida: Entre a mão direita e a esquerda de Miró”, in *Cruzamento de Saberes Aprendizagens Sustentáveis*. Textos da Conferência Internacional “Cruzamentos de Saberes. Aprendizagens Sustentáveis”. Novembro de 2002. Lisboa: Calouste Gulbenkian, pp. 129-148.

LIMA, Licínio (2005). “Cidadania e educação: adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia?”, in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 23, pp. 71-90.

LIMA, Licínio (2005a). “A educação de adultos em Portugal (1974-2004)”, in CANÁRIO, Rui; CABRITO, Belmiro (org). *Educação e Formação de Adultos - Mutações e convergências*. Coimbra: Educa, pp. 31-60.

LIMA, Licínio; PACHECO, José; ESTEVES, Manuela; CANÁRIO, Rui (2006). *A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

LIMA, Marinús; OLIVEIRA, José; OLIVEIRA, Luísa; CERDEIRA, M^a Conceição; ROSA, M^a Teresa; ALVES, Paulo (1992). *A acção sindical e o desenvolvimento*. Lisboa: Edições Salamandra.

LOFF, Manuel (2006). “Fim do colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta”, in LOFF, Manuel, PEREIRA, M^a Conceição (coord). *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: Editora da Universidade do Porto.

LOFF, Manuel (2008). *O nosso século é fascista*. Porto: Campo das Letras.

LOPES, José (1999). “Portugal e a transição para a democracia”, in *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri.

MACLAREN, Peter. (1998). “A pedagogia da possibilidade de Paulo Freire”, in *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 10, pp. 57-82.

MADEIRA, A. I.; Ribeiro, M. (1996). “Acção educativa e desenvolvimento local: uma abordagem”, in *Inovação*, nº 9. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação, pp. 299-304.

MADEIRA, João (1996).”Prisões políticas”. in Rosas, Fernando; Brito, J.M.Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume II. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 800-801.

MALPIQUE, Manuela (2002). *Histórias de vida*. Porto: Campo das Letras.

MANFREDI, Sílvia (1996). *Formação Sindical no Brasil – História de uma prática cultural*. S. Paulo: Escrituras Editora.

MARTINS, João B. (2004). "Contribuições epistemológicas da abordagem multireferencial para a compreensão dos fenómenos educacionais", in *Revista Brasileira de Educação*, nº 26, pp. 85-94.

MARX, Karl (1982). "Teses sobre Feuerbach", in *Obras escolhidas de Marx e Engels*, Tomo 1. Lisboa: Edições Avante.

MATOS, Manuel (1996). "Projecto educativo e formação contínua: a temporalidade da escola e alguns equívocos", in *Educação Sociedade & Culturas*, nº 6, pp. 73-92.

MATOS, Manuel (1999). *Teorias e Práticas de Formação*. Porto: Edições Asa.

MATOS, Manuel (1999). "Modelos de Desenvolvimento Local e Projecto Educativo", in *Construir Uma Escola Inclusiva*. Porto: Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanha, pp.

MATOS, Manuel (2004). "Desenvolvimento e cidadania: intervenção associativa e acção comunitária", in CORREIA, José A.; d'ESPINEY, Rui (Orgs). *Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Cadernos ICE, 7. Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas.

MATOS, Manuel; CAMELO, João (2004). "A racionalidade compósita como modelo de análise de práticas de formação contínua", in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 22, pp. 27-40.

MÉDA, Dominique (1999). *O Trabalho, um Valor em Vias de Extinção*. Lisboa: Fim de Século.

MELO, Alberto (2005). "Formação de Adultos e Desenvolvimento Local", in CANÁRIO, Rui; CABRITO, Belmiro (org). *Educação e Formação de Adultos – mutações e convergências*. Lisboa: Educa, pp. 97-113.

MELO, Alberto; LIMA, Licínio; ALMEIDA, Mariana (2002). *Novas políticas de educação e formação de adultos – o contexto internacional e a situação portuguesa*. Lisboa: ANEFA.

MÓNICA, M^a Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença.

MORIN, Edgar (2002). *Os sete saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget.

MOREIRA, Vital (1999). “A instituição da democracia. A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1976”, in ROSAS, Fernando (coord). *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, pp. 193-209.

NAMER, Gerard (1987). *Memoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck.

NAMORADO, Rui (2003). “Integração capitalista: da trituração do trabalho à desumanização do ensino”, in www.resistir.info/ruieducacao_ameacada.html, (on-line 04/09/2003).

NETO, Elydio (2001). “Vidas de educadores”. *Educação e Linguagem*, Edição Especial, pp.17-44. http://editora.metodista.br/textos_disponiveis/ed&l4cap1.pdf. (on-line 25/09/2007).

NOGUEIRA, António (1996). *Para uma Educação Permanente à Roda da Vida*. Lisboa: IIE.

NÓVOA, António (1988). “O método (auto)biográfico na encruzilhada dos caminhos (e descaminhos) da formação de adultos”, in *Revista Portuguesa de Educação* nº 1(2). pp. 7-20.

NÓVOA, António (1988a). “A formação tem de passar por aqui: as histórias de vida no projecto Prosalus”, in NÓVOA, António; FINGER, Mathias (org). *O Método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, pp. 107-130.

NÓVOA, António (1996). “Ensino Técnico”, in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 307-309.

NUNES, Américo (1995). "Direitos dos trabalhadores e institucionalização do regime democrático", in *Vértice*, nº 68, pp. 84-86.

NÓVOA, António; RODRIGUES, Cristina (2005). "Prefácio", in CANÁRIO, Rui; CABRITO, Belmiro (org). *Educação e Formação de Adultos - Mutações e convergências*. Lisboa: Educa, pp. 7-14.

OLIVEIRA, Ney; SOUZA, Orlando (1998). "Da pedagogia do oprimido à pedagogia da esperança: um reencontro com Paulo Freire", in: *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 10, pp. 179-189.

PACHECO, Natércia (1996). *Tempos de sozinha em Pasárgada. Estratégias identitárias dos estudantes dos PALOP em Portugal*. Tese de Doutoramento. Porto: FPCEUP

PACHECO, Natércia (2000). *Psicossociologia da formação de agentes educativos*. Relatório da disciplina de Psicossociologia da Formação de Agentes Educativos. Porto: FPCEUP.

PACHECO, Natércia; TERRASÊCA, Manuela; MEDINA, Teresa; NOGUEIRA, Cristina (2004). "Avaliação da Universidade Popular do Porto: pistas para a biografia institucional de um associativismo militante", in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 22, pp. 41-62.

PACHECO, Natércia; MEDINA, Teresa (2008). "Du travail avec les mémoires aux mémoires du travail", Comunicação apresentada no Congresso da AISLF. Istambul, 7 a 11 de Julho de 2008. (documento policopiado).

PAIN, Abraham (1990). *Education informelle – les effets formateurs dans le quotidien*. Paris : L'Harmattan.

PAIN, Abraham (1991). "Éducation Informelle: les mots... et la chose (réponses a un praticien)", in PINEAU Gaston ; COURTOIS, Bernadette (coord). *La Formation Expérientielle des Adultes*. Paris: La Documentation Française, pp.59-66.

PAIVA, Vanilde (2000). "Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social", in GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (comps). *La ciudadanía negada. Políticas*

de exclusión en la educación y el trabajo, Buenos Aires: CLACSO; www.clacso.org (on-line 23/05/2006).

PALAZZESCHI, Yves (2003). Editorial, in *Éducation Permanente*, nº 154/2003-1, pp 1-12.

PALENZUELA, Josep (1988). "Desarrollo de comunidad y acción social urbana", in VIDAL, Sánchez, *Psicología comunitária – bases conceptuales y métodos de intervención*. Barcelona: PPU.

PARKIN, George (1976). *Educação Permanente – Modelo Conceptual*. Lisboa: Livros Horizonte.

PATRIARCA, Fátima (1999). "A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social?", in ROSAS, Fernando (coord). *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, pp. 137-160.

PEREIRA, Pacheco (2008). "Desemprego", in Público, 3/5/2008.

PERUZZO, Cicilia (2002). "Comunicação comunitária e educação para a cidadania". PCLA, Vol. 4, nº1. <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm> (on-line 22/09/2004).

PERRENOUD, Philippe (1995). *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora.

PIALOUX, Michel; WEBER, Florence; BEAUD, Stephen (1991). "Crise du syndicalisme et dignité ouvrière", in *Politix*, Volume 4, nº 14, pp.7-18.

PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor; FERREIRA, José (2001). *Estudo socioeconómico da habitação social / Porto*. Porto: Pelouro da Habitação e Acção Social da Câmara Municipal do Porto.

PIMENTA, Manuel; Ferreira, LEONOR; FERREIRA, José; FARIA, Alexandra; PIMENTEL, Paula (2001). *As ilhas do Porto – estudo socioeconómico*. Porto: Pelouro da Habitação e Acção Social da Câmara Municipal do Porto.

PIMENTA, Carlos; FIGUEIREDO, Octávio; BRANDÃO, António (2000). “La stratégie nationale du Portugal de 1926 à nos jours”. Monographies en gestion et économie internationales. CETAI (Centre d’études en Administration Internationale). Montréal, École des Hautes Études Commerciales, in <http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta> (on-line 25/10/ 2007).

PIMENTEL, Irene (1996). “Mocidade Portuguesa Feminina (MP)”, in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume II. Venda Nova: Bertrand Editora. Pp. 609-611.

PINEAU, Gaston (1983). *Produire sa Vie: Autoformation et Autobiographie*. Montréal: Ediligo.

PINEAU, Gaston (1986). "Histoire de vie et reconnaissance des acquis: éléments d'une méthodologie collective et progressive", in *Education Permanente*, nº 83/84.

PINEAU, Gaston (1988). “A autoformação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação”, in NÓVOA António; FINGER, Matthias. *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, pp. 65-77.

PINEAU, Gaston (1989). “La formation expérientielle en auto, éco et co-formation”, in *Éducation Permanente*, nº 100/101, pp. 23-30.

PINEAU, Gaston (1991). "Formation expérientielle et théorie tripolaire de la formation", in PINEAU, Gaston ; COURTOIS Bernadette (Coord). *La Formation Expérientielle des Adultes*. Paris: La Documentation Française, pp. 29-40.

PINEAU, Gaston (2001). “Experiências de aprendizagem e histórias de vida”, in CARRÉ, Philippe; CASPAR, Pierre. *Tratado das ciências e das técnicas de formação*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 327-248.

PINEAU, Gaston ; LE GRAND, Jean- Louis (1993). *Les Histoires de Vie*. Paris: PUF.

PINTO, J. Madureira; PEREIRA, Virgílio (2006). "Trinta anos de democracia: mudanças sociais e inconsistência institucional", in LOFF, Manuel, PEREIRA, M^a Conceição (coord). *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: Editora da Universidade do Porto.

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBANT, Paul (1995). *Histórias de Vida, Teoria e Prática*. Lisboa: Celta Editora.

POLLAK, Michel (1989). "Memória, esquecimento, silêncio", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Volume 2, nº 3, pp. 3-15.

POLLAK, Michael (1992). "Memória e identidade social", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Volume 5, nº 10, pp. 200-212.

PROENÇA, M^a Cândida (1996). "Analfabetismo", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 46-48.

PUDAL, Bernard (1994). "Du biographique entre 'sciences' et 'fiction'. Quelques remarques programmatiques", in *Politix*, Volume 7, nº 27, pp. 5-24.

QUEIROZ, M^a Cidália (2005). *Classes, Identidades e Transformações Sociais: Para ler as evoluções da estrutura social portuguesa*. Porto: Campo das Letras.

QUINTAS, José (1996). "Eleições para a Assembleia Nacional", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 288-291.

QUINTAS, José (1996). "Eleições para a Presidência da República", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 291-293.

RACINE, Guylaine (2000). "La construction de savoirs d'expérience chez des intervenantes d'organismes communautaires pour femmes sans-abri : un processus participatif, collectif et non planifié". NPS, vol. 13, nº 1, pp. 69-84

<http://www.erudit.org/revue/nps/2000/v13/n1/000006ar.pdf> (on-line 15/07/2004).

RAMOS DO Ó, Jorge. (1996). "Censura", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 139-141.

RANITA, Vítor (1995). "Vitória da CGTP e da democracia no 1º de Maio de 1982", in *Vértice*, nº 68, pp. 28-30.

RIBEIRO, Agostinho (2003). *O corpo que somos. Aparência, sensualidade, comunicação*. Lisboa: Editorial Notícias.

ROCCA, Michel (2003). "Formation syndicale et validation des acquis de la militance – une analyse des pratiques de reconnaissance", in *Éducation Permanente*, nº 154/2003-1, pp. 165-178.

ROCHA, Francisco (1995). "Luta sindical e repressão no consulado caetanista (1972-1974)", in *Vértice*, nº 68, pp. 19-22.

ROCHA, Cristina; FERREIRA, Manuela (2006). *As Mulheres e a Cidadania: As mulheres e o trabalho na esfera pública e na esfera doméstica*. Lisboa: Livros Horizonte.

RODRIGUES, Carlos (1996). "Assistência Social", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 70-73.

RODRIGUES, Carlos (1996a). "Pobreza", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume II. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 742-744.

RODRIGUES, Carlos (1996b). "Níveis de vida e repartição do rendimento", in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 668-670.

ROSA, Eugénio (2006). *Uma nova política económica ao serviço das pessoas e de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho.

ROSAS, Fernando (1996). “Estado Novo”, in ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 315-319.

ROSAS, Fernando (1996a). “Unidade Antifascista”. in ROSAS, Fernando;BRITO, Brandão (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume II. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 991-996.

ROSAS, Fernando (1999). “O Marcelismo e a crise final do Estado Novo”, in ROSAS, Fernando (coord). *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, pp. 9-27.

ROSAS, Fernando (2006). “A Revolução Portuguesa de 74/75 e a Institucionalização da Democracia”, in LOFF, Manuel, PEREIRA, M^a Conceição (coord). *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: Editora da Universidade do Porto, pp. 15-34.

ROTHES, Luís (2005). *Recomposição induzida do campo da educação básica de adultos. Lógicas de apropriação local num contexto político-institucional redefinido*. Porto: FPCEUP, dissertação de doutoramento.

RUZZA, Renato ; SCHWARTZ, Yves (2003). “De l'activité militante à l'élaboration de savoirs”, in *Éducation Permanente*, nº 154/2003-1, pp. 153-164.

SÁ, Victor (1981). *Raízes Históricas dos Princípios da CGTP*. Lisboa: Edições 1 de Outubro.

SAINSAULIEU, Renaud (1988). *L'identité au travail – les effets culturels de l'organization*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

SANTOS, Boaventura S. (1991). “Subjectividade, cidadania e emancipação”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, Junho 2001.

SANTOS, Boaventura S. (1995). “Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo”, in *Vértice*, nº 68, pp. 132-139.

SCHWARTZ, Olivier (2002). *Le monde privé des ouvriers*. Paris. PUF.

SENNETT, Richard (2001). *A corrosão do carácter – as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.

SENNETT, Richard (2007). *A cultura do novo capitalismo*. Lisboa: Relógio d'Água

SÈVE, Lucien (2003). *Mudar o futuro*. Lisboa: Campo da Comunicação.

SILVA, Augusto (1990). *Educação de Adultos - Educação para o Desenvolvimento*. Porto: Edições Asa.

SILVA, Carvalho (1999). "A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social?", in ROSAS, Fernando (coord). *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, pp. 161-170.

SILVA, Carvalho (2002). *Agir contra a corrente – reflexões de um sindicalista*. Porto: Campo das Letras.

SILVA, Carvalho (2005). "Sindicalismo e os novos caminhos da sociedade", in *Vértice*, nº 68, pp. 95-97.

SILVA, Carvalho (2007). *Trabalho e sindicalismo em tempos de globalização*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.

SILVA, Carvalho (2008). "Um olhar sobre a globalização e os desafios ao sindicalismo", in *SPN Informação*, Fevereiro de 2008.

SILVA, Carvalho (2008a). "Reforma laboral e dificuldades do sindicalismo", in *Revista de Opinião Socialista*, pp. 24-27.

SILVA, Sofia (2008). *Exuberâncias e (trans)figurações de si numa casa da juventude. Etnografia de fragilidades e de estratégias juvenis para o reconhecimento e para a dignidade*. FPCE-UP: Tese de Doutoramento em Ciências da Educação.

SINGER, Daniel (2003). *Que milénio: o deles ou o nosso?* Lisboa: Campo da Comunicação.

SOUZA, João (1997). "Os Movimentos Sociais Populares como "Locus" Pedagógico", in Cortez, João; ATAÍDE, Yara (org). *Movimentos Sociais e Educação, XIII Encontro Pesquisa Educacional do Nordeste*. Natal: Editora da UFRN.

STOER, Stephen R.(1982). *Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

STOER, Stephen (1986). *Educação e mudança social em Portugal, 1970-80, uma década de transição*. Porto: Edições Afrontamento.

STOER, Stephen (1999). "Apropriações políticas de Paulo Freire: um exemplo da revolução portuguesa", in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 11, pp. 67-81.

STOER, Stephen (2008). "Formar uma elite ou educar um povo?", in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 26, pp. 107-110.

STOER, Stephen; MAGALHÃES, António (2003). A reconfiguração do contrato social moderno: Novas cidadanias e educação, in RODRIGUES, David (org.), *Perspectivas sobre a inclusão*. Porto Editora. Pp. 13-24.

STOLEROFF, Alan (1995). "Sobre o declínio relativo da sindicalização. A importância da regulação ao nível da empresa", in *Vértice*, nº 68, pp. 68-79.

TANGUY, Lucie (2001). "Un mouvement pour la formation permanente en France (1945-1970)". *Éducation Permanente*, nº 149/2001, pp. 11-27.

TEIXEIRA, Octávio (1999). "A revolução e a questão económica. Que modelo de desenvolvimento?" in ROSAS, Fernando (coord). *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, pp. 185-191.

TEODORO, António (2001). "Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: a emergência de novas formas de regulação transnacional, ou uma globalização de baixa intensidade", in STOER,S; CORTESÃO, L.; CORREIA, José A. (orgs). *Transnacionalização da Educação – da Crise da Educação à “Educação” da Crise*. Porto: Edições Afrontamento.

TERRASECA, Manuela (2002). *Avaliação de Sistemas de Formação – contributos para a compreensão da avaliação enquanto processo de construção de sentido*. Tese de Doutoramento. Porto : FPCEUP.

TERRASECA, Manuela; CAMELO, João; MEDINA, Teresa (2007). "Concepção de Cidadania, Estado e Trabalho nos Discursos Europeus sobre Educação e Formação de Adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida", Comunicação apresentada ao Seminário ADC *Changing Relationships between the State, Civil Society and the Citizen*, organizado pela Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho. Braga, 14 a 16 de Junho de 2007. (documento policopiado)

TERROT, Noel (2003). "L'éducation ouvrière dans l'entre-deux-guerres", in *Éducation Permanente*, nº 154/2003-1, pp. 13-23.

THEIL, Jean-Pierre (1989). "L'autodidaxie comme type d'apprentissage expérientiel" *Education Permanente*, nº 100/101, pp. 31-38.

THIBAUT, Jacques (2003). "Enjeux et évolutions de la formation syndicale à la CGT". *Éducation Permanente*, nº 154/2003-1, pp. 87-96.

THOMPSON, Paul (2002). *A Voz do Passado. História Oral*. S. Paulo : Editora Paz e Terra.

TIXIER, Pierre-Eric (2003). "Quelle nouvelle donne pour le syndicalisme ?", in *Éducation Permanente*, nº 154/2003-1, pp. 51-60.

TOURAINÉ, Alain; WIEVIORKA, Michel; DUBET, François (1984). *Le mouvement ouvrier*. Paris. Librairie Arthème Fayard.

TOURAINÉ, Alain (1998). *Iguais e diferentes. Poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.

VALE, Ana (2003). *Alunos, Aprendentes e Aprendizizes – Um Estudo Etnobiográfico de Percursos de Formação, Tese de Doutoramento*. Porto: FPCEUP.

VALENTE, José (1996). "Estatuto do Trabalho Nacional (ETN)", in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M.Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 319-320.

VALENTE, José (1996a). "Sindicatos Nacionais", in Rosas, Fernando; BRITO, J.M.Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume II. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 916-923.

VERMERSCH, Pierre (1989). "Expliciter l'expérience". *Éducation Permanente*, nº 100/101.

VERMERSCH, Pierre (1991). "L'entretien d'explicitation dans la formation expérientielle organisée", in PINEAU Gaston e COURTOIS Bernadette (coord) *La Formation Expérientielle des Adultes*. Paris: La Documentation Française, pp. 271-284.

VERMERSCH, Pierre (1995). "L'explicitation de l'action". *Cahiers de linguistique sociale*, nº 28-29, pp.113-120.

VERMERSCH, Pierre (1996). *L'Entretien d'Explicitation*. Paris: ESF.

VIEIRA, Ricardo (1999). *Histórias de vida e identidade: professores e interculturalidade*. Porto: Edições Afrontamento.

VILLERS, Guy (1991). "L'expérience en formation d'adultes". In PINEAU Gaston e COURTOIS Bernadette (coord) *La Formation Expérientielle des Adultes*. Paris: La Documentation Française, pp.13-20.

VITORIANO, José (1995). "Apointamentos sobre a luta sindical durante o fascismo", in *Vértice*, nº 68, pp. 5-10.

WATZLAWICK, Paul et al (1990). *Pragmática da comunicação humana*. S. Paulo: Ed. Cultrix.

WELS, Ana (2002). “Reflexões sobre ambiente de comunicação comum, relações interpessoais estabelecidas e socialidade”, in *Comunicação Organizacional*, nº1. www.pucrs.br/famecos/pos/geacor/revista.html. (on-line 12/10/2007).

OUTRAS REFERÊNCIAS

Comissão Europeia (1995). Livro Branco “Ensinar e Aprender rumo à sociedade cognitiva”, Luxemburgo: serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia (2000). Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida.

Comissão Europeia (2001). Nota de imprensa “Dar aos europeus os meios para serem bem sucedidos na economia e na sociedade do conhecimento: rumo a um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida”, IP/01/1620, 21 de Novembro de 2001.

Comissão Europeia (2001a). Comunicação “Tornar o espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida uma realidade”.

CGTP – Declaração de princípios e objectivos programáticos (on-line www.cgtp.pt).

UNESCO, Quarta Conferência Internacional da UNESCO sobre Educação de Adultos.

UNESCO, Quinta Conferência Internacional da UNESCO sobre Educação de Adultos.

ANEXOS

ANEXO 1
PROJECTO UPP - “MEMÓRIAS DO TRABALHO”
ENTREVISTAS / GUIÃO ORIENTADOR

Identificação

Nome

Data de nascimento

Local de nascimento

Endereço

Telefone

Nome do pai

Escolaridade do pai

Ocupação do pai

Origem geográfica do pai

Idade do pai

Nome da mãe

Escolaridade da mãe

Ocupação da mãe

Origem geográfica da mãe

Idade da mãe

Nome dos irmãos

Escolaridade dos irmãos

Ocupação dos irmãos

Origem geográfica dos irmãos

Idade dos irmãos

Estado civil

Nome e idade da mulher/marido

Escolaridade da mulher/marido

Profissão da mulher/marido

Nome e idade dos filhos

Escolaridade dos filhos

Ocupação dos filhos

Infância / Juventude

Com quem vivia

Costumes da família

Influência na vida profissional, social, ...

Condições económicas, sociais, ...

Local onde vivia

Casa (descrição)

Relações de vizinhança e amizade

Brincadeiras / brinquedos

Problemas

Momentos marcantes (pessoais, sociais, políticos, ...)

Doenças (quais, médicos, origem)

Vida afectiva (namoros, casamentos, uniões de facto)

Igreja (frequência, baptismo, comunhões, influência)

Escolaridade

Frequentou?

Até que idade?

Até que ano escolar?

Onde?

Motivos de abandono / permanência / reingresso

Condições de permanência

Sucesso / insucesso escolar

Recordações

Livros

Matérias leccionadas

Rotinas de sala de aula

Actividades “extra-curriculares”

Relação escolaridade / trabalho

Trabalho

Início (idade, ano)

Contexto de obtenção do trabalho

Aprendizagem (tempo, condições, relações estabelecidas)

“Baptismo” (como foi)

Actividades desenvolvidas

Local da actividade (geográfico/ oficina, escritórios, fábrica, ...)

Instrumentos utilizados (manuais, mecânicos, standardizados)

Descrição da actividade

Motivos do percurso profissional / descrição da carreira

Momentos e condições de desemprego

Relações de trabalho – patrão, mestre, encarregado, camaradas (distinguir homens e mulheres)

Salários (valor, semanal, mensal, à peça)

Horários (verão/inverno, descanso semanal, nº de horas)

Lazer, férias, excursões

Condições de trabalho (ritmos, multas, faltas)

Segurança social, Mútuas – se tinha, o que cobria: acidentes, doença, invalidez

Vínculo laboral

Contrato Colectivo de Trabalho – negociação, imposição, participação

Lutas, greves, manifestações (quando, onde, como começou, quanto tempo durou, motivos económicos/políticos/solidariedade, quantas pessoas envolveu; resultados, redes de apoio, formas de repressão, ...)

Participação política

Participação sindical – sócio/delegado/dirigente/fundador; quotização; actividades desenvolvidas e actividades em que participou, eleições, importância para a formação pessoal, correntes ideológicas existentes

Participação associativa – sócio/dirigente; quotização; actividades desenvolvidas e actividades em que participou, eleições, importância para a formação pessoal, correntes ideológicas existentes

Participação partidária – membro / dirigente; actividades desenvolvidas e actividades em que participou, eleições, importância para a formação pessoal, correntes ideológicas existentes

Formação ideológica

Repressão existente

Outros

(1ª Guerra Mundial), 2ª Guerra Mundial, guerra colonial: implicações, participação ou não, recordações

(1910) / (1926) / 1974

Eleições 1945, 1949, 1958, 1969, 1973, 1975, 1976

Mocidade / Legião / Organização de Mães / Organização da Educação Nacional / PVDE, PIDE

Censura / Publicações (jornais, comunicados, livros, ...)

ANEXO 2

COMPLEMENTO DO GUIÃO ORIENTADOR

Percursos de formação (movimentos de trabalhadores / lutas sociais)

Momentos mais marcantes na sua formação para ser a pessoa que é hoje

Como é que se foi desenvolvendo o processo de consciencialização social e política que o levou a ter uma intervenção social tão activa

- Família
- Escola
- Amigos
- Trabalho
- Igreja

Como é que começou a ter essa intervenção

Participação social dos irmãos

Importância da participação social na sua formação, para ser o que é e pensar o que pensa

Movimento sindical como escola – que escola?

- Em que será que é diferente
- Momentos mais marcantes na formação e que tipo de aprendizagens, conhecimentos, saberes, provocaram
 - Participação em lutas (greves, manifestações, ...)
 - Preparação e direcção das lutas, de manifestações
 - O dia a dia no sindicato – o que é que faz/fez, de que forma é importante para a formação
 - O trabalho nas estruturas de direcção; trabalho colectivo
 - Relações interpessoais
 - Contencioso
 - Negociações
 - Debates, seminários, congressos
 - Cursos
 - No sindicato, na USP, na Federação, na CGTP

Como se foi dando esse processo formativo – papel do contexto, dos outros e de si próprio

Papel do sindicato na elevação da consciência social, na formação de outros trabalhadores não tão activos – como se dá? Papel das lutas

Como é que o sindicato equaciona esta questão, se é que equaciona – formação dos trabalhadores, formação dos activistas, formação dos dirigentes – tem havido alterações?

E a nível da USP e da CGTP

- Papel da CGTP na formação
- Como é que a CGTP tem encarado esta questão

Cursos mais formais

- Esteve em algum? Qual a sua importância

Dirigentes que não estejam a tempo inteiro – como é

“Burocratização” dos sindicatos e dos dirigentes ?

- menor intervenção dos trabalhadores hoje – porquê? É inevitável?

Outros espaços de participação